



**Caixa Geral
de Depósitos**

**RELATÓRIO DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
2007**

Índice

I.	Principais Indicadores.....	2
II.	Mensagem do Presidente.....	5
III.	Sumário Executivo.....	10
IV.	Apresentação do Grupo.....	13
V.	Enquadramento Macroeconómico.....	39
VI.	Estratégia e modelo de negócio.....	54
VII.	Análise Financeira.....	139
VIII	Gestão do risco.....	175
IX.	Notas finais	187
X.	Eventos Subsequentes	189
XI.	Proposta de Aplicação de Resultados.....	191
XII.	Demonstrações financeiras	

I. Principais Indicadores

Mapa com os principais indicadores do Grupo CGD 2004/2007

Gráficos de indicadores

Grupo CGD – Actividade Consolidada

Principais Indicadores

(milhões de euros)

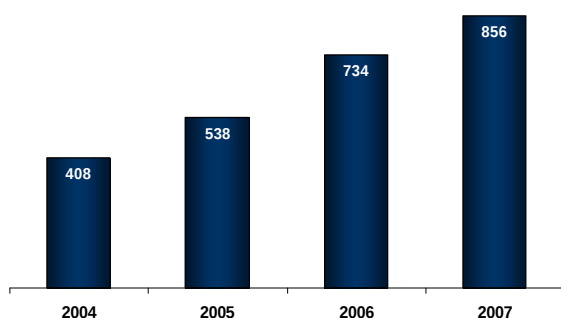
	2004	2005	2006	2007
De balanço:				
Créditos sobre clientes (bruto)	48 100	52 153	58 824	68 573
Recursos de clientes	47 863	50 162	53 768	54 039
Responsabilidades representadas por títulos	12 486	11 652	13 360	16 231
Capitais próprios	3 318	4 325	5 014	5 541
Activo líquido	78 355	86 461	96 246	103 554
De exploração:				
Margem financeira alargada	1 429	1 454	1 778	2 032
Margem complementar	340	658	620	568
Margem técnica da actividade seguradora	370	513	586	549
Produto da actividade	2 130	2 625	2 984	3 149
Resultado bruto de exploração	695	998	1 289	1 414
Resultado antes de impostos	454	674	990	1 075
Resultado líquido de impostos	408	538	734	856
Rácios:				
Rácio de solvabilidade (Banco de Portugal)	9,4%	12,4%	10,5%	10,1%
TIER 1 (Banco de Portugal)	6,2%	7,4%	7,4%	6,7%
Crédito com incumprimento / Crédito total (a)	2,68%	2,69%	2,29%	2,10%
Crédito vencido / Crédito total	2,38%	2,44%	2,15%	2,08%
Imparidade acumulada / Crédito vencido	105,7%	111,7%	123,2%	121,4%
Imparidade acumulada / Crédito vencido há mais de 90 dias	113,4%	125,2%	138,5%	137,9%
Cost to income	66,3%	61,2%	56,2%	55,1%
Cost to income bancário	64,7%	57,7%	53,6%	52,5%
ROE (após impostos)	15,5%	15,1%	16,5%	17,1%
ROA (após impostos)	0,51%	0,67%	0,86%	0,91%
Outros indicadores:				
Número de agências bancárias	1 095	1 099	1 137	1 187
Portugal	780	771	789	811
Estrangeiro	315	328	348	376
Número de escritórios de representação	10	10	11	11
Número de empregados (b)	19 065	20 778	20 106	20 562
CGD Portugal	10 274	10 161	9 759	9 695
Noutras instituições bancárias	3 355	3 485	3 698	3 953
Seguradoras	2 394	3 822	3 441	3 503
Sociedades financeiras	300	308	332	338
Em outras actividades	2 742	3 002	2 876	3 073
Ratings (longo prazo/curto prazo)				
Standard & Poor's	A+ /A-1	A+ /A-1	A+ /A-1	A+ /A-1
Moody's	Aa3 /P-1	Aa3 /P-1	Aa3 /P-1	Aa1 /P-1
FitchRatings	AA-/F1+	AA-/F1+	AA-/F1+	AA-/F1+

(a) Indicador calculado de acordo com Instrução do Banco de Portugal.

(b) Não inclui os empregados com vínculo contratual à CGD, colocados no Departamento de Apoio à CGA (299) ou requisitados em serviço público ou outras situações (82).

Resultado Líquido

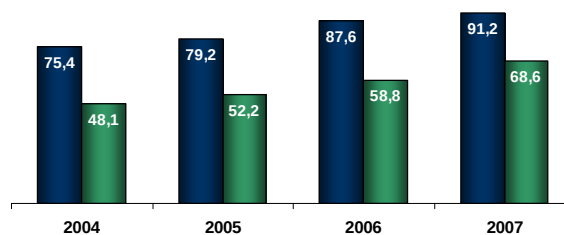
Milhões de €



Actividade de Clientes

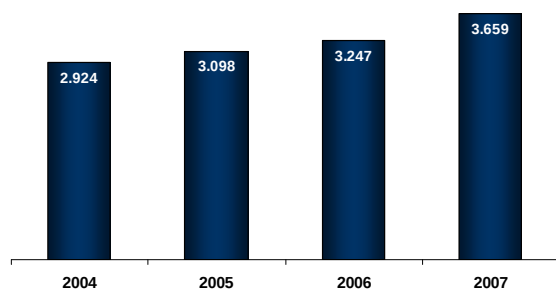
Mil Milhões de €

■ Recursos ■ Crédito (Bruto)



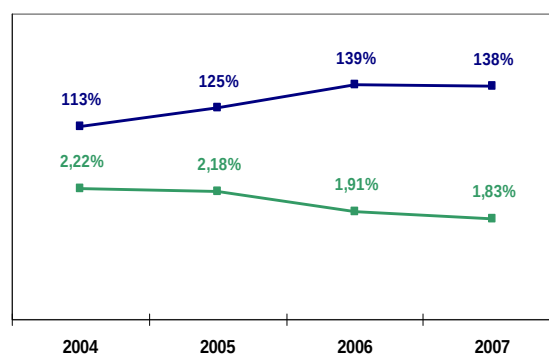
Seguros: Prémios

Milhões de €

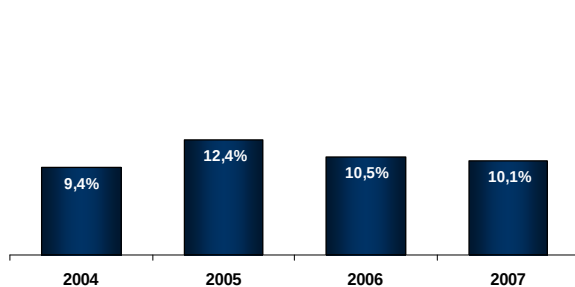


Qualidade do Crédito

— Rácio Crd Vencido > 90 dias — Cobertura Crd Vencido > 90 dias

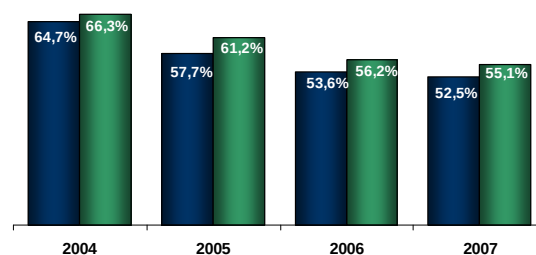


Rácio de Solvabilidade Total



Cost to income

■ Bancário ■ Grupo



II. Mensagem do Presidente

I

Este Conselho de Administração da CGD iniciou o seu mandato em 10 de Janeiro deste ano.

Assim, embora seja da sua competência e responsabilidade a apresentação das Contas do Exercício de 2007, os protagonistas da condução do banco nesse ano foram os membros do anterior Conselho, dos quais apenas os Senhores Dr. Francisco Bandeira, actual Vice-Presidente, e o Dr. Norberto Rosa integram o actual Conselho de Administração da CGD. O mérito dos bons resultados alcançados a ele deve, pois, ser atribuído.

Os resultados líquidos consolidados do Grupo Caixa Geral de Depósitos ultrapassaram, em 2007, os objectivos fixados tendo atingido 856,3 milhões de euros, o que representa um crescimento de 16,7% face ao ano anterior. O accionista Estado irá receber dividendos no montante de 300 milhões de euros. Para além da modernização intensa e do bom desempenho da área comercial, para estes resultados contribuiu também uma conjuntura de mercado favorável, sendo nomeadamente de sublinhar o efeito da subida das taxas de juro na base de depósitos, que superou a pressão sobre as margens de crédito e a valorização dos mercados de capitais.

O crédito concedido cresceu bastante, com relevo para o crédito às empresas e, em especial, com uma subida significativa nas PME's.

Apesar do muito elevado aumento dos activos ponderados, o rácio de solvência, o TIER 1 e o Core TIER 1 mantiveram-se a níveis que comprovam a solidez da CGD.

Os capitais próprios subiram 527 milhões de euros para 5,6 mil milhões de euros. O aumento de capital de 150 milhões de euros, subscrito pelo Estado, foi um sinal de confiança do Accionista para uma expansão futura da Instituição. Este aumento, que complementou a geração orgânica de fundos próprios da Caixa Geral de Depósitos, decorrente dos seus lucros retidos, contribuiu para manter os rácios de solvabilidade da instituição financeira em níveis confortáveis, em cerca de 10,1%.

A actividade seguradora prosseguiu o bom desempenho que vem registando nos últimos anos e contribuiu em 19% para os resultados, tendo aumentado os lucros em 7%.

As participadas da CGD, no estrangeiro, com relevo para Macau, África do Sul, Espanha, UK, França tiveram uma boa performance, passando de 5% para 12% a sua contribuição para os resultados (102 milhões de euros).

O Caixa BI vai consolidando a sua posição na banca de investimento, tanto em Portugal como no estrangeiro, tendo contribuído com cerca de 40 milhões de euros para os resultados.

O activo líquido subiu para 104 mil milhões de euros, colocando a CGD como o 4º banco e a 6ª instituição financeira da Península Ibérica.

O grande trabalho dos colaboradores da CGD foi decisivo para atingir os resultados alcançados.

Salienta-se que o último trimestre de 2007 foi vivido num clima de preocupação, originado pelos problemas do mercado de crédito *subprime* nos EUA, com a instalação de uma crise nos mercados financeiros caracterizada, simultaneamente, por uma crise de liquidez das instituições, incerteza quanto ao futuro, imprevisibilidade, graves problemas de solvência em algumas instituições financeiras internacionais, tensões nos mercados monetários, queda das bolsas e revisões sucessivas em baixa das previsões de crescimento das economias, começando nos EUA mas afectando todas as outras. Os sinais de alarme intensificaram-se a partir de Novembro. A obtenção e o custo do *funding* foram-se agravando.

Nos primeiros meses de 2008 os activos com maior risco estão a ser muito penalizados, dado o clima de incerteza materializada em volatilidade, confirmando que se está perante uma crise complexa e difícil.

Os bancos estão, assim, a adaptar as suas estratégias comerciais à nova envolvente.

Os preços têm de ser ajustados às condições de *funding* dos bancos. No entanto, o nosso objectivo é o de fornecer crédito em condições competitivas, mas de mercado, à economia, aos nossos clientes.

Estamos em condições de o fazer, devido à nossa solidez: a CGD mantém uma boa posição de liquidez, boa rentabilidade, confortáveis rácios de solvência, de TIER 1 e de Core TIER 1, amplos rácios de cobertura, correcta política de controlo do risco e capacidade de gestão e supervisão adequada.

As novas metas do plano estratégico da CGD para o triénio de 2008/2010 deverão reflectir a situação complexa que se vive nos mercados financeiros internacionais. Os resultados alcançados em 2007 são, pois, um objectivo exigente difícil de atingir (ou superar) no actual contexto do mercado, em que se espera um crescimento mais moderado no crédito e recursos.

II

A CGD tem o objectivo de se consolidar como um Grupo Financeiro estruturante do sistema financeiro português, com uma relevância e responsabilidade fortes na sua contribuição para o desenvolvimento económico e para o reforço da competitividade, inovação e internacionalização das empresas portuguesas, bem como para a estabilidade e solidez do sistema financeiro.

Enquanto líder do mercado financeiro, tem como metas uma evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento, solidez financeira e uma prudente gestão de riscos. Eficiência operacional, qualidade de serviço e atenção ao cliente cada vez melhores são objectivos prioritários a prosseguir.

A visão estratégica para o triénio 2008-2010, dando continuidade às linhas de actuação implementadas com evidente êxito pelo anterior Conselho de Administração, reforçará algumas delas e acrescentará outras, ao mesmo tempo que adaptará o Grupo CGD à alteração da envolvente externa esperada e que, no presente, se apresenta bastante difícil. São, de facto, previsíveis alterações importantes a essa envolvente, com impacto na actividade nos próximos tempos – escassez de liquidez, incerteza nos mercados de capitais e sobre o crescimento económico internacional, aumento da pressão competitiva no sector bancário português.

Para manter a sua posição de referência no mercado financeiro nacional, a CGD necessita de sustentar o crescimento rentável do negócio. A par da consolidação da sua liderança no segmento de retalho, área de tradicional força da CGD, e com peso muito significativo para o Grupo, deverá continuar a crescer a um ritmo importante a nível das pequenas e médias empresas, segmento em que a sua quota ainda fica aquém da sua posição natural.

Outra prioridade será o desenvolvimento da banca de investimentos, que teve uma elevada taxa de crescimento no último triénio.

O objectivo de crescimento da Caixa não pode deixar de passar por uma política de internacionalização agressiva. Em Espanha, o objectivo é consolidar o *turnaround* levado a cabo em 2007, com o Banco Caixa Geral a obter resultados francamente positivos. Permanece o interesse de reforço da sua presença no mercado espanhol avaliando-se as oportunidades de crescimento por aquisição. Sobretudo, para acompanhar as empresas portuguesas no mercado brasileiro, irá ser criado de raiz um banco de investimento. Em Angola, mercado em que firmou uma parceria com o Banco Santander, a prioridade é a entrada e o desenvolvimento do negócio.

O grupo CGD está determinado a manter a posição de liderança no mercado de seguros do ramo vida e no ramo não vida. A aspiração é sobretudo consolidar o crescimento da posição global de seguros. Na área da Saúde importa consolidar o crescimento pela garantia de um elevado nível de qualidade e serviço.

O desenvolvimento de modelos e capacidade de gestão de risco privilegiará os bons riscos e oferecerá a cada cliente um *pricing* competitivo diferenciado de acordo com as características da operação.

A melhoria da produtividade e da eficiência nos processos operativos, pelo alinhamento com as melhores práticas, é uma prioridade de gestão para o próximo triénio. Na área da qualidade destacaria a redução dos tempos de espera no atendimento das agências, onde a CGD tem um desafio acrescido face à concorrência dado possuir um elevado número de clientes por balcão.

Para sustentar a continuação do crescimento dos activos e a expansão internacional vai ser necessário reforçar os capitais próprios, para o que se encontram em estudo diversas soluções alternativas.

Enquanto banco de capitais exclusivamente públicos, a CGD é um instrumento do Estado na defesa e promoção dos interesses económicos do país, fazendo parte da sua natureza e missão contribuir para o desenvolvimento económico. A CGD, com a indiscutível autonomia de gestão que lhe tem sido conferida, não deixará de analisar e participar em todos os investimentos que considere estruturantes da economia portuguesa e que, simultaneamente, criem valor e em projectos de elevada rentabilidade previsível. A CGD é uma instituição de características especiais. Por isso a CGD pretende reforçar a sua actuação nos domínios da cultura e da arte, e na responsabilidade social e sustentabilidade ambiental. O Grupo CGD, para além de se pautar pelos elevados padrões de qualidade, transparência e comportamento ético, tem a aspiração de se constituir como uma referência em modelos de governação e de conduta ética.

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento ao accionista Estado, ao Conselho Fiscal, à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, aos auditores externos e às autoridades monetárias e de supervisão, pela valiosa cooperação no acompanhamento da actividade da CGD.

O Conselho manifesta aos trabalhadores da CGD e das Empresas do Grupo o seu muito apreço pela atitude e empenhamento profissional no exercício das suas funções, assim contribuindo para o desenvolvimento e prestígio da Instituição.

III. Sumário Executivo

O Resultado Líquido consolidado do Grupo Caixa Geral de Depósitos elevou-se, em 2007, a 856,3 milhões de euros, contra 733,8 milhões no ano anterior, o que representa um crescimento de 16,7%. Para o Resultado Líquido obtido pelo Grupo, a Caixa-Seguros concorreu com 162,4 milhões de euros, +6,5 % do que em 2006, as Unidades no exterior com 85 milhões (+123%) e a banca de investimento com 40,4 milhões (+41,3%).

O Produto da Actividade bancária e de seguros aumentou 5,5% para 3 149,3 milhões de euros, cabendo à Margem Financeira Alargada 2 032 milhões (+14,3%). Esta margem inclui a Margem de Juros, em sentido estrito, que somou 1 939,1 milhões de euros (+13,7%), bem como os Rendimentos de instrumentos de capital, sob a forma de dividendos, que atingiram 92,9 milhões (+27,2%).

A Margem Complementar cifrou-se em 568,1 milhões de euros, nela se salientando o peso dos Rendimentos de Serviços e Comissões que, líquidos de encargos, somaram 394,9 milhões de euros (+8,3%). Os resultados em Operações Financeiras, apresentaram um valor positivo de 84,3 milhões de euros, após a afectação integral do impacto negativo, originado pela crise no mercado hipotecário nos EUA (*"subprime"*), bem como das desvalorizações nas carteiras de títulos resultantes do alargamento dos *"spreads"*.

Na área seguradora, a margem técnica da actividade de seguros contribuiu com 549,2 milhões de euros para o produto da actividade do Grupo, diminuindo 6,3% face à margem apurada em 2006. Em contrapartida o contributo das seguradoras do Grupo para a margem financeira, através da venda de produtos financeiros, progrediu 8,6% face a 2006, totalizando 52,1 milhões de euros.

Os Custos Operativos somaram 1 735,7 milhões de euros, +2,4% no ano, valor que traduz um aumento de 2,6% nos Custos com Pessoal e nos Fornecimentos e Serviços de Terceiros.

Os indicadores de eficiência evoluíram favoravelmente durante o ano, tendo o rácio *cost-to-income* apresentado uma melhoria de 1,1 p.p., baixando de 56,2% para 55,1%. Considerando apenas a actividade bancária do Grupo, o indicador reduziu-se de 53,6% para 52,5%.

O valor afecto à Imparidade do Crédito líquida de reversões, ascendeu a 249,4 milhões de euros, que conduziu a uma melhoria do grau de cobertura do crédito em incumprimento de 115,5 para 120,1%.

Os impostos sobre lucros totalizaram 177,5 milhões de euros, respeitando 315,2 milhões de euros a impostos correntes (+18,6%) e 137,6 milhões de euros em impostos diferidos activos, a deduzir.

Os rácios de rentabilidade mantiveram valores semelhantes a 2006: a Rentabilidade líquida dos Capitais Próprios (ROE) ascendeu a 17,1% (20,5% antes de impostos), enquanto a Rentabilidade líquida do Activo (ROA) foi de 0,91% (1,09% antes de impostos).

O Activo Líquido do Grupo CGD alcançou 103,6 mil milhões de euros, apresentando um crescimento de 7,6% face ao final do ano anterior, para o que contribuiu, em especial, o aumento registado no Crédito a Clientes e nas Aplicações em Títulos. No lado do Passivo salientou-se a expansão verificada nos Recursos de Instituições de Crédito e Responsabilidades Representadas por Títulos.

Para o Activo Líquido do Grupo, a actividade individual da CGD contribuiu com 73,7%, o sector segurador com 12,2 % e o Banco Caixa Geral em Espanha com 4,4% (3,6% em 2006). Entre as restantes Instituições destacam-se, ainda, a Caixa Leasing e Factoring com 2,7% e o BNU (Macau) com 1,8%.

A qualidade dos activos apresentou uma melhoria, com o Rácio de Crédito Vencido a situar-se em 2,1%, ligeiramente inferior ao do ano transacto. O Rácio do Crédito com Incumprimento, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, fixou-se também, em 2,1% (2,3% em 2006).

O montante da Imparidade acumulada em Crédito a Clientes (normal e vencido) foi, no final do ano, de 1 729 milhões de euros, tendo sido reforçada em 173 milhões (+11,1%), o que significou um grau de cobertura de todo o crédito vencido de 121,4% e de 138% para o crédito vencido há mais de 90 dias, valores também próximos dos observados em 2006.

Os recursos totais captados pelo Grupo, excluindo os do mercado monetário provenientes de Instituições Financeiras, alcançaram 91,2 mil milhões de euros (+4,2%), com os recursos de balanço a ascender a 78,5 mil milhões (+4,9%) e os de “fora do balanço” a 12,7 mil milhões (-0,2%).

Nos recursos de balanço sobressaem no segmento de retalho os Depósitos de Clientes, com um saldo de 50,6 mil milhões de euros (-1,2% face ao ano transacto) e os seguros de capitalização, no montante de 8,7 mil milhões (+9,5%). No tocante aos recursos obtidos no mercado de capitais junto de investidores institucionais, o Grupo apresentou um saldo global de 17,6 mil milhões de euros (+32,7%), com origem sobretudo em obrigações hipotecárias e em *Euro Medium Term Notes* emitidas.

Os Capitais Próprios ascenderam a 5,5 mil milhões de euros, tendo sido reforçados em 527 milhões (+10,5%) durante o ano.

O Rácio de Solvabilidade consolidado, calculado nos termos dos normativos do Banco de Portugal, apresentou um valor de 10,1%, abaixo do verificado no ano anterior (10,5%), em consequência, sobretudo, do elevado crescimento que se verificou nas posições de risco ponderadas (+16,2%), bastante superior ao dos Fundos Próprios (+11,9%). O Tier I, por seu turno, baixou de 7,4% para 6,7%, e o Core Tier I, de 6,2% para 5,8%.

IV. Apresentação do Grupo

Estrutura Accionista

Marcos Históricos

Dimensão do Grupo e Ranking Internacional

Evolução do Grupo CGD

Rede de Distribuição

Marca

Qualidade

Recursos Humanos

Principais Eventos

ESTRUTURA ACCIONISTA

O capital da Caixa Geral de Depósitos é detido pelo accionista único, o Estado Português. Em 31 de Dezembro de 2007 o Estado aprovou um aumento do capital social em 150 milhões de euros elevando-o para 3 100 milhões de euros.

MARCOS HISTÓRICOS

- 1876** Criação da Caixa Geral de Depósitos, na dependência da Junta de Crédito Público, com a finalidade essencial de recolha dos depósitos obrigatórios, constituídos por imposição da lei ou dos tribunais.
- 1880** É criada a Caixa Económica Portuguesa, para recebimento e administração de depósitos de classes menos abastadas, que seria fundida de facto com a CGD em 1885.
- 1896** A CGD autonomiza-se da Junta de Crédito Público. Sob a administração da CGD são criadas a Caixa de Aposentações para trabalhadores assalariados, e o Monte de Piedade Nacional, para realização de operações de crédito sobre penhores.
- 1918** A CGD desenvolve as actividades de crédito em geral.
- 1969** A CGD, até então serviço público, sujeito às regras da Administração do Estado, assume o estatuto de empresa pública.
- 1975** Criação da Sucursal de Paris.
- 1982** São criadas as empresas de leasing Locapor e Imoleasing (1982). Nos anos seguintes são criadas as sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário Fundimo (1986) e mobiliário Caixagest (1990), e adquiridas participações de domínio na sociedade financeira de corretagem Sofin (1998), e para aquisição a crédito Caixa Crédito (2000).
- 1988** Criação do Grupo Caixa por tomada de participações de domínio no Banco Nacional Ultramarino, e na Companhia de Seguros Fidelidade.
- 1991** Aquisição em Espanha do Banco de Extremadura, e do Chase Manhattan Bank España, que se passou a designar por Banco Luso-Español.

- 1992** Aquisição de posição na sociedade de capital de risco Promindustria, instituição que em 1997 deu origem à Caixa Investimentos, sociedade de investimentos.
- 1993** A CGD é transformada numa sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. É consagrada a sua vocação de banco universal e plenamente concorrencial, sem prejuízo da sua especial vocação para formação e captação de poupanças, e de apoio ao desenvolvimento económico e social do país.
- 1995** Aquisição em Espanha do Banco Siméon.
- 1997** Criação de raiz do Banco Comercial e de Investimentos de Moçambique.
- 1998** Inauguração da Sucursal em Cabo Verde, convertida em 1999 no Banco Interatlântico. Com a aquisição em 2000 do Banco Comercial do Atlântico, o Grupo CGD transforma-se na instituição mais importante de Cabo Verde.
- 1998** A CGD entra na área da saúde através da criação do HPP-Hospitais Privados de Portugal.
- 2000** Aquisição da seguradora Mundial Confiança e do Banco Totta & Comercial Sotto Mayor de Investimento SA, mais tarde denominado Caixa Banca de Investimentos.
- 2001** CGD inaugura Sucursal em Timor Leste.
- 2001** Integração do Banco Nacional Ultramarino na CGD.
- 2001** A Sucursal de Paris integra o Banque Franque Portugaise dando origem à Sucursal de França.
- 2002** Racionalização e consolidação dos bancos comerciais em Espanha mediante a fusão do Banco Luso-Español, do Banco da Extremadura e do Banco Siméon.
- 2004** Com a aquisição da seguradora Império Bonança em 2004, o Grupo CGD passa a liderar o sector segurador nacional.
- 2004** Através de um reforço de capital a CGD passa a ter uma posição dominante no Mercantile Lisbon Bank Holding da África do Sul.
- 2006** O Banco Siméon altera a designação e marca para Banco Caixa Geral.

DIMENSÃO DO GRUPO E RANKING INTERNACIONAL

A CGD consolidou em 2007 a posição de liderança nas principais áreas de actuação, designadamente na banca de retalho em Portugal, atingindo a sua quota de mercado nos Depósitos de clientes 27,2% no final do ano, com destaque para os segmentos de particulares e emigrantes, cujas quotas ascenderam a 32,9% e 40,4%, respectivamente.

Dimensão do Grupo – Quotas de Mercado em Portugal

	Dez 2006		Dez 2007	
	Quota	Ranking	Quota	Ranking
Actividade Bancária				
Activo Líquido (a)	31,3%	1º	30,5%	1º
Crédito a Clientes (b)	20,2%	2º	20,3%	2º
- Crédito a Empresas	13,3%	n.d.	14,9%	n.d.
- Crédito a Particulares	24,0%	1º	23,6%	1º
- Crédito à Habitação	27,7%	1º	27,2%	1º
Depósitos de Clientes (b)	29,9%	1º	27,2%	1º
- Depósitos de Particulares	35,2%	1º	32,9%	1º
Resultado Líquido (a)	27,5%	2º	29,6%	1º
Actividade Seguradora (c)	24,2%	1º	26,0%	1º
Ramo Vida	20,0%	1º	23,6%	1º
Ramo Não Vida	32,6%	1º	31,2%	1º
Crédito Especializado (d)				
Leasing imobiliário	15,0%	3º	17,0%	3º
Leasing mobiliário	10,1%	4º	12,9%	5º
Factoring	13,9%	4º	13,9%	3º
Gestão de Activos				
Fundo de Investimento Mobiliário (FIM) (e)	21,9%	1º	24,1%	1º
Fundo de Inv. Imobiliário (FII) (e)	12,9%	2º	12,2%	2º
Fundos de Pensões (f)	6,4%	6º	7,0%	5º
Gestão de Patrimónios (g)	25,1%	2º	24,7%	2º

(a) Considerando a actividade consolidada dos cinco maiores Grupos do sistema bancário português.

(b) Fonte: E.M.F. do Banco de Portugal. No Crédito estão incluídas as operações titularizadas.

(c) Fonte: Instituto de Seguros de Portugal. Respeitam à actividade em Portugal

(d) Fonte: ALF – Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.

(e) Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).

(f) Fonte: Instituto de Seguros de Portugal. Quotas conjuntas da CGD Pensões, SA e da Fidelidade-Mundial, SA (dados provisórios em 2007).

(g) Fonte: CMVM. Quota não corrigida de um problema de dupla contabilização em outras sociedades gestoras, tal como referido nos relatórios de Gestão de Activos da CMVM.

No Crédito a Clientes, o forte dinamismo evidenciado em 2007 (+16,6%) permitiu elevar para 20,3% a quota de mercado da CGD, em Portugal, a qual atinge no segmento da Habitação 27,2% e no Sector Público Administrativo 44,6%, mantendo a Caixa a liderança nestes segmentos. Nas Empresas a quota de mercado reforçou-se de 13,4% para 14,9%.

Na área seguradora, a liderança do mercado pela Caixa Seguros, com uma quota global de 26% (+1,8 pp. que no ano anterior), alarga-se às principais áreas de negócio, com particular destaque para os Ramos Vida, onde a quota foi reforçada para 23,6%, mas também para os Ramos Não Vida, onde atinge 31,2% do total de prémios produzidos em Portugal.

A actividade da área do crédito especializado, desenvolvida através da CLF-Caixa Leasing e Factoring, também evidenciou crescimentos no ano acima da média do sector em todos os produtos, em especial no *leasing* mobiliário (+49%) e no imobiliário (+35%), a que corresponderam aumentos das respectivas quotas de mercado de 10,1% em 2006 para 12,9% em 2007 e de 15% para 17%.

Na gestão de activos, a Caixagest reforçou a posição de liderança no *ranking* das sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário a operar em Portugal, com a quota de mercado a atingir 24,1%, face aos 21,9% registados em 2006. A Fundimo, nos fundos de investimento imobiliário, alcançou uma quota de 12,2% (12,9% em 2006), mantendo o 2º lugar no *ranking* das sociedades gestoras.

Em 2007 o Caixa-Banco de Investimento (CaixaBI) consolidou a sua posição de liderança e de instituição de referência nacional nas diversas áreas da banca de investimento, em particular no que respeita ao *project finance*, assessoria financeira, área onde ocupou em 2007 uma das primeiras posições no *ranking* de fusões e aquisições em Portugal em termos de número de operações, e liderança de emissões nos mercados primários de acções e de obrigações. Na vertente de *project finance*, que possui uma base internacional cada vez mais desenvolvida, com particular realce para o mercado espanhol, o Banco foi a 9ª instituição como *Mandated Lead Arranger* no *ranking* de *Project Finance Loans* a nível da Península Ibérica.

Considerando a excelência do desempenho do CaixaBI, reforçada com o forte impulso internacional da sua actividade, o Banco foi distinguido em 2007 com diversos prémios, com destaque para o de *Best Investment Bank* em Portugal, atribuído pela revista *Euromoney*, e para o de *Deal of the Year*, atribuído pela revista *The Banker* à 4ª fase de reprivatização da Galp Energia SGPS, onde o Banco foi coordenador global e *bookrunner*. Também na edição de 2007 dos *IRG Awards* atribuídos pela Deloitte, o CaixaBI foi distinguido como Melhor Instituição Financeira de *Research* e ainda com o prémio Melhor Analista Financeiro.

Ranking Internacional

No contexto mundial a CGD e de acordo com a Revista “*The Banker*”, edição de Julho de 2007, subiu para a 103^a posição no *ranking* das maiores instituições bancárias (109^a posição em 2006), pelo critério do volume de Activos, e subiu também para a 131^a posição (140^a em 2006), em termos do volume de capitais próprios. Entre os bancos europeus, a CGD melhorou a sua posição em função do valor dos Activos, subindo de 68^a em 2006 para a 61^a posição em 2007 (Revista “*The Banker*”, edição de Outubro de 2007).

EVOLUÇÃO DO GRUPO CGD

A evolução do Grupo CGD, no ano de 2007, caracterizou-se pela continuidade das principais linhas de orientação já definidas para o triénio.

Tendo em vista consolidar a posição de liderança do Grupo CGD na área seguradora, através da Caixa Seguros, SGPS, concluiu-se a aquisição da totalidade do capital da Império Bonança e da Companhia Portuguesa de Resseguros, esta especificamente orientada para a actividade resseguradora, e constituiu-se a Multicare-Seguros de Saúde, para o desenvolvimento das actividades seguradora e resseguradora no ramo da doença, nomeadamente na gestão de uma rede de médicos convencionados.

No âmbito da parceria assinada no ano anterior, entre o Grupo CGD e o maior grupo hospitalar espanhol – a USP Hospitales –, a Caixa Seguros procedeu, em 2007, à aquisição de 10% do capital da USP Hospitales e, em simultâneo, esta adquiriu uma participação de 25% do capital da HPP-Hospitais Privados de Portugal, SGPS, que gere uma rede de hospitais e clínicas. Esta última aquisição foi realizada através da subscrição, pela USP, do aumento de um capital da HPP, SGPS, no montante de 1 833 mil euros.

Na área da banca de investimento, de referir o bom desempenho do Caixa Banco de Investimento, evidenciado pelo crescimento dos principais indicadores de rentabilidade e na atribuição, em 2007, do galardão Melhor Banco de Investimento em Portugal pela revista *Euromoney*.

Na área de gestão de activos sublinha-se o desempenho positivo das diferentes classes de activos sob gestão, pese embora o contexto adverso que se verificou no segundo semestre de 2007 nos mercados financeiros. Para esse facto contribuiu o lançamento de novos fundos, com o qual se pretendeu assegurar uma oferta diversificada aos clientes do Grupo CGD permitindo, deste modo, maximizar a rentabilidade das suas aplicações.

No crédito especializado, numa óptica de complementaridade e em estreita articulação com o canal bancário, o negócio do Grupo é desenvolvido pela Caixa Leasing e Factoring, IFIC, que concentra as áreas de *leasing*, *factoring* e crédito ao consumo. Nesta área, os objectivos estabelecidos e uma forte aposta no financiamento automóvel levaram a um processo de reestruturação, de forma a otimizar o ganho de sinergias e uma adequação da rede interna às redes comerciais bancárias. Em 2007, a IFIC registou aumentos das quotas de mercado em todas as áreas de negócio.

No desenvolvimento do negócio imobiliário do Grupo CGD, merecem referência o aumento de capital social na Wolfpart, SGPS, de 50 mil para 1 300 mil euros, e as aquisições pela *holding* de 25% do capital das sociedades Torre Ocidente, Imobiliária e Torre Oriente, Imobiliária.

Na vertente de capital de risco, de mencionar o aumento de capital do Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital, no montante de 109,8 milhões de euros, para ocorrer aos investimentos programados, o qual foi integralmente subscrito pela CGD, que ficou a deter 96,87% do Fundo.

Na área internacional destaca-se, em Moçambique, a aquisição de 9% do capital social do Banco Comercial e de Investimentos e Fomento, passando o Grupo de uma participação de 42% para 51% no capital do banco.

Em Espanha, o Banco Caixa Geral concretizou a terceira e última *tranche* do aumento de capital social efectuado no exercício de 2005, no montante de 82 495 mil euros, após o qual o Grupo ficou a deter uma participação efectiva de 99,75% no banco.

No segundo semestre de 2007, foi criada a Sucursal de Espanha da CGD, vocacionada para o apoio ao Grupo no âmbito de operações que pelas suas características específicas se devem manter no balanço da CGD.

Em Macau, a CGD subscreveu e realizou integralmente o aumento de capital social Subsidiária Offshore de Macau, no montante de 51 milhões de patacas, correspondentes a 4 313 mil euros.

Por último, de referir que o Banco Central do Brasil autorizou, já em Fevereiro de 2008, o Grupo CGD a constituir no Brasil o Banco Caixa Geral – BRASIL, SA ainda em fase de estudo.

Ainda no âmbito nacional, merece destaque a constituição, em Abril de 2007, da Credip – Instituição Financeira de Crédito, SA, em parceria com a Parpública – Participações Públicas, SGPS, e cuja actividade incide, em especial, no financiamento de infra-estruturas públicas. Dos 10 milhões de euros do capital social, a CGD realizou e subscreveu 80% e a Parpública os restantes 20%.

No âmbito da gestão da carteira de participações financeiras e em conformidade com as linhas de orientação definidas para o Grupo CGD, procedeu-se, no exercício de 2007, ao reforço da participação no capital da PTM de 1,41% para 14,38%, tendo-se alienado a totalidade da participação na Cimpor, bem como nas pequenas participações na NYSE Euronext Inc., e na Mastercard Inc..

Deu-se continuidade, em 2007, à reorganização da presença do Grupo CGD, no domínio da Internet, através da Caixatec - Tecnologias de Comunicação, SA, empresa que resultou da fusão entre a CaixaWeb - Serviços Técnicos e de Consultoria, SA e a Imoportail.com. A nova empresa está vocacionada para o desenvolvimento de portais associados ao desenvolvimento do Grupo.

Na área cultural, de registar o processo de constituição da Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest -, cujo reconhecimento legal ocorreu já em 24 de Janeiro de 2008 e que irá substituir a Culturgest–Gestão de Espaços Culturais nas actividades de promoção cultural.

Grupo Caixa Geral de Depósitos

	NACIONAL	ÁREA INTERNACIONAL
Banca Comercial	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Banco Caixa Geral (Espanha) 99,8%
		BNU (Macau) 100,0%
		CGD Subsidiária Offshore Macau 100,0%
		B. Comercial Atlântico (C. Verde) 65,00%
		Banco InterAtlântico (C. Verde) 70,0%
		Mercantile Bank Hold. (África Sul) 91,8%
		B. Com. Investim. (Moçambique) 51,0%
		B. Internacional S.Tomé e Príncipe 27,0%
Gestão de Activos	Caixa Gestão de Activos, SGPS 100,0%	
	CAIXAGEST 100,0%	
	CGD Pensões 100,0%	
	FUNDIMO 100,0%	
Crédito Especializado	Caixa Leasing e Factoring – IFIC 100,0%	BCI-ALD (Moçambique) 100,0%
	CREDIP - IFIC 80,0%	
Banca Investimento e Capital Risco	Gerbanca, SGPS 100,0%	A Promotora (Cabo Verde) 62,2%
	Caixa Banco de Investimento 99,7%	GCI-S.Capital Risco (Moçambique) 39,0%
	Caixa Capital 100,0%	
	Caixa Desenvolvimento, SGPS 100,0%	
Seguros	Caixa Seguros, SGPS 100,0%	Garantia (Cabo Verde) 80,9%
	Comp. Seguros Fidelidade Mundial 100,0%	
	Império Bonança, Comp. Seguros 100,0%	
	Via Directa Companhia de Seguros 100,0%	
	Cares Companhia de Seguros 100,0%	
	Companhia Port. de Resseguros 100,0%	
	Fidelidade Mundial, SGII 100,0%	
	GEP – Gestão de Perit Automóveis 100,0%	
	EAPS E. Análise, Prev. e Seg. 100,0%	

Saúde	HPP Hospitais Priv Portugal, SGPS	75,0%
	LCS – Linhas de Cuidados Saúde	100,0%
	Multicare – Seguros de Saúde	100,0%
	EPS – Gestão de Sistemas Saúde	100,0%

Serviços Auxiliares	CULTURGEST	100,0%
	CAIXATEC Tecnol. de Informação	100,0%
	IMOCAIXA	100,0%
	Sogrupos Sistemas Informação ACE	-
	Sogrupos Serviços Administrat. ACE	-
	Sogrupos IV Gestão Imóveis ACE	-
	CAIXANET	80,0%
	ESEGUR	50,0%
	LOCARENT	45,0%
	SIBS	21,6%
	UNICRE	17,6%
	EUFISERV	3,9%

INTERBANCOS (Moçambique)	37,0%
SISP (Cabo Verde)	20,0%

Outras Participações Financeiras

NACIONAL

Outras Participações	Banco Comercial Português	2,9%
	Portugal Telecom	6,4%
	EDP	5,3%
	REN Redes Energéticas Nacionais	20,0%
	GALP Energia	1,1%
	ZON Multimédia	14,4%
	TAGUSPARQUE	10,0%
	AdP Águas de Portugal, SGPS	20,4%
	SOFID Soc. Financ. Desenv. IFIC	10,0%
	F.TURISMO, Soc. Gest. F. Inv. Im.	33,5%
	Floresta Atlântica SGFI.	13,5%
	Wolfpart, SGPS	100,0%
	Caixa Participações, SGPS	100,0%

ÁREA INTERNACIONAL

SEAP (Macau)	25,0%
JETCO (Macau)	0,01%

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A rede comercial do Grupo CGD era constituída no final de 2007 por 1 187 agências, das quais 810 localizadas em Portugal e 377 no estrangeiro tendo sido reforçada em 50 unidades, 28 no exterior e 22 em Portugal. Em Espanha, o Banco Caixa Geral inaugurou 20 novas agências, dando continuidade ao seu plano de expansão da rede de negócio. Em território nacional, privilegiou-se, em especial, as zonas urbanas de grande densidade populacional, como a Região de Lisboa com nove agências inauguradas, a Região do Porto com quatro, Braga com duas, Leiria com duas e Algarve, também com duas agências.

Em Espanha, refira-se, ainda, a abertura de uma Sucursal da CGD – Sucursal de Espanha, cuja actividade irá potenciar novas oportunidades de negócio, em articulação com o Banco Caixa Geral.

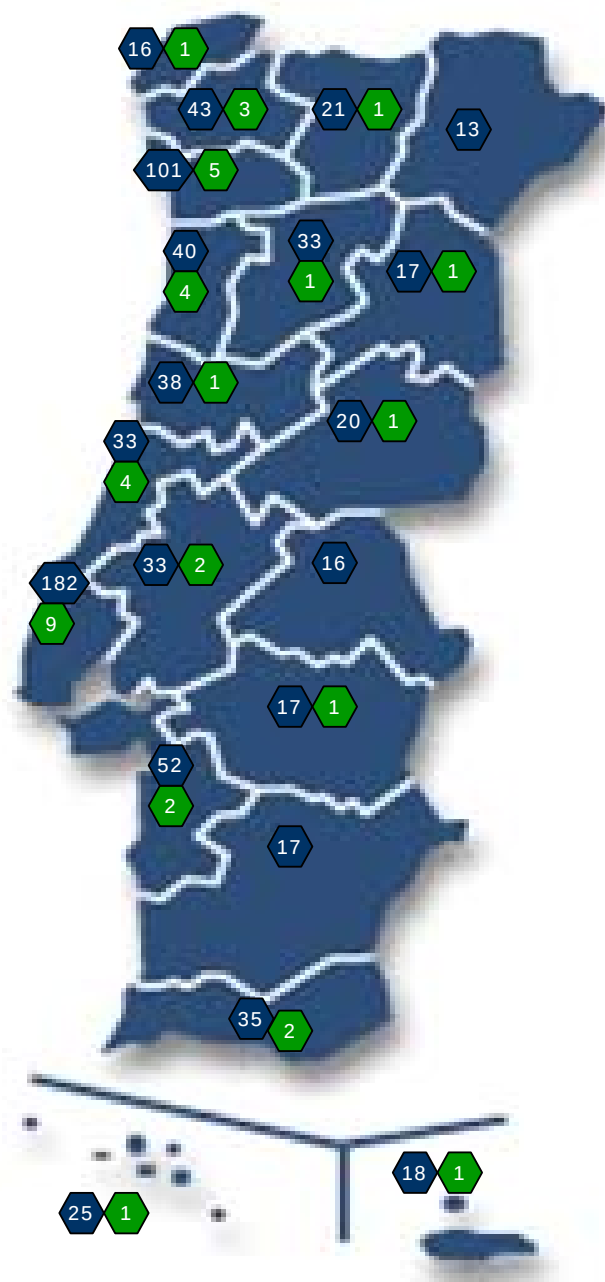
Número de Agências Bancárias do Grupo

	2006	2007
CGD (Portugal)	788	810
Rede de Balcões	737	770
Rede Gabinete Empresas & Soluções	41	40
Caixa Banco de Investimento (Lisboa+Madrid)	2	2
Sucursal de França	45	45
Banco Caixa Geral (Espanha)	188	208
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	13	14
Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique)	38	42
Banco Interatlântico (Cabo Verde)	5	6
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	25	27
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	15	15
Outras Sucursais da CGD	16	17
Subsidiária Offshore de Macau	1	1
Total	1 136	1 187
Escritórios de representação	11	11

No âmbito do serviço Caixazul, principal suporte da relação com o segmento de clientes **Gama Alta**, foram instalados em agências 29 novos **Espaços Caixazul**, elevando-se o número de agências com aqueles espaços a 485 no final do ano.

Também para os **residentes no estrangeiro**, no âmbito da melhoria e adequação da oferta de produtos e serviços específicos para este segmento, destaca-se a criação de 26 **Postos de Atendimento Especializados** (17 para clientes portugueses e 9 para estrangeiros).

Rede de Distribuição em Portugal



Rede Balcões



Gabinete de Empresas & Soluções

REDE DE DISTRIBUIÇÃO INTERNACIONAL



Dimensão da rede distribuidora da unidade.

MARCA

A marca CAIXA é um dos principais activos da Caixa Geral de Depósitos e uma das marcas mais fortes no imaginário dos portugueses, tendo como valores intrínsecos a **confiança**, a **solidez**, o **rigor**, a **transparência** e a **responsabilidade**. A percepção destes valores está alicerçada numa presença centenária nos mercados, numa conduta assente em boas práticas e na credibilidade junto dos clientes e da população.

Atravessando séculos de história, a marca é hoje um valor seguro e incontornável da identidade da CGD e da sua afirmação na sociedade, profundamente inserida no relacionamento das famílias com o mundo financeiro.

Sendo uma instituição bancária de características universais, assegurando propostas de serviço integral aos clientes mais diferenciados, a marca CAIXA foi criada e enraizada na população, desde os seus primórdios, com a recolha da pequena POUPANÇA como a sua razão de ser, e sua aplicação em INVESTIMENTO público e privado, de uma forma decisiva para o desenvolvimento económico e social do País.

A identidade da marca CAIXA Geral de Depósitos resistiu a crises sociais e económicas renascendo sempre com novas forças e com espírito de mudança em momentos chave da vida do nosso País que potenciaram a sua expansão e a destacaram, como a primeira instituição bancária, posição que continua a ocupar no universo financeiro e a tornaram, desde muito cedo, uma INSTITUIÇÃO DE REFERÊNCIA fundamental para a economia portuguesa.

Sobretudo nos últimos vinte anos, as profundas alterações do sistema financeiro e a integração na União Europeia resultaram em novos desafios e oportunidades que a Caixa Geral de Depósitos aproveitou para se inserir ainda com mais força na economia, colocando a marca CAIXA no caminho de todos os portugueses, seja na banca de retalho, seja no mundo empresarial. A marca CAIXA tornou-se dominante no crédito à habitação permitindo o acesso à aquisição de casa própria a milhões de portugueses e assegurou a sua penetração no tecido das pequenas e médias empresas ou no financiamento dos grandes projectos empresariais ou nacionais.

O grau de notoriedade e de relevância da CAIXA têm sido, ao longo dos anos, reafirmados em todos os inquéritos de opinião e de satisfação e nas avaliações de empresas dessa área, colocando a **confiança** e a **solidez** em lugar de destaque.

No campo das regras de boa conduta a CAIXA tem merecido essa confiança através da clareza e transparência que assume em todos os seus actos e na relação com os seus clientes, identificando todos os contornos e detalhes das operações e, facultando meios, hoje também pela Internet, para a sua consulta directa e simulação dos resultados.

Aos valores indicados está associado ainda o nível de RENTABILIDADE atingido pela Caixa Geral de Depósitos, proporcionando elevados padrões de valor e riqueza para o accionista Estado e para a economia portuguesa, tornando-a uma das instituições que nos últimos anos, alcançou níveis de dimensão europeia. As mais prestigiadas agências internacionais de *rating* têm vindo a destacar a Caixa Geral de Depósitos como o banco de melhor *rating* entre os bancos portugueses.

Salientam-se a seguir alguns elementos de reconhecimento e da notoriedade da marca Caixa divulgados recentemente no mercado:

- No estudo **Marcas de Confiança** das Selecções Reader's Digest, a CAIXA é eleita pelos Portugueses há sete anos consecutivos, como líder de confiança na área da Banca, e como o Banco em que mais Portugueses confiam.
- **Marca Valiosa** Interbrand: A marca Caixa Geral de Depósitos foi avaliada em 1 491 milhões de euros pela multinacional Interbrand, tendo sido considerada a mais valiosa de Portugal, com uma valorização de cerca de 70% face ao ano anterior. Desde 1987 que a Interbrand é internacionalmente reconhecida pela avaliação anual das melhores marcas mundiais, tendo em 2004 implementado este método pela primeira vez em Portugal e constituído desde essa data o ranking das marcas portuguesas mais valiosas. O Ranking Interbrand resulta da aplicação de um método de avaliação de marcas que inclui parâmetros como sejam as projecções financeiras, o papel e a força da marca, o seu nível de diferenciação, o sucesso do posicionamento e a sustentabilidade da diferenciação face à concorrência.
- **Marca Magnética** – Através da parceria entre a Brandia Central e a Marklab (Laboratório de Investigação Aplicada às Ciências do Marketing), a Caixa foi eleita no Top10 das marcas que os portugueses consideram mais «magnéticas».
- **Prémios de Publicidade**
 - Blog Planeta Agradece – Sapo, categoria Prémio Especial – O melhor Blog (ouro)
 - Anúncio de imprensa Planeta Agradece – Sapo, categoria Media e Educação (ouro)
 - Cartão Caixa Works – Prémio Design Briefing 2007, categoria O melhor logótipo (ouro)
 - Cartão MTV – Sapo, categoria Sector Financeiro (ouro)
 - Crediformação – Sino 2007 (bronze)
 - Credito Automóvel – Sino 2007 (bronze)

- **Distinção nas Operações**

Atribuída a Certificação de Qualidade à Área de Gestão de Operações da Direcção de Mercados Financeiros, em Abril de 2007, pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação. Esta foi a primeira Direcção da Caixa Geral de Depósitos certificada pela qualidade, tendo sido responsável pelo lançamento da primeira emissão de obrigações hipotecárias em Portugal, numa operação elogiada pela “Euroweek”, que a classificou como a terceira melhor emissão entre todas as operações realizadas em 2006 para esta classe de produtos.

- **Prémios alcançados pela CGD** ou pelas empresas do Grupo distintivos da sua actividade e marca:

- **Caixa BI**

- **Best Investment Bank (Melhor Banco de Investimento em Portugal)** – pela revista **Euromoney**;
 - **Deal of the Year 2007** (4ª fase de reprivatização da Galp Energia SGPS) - pela revista **The Banker**;
 - **Melhor Instituição de Research - IRG Awards** da consultora **Deloitte**;
 - **Melhor Analista Financeiro - IRG Awards** da consultora **Deloitte**
 - **North America Transport Deal of the Year** (Northwest Parkway - Brisa) - pela revista **Project Finance**
- O lançamento de diversas iniciativas de consolidação da Marca (no Universo da Internet).

A criação de comunidades virtuais, em torno de causas como o ambiente, o desporto, a cultura, ou a solidariedade, assenta numa estratégia de comunicação emocional, que permite à CGD reforçar novas dimensões da sua marca: proximidade, vitalidade e modernidade.

- Na blogosfera, a Caixa também marca presença dando, pela primeira vez no sector financeiro português, a possibilidade de comunidades e indivíduos participarem activamente e se expressarem num canal de informação online de interesse público e cívico. O *blog* “O Planeta Agradece” nasce do Programa “Caixa Carbono Zero 2010” inserido na estratégia da CGD para as questões ambientais no âmbito da Responsabilidade Social.

CGD: A Marca que Lidera

- O 1º lugar na captação de recursos;
- O 1º lugar em activo total;
- O 1º lugar em produto de actividade;
- O 1º lugar na margem financeira;
- O 1º lugar em fundos de investimento mobiliário;
- O 1º lugar nos seguros do ramo vida;
- O 1º lugar nos seguros do ramo não vida;

E ainda em 2007, a CGD alcançou:

- O 1º lugar em Crédito à Habitação (Produção);
 - O serviço de internet banking mais utilizado, segundo a Netsonda 2007;
-

QUALIDADE

Constitui uma prioridade estratégica da Caixa o prosseguimento de iniciativas de enfoque na qualidade de serviço ao cliente. O objectivo é garantir que os clientes tenham o melhor acolhimento das suas necessidades e usufruam de um serviço de qualidade superior quando se dirigem à Caixa, qualquer que seja o canal utilizado ou o produto pretendido.

A CGD tem vindo a efectuar o seguimento de níveis de serviço, e revisão permanente de processos de venda e atendimento como forma de promoção de mudança organizacional.

Os programas de visitas mistério às agências CGD e de satisfação de clientes particulares, de avaliação da qualidade do Serviço Caixazul, e de avaliação da satisfação das PME's, pretendem avaliar a qualidade do serviço prestado nas Agências, nos Espaços Caixazul e nos Gabinetes Empresas & Soluções, respectivamente, e medir a lealdade e a satisfação dos clientes.

Direcção de Mercados Financeiros: Certificado de Qualidade ISO 9001

A APCER – Associação Portuguesa de Certificação, entidade líder na actividade de certificação de Sistemas de Gestão de Qualidade em Portugal, procedeu à auditoria de Certificação da Qualidade dos Processos Operativos implementadas na Direcção de Mercados Financeiros tendo emitido o Certificado de Conformidade APCER, que comprova que a organização tem em funcionamento um Sistema de Gestão de Qualidade de acordo com a NORMA ISO 9001.

Na origem deste reconhecimento está o empenhamento em assegurar o correcto e atempado carregamento de toda a informação referente aos negócios realizados e o tratamento e controlo do conjunto de aspectos administrativos, estatísticos e contabilísticos das operações realizadas pelas áreas de negócio, assim como o procedimento da respectiva liquidação.

Em 2007 foi criada uma área centralizada de gestão e tratamento de reclamações. O novo modelo vai assegurar a uniformidade de tratamento de todas as reclamações feitas à instituição. Para além de garantir as necessidades imediatas de todos os clientes que reclamam, toda a informação recolhida será tratada para encontrar medidas para resolver os problemas que estão na sua origem, e, de futuro, prestar melhor serviço.

Também através de análise dos barómetros externos de particulares e de empresas, tem sido aprofundado o conhecimento sobre o cliente, seus comportamentos, atitudes e opiniões, para permitir identificar áreas críticas de actuação, adequar a oferta e os modelos de serviço, e cumprir com os níveis de serviço adequados a cada segmento de mercado.

RECURSOS HUMANOS

O apoio directo ao negócio e à expansão da rede comercial, o reconhecimento do mérito e do potencial interno, o desenvolvimento das capacidades e competências dos empregados e a criação de melhores condições de equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal dos elementos das equipas foram os eixos estratégicos da gestão de Recursos Humanos no ano de 2007.

Em 31 de Dezembro de 2007, faziam parte do GRUPO CGD, 20 562 empregados, contra 20 106 em 2006, registando-se um aumento de 456 novos empregados com origem na rede das filiais bancárias no estrangeiro (+232) e nas seguradoras do Grupo e associadas (+236).

Estavam afectos à actividade bancária um total de 13 648 empregados, dos quais 9 695 em Portugal, 1 034 no Banco Caixa Geral (Espanha), 1 620 em África (Moçambique, Cabo Verde e África do Sul) e 399 em Macau.

Em Portugal, o efectivo da Caixa, na actividade bancária, reduziu-se em 64 empregados (de 9 759 para 9 695), tendo saído durante o ano, por motivos de reforma e outras situações 444 e contratados 380 novos empregados.

Na actividade seguradora salienta-se o peso da Fidelidade-Mundial e da Império-Bonança com 3 195 empregados (+28). Nas empresas associadas às seguradoras trabalhavam 953 pessoas (+174), com destaque para os HPP-Hospitais Privados Portugueses, com 625 e a Multicare com 145.

Nas restantes actividades não bancárias, sobressaem ainda os empregados afectos às Sogrupos-ACE com 850 pessoas, dos quais 482 na Sogrupos-Sistemas Informáticos, 206 na Sogrupos-Serviços Administrativos e 162 na Sogrupos-Gestão de Imóveis. As Sogrupos-ACE, são agrupamentos complementares de empresas, relacionadas com a actividade bancária nas áreas administrativas, de informática, de gestão de activos e de gestão de imóveis.

Nas sociedades financeiras ressalta a Caixa Leasing e Factoring, com 213 empregados e a Caixagest com 75.

Número de Empregados do Grupo (a)

	2006	2007
Actividade bancária consolidada	13 457	13 648
CGD (Actividade Individual)	10 442	10 401
CGD (actividade em Portugal) (b)	9 759	9 695
Sucursais da CGD	673	696
Escritórios de Representação da CGD	10	10
Filiais da CGD	3 015	3 247
Caixa-Banco de Investimento	184	179
Banco Caixa Geral (Espanha)	955	1 034
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	345	399
Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique)	637	715
Banco Interatlântico (Cabo Verde)	59	76
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	405	406
Mercantile Lisbon Bank Holdings	415	423
Outros e Escritórios de Representação das Filiais	15	15
Actividade não bancária	6 649	6 914
Seguradoras	3 441	3 503
Fidelidade-Mundial	1 889	1 917
Império-Bonança	1 278	1 278
Via Directa	79	106
Cares	128	126
Companhia Portuguesa de Resseguros	-	10
Garantia	67	66
Sociedades Financeiras	332	338
Caixagest	75	75
Fundimo	21	23
Caixa Leasing e Factoring	208	213
Outras	28	27
Outras actividades	2 876	3 073
Sogrupa (ACE's) (c)	893	850
Associadas às Seguradoras	779	953
Cuidados de saúde	495	805
Outras	284	148
Esegur (d)	908	967
Serviços Sociais da CGD	71	72
Outras	225	231
Total Consolidado	20 106	20 562

a Não estão incluídos neste Quadro os empregados com vínculo contratual à CGD, colocados no Departamento de Apoio à Caixa Geral de Aposentações (299) ou requisitados em serviço público ou outras situações (82).

b O número da CGD inclui apenas os empregados de actividade bancária, não abrangendo os colocados nos ACE's (Agrupamentos Complementares de Empresas).

c Respeita às ACE's Sogrupa-Serviços de Administrativos, Sogrupa-Serviços de Informação, Sogrupa-Gestão de Activos e Sogrupa-Gestão de Imóveis

d Número correspondente a 50% do efectivo total da Esegur.

Caracterização dos Recursos Humanos

Nas novas contratações privilegiou-se a admissão de jovens licenciados, o que permitiu que a média de idades se mantivesse nos 42,5 anos, bem como o reforço gradual do número de empregados com habilitações ao nível do ensino superior (de 36,5% em 2006 do total do efectivo para 38,8% em 2007).

Na distribuição por género, verifica-se o seu equilíbrio, com uma tendência para reforço do número de mulheres (52,7%), evidenciada no grupo etário abaixo dos 35 anos onde mais de 69% do número total de empregados é do sexo feminino.

Por outro lado, a dinamização da mobilidade interna manteve a convergência para um melhor balanceamento entre as Áreas Comerciais e a das Direcções de Suporte. Assim, resulta que 81% do total de empregados ao serviço efectivo desenvolvem actividade comercial.

Ainda nas admissões de pessoal, a CGD tem vindo a dinamizar junto dos candidatos a utilização da Internet como forma privilegiada do envio de candidaturas, tendo já por esta via recebido um total de 12 325 candidaturas. Durante o ano de 2007, os novos empregados admitidos tinham uma idade média de cerca de 26 anos, 70% dos quais com a frequência de cursos superiores e quase 90% direccionados para as Áreas Comerciais.

Motivação e reconhecimento

A constituição de 18 novas equipas de balcão ao longo de 2007 e a admissão de mais de 300 novos empregados para a rede comercial concorreram para alcançar os objectivos comerciais da Instituição e o reforço do relacionamento com os clientes. Nesse sentido é ainda de mencionar que 200 empregados foram promovidos para os órgãos de Gerência e 215 para as funções de Gestor de Cliente, sem recurso a contratações do exterior, e de terem sido efectuadas mais de 122 nomeações para outras funções, resultando numa dinâmica que envolveu cerca de 5% do efectivo.

Ao longo de 2007, a CGD distinguiu positivamente cerca de 30% dos empregados com aumento da remuneração mensal superior a 5%.

Paralelamente e com o objectivo de melhor diferenciar e reconhecer o desempenho dos seus empregados, a CGD tem vindo a reforçar a sua remuneração variável, através da Participação nos Lucros, premiando o grau de contribuição de cada empregado para os resultados anuais da CGD, e, ainda, desde 2005 através do sistema de objectivos e incentivos comerciais. Este sistema visa motivar e premiar a consecução dos objectivos fixados, quer individualmente quer ao nível das equipas afectas à rede comercial.

Formação

No conjunto dos programas de formação realizados em 2007, de índole operacional, orientados para aspectos técnicos da actividade bancária, quer sejam transversais à CGD ou específicos, foram ministradas 343 879 horas de formação, abrangendo um total de 61 910 participações. O número de horas de formação por empregado situou-se nas 31,4 horas, aproximando-se da referência das 35 horas, correspondendo a um nível de participação médio de 5,6 acções de formação por empregado.

Número de Horas de Formação

Agrupamentos Funcionais	Nº de Horas
Direcção	27 602
Enquadramento	105 674
Técnicas e específicas	77 805
Administrativos	132 607
Auxiliares	191
Total	343 879

Ao nível do seu Programa de Estágios, a CGD promoveu oportunidades de contacto com a realidade bancária a 357 candidatos.

PRINCIPAIS EVENTOS

2007

28 de Fevereiro	Apresentação dos Resultados de Actividade Consolidada de 2006. A CGD obteve um resultado líquido consolidado de 734 milhões de euros em 2006.
5 de Março	Lançamento de seguro exclusivo para mulheres.
3 de Abril	Publicação do Decreto-Lei n.º 106/2007, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, de 3 de Abril, que altera pela segunda vez o Decreto-Lei n.º 287/93, de 20 de Agosto, que aprovou os estatutos da Caixa Geral de Depósitos, S. A. .
10 de Abril	A Assembleia Geral anual da Caixa Geral de Depósitos, SA aprovou o relatório de gestão e as contas do exercício de 2006, e deliberou entregar ao Estado, accionista único, a título de dividendos, € 260 milhões. A Assembleia Geral aprovou, sob proposta do Conselho de Administração, a revisão e aumento da maioria dos objectivos para 2007, constantes do plano estratégico apresentado em 2005.
17 de Abril	Tendo a maioria dos objectivos para 2007, constantes do plano estratégico apresentado, em 2005, pelo Conselho de Administração, sido atingidos em 2006, o Conselho de Administração assume como objectivo a ser alcançado em 2007, um montante de resultados líquidos consolidados não inferior a 800 milhões de euros, cerca de 15% acima do inicialmente previsto.
19 de Abril	Na sequência da alteração, operada pelo Decreto-Lei nº 106/2007, de 3 de Abril, a Assembleia Geral procedeu à eleição da Mesa da Assembleia Geral, para completar o mandato em curso, e à eleição do Conselho Fiscal.
20 de Abril	Moody's aumenta rating da CGD em 2 <i>notches</i> para Aa1.
1 de Maio	A Fitchratings, subiu o <i>outlook</i> da CGD de negativo para estável.
16 de Maio	A CGD lança nova oferta de crédito à habitação para reforçar a liderança do mercado. Entre os novos desenvolvimentos a CGD tem o novo produto T-Fixo, que permite a fixação da prestação, mantendo a indexação à Euribor e o alargamento de prazo até 80 anos de idade.

6 de Junho	Lançamento de cartão de débito com tecnologia de ponta para o segmento universitário.
27 de Junho	Emissão de 2 mil milhões de euros de obrigações hipotecárias.
28 de Junho	Nova Linha de Crédito co-financiada pela CGD e pelo Turismo de Portugal.
4 de Julho	CGD e MTV Portugal lançam cartão de débito.
31 de Agosto	A Standard & Poor's subiu o <i>outlook</i> atribuído à CGD de estável pra positivo.
29 de Novembro	CGD e BEI assinam contrato de financiamento para empresas no valor de 100 milhões de euros.
5 de Dezembro	Novos cartões de crédito com poupança reforma para professores e técnicos de educação.
31 de Dezembro	Aumento de Capital da Caixa Geral de Depósitos, S.A. . O Estado Português, accionista único desta sociedade, aprovou um aumento do capital social em 150 milhões de euros, elevando-o para 3.100 milhões de euros.

2008

9 de Janeiro	Nomeação pelo accionista dos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho de Administração para o triénio 2008-2010.
18 de Fevereiro	A CGD Caixa lança o Programa de Educação Financeira Portal Saldo Positivo, destinado a clientes e não clientes, com o objectivo de promover a literacia financeira e incentivar a poupança.
25 de Fevereiro	Apresentação dos Resultados de Actividade Consolidada de 2007. A CGD obteve um resultado líquido consolidado de 856 milhões de euros em 2007, o que representa um aumento de 16,7%.

V. Enquadramento Macroeconómico

ECONOMIA INTERNACIONAL

Evolução Global

União Europeia

ECONOMIA NACIONAL

Evolução Global

Agregados de Depósitos e Crédito

Taxas de Juro

Evolução Cambial

Mercado Accionista

Mercado Obrigacionista

ECONOMIA INTERNACIONAL

Evolução Global

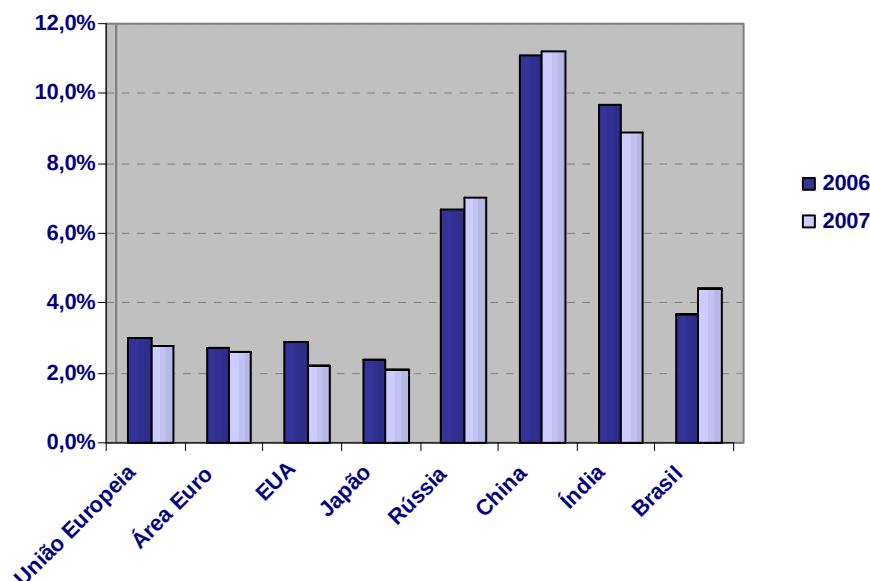
O enquadramento económico internacional caracterizou-se, na primeira metade de 2007, pela manutenção das tendências observadas em 2006, nomeadamente por um crescimento robusto da actividade económica e comércio mundiais, num contexto de políticas monetárias menos acomodatócias e de condições globalmente favoráveis nos mercados financeiros. A partir de meados do ano, este quadro alterou-se de forma significativa, na sequência da crise do crédito *subprime* nos Estados Unidos, que se traduziu numa forte deterioração da confiança dos investidores, escassez de liquidez nos mercados monetário e de crédito e consequente aumento dos *spreads* praticados, factores que condicionaram a condução da política monetária nas principais economias do Globo.

Taxas de variação (em %)

	PIB		Inflação		Taxa de Desemprego	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
União Europeia (25)	3,0	2,8	2,2	2,3	8,2	7,2
Área do Euro	2,7	2,6	2,2	2,1	8,3	7,4
Alemanha	2,9	2,5	1,8	2,3	9,8	8,4
França	2,0	1,9	1,9	1,6	9,2	8,3
Reino Unido	2,9	3,1	2,3	2,3	5,4	5,0
Espanha	3,9	3,8	3,6	2,8	8,5	8,3
Itália	1,8	1,5	2,2	2,0	6,4	6,1
EUA	2,9	2,2	3,2	2,8	4,6	4,6
Japão	2,4	2,1	0,2	0,0	4,1	3,9
Rússia	6,7	7,0	9,0	8,0		
China	11,1	11,2	2,0	5,7		
Índia	9,7	8,9	6,7	4,9		
Brasil	3,7	4,4	3,1	4,0		

Fonte: *Economic Data Pocketbook* – Março 2008; OCDE - *Economic Outlook* - Novembro 2007; ECB-*Statistical Data Warehouse*.

Produto Interno Bruto



- ✓ A performance mundial em 2007 foi fortemente influenciada pela crise dos mercados financeiros nos EUA.
- ✓ O crescimento de 4,9% deveu-se, em grande parte, às economias emergentes.

Em termos globais, apesar da crise mencionada, o ritmo da actividade mundial manteve-se elevado em 2007, tendo o PIB expandido a uma taxa de 4,9%, embora em desaceleração face ao observado em 2006 (5,4%). Esta evolução foi sustentada pelo dinamismo das economias de mercado emergentes e em desenvolvimento, em particular da China, Índia e Rússia, com taxas de crescimento do PIB de respectivamente, 11,2%, 8,9% e 7%, mas também das economias do Médio Oriente e de algumas economias africanas. Em contraste, o crescimento do PIB das economias mais avançadas registou na generalidade um abrandamento, reflectindo sobretudo a desaceleração da actividade nos Estados Unidos e, em menor grau, na área do Euro e no Japão.

Nos Estados Unidos, a evolução da actividade económica continuou a ser condicionada pela queda do investimento residencial, num quadro de deterioração crescente do mercado habitacional e de dificuldades no mercado hipotecário. O crescimento reduziu-se significativamente de 2,9% para 2,2% em 2007, reflectindo uma queda do investimento total determinada pela componente residencial e um crescimento do consumo privado próximo do registado em 2006.

Face a esta tendência de desaceleração e com o objectivo de mitigar os efeitos adversos do agravamento das condições de crédito no mercado de habitação e no crescimento da economia em geral, a Reserva Federal dos EUA reduziu, no último trimestre de 2007, a taxa de referência dos *fed funds* por três vezes, totalizando uma descida de 100 p.b., de 5,25% para 4,25%. Em 2008, procedeu, até 18 de Março, a três novos cortes daquela taxa, fixando-a em 2,25%.

Os bancos centrais de outras economias importantes, por sua vez, adoptaram também medidas, muitas delas concertadas, no sentido de assegurar o normal funcionamento dos respectivos mercados monetários, destacando-se as fortes injeções de liquidez no mercado monetário por parte do Banco Central Europeu para restringir os efeitos da instabilidade e evitar uma maior subida das taxas Euribor.

Também o ano de 2007 ficou marcado pela persistência de níveis elevados dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, para o que contribuiu a manutenção de uma forte procura mundial originada pelo elevado ritmo de crescimento da actividade em algumas economias, designadamente de mercado emergentes e em desenvolvimento. No caso do petróleo, os preços atingiram máximos históricos, com o preço médio mensal do barril do *brent* (spot) a atingir USD 91 em Dezembro de 2007 (USD 62,32 em Dezembro de 2006). Em termos médios anuais, em 2007 o preço do barril do *brent* aumentou 11% face ao valor médio de 2006, mas quando avaliado em euros, a subida foi de apenas 2% devido à valorização do euro em relação ao dólar americano ao longo do ano. Igualmente, o aumento significativo dos preços das matérias-primas alimentares em 2007 reflectiu a procura acrescida deste tipo de produtos.

Nos mercados accionistas, apesar da situação de instabilidade financeira, expressa no aumento da volatilidade, os principais índices bolsistas mostraram valorizações no conjunto do ano, com destaque para os índices americanos Dow Jones, Nasdaq e S&P500 que registaram subidas de 6,6%, 9,8% e 3,5%, respectivamente e, na Europa, os índices DAX (Frankfurt), IBEX 35 (Madrid) e PSI-20 (Lisboa) que se valorizaram em 22,3%, 7,3% e 16,3%, respectivamente.

União Europeia

Nos países membros da União Europeia e da área do Euro, a actividade económica em 2007 cresceu 2,8% e 2,6%, respectivamente, contra as taxas de 3% e 2,7% registadas em 2006.

A economia europeia mostrou, contudo, um comportamento diferenciado ao longo de 2007. Na primeira metade do ano, a actividade económica cresceu a um ritmo semelhante ao registado no conjunto de 2006, suportado pela expansão da procura interna, a qual, apesar da desaceleração verificada no consumo privado, beneficiou do elevado dinamismo do investimento. Na segunda metade de 2007 verificou-se uma ligeira desaceleração do ritmo de expansão, reflectindo as perturbações observadas nos mercados financeiros que deram origem a condições de financiamento mais restritivas e a uma maior incerteza.

Indicadores Económicos da União Europeia e Área do Euro

(em %)

	União Europeia		Área do Euro	
	2006	2007	2006	2007
Taxas de variação (em %)				
Produto Interno Bruto (PIB)	3,0	2,8	2,7	2,6
Consumo privado	2,1	1,9	1,7	1,4
Consumo público	2,0	2,1	2,0	2,2
FBCF	6,0	5,5	5	4,9
Procura Interna	3,0	3,0	2,6	2,5
Exportações	8,9	4,7	7,9	5,9
Importações	8,9	4,4	7,7	5,0
Taxa de Inflação (IHPC)	2,2	2,3	2,2	2,1
Rácios				
Taxa de desemprego	8,2	7,2	8,3	7,4
Saldo do Sector Púb. Adm. (em % do PIB)	-1,6	-1,1	-1,5	-0,8

Fonte: Economic Data Pocketbook – Março 2008

- ✓ Apesar das condicionantes externas, a União Europeia registou um crescimento do PIB de 2,8%, o qual se deveu em grande parte à evolução da procura interna, mais especificamente ao investimento.
- ✓ As injeções de liquidez por parte do BCE, como forma de contrariar os efeitos da crise nos mercados financeiros, não foram suficientes para impedir o aumento das taxas de juro.

A Espanha e a Alemanha apresentaram taxas de crescimento elevadas (3,8% e 2,5%, respectivamente), enquanto nas economias francesa e italiana, a actividade continuou a apresentar um ritmo de crescimento mais fraco (1,9% e 1,5%, respectivamente) e, em contraste, no Reino Unido a actividade acelerou de 2,9% para 3,1%, em 2007. O crescimento da actividade nestas economias assentou em especial na procura interna, com excepção da Alemanha, onde o contributo das exportações líquidas foi superior ao da procura interna, reflectindo a desaceleração do consumo privado resultante do impacto do aumento da tributação indirecta na Alemanha (agravamento da taxa do IVA de 16% para 19% a partir de 1 de Janeiro de 2007).

O BCE voltou a aumentar as taxas de juro de referência em 25 p.b. por duas vezes, em Março e em Junho, para 4%, tendo em conta as fortes pressões inflacionistas, no quadro da elevada expansão do crédito e da moeda, com riscos para o objectivo de estabilização de preços a médio prazo. Em Agosto e Setembro, no contexto da turbulência dos mercados financeiros, o BCE, à semelhança de outros bancos centrais, realizou um conjunto de operações de cedência de fundos no mercado monetário, de forma a assegurar o seu funcionamento regular. Estas medidas contribuíram para alguma normalização das condições de liquidez nos prazos muito curtos, verificando-se, no entanto, aumentos acentuados das taxas de juro dos mercados monetários para os prazos superiores a 1 mês. As taxas de juro bancárias das operações activas subiram em linha com as taxas de juro do mercado monetário, embora com o habitual desfasamento temporal.

A taxa média de inflação (medida pelo IHPC – Índice Harmonizado dos Preços no Consumidor) foi, em 2007, de 2,3% no espaço da União Europeia e de 2,1% na área do Euro, contra 2,2% em 2006.

A taxa de desemprego observou uma significativa redução de 8,2% para 7,2% na União Europeia e de 8,3% para 7,4% na área do Euro, beneficiando da evolução favorável da actividade e da situação nos mercados de trabalho.

O bom desempenho da actividade económica proporcionou também progressos na área das finanças públicas, com a redução do défice orçamental na UE de 1,6% do PIB em 2006 para 1,1% em 2007 e, na área do Euro, de 1,5% para 0,8%, o que representa o nível mais baixo atingido desde há muitos anos.

ECONOMIA PORTUGUESA**Evolução Global**

A economia portuguesa registou em 2007 um crescimento do Produto Interno Bruto de 1,9%, valor que reforça a recuperação já verificada no ano anterior (1,2%), estimando-se que para 2008 alcance um valor de 2,2%. Este crescimento, que se encontra ainda abaixo da média da União Europeia, assentou principalmente nos bons desempenhos da exportação de bens e serviços e do investimento das empresas, condicionado embora, por factores tanto externos como internos. Entre os primeiros, há que referir a crescente integração de economias emergentes no comércio mundial, as subidas nas taxas de juro, sobretudo no 1º semestre do ano, o aumento do preço do petróleo e a progressiva apreciação do euro. A estes condicionalismos juntou-se a turbulência nos mercados financeiros internacionais, gerada pela crise no mercado hipotecário nos Estados Unidos (*subprime*), cujos efeitos futuros sobre a economia real não estão totalmente identificados. Em paralelo, continuou a verificar-se a correcção de alguns dos desequilíbrios da economia portuguesa, sobretudo no âmbito do processo de ajustamento das contas públicas.

Indicadores da Economia Portuguesa

(em %)

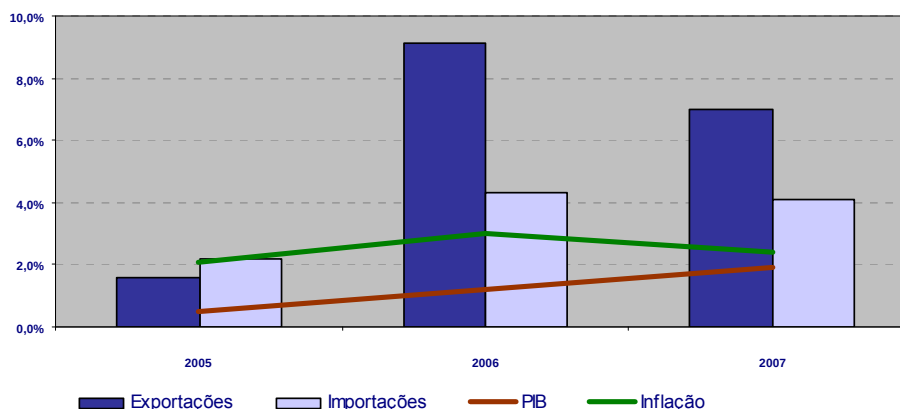
	2005	2006	2007
PIB (Taxas de variação real)	0,5	1,2	1,9
Consumo Privado	2,1	1,2	1,2
Consumo Público	2,0	-0,7	0,0
FBCF	-3,1	-1,8	2,6
Procura Interna	0,8	0,2	1,2
Exportações	1,6	9,1	7,0
Importações	2,2	4,3	4,1
Taxa de Inflação (IHPC)	2,1	3,0	2,4
Rácios			
Taxa de Desemprego (1)	7,6	7,7	(2) 8,0
Balança Corrente e Balança de Capital (em % do PIB)	-8,1	-8,6	-8,2
Défice do SPA (em % do PIB)	-6,0	-3,9	-2,6
Dívida Pública (em % do PIB)	64	67,4	64,4

Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico/Outono 2007 e Boletim Económico/Inverno 2007; INE.

(1) Valor médio anual.

(2) (1º trimestre 2007 = 8,4%; 2º trimestre 2007 = 7,9%; 3º trimestre 2007 = 7,9%).

Indicadores da Economia Portuguesa



- ✓ **O crescimento da economia portuguesa ficou a dever-se ao desempenho verificado nas exportações e no investimento.**
- ✓ **Merece destaque a redução do défice do sector público para os 2,6%, já que superou as metas estabelecidas pelo governo (3%).**

A procura interna registou uma evolução positiva, favorecida, em especial, pelo crescimento do investimento, mantendo o consumo privado a taxa de variação verificada em 2006, o que reflectiu o elevado nível de endividamento das famílias e a subida significativa das taxas de juro, na primeira metade do ano.

O investimento (FBCF), sobretudo o da vertente empresarial, apresentou um crescimento de 2,6%, após as sucessivas variações negativas desde 2002 (com excepção para o ano de 2004, com +0,2%), evolução que acompanhou a melhoria dos níveis de confiança dos investidores, em particular na indústria transformadora, bem como o crescimento nos índices de novas encomendas à indústria, particularmente de bens de investimento.

No tocante à procura externa, a recuperação registada pelas exportações, que progrediram cerca de 7%, foi apoiada pelo maior dinamismo das economias da União Europeia, espaço que recebeu em 2007 cerca de 77% das exportações portuguesas. As importações, por seu turno, aumentaram a um ritmo inferior (cerca de 4,1%), beneficiando o saldo da balança comercial. Decorrente desta evolução, o peso do défice da balança corrente e balança de capital no PIB reduziu-se de 8,6% para 8,2%, com efeitos positivos no financiamento global da economia.

A taxa de inflação (IHPC – Índice Harmonizado de Preços no Consumidor) observou, em média anual, um crescimento de 2,4%, abaixo do valor registado no ano transacto (3%), movimento que reflecte uma desaceleração, face ao ano anterior, sobretudo motivada pelos preços dos bens energéticos.

No mercado de trabalho, verificou-se um aumento da taxa de desemprego que atingiu os 8% no final do ano, apesar da recuperação ainda que moderada da economia, facto associado, em boa parte, à reestruturação do tecido produtivo com consequências no agravamento do desemprego de longa duração.

No âmbito das finanças públicas, o Governo continuou a prestar a maior atenção às medidas de contenção da despesa, tendo-se alcançado o objectivo de redução do défice do sector público em relação ao PIB, de 3,9% para 2,6%, abaixo do valor previsto (3%), garantindo assim uma progressiva e gradual consolidação das contas públicas que deverá conduzir aos resultados pretendidos pelo Programa de Estabilidade e Crescimento.

Agregados de Depósitos e Crédito

A contribuição nacional para o agregado de liquidez M3, maioritariamente constituído por passivos à vista e até 2 anos e que exclui a circulação monetária, expandiu-se significativamente em 2007, tendo os Depósitos Totais progredido 5%, com destaque para os segmentos de particulares e emigrantes (+8,1%).

Agregados Monetários em Portugal (a) Taxas de Variação Anual

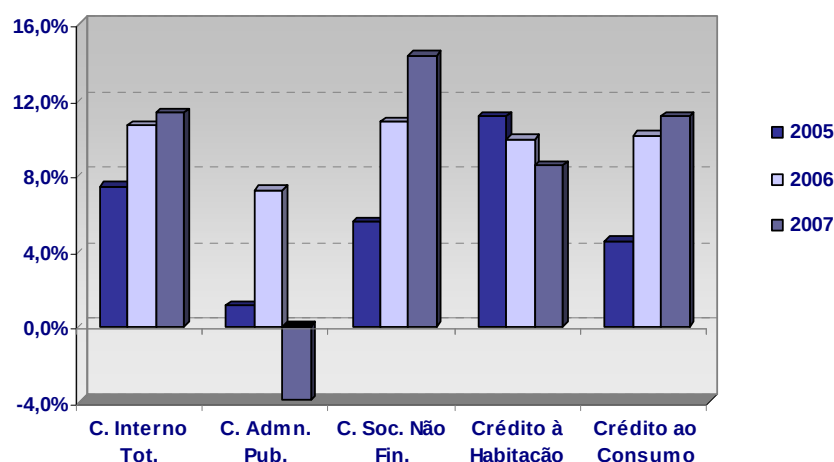
	2005	2006	2007
M3, excluindo circulação monetária	5,8%	3,4%	8,9%
Depósitos Totais	6,4%	4,5%	5,0%
Depósitos de Sociedades Não Financeiras	21,9%	6,6%	-1,5%
Depósitos de Particulares e Emigrantes	1,8%	3,5%	8,1%
Crédito Interno Total	7,4%	10,6%	11,3%
Crédito às Administrações Públicas (b)	1,1%	7,2%	-3,9%
Crédito a Sociedades Não Financeiras	5,5%	10,8%	14,3%
Crédito Habitação	11,1%	9,9%	8,5%
Crédito ao Consumo e Outros Fins	4,5%	10,1%	11,1%

Fonte: Banco Portugal - Boletim Estatístico, Fevereiro 2008.

(a) Taxas de variação com base nos saldos de fim do mês. Nos agregados de Depósitos não estão incluídos os de IFNM e nos de Crédito estão incluídos os créditos titularizados.

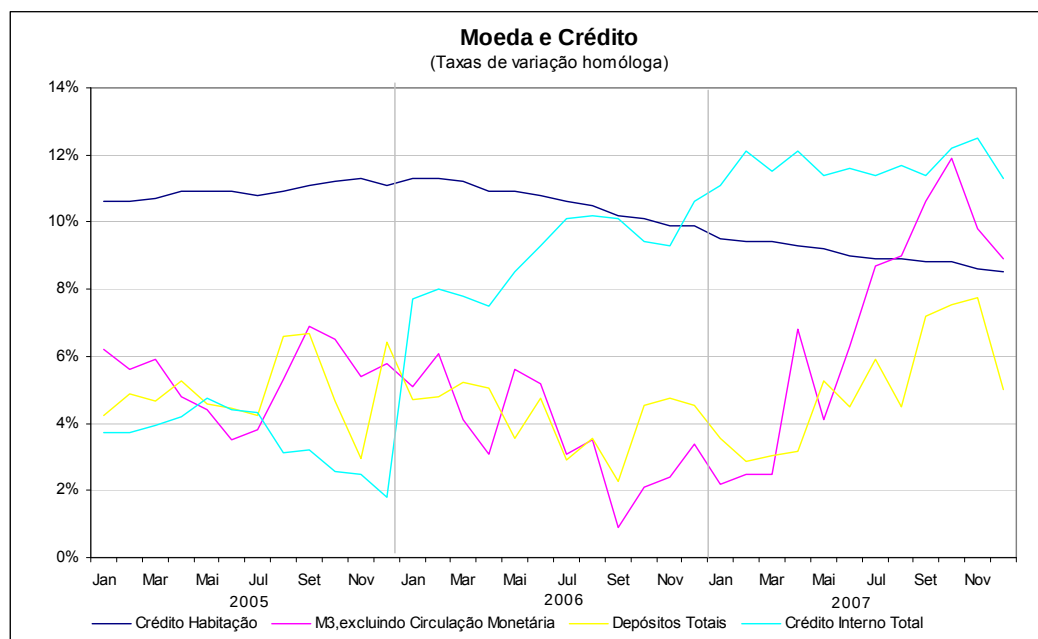
(b) Líquido dos Passivos face à Administração Central.

Evolução do Crédito em Portugal



✓ À semelhança do que se tem verificado nos últimos anos, em 2007 a expansão do Crédito é superior à registada nos Depósitos.

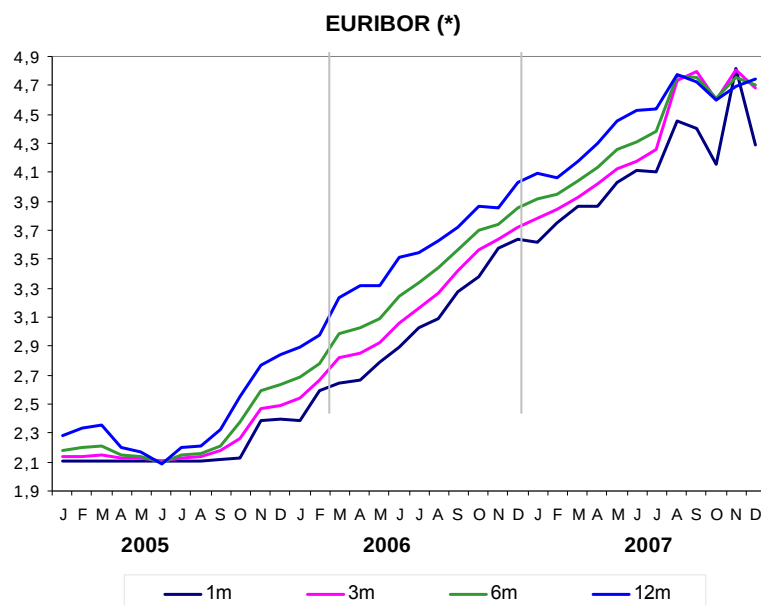
O Crédito interno total aumentou 11,3% continuando, à semelhança dos anos anteriores, a expandir-se a um ritmo bastante superior ao dos Depósitos totais, salientando-se o crescimento alcançado pelas Sociedades, com 14,3%, que ultrapassou de modo muito acentuado a taxa de variação do Crédito à habitação. Neste segmento, assistiu-se a uma desaceleração do crescimento (de 9,9% para 8,5%), tendência já registada em 2006, acompanhando o arrefecimento do mercado hipotecário dos últimos anos. No Crédito ao consumo, o aumento ficou ligeiramente acima do verificado no ano anterior.



Taxas de Juro

Em 2007, o Banco Central Europeu efectuou duas alterações na sua taxa directora (25 p.b. em Março e 25p.b. em Junho), no âmbito da sua política de controlo da inflação, e de estabilidade dos preços na área do Euro e num contexto de elevada expansão do crédito e da moeda. No segundo semestre do ano, na sequência da instabilidade nos mercados financeiros provocado pela crise do crédito *subprime* nos EUA, o BCE efectuou volumosas cedências de liquidez ao sistema bancário e, em consequência desta situação, as taxas do mercado monetário intensificaram o seu movimento ascensional, terminando o ano nos 3,92% (*Overnight*), enquanto a Euribor a 12 meses atingiu os 4,74%.

- ✓ **A instabilidade dos mercados financeiros teve como consequência o aumento das taxas de juro em todos os prazos.**



No sector bancário e de acordo com a informação estatística divulgada pelo Banco de Portugal, as taxas de juro médias sobre saldos de operações activas e passivas subiram de novo, prosseguindo a tendência iniciada em 2005 para a generalidade dos segmentos. A taxa de juro para os novos empréstimos a Empresas (“Sociedades não Financeiras”) até 1 ano atingiu os 5,72% em Dezembro, contra 5,03% no final do ano anterior, enquanto no Crédito à habitação se elevou de 4,4% para 5,18%. Nos Depósitos a prazo e de poupança as taxas de juro (com prazo acordado, até 2 anos) progrediram nas Sociedades de 3,66% para 4,75% e nos Particulares de 2,43% para 3,23%.

Taxas de Juro (1)

(%)

	2005	2006	2007			
	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Taxa dos FED Funds	4,25	5,25	5,25	5,25	4,75	4,25
Taxa Directora do BCE	2,25	3,50	3,75	4,00	4,00	4,00
Euribor						
Overnight	2,42	3,69	3,90	4,14	4,16	3,92
1 mês	2,40	3,63	3,86	4,12	4,41	4,29
3 meses	2,49	3,73	3,92	4,18	4,79	4,69
6 meses	2,64	3,85	4,04	4,32	4,76	4,71
12 meses	2,84	4,03	4,18	4,53	4,73	4,74
Novas Operações de Crédito						
Sociedades Não Financeiras (2)	3,93	5,03	5,06	5,12	5,36	5,72
Particulares – Habitação	3,50	4,40	4,49	4,70	5,06	5,18
Depósitos a Prazo e de Poupança (3)						
Sociedades Não Financeiras	2,46	3,66	3,72	4,06	4,28	4,75
Particulares	1,93	2,43	2,55	2,72	2,97	3,23

Fonte: Banco de Portugal - Boletim Estatístico, Fevereiro/2008.

(1) Taxas relativas ao último dia do mês.

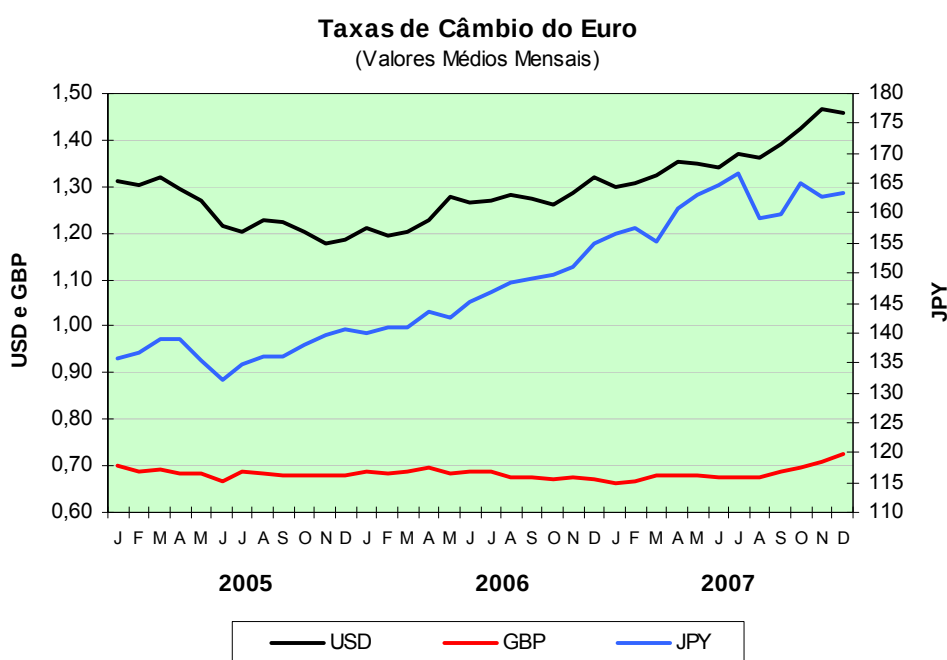
(2) Operações acima de 1 milhão de euros.

(3) Depósitos com prazo acordado até 2 anos.

Evolução Cambial

Em 2007, a taxa de câmbio do euro face ao dólar registou um valor médio em Dezembro de 1,457 USD, ou seja, uma valorização de 10,3% contra 11,4% no ano anterior. O valor máximo daquela taxa de câmbio foi de 1,487 USD em Novembro.

Face à libra esterlina o euro obteve uma valorização de 7,1%, invertendo a tendência dos anos anteriores, enquanto face ao iene japonês, a valorização foi de 5,6%, inferior, porém, à do ano anterior (10,1%).



Taxas de Câmbios do Euro
(Valores médios mensais)

	USD	GBP	JPY
Dez/2005	1,186	0,679	140,58
Dez/2006	1,321	0,673	154,82
Dez/2007	1,457	0,721	163,55

Mercado Accionista

Os mercados accionistas prosseguiram no 1.º semestre a sua tendência de subida, atingindo os principais índices bolsistas no mês de Julho, os níveis mais elevados desde 2001, impulsionados pela robustez do crescimento das economias, especialmente da europeia, pelos bons resultados das empresas cotadas, apesar da sua volatilidade, e pelo número anunciado de fusões e aquisições, com destaque para o sector financeiro. Na segunda metade do ano, esta tendência de valorização foi interrompida, assistindo-se a um reajustamento das carteiras, com fortes quedas nos mercados, gerando um aumento da aversão ao risco por parte dos investidores. Esta evolução ocorreu na sequência da mencionada crise do crédito *subprime* nos EUA, da divulgação de perdas avultadas em instituições financeiras americanas, com grande exposição àquele tipo de activos e dos receios de contágio ao resto da economia, em paralelo com a evolução desfavorável do preço do petróleo.

Neste contexto, os investidores refugiaram-se em títulos garantidos por entidades governamentais que, por sua vez, provocaram descidas abruptas nos *yields* da dívida pública e o alargamento dos *spreads* no mercado do crédito. Também a falta de informação sobre a verdadeira exposição dos bancos a esta crise criou um clima de desconfiança e de escassez de liquidez que quase paralisou os mercados monetários interbancários, elevando substancialmente as taxas de juro.

Apesar das quedas verificadas, da degradação dos indicadores económicos e da contínua subida dos preços do petróleo e da inflação, grande parte dos mercados accionistas apresentaram, ainda assim, valorizações positivas, em termos anuais:

Principais Índices Bolsistas

	2006		2007	
	Índice	Variação (%)	Índice	Variação (%)
Dow Jones (Nova Iorque)	12 463	+16,2	13 281	+6,6%
Nasdaq (Nova Iorque)	2 415	+9,6	2 651	+9,8%
FTSE (Londres)	6 221	+10,7	6 457	+3,8%
NIKKEI (Tóquio)	17 225	+6,9	15 308	-11,1%
CAC (Paris)	5 542	+17,5	5 614	+1,3%
DAX (Frankfurt)	6 597	+22,0	8 067	+22,3%
IBEX (Madrid)	14 147	+31,8	15 182	+7,3%
PSI-20 (Lisboa)	11 198	+29,9	13 019	+16,3%

Em Portugal, as cotações no mercado accionista registaram um crescimento de 16,3%, contra 29,9% em 2006, tendo sido apenas superado na Europa pelo mercado alemão. À semelhança dos mercados internacionais o desempenho foi, no entanto, diferente ao longo do ano, com o crescimento do índice PSI-20 a alcançar 19,5% no 1º semestre e - 2,7% no 2º semestre.

✓ **Apesar da crise do crédito subprime nos EUA, os principais índices bolsistas apresentam valorizações em 2007.**

Mercado Obrigacionista

Os mercados obrigacionistas registaram, também, dois momentos distintos ao longo de 2007. O primeiro, num quadro marcado por um acentuado crescimento das principais economias mundiais e pela crescente diversificação dos activos estrangeiros detidos pelos Bancos Centrais de muitas economias emergentes, determinou significativos aumentos nas taxas de rendimento de obrigações (*yields*) a 10 anos, que atingiram os valores mais elevados face aos doze meses anteriores. No segundo momento, o mercado obrigacionista apresentou um período de alguma volatilidade, em resultado da incerteza relativamente aos activos de risco, à redução das taxas directoras nos EUA e ao menor receio da inflação. As taxas de rendibilidade americanas das obrigações a 10 anos encerraram o ano nos 4,03%, 65 p.b. abaixo do seu valor no início do ano, enquanto na área do Euro, as descidas nas *yields* no segundo semestre, foram menos pronunciadas, o que proporcionou um aumento médio de rendibilidade de cerca de 43 p.b., no ano.

Taxas de Juros das Obrigações a 10 anos

	2006	2007
EUA	4,68%	4,03%
Reino Unido	4,74%	4,57%
Japão	1,69%	1,51%
França	3,96%	4,42%
Alemanha	3,93%	4,32%
Espanha	3,98%	4,40%
Portugal	4,06%	4,44%

Valores no final do ano.

Em Portugal, as taxas de rendibilidade da dívida pública portuguesa a 10 anos subiram de 4,06% para 4,44%, no final do ano, com um valor máximo (média mensal) de 4,74% em Junho.

VI. Estratégia e Modelo de Negócio

VISÃO ESTRATÉGICA 2008-2010

Eixos Estratégicos de desenvolvimento da Actividade

Prioridades de Gestão em cada Eixo Estratégico

ÁREAS DE NEGÓCIO

Banca de Retalho

Crédito Especializado

Gestão de Activos

Actividade Seguradora

Actividade do Grupo no Exterior

Banca de Investimento

VISÃO ESTRATÉGICA 2008-2010

O Grupo CGD deve procurar consolidar-se como um Grupo estruturante do sistema financeiro Português, distinto pela relevância e responsabilidade fortes na sua contribuição para

O desenvolvimento económico

O reforço da competitividade, capacidade de inovação e internacionalização das empresas portuguesas

A estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional

Enquanto líder do mercado, o Grupo CGD deve procurar uma evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento e solidez financeira, sempre no quadro de uma gestão prudente dos riscos.

Tendo em conta o posicionamento do Grupo CGD no mercado e as alterações esperadas para a envolvente externa nos próximos 3 anos, foram eleitos seis eixos estratégicos de desenvolvimento da actividade.

Um primeiro eixo centra-se na necessidade de sustentar o crescimento rentável do negócio, factor-chave para manter a posição de referência que a CGD tem no mercado financeiro nacional. Este crescimento deve passar pela consolidação da liderança em áreas de tradicional força da CGD (captação de recursos, crédito à habitação), a par de uma maior presença junto das melhores PME's, e de um crescimento nos mercados internacionais, entre outros. Adicionalmente, a contribuição para o crescimento económico é uma prioridade central, nomeadamente através do apoio às empresas e da participação no financiamento de projectos estruturantes para o País.

Um segundo eixo fixa-se na necessidade de reforçar esforços de eficiência operativa e melhoria da qualidade de serviço, ambos factores críticos de sucesso na actividade financeira actualmente. O Grupo CGD tem tido uma evolução positiva em termos de *cost-to-income* nos últimos anos, mas os seus principais concorrentes têm levado a cabo programas agressivos de redução de custos, o que, conjuntamente com um contexto económico menos favorável, vem reforçar o aumento de eficiência como um imperativo competitivo para os próximos anos.

Um terceiro eixo prioritário é o reforço das capacidades de gestão de risco, área central à actividade bancária, que surge neste ciclo com importância acrescida, dada a incerteza que existe em torno da evolução económica e dos mercados financeiros a nível internacional.

Um quarto eixo é o desenvolvimento de uma política de Recursos Humanos baseada nos pilares dos Valores e Cultura da Empresa, do conhecimento, da comunicação e do desempenho. Nesta frente, surge a aspiração de desenvolver uma cultura empresarial mais orientada ao desempenho e de melhorar a produtividade dos recursos humanos, sempre no quadro da harmonia laboral.

Um quinto eixo, centra-se no desenvolvimento cultural e social e na promoção da sustentabilidade que o Grupo CGD aspira a reforçar, bem como na vontade de se estabelecer como uma referência nacional em Bom Governo e conduta ética.

Finalmente, um sexto eixo prende-se com a necessidade de proceder a uma reestruturação do modelo corporativo de forma a atingir uma estrutura de capital mais eficiente e simultaneamente libertar recursos importantes para o desenvolvimento do negócio em áreas estratégicas.

ÁREAS DE NEGÓCIO

Banca de Retalho

A área de negócio da Banca de Retalho da CGD prosseguiu o desenvolvimento do seu programa de natureza estratégico definido para o período 2005-2007 - **Projecto Líder** -, o qual sofreu em 2007 diversos ajustamentos, assumindo a designação **Caixa 2007: Um Banco Melhor**.

O projecto teve na sua génese, como objectivos principais:

- ♦ A segmentação das redes comerciais e optimização dos segmentos-chave, envolvendo a Gama Alta, Universitários, PME, pequenos negócios, etc;
- ♦ Aumento da oferta de produtos nos diferentes segmentos, com perfil inovador, potenciando produtos-âncora, a marca Caixa e a base de clientes;
- ♦ Melhoria da qualidade do serviço e a satisfação do cliente, através de uma abordagem direccionada para cada um dos segmentos, da renovação das plataformas de suporte tecnológico ao negócio e do desempenho dos canais electrónicos;
- ♦ Melhoria da eficiência e a rentabilidade com o aumento do volume de negócios, da optimização da margem financeira e do produto bancário.

No âmbito do programa **Caixa 2007**, foram concebidas e implementadas variadas acções com sucesso e alcançados resultados importantes, designadamente:

- ♦ A implementação de modelos de negócio nos principais segmentos-alvo – Gama Alta, Pequenos Negócios, Universitários – e disponibilização de produtos orientados para os mesmos;
- ♦ O crescimento consistente e sustentado do volume de operações;
- ♦ A introdução de novos conceitos e abordagem aos clientes, mais proactiva e profissional, apoiada em informação de gestão ajustada às novas exigências comerciais;
- ♦ A simplificação de processos de trabalho nas diferentes áreas comerciais e introdução de novas ferramentas de apoio ao negócio;
- ♦ O maior grau de automatização nas operações dos clientes e nas estruturas do banco;
- ♦ A abertura e a realocação de agências, articulada com as necessidades dos clientes e do negócio e o início da aplicação de um novo modelo de atendimento no seu interior.
- ♦ A centralização de algumas actividades, criando mais disponibilidade de tempo nas equipas da rede comercial para a acção comercial.

Em síntese, a mudança foi uma constante, suportada numa atitude de maior dinamismo e agressividade comercial, num mercado muito concorrencial em que a variável preço e a conquista ou consolidação de quota de mercado, foram factores determinantes. Desenvolveu-se o esforço de modernização e de maior visibilidade junto do mercado, aprofundou-se a segmentação e a relação com os clientes, incentivou-se a utilização dos canais electrónicos e proporcionou-se uma oferta mais adequada de produtos e serviços, bem como o acerto de processos e ferramentas ajustados às necessidades do negócio.

Para alcançar os objectivos pré-estabelecidos, foi decisivo o estabelecimento de uma comunicação mais activa, estruturada e articulada com os clientes e com a rede comercial, a disseminação de uma cultura orientada para a rentabilidade, e a percepção e a antecipação das tendências do mercado, num ambiente de envolvimento de toda a estrutura da Caixa.

Em termos de planos de acção e no que respeita à relação com os segmentos-chave, destacam-se a consolidação dos modelos de serviço para os Segmentos da Gama Alta, de Pequenos Negócios e Universitário.

Descrevem-se seguidamente as principais iniciativas por segmentos e produtos lançados durante o ano de 2007.

Segmentação e Produtos

Segmento Mass Market Residentes

Com o objectivo de consolidar a posição de liderança em Portugal, no segmento de particulares onde a quota de mercado ultrapassa os 33% e em especial no segmento **Mass Market**, a Caixa continuou a apostar no reforço da competitividade dos seus principais produtos-âncora, com relevância para o crédito à habitação e através de um maior envolvimento com a sua extensa base de clientes, por via de iniciativas de venda cruzada.

Assim, em 2007, definiu como um dos seus principais vectores de actuação o aprofundamento da relação com os clientes **Mass Market**, designadamente em momentos chave do relacionamento bancário: abertura de conta, gestão do dia-a-dia, crédito à habitação, informação e apoio e melhoria progressiva da qualidade de serviço ao Cliente.

Neste contexto, foram identificados oportunidades e pontos críticos do serviço prestado ao segmento e o seu nível de satisfação na interacção com a Caixa, tendo sido desencadeadas um conjunto de acções, de que se destacou a entrega, logo no momento da abertura de uma conta, de **cartões de débito provisórios** a todos os titulares, para acesso imediato à mesma.

Para melhor concretização do objectivo de satisfação do cliente, foi lançado um projecto-piloto, em quatro Agências, com a criação do **posto de acolhimento** específico.

Dirigido às suas clientes e para assinalar o **Dia Internacional da Mulher** a Caixa lançou um seguro inovador - **Caixa Woman** -, exclusivo para Mulheres que procuram salvaguardar o seu equilíbrio financeiro ou do seu agregado familiar, face à ocorrência de situações imprevistas graves e que valorizam uma orientação médica de elevada qualidade em caso de patologia grave.

No tocante às preocupações dos cidadãos com o futuro, e independentemente das medidas relacionadas com a sustentabilidade **da Segurança Social**, a Caixa continuou a oferecer soluções competitivas para complemento da reforma – Planos Poupança Reforma (PPR) e Fundos de Pensões – de modo a apoiar os clientes no planeamento da reforma. Em 2007, a Caixa reforçou a oferta de produtos nessa área, com o lançamento de um plano de poupança para a reforma – plano **Leve** - que pode ser alimentado com pequenas contribuições, e que permite a escolha entre três opções de investimento, com diferentes níveis de risco, ou uma combinação destas. Adicionalmente à flexibilidade do investimento, o cliente poderá subscrever o cartão de crédito Leve e efectuar o reforço automático do PPR, até 1,5% do montante de compras realizadas com o cartão, conceito que é inovador no mercado nacional.

Na área do “**microcrédito**”, o ano de 2007 correspondeu à consolidação dos produtos criados com os protocolos celebrados em 2005. A experiência adquirida pela CGD nesta nova área de financiamento motivou diversos ajustamentos aos procedimentos internos no sentido da sua optimização e justificou igualmente a distinção entre a vertente social do microcrédito, na qual se inserem as linhas ANDC – Associação Nacional para o Direito ao Crédito - e JRS -Serviço Jesuíta de Apoio aos Refugiados - e a vertente “empresarial”, designada por **microfinanciamento**, que integra a linha ANJE e outros produtos entretanto desenvolvidos (Caixa Jovem Empreendedor e FINICIA, por exemplo).

Destacam-se, igualmente, as participações da CGD em diversos eventos alusivos à **Microfinança**, com especial ênfase para o envolvimento na comissão organizadora da Conferência “As Instituições Financeiras e o Desenvolvimento do Microcrédito”, promovida pela ANDC.

Na vertente do **microfinanciamento**, importa referir a criação da linha **Caixa Jovem Empreendedor**, produto destinado a financiar projectos inovadores promovidos por jovens, designadamente os recém-licenciados, que se enquadra na estratégia de envolvimento da CGD com as Universidades. Neste sentido, a Caixa afectou 10 milhões de euros a uma linha de financiamento a pequenos projectos empresariais no âmbito do Eixo 3, do Programa FINICIA. Este instrumento financeiro resulta de uma parceria entre a CGD, o IAPMEI, as Sociedades de Garantia Mútua e os Municípios.

Segmento Gama Alta

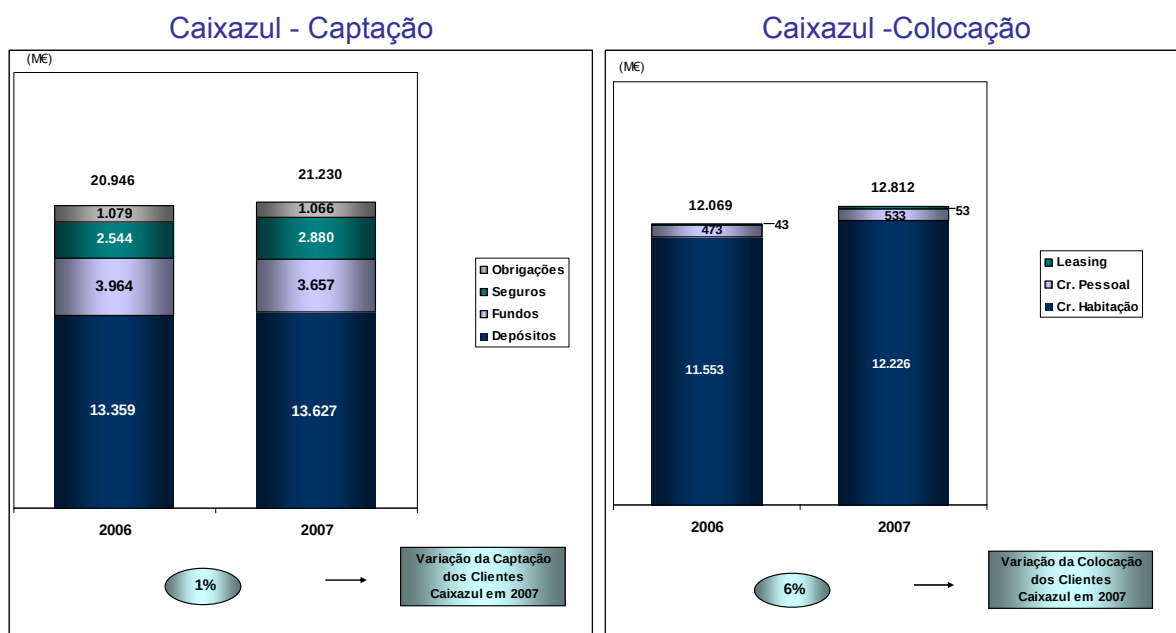
A Caixa continuou, em 2007, apostada no desenvolvimento dos projectos dirigidos ao segmento **Gama Alta** e que assentam, em especial:

- ♦ na implementação de uma Gestão Relacional com os Clientes (**CRM – Customer Relationship Manager**), tendo em vista facilitar a actividades dos gestores com a introdução de novas funcionalidades, melhorias da informação de gestão e a sua relação personalizada e de confiança com os clientes;

- ♦ na comunicação externa dos valores da marca, com relevo para a **Revista Caixazul**, distribuída a todos os clientes do segmento mas também disponível *on-line*, na *Internet*;
- ♦ no reforço de visibilidade da Caixa junto de diversas classes profissionais de prestígio;
- ♦ na consolidação do **Serviço Caixazul**, principal suporte da relação com os clientes deste segmento.

No âmbito das acções relativas ao serviço **Caixazul** destacam-se:

- A instalação de 29 novos **Espaços Caixazul**, tendo-se atingido as 485 agências com tais espaços no final do ano.
- O lançamento do **Cartão Caixazul** – cartão de identificação do serviço, complementando e alargando o actual portfolio de produtos financeiros de débito e crédito.
- O reforço da oferta integrada de produtos e serviços específicos do serviço Caixazul:
 - **Caixazul Netpr@zo** – depósito a prazo de subscrição exclusiva *on-line*;
 - **Gestor on-line** – serviço que permite aos clientes, através das funcionalidades de “O Meu Gestor”, ter recomendações comerciais e aceder a uma caixa de correio seguro para contacto remoto ao gestor de cliente dedicado. O número de gestores envolvido neste serviço foi de 252 no final do ano, mais 102 do que em 2006. Este serviço está articulado com o canal Caixadirecta *on-line* e com o serviço de atendimento telefónico.
- O desenvolvimento das acções comerciais “Conhecimento Cliente” e “Mais Vinculação”, com enfoque no aprofundamento do cliente e fidelização/*cross-selling*.
- O reforço do modelo organizativo do serviço, ao nível do apoio e acompanhamento em cada Região, através de um programa integrado de seguimento e da monitorização da actividade, envolvendo todos os níveis da hierarquia comercial, bem como um plano de “*coaching*”.
- Iniciativas centradas na qualidade do serviço, com a implementação do programa de avaliação do nível de serviço Caixazul, através das vertentes de inquérito postal e inquérito telefónico.



No que se refere ao relacionamento com organizações profissionais salientam-se a participação e o patrocínio de vários eventos organizados pelas respectivas associações, como foram os casos da Ordem dos Médicos, Ordem dos Médicos Dentistas, Ordem dos Economistas e Ordem dos Engenheiros.

Segmento Jovem e Universitários

O ano de 2007 foi, também, de reforço do modelo dirigido para o segmento universitário, onde a CGD detém uma posição de liderança destacada, assente em vertentes tais como a **Agência Universitária Central (AUC)** e as **Agências Universitárias**; uma **oferta diversificada** e ajustada a estes clientes jovens; o acesso e o relacionamento com a Caixa através do **Portal-CUP** e dos diversos canais electrónicos e na celebração de **protocolos** com instituições do ensino superior. Desta forma promoveu-se uma melhoria substancial na relação e satisfação dos clientes, através de um serviço eficiente e atractivo, capaz de trazer novos jovens e, mais tarde, na vida activa, manter a sua fidelização com a CGD.

A **AUC**, tem a responsabilidade comercial/relacional deste segmento e presta um serviço de banca à distância através do **Serviço Caixa Universidade Politécnico**, por telefone, *internet* e *e-mail*, tendo sido reforçada a sua carteira com a integração de cerca de vinte mil novos clientes sob a sua gestão. A actividade da AUC enquanto canal privilegiado alargou o seu campo de actuação através de diversas campanhas orientadas, tais como: Fidelização Caixadirecta, *Onboarding*, Mesada Segura, Vida Activa - Cartão de Crédito Classic, proactiva Cartão MTV, Crediformação.

Quanto às **Agências Universitárias** localizadas nos *campus* universitários, caracterizam-se pelo serviço presencial, baseado num atendimento específico e personalizado adaptado às necessidades do segmento, e com respostas rápidas e fáceis de resolução das diferentes situações.

No que diz respeito à oferta dirigida ao segmento salientam-se os seguintes novos produtos e serviços:

- **Mesada Segura** - crédito automático para fazer face a necessidades pontuais de tesouraria, exclusivo para Jovens e Universitários que tenham depósitos regulares nas respectivas contas;
- **Crediformação Bolonha** - financiamento das despesas com licenciaturas, mestrados e doutoramentos, adaptado às novas alterações implementadas no Ensino Superior e que contempla diversas vantagens, nomeadamente a redução da taxa de juro em função do mérito académico;
- **Crédito para Estudantes do Ensino Superior com Garantia Mútua** - no âmbito do protocolo estabelecido com o Governo da República;
- **Reply2me** - solução diferenciadora, facultando a possibilidade de o cliente pedir o contacto da Caixa, via SMS, com a chamada de retorno devolvida pelo Serviço Caixa Universidade Politécnico – AUC;
- **Cartão MTV** - um cartão “co-branded” entre a Caixa Geral de Depósitos e a MTV (MTV Networks Europe) com três tipologias de serviço (débito, débito diferido e crédito);
- **Crédito Pessoal de Regresso às Aulas** – solução de financiamento orientado para apoiar as famílias nas despesas de início de ano lectivo.

Com vista à dinamização do **Portal CUP** – site de entretenimento e informação exclusiva para os alunos – foram concretizadas várias acções, tais como a apresentação de dossiers temáticos, passatempos, sorteios e divulgação das diversas campanhas de comunicação.

No tocante aos **Protocolos** celebrados com muitas instituições de ensino superior, que proporcionam a toda a comunidade escolar um relacionamento privilegiado, muitos deles foram renovados, em 2007, proporcionando um conjunto de benefícios a favor da população académica.

A Caixa tem hoje uma posição dominante no segmento universitário relacionando-se com uma percentagem significativa de população académica que atinge cerca de 70% do total.

- ♦ Com o objectivo de intensificar a comunicação com o **segmento sub-18**, foi lançado um *microsite* para assinalar o **Dia Mundial da Poupança**, interagindo com os mais novos através da exposição dos diferentes produtos de poupança da Caixa.
- ♦ Sobre o tema “A aposta no futuro” e “a matemática é para todos” a Caixa, em colaboração com a Universidade de Aveiro, repetiu a iniciativa **Caixamat**, um *Roadshow* dedicado à Matemática, que procura divulgá-la com recurso a métodos interactivos, no âmbito do programa *PmatE – Projecto Matemática Ensino* visitando 18 distritos e 24 municípios e convidando jovens, pais, professores e toda a comunidade a descobrir um novo interesse pela Matemática.

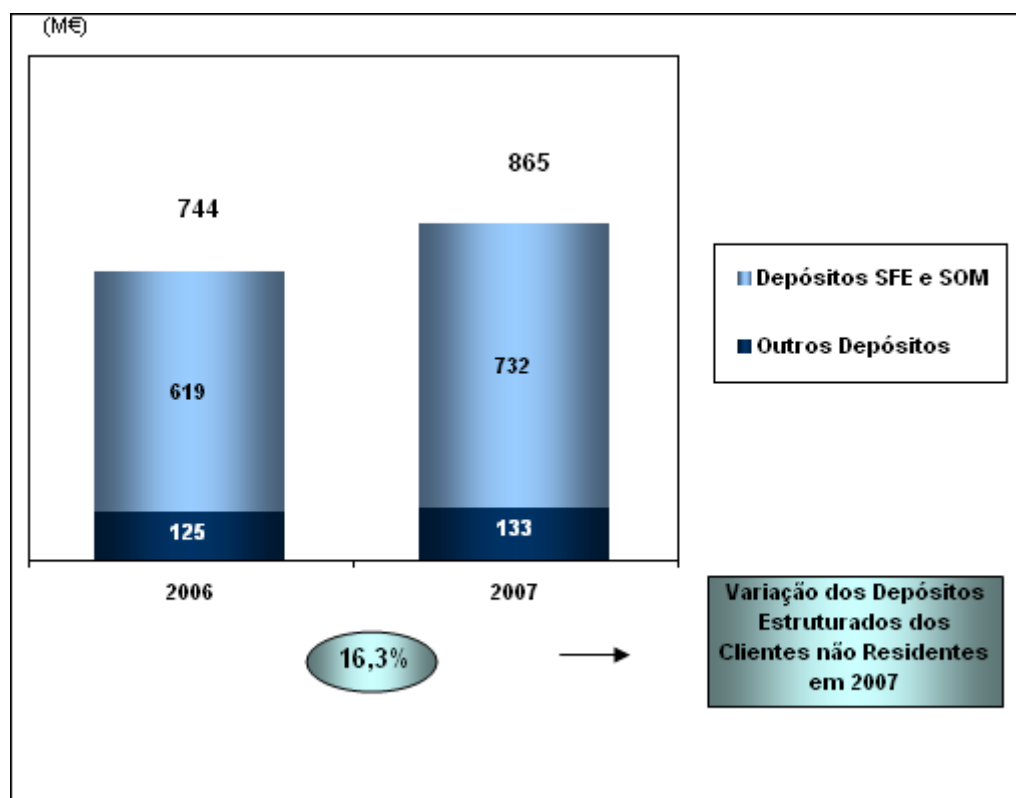
De salientar ainda neste campo a acção realizada no **Dia Mundial da Poupança** em que a Caixa levou aos seus balcões centenas de crianças permitindo-lhes, nesse dia, brincar aos bancos e aprender um pouco sobre o valor do dinheiro e sobre as operações simples que se realizam no balcão de uma dependência bancária.

Segmento Residentes no Estrangeiro

Em 2007 após uma análise ao segmento de **residentes no estrangeiro**, a partir dos actuais clientes da Caixa e de outros cidadãos portugueses no exterior, foram lançadas diversas iniciativas e objectivos de captação de novos clientes, reforçando a posição e o papel da CGD de primeiro banco em Portugal para tais cidadãos no estrangeiro.

As acções desenvolvidas, traduziram-se em cerca de vinte iniciativas-chave que abarcaram desde a preocupação com o conhecimento do cliente, ao lançamento de novos produtos e serviços, passando também pela melhoria de processos e da informação interna, com destaque para a banca à distância.

Não Residentes - Depósitos Estruturados



No âmbito da melhoria e adequação da oferta de produtos e serviços específicos para este segmento, destaca-se o lançamento e colocação dos seguintes:

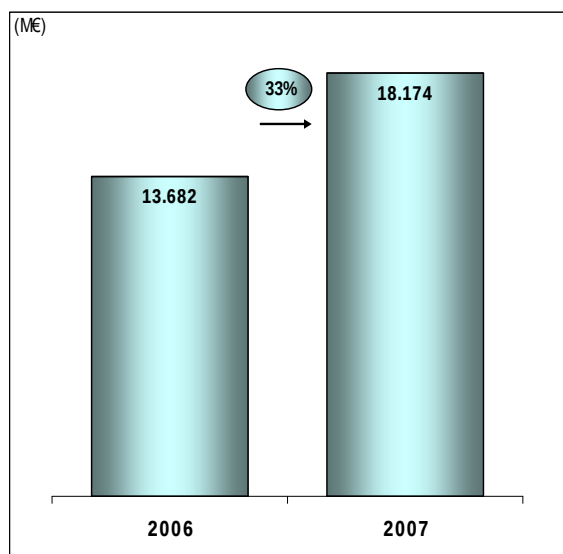
- **Depósito a Prazo** com taxa diferenciada por canal de subscrição;
- Lançamento de diversos **produtos estruturados**;

- **Cartão de Débito**, com circuitos e isenções adaptadas aos clientes;
- Criação de 26 **Postos de Atendimento Especializados** (17 para clientes portugueses e 9 para estrangeiros);
- **Serviço Caixadirecta Internacional** - linha telefónica gratuita, exclusiva para residentes em países com maior expressão de clientes CGD e disponível 24 horas por dia;
- **Serviço Caixazul Internacional**;
- **Extracto Integrado** – alargamento deste serviço a cerca de 28 mil clientes;
- **Live-in Portugal**. – financiamento imobiliário do turismo residencial.

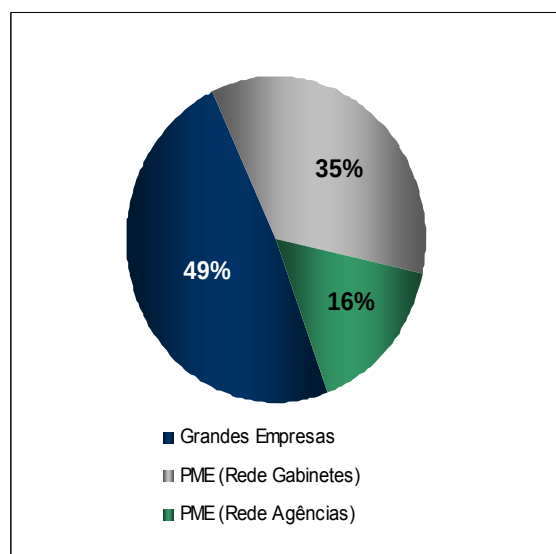
Segmento de Empresas

A Caixa continuou em 2007 a intensificar a sua intervenção neste segmento, em especial nas **Pequenas e Médias Empresas**, com destaque para as actividades envolvendo **Empresários em nome individual (ENI)** e os **pequenos negócios**, a captação de novos clientes e o aumento do volume de operações.

Crédito a Empresas



Distribuição do crédito a empresas por rede



Para alcançar tais objectivos e aumentar a quota de mercado no segmento, a nível interno concluiu-se a reorganização da rede de Empresas (a maior em Portugal para este segmento) agora denominada **Caixa Empresas**, e reforçaram-se as respectivas equipas, para a prestação de um serviço mais eficiente de maior qualidade. Simultaneamente, foram desencadeadas acções de melhoria na oferta de produtos e serviços e nos processos de concessão de crédito, bem como a introdução de novas funcionalidades no **Caixa e-banking**.

Em consequência a **quota de mercado** da Caixa no segmento de Empresas, registou um crescimento apreciável, elevando-se de 13,3% em 2006, para 14,9% no final do ano.

No sub-segmento das **Pequenas Empresas**, o ano foi marcado pelo lançamento do **Serviço Caixa Empresas**, cujo modelo assenta na disponibilização de um serviço especializado e de aconselhamento, prestado por uma equipa de 105 gestores em 101 Agências da CGD, e que está direccionado para as empresas e empresários em nome individual, clientes da rede de Particulares e Negócios.

A oferta de produtos foi organizada e reforçada de acordo com as necessidades das empresas: gestão corrente, no investimento e na área internacional e direccionada para alguns sectores de actividade como a Restauração, Comércio e Serviços e Farmácias, tendo sido concebidos espaços próprios para atendimento dos clientes que usufruirão deste novo serviço.

Outros produtos tiveram especial importância em 2007, em matéria de cartões para empresas que apresentam várias vantagens e que foram:

- **Cartão Caixaworks**, lançado a pensar nos empresários e pequenas empresas, com o lema de campanha na tónica de ser um instrumento que “torna mais fácil a tesouraria da empresa”, assumindo-se essencialmente como um limite de crédito agregador das suas responsabilidades de curto prazo. Para o cliente, o cartão é também um elemento distintivo, pois está associado a um meio de pagamento de prestígio e à sua facilidade de utilização, disponibilizando, ainda, um completo conjunto de seguros com condições especiais na subscrição de seguros de saúde Multicare, Multiriscos e o Seguro Vida Grupo.
- **Cartões Business, Caixa Classic e Gold**, dirigidos às PME, Grandes Empresas e Institucionais, permitindo controlar e gerir as despesas de representação das empresas com rigor e flexibilidade e facilitar diferentes modalidades de pagamento, incluindo o *revolving*. Interligado a estes cartões existe também o mesmo conjunto de seguros e condições especiais de subscrição.

Ainda para este sub-segmento das Pequenas Empresas, foi lançada a campanha **Soluções Protecção Empresas** que pretendeu agregar um conjunto de seguros destinados à protecção da actividade da empresa e dos seus empresários e colaboradores, através da oferta de seguros de Vida Grupo empresário (associado ao crédito) e acidentes de trabalho e restantes seguros relacionados.

Aproveitando o aumento da procura de produtos fiscais na parte final do ano, a CGD lançou uma Campanha de **Seguros de Poupança Fiscal para Empresas e ENI's**, proporcionando soluções financeiras e de saúde com vantagens fiscais em sede de IRC, bem como o acesso aos seus sócios e colaboradores a formas alternativas de remuneração bem como a serviços de saúde.

A CGD, em parceria com a Fidelidade Mundial e Império Bonança, formalizou ainda um protocolo com os **mediadores de seguros**, que oferece o acesso aos terminais de pagamento automático, ao crédito ao investimento, a uma nova conta especial para a actividade de Mediação e, ainda, limites de crédito através do cartão Caixaworks.

No sub-segmento das **Médias Empresas**, em 2007 destacou-se o lançamento da oferta **Caixa PME Líder** ligada ao Programa FINCRESCE do IAPMEI, dirigida às empresas que apresentam melhor grau de risco e em conjunto com o Banco Caixa Geral a **Oferta Ibérica**.

- A oferta designada “**Caixa PME Líder**” inclui um conjunto de produtos e serviços cobrindo todas as necessidades das empresas quer de natureza corrente, quer de investimento no mercado interno ou externo, destacando-se a atribuição de condições vantajosas em operações de crédito, com redução de *spreads* e comissões. As PME Líder da Caixa podem, ainda, em situações muito particulares, beneficiar de *spread* “zero” no caso do financiamento de investimentos, em especial de imobilizado incorpóreo, directamente relacionados com a melhoria da sua competitividade, desde que integrados no FINCRESCE.
- Para além do financiamento, esta oferta inclui ainda a elaboração de um diagnóstico estratégico da empresa, destinado a caracterizar a sua situação económico-financeira e posição competitiva, bem como o acesso a produtos inovadores na área da banca de investimento. Destes destacamos dois produtos novos, orientados para o financiamento de capitais circulantes - **PME Multivantagem Circulante** - e permanentes – **PME Multivantagem Permanente**.
- Lançada no final de 2006, a **Oferta Ibérica**, tem por objectivo aproveitar as oportunidades de negócio resultantes do processo de progressiva integração das economias portuguesa e espanhola, bem como posicionar o Grupo CGD como um parceiro financeiro de referência na Península Ibérica. Através da rede de agências e de gabinetes de empresas da Caixa e do Banco Caixa Geral, os clientes beneficiam de uma ampla oferta de produtos e serviços e das sinergias resultantes de uma estratégia concertada entre os dois bancos, orientada para o negócio bilateral. Em 2007 salientou-se uma melhoria da eficiência ao nível da oferta existente, designadamente, maior rapidez na execução de transferências entre Caixa e o Banco Caixa Geral (em tempo real) e na cobrança de cheques e “pagarés” na praça espanhola.
- Ao nível das operações específicas, destaca-se o esforço da Caixa nas parcerias com associações empresariais, a linha de crédito especialmente vocacionada para financiar projectos de **investimento no Turismo** (celebrada com o Turismo de Portugal), com enfoque nas vertentes de modernização, investigação e inovação, estes em cooperação com o BEI e outras Instituições Internacionais.

Com o objectivo de promover o diálogo com as PME e simultaneamente debater temas relevantes e actuais para as empresas, a Caixa lançou um ciclo de conferências sobre o lema “**A competitividade pela Gestão**”, em colaboração com o Plano Tecnológico e com o IAPMEI.

O conteúdo temático destes eventos foi direccionado para a função criadora e realizadora - reestruturação, reorganização e competitividade - das unidades económicas, bem como para a diferenciação competitiva proporcionada pela performance da Gestão nas diversas áreas funcionais e organizacionais.

O ciclo de sessões constituiu igualmente uma oportunidade de aproximação efectiva da Caixa aos seus clientes empresa, principais destinatários da iniciativa, e também de apresentação e promoção dos produtos e serviços disponibilizados pela CGD neste segmento de mercado.

Estas Jornadas decorreram a bom ritmo durante o ano de 2007, com sessões no Porto, Faro, Aveiro, Braga e Évora, tendo-se registado a participação de mais de 1 000 empresas nestes eventos.

Produtos e Serviços

Poupança

No âmbito da poupança a Caixa, no sentido de potenciar a captação de novos recursos, lançou diversos produtos ao longo de 2007, sempre com a preocupação de adequar a oferta aos perfis de investimento dos seus clientes: Prudente, Equilibrado, Dinâmico e Arrojado. Nesta perspectiva destacam-se os seguintes produtos e ofertas integradas:

- **Obrigações 2007- 2017** – duas emissões de dívida subordinada, com maturidade de 10 anos, para dois perfis de investidores de médio/longo prazo. Estas emissões ofereceram remuneração muito atractiva face à dívida pública a 5 e 10 anos, oferecendo taxas médias de 5,1% a 5 anos contra 4,3% nas OT a 5 anos e, simultaneamente, com liquidez assegurada através de cotação em bolsa e de uma linha de crédito com *spread* significativo. A primeira emissão destinava-se a clientes mais conservadores (prudente e equilibrado), que exigem garantia de capital, sem incorrer em riscos de rendimento e, a segunda, preferencialmente a clientes menos conservadores (dinâmico e arrojado) com exigência de garantia de capital, mas que aceitam assumir algum risco de rendimento para poderem obter rendibilidades superiores às do mercado.
- **Seleção Caixa** – várias campanhas do produto Seleção Caixa 8% ou 10%. Produto que combina um Depósito a Prazo com a subscrição de um Fundo Especial de Investimento Aberto Caixagest ou de um Seguro de Capitalização, com prazos geralmente superiores a 5 anos.

Através desta modalidade foram lançados 3 novos fundos: Caixagest Sprinter I, Caixagest Sprinter II, e Caixagest Valor Plus, e efectuada a dinamização dos fundos de investimento pertencentes à família comercial Estratégias (Caixagest Estratégia Equilibrada, Caixagest Estratégia Dinâmica, Caixagest Estratégia Dinâmica II, Caixagest Estratégia Arrojada) e do fundo Caixagest Energias Renováveis, bem como dos fundos de investimento pertencentes à família

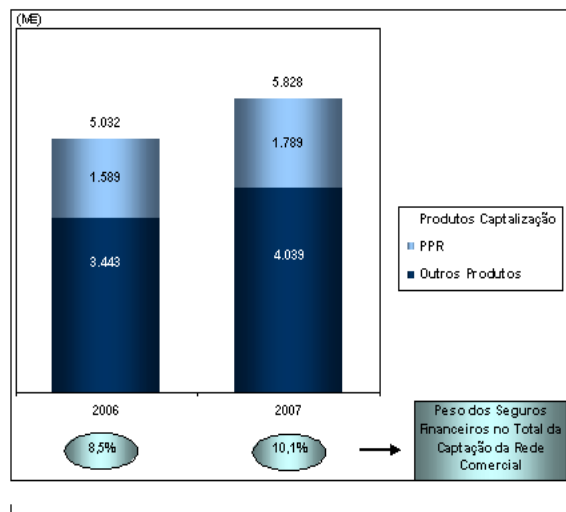
comercial Valorização (Caixagest Acções Portugal, Caixagest Acções Japão, Caixagest Acções Europa, Caixagest Acções Emergentes, Caixagest Acções EUA, Caixagest Acções Oriente).

- **Fundos Especiais de Investimento Abertos** – para além da promoção de fundos integrados no produto Selecção Caixa, verificou-se ainda o lançamento autónomo de mais três novos fundos: Caixagest Matérias Primas, Caixagest Rendimento Nacional e Caixagest Obrigações Mais.
- **Euroinvest** – Classe de produtos do tipo depósito a prazo estruturado a 1 ano, diferenciando-se pelo facto de a sua rentabilidade estar dependente total ou parcialmente de outro instrumento, uma taxa de câmbio, um índice, etc.
- **Depósito Caixa 7/7** – inovador depósito a prazo de 7 meses, remunerado a 7% desde o dia de constituição até ao último dia de Julho e à Euribor deduzida de 1,7 p.p. para o restante período. Oferta de bilhetes para a cerimónia do evento Novas 7 Maravilhas do Mundo, para subscrições dentro da promoção.

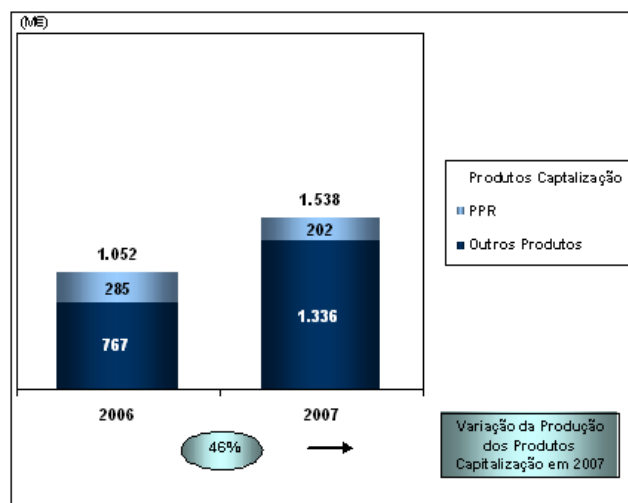
Em matéria de seguros financeiros e de reforma salientam-se os produtos de:

- **Seguros de Capitalização** – várias campanhas de seguros de capitalização, a médio/longo prazo, compreendendo maioritariamente seguros financeiros que garantem no final do prazo o capital e uma remuneração fixa, acrescida de eventuais participações nos resultados.
- **Soluções Rendimento Reforma** – Soluções integradas de apoio ao planeamento da reforma, com o objectivo de dinamizar a colocação de Planos de Poupança Reforma (Leve PPR, Caixa PPR Capital Mais e Caixa PPR Rendimento) e de Fundos de Pensões.

Seguros Financeiros



Seguros Financeiros (Produção)



Para além destas iniciativas, o ano de 2007 foi marcado pela emissão, em mercado de capitais, de acções de duas importantes empresas, cuja colocação junto do grande público foi liderada pela Caixa:

- **OPV da REN** – colocação de 40% da oferta.
- **OPS da Martifer** – a Caixa liderou esta operação colocando mais de 42% da oferta.

Crédito imobiliário

A crescente competitividade do mercado de crédito imobiliário, decorrente da evolução das taxas de juro, da introdução de alterações legislativas e do reforço das acções de comunicação pelas principais instituições de crédito colocaram novos desafios à CGD, dos quais resultou a implementação em 2007 de importantes medidas, no âmbito da renovação da oferta, da captação e fidelização de clientes e do reforço da eficiência operacional. Salientam-se um conjunto de medidas diversificadas e inovadoras que contribuíram para reforçar a posição competitiva da CGD bem como do banco de referência na concessão de crédito à habitação em Portugal.

Face à relevância do Crédito à Habitação na actividade da CGD, tem sido dada prioridade à qualidade do serviço prestado, tendo para esse efeito sido efectuado um detalhado levantamento de oportunidades de melhoria do processo de Crédito à Habitação, com enfoque na rapidez de decisão, na eficiência de processos e na concretização da operação. Na sequência desse diagnóstico, a CGD implementou um processo mais célere e simples, que proporciona benefícios claros ao cliente, diminuindo ao mesmo tempo a carga administrativa das Agências e libertando os seus colaboradores para actividades de carácter comercial. Por outro lado, é importante sublinhar que a implementação de melhorias no processo de Crédito à Habitação não se encontra esgotada, tendo em conta a necessidade de inovação da oferta e a adequação do preço ao risco do cliente, no âmbito do Basileia II, para além de outros desafios centrados na angariação e retenção de clientes.

Considerando as diferentes características, necessidades e motivações da diversificada gama de clientes, a CGD tem privilegiado a criação de soluções de crédito imobiliário especificamente adequadas aos diferentes segmentos, com destaque para os clientes jovens, estrangeiros, seniores ou ainda aqueles que adquiram uma segunda habitação.

No âmbito da renovação e flexibilização da oferta, foram introduzidas novas condições, potenciando o acesso ao crédito por uma base de clientes mais abrangente, nomeadamente através do aumento da relação financiamento/garantia standard e ainda do alargamento do prazo máximo das operações para 50 anos.

Atenta ao esforço financeiro crescente, determinado pela subida das taxas de juro, a CGD implementou um novo modelo de atenção ao cliente, com o intuito de acompanhar os seus clientes de crédito imobiliário e de propor novas soluções de crédito compatíveis e adequadas às suas características. Consequentemente, verificou-se em 2007, uma adesão crescente a soluções de crédito que permitam minimizar o valor da prestação.

Face à relevância da evolução das taxas de juro variáveis no crédito imobiliário, a CGD deu também particular atenção aos clientes que pretendem fixar o valor das suas prestações ao longo de todo o período do crédito. Neste sentido, foram criadas soluções inovadoras de fixação de prestações, nomeadamente através do lançamento de um produto de prestação fixa,

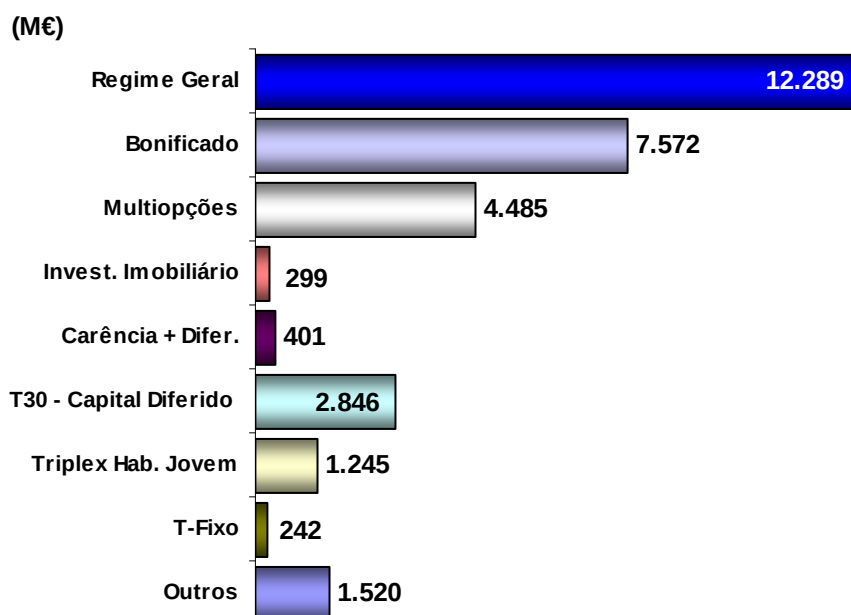
T-Fixo. Este produto apresenta como factor diferenciador a flexibilidade de ajustar o prazo da operação, em caso de evolução da taxa variável indexante, mantendo inalterado o valor da prestação. Como factor dinamizador da comercialização desta inovadora solução de financiamento, a CGD lançou uma campanha promocional, englobando a possibilidade de oferta de todas as comissões até à contratação (estudo, avaliação e preparação para escritura).

Por outro lado, foi alargada a oferta de carácter permanente para as maturidades de **taxa fixa**, sendo estas de 2, 3, 5, 10, 15, 20, 25, 30, 40 e 45 anos. Estas soluções de crédito permitem ao cliente conhecer à partida o plano de pagamentos definitivo para o período de amortização do crédito, evitando assim as inseguranças provocadas por eventuais subidas das taxas de juro.

Ainda no âmbito da segmentação da oferta, a CGD melhorou as condições do Crédito à Habitação **TRIPLEX**, direccionado para o segmento jovem. Assim, os clientes com idade inferior a 36 anos, podem optar por um período de carência que vai até 10 anos, durante o qual só há lugar a pagamento de juros.

Os clientes podem ainda recorrer, isolada ou concomitantemente, à opção de diferir o pagamento de uma percentagem de capital para o final do empréstimo, até ao máximo de 30%. Adicionalmente, foi lançada uma campanha promocional, englobando, entre outras vantagens, a isenção da comissão de estudo e de avaliação. O interesse por este produto confirma a oportunidade em dispor de soluções de crédito que privilegiam a redução de encargos associados à contratação, bem como do valor das prestações.

Crédito Imobiliário - Modalidades de Crédito



Na componente de produtos associados ao crédito imobiliário, a CGD renovou a sua oferta de seguro de vida, com uma nova modalidade que permite repartir em percentagens iguais (50%-50%) o valor do capital a segurar. Com esta modalidade, o cliente beneficiará de uma solução de segurança eficaz e acessível, uma vez que, em caso de ocorrência de sinistro com uma das pessoas seguras, a indemnização será calculada em função do capital seguro (50% do valor da dívida), mantendo-se o empréstimo em vigor com o capital remanescente.

O ano de 2007 destacou-se igualmente por um conjunto de relevantes alterações legislativas, o qual originou uma maior propensão à transferência de operações de crédito imobiliário entre instituições de crédito. Atenta a esta tendência do mercado e com o objectivo de possibilitar novas soluções de financiamento aos clientes que detenham operações noutras instituições de crédito, em condições desajustadas das tendências do mercado, a CGD reformulou a sua oferta permanente de transferência de créditos, suportando os custos decorrentes destas operações. A oferta contempla ainda condições preferenciais em seguros e no crédito pessoal, complementar à operação de crédito à habitação.

Adicionalmente a CGD lançou uma campanha de transferências de créditos imobiliários, denominada **“Na Caixa a prestação é mais baixa”**, convidando os potenciais clientes a comparar o valor das suas prestações noutras instituições de crédito com aquelas de que poderiam beneficiar, através das soluções inovadoras e competitivas que compõem a oferta da CGD.

Atendendo ao elevado investimento efectuado em Portugal na construção de empreendimentos destinados a estrangeiros não residentes que pretendam adquirir, construir ou realizar obras numa habitação secundária em Portugal, a CGD desenvolveu o site www.liveinportugal.pt, especificamente direccionado a clientes estrangeiros que pretendam conhecer e simular as soluções de financiamento imobiliário **“Live in Portugal”**, no âmbito do turismo residencial. Complementarmente, foram adaptados às línguas mais relevantes neste segmento de mercado os diversos suportes informativos e de contratação.

A CGD tem vindo a apoiar activamente a dinamização do mercado de Reabilitação Urbana, com soluções de financiamento competitivas e adaptadas aos objectivos de rejuvenescimento e de promoção das zonas nobres e históricas das grandes cidades. Neste contexto, em parceria com o Banco Europeu de Investimento, a CGD renovou a oferta promocional de Reabilitação Urbana **“Spread Zero”**, na qual não é aplicado “spread” durante o 1º ano de vigência de cada empréstimo. A linha de crédito permite ainda financiar a aquisição de equipamentos destinados à melhoria das condições de habitabilidade ou do ambiente que conduzam à poupança de energia. Esta oferta destina-se a todas as entidades, incluindo autarquias e empresas municipais, que se proponham levar a cabo obras de reabilitação, razão pela qual a CGD cimentou a sua cooperação com diversas sociedades de reabilitação urbana, celebrando protocolos em diversos pontos do País.

Sendo o Crédito à Habitação um produto-âncora de médio-longo prazo, a CGD tem dado particular atenção não apenas à colocação de novas operações, como também à retenção dos actuais clientes de Crédito à Habitação. Nesse contexto, foi lançada a campanha de Marketing directo “Member Get Member”, com o objectivo de capitalizar a actual base de clientes da CGD para a captação de novo crédito. No âmbito da campanha, foram seleccionados clientes de Crédito à Habitação convidando-os a encaminhar familiares ou amigos para contratarem o seu Crédito à Habitação na CGD, conferindo benefícios tanto ao angariador como ao angariado. Foram ainda atribuídas condições diferenciadas aos vendedores de habitações hipotecadas à CGD, sempre que estes constituíssem novos Créditos à Habitação na CGD.

Aspecto igualmente significativo no âmbito do aumento do grau de vinculação dos clientes com a CGD e do acompanhamento das suas novas necessidades ao longo do ciclo de vida, foi o lançamento da campanha “**Crédito Pré-aprovado**”. Esta campanha de Marketing Directo foi direccionada aos actuais clientes de Crédito à Habitação com oferta de plafond já aprovado, permitindo conferir maior celeridade na contratação de novas operações.

Consciente da complexidade e morosidade dos procedimentos associados à transmissão de imóveis, os quais obrigam os interessados a relacionarem-se com Bancos, Conservatórias, Câmaras Municipais, Finanças e Notários, a CGD associou-se ao Projecto “**Casa Pronta**”, participando activamente no procedimento especial de transmissão, oneração e registo de prédios urbanos em atendimento presencial único. Este projecto, inserido no Programa Simplex, através do Decreto-Lei n.º 263-A/2007 e no qual a CGD participa, encontra-se numa fase piloto, decorrendo nos municípios de Braga, Leiria, Almeirim, Águeda e Mirandela. Com este projecto, foram alargadas as competências do serviço de registo predial, facilitando o relacionamento deste com as diversas entidades envolvidas, permitindo ainda que o serviço de registo competente inicie e conclua a tramitação do procedimento no mesmo dia. Neste sentido, com a associação e o envolvimento directo da CGD a esta importante medida, foi assegurada a possibilidade de realizar todas as operações e actos necessários, no serviço de registo predial da área da situação do prédio, nomeadamente a celebração do contrato, a liquidação dos impostos devidos (IMT e IS), a realização de registos, a alteração da morada fiscal, entre outros.

No âmbito das diversas actividades levadas a cabo e que têm norteadado a estratégia do Grupo CGD para o negócio imobiliário, foi assegurada a presença em certames dedicados ao sector imobiliário, com o objectivo de posicionar a CGD como referência na área do financiamento imobiliário. Foi o caso da presença no **MIPIM 2007** em Cannes, no **Salón Inmobiliario de Madrid** (SIMA 2007), bem como no **Barcelona Meeting Point** (BMP), pelo que estas presenças são sinónimo de uma atitude de grande flexibilidade, dinamismo e apoio à promoção imobiliária. A CGD esteve igualmente representada com stand próprio, na 3.ª edição do **Salão Ibérico do Mercado Imobiliário e Turismo Residencial** (IMOBITUR), que decorreu na EXPONOR – Porto, nos dias 10 a 13 de Março. Adicionalmente, a CGD assegurou de novo a sua presença, na qualidade de patrocinador oficial e com stand próprio, na 10ª edição do **Salão**

Imobiliário de Lisboa (SIL) que decorreu na FIL – Parque das Nações, nos dias 24 a 28 de Outubro. Este certame contou com uma presença significativa de visitantes e de especialistas do mercado imobiliário nacional e internacional, assumindo-se como o local de excelência para apresentar e promover a oferta de financiamento e de seguros das diversas empresas do Grupo. Do conjunto de iniciativas promovidas pela CGD, destaca-se a divulgação, junto do público e dos principais agentes do sector imobiliário e do turismo, de soluções de financiamento imobiliário ajustadas ao perfil do cliente.

A CGD tem dedicado uma particular atenção aos novos canais de parcerias com entidades especialistas na venda de imóveis através de leilões imobiliários, com o objectivo de colocar no mercado alguns dos imóveis pertencentes ao Grupo e simultaneamente incrementar o volume de operações de crédito imobiliário. Os diversos **leilões imobiliários** realizados em 2007, nomeadamente os que decorreram nos salões imobiliários de Lisboa e do Porto, comprovaram a elevada adesão do público em geral a esta nova solução de aquisição de imóveis, excedendo as melhores expectativas na venda de imóveis e na contratação de empréstimos.

No âmbito da dinamização dos canais externos de angariação de Crédito à Habitação e aproveitando as sinergias das empresas do Grupo, a CGD consolidou o projecto **Assurfinance** recorrendo a mediadores de seguros da Fidelidade-Mundial e Império-Bonança, com experiência na comercialização de produtos de financiamento.

No que respeita a outras redes de mediação e de consultoria financeira, a CGD tem explorado com eficácia as sinergias existentes, estabelecendo parcerias comerciais de divulgação e dinamização das soluções de crédito da CGD, junto de potenciais clientes imobiliários.

Para suportar a actividade deste canal, o **Portal de Crédito Imobiliário** foi substancialmente melhorado, com um conjunto de novas funcionalidades úteis à actividade de mediação, de entre as quais se destacam a simulação e a pré-aprovação de propostas de crédito, a impressão de todos os impressos necessários e o acompanhamento da evolução do processo de financiamento.

A Caixa disponibiliza ainda o **Canal Bolsa Caixa Imobiliário (BCI)** que divulga imóveis, de uma forma dinâmica e próxima dos clientes e não clientes da CGD. Este canal mantém uma rede de 116 quiosques multimédia para acesso à sua base de dados de imóveis, a qual também se encontra disponível através da Internet, pelo site www.bci.cgd.pt.

Esta base de dados apresenta algumas centenas de milhar de imóveis com aproximadamente dois milhões de fotos, sendo mensalmente efectuadas mais de 30.000 pesquisas e gerados cerca de 1.500 pedidos de visita de imóveis.

Solução Automóvel

O Grupo Caixa, com a sua aposta no ramo automóvel e reforçando a sua proximidade com o mercado lançou uma nova oferta competitiva da **Solução Automóvel**, composta por três soluções de financiamento adequadas ao cliente para aquisição de veículos, com prazos alargados, taxas de juro competitivas e condições especiais na subscrição do Caixa Seguro Auto com descontos significativos. De salientar que nesta campanha

foi introduzida a preocupação com as questões ambientais, através de benefícios aos clientes que adquiram veículos amigos do ambiente.

A aposta do Grupo nesta área de negócio foi suportada por uma forte campanha publicitária, divulgando as modalidades de - *leasing*, crédito pessoal e *renting* - e promovendo o *cross selling*.

Meios de Pagamento – Cartões de Débito e Crédito

Em 2007, a área de meios de pagamento, continuou a apostar na captação de clientes através da emissão de novos cartões, com base na inovação, na criação de propostas de valor diferenciadas e na melhoria dos níveis de serviço prestados, sendo oferecidos prémios como estímulo à adesão de novos titulares. Em especial, apostou-se na segmentação do *portfolio* e no lançamento de diversos cartões “*co-branded*”.

Na vertente de fidelização e para aumentar a taxa de actividade foi lançada uma grande campanha de promoção em quase todos os meios de comunicação (televisão, rádio, imprensa, internet e outdoor), bem como acções de dinamização que contaram com a atribuição de incentivos em função da utilização, incluindo prémios de seguros e prémios sorteados. Prosseguiu-se assim o objectivo de posicionar a Caixa como um banco de referência também nesta área de negócio.

De acordo com o tipo de cartão, registaram-se os seguintes novos produtos:

Cartão de crédito:

- **“Cartão Leve”**, que resultou de uma parceria com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, lançado em Maio;
- **“Cartão Benfica”** em parceria com o *Sport* Lisboa e Benfica, lançado em Agosto.

Cartão de débito diferido:

- **“Cartão MTV”**, dedicado a jovens a partir dos 15 anos, em parceria com o canal de televisão MTV, lançado em Junho.

No âmbito dos cartões de débito foram, também, criados novos produtos, nomeadamente:

- **Cartão “Maestro RE”**, destinado exclusivamente a clientes residentes no estrangeiro e lançado em Julho;
- **Cartão de “Débito Nacional”** de utilização exclusiva no nosso país e lançado em Novembro;
- **Cartão de “Débito Provisório”** com entrega imediata aos clientes aquando da abertura de novas conta DO ou de pedidos de substituição de cartões, lançado em Novembro;
- **Cartão “Caixautomática Empresas”** - Visa *Electron* de utilização internacional, lançado em Maio.

Durante o ano, realizaram-se, ainda, diversas campanhas de venda pró-activa para os cartões Caixa Classic, Caixazul e cartão *Business Gold*, associadas ao seu lançamento. Foram ainda efectuadas campanhas para o cartão Leve e para o cartão MTV.

Estas iniciativas resultaram num incremento da base de cartões em mais de 100 mil novas adesões, com um contributo fundamental do cartão Caixazul.

Ao nível operacional, o ano de 2007 foi também, determinante nesta actividade, através da melhoria dos procedimentos automáticos, da migração dos cartões de débito e crédito para uma nova aplicação de gestão de cartões e do início da emissão dos cartões (débito e crédito) integrando a tecnologia *chip EMV*.

A par destas iniciativas, destacam-se diversas campanhas de dinamização do negócio, para venda de produtos não bancários e de suporte à fidelização dos clientes.

Canais electrónicos

Os clientes da CGD interagem com a Instituição através de vários pontos de contacto, desde o balcão tradicional e da ATM até ao *contact center* e à *Internet*. A integração multicanal é um vector essencial na orientação para o cliente e na melhoria da qualidade do serviço prestado, procurando a CGD corresponder às expectativas e exigências dos clientes nos diferentes canais disponíveis. Os canais electrónicos assumem assim um papel vital na transformação do retalho, possibilitando a evolução de uma ‘banca transaccional’ para uma “banca relacional”, centrada no cliente, tendo como elemento base fundamental a criação de valor.

Canais Caixaautomática e Multibanco

No actual posicionamento dos canais electrónicos, de relevância fundamental na complementaridade da relação com o balcão, há a destacar a dinâmica das redes de auto-serviço bancário – **CAIXAUTOMÁTICA e MULTIBANCO** - e o seu papel na transferência para os meios automáticos das transacções de rotina mais simples, fruto da modernização do parque e do alargamento das funcionalidades disponíveis.

A CGD manteve assim um forte investimento na modernização do parque CAIXAUTOMÁTICA, que abrange 2 584 máquinas, tendo sido instaladas, durante o ano, 200 caixas de depósito inteligente, num total de cerca de 700, as quais permitem a identificação automática de notas e o depósito imediato na conta do cliente.

No âmbito da rede partilhada com a SIBS – rede MULTIBANCO –, o parque de ATM apoiadas pela CGD atingiu as 1 959 unidades, com um aumento de 7%, o que representa 16% do mercado. Esta variação positiva deveu-se, essencialmente, à instalação de unidades em locais não bancários, com grandes fluxos de tráfego, como gasolinhas, estações ferroviárias e universidades, locais em que a rede cresceu 13%, representando agora 54,2% do total, +2,5% que no ano anterior.

No final do ano, o parque de ambas as redes – CGD e SIBS – atingiu as 4 543 unidades (+2,7%), enquanto o volume de transacções processadas ultrapassou os 260 milhões de operações (+2,5%), para um montante envolvido de 15,3 mil milhões de euros.

Terminais de Pagamento Automático

A rede de **Terminais de Pagamento Automático** (TPA) da CGD apresentou um crescimento de 20%, aproximando-se dos 19 mil equipamentos instalados. Em relação a 2006, as operações atingiram os 36,5 milhões em número e os 2 mil milhões de euros em valor, o que significou crescimentos de respectivamente 25% e 21%.

Em termos de quotas de mercado, estas evoluíram positivamente, registando-se a conquista de cerca de 1 p.p. em equipamentos instalados, e 1,5 p.p. e 1,2 p.p. respectivamente em quantidade e em valor de operações.

Novos Canais Electrónicos

Qualquer que seja o meio de acesso seleccionado pelos clientes, a CGD oferece-lhe as melhores soluções, suportadas na inovação, comodidade, usabilidade e segurança, permitindo-lhes retirar mais valor no relacionamento que estabelecem com a Instituição.

A CGD disponibiliza aos seus clientes os seguintes canais:

Para clientes Particulares:

- **CAIXADIRECTA**, através do CaixaContactCenter;
- **CAIXADIRECTA ON-LINE**, que utiliza a *internet*;
- **CAIXA UNIVERSIDADE POLITÉCNICO** (AUC - Agência Universitária Central), para o segmento Universitário;
- **CAIXADIRECTA WAP**, que utiliza a *internet* via telemóvel;
- **CAIXADIRECTA SMS**;
- **CAIXADIRECTA INVEST**, que faculta um serviço de corretagem *on-line*;

Para clientes Empresas e Institucionais:

- **CAIXA E-BANKING**, que utiliza a *internet*.

E, ainda, num âmbito mais específico, os seguintes serviços:

- **CAIXACONTACTCENTER**;
- **BOLSA CAIXA IMOBILIÁRIO**, que faculta às imobiliárias um serviço de divulgação de imóveis, através de quiosques multimédia e da Internet, pelo site www.bci.cgd.pt.

Caixadirecta

No canal **CAIXA DIRECTA**, serviço de banco telefónico da CGD, o cliente acede a um leque alargado de operações, nomeadamente ao nível da consulta e movimentação de contas, simulações de crédito (habitação e pessoal) e informação sobre os produtos oferecidos pela Caixa.

Este canal registou durante o ano um crescimento de 20% do número de clientes, aproximando-se de 1 milhão de contratos. As chamadas recebidas através do *Inbound* atingiram os 3 milhões, um crescimento de 3% face a 2006, das quais 86% foram resolvidas pelo modo de atendimento automático.

Caixadirecta on-line

O **CAIXADIRECTA ON-LINE** é o canal de *internet banking* de particulares que permite ao cliente consultar as suas contas, créditos e cartões. Possibilita ainda a realização de transferências nacionais e internacionais, pagamentos, requisições de cheques, agendamentos, a negociação em bolsa e gestão da carteira de fundos de investimento, a subscrição de produtos financeiros e a adesão a cartões.

O canal manteve uma tendência de crescimento sustentado em 2007, com o número dos contratos activos e de operações realizadas a evoluir muito positivamente, tendo estas últimas ultrapassado os 313 milhões, + 41% do que no ano anterior.

Durante o ano foi alargado o conjunto de funcionalidades disponíveis, salientando-se a consulta do detalhe dos movimentos de baixo valor (pagamento de portagens, via verde, etc) e ao nível dos pagamentos, as novas opções de pagamento de custas judiciais e de pagamentos à Segurança Social.

Este canal integra outros acessos, como o **Caixadirecta wap**, que utiliza a *internet* via telemóvel, o **Caixadirecta sms** e ainda o serviço de corretagem *on-line*, o **Caixadirecta invest**, que permite o acesso a operações e informações sobre mercados financeiros nacionais e internacionais.

Caixa Universidade Politécnico - Agência Universitária Central

O canal **CAIXA UNIVERSIDADE POLITÉCNICO**, a funcionar desde Setembro de 2005, tem vindo a dinamizar a gestão do segmento universitário, através da adopção de um modelo de serviço pioneiro, assente no conceito de banca à distância, com novas formas de interacção e comunicação.

Encontra-se disponível 24 horas por dia, todos os dias do ano, através do número azul (808212213) e de um endereço de *e-mail* (caixaup@cgd.pt) e apoia-se nas lojas universitárias e na restante rede comercial.

Este modelo centralizando visa manter um relacionamento efectivo com os clientes durante a sua vida académica, com elevados níveis de satisfação, de modo a que elejam a CGD como parceiro financeiro preferencial, aquando do início da sua vida activa.

Actualmente, o número de clientes da **Agência Universitária Central** (AUC) ultrapassa já os 170 mil e atingiu-se no final do ano de 2007 um volume de negócio significativo assente numa oferta singular para o segmento.

A AUC é uma estrutura única no panorama da banca portuguesa, consequência da aposta da CGD no segmento universitário.

Caixa e-banking

O canal de *internet banking* para o segmento de empresas e institucionais – **Caixa e-banking** – continuou a registar uma boa aceitação pelos clientes, medida pela evolução da quantidade de contratos, os quais tiveram em 2007 um aumento de 25%, aproximando-se dos 70 mil contratos acumulados, dos quais mais de 55 mil se encontram activos.

As operações efectuadas com sucesso ultrapassaram os 42 milhões, +41% que em 2006, evolução que resulta sobretudo da atractividade funcional do serviço, da sua constante optimização e da introdução de novas funcionalidades desde o seu lançamento em 2002.

A segurança é um vector assumidamente relevante nas plataformas de *internet banking*, sendo neste âmbito de salientar a introdução de um cartão matriz para a validação de operações a efectuar nos serviços Caixadirecta *on-line*, *wap*, *sms* e Caixa e-banking.

CaixaContactCenter

O **CaixaContactCenter** tem por objectivo promover a gestão integrada dos contactos, *inbound* e *outbound*, através de qualquer um dos canais, nomeadamente promover a execução de operações e a prestação de esclarecimentos aos clientes, bem como a captação de negócio através de estratégias de *up-selling* e *cross-selling*. São ainda suas funções a execução e acompanhamento das campanhas de *telemarketing*, de fidelização, de apoio ao cliente, de realização de inquéritos e de promoção dos produtos e serviços disponibilizados nas redes tradicionais.

A plataforma CaixaContactCenter integra, nomeadamente os seguintes canais:

- ♦ Linha informativa Caixadirecta;
- ♦ Linha de Apoio ao Cartão de Crédito;
- ♦ Campanhas de Telemarketing e Recuperação de Crédito;
- ♦ Correio electrónico (*mails*).

De registar em 2007, a recepção de cerca de 50 mil *mails* de clientes. Na área de *Outbound*, inseridas em campanhas de *telemarketing* e de recuperação de crédito, verificou-se um incremento significativo da actividade, +54% e +61%, respectivamente, no número de chamadas efectuadas e no número de clientes contactados, cuja eficiência também melhorou. Em média, em 2007, foram necessárias 2,95 chamadas para concretizar um contacto, ligeiramente abaixo do número do ano anterior.

Bolsa Caixa Imobiliário

O Canal Bolsa Caixa Imobiliário (BCI) divulga imóveis, de uma forma dinâmica e próxima dos clientes e não clientes da CGD, numa rede de 104 quiosques multimédia para acesso à sua base de dados de imóveis, a qual também se encontra disponível através da Internet, no site **www.bci.cgd.pt**. (Ver Capítulo – Áreas de Negócio - Crédito Imobiliário).

A Caixa na Internet

O Grupo CGD, através dos seus canais *on-line* e canais não presenciais, tem como objectivo oferecer produtos e serviços orientados para as expectativas dos clientes, utilizando um sistema de informação amigável e intuitivo, capaz de produzir elevados níveis de satisfação. Está presente na Caixa o desafio de criar a melhor e mais eficiente tecnologia adaptada a quem a utiliza, facilitadora do dia-a-dia e optimizadora do processo de negociação e de concretização de operações, racionalizando tempo e serviço.

Nesse sentido, a CGD continuou, durante o ano, a lançar iniciativas, sempre mais sofisticadas na comunicação e relacionamento com os clientes e com o mercado, investindo significativamente no parque de operações automáticas bancárias e no sistema multicanal, bem como nos sistemas globais de comunicação como a *internet*, as tecnologias *mobile* e *new media*, nos diversos ambientes *on-line*.

A aproximação diferenciada ao mercado foi materializada através da participação do cliente ou do utilizador, enquanto interveniente activo e colaborador nos “*sites*”, “*blogs*” e outras presenças *on-line* da Caixa na *Web*. A comunicação tornou-se, por um lado, mais poderosa e incontrolável mas, por outro, criadora de maior valor na sua interacção com o mercado.

Em simultâneo, a Caixa procurou promover na *Web* e nos seus *sites*, o incentivo à inovação, a partilha de motivações e emoções, o apoio à divulgação de talentos, as causas nobres, o “apelo” à participação cívica, com uma tónica especial na maior responsabilização social e nas políticas de sustentabilidade da empresa.

Este desenvolvimento e esta presença beneficiou a consolidação da imagem e da **marca Caixa**, colocando-a na linha da frente da automatização e modernização tecnológica dos serviços bancários.

O ano de 2007, foi assim um ano de consolidação de vários projectos de comunicação *on-line* em interacção permanente com os clientes.

www.cgd.pt

O esforço de investimento da CGD compensado com o crescimento e a notoriedade do seu principal site, sob o domínio *cgd.pt*, expresso nas consultas efectuadas pelos clientes e população em geral.

O número de visitantes únicos que a ele se dirigiram atingiu os 8,3 milhões (+58%) com um total de 24,4 milhões de visitas (+74%) e um número de páginas visitadas de quase 242 milhões (+141%).

Site da cgd.pt

(milhares)

	2006	2007
Nº de visitantes únicos	5 268	8 305
Número de visitas	13 995	24 421
Número de páginas	100 366	241 586

Segundo a **Marktest** os *sites* da Caixa mantêm-se na liderança, tanto em número de utilizadores únicos como em páginas consultadas na navegação realizada a partir de casa, tendo sido visitados, em Dezembro, por 523 mil pessoas.

O *site* manteve, ao longo do ano, o 1º lugar nos *rankings* de domínios e *sites* no índice total da Banca e ocupou consecutivamente o TOP 10 do índice KBP130 em desempenho e disponibilidade.

Na avaliação mensal efectuada em Portugal pela *Marktest*, através das suas amostragens, só em Dezembro mais de 1 milhão de portugueses navegou pelos *sites* bancários, +4,6% do que no mesmo mês de 2006.

Na “*blogosfera*” a Caixa iniciou a sua presença com a construção do “*blog*” “O Planeta Agradece” que nasceu do Programa “Caixa Carbono Zero 2010” inserido na preocupação com as questões ambientais, no âmbito da responsabilidade social.

O *blog* – *Planeta Agradece* – <http://oplanetaagradece.blogs.sapo.pt>, foi o primeiro totalmente construído e desenvolvido por um banco português tendo, também, sido eleito o Melhor *Blog* na 7.ª edição dos “Prémios SAPO Publicidade Online 2007”. O objectivo com o Planeta Agradece foi, ao longo de 2007, criar um espaço de informação em matéria ambiental e de partilha de ideias sobre um exercício de cidadania responsável e boas práticas relacionados com a preservação do ambiente.

As alterações climáticas são uma preocupação de todos e a Caixa associa-se-lhe como parte activa da solução, através de iniciativas como o Programa Caixa Carbono Zero 2010 - um compromisso de responsabilidade na redução e compensação de emissões de CO2.

Portal CUP – www.cup.pt

O Portal da CGD, dedicado à comunidade universitária, constitui o ponto de encontro académico e social, fornecendo informação e ferramentas de interesse para o dia a dia dos estudantes e professores.

Com a iniciativa “Divulga os teus eventos” foi feito um apelo à participação activa nos canais da Caixa proporcionando uma relação de proximidade com o cliente e utilizador.

O portal CUP agrega, neste momento toda a oferta financeira da CGD dirigida ao segmento Universitário suportando a acção comercial das 18 agências instaladas nos *campus* universitários, com um parque de cerca de 300 mil cartões com suporte de identificação e vertente bancária, referentes a estudantes, professores e funcionários.

Site CaixaFã – www.caixafa.pt

O Caixa Fã, mais uma vez, foi o *site* das causas e das iniciativas da Caixa em torno dos temas de desporto, planeta, solidariedade e cultura, criando-se espaços de comunicação sob lemas e bandeiras de apoio e de divulgação em causas nobres de intervenção cívica.

Salientam-se, através do *site*, o apoio a causas do voluntariado (Bolsa do Voluntariado, Raríssimas, Entrajuda) e do ambiente, das artes (música, pintura, *cartoon*, fotografia), do desporto através da Selecção de Basquetebol (em cadeira de rodas), da Federação Portuguesa de Atletismo, da Selecção Nacional de Rugby (Os Lobos), do Judo feminino (Telma Monteiro), da vela portuguesa (ANC), ou do desporto automóvel (Tiago Monteiro, Carlos Sousa, Pedro Geão, Ruben Faria e Helder Rodrigues).

Ao longo de 2007, o Caixa Fã conseguiu levar fãs aos estádios, aos concertos, às exposições, e até à floresta, num programa de reflorestação totalmente promovido pela Caixa, que envolveu e moveu centenas de cidadãos, autarquias, entidades privadas, etc.

As múltiplas áreas de comunidades Fã, como o Desporto, a Cultura, o Ambiente e a Solidariedade, trouxeram dimensão e transversalidade ao conceito, reforçando o compromisso da Caixa de um relacionamento com os seus clientes gerador de novas interações e de novos modelos de comportamento no contexto da responsabilidade social.

Micro-site Cartão MTV – www.cartaomtv.com

A MTV associou-se à Caixa para a criação de um cartão de pagamento para a comunidade de jovens com condições especiais e exclusivas directamente relacionadas com música.

Nesse âmbito criou-se um *site* para o CartãoMTV/CGD que foi lançado como suporte de comunicação, contacto e subscrição de todos os eventos relacionados com o cartão e a MTV.

Este *site* recebeu um prémio para o melhor *site* no sector financeiro na 7ª edição dos “Prémios SAPO Publicidade Online 2007”.

Cgd.pt/mobile

O *site cgd.pt/mobile* coloca a Caixa no patamar das empresas facilitadoras, em que qualquer cidadão pode aceder comodamente à informação, a partir do seu dispositivo móvel.

O *cgd.pt/mobile* foi lançado na segunda metade de 2007 e afirma a Caixa nos circuitos da comunicação móvel, materializando o desejo de estar sempre mais perto e em comunicação *on-line*, onde quer que se esteja, tendo sido um dos primeiros bancos portugueses a tomar esta iniciativa.

A CGD consegue, assim, disponibilizar mais informação por este meio mas também de qualquer dispositivo móvel com tecnologia *Wap*, GPRS e outras mais avançadas como o HSDPA, ainda chamado 3.5G, os quais permitem aceder a conteúdos como *podcast*, *vídeos* ou *áudios*, imagens animadas em *flash*, etc.

Os clientes e utilizadores, passaram a ter acesso, por isso, a toda a informação sobre os variados eventos Caixa e a informação financeira e de mercados, como a *Euronext*, ou o *Caixadirecta wap*.

Mobile Marketing (sms)

O lançamento, do “*mobile marketing*”, em 2007, permitiu efectuar, com sucesso, várias campanhas de comunicação com o cliente, utilizando os meios tecnologicamente mais avançados de comunicação digital. A taxa de resposta das inúmeras campanhas nos cartões de crédito foi muito positiva.

Integra 21

O projecto “*Integra21 – As acessibilidades Web em Portugal vistas pelas mãos de um cego*”, patrocinado pela CGD, marcou o tema da comunicação à distância ao serviço dos cidadãos, com necessidades especiais, promovendo a Caixa, neste caso, a cidadania electrónica para invisuais ou com dificuldades de visão, facilitando o combate à info-exclusão.

A iniciativa teve o alto patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, e realizou-se em parceria com a UMIC, a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) e a Associação do Comércio Electrónico em Portugal (ACEP) e foi de grande relevância pela demonstração efectuada na acessibilidade do serviço de Internet Banking da CGD aos clientes que apresentam necessidades especiais.

Neste contexto, em 2006, a Caixa lançou uma versão do serviço *Caixadirecta on-line*, destinada aos clientes com necessidades especiais, para o acesso às transacções bancárias mais utilizadas, como as transferências, os pagamentos e a consulta de movimentos da conta à ordem.

Publishing online e Newsletters

Através da vertente de *customer publishing* foi lançada *on-line* a publicação “**Caixa no Mundo**”, para portugueses residentes no estrangeiro, com interesse para quem está longe do país. Igualmente a **Revista Azul**, para os clientes gama alta do serviço Caixazul passou a estar disponível *on-line*. Esta vertente integra as diversas publicações da Caixa no mundo da *Web*, e segue o sucesso de alguns jornais, que conseguiram obter um crescimento nas audiências e notoriedade das suas versões *online*, onde o factor da proximidade, além do ambiental, foi igualmente ponderado. A possibilidade permanente de consulta e partilha com amigos ou familiares foi considerada à luz das possibilidades que a *internet* proporciona, na criação de redes de informação e de conhecimento.

O número elevado de *newsletters* enviadas em 2007 nas mais variadas vertentes, Clube Caixa Gold, CUP, Cartão MTV, etc, mostrou uma forma de comunicação que além de agregadora de informação, pode proporcionar ofertas de produtos e serviços, vantagens, passatempos, concursos, promoções ou outros mecanismos de “push-news” e servir para conhecer melhor os clientes, mantendo o contacto permanente, directo, não invasivo e facilitador de relações comerciais e de oportunidades de negócio.

Podcasts, Streaming Video, Streaming Áudio

Nas áreas do entretenimento, salientou-se o lançamento de conteúdos de *new media*, tais como, filmes e vídeos publicitários em *mpg*, *wmv*, *3gp*, *spots* de rádio, ficheiros de músicas em formatos *mp3*, *mp4*, *mpg* e que marcaram a intervenção da Caixa na esfera da terceira geração móvel.

e-Business

Para melhorar o desempenho da Caixa na área de *e-business* e a gestão de canais *new media* do Grupo, procedeu-se a uma reestruturação e reorganização do sector, concentrado numa única empresa, a **CAIXATEC**, criada em Janeiro de 2007.

A CAIXATEC, além de gerir as soluções actualmente em produção – rede de *sites* do **LardoceLar.com**, **Portal Universitário CUP** e **CaixaFã**, *sites* e portais imobiliários do Grupo, é também responsável pela gestão e difusão das comunicações electrónicas da CGD, pela gestão da sua *CorporateTV* e pela realização de inquéritos *online*.

Portais e Sites Imobiliários

Live in Portugal

O *Live in Portugal* – www.liveinportugal.pt - é um “*site*” bilingue dirigido especialmente, a cidadãos estrangeiros que se desejam instalar em Portugal para viver ou passar grandes temporadas, e que procuram a aquisição de casa própria permanente.

O site é mais uma iniciativa que contribui para colocar a Caixa na dianteira da criação de soluções e serviços para este segmento do mercado global imobiliário.

Como pilar central da gestão dos sites imobiliários, a CAIXATEC desenvolveu o PROi, solução de gestão de bases de dados de imóveis e oportunidades de negócio na *internet* dirigida aos profissionais do sector imobiliário.

- O **PROi**, disponível em www.PROi.com.pt, constitui uma ferramenta de gestão, marketing e vendas, que permite divulgar eficazmente a carteira de imóveis na internet, reduzir os custos de publicidade, reforçar a notoriedade da marca, melhorar a produtividade das equipas comerciais e aumentar as oportunidades de negócio. A adesão ao PROi é exclusiva para empresas de mediação, promoção imobiliária e construção civil devidamente licenciadas, sendo possível aos profissionais solicitar online a adesão ao protocolo de cooperação financeira com a CGD. A partir do PROi, é gerida a rede de sites de imobiliário do LardoceLar.com.
- A **Bolsa Caixa Imobiliário**, é um projecto nascido em 1998, originalmente constituído por uma rede de quiosques multimédia, tendo posteriormente sido desenvolvido o respectivo *web site* de suporte, cuja gestão é assegurada pela CAIXATEC.

A gestão da base de dados de imóveis deste portal, constitui um canal complementar de divulgação da oferta imobiliária visando três objectivos:

- Permitir o acesso ao público em geral, de um meio expedito de consulta e de pedido de informações e visitas a imóveis em locais de grande circulação (agências CGD);
 - Aproveitamento das capacidades *multimédia* para desenvolvimento integrado de áreas de destaques, promocionais e comerciais que permitam a sua comercialização;
 - Divulgação de oferta junto de um *target* “*não online*”.
- **Portal LardoceLar.com** - O *LardoceLar.com*, criado em 2001, é um portal *on line* de referência no sector imobiliário, que disponibiliza uma variada gama de serviços e produtos para o lar e uma vasta oferta imobiliária e financeira.

Os números de imóveis registados na base de dados destes portais e os pedidos de visita de imóveis bem como o número de certificados para Crédito à Habitação registaram níveis de crescimento significativos em 2007, consolidando a sua notoriedade entre os portais imobiliários mais visitados na pesquisa de imóveis.

- **Escritórios.com.pt., Lojas.com.pt. e Industrial.com.pt.** - A subscrição destes serviços pelos profissionais do sector imobiliário permite a divulgação da carteira de empreendimentos e/ou imóveis comerciais (escritórios, lojas e armazéns)

através da solução PROi. Estes sites são referências únicas na área do imobiliário comercial, disponibilizando para consulta, simultaneamente, uma vasta carteira de produtos, notícias e artigos de informação especializada, a par da divulgação mensal do índice Lisbon Prime Index (valores reais de arrendamento para o mercado de escritórios em Lisboa).

- **Canais imobiliários das Páginas Amarelas e Semanário SOL**, a partir de uma parceria com as Páginas Amarelas e com o Semanário SOL, foram desenvolvidos em 2007 os canais *casas.pai.pt* e *imobiliário.SOL.pt* respectivamente, que visam disponibilizar para consulta uma vasta carteira de empreendimentos e imóveis residenciais - apartamentos, moradias, quintas e terrenos - disponíveis no mercado para compra, venda ou arrendamento. A divulgação de imóveis e empreendimentos nestes canais é exclusiva para empresas do sector imobiliário a partir da solução PROi.
- **Casas.com.pt.** – A iniciativa lançada em 2007, tem como característica principal permitir a pesquisa de imóveis por linguagem natural. Inclui um algoritmo que vai incorporando as preferências dos utilizadores, ajustando-se continuamente.

CRÉDITO ESPECIALIZADO

O sector do Crédito Especializado, com destaque para o leasing, manteve a dinâmica de crescimento do ano anterior alcançando valores de +19,3% no leasing imobiliário e de +17,3% no mobiliário. No factoring registou-se um crescimento moderado no volume de operações (+3,8%), mas no crédito ao consumo a variação foi negativa (-1,9%).

Produção do sector no ano

(milhões de euros)

	2006	2007
Leasing imobiliário	2 186	2 607
Leasing mobiliário	3 489	4 095
Factoring	19 838	20 609
Crédito ao consumo	5 948	5 837

Caixa Leasing e Factoring

O Grupo CGD marca presença no **crédito especializado** e serviços conexos através da participação accionista na empresa **Caixa Leasing e Factoring, IFIC**, (CLF) que integra as quatro áreas de negócio do Grupo de *leasings* mobiliário e imobiliário, o *factoring* e crédito ao consumo.

Procedeu-se durante o ano de 2007 a um reforço da especialização da empresa dentro do Grupo, tendo em vista proporcionar melhorias ao nível da qualidade de serviço ao cliente e na rentabilidade das operações.

Em resultado do seu desempenho comercial e do contínuo reforço da sua posição no mercado a CLF obteve crescimentos no ano acima da média do sector em todos os produtos, em especial no *leasing* mobiliário (+49%) e no imobiliário (+35%), a que corresponderam aumentos das respectivas quotas de mercado, de 10,1% para 12,9% e de 15% para 17%.

No crédito ao consumo, realça-se um crescimento de 11,5%, invertendo a tendência do ano anterior (-9,2%) e no *factoring*, o aumento no volume de operações atingiu 4,6% o que, embora acima do valor médio do sistema (3,9%), acompanhou o abrandamento verificado no mercado.

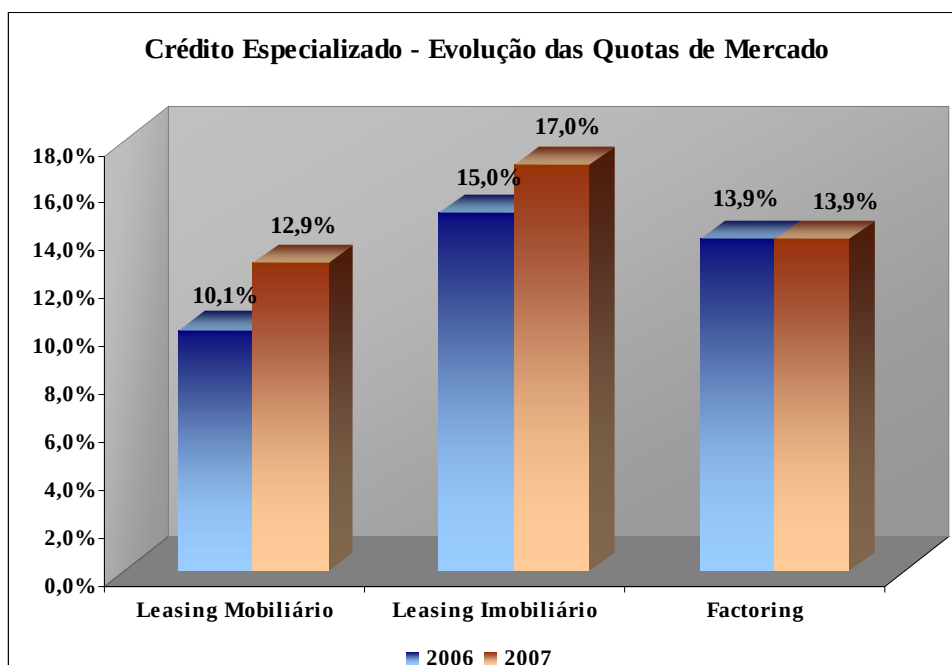
Produção no Grupo CGD

(milhares de euros)

	2006	2007	Crescimento	Quota de mercado
<i>Leasing imobiliário</i>	327 185	442 603	+35,3%	17,0%
<i>Leasing mobiliário</i>	354 093	526 380	+48,7%	12,9%
<i>Factoring</i>	2 749 014	2 874 342	+4,6%	13,9%
Crédito ao consumo	43 545	48 536	+11,5%	
<i>Do qual:</i>				
Financiamento automóvel				
<i>Leasing mobiliário</i>	98 343	130 974	+33,0%	
Crédito automóvel	14 714	19 941	+35,5%	

Em termos do financiamento automóvel, os crescimentos verificados em 2007, tanto em termos de locação financeira como de crédito, assumiram valores superiores a 30%, correspondendo no primeiro caso a um acréscimo significativo no número de viaturas ligeiras financiadas (+30,9%).

Ainda na área do financiamento automóvel, através da LOCARENT, é de referir o reforço sustentado da frota sob gestão, tendo terminado o ano com um aumento de 42% em número de viaturas no activo.



Fruto da dinâmica comercial referida, o activo da CLF progrediu 28,8%, devido sobretudo ao crescimento da carteira de crédito a clientes (+28,6%), que registou evolução positiva em todas as áreas do negócio, com destaque para o *leasing* mobiliário (+39%) e para o *factoring* (+32%).

Caixa Leasing e Factoring

(milhares de euros)

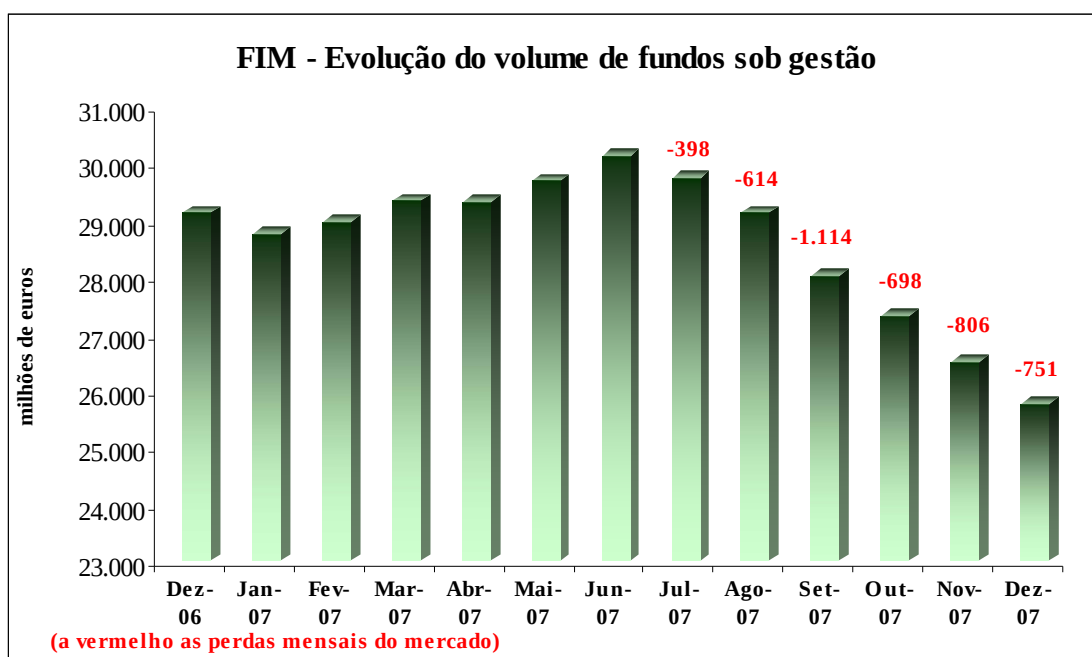
	2006	2007
Activo líquido	2 180 557	2 808 557
Créditos sobre clientes	2 146 788	2 761 780
Provisões para crédito vencido (saldos)	23 701	24 857
Capitais próprios	111 397	121 835
Resultado líquido	9 375	10 434
Capital social	10 000	10 000
% do Grupo	100,0%	100,0%
Nº de empregados	208	213

A evolução no volume de negócios da CLF proporcionou aumentos de 9% na margem financeira e de 13% no produto bancário, o que atendendo ao controlo rigoroso dos custos operacionais, gerou um Resultado líquido de 10,4 milhões de euros, contra 9,4 milhões em 2006. No que respeita aos rácios de eficiência e rentabilidade registaram melhorias como o *cost-to-income* a baixar de 43,1% para 39,5% e o ROE de 8,4% para 8,6%.

GESTÃO DE ACTIVOS

A actividade de Gestão de Activos foi influenciada durante o primeiro semestre de 2007 pelo bom desempenho das economias mundiais o que, aliado aos bons resultados financeiros divulgados pelas empresas, permitiu que os principais índices bolsistas alcançassem novos máximos de valorização. A partir do segundo semestre, a crise do crédito hipotecário nos EUA e o receio das suas consequências sobre a economia, agravados com as perdas anunciadas por diversos bancos de investimento, conduziram a um ambiente de aversão ao risco por parte dos investidores que interrompeu a tendência de valorização anteriormente descrita.

Em Portugal, o mercado de **Fundos de Investimento Mobiliário** (FIM) registou, no primeiro semestre, um crescimento de cerca de 3% do volume de fundos sob gestão, em linha com a tendência verificada nos cinco anos anteriores. Na segunda metade do ano, em consequência da crise atrás mencionada, gerou-se um agravamento na gestão de crédito e da liquidez que afectou todo o sistema financeiro em geral e o dos fundos de investimento mobiliários, em particular.



No final do ano, o valor dos activos geridos de FIM pelo conjunto das sociedades gestoras portuguesas, situava-se em 25,8 mil milhões de euros, o que correspondeu a uma diminuição de 11,6% face aos valores do início do ano. Este comportamento não foi homogéneo em todas as categorias de fundos, sendo os mais afectados os de Obrigações e os de Tesouraria, que representam mais de 50% do mercado e que diminuíram 4,1 mil milhões de euros (-25%) face ao ano anterior. As outras categorias de fundos registaram taxas de variação positivas, com especial destaque para os Fundos Especiais de Investimento e de Capital Garantido, que aumentaram 322 milhões e 431 milhões de euros, respectivamente.

Quanto ao mercado de **Fundos de Investimento Imobiliário** (FII) português, o mesmo registou um crescimento de 691 milhões de euros (+7%), com o valor dos activos geridos pelo conjunto das sociedades gestoras a atingir os 10,4 mil milhões de euros. O crescimento centrou-se nos Fundos Imobiliários Fechados e nos Fundos Especiais de Investimento (FEI) com aumentos de 491 e 191 milhões de euros, respectivamente. Os Fundos Imobiliários Abertos, pelo contrário, registaram um decréscimo de 148 milhões de euros e o valor dos seus activos foi ultrapassado pelo dos Fundos Fechados.

No mercado de **Fundos de Pensões** português a taxa de crescimento alcançou os 5,2%, totalizando 22,2 mil milhões de euros. Os Fundos Fechados, predominantemente os fundos de pensões da banca, progrediram 5% correspondente a mil milhões de euros e continuam a dominar o mercado, com 94,3% do total de fundos de pensões. Os Fundos de Pensões Abertos aumentaram 13,4% e os Fundos Abertos (PPR e PPA) 4%, mas os seus valores globais são ainda pouco significativos, respectivamente 88 milhões de euros e 20 milhões de euros.

Grupo CGD

Os activos sob gestão e aconselhamento no Grupo CGD totalizavam 25 028 milhões de euros, com um crescimento de 4% no ano.

Activos Geridos pelo Grupo CGD

(milhões de euros)

	2006	2007	Quotas de mercado	
			2006	2007
Fundos sob Gestão	23 794	24 724		
- Fundos Mobiliários (Caixagest)	6 381	6 217	21,9%	24,1%
- Fundos Imobiliários (Fundimo)	1 256	1 271	12,9%	12,2%
- Fundos de Pensões (CGD Pensões)	1 253	1 452	5,9%	7,0%
- Gestão de Patrimónios (Caixagest)	14 904	15 784	25,1%	24,7%
Activos sob aconselhamento	278	304		
	24 072	25 028		

CAIXAGEST – Técnicas de Gestão de Fundos

A posição de liderança da Caixagest no mercado dos Fundos Investimento Mobiliário foi reforçada com a quota de mercado a aumentar de 21,9% para 24,1%. O volume de activos geridos ascendeu a 6 217 milhões de euros, e menos 2,6% que no período homólogo do ano anterior, mas em termos médios, aumentou 14% face a 2006.

Em articulação com as redes comerciais da CGD, a Caixagest lançou diversos fundos ao longo do ano:

- Seis Fundos de Capital Assegurado que captaram um total de 475 milhões de euros. Este tipo de produtos, devido às suas inovadoras estruturas financeiras, continuam a registar um elevado sucesso comercial junto dos clientes da CGD.
- Os Fundos Especiais de Investimento “Caixagest Matérias-primas” e “Caixagest Infra-estruturas”, vocacionados para o investimento em sectores com excelente potencial de crescimento e pouco correlacionados com os mercados financeiros tradicionais. Através destes fundos, que reuniram um investimento inicial de 72 milhões de euros, pretendeu-se dar continuidade à política de alargamento de opções de investimento que a Caixagest tem prosseguido nos últimos anos.
- O fundo “Caixagest Obrigações Mais”, posicionado num patamar de maior potencial de rentabilidade e de risco que os outros fundos de obrigações de Taxa Indexada geridos pela Caixagest.

Em 9 de Fevereiro 2007, o fundo fechado de Capital Garantido “Caixagest Selecção 2007” terminou o seu período de vida, proporcionando aos seus participantes uma rentabilidade líquida, no período de investimento, de 16,92%, correspondente a uma taxa anual líquida de 5,34%.

Numa óptica de racionalização da oferta na rede CGD e na rede CTT, foram liquidados por incorporação noutros, os fundos “Caixagest Estratégia Moderada II”, “Postal Rendimento” e “Postal Gestão Global”.

A partir do 2º semestre de 2007, a comercialização dos fundos de tesouraria e de obrigações de taxa indexada ficou condicionada pelos efeitos da crise no mercado de crédito norte-americano.

No final do ano, a Caixagest detinha 51 fundos de investimento mobiliário sob gestão, apresentando uma carteira de produtos amplamente diversificada pelos vários mercados financeiros internacionais e, consequentemente, adaptada aos diversos segmentos de investidores.

FUNDOS MOBILIÁRIOS SOB GESTÃO

(milhares de euros)

	2006	2007
Fundos de Obrigações	1 715 342	1 721 373
Fundos de Acções	612 513	502 237
Fundos de Tesouraria	2 367 389	1 813 021
Fundos de Fundos	139 868	126 468
Fundos Mistos	29 603	44 549
Fundos de Poupança Acções (PPAs)	95 996	78 631
Fundos Especiais de Investimento – Abertos	251 903	475 845
Fundos Fechados de Capital Garantido	1 168 190	1 454 625
Total	6 380 805	6 216 749

Ao longo do ano, a Caixagest continuou a desenvolver a actividade comercial de apresentação do serviço de gestão de patrimónios, em articulação com a rede comercial da CGD, permitindo a identificação de novos clientes, tendo-se obtido um aumento de 20% no número de contratos de gestão de patrimónios.

Paralelamente aos contactos com os clientes da rede comercial, continuaram a ser realizados esforços sistemáticos de apoio e captação de clientes Institucionais que resultaram na entrada de dois novos clientes com 170 milhões de euros e no reforço de 675 milhões de euros por parte dos clientes existentes.

GESTÃO DISCRICIONÁRIA DE CARTEIRAS

(milhares de euros)

	2006	2007
Activos sob Gestão	14 904 297	15 783 578
Institucionais	3 766 110	3 642 948
Empresas	6 982	19 692
Carteiras de Seguros do Grupo	11 048 276	12 008 569
Particulares	82 928	112 370
Activos sob Aconselhamento	277 695	304 625
Total	15 181 992	16 088 203

O ano de 2007 ficou marcado por um forte aumento dos Resultados Líquidos da Caixagest, que atingiram 7,9 milhões de euros, +74% do que no ano anterior. Este resultado teve origem no aumento do montante médio de activos geridos (14%), que se reflectiu favoravelmente na cobrança de comissões de gestão e obrigatórias.

SOCIEDADE GESTORA

(milhares de euros)

	2006	2007
Activo líquido	34 464	43 742
Capitais próprios	28 173	34 095
Resultado líquido	4 534	7 908
Capital social	9 300	9 300
% Grupo CGD	100,0%	100,0%

FUNDIMO – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário

Durante o ano de 2007 a Fundimo lançou quatro novos fundos de investimento imobiliário, sendo três por subscrição particular e um especial por subscrição particular. No final do ano tinha ao todo vinte e três fundo sob gestão.

Destes, há a destacar o Fundo de Investimento Imobiliário Fundimo, fundo aberto, o qual apresentou um forte dinamismo, com a concretização de um número muito significativo de aquisições de imóveis de qualidade e bem localizados, a colocação de património devoluto e a renegociação de contratos de arrendamento, de modo a garantir uma maior estabilidade e fidelização por parte dos arrendatários. No que diz respeito ao seu desenvolvimento, em termos de capital, o Fundo sofreu as consequências da subida das taxas de juro, com um abrandamento do ritmo de subscrições, e da crise do *subprime*, com um acentuado incremento do ritmo de resgates. Apesar dos vários factores negativos que afectaram tanto o mercado imobiliário como o financeiro, o Fundo terminou o ano de 2007 com uma rentabilidade de 4,5% líquidos, a qual se revelou como uma das melhores rentabilidades, quando comparada com outros fundos do mesmo tipo.

Há ainda a realçar o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Sete Colinas, fundo este destinado à reabilitação urbana na cidade de Lisboa. O Fundo foi lançado em Outubro de 2006, tendo entre os seus participantes um conjunto de investidores

institucionais de grande relevo. O Fundo, pelo património já adquirido e em estudo, e pelas suas perspectivas de crescimento, apresenta-se desde já como um dos principais parceiros da cidade de Lisboa no seu esforço de reabilitação.

Quanto aos outros fundos sob gestão, a maioria destina-se à promoção imobiliária, tendo de um modo geral a sua actividade decorrido normalmente, tanto no que diz respeito aos investimentos que se encontram em fase de projecto, como naqueles que se encontram em fase de construção.

Fundos Imobiliários sob Gestão

(milhares de euros)

	2006	2007	Variação
Fundos Abertos (Fundo Fundimo)	825 612	822 085	-0,4%
Fundos Fechados	430 482	448 746	4,2%
Total	1 256 094	1 270 831	1,2%

Em termos globais, o ano de 2007 ficou marcado pelo aumento da actividade da Fundimo e a consequente melhoria dos resultados. O aumento do número de fundos e do montante de activos geridos reflectiu-se favoravelmente na cobrança de comissões, que registou um crescimento de 9%, atingindo o montante de 8,4 milhões de euros em Dezembro de 2007. Estes crescimentos reflectiram-se positivamente nos resultados, tendo a Fundimo fechado o ano com resultados líquidos de 4,6 milhões de euros, mais 14% que no período homólogo de 2006.

Sociedade Gestora

(Milhares de euros)

	2006	2007	Variação homóloga
Activo líquido	8 543	9 243	8%
Capitais próprios	7 075	7 649	8%
Resultado líquido	4 068	4 642	14%
Capital social	600	600	
% GRUPO CGD	100,0%	100,0%	

CGD PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões

A CGD Pensões manteve, em 2007, a gestão dos treze fundos de pensões fechados tendo obtido, já no final do ano, o mandato para a constituição de um fundo fechado para uma grande instituição nacional e a transferência da gestão de dois fundos de pensões fechados, com início em Janeiro de 2008.

No segmento dos fundos de pensões abertos manteve a gestão do Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Activa” e do Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Valor”, comercializados na rede do Grupo CGD e lançou em Março um novo fundo aberto – Caixa Reforma Garantida 2022 - com características inovadoras no mercado.

O Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Activa que tem uma política de investimento mais conservadora, alcançou um valor de 133,3 milhões de euros (+10,9%) no ano, registou uma nova adesão colectiva e 1,3 mil novas adesões individuais com um valor de subscrição de 13,1 milhões de euros.

O Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Valor com uma política de investimento mais agressiva atingiu um valor de 10 milhões (+63,8%), captando no ano uma nova adesão colectiva e cerca de meio milhar de novas adesões individuais, com um valor de subscrição de 3,9 milhões de euros.

No final do ano os valores patrimoniais geridos pela Sociedade totalizavam 1 452 milhões de euros, que correspondem a um crescimento de 15,9%.

FUNDOS GERIDOS

(milhares de euros)

	2006	2007
Fundos Abertos:	126 426	155 637
Fundo Caixa Reforma Activa	120 311	133 374
Fundo Caixa Reforma Valor	6 115	10 016
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	-	12 247
Fundos Fechados:	1 126 237	1 296 651
Outros Fundos Fechados	1 126 237	1 296 651
Total	1 252 663	1 452 288

O Resultado Líquido obtido no exercício de 2007 atingiu 897 milhares de euros, +547 milhares de euros que no ano anterior.

SOCIEDADE GESTORA

(milhares de euros)

	2006	2007
Activo líquido	5 340	6 368
Capitais próprios	4 356	5 153
Resultado líquido	350	897
Capital social	3 000	3 000
% Grupo CGD	100,0%	100,0%

ACTIVIDADE SEGURADORA

Evolução do Mercado

A Actividade Seguradora em Portugal registou, em 2007, um volume de 13 749 milhões de euros de Prémios de Seguro Directo (8,8% do PIB), 68,1% dos quais provenientes de seguros do Ramo Vida. O crescimento global foi de 4,8% com origem, essencialmente, no Ramo Vida (+6,9%), que beneficiou do bom desempenho dos produtos de capitalização, enquanto os ramos Não Vida, que representam cerca de um terço da produção, mostraram uma estagnação do volume de Prémios (+0,5%), reflectindo os decréscimos dos Ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel. No que respeita à actividade no estrangeiro, a produção atingiu 122 milhões de euros (0,88% do total), e um aumento de 10 milhões face ao ano anterior.

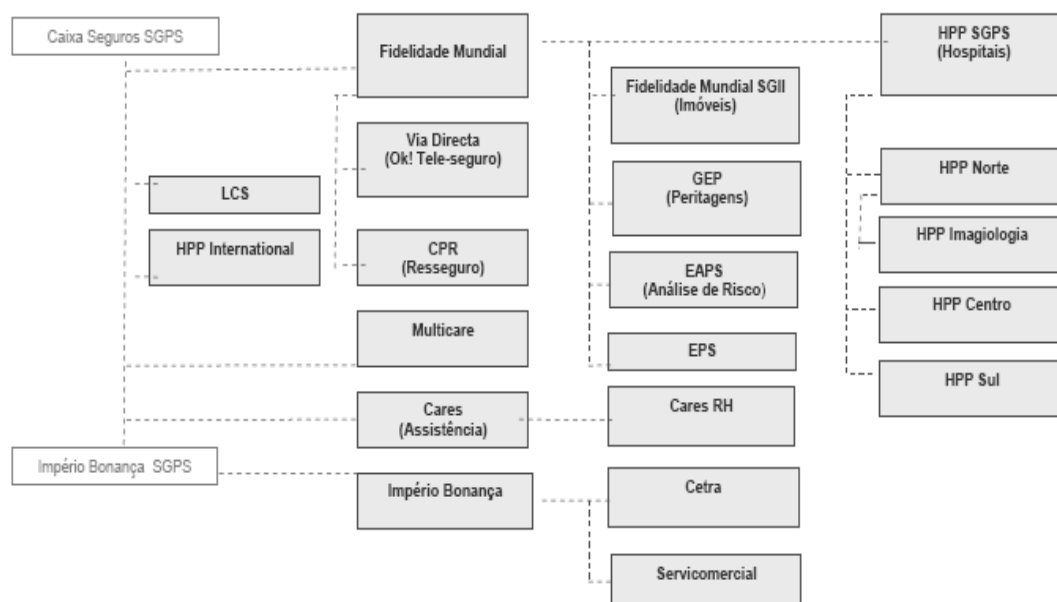
Quanto ao grau de concentração da área seguradora, verificou-se um comportamento diferenciado nos Ramos Vida e Não Vida, com os 5 principais Grupos a expandir a sua quota de mercado para 80,6% (+1,9 pp.) no Ramo Vida, e a reduzir nos Ramos Não Vida para 63,9% (-1,3 p.p.), em resultado de um crescimento mais acentuado nas seguradoras de menor dimensão.

O ano de 2007 constituiu um marco importante em termos de enquadramento legal do sector, com a aplicação da nova lei da mediação, que visa uma maior profissionalização dos intermediários de Seguros e um esperado aumento da qualidade do serviço e informação prestada aos clientes.

CAIXA SEGUROS, SGPS, SA

Estrutura de participações

A Caixa Seguros, S.G.P.S., S.A. é a *holding* do Grupo CGD que congrega todas as participações da área seguradora, operando através de diversas marcas – Fidelidade Mundial, Império Bonança, OK! Tele-seguro, Multicare e Cares – suportada pela maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos financeiros do mercado nacional.



A Caixa Seguros integra ainda – de forma indirecta, através da Companhia de Seguros Fidelidade Mundial – as participações da área hospitalar do Grupo CGD, agrupadas na HPP, S.G.P.S.

Demonstrações Financeiras e Principais Indicadores (IAS/IFRS)**CAIXA SEGUROS, SGPS, SA****Resumo Do Balanço Consolidado**

(milhares de euros)

	2006	2007
Activo Líquido		
Imobilizações e existências	248 957	248 741
Investimentos	10 169 844	11 284 460
Investimentos risco do tomador	848 401	777 115
Provisões técnicas resseguro cedido	236 255	231 901
Devedores	801 964	528 327
Depósitos e caixa	1 040 254	747 466
Acréscimos e diferimentos	111 314	126 099
Total do Activo	13 456 989	13 944 109
Capital Próprio e Passivo		
Capital social	448 400	448 400
Prémios de emissão	184 404	184 404
Reservas	298 841	311 361
Resultados transitados	72 160	101 404
Resultado líquido do exercício	154 529	165 325
Interesses minoritários	15 353	23 488
Total do Capital Próprio	1 173 687	1 234 382
Passivo		
Provisões técnicas	7 822 155	7 666 693
Responsabilidades com Instrumentos financeiros	2 183 915	3 124 303
Provisões técnicas risco do tomador	847 369	777 115
Provisões para outros riscos e encargos	73 875	82 595
Depósitos recebidos de resseguradores	38 319	107 556
Credores	1 211 831	864 162
Acréscimos e diferimentos	105 839	87 303
Total do Passivo	12 283 303	12 709 727
Total do capital próprio e passivo	13 456 989	13 944 109

CAIXA SEGUROS, SGPS, SA**Demonstração de resultados consolidada**

(milhares de euros)

	2006	2007
Conta Técnica Não Vida		
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1 340 174	1 293 215
Proveitos / Custos dos investimentos	124 050	54 842
Outros proveitos / Custos técnicos	-2 122	6 589
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-958 201	-936 857
Custos de exploração líquidos	-381 870	-362 571
Resultado Técnico Não Vida	122 031	55 218
Conta Técnica Vida		
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1 281 174	946 047
Proveitos / Custos dos investimentos	192 369	275 111
Outros proveitos / Custos técnicos	-960 679	114 754
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-409 119	-1 166 640
Custos de exploração líquidos	-44 904	-49 821
Resultado Técnico Vida	58 841	119 451
Resultado Técnico Instrumentos Financeiros	25 982	31 485
Resultado Técnico Global	206 854	206 154
Conta Não Técnica		
Proveitos / Custos dos investimentos	27 550	30 460
Outros proveitos / Custos não técnicos	-28 510	-23 238
Resultado Antes de Impostos	205 894	213 376
Imposto sobre o rendimento do exercício	-51 721	-48 430
Interesses minoritários / Resultados adquiridos	356	379
Resultado Líquido do Exercício	154 529	165 325

CAIXA SEGUROS SGPS, SA

Indicadores Gerais

(milhares de euros)

	2006	2007
Activo líquido	13 456 989	13 944 109
Prémios de Seguro Directo	3 246 709	3 658 568
• Ramo Vida	1 301 918	967 319
• Contratos de seguros classificados como instrumentos financeiros	501 460	1 292 496
• Ramo Não Vida	1 443 331	1 398 753
Responsabilidades com Contratos de Seguros	10 006 070	10 790 996
• Provisões Técnicas de Seguro Directo e de Resseguro Aceite	7 822 155	7 666 693
• Responsabilidades com Componente de Depósitos de Contrato de Seguros	2 183 915	3 124 303
Investimentos Líquidos	12 000 104	12 809 040
Taxa de Sinistralidade do Seguro Directo sobre prémios adquiridos		
• Ramos Vida	49,1%	121,1%
• Ramos Não Vida	55,6%	58,1%
Capitais Próprios	1 173 687	1 234 383
Resultado Líquido	154 529	165 325
Solvabilidade (Local GAAP)		
A. Margem de Solvência (Total)	910 784	913 389
B. Margem de Solvência (Requisito Obrigatório)	597 630	652 664
• Cobertura da Margem de Solvência (A/B)	152,4%	139,9%
Rentabilidade		
ROE Líquido	13,5%	13,7%
ROA Líquido	1,21%	1,2%
Quotas de Mercado (Actividade em Portugal)	24,2%	26,0%
• Ramo Vida	20,0%	23,6%
• Ramo Não Vida	32,6%	31,2%
Número de empregados	4 153	4 390
• Sector Segurador	3 374	3 582
• Outros Sectores	779	808
Número de Agências	153	153
• Fidelidade Mundial	90	90
• Império Bonança	63	63
Número de Lojas exclusivas	632	676
• Fidelidade Mundial	342	373
• Império Bonança	290	303
Número de Lojas em franchising	134	164
• Império Bonança	134	164

Síntese da Actividade

A Caixa Seguros opera através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos financeiros do mercado nacional: balcões próprios Fidelidade Mundial e Império Bonança, lojas de agentes e corretores, agências bancárias CGD, balcões CTT, *internet* e canal telefónico, no caso da OK! Teleseguro.

Em 2007 concluiu-se o modelo integrado de gestão e funcionamento das duas principais seguradoras integradas na Caixa Seguros, tendo o processo de concentração e uniformização das plataformas operativas evoluído nos termos previamente delineados.

Este objectivo foi atingido sem prejuízo de uma crescente especialização face ao negócio, seja em termos de canais de distribuição, de linhas de negócio e de afirmação das principais marcas comerciais.

Dada a importância da gestão prudencial no negócio segurador a empresa prosseguiu em 2007 a implementação de acções tendentes à minimização do risco operacional, de forma a adequar a estrutura da empresa aos novos padrões de supervisão do Mercado.

Neste contexto, a implementação e desenvolvimento de uma estratégia de *Compliance* e Prevenção do Branqueamento de Capitais ao nível das melhores práticas internacionais assumiu, no ano de 2007, um papel importante, tendo sido criada, em Julho, um departamento de Assuntos Institucionais e *Compliance*. No âmbito das actividades já desenvolvidas foi aprovado e divulgado um manual de *Compliance* do Grupo, tendo sido desencadeadas acções de formação nestas matérias para mais de 300 colaboradores.

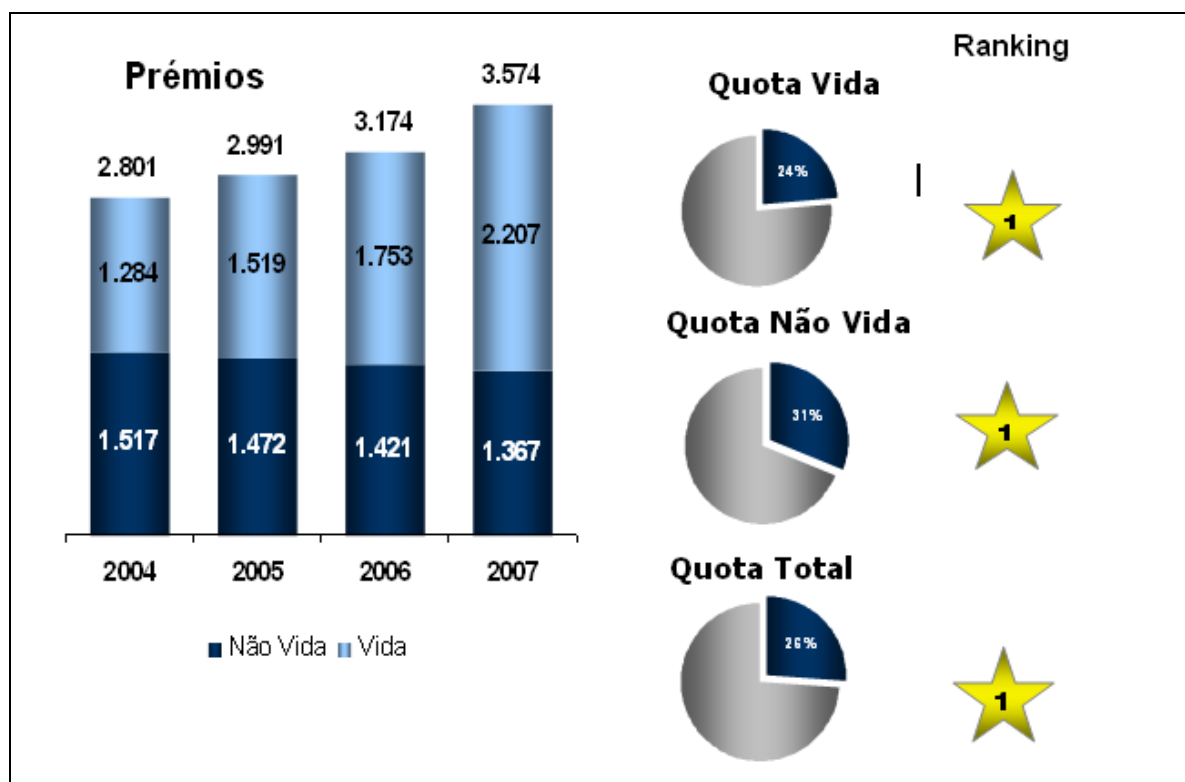
Prémios de Seguro Directo

No que respeita à actividade seguradora, a Caixa Seguros atingiu um montante de prémios de seguro directo de 3 659 milhões de euros, correspondente a um crescimento de 12,7%, valores que permitiram consolidar a liderança de mercado nesta área de negócio, conquistada pela primeira vez em 2006.

A actividade em Portugal foi responsável pela maioria da produção (97,8%) com um volume de Prémios de 3 574 milhões de euros, (+12,6%), enquanto a actividade no estrangeiro atingiu os 84 milhões de euros, cerca de 70% do total de produção captada pelo sector em outros mercados.

Actividade Seguradora em Portugal

(milhões de euros)



A liderança do mercado pela Caixa Seguros com uma quota global de 26,0% (+1,8 pp. que no ano anterior), alarga-se às principais áreas de negócio, com particular destaque para os Ramos Vida, onde passou a representar cerca de um quarto do mercado, mas também para os Ramos Não Vida, com cerca de um terço do total de prémios produzidos em Portugal.

Apesar da disparidade entre as quotas de mercado nas actividades Vida (23,6%) e Não Vida (31,2%), a carteira de Prémios da Caixa Seguros mantém uma distribuição mais equilibrada entre estas duas áreas de negócio do que a verificada no mercado, cabendo ao Ramo Vida 61,7% dos prémios face a 68,1% no mercado.

Em 2007, verificou-se um elevado acréscimo de receita com origem nos novos Canais, reflectindo, essencialmente, a evolução favorável dos Ramos Vida, enquanto os Canais tradicionais continuaram a repercutir a estagnação dos Ramos não Vida, que constituem a sua principal área de negócio.

Ramo Não Vida

Seguro Directo Não Vida

	Prémios Adquiridos		Sinistralidade		Taxa Sinistralidade	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Acidentes de trabalho	246 886	234 028	202 397	198 423	82,0%	84,8%
Acidentes pessoais e pessoas transp.	51 187	46 681	7 039	14 361	13,8%	30,8%
Doença	143 694	159 023	110 482	124 141	76,9%	78,1%
Incêndio e outros danos	243 323	232 499	63 841	86 410	26,2%	37,2%
Automóvel	679 122	640 699	394 881	366 666	58,1%	57,2%
Marítimo, aéreo e transportes	39 266	36 883	28 277	9 987	72,0%	27,1%
Responsabilidade civil geral	33 258	33 589	898	10 676	2,7%	31,8%
Crédito e cauções	830	576	504	-825	60,6%	-143,2%
Protecção jurídica	5 331	7 163	351	221	6,6%	3,1%
Assistência	8 741	8 334	-37	15	-0,4%	0,2%
Diversos	13 144	12 456	5 104	9 621	38,8%	77,2%
Total	1 464 782	1 411 931	813 736	819 696	55,6%	58,1%

Sinistralidade

No que respeita à taxa de sinistralidade de seguro directo situou-se em 58,1%, com um acréscimo de 2,5 p.p., variação que reflecte já o reforço extraordinário do provisionamento técnico com vista a cumprir os requisitos exigidos pelo Solvência II.

Provisões Técnicas e sua Cobertura

De acordo com as regras nacionais de avaliação de activos e provisões técnicas, as provisões técnicas de Seguro Directo e Resseguro Aceite, incluindo responsabilidades com instrumentos financeiros totalizaram 11 484 milhões euros, enquanto os Activos elegíveis para a sua representação ascenderam a 12 242 milhões de euros, pelo que o rácio da sua cobertura é de 106,6%.

Segundo as IFRS's as responsabilidades do Grupo com contratos de seguros somaram 11 568 milhões de euros e os investimentos líquidos 12 809 milhões de euros.

Ao nível do rácio de Provisões Técnicas sobre prémios dos ramos Não Vida verificou-se um reforço de 6,5 p.p. para 170,3%, sendo que no mercado, no final de 2006, esse valor era próximo de 140% o que, mais uma vez, evidencia a política de prudência adoptada pelas seguradoras.

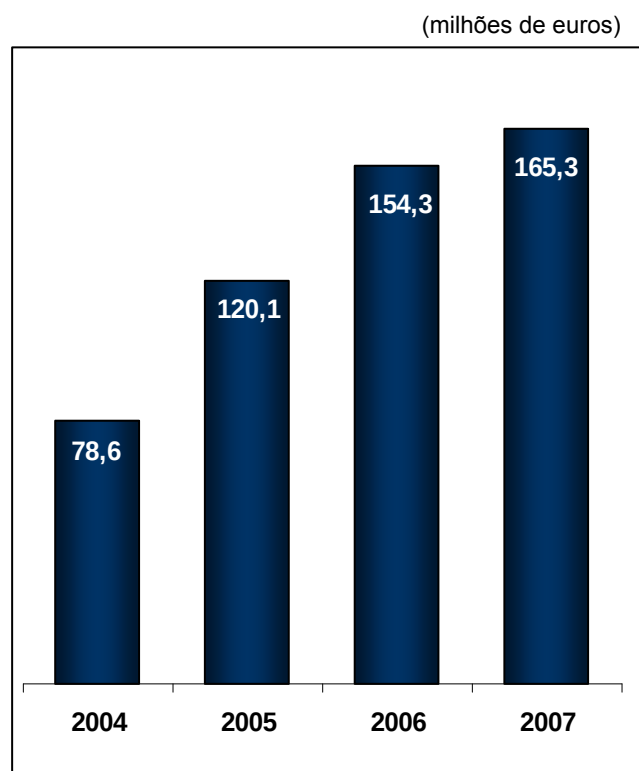
O Grupo tem inteiramente cobertas e adequadamente representadas as suas responsabilidades para com segurados e terceiros e cumpre os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras, bem como os níveis de Margem de Solvência e do Fundo de Garantia, excedendo significativamente os valores mínimos legalmente fixados.

Resultados e Situação Líquida

O total de custos de estrutura da Caixa Seguros atingiu 458,2 milhões de euros, inferior em 42,5 milhões de euros ao ano transacto (-8,5%). Contudo, verifica-se que a flutuação do valor de despesas gerais nos últimos três exercícios fica, essencialmente, a dever-se à rubrica de Provisões para Riscos e Encargos, decorrente da constituição de provisões diversas pelo que, expurgando esse efeito, se obtém uma redução de custos ao longo desse período.

Os Resultados Líquidos continuaram a beneficiar da conjugação favorável dos efeitos da gestão selectiva de riscos e da implementação de medidas de contenção de custos, tendo atingido 165,3 milhões de euros, um aumento de 7,0% face ao ano anterior.

Actividade Seguradora – Resultado Líquido



O Capital Próprio consolidado da Caixa Seguros, atingiu os 1 234 milhões de euros, +60,7 milhões do que em 2006.

A Margem de Solvência exigida da Caixa Seguros alcançou, no final do ano, 653 milhões de euros, enquanto os seus elementos constitutivos ascenderam a 913 milhões de euros, o que traduz um rácio de cobertura de 140%, valor que representa um elevado índice de segurança para todos os segurados e agentes económicos que se relacionam com as empresas do Grupo.

COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE MUNDIAL, SA

Síntese da Actividade

No capítulo da organização interna, continuou a ser prosseguida a maior eficiência da arquitectura interna da Companhia, com o intuito de maximizar as economias de escala decorrentes da integração de estruturas de “back-office” levada a efeito com a Império Bonança.

Continuaram, igualmente, a ser implementadas medidas de reforço da marca Fidelidade Mundial e de dinamização comercial, através da realização de campanhas promocionais, da melhoria das ferramentas informáticas de suporte à venda, da promoção de produtos inovadores no Ramo Vida e da actuação da Direcção de Dinamização de Negócios Empresas, que visa reforçar a presença da Companhia junto das PME's através de um conceito de “Soluções de Protecção Empresas”.

De referir, igualmente, o desenvolvimento do projecto Assurefinance, através da oferta, pela Rede de Mediação, de crédito imobiliário e financiamento automóvel a clientes da Fidelidade Mundial. No que concerne à política de produtos, há que destacar a implementação de medidas visando consolidar a actual carteira de riscos no Ramo Automóvel, através de alterações nas tarifas com vista a captar novos clientes com perfil de risco mais favorável, do aprofundamento da segmentação da carteira de clientes, de incentivos ao pagamento de prémios por débito bancário e do desenvolvimento de um novo produto a ser lançado no início de 2008.

Ao nível dos Ramos Vida, foi lançado o produto Leve, um PPR inovador com três opções de investimento, que associa uma componente de previdência e possibilita a adesão a um cartão de crédito emitido pela CGD. No que respeita à oferta na vertente Capitalização, continuou a aposta em produtos de oferta limitada, que permitem condições muito atractivas.

Com vista a melhorar a oferta de seguros de Protecção Pessoal destaca-se o lançamento, na CGD, do Caixa Woman, produto que pretende dar resposta a necessidades de protecção específicas do segmento feminino, e, para o negócio Assurefinance, de um novo seguro de Vida ligado a contratos de crédito à habitação.

A Companhia é líder destacada do mercado com uma quota de 21,1% e também nos Ramos Vida (quota de 22,3%) e Não Vida (quota de 18,6%).

Em termos de Produção, a Companhia obteve um montante de Prémios de Seguro Directo, na actividade em Portugal, de 2,9 mil milhões de euros, equivalente a um acréscimo de 16,9% face ao ano anterior, que resultou do comportamento favorável do Ramo Vida, já que nos Ramos Não Vida a produção baixou cerca de 3,9%.

Na actividade no Estrangeiro o montante de Prémios ascendeu a 76,1 milhões de euros, salientando-se o crescimento na Sucursal de Espanha, sendo, igualmente, de referir a expansão dos Ramos Não Vida na Sucursal de França.

As indemnizações de Seguro Directo, em Portugal, atingiram o montante de 1 973,8 milhões de euros, com um acréscimo de 47,1% face a 2006, reflectindo o aumento de (+90,1%), sobretudo nos Ramos Vida, motivado pelo elevado volume de resgates e vencimentos.

A taxa de sinistralidade líquida de resseguro dos Ramos Não Vida, na actividade em Portugal, diminuiu 4,7 pp., em consequência da taxa menos gravosa registada pelos principais agregados de Ramos, com particular destaque para o ramo Automóvel, uma vez que os agregados Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos se encontravam, em 2006, influenciados por factores extraordinários, respectivamente a preparação da Companhia para os novos programas de longo prazo do Solvência II ao nível do Ramo Acidentes de Trabalho e a frequência anormalmente elevada de incêndios industriais e inundações.

A Fidelidade-Mundial, ao terminar o exercício de 2007 com um montante de activos afectos à representação das provisões técnicas de 9,9 mil milhões de euros, alcançou um rácio de cobertura das provisões técnicas de seguro directo e resseguro aceite de 104,5%, superando as responsabilidades assumidas em cerca de 400 milhões de euros. Existe, ainda, um conjunto de activos não afectos, mas passíveis de representação das provisões técnicas, que aumentariam o rácio de cobertura para 109,2%.

COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE MUNDIAL

Contas Individuais (a)

(milhares de euros)

	2006	2007
Activo líquido	10 173 764	11.079.888
Investimentos (activos de representação)	9 157 805	9.896.928
Provisões técnicas líquidas de resseguro	8 524 071	8.695.372
Prémios de seguro directo (no ano)	2 552 327	2.977.559
Capitais próprios	959 005	1.009.582
Resultado líquido	104 014	126.096
Capital social	400 000	400.000
% Grupo CGD	100,0%	100,0%
Nº de empregados	1 941	1 917
Nº de agências	90	90
Lojas exclusivas	342	373

(a) Os valores apresentados neste quadro estão em consonância com as normas relativas à actividade seguradora.

Em termos de contas individuais, o Capital Próprio da Fidelidade-Mundial totalizou 1 010 mil milhões de euros, e um acréscimo de 5,3%, com origem no Resultado do exercício e nas Reservas. Os Resultados, por seu turno, ascenderam a 126 milhões de euros, com um acréscimo de 21,2%, devido à melhoria dos rácios técnicos dos Ramos Vida e à redução dos custos de estrutura. Em base consolidada, os Resultados atingiram 133,6 milhões de euros, cerca de +20% do que em 2006.

IMPÉRIO BONANÇA – COMPANHIA DE SEGUROS, SA

Síntese da Actividade

No capítulo de organização interna, a Império Bonança prosseguiu o objectivo de alcançar uma maior eficiência da arquitectura interna, em consequência da integração de estruturas de “back-office” levada a efeito com a Fidelidade Mundial, desde a sua integração no Grupo CGD em 2005.

A fidelização e a retenção de clientes marcaram, também, o ano em termos de posicionamento e estratégia no mercado, e, nesse sentido, foram adoptadas diversas medidas, com vista à diminuição da taxa de anulação de apólices e em simultâneo com o lançamento e a venda de novos produtos, através de uma oferta segmentada e orientada para a satisfação do cliente. Para além da oferta tradicional e abrangente, destinada quer a clientes particulares, quer a empresas, foram lançados novos produtos financeiros, tais como Dupla Garantia, Renda Certa Mais, Garantido 4,14% e os suplementos financeiros do final do ano.

Mais uma vez, a Império Bonança marcou o seu posicionamento através de uma estratégia de comunicação destinada a criar uma maior proximidade com o Cliente – “Veja o Lado Bom”, alertando para o risco, porque este existe, mas utilizando um optimismo realista.

Foram igualmente adoptadas medidas de dinamização da actividade, dirigidas essencialmente ao canal de mediação tradicional, sendo de destacar:

- O desenvolvimento de um novo produto visando contrariar a tendência de perda de carteira no Ramo Automóvel;
- Preços mais competitivos, com maior segmentação dos clientes, e incentivos ao pagamento de prémios por débito bancário;
- Nos produtos vida, na gama de produtos de reforma, reformulação do produto PPR de oferta permanente e, no final do ano, o lançamento de uma série especial de PPR, reforçando o posicionamento da marca no mercado. Nos produtos de capitalização apostou-se no lançamento de séries especiais de produtos tradicionais, de rendimento garantido, em alternativa aos Instrumentos de captação de aforro estruturados (ICAE's), lançados em anos anteriores;

- No âmbito de seguros de Protecção Pessoal na vertente de Vida Risco, para o negócio Assurefinance, o lançamento de um novo seguro de vida ligado a contratos de crédito habitação da CGD.

IMPÉRIO BONANÇA (a)**Principais Indicadores**

(milhares de euros)

	2006	2007
Activo líquido	2 546 804	2 541 890
Investimentos (activos de representação)	2 176 911	2 181 053
Provisões técnicas líquidas de resseguro	1 898 768	1 684 992
Prémios de seguro directo (no ano)	659 814	643 095
Capitais próprios	191 973	215 429
Resultado líquido	28 971	31 265
Capital social	202 005	202 005
% Grupo CGD	70,0%	100,00%
Nº de empregados	1 278	1 278
Nº de Agências	63	63
Lojas exclusivas	290	303
Lojas em franchising	134	164

(a) Contas Individuais. Os valores apresentados neste quadro estão em consonância com as normas contabilísticas nacionais relativas à actividade seguradora.

Em termos de Produção, a Companhia registou um montante de prémios de 643 milhões de euros, com uma diminuição de 2,5% face ao ano anterior, devido essencialmente ao comportamento dos Ramos Não Vida (-4,7%). Na actividade em Portugal, obteve-se um montante de prémios de 634,8 milhões de euros, -3,7% do que em 2006.

Os prémios do Ramo Vida totalizaram 122 milhões de euros, apresentando um crescimento de 0,8%, decorrente essencialmente da comercialização de produtos de capitalização. Na Actividade Não Vida os prémios baixaram 4,7%, atingindo o montante de 512,9 milhões de euros, verificando-se redução na generalidade dos Ramos, com excepção do Ramo Doença (+9,3%).

Em 2007 os Custos com Sinistros registaram evolução favorável, (-0,5% no ano), tendo atingido 539 milhões de euros. Os Ramos Não Vida processaram 315 milhões de euros de Indemnizações de Seguro Directo (-5,3%) e no Ramo Vida as indemnizações totalizaram 224 milhões de euros, relativas essencialmente a vencimentos e resgates de produtos de capitalização. Ainda nos Ramos Não Vida, salientaram-se os decréscimos na sinistralidade dos agrupamentos Automóvel e Transportes respectivamente de 5% e 79,5%.

No que respeita aos activos representativos das provisões técnicas, ascenderam a 2 181 milhões de euros, valor que excede as responsabilidades em 224 milhões de euros e que corresponde a um grau de cobertura de 111,4%. A análise da carteira de activos evidencia um aumento dos títulos de crédito em detrimento de depósitos e caixa.

O Resultado Líquido da Império Bonança situou-se em 31,3 milhões de euros, incluindo 532 mil euros relativos à actividade no estrangeiro, com um crescimento de 7,9% relativamente ao ano anterior.

ACTIVIDADE HOSPITALAR

Os desafios da HPP Saúde, no actual contexto competitivo, levaram à identificação do seguinte conjunto de objectivos e acções prioritárias:

- Consolidar uma presença significativa na actividade prestadora de cuidados de saúde privilegiando a expansão da oferta privada, via construção ou aquisição de hospitais: Abrir em 2008 duas novas unidades privadas de saúde – o Hospital dos Lusíadas, em Lisboa e o Hospital da Boavista (ampliado), no Porto;
- Participar no esforço de reorganização do Sistema Nacional de Saúde: Iniciar em 2008 a gestão do actual Hospital de Cascais em regime de PPP; Iniciar o desenvolvimento do projecto do novo Hospital de Cascais, também em regime de PPP;
- Aprofundar a parceria com a USP Hospitales: Integração efectiva do apoio de recursos técnicos, tecnológicos e experiência de gestão hospitalar da USP Hospitalares;
- Transição para um novo modelo de governo assente numa estrutura profissional de acordo com as exigências do negócio.

A HPP SGPS, que agrega as participações do Grupo CGD na área hospitalar e na qual detém uma participação de 75%, registou um acréscimo na sua actividade, tendo atingido um volume de prestação de serviços de 55,8 milhões de euros.

Actividade Das Restantes Participadas

- A Via Directa - Companhia de Seguros, S.A., especializada na exploração de canais remotos de comercialização de seguro, através da marca Ok Teleseguro, registou uma produção de seguro directo de 37,8 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 10,2% face ao ano anterior, e um Resultado Líquido de 2,0 milhões de euros;
- A Cares, empresa de seguros de assistência, contabilizou um montante de prémios consolidados de 43,1 milhões de euros, registando uma evolução de 24% face ao ano anterior, e um Resultado Líquido de 3,9 milhões de euros;
- A Multicare, nova seguradora vocacionada para a exploração de seguros de saúde e que adoptou o nome da rede médica disponibilizada também através dos seguros de saúde do Grupo, iniciou a sua actividade no último trimestre do ano, tendo registado um Resultado próximo de 1 milhão de euros;
- A CPR – Companhia Portuguesa de Resseguros foi totalmente adquirida pela Caixa Seguros, tendo sido iniciado um plano de recuperação financeira daquela empresa, que já permitiu alcançar um Resultado positivo de 1 milhão de euros;
- A EPS – Gestão de Sistemas de Saúde, S.A., empresa especializada em gestão de operações e redes de saúde, prestando serviços a várias seguradoras do mercado, obteve um volume de negócios de 9,6 milhões de euros e um Resultado Líquido de 1,5 milhão de euros;
- A GEP – Gestão de Peritagens Automóveis, S.A., responsável pela peritagem de sinistros das seguradoras do Grupo, atingiu uma facturação próxima de 17,5 milhões de euros, consolidando os elevados crescimentos registados em anos anteriores;
- A EAPS – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. continuou a contribuir positivamente para a actividade da Companhia nas suas áreas de competência específica, tendo alcançado um volume de negócios de 2,1 milhões de euros, superando em cerca de 10% a facturação do ano anterior;
- A Fidelidade –Mundial SGII, vocacionada para a gestão de património imobiliário, visa reforçar a capacidade de actuação da Companhia no mercado com acrescido interesse para a actividade seguradora tendo atingido um total de proveitos de 6 milhões de euros, maioritariamente com origem em rendas de imóveis, e um Resultado Líquido de 3,8 milhões de euros.
- A Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, que se dedica à reparação de automóveis, atingiu uma facturação superior a 1,5 milhões de euros.
- A LCS – Linha de Cuidados de Saúde tem vindo a registar um desempenho operacional muito favorável, encontrando se numa fase de crescimento e investimento, que tenderá a consolidar se no próximo exercício.

ACTIVIDADES DO GRUPO NO EXTERIOR**Sucursais e Filiais Bancárias**

O Grupo CGD dispõe de uma rede de 10 Sucursais bancárias – localizadas em Nova Iorque, Londres, França, Luxemburgo, Zhuhai (República Popular da China), Timor Lorosae, Grand Cayman, Mónaco, Espanha e Zona Franca da Madeira – e de 7 filiais – Banco Caixa Geral (Espanha), Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique), Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde), Banco Interatlântico (Cabo Verde), Banco Nacional Ultramarino (Macau), Mercantile Bank (África do Sul) e Caixa Geral de Depósitos Subsidiária Offshore de Macau. Através desta rede actua quer junto das comunidades portuguesas residentes, quer no apoio às operações de empresas portuguesas no exterior, enquanto banca de retalho e banca de empresas e de investimento.

Nestas actividades, aquelas Sucursais e Filiais registaram, no final do ano, saldos de Crédito a Clientes no montante de 11,4 mil milhões de euros (+ 27,5% do que em 2006) e Depósitos de Clientes de 9,3 mil milhões (+11,1%).

Sucursais e Filiais Bancárias (a)

(milhões de euros)

	Sucursais		Filiais		Total	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Aplicações em Instit. de Crédito	21 406	17 095	3 632	6 119	25 038	23 214
Créditos a Clientes	4 556	5 469	4 416	5 974	8 972	11 443
Recursos de Instit. de Crédito	15 670	10 858	2 051	5 630	17 721	16 488
Responsabil. representadas por títulos	7 549	8 196	135	10	7 684	8 206
Recursos de Clientes	2 946	2 852	5 784	6 399	8 330	9 252

(a) Inclui relações intra-Grupo.

Em termos de Activo líquido (após relações intra-Grupo), as Sucursais somavam, no final de 2007, 9,4 mil milhões de euros (+9,3% do que em 2006) e as Filiais bancárias 8 mil milhões, isto é, 9% e 7,6%, respectivamente, do total do Grupo CGD.

ESPAÑA

A economia espanhola registou uma evolução positiva em 2007, com um crescimento do PIB de 3,8%, semelhante ao do ano transacto (3,9%). Como nos três anos anteriores, o pilar do crescimento continuou a assentar na procura interna, verificando-se um bom crescimento do consumo (3%) e uma redução na taxa de inflação para 2,8% (3,6% em 2006). A taxa de desemprego teve também um comportamento favorável, baixando de 8,5% para 8,3%, no final do ano.

Banco Caixa Geral

O ano de 2007 marcou a confirmação das medidas de gestão tomadas no âmbito do programa estratégico de transformação do Banco Caixa Geral, destacando-se o relevante crescimento de 21,4% do volume de negócios, função do enfoque no cliente através da crescente segmentação, bem como da especialização da rede e harmonizado com o desenvolvimento de novos produtos (como é exemplo a “Hipoteca Cero 33” vencedora do prémio *Euro de Oro Mejor Producto Financiero del Año 2007*).

O objectivo continua a ser o de posicionar o Banco Caixa Geral como banco de referência no relacionamento económico entre Portugal e Espanha, sendo de assinalar o galardão da *Melhor Empresa Portuguesa em Espanha*, atribuído pela Câmara Hispano-Portuguesa de Comércio e Indústria.

Ao nível das áreas de suporte, foi também fundamental para esta consolidação, o desempenho conseguido ao nível das melhorias tecnológicas desenvolvidas, em articulação com a optimização crescente dos processos operacionais gerados pelas evoluções funcionais da estrutura organizativa do banco.

Ao nível do desenvolvimento orgânico deu-se continuidade ao plano de expansão da rede de negócio, tendo-se aberto 20 novas Agências, o que reflecte um crescimento de 10,6%.

Para esta consolidação e sustentabilidade crescente do Banco Caixa Geral no mercado espanhol, contribui também a forte dinâmica de articulação com as outras entidades do Grupo CGD em Espanha, como são a CGD España (Sucursal), o Caixa BI e a Fidelidade Mundial, cujas actividades permitem incrementar novas oportunidades de negócio e, consequentemente, o valor acrescentado para o Grupo CGD.

BANCO CAIXA GERAL

(milhares de euros)

	2006	2007
Activo líquido	4 218 741	7 642 492
Aplicações em Instit. de Crédito	905 367	3 149 302
Créditos a clientes	3 069 239	4 270 789
Carteira de títulos	12 622	24 191
Recursos de Instit. de Crédito	1 844 403	5 322 696
Recursos de clientes (a)	3 070 021	3 179 486
Capitais próprios	397 829	408 618
Resultado líquido	584	10 849
Capital social	442 792	442 792
% Grupo CGD	99,80%	99,80%
Número de empregados	955	1 034
Número de agências	188	208

(a) Inclui recursos fora de balanço.

O Activo total do Banco aumentou no ano 81,2% em consequência de uma evolução favorável nas Aplicações em Instituições de Crédito (+248%) e no Crédito a Clientes (+39,1%), em especial no segmento de Empresas (+811,8 milhões de euros), e no Crédito Hipotecário residencial (+408,6 milhões de euros), bem como nas operações com o estrangeiro.

O Resultado Líquido atingiu os 10,8 milhões de euros (contra um Resultado de 584 mil euros em 2006), reflectindo o impacto da expansão do volume de negócios e consolidação das contas.

FRANÇA

Em 2007 a economia francesa registou um crescimento do PIB de 1,9%, semelhante ao obtido no ano anterior (2%), o qual voltou a assentar na procura interna (+2%) e no investimento das empresas (+5,1%), tendo, porém, a contribuição das exportações sido negativa. A inflação atingiu 1,6%, contra 1,9% em 2006, registando a taxa de desemprego também uma redução no ano de 9,2% para 8,3%.

Sucursal de França

O Activo líquido da Sucursal de França alcançou 15,9 mil milhões de euros, +1,2% do que no ano transacto. Os Créditos a Clientes registaram um acréscimo de +6,7% e os Depósitos de Clientes +6,8%.

O Produto Bancário progrediu 2,4% o que, face ao aumento dos custos de estrutura (+1,3%) e às dotações para provisões e impostos, proporcionou um Resultado líquido de 6 235 mil euros, ligeiramente acima do obtido no ano transacto.

SUCURSAL DE FRANÇA

(milhares de euros)

	2006	2007
Activo líquido	15 703 521	15 896 072
Aplicações em Instit. de Crédito	11 400 569	11 304 724
Créditos a clientes	3 180 141	3 393 549
Recursos de Instit. de Crédito	6 803 133	5 140 090
Depósitos de clientes	1 357 945	1 450 456
Resultado líquido	6 130	6 235
Número de empregados	506	522
Número de agências	45	45

LUXEMBURGO

Em 2007 a economia no Luxemburgo registou uma ligeira desaceleração, com o aumento do PIB a situar-se em 5%, inferior ao obtido em 2006 (6%), em resultado da crise nos mercados financeiros, bem como da valorização do euro e da subida dos preços do petróleo. A taxa de inflação foi de 2,3%, contra 2,7% em 2006, enquanto a taxa de desemprego se manteve ao nível do ano anterior, em cerca de 4,5%.

O peso da indústria financeira luxemburguesa, voltou a reforçar-se tendo passado de 37% do PIB em 2005 para 46% em 2007, proporcionando o sector cerca de 32% das receitas fiscais do país. No final do ano, o sector financeiro e segurador empregava 40 mil pessoas, cerca de 13% da população activa.

Sucursal do Luxemburgo

O Activo líquido da Sucursal do Luxemburgo aumentou 19%, em consequência do crescimento do negócio de retalho com origem no mercado local, sendo de salientar o acréscimo do Crédito a clientes (+60%), essencialmente no segmento de particulares, do qual 90% corresponde a crédito hipotecário.

Os Depósitos de clientes mantiveram-se estáveis, tendo no entanto os depósitos de residentes registado um aumento de 13%. O aumento verificado no crédito foi financiado parcialmente por recursos captados junto de Instituições de Crédito.

SUCURSAL DO LUXEMBURGO

(milhares de euros)

	2006	2007
Activo líquido	169 613	201 995
Aplicações em Instit. de Crédito	9 361	62 772
Créditos a clientes	80 820	129 439
Recursos de Instit. de Crédito	74 742	110 817
Depósitos de clientes	87 678	86 770
Resultado líquido	830	421
Número de empregados	23	27
Número de agências	2	2

REINO UNIDO

No Reino Unido, em 2007, o Produto Interno Bruto aumentou 3,1%, registando um desempenho positivo face ao ano anterior (2,9%). Esta evolução beneficiou de um crescimento da procura interna de 3% para 3,6%, não obstante a desaceleração no investimento.

A inflação manteve um comportamento estável com um valor de 2,3%, idêntico ao do ano anterior. Igualmente, a taxa de desemprego não ultrapassou os 5,0%, bastante inferior à observada nos países da área do Euro (7,2%), e mesmo ligeiramente inferior à do ano transacto (5,4%).

Sucursal de Londres

A actividade da Sucursal de Londres está quase exclusivamente orientada para a distribuição de produtos modernos de valor acrescentado aos clientes do Grupo, através dos seus canais regulares de distribuição. Há um grande enfoque nos instrumentos derivados e nas técnicas de cobertura dinâmica para a construção de uma gama de produtos, desde simples depósitos aos mais complexos produtos estruturados tanto para investidores como para financiamentos.

A Sucursal dispõe de técnicos especializados e de tecnologias “topo de gama”, que lhe permitem gerir todo o tipo de risco de mercado, bem como o desenvolvimento de novos produtos para o Grupo. Em 2007, e neste âmbito, foram introduzidos produtos de capital garantido e não garantido para apoiar a crescente presença da Caixa no mercado espanhol, estando a Sucursal igualmente empenhada em fornecer outros produtos tais como crédito à habitação de taxa fixa, para assegurar custos de financiamento adequados.

A Sucursal presta também serviços à comunidade portuguesa residente no Reino Unido e aos cidadãos britânicos e irlandeses com interesses em Portugal. Neste âmbito há que referir o lançamento da campanha “Live in Portugal”, especificamente dirigida aos clientes de língua inglesa interessados em obter crédito à habitação em Portugal.

Na actividade da Sucursal salienta-se o resultado obtido em 2007 que reflecte a elevada contribuição das estratégias de cobertura e de crescimento da gama de novos produtos.

Sucursal de Londres

(milhares de euros)

	2006	2007
Activo líquido	2 924 901	2 831 209
Aplicações em Instit. de Crédito	2 130 094	2 163 236
Carteira de títulos	595 534	648 384
Recursos de Instit. de Crédito	523 391	928 646
Recursos de clientes	62 494	44 138
Débitos representados por títulos	2 130 180	1 533 532
Resultado líquido	5 889	9 803
Número de empregados	29	31

ESTADOS UNIDOS

A economia americana continuou a crescer em 2007, pelo sexto ano consecutivo, embora a um ritmo inferior a 2006. O PIB cresceu cerca de 2,2%, contra 2,9% e 3,2%, em 2006 e 2005, respectivamente. Estima-se que a quebra verificada no sector hipotecário, no segundo semestre de 2007, tenha subtraído cerca de um ponto percentual ao crescimento do PIB.

A crise no sector hipotecário, e a subsequente instabilidade que se instalou nos mercados, levaram o Governo a implementar um pacote de medidas fomentadoras do consumo e do investimento. Também a Reserva Federal, entre Setembro e Dezembro de 2007, baixou a taxa de referência em um ponto percentual (de 5,25% para 4,25%).

A inflação fixou-se nos 2,8%, sendo de salientar que os preços da energia subiram 17,4% e os bens alimentares 4,9%.

Sucursal de Nova Iorque

A Sucursal de Nova Iorque actua ao nível do mercado de *wholesale banking* dando especial atenção às operações sindicadas, intervindo, ainda, nos mercados de capitais (renda fixa) e na gestão do programa de *US Commercial Paper* para o Grupo CGD.

Na actividade da Sucursal os activos progrediram cerca de 11%, em dólares, destacando-se as rubricas das Aplicações em Instituições de Crédito (+24,5%), Crédito a Clientes (+21,6%) e, em sentido inverso, a Carteira de Títulos, que decresceu 28%, fruto da alienação de parte da carteira que não foi substituída até ao final do ano.

SUCURSAL DE NOVA IORQUE

	2006		2007	
	Milhares USD	Milhares EUR	Milhares USD	Milhares EUR
Activo líquido	2 481 121	1 883 919	2 759 155	1 874 299
Aplicações em Instit. de Crédito	1 448 471	1 099 826	1 803 341	1 225 013
Créditos a clientes	414 436	314 682	503 964	342 344
Carteira de títulos	598 260	454 260	430 334	292 499
Recursos de Instit. de Crédito	1 916 677	1 455 336	1 970 544	1 338 594
Depósitos de clientes	166 621	126 516	150 089	101 956
Resultado líquido	2 217	1 766	1 227	895
Número de empregados	16		15	

Nota: Taxa de câmbio EUR/USD: Balanço 1,3170 em 2006 e 1,4721 em 2007; DR 1,2557 em 2006 e 1,3706 em 2007.

CABO VERDE

A economia Cabo-verdiana apresentou níveis de crescimento em 2007 superior aos previstos, com o PIB a situar-se nos 6,4% contra os 6,1% de 2006. A inflação fixou-se em 4,5% inferior à verificada no ano transacto.

As reservas cambiais registaram uma variação positiva, fruto do crescimento das exportações líquidas de serviços e do fluxo de investimento directo estrangeiro (IDE, com o seu valor a atingir níveis históricos e a agarrar 4,1 meses de importação, no final do ano.

Banco Comercial do Atlântico

O BCA tem a maior rede de Balcões, num total de 27 Agências, aposta numa política de comunicação forte e dinâmica, adequada às exigências e expectativas dos seus clientes e tem reforçado o trabalho de segmentação e fidelização de clientes, o que contribuiu para manter a imagem de liderança e de maior Banco, não só em quota de mercado, como também em qualidade e rigor.

O Activo líquido do banco aumentou em 11,4% (em moeda local), sendo de destacar, na evolução do Balanço, os crescimentos da carteira de Crédito líquido em 4,5%, das Aplicações em Instituições de Crédito em 79,6% e dos Depósitos de clientes em 10,7%, contra uma ligeira diminuição na carteira de títulos.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

	2006		2007	
	Milhares CVE	Milhares EUR	Milhares CVE	Milhares EUR
Activo líquido	56 032 921	504 166	62 424 281	566 130
Aplicações em Instit. de Crédito	4 800 479	43 536	8 621 881	78 192
Créditos a clientes	22 323 349	202 452	23 336 377	211 639
Carteira de títulos	17 125 156	155 309	17 093 913	155 026
Recursos de Instit. de Crédito	476 667	4 323	372 951	3 382
Depósitos de clientes	49 639 324	450 182	54 939 180	498 247
Capitais próprios	1 250 713	11 343	2 143 546	19 440
Resultado líquido	-90 704	-823	1 130 345	10 251
Capital Social	1 000 000	9 069	1 000 000	9 069
% Grupo CGD	59,20%		59,20%	
Número de empregados	405		406	
Número de agências	26		27	

Nota: Taxa de câmbio EUR/CVE: 110,265 em 2006 e 2007

O Resultado Líquido atingiu CVE 1 130 milhões contra um prejuízo verificado em Dezembro 2006 de CVE 90,7 milhões. De salientar que foi anulado, por reversão em resultados, o saldo excedentário da provisão constituída em 2006 para encargos com saúde dos funcionários.

Destaque para o lançamento dos novos produtos Western Union, BCA-Conta Crescente, BCA Credi +, BCA Casa não Residentes e BCA Imobiliária. O BCA mantém uma forte aposta nos meios electrónicos de pagamento em benefício de maior comodidade aos clientes. Foram instaladas pelo BCA 6 ATM's em 2007, perfazendo, assim, um total de 36 ATM's instaladas. O *Internet Banking*, primeiro serviço de banca virtual do sistema bancário Cabo-verdiano conta com 8 106 clientes, reflectindo um crescimento de 28% em relação a 2006. De referir, também, o desempenho ao nível de cartões de débito em que o Banco emitiu mais 23,3 mil novos cartões em 2007 contra os 19 mil de 2006. Dos 44 mil cartões produzidos em 2007 pelo sistema, 52% pertencem ao BCA.

Banco Interatlântico

O ano de 2007 foi um dos melhores anos da história do Banco Interatlântico, já que se conseguiu alcançar um nível de excelência que posiciona o BI como um dos melhores bancos do sistema bancário de Cabo Verde e níveis de crescimento do balanço acima do crescimento verificado no país e na média do sistema bancário. Este resultado foi obtido mantendo, praticamente, a mesma rede de 5 agências, já que a de Santa Maria abriu a 21 de Dezembro de 2007.

Do desempenho do BI em 2007, destaca-se um incremento da carteira de crédito em 67% com reflexo positivo nas margens financeira e complementar que progrediram 35% e 56%, respectivamente, pelo que o produto bancário aumentou 41% e o Resultado líquido, +52%.

BANCO INTERATLÂNTICO

	2006		2007	
	Milhares CVE	Milhares EUR	Milhares CVE	Milhares EUR
Activo líquido	11 027 211	100 006	13 235 789	120 036
Aplicações em Instit. de Crédito	3 378 838	30 643	3 215 996	29 166
Créditos a clientes	3 279 550	29 742	5 486 944	49 761
Carteira de títulos	2 174 274	19 719	2 749 738	24 938
Recursos de Instit. de Crédito	644 346	5 844	740 825	6 719
Depósitos de clientes	7 712 709	69 947	11 276 942	102 271
Capitais próprios	812 164	7 366	928 254	8 418
Resultado líquido	112 152	1 017	170 441	1 546
Capital Social	600 000	5 441	600 000	5 441
% Grupo CGD	70,00%		70,00%	
Número de empregados	59		76	
Número de agências	5		6	

Nota: Taxa de câmbio EUR/CVE: 110,265 em 2006 e 2007

Cabe apontar que o banco elevou a sua rede de ATM's de 12 em 2006 para 17 em 2007, estando em processo de instalação de outras ATM's no primeiro trimestre de 2008, enquanto os POS – pontos de venda, aumentaram para 213, representando 32% do sistema financeiro nacional. Em relação aos cartões de crédito, o banco aumentou também significativamente o número de cartões emitidos.

GARANTIA – Companhia de Seguros de Cabo Verde

A Garantia é uma das duas seguradoras a operar no mercado de Cabo Verde, liderando o sector com uma quota de mercado de cerca de 67% em 2007.

Em Cabo Verde a actividade das seguradoras assenta em grande parte no ramo Não Vida. O sector evidenciou uma evolução positiva, traduzida no aumento dos prémios de seguro e na melhoria dos resultados, o que possibilitou um ligeiro aumento da representatividade do sector no PIB, atingindo 1,54%. Em termos de prémios de seguro directo, o seu montante alcançou os 15,8 milhões de euros, +12,8% do que no ano anterior.

Quanto à Garantia, o volume de Prémios de Seguro Directo foi de 10,6 milhões de euros, registando uma taxa de crescimento de 12,9% contra 12,2% em 2006. A taxa de Sinistralidade, por seu turno, baixou de 50% para 42%. Nas Provisões Técnicas o rácio de cobertura manteve-se nos 114% (111% em 2006).

O Activo líquido da seguradora aumentou 18,2%, face ao ano anterior, influenciado pela progressão da carteira de Investimentos (+11%), e das Provisões técnicas (+27%). O Resultado líquido situou-se em 643 mil euros, +14% que no ano anterior.

GARANTIA – COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE

	2006		2007	
	Milhares CVE	Milhares EUR	Milhares CVE	Milhares EUR
Activo líquido	1 508 645	13 685	1 783 048	16 171
Investimentos (activos de representação)	997 525	9 047	1 109 330	10 061
Provisões técnicas de contratos de seguro	648 629	5 882	826 240	7 493
Prémios de seguro directo (no ano)	1 032 623	9 365	1 166 045	10 575
Resultado líquido	62 165	564	70 893	643
Capital Social	200 000	1 814	200 000	1 814
Capitais próprios	488 182	4 427	557 589	5 057
% Grupo CGD	65,30%		65,30%	
Número de empregados	67		66	
Número de agências	6		6	

Nota: Taxa de câmbio EUR/CVE: 110,265 em 2006 e 2007.

MOÇAMBIQUE

A economia de Moçambique registou um crescimento económico apreciável, com o PIB a atingir no terceiro trimestre de 2007 uma expansão de 7,5%, em termos reais e, também cerca de 7,5% em média anual nos últimos 5 anos. A taxa de inflação acumulada foi de 10,3% contra 9,4% no ano anterior. O dinamismo da economia tem sido impulsionado pelo arranque de diversos grandes projectos internacionais de investimento e por avanços importantes em sectores chave da economia. De registar igualmente a melhoria significativa da balança comercial e a manutenção de dívidas de reservas internacionais líquidas, superiores a 4 meses de importações desde 2006.

O valor do Metical manteve-se relativamente estável até meados de Outubro 2007, tendo observado um período de apreciação no resto do ano em relação ao USD, EUR e ZAR.

A taxa de crescimento do crédito ao sector privado situou-se em cerca 13,7% no final do ano, enquanto o volume de depósitos ultrapassou os 25%.

BCI Fomento

No final de 2007 o BCI tinha mais de 90 mil clientes, representando um aumento de 7% face ao final de 2006. Fruto da dinâmica do negócio, o BCI Fomento mantém uma posição de destaque no mercado bancário moçambicano, com uma quota de mercado de 23,4% no Activo total do sistema, de 28,7% no Crédito e de 23,1% nos Recursos, o que lhe confere a 2ª posição no *ranking* do Activo e do Crédito e a 3ª posição no do volume de Depósitos.

O Activo Líquido do BCI-Fomento aumentou cerca de 33% (em moeda local), registando uma evolução muito favorável nas rubricas de Depósitos (+37%), aplicações em Títulos (+76%) e, em menor grau, no Crédito a clientes (+8%).

BCI-FOMENTO

	2006		2007	
	Milhares MZN	Milhares EUR	Milhares MZN	Milhares EUR
Activo líquido	14 040 478	407 325	18 702 031	536 952
Aplicações em Instit. de Crédito	1 413 704	41 013	4 454 304	127 887
Créditos a clientes	7 964 698	231 062	8 606 343	247 096
Carteira de títulos	1 179 875	34 229	2 079 829	59 714
Recursos de Instit. de Crédito	147 116	4 268	337 073	9 678
Depósitos de clientes	11 285 496	327 401	15 430 661	443 028
Capitais próprios	1 348 452	39 120	1 441 552	41 388
Resultado líquido	512 003	15 912	424 856	11 946
Capital Social	321 429	9 325	321 429	9 228
% Grupo CGD	42,00%		51,00%	
Número de empregados	637		715	
Número de agências	38		42	

Nota: Taxa de câmbio: EUR/MZN: Balanço 34,4700 em 2006 e 34,8300 em 2007; DR 32,1779 em 2006 e 35,5658 em 2007.

O Resultado líquido atingiu MZN 424,9 milhões em 2007, o que representa uma redução face ao obtido no ano anterior (MZN 512 milhões).

CHINA-MACAU

A economia de Macau registou em 2007 um elevado crescimento, tendo o PIB aumentado 30,9% (3º trimestre), contra cerca de 17% em 2006. A taxa de inflação foi de 5,7%, acima da registada no ano anterior.

Para o crescimento da economia continuou a ser determinante a evolução muito positiva do sector do turismo e o aumento do investimento privado na construção de novos hotéis e casinos e de edifícios para habitação e escritórios.

As economias da China Continental e de Hong Kong, principais mercados de origem dos turistas que visitam Macau, continuaram também a registar índices de crescimento elevados em 2007. Na China a economia cresceu a uma taxa de 11,4%, a mais elevada dos últimos 13 anos, e em Hong Kong, território onde os sectores financeiros, turístico e de logística dependem, em boa parte, da evolução da economia da China Continental, atingiu os 6,2% no ano.

BNU, SA (Macau)

Num mercado cada vez mais concorrencial, a estratégia do Banco tem sido ajustada de modo a adaptar-se às novas realidades de uma economia em profunda mudança estrutural, à medida que Macau se desenvolve como um centro de conferências, exposições e entretenimento para a China e a Ásia.

As principais prioridades da estratégia do BNU são aumentar de uma forma sustentada e diversificar a base das suas receitas – através de uma contribuição equilibrada entre a banca comercial e a banca de particulares e de um aumento do peso das comissões cobradas no produto bancário – e alocar eficientemente os recursos humanos e financeiros.

Na área de banca de particulares, o objectivo principal é aumentar o número de produtos vendidos a cada cliente e oferecer opções ainda mais atractivas nas áreas de cartões de crédito, crédito ao consumo e à habitação e produtos de investimento.

Outro vector importante da estratégia definida é o envolvimento do Banco no financiamento de projectos no sector do turismo, nomeadamente de complexos de hotéis/casinos, sector de maior potencial de crescimento e rentabilidade, e também com as novas pequenas e médias empresas na área de serviços.

Em resposta ao aumento significativo da base de clientes, o BNU abriu uma nova agência no complexo do Venetian-Macau, no Cotai, havendo a destacar o lançamento de serviço de banca através da *internet* para empresas com funcionalidades que vão de encontro às necessidades operacionais tanto das pequenas como das grandes empresas.

Para responder ao aumento acentuado do volume de transacções, resultante do número crescente de turistas que visitam Macau e do aumento da população residente, o BNU está empenhado em fazer os investimentos necessários à actualização e ao aumento de capacidade de processamento das plataformas operacionais, em especial das redes de ATMs, terminais de pagamento e banca através da *internet*.

No desempenho do Banco destaca-se o forte crescimento do volume de actividade nas várias áreas de negócio com os resultados a registarem novamente em 2007 um aumento muito expressivo.

BNU MACAU

	2006		2007	
	Milhares MOP	Milhares EUR	Milhares MOP	Milhares EUR
Activo líquido	23 760 444	2 252 580	30 075 489	2 543 511
Aplicações em Instit. de Crédito	14 245 701	1 350 547	14 713 652	1 244 347
Créditos a clientes	6 068 908	575 356	9 260 561	783 174
Carteira de títulos	229 316	21 740	461 980	39 070
Recursos de Instit. de Crédito	1 306 981	123 907	1 140 791	96 478
Depósitos de clientes	19 246 166	1 824 610	24 244 151	2 050 349
Capitais próprios	1 149 632	108 990	1 824 685	154 315
Resultado líquido	266 349	26 509	399 652	36 281
Capital Social	400 000	37 922	400 000	33 828
% Grupo CGD	100,00%		100,00%	
Número de empregados	345		399	
Número de agências	13		14	

Nota: Taxa de câmbio EUR/MOP: Balanço 10,5481 em 2006 e 11,8244 em 2007; DR 10,0475 em 2006 e 11,0154 em 2007.

O Activo Líquido aumentou 26,6% em 2007 ascendendo a 30 mil milhões de patacas em 31 de Dezembro de 2007 para o que contribuiu a carteira de crédito a particulares, com um crescimento de 68,5%, que se ficou a dever sobretudo à expansão do crédito para habitação, e ao crédito concedido a empresas que registou um aumento de 40,8%.

A carteira de depósitos de clientes registou igualmente um crescimento significativo que se cifrou em 26%, continuando o Banco a manter uma posição credora no mercado interbancário, não obstante a expansão do crédito concedido.

O Resultado Líquido registou um crescimento de 50% em 2007, atingindo os 399,7 milhões de patacas.

O rácio de solvabilidade, calculado de acordo com as normas estabelecidas pela AMCM, situou-se em 17,6%.

TIMOR

A instabilidade política e social em Timor continua a condicionar negativamente o desenvolvimento do território. O ano de 2007 caracterizou-se por uma elevada tensão política e social, com os centros de acolhimento de refugiados – criados na sequência dos tumultos de 2006 – a manterem-se ocupados com população que perdeu os seus bens ou temendo pela sua segurança.

Sucursal de Timor

Toda a actividade comercial continua profundamente condicionada na sequência da situação vivida em 2006 e pela lenta recuperação que se verificou em 2007.

O principal objectivo da Sucursal em 2007 foi dedicar todo o seu esforço à recuperação da sua carteira de crédito, limitando fortemente a concessão de novos financiamentos. Este esforço permitiu recuperar uma parte do crédito que já havia sido classificado como vencido e melhorar os processos de acompanhamento da carteira da Sucursal.

SUCURSAL DE TIMOR

	2006		2007	
	Milhares USD	Milhares EUR	Milhares USD	Milhares EUR
Activo líquido	49 562	37 633	68 865	46 780
Aplicações em Instit. de Crédito	10 272	7 800	27 590	18 742
Créditos a clientes	33 969	25 793	30 521	20 733
Recursos de Instit. de Crédito	14 912	11 323	8 691	5 904
Depósitos de clientes	64 377	48 882	88 352	60 018
Resultado líquido	-30 631	-24 394	1 171	854
Número de empregados	78		78	
Número de agências	8		8	

Nota: Taxa de câmbio EUR/USD: Balanço 1,3170 em 2006 e 1,4721 em 2007; DR 1,2557 em 2006 e 1,3706 em 2007.

ÁFRICA DO SUL

Na África do Sul, o crescimento do PIB deverá ter sido de cerca de 3,3%, valor abaixo do previsto e que foi prejudicado pela subida dos preços e das taxas de juro. O aumento do consumo, bem como dos preços dos produtos petrolíferos e de alguns bens alimentares pressionaram negativamente a inflação, levando-a para o seu nível mais elevado desde 2003, a qual se fixou em 8,7%, ultrapassando a banda de referência do Banco Central, de 4%-6%. Para contrariar a pressão inflacionista, o Banco Central aumentou a taxa de referência por quatro vezes em 2007, num total de 2 pontos percentuais.

Mercantile Lisbon Bank Holdings Limited

O Banco continuou a consolidar a sua presença no mercado sul-africano, com um forte crescimento no Crédito (+39,9% em moeda local, face a 2006) e nos Depósitos de clientes (+57%), tendo o Activo líquido progredido 6,4%.

MERCANTILE LISBON BANK HOLDINGS

	2006		2007	
	Milhares ZAR	Milhares EUR	Milhares ZAR	Milhares EUR
Activo líquido	4 417 767	479 546	4 700 095	468 613
Aplicações em Instit. de Crédito	1 467 438	159 289	1 323 734	131 980
Créditos a clientes	1 952 227	211 913	2 730 679	272 257
Carteira de títulos	337 053	36 587	367 848	36 675
Recursos de Instit. de Crédito	25 131	2 728	25 866	2 579
Depósitos de clientes	2 387 235	259 133	3 745 685	373 456
Capitais próprios	659 901	71 632	814 225	81 181
Resultado líquido	101 300	11 886	165 273	17 107
Capital Social	1 210 143	131 360	1 207 422	120 383
% Grupo CGD	91,75%		91,75%	
Número de empregados	415		423	
Número de agências	15		15	

Nota: Taxa de câmbio EUR/ZAR: 9,2124 em 2006; 10,0298 em 2007

Em resultado do crescimento da actividade, o Mercantile aumentou os seus resultados para ZAR 165,3 milhões, um crescimento de 63,2% face a 2006.

Outras Presenças

O Grupo CGD dispõe ainda de três outras Sucursais, uma na República Popular da China – em Zhuhai – outra nas Ilhas Caimão e uma terceira em Espanha.

Sucursal de Grand Cayman

A Sucursal das Ilhas Caimão é a Unidade do Grupo CGD especializada em risco sul-americano e outros mercados emergentes, com especial ênfase em operações de *trade finance* com a América latina. Apresenta uma estrutura operacional ligeira, com uma presença física efectiva na Ilha de Grand Cayman.

Sucursal de Zhuhai

A Sucursal da CGD em Zhuhai está vocacionada para o acompanhamento de clientes do Grupo na região e que operam no sector industrial e comercial, tendo na grande maioria ligações à Região Autónoma Especial de Macau.

A actividade da Sucursal de Zhuhai continua contudo condicionada pela legislação chinesa, impedindo-a de conceder crédito em moeda local (renmimbi), restringindo-se, portanto, à moeda estrangeira.

Sucursal de Espanha

A Sucursal de Espanha iniciou a sua actividade no segundo semestre de 2007 e está vocacionada para o apoio ao Grupo no âmbito de operações com características específicas no mercado espanhol.

Outras Actividades Internacionais

Em 2007, o negócio internacional continuou a ser objecto de uma estratégia concertada entre as diversas Unidades do Grupo (em Portugal e no Estrangeiro), dirigida às necessidades dos clientes nos vários mercados onde operam, apostando no conceito de *cross-border*, *cross selling*.

Nesse sentido foram estabelecidas linhas de apoio ao comércio externo, nomeadamente de *trade finance* de curto prazo, vocacionadas essencialmente para o apoio à exportação de bens de consumo e/ou intermédios para mercados em África (Angola, Marrocos, Egipto, Tunísia, Moçambique, África do Sul, etc.), Ásia (China, Macau, Hong Kong, Índia, Arábia Saudita, etc.), América do Sul (Brasil, México, Venezuela, etc.), Europa Central e de Leste e Ásia Oriental (Bulgária, Hungria, Polónia, Roménia, Rússia, Cazaquistão, etc.). Tais linhas são geralmente acordadas com bancos parceiros estrangeiros, quer sejam bancos multilaterais vocacionados para o apoio ao investimento e ao desenvolvimento, quer sejam bancos locais em países para onde se pretende incentivar as exportações portuguesas.

No que respeita a linhas de apoio à exportação de bens de equipamento e/ou serviços (envolvendo, no geral, contratos comerciais de elevado montante e necessidades de financiamento de médio/longo prazo aos importadores locais) com suporte do Estado Português, a CGD expandiu significativamente a carteira gerida, atingindo-se, entre linhas contratadas e em estruturação, um volume de cerca de mil milhões de euros, salientando-se as existentes para Marrocos, Tunísia e Cabo Verde.

Para além dos instrumentos de apoio à internacionalização a CGD continuou a apostar na definição de propostas desenhadas às necessidades dos clientes consoante o tipo de operações e respectivo mercado-alvo, nomeadamente em termos de apoio ao Investimento Directo no Exterior (IDE).

No âmbito das operações de apoio à exportação para África, destaca-se a realização de financiamentos à exportação de médio e longo prazo na modalidade de crédito ao importador ("*buyers credit*") com garantia da COSEC, com especial destaque para projectos em que intervenham empresas portuguesas. Salienta-se, nesta área, o financiamento de cerca de 14 milhões de euros ao Estado Angolano no âmbito da 1ª fase do Projecto de Reforma Fiscal daquele país.

Relativamente ao mercado russo, importa assinalar que, em Outubro de 2007, a Caixa Geral de Depósitos e o Vnesheconombank (banco estatal da Rússia) assinaram um Acordo de Cooperação, para o desenvolvimento de oportunidades de negócio entre os dois países, prevendo-se o lançamento, em 2008, de uma linha de crédito de 200 milhões de euros, destinada ao financiamento da aquisição, por parte de importadores daquele país, de bens de equipamento e serviços de origem portuguesa.

No âmbito do relacionamento com as principais instituições financeiras internacionais, salienta-se a participação da CGD num empréstimo sindicado liderado pelo BERD - Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, com a finalidade de apoiar a execução de um importante programa de reconversão ambiental de uma das maiores empresas petrolíferas da Rússia, operação que registou forte procura por parte daquelas instituições.

Tendo em vista a intensificação do negócio bilateral entre Portugal e Espanha, realizou-se em Lisboa, em Junho de 2007, o 1º Encontro CGD – Banco Caixa Geral, sobre Banca de Empresas, que reuniu administradores e principais responsáveis das duas Instituições. A CGD e o Banco Caixa Geral apoiaram, ainda, a realização do I Encontro Luso-Galaico de Negócios para PME's, realizado em Setembro de 2007, na cidade de Vigo, e que foi organizado pela Associação Comercial de Braga e pela Confederación de Empresarios de Pontevedra.

Banca de Investimento

Em 2007 o Caixa-Banco de Investimento (CaixaBI) – plataforma de banca de investimento do GRUPO e actuando em articulação com as estruturas comerciais e financeira da CGD, em especial, os Departamentos de Grandes Empresas e dos Mercados Financeiros – consolidou a sua posição de liderança e de instituição de referência nacional nas diversas áreas em que actua, em particular no que respeita ao *project finance*, assessoria financeira e liderança de emissões nos mercados primários de acções e de obrigações.

Na vertente internacional, o CaixaBI aumentou em 2007 a dimensão da sua presença em Espanha, através da sua Sucursal de Madrid, e intensificou os contactos nos locais onde os seus clientes estão implantados. A proximidade aos clientes e aos mercados assim conseguida, traduziu-se num contributo do negócio internacional de cerca de 1/3 do produto bancário do Banco.

O elevado desempenho do CaixaBI mereceu, em 2007, o galardão de **Melhor Banco de Investimento em Portugal**, atribuída pela prestigiada revista financeira *Euromoney*.

Também a revista *The Banker* avaliou os negócios mais relevantes em que o CaixaBI participou até ao final de 2006, elegendo como **Deal of the Year 2007** a operação da 4ª fase de reprivatização da Galp Energia SGPS, em que o Banco foi um dos coordenadores globais e *bookrunners*.

Os *IRG Awards*, organizados e atribuídos pela consultora Deloitte, na sua edição de 2007 distinguiram o CaixaBI com os galardões de **Melhor Instituição de Research** e **Melhor Analista Financeiro**, premiando a credibilidade da sua área de *research*.

Já no início deste ano, a especializada revista *Project Finance* atribuiu o **North America Transport Deal of the Year** à operação fechada no final de 2007 da Northwest Parkway, onde a Brisa assume uma prestação de 90% e o CaixaBI foi *Mandated Lead Arranger*.

CORPORATE NACIONAL

Na vertente de **Structured Finance**, distinguem-se duas operações em que o Banco participou na organização e liderança conjunta:

- aquisição à EDA–Electricidade dos Açores dos seus créditos relativos aos custos com a convergência tarifária entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores na parte não reflectida nas tarifas fixadas pela ERSE para 2006 e 2007, no montante de cerca de 112,5 milhões de euros.
- idêntica operação de aquisição com a EEM–Empresa de Electricidade da Madeira, no montante de cerca de 63 milhões de euros.

O número de **Programas de Emissões de Papel Comercial** agenciados pelo CaixaBI aumentou significativamente, elevando-se a 158 no final de 2007, contra 84 em 2006, sendo de destacar a intervenção do Banco no segmento de PME's, onde contratou 61 novos programas, a que correspondeu um montante global de 224,2 milhões de euros.

No âmbito daqueles programas, foram efectuadas 979 emissões em 2007, envolvendo um montante superior a 19,5 mil milhões de euros, que se comparam com 400 emissões no montante de 10 mil milhões no ano anterior. Das operações lideradas pelo Banco, referem-se as seguintes:

- EDP - Programa de 300 milhões de euros
- Amorim Holding II - Programa de 150 milhões de euros
- Grupo Visabeira - Programa de 280 milhões de euros e Programa Grupado de 125 milhões de euros
- Cimpor Indústria - aumento do Programa para 300 milhões de euros

No tocante aos **empréstimos obrigacionistas**, foram agenciadas 41 operações correspondentes a um montante agregado superior a 6,1 mil milhões de euros, dos quais 24,8% correspondentes a operações angariadas em 2007.

CORPORATE INTERNACIONAL

O Banco continuou a desenvolver operações *cross-border* no âmbito do seu processo de internacionalização, com especial relevo para o Brasil e Espanha.

Salienta-se a este nível a assessoria à La Seda de Barcelona na aquisição da Amcor PET Packaging Europe ("APPE") ao grupo Australiano Amcor. Esta aquisição permitiu à La Seda de Barcelona reforçar a sua posição de liderança na Europa como player integrado de produção de PET e ao Banco reforçar o seu posicionamento junto de clientes com dimensão crítica no mercado espanhol.

É igualmente importante fazer-se referência à assessoria financeira no estabelecimento de uma parceria estratégica para o mercado da saúde entre a HPP–Hospitais Privados de Portugal e a USP Hospitales que se consubstanciou na subscrição de um aumento de capital na HPP–Hospitais Privados de Portugal por parte da USP Hospitales e na aquisição de uma participação na USP Hospitales por parte da Caixa Seguros (*holding* do Grupo CGD para os sectores segurador e de saúde).

No Brasil, é de destacar a assessoria financeira à AdP–Águas de Portugal na alienação da totalidade do capital social da Prolagos - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, sociedade que explora a concessão de serviços públicos de tratamento e distribuição de água, colecta e tratamento de esgotos em cinco municípios na região dos Lagos (Estado do Rio de Janeiro).

Assim, na vertente de **Assessoria Financeira**, o CaixaBI também consolidou a sua posição de destaque em 2007 tendo ocupado uma das primeiras posições no *ranking* de fusões e aquisições em Portugal em termos de número de operações.

Ainda na vertente de crédito internacional, onde se verificou um forte desenvolvimento, são de referir algumas operações em que o Banco participou com estatuto de *Mandated Lead Arranger*:

- La Seda Barcelona – Financiamento sindicado de 605 milhões de euros para a aquisição da Amcor Pet Packaging Europe.
- FCC – Financiamento sindicado de 1 745 milhões de euros para a aquisição da Waste Recycling Group.
- FCC – Financiamento sindicado de 1 580 milhões de euros para a aquisição da Uniland.
- Sacyr Y Vallehermoso – Financiamento sindicado para a compra de acções (20%) da Repsolypf de 5 175 milhões de euros;
- Eroski – Financiamento sindicado de 1 716 milhões de euros para a aquisição da Caprabo;
- Reyat-Urbis – Financiamento sindicado de 4 012 milhões de euros para a aquisição da Urbis.

Project Finance

O ano de 2007 foi igualmente relevante para esta vertente de negócio, a qual possui uma base internacional cada vez mais desenvolvida, com particular realce para o mercado espanhol, onde o Banco foi a 9º instituição como *Mandated Lead Arranger* no *ranking* de *Project Finance Loans* a nível da Península Ibérica.

De entre o portfolio de negócios fechados nessa área em 2007, destacam-se as seguintes operações em que o Banco assumiu o estatuto de *Mandated Lead Arranger*:

- Estruturação de um financiamento de USD 459 milhões para apoio a um consórcio liderado pela Brisa referente à aquisição da Northwest Parkway no Estado do Colorado, concessão composta por um conjunto de activos rodoviários integrados na cintura da cidade de Denver. Este negócio conquistou a distinção de *Transport Deal of the Year*, atribuído pela revista *Project Finance*.
- Estruturação de um financiamento de 1 473 milhões de euros para uma sociedade veículo maioritariamente detida pela Cintra e ACS Dragados, detentora da concessão em regime de portagem real de um conjunto de lanços viários de auto-estrada na Grécia, denominada E65 Central Greece.
- Estruturação de um financiamento de 362 milhões de euros para construção de uma central solar térmica de 50MW na província de Extremadura, Espanha, para a Cobra Gestión de Infraestructuras, Grupo ACS / Dragados.
- Estruturação de um financiamento de 325 milhões de euros para construção de um conjunto de cinco sub-parques eólicos com uma potência global de 240MW sites no Vale do Minho, considerado o maior parque eólico da Europa, detido por um consórcio constituído pela EDF Energie Nouvelle, Finerge (Grupo Endesa) e DST.
- Estruturação de um financiamento de USD 140 milhões para construção de uma central solar térmica de 64MW no Estado de Nevada, EUA, para a Acciona Energy.

Mercado e Capitais

Dívida Pública

No contexto do Programa de Financiamento e de Gestão da Dívida Pública, as orientações de minimização dos custos da dívida numa perspectiva de longo prazo e não exposição a riscos excessivos, traduziram-se no lançamento de cinco novas linhas de Bilhetes do Tesouro (BT) em paralelo com a emissão de Obrigações do Tesouro (OT).

O total da dívida emitida no ano atingiu 91 mil milhões de euros.

No domínio da dívida transaccionável, os BT foram o principal instrumento de financiamento com 11,1 mil milhões de euros, seguido pelas OT cujo valor emitido ascendeu a 9,7 mil milhões de euros. Releva-se neste âmbito a abertura pelo IGCP de um novo *benchmark* a 10 anos (OT 4,35% Outubro 2017), no valor de 3 mil milhões de euros, na qual o CaixaBI, no estatuto de Operador Especializado em Valores do Tesouro (OEVT), assumiu o papel de *Co-Lead Manager*.

Relativamente à dívida não transaccionável, de destacar a emissão de 30,8 mil milhões de CEDIC (Certificado Especial de Dívida Pública).

Ainda no âmbito da redução dos custos da dívida, o Programa de Troca de Dívida, disponibilizou a recompra de algumas OT através da plataforma MTS Portugal e da realização de leilões de recompra.

Dívida Privada

Mercado Obrigacionista

No mercado primário de obrigações, o CaixaBI consolidou em 2007 o seu posicionamento como instituição portuguesa de referência, tendo liderado 11 das 26 emissões obrigacionistas em que participou.

Mercado Corporate de Acções

Não obstante uma certa retracção do seu crescimento, o mercado de capitais apresentou algumas oportunidades para o Banco, com destaque para:

- Coordenador Global e *Bookrunner* no âmbito da emissão pela Parpública de obrigações permutáveis por acções da EDP - Energias de Portugal (7ª fase de privatização), no montante de 1 015 milhões de euros.
- Coordenador Global e *Bookrunner* no âmbito da Oferta Pública Inicial de acções da REN-Redes Energéticas Nacionais, no montante de 348,7 milhões de euros.

No mercado secundário, marcado no primeiro semestre por um desempenho positivo e na segunda metade de 2007 por uma volatilidade acentuada e quebra nos preços, o Banco intermediou transacções no montante de 14,6 mil milhões de euros, o que representou uma quota de mercado de 11%, sendo o 3º principal banco em termos de volume de transacções, de acordo com os dados da CMVM.

No canal *on-line* do Grupo Caixa, o ano de 2007 ficou marcado como o melhor ano de sempre do **Caixadirecta Invest**, sendo de realçar a quase duplicação no número de clientes activos. Este incremento, aliado ao desempenho dos mercados, gerou um aumento no volume intermediado de 141% relativamente a 2006.

Emissões Próprias da CGD

Face ao contexto desfavorável na maioria dos segmentos de mercado, com particular incidência no 2º semestre, e com a finalidade de optimização de custos, a política de financiamento da CGD para o ano de 2007 esteve na globalidade dirigida para o mercado das *Covered Bonds*, com a realização da segunda emissão pública de Obrigações Hipotecárias no valor de 2 mil milhões de euros e com maturidade de 5 anos, e a concretização de três operações privadas de Obrigações Hipotecárias, num total de 1 350 milhões de euros.

No âmbito do Programa de EMTN, foi emitido no mercado privado um total de 2 113 milhões de euros, dos quais cerca de 860 milhões de euros se destinaram a outras unidades do Grupo. O saldo vivo ascendeu a 7,6 mil milhões de euros, correspondendo a um incremento de cerca de 200 milhões face ao registado em 2006.

No curto prazo, a crescente procura por parte dos investidores e o objectivo de substituição dos recursos de mercado monetário, induziu a uma manutenção da estratégia de captação de fundos pela CGD, com a emissão de Euro Commercial Paper (ECP) e, em menor montante, de USCP, tendo o saldo vivo do ECP terminado o ano próximo dos 5 mil milhões de euros.

No 2º semestre de 2007, o financiamento convergiu para a emissão de Dívida Subordinada Lower Tier II colocada no segmento de retalho – Obrigações de Caixa Subordinadas 2007/2017 - em duas *tranches*, no montante global de 481,6 milhões de euros.

Linhas de Crédito

Já em 2008, a CGD contratou uma linha de crédito com o BEI no valor de 100 milhões de euros, orientada para empresas de média capitalização para apoio à investigação, desenvolvimento e inovação, tecnologias de informação e comunicação, saúde e sustentabilidade ambiental.

PRIVATE EQUITY

Em 2007 a área de capital de risco do Grupo CGD investiu um total de 144,9 milhões de euros, dos quais 50,6 milhões em novas participadas e 94,3 milhões de euros no reforço de participações da carteira.

Relativamente às novas operações são de referir:

- a aquisição de uma participação correspondente a 27,5% do capital da Salgadus-Indústria e Comércio de Produtos Alimentares, S.A., envolvendo um investimento global de cerca de 1,5 milhões de euros na aquisição de 36 300 acções.
- a aquisição de uma participação correspondente a 15,4% do capital social da FomentInvest, SGPS, S.A., que envolveu um investimento de 1,75 milhões de euros.
- a realização de 270 unidades de participação de valor nominal de 50 mil euros cada no NovEnergia II – Energy & Environment (SCA), SICAR, num investimento total de 13,5 milhões de euros.

- a aquisição de 23,9% do capital da Holgere - Gestão e Serviços, S.A., onde a área de capital de risco do Grupo CGD concretizou um investimento de 28,5 milhões de euros.
- a aquisição pelo FCR Energias Renováveis de 602 588 acções da Martifer, SGPS, S.A., o que implicou um investimento de cerca de 5,06 milhões de euros.

CAIXA CAPITAL E CAIXA DESENVOLVIMENTO (CAPITAL DE RISCO)

A Área de Capital de Risco do Grupo CGD manteve em 2007 a mesma estrutura organizativa que tem tido ao longo dos últimos anos de actividade, centralizando-se na Caixa Capital toda a actividade organizacional e de gestão dos Fundos de Capital de Risco (FCR Grupo CGD, FCR PME e FCR Energias Renováveis) e na Caixa. Desenvolvimento a intervenção complementar em operações de grande dimensão. O FCR PME - Caixa Capital foi dissolvido em 30 de Novembro.

No final de 2007, a Área de Capital de Risco apresentava uma carteira de participações financeiras que ascendia a 348,3 milhões de euros, investidos em 27 empresas, destacando-se entre elas a COMPAL, La Seda de Barcelona, o Grupo Visabeira, a FINPRO, SGPS, a Holgere, SGPS e o SICAR NovEnergia II.

Os capitais dos Fundos de capital de risco (FCR Grupo CGD e FCR Energias Renováveis) ascendiam em 31 de Dezembro a 225 milhões de euros, dos quais se encontravam realizados 158 milhões, representando as respectivas carteiras um investimento global de cerca de € 170 milhões.

Em termos consolidados, os principais indicadores das duas empresas do Grupo são os seguintes:

CAIXA CAPITAL

(milhares de euros)

	2006	2007
Activo líquido	25 488	40 617
Activos financeiros disponíveis para venda	7 835	11 336
Aplicações em Instituições de Crédito	5 484	621
Outros activos	3 005	6 628
Capitais próprios	27 901	27 425
Resultado líquido	1 380	2 290
Capital social	16 500	16 500
% Grupo CGD	100%	100%

CAIXA DESENVOLVIMENTO

(milhares de euros)

	2006	2007
Activo líquido	98 556	97 818
Activos financeiros disponíveis para venda	5 637	43 817
Aplicações em Instituições de Crédito	1 722	1 251
Outros activos	80 017	92 223
Capitais próprios	41 349	97 818
Resultado líquido	-2 026	641
Capital social	2 500	2 500
% Grupo CGD	100%	100%

VII. Análise Financeira

Actividade Consolidada

Resultados e Rendibilidade

Evolução do Balanço

Fundo de Pensões e Plano Médico do Pessoal da CGD

Gestão do Capital

Rating

Actividade Individual

ACTIVIDADE CONSOLIDADA**Resultados e Rendibilidade**

Os resultados líquidos consolidados do Grupo Caixa Geral de Depósitos atingiram, em 2007, 856,3 milhões de euros contra 733,8 milhões no ano anterior, o que representa um crescimento de 16,7%.

Demonstração de Resultados (Consolidado) (*)

(milhares de euros)

	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
Margem financeira alargada (1)	1 777 914	2 031 981	254.067	14,3%
Juros e rendimentos similares	4 389 967	5 910 121	1 520 154	34,6%
Juros e encargos similares	2 685 089	3 971 036	1 285 947	47,9%
Rendimentos de instrumentos de capital	73 036	92 896	19 860	27,2%
Margem complementar (2)	620 015	568 087	-51 928	-8,4%
Rendimentos de serviços e comissões (líquido)	364 719	394 918	30 199	8,3%
Resultados em operações financeiras	130 683	84 336	-46 346	-35,5%
Outros resultados de exploração	124 612	88 832	-35 780	-28,7%
Margem técnica da activ. seguradora (3)	586 242	549 245	-36 997	-6,3%
Prémios líquidos de resseguro	2 626 655	2 242 766	-383 889	-14,6%
Rendimento invest. afecto contratos de seguro	312 209	310 827	-1 382	-0,4%
Custos com sinistros líquidos de resseguro	2 187 314	1 868 448	-318 866	-14,6%
Comissões e outras prov. e custos associados	-165 308	-135 900	29 408	-17,8%
Produto da actividade (4)=(1)+(2)+(3)	2 984 171	3 149 313	165 142	5,5%
Custos operativos (5)	1 694 779	1 735 696	40 917	2,4%
Custos com pessoal	918 303	942 217	23 914	2,6%
Fornecimentos e serviços de terceiros	634 311	650 733	16 423	2,6%
Depreciações e amortizações	142 165	142 746	580	0,4%
Resultado bruto de exploração (6)=(4)-(5)	1 289 392	1 413 617	124 225	9,6%
Provisões e imparidade (7)	408 094	341 644	-66 450	-16,3%
Provisões líquidas de anulações	106 358	72 805	-33 553	-31,5%
Imparidade de crédito, líquida	232 123	249 439	17 316	7,5%
Imparidade de outros activos, líquida	69 613	19 399	-50 213	-72,1%
Resultados em empresas associadas (8)	108 526	3 150	-105 376	-97,1%
Resultados, antes de impostos e de interesses minoritários (9)=(6)-(7)+(8)	989 825	1 075 124	85 299	8,6%
Impostos (10)	222 505	177 514	-44 991	-20,2%
Correntes	265 738	315 163	49 425	18,6%
Diferidos, líquido	-43 233	-137 649	-94 416	218,4%
Resultado líquido consolidado do exercício (11)=(9)-(10)				
▪ Atribuível a interesses minoritários	33 512	41 299	7 787	23,2%
▪ Atribuível ao accionista da CGD	733 808	856 311	122 503	16,7%

(*) Considerando a Compal em 2006 como "Activos/Passivos não correntes detido para venda" para efeitos de comparabilidade.

Para o montante do Resultado líquido obtido pelo Grupo, a Caixa-Seguros concorreu com 162,4 milhões de euros, +6,5 % do que em 2006, as Unidades no exterior com 101,9 milhões de euros (+155%), e a banca de investimento com 36,2 milhões de euros (+37,2%):

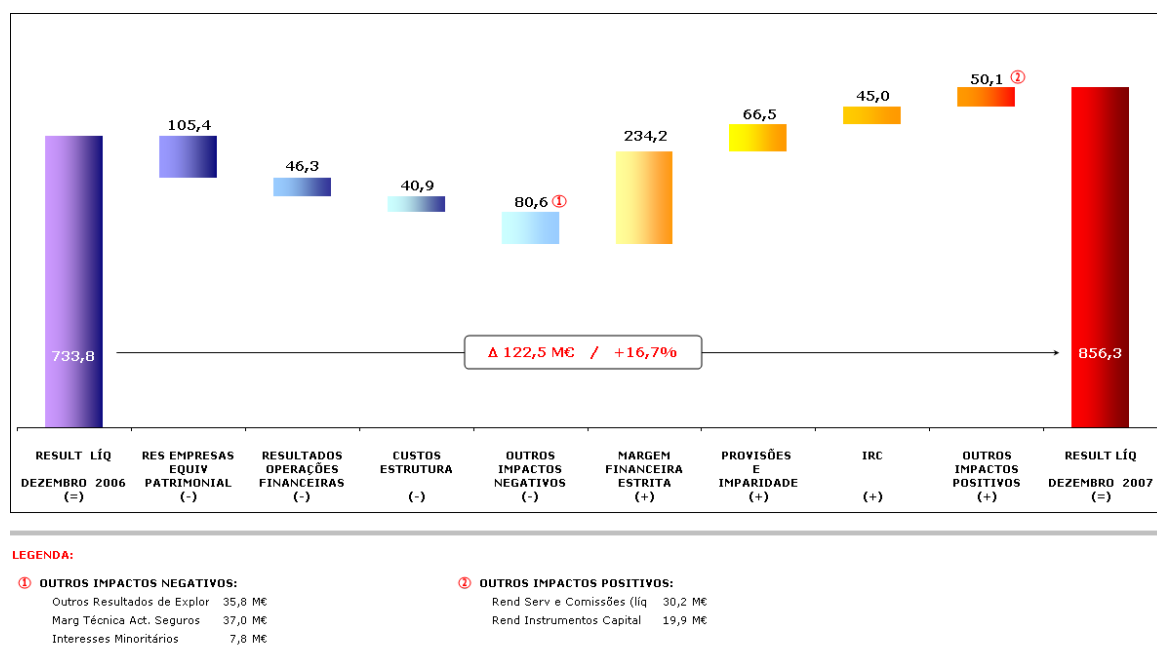
Resultados das Principais Unidades do GRUPO (a)

(milhares de euros)

	2006	2007
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	412 610	584 204
Caixa Seguros, SGPS, S.A.	152 601	162 447
Caixa – Banco de Investimento, S.A.	28 575	40 397
Banco Caixa Geral, S.A.	583	10 813
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	20 771	36 281
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	10 866	15 696
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L. (Moçambique)	6 879	6 092
Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Cabo Verde)	-557	5 938
Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.	9 400	10 608
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	4 534	7 908
Fundimo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	4 068	4 642
Esegur – Empresa de Segurança, S.A.	336	1 708
REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	109 086	7 528
Outras	- 4 216	-7 655
Ajustamentos de consolidação ao resultado líquido do Grupo	-28 912	- 41 154
Resultado consolidado atribuível ao accionista da CGD	733 808	856 311

(a) Contributo para o resultado consolidado, diferente do resultado apresentado pela unidade nas suas contas individuais.

Variação do Resultado Líquido – Actividade Consolidada [M€]



O Produto da Actividade (bancária e seguradora) ascendeu a 3 149,3 milhões de euros, +5,5% face ao ano transacto, cabendo à Margem Financeira Alargada 2 032,0 milhões (+14,3%). Esta margem inclui a Margem de Juros, em sentido estrito, a principal componente do Produto do Grupo, que somou 1 939,1 milhões de euros (+13,7%), bem como os Rendimentos de instrumentos de capital, sob a forma de dividendos, que atingiram 92,9 milhões de euros (+27,2%).

Os dividendos foram recebidos, entre outras, das seguintes empresas:

Rendimentos de Instrumentos de Capital

(milhões de euros)

	2006	2007
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	26 940	34 290
EDP – Energias de Portugal, S.A.	17 462	19 208
ZON Multimédia, SGPS, S.A.	1 082	10 267
Banco Comercial Português, S.A.	4 784	7 933
GALP Energia, SGPS, S.A.	10 930	4 483
Cimpor	1 976	2 862
Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA	-	2 199
Outros	9 862	11 654
Total	73 036	92 896

A Margem complementar, outra das componentes do Produto da actividade, cifrou-se em 568,1 milhões de euros, nela se salientando o peso dos Rendimentos de Serviços e Comissões que, líquidos de encargos, somaram 394,9 milhões de euros, observando um aumento de 8,3%. Os resultados em Operações Financeiras, apresentaram um valor positivo de 84,3 milhões de euros, após a afectação integral do impacto negativo, originado pela crise no mercado hipotecário nos EUA (*“subprime”*), bem como das desvalorizações nas carteiras de títulos resultantes do alargamento dos *“spreads”*. A exposição da Caixa àquele mercado americano implicou a assunção de perdas de cerca de 86 milhões de euros.

Na área seguradora, a margem técnica da actividade de seguros contribuiu com 549,2 milhões de euros para o produto da actividade do Grupo, diminuindo 6,3% face à margem apurada em 2006. Este comportamento deveu-se, quer à diminuição do volume de prémios, acompanhando a tendência geral do mercado segurador no ramo Não Vida, quer aos ajustamentos introduzidos no *“mix”* de produtos financeiros vendidos através da rede bancária CGD, que colocou maior ênfase na distribuição de produtos de capitalização, os quais são reflectidos directamente na margem financeira e não na margem técnica de seguros. Esta venda de produtos financeiros através da rede bancária CGD proporcionou uma margem de 52,1 milhões de euros, +8,6% do que em 2006. Verificou-se, no entanto, uma correlação consistente entre a redução dos prémios líquidos de resseguro (-14,6%) e a diminuição verificada nos custos com sinistros (-14,6%).

Os Custos Operativos – Custos com pessoal, Fornecimentos e Serviços de Terceiros e Amortizações – registaram um aumento de 2,4%, para 1 735,7 milhões de euros, valores em conformidade com a política de contenção e racionalização de custos seguida pela CGD:

- Os Custos com Pessoal ascenderam a 942,2 milhões de euros, com um aumento de apenas 2,6%, mesmo já incluindo a afectação, em 2007, de uma nova contribuição para a CGA relativa a encargos com pensões de sobrevivência de cerca de 6 milhões de euros.
- Os Fornecimentos e Serviços de Terceiros somaram 650 milhões de euros, e uma variação de +2,6%, enquanto as amortizações ascenderam a 142,7 milhões e uma relativa estabilização do seu valor (+0,4%).

No tocante a estes custos com Fornecimentos e Serviços de Terceiros apresenta-se a evolução dos mais significativos:

Fornecimentos e Serviços de Terceiros

	(milhões de euros)		
	2006	2007	Variação
Total	634,3	650,7	+2,6%
<i>Do qual:</i>			
Com fornecimentos de terceiros	34,8	37,8	+8,6%
Rendas e alugueres	78,5	77,0	-1,8%
Comunicações	56,5	55,0	-2,6%
Publicidade	52,6	65,3	+24,1%
Conserv. e reparação de material	47,0	49,9	+6,0%
Informática	95,9	101,3	+5,6%
Estudos e Consultoria	30,6	34,4	+12,1%
Outros serviços de terceiros	121,2	111,6	-7,9%

O Resultado Bruto de Exploração situou-se nos 1 413,6 milhões de euros, com uma progressão de 9,6% face ao ano anterior. Após os valores das Dotações para Provisões e da Imparidade, bem como dos Resultados em Empresas Associadas, o Resultado antes de impostos e de interesses minoritários da CGD alcançou os 1 075,1 milhões de euros, +85,3 milhões de euros (+8,6%) do que em 2006.

Os Resultados em Empresas Associadas não ultrapassaram, porém, os 3,2 milhões de euros, contra 108,6 milhões em 2006, o que em grande parte se deve a resultados não recorrentes, naquele ano, com origem nos ganhos extraordinários obtidos através da REN, com a venda da participação que esta empresa detinha na GALP.

Os impostos sobre lucros totalizaram 177,5 milhões de euros, respeitando 315,2 milhões a impostos correntes (+18,6%) e 137,6 milhões a impostos diferidos activos a deduzir, respectivamente, 265,7 milhões e 43,2 milhões em 2006. Os impostos correntes correspondem aos impostos efectivamente pagos relativamente ao exercício e resultam da aplicação da taxa de IRC sobre a matéria colectável. Porém, de entre essas operações, existem algumas passíveis de vir a proporcionar, no futuro, a recuperação do imposto pago, pelo que dão origem ao registo de impostos diferidos activos. O significativo aumento destes impostos no exercício de 2007, respeita, sobretudo, à tributação a que ficaram sujeitas, a partir deste ano, as provisões constituídas para crédito hipotecário.

O Resultado atribuível a Interesses Minoritários ascendeu a 41,3 milhões de euros e correspondem, na consolidação, à apropriação de resultados das empresas participadas, na parcela não detida pela Caixa, em especial no BCI (Moçambique) (6,7 milhões de euros), no Mercantile (África do Sul) (1,4 milhões) e no Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde) (3,8 milhões). Incluem ainda os rendimentos pagos aos tomadores dos títulos preferenciais emitidos pela CGD no montante de 29,9 milhões de euros.

Após Impostos e Interesses Minoritários o Resultado Líquido elevou-se a 856,3 milhões de euros, +16,7% do que em 2006.

Provisões e Imparidade no Exercício

O valor afecto à Imparidade do Crédito e a Outros Activos, líquida de reversões, ascendeu a 268,8 milhões de euros, e a dotação para Provisões a 72,8 milhões, num total de 341,6 milhões de euros, valor abaixo do observado no ano transacto (408,1 milhões). A redução de 66,5 milhões de euros, verificou-se em especial na imparidade de “Outros activos” (-50,2 milhões de euros) e nas Provisões (líquidas) (-33,6 milhões), registando-se um ligeiro agravamento na imparidade do Crédito (17,3 milhões de euros).

Na imparidade do Crédito as perdas, líquidas de reversões, cifraram-se em 341,3 milhões de euros (+37,6%), contra 291,7 milhões em 2006. O valor final da imparidade do crédito, porém, beneficiou de uma melhoria muito sensível na recuperação do crédito, já considerado como incobrável, e relativo a perdas registadas e abatidas ao activo, a qual se elevou de 40,3 milhões de euros para 77,1 milhões, em 2007.

Considerando o valor da Imparidade do crédito constituída em 2007, a mesma gerou em relação ao saldo do Crédito a Clientes, um rácio de medida do custo do risco de 0,36%, contra 0,39% em 2006.

Provisões e Imparidade no Exercício

(milhares de euros)

	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
PROVISÕES				
Dotação para provisões	173 305	120 408	-52 897	-30,5%
Reposição e anulação de provisões	66 946	47 603	-19 343	-28,9%
Provisões (líquidas)	106 358	72 805	-33 553	-31,5%
IMPARIDADE				
A) De Crédito (1-2-3)	232 123	249 439	17 316	7,5%
Perdas de imparidade (1)	960 147	739 491	-220 655	-23,0%
Crédito a clientes	307 130	221 207	-85 923	-28,0%
Crédito e juros venc.-créd. a clientes	653 017	518 285	-134 732	-20,6%
Reversões por perda de imparidade (2)	668 408	398 216	-270 192	-40,4%
Crédito a clientes	173 777	140 955	-32 823	-18,9%
Crédito e juros vencidos - créd. a clientes	494 631	257 261	-237 370	-48,0%
Recuperação de crédito (3)	59 615	91 836	32 221	54,0%
De créditos incobráveis	40 383	77 130	36 747	91,0%
De juros e desp. crédito vencido	19 233	14 706	-4 526	-23,5%
B) De Outros Activos (1-2)	69 613	19 399	-50 213	-72,1%
Perdas de imparidade (1)	97 049	86 602	-10 446	-10,8%
Aplicações em instituições de crédito	5 488	7 567	2 079	37,9%
Devedores e outras aplicações	269	14	-255	-95,0%
Títulos	20 273	4 317	-15 956	-78,7%
Investimentos em filiais excl. consol.	-	2 593	2 593	
Activos não financeiros e outros	71 019	72 113	1 093	1,5%
Reversões por perda de imparidade (2)	27 436	67 203	39 767	144,9%
Aplicações em instituições de crédito	6 982	6 058	-924	-13,2%
Devedores e outras aplicações	34	60	26	76,9%
Títulos	79	242	162	
Investimentos em filiais excl. consol.	2 213	2 878	665	
Activos não financeiros e outros	18 128	57 965	39 837	219,8%
Imparidade (líquida) (A + B)	301 736	268 839	-32 897	-10,9%
PROVISÕES E IMPARIDADE DO EXERCÍCIO				
	408 094	341 644	-66 450	-16,3%

Indicadores de eficiência e Rendibilidade

O rácio de eficiência CGD, que relaciona os Custos operativos com o Produto Bancário – *cost-to-income* –, observou no Grupo CGD uma melhoria de 1,1 p.p., baixando de 56,2% para 55,1%, rácio que inclui os valores das seguradoras, em consequência da qualificação do Grupo como Conglomerado financeiro. Considerando apenas a actividade bancária do Grupo, o indicador reduziu-se de 53,6% para 52,5%.

Os outros rácios de eficiência indicados, sejam o dos Custos operativos sobre o Activo ou o dos Custos com Pessoal sobre o Produto da Actividade apresentaram também melhorias durante o ano, acompanhando a evolução do *cost-to-income*.

Rácios de custos operativos

	2006	2007
Custos Operativos:		
Em função do Produto da Actividade (<i>Cost-to-income</i>)	56,2%	55,1%
Em função do Produto da Actividade Bancária (<i>Cost-to-income</i>)	53,6%	52,5%
Em função do Activo líquido médio	1,89%	1,75%
Custos com Pessoal em função do Produto da Actividade	30,5%	29,9%

(a) Valores consolidados.

Os rácios de rendibilidade mantiveram valores semelhantes a 2006: a Rendibilidade líquida dos Capitais Próprios (ROE) ascendeu a 17,1% (20,5% antes de impostos), enquanto a Rendibilidade líquida do Activo (ROA) foi de 0,91% (1,09% antes de impostos)

Rácios de rendibilidade

	2006	2007
Rendibilidade bruta dos capitais próprios – ROE (1)	21,3%	20,5%
Rendibilidade, após impostos, dos capitais próprios – ROE (1)	16,5%	17,1%
Rendibilidade bruta dos activos – ROA (1)	1,10%	1,09%
Rendibilidade, após impostos, dos activos – ROA (1)	0,86%	0,91%
Produto da actividade (2) / Activo líquido médio	3,36%	3,19%

(1) Considerando os valores de Capitais próprios e de Activo líquido médios.

(2) Inclui Resultados em empresas associadas.

O Produto da Actividade bancária e seguradora, relativamente ao Activo Líquido médio, evidenciou uma diminuição de 3,36% para 3,19%, a qual foi influenciada pelo acentuado crescimento do Activo médio (+ 10,3%).

Evolução do Balanço

O Activo Líquido do Grupo CGD alcançou os 103,6 mil milhões de euros, apresentando um crescimento de 7,6% face ao final do ano anterior, para o que contribuiu, em especial, o aumento registado no Crédito a Clientes e nas Aplicações em Títulos. No lado do Passivo salientou-se a expansão verificada nos Recursos de Instituições de Crédito e Responsabilidades Representadas por Títulos.

Balanço Consolidado do Grupo CGD

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2006 (*)	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 243	1 926	-318	-14,2%
Aplicações em instituições de crédito	9 137	5 742	-3 395	-37,2%
Crédito a clientes	57 268	66 844	9 576	16,7%
Aplicações em títulos	21 123	22 990	1 867	8,8%
Investimentos em filiais e associadas	328	317	-12	-3,5%
Propriedades de investimento	340	410	71	20,9%
Activos intangíveis e tangíveis	1 678	1 388	-289	-17,2%
Activos por impostos correntes	33	30	-3	-9,3%
Activos por impostos diferidos	547	683	136	24,8%
Provisões técnicas de resseguros cedidos	237	234	-3	-1,2%
Outros activos	3 311	2 989	- 322	-9,7%
Total	96 246	103 554	7 308	7,6%
Passivo				
Recursos de bancos centrais e instit. de crédito	5 504	8 841	3 337	60,6%
Recursos de clientes	53 768	54 039	271	0,5%
Passivos financeiros	590	1 194	604	102,4%
Responsabilidades representadas por títulos	13 360	16 231	2 871	21,5%
Provisões	964	937	-28	-2,9%
Provisões técnicas de actividade de seguros	7 828	7 674	-154	-2,0%
Passivos subordinados	1 926	2 667	742	38,5%
Outros passivos	7 292	6 430	- 862	-11,8%
Soma	91 232	98 013	6 781	7,4%
CAPITAIS PRÓPRIOS	5 014	5 541	527	10,5%
Total	96 246	103 554	7 308	7,6%

(*) Em 2006 as contas da empresa Compal foram consolidadas pelo Método de Integração Global.

Para o Activo Líquido do Grupo, a actividade individual da CGD contribuiu com 73,7%, o sector segurador com 12,2% e o Banco Caixa Geral em Espanha com 4,4% (3,6% em 2006). Entre as restantes Instituições destacam-se, ainda, a Caixa Leasing e Factoring com 2,7% e o BNU (Macau) com 1,8%.

Por entidades, o Activo Líquido Consolidado encontrava-se distribuído da seguinte forma:

Activo Líquido Consolidado do Grupo CGD

Saldos devedores em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2006		2007	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
GRUPO CGD				
Caixa Geral de Depósitos	72 904	75,7%	76 310	73,7%
Caixa-Seguros	11 761	12,2%	12 675	12,2%
Banco Caixa Geral (Espanha)	3 321	3,6%	4 608	4,4%
BNU-Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	1 381	1,4%	1 909	1,8%
Caixa-Banco de Investimento	1 305	1,4%	1 620	1,6%
Caixa Leasing e Factoring	2 124	2,2%	2 745	2,7%
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	494	0,5%	554	0,5%
Banco Com. e de Investimentos (Moçambique)	344	0,4%	449	0,4%
Mercantile Lisbon Bank Holdings	323	0,3%	374	0,4%
Outras empresas (a)	2 290	2,4%	2 310	2,2%
Activo Líquido Consolidado	96 246	100,0%	103 554	100,0%

(a) Inclui as unidades do Grupo consolidadas pelo método de equivalência patrimonial e a Compal.

Disponibilidades e Aplicações e Recursos em Instituições de Crédito

As Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito somaram 7,7 mil milhões de euros (-32,6% do que em 2006) e os Recursos obtidos junto das mesmas entidades 8,8 mil milhões, valores que contrastam com os de 2006, respectivamente 11,4 mil milhões e 5,5 milhões. Esta evolução no saldo com Instituições de Crédito traduziu as necessidades de *funding*, que levou o Grupo a tomar fundos, sobretudo junto do exterior, para assegurar o forte ritmo de crescimento do Crédito (+16,7%), que não foi acompanhado internamente pela evolução dos Depósitos e de outros Recursos de clientes (+0,5%).

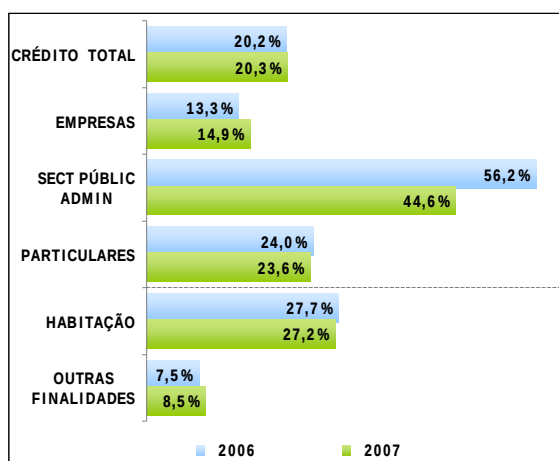
Adicionalmente, aos Recursos obtidos junto de Instituições de Crédito no mercado monetário e sob a forma de depósitos, a Caixa financiou-se através da emissão de dívida, principalmente obrigações hipotecárias, (5,35 mil milhões de euros) estando os valores relevados em “Responsabilidades representadas por títulos”, cujo saldo aumentou de 13,4 para 16,2 mil milhões de euros.

Os rácios de liquidez exigidos pelo Banco de Portugal mantiveram-se nos níveis adequados no final do ano.

Crédito a Clientes

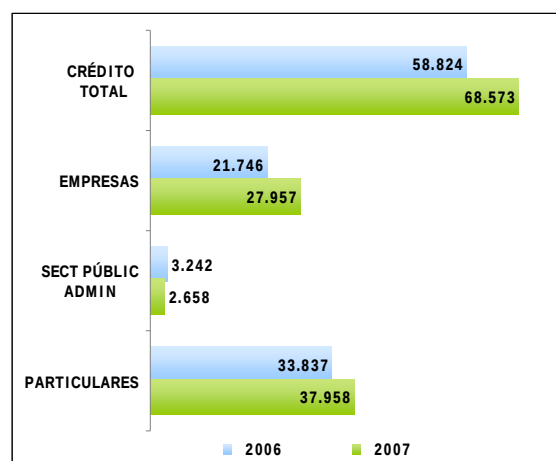
O saldo do Crédito a Clientes (bruto) atingiu 68,6 mil milhões de euros (+16,6%), impulsionado pelo crescimento do Crédito a Empresas, com 28,6% e, em menor ritmo, pelo Crédito à Habitação, com +5,7%.

Crédito a Clientes – Quotas de Mercado



Crédito a Clientes

(milhões de euros)



O saldo do Crédito ao Sector Público Administrativo registou em contrapartida uma redução significativa no saldo (-18%), no quadro da política de consolidação orçamental, com impacto também no saldo com os Municípios (-1,7%), e pelo facto de, no final de 2006, ter sido contratada uma operação de reporte sobre a dívida pública, de montante elevado, liquidado no início de 2007, e que por isso distorce a comparabilidade dos números.

Crédito a Clientes (a)

Por segmentos de clientes

Saldos devedores em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2006	2007	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2006	2007
Empresas	21 746	27 957	6 212	28,6%	37,0%	40,7%
Sector Púb. Administrativo	3 242	2 658	-584	-18,0%	5,5%	3,9%
<i>Do qual: Municípios</i>	<i>2 409</i>	<i>2 368</i>	<i>-41</i>	<i>-1,7%</i>		
Particulares	33 837	37 958	4 121	12,2%	57,5%	55,4%
Total	58 824	68 573	9 749	16,6%	100,0%	100,0%

(a) Actividade Consolidada.

Na estrutura do crédito, o segmento de Particulares mantém um peso preponderante no Crédito Total, absorvendo 55,4% do saldo total concedido, cabendo à habitação 47,8% e aos outros fins, 7,6%.

A actividade da CGD em Portugal representou cerca de 78% da totalidade do Crédito e entre as Filiais, salientou-se o peso do Banco Caixa Geral com 6% do total e da Caixa Leasing e Factoring com 4%.

Face ao comportamento favorável que se verificou no Crédito a Clientes, a respectiva quota de mercado da CGD, em Portugal situou-se no final do ano em 20,3% e registou um reforço no segmento Empresas de 13,3% para 14,9%. No Crédito à Habitação a quota foi de 27,2% e no Sector Público Administrativo de 44,6%, mantendo a Caixa a liderança nestes segmentos.

Crédito a Clientes – Quotas de Mercado (a)

Por segmentos de clientes

	2006	2007
Empresas	13,3%	14,9%
Sector Púb. Administrativo	56,2%	44,6%
Particulares	24,0%	23,6%
Habitação	27,7%	27,2%
Outras Finalidades	7,5%	8,5%
Total	20,2%	20,3%

(a) Actividade em Portugal e incluindo os créditos titularizados.

Crédito a Empresas

O Crédito às Empresas progrediu 6,2 mil milhões de euros (+28,6%), reflectindo o objectivo da CGD em tornar-se, cada vez mais, um banco de referência para este segmento. Registou-se um acentuado dinamismo nos sectores dos Serviços (+42,6%) e da Construção e Obras Públicas (+31%), diminuindo, porém, no sector das Indústrias Transformadoras (-16,7%).

Crédito às Empresas (a)

Por sectores de actividade

Saldos devedores em 31 de Dezembro

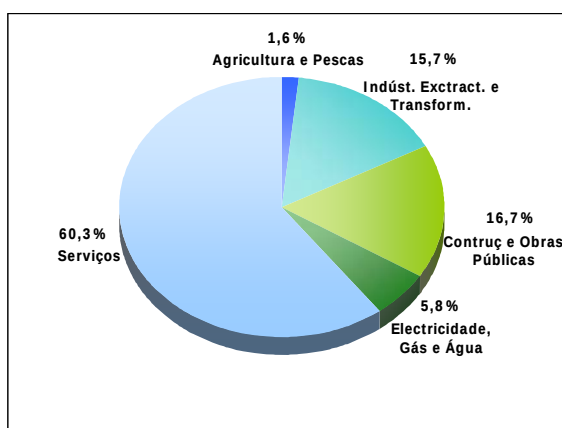
(milhões de euros)

	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
Agricultura e pescas	345	253	- 92	- 26,8%
Indústrias extract. e transformadoras	3 410	2 841	- 569	- 16,7%
Construção e obras públicas	3 621	4 744	1 123	31,0%
Electricidade, gás e água	1 268	1 433	165	13,0%
Serviços	13 102	18 686	5 584	42,6%
Total	21 746	27 957	6 212	28,6%

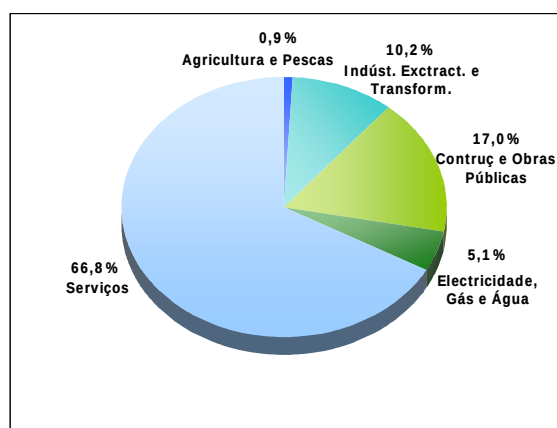
(a) Actividade Consolidada.

Nos Serviços, o saldo do crédito estava maioritariamente aplicado nos sub-sector "alugueres e serviços prestados a empresas", com 5,2 mil milhões de euros, "actividades imobiliárias", com 3,8 mil milhões, "comércio por grosso e a retalho", com 3 mil milhões, e "actividades auxiliares de intermediação financeira", com 1,6 mil milhões.

Crédito às Empresas – 2006



Crédito às Empresas – 2007



A Caixa desenvolveu durante o ano uma intensa actividade dirigida aos clientes Empresas e empresários em nome individual que se encontra evidenciado no Capítulo da Banca de Retalho – Empresas.

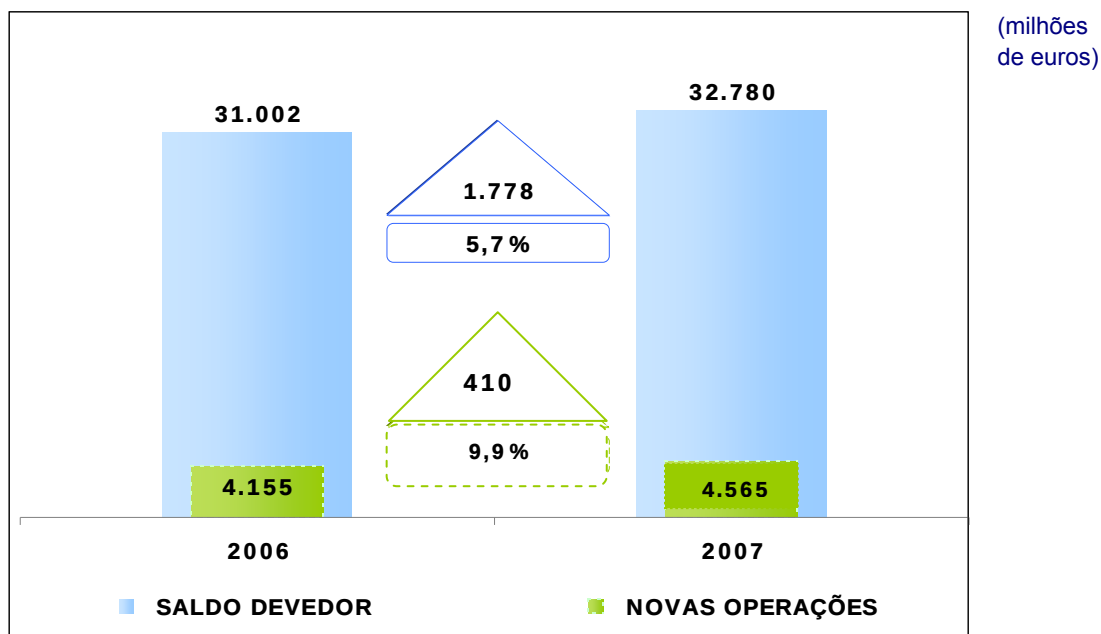
Crédito a Particulares

No crédito a Particulares, o saldo cifrou-se em 38 mil milhões de euros no final do ano, com um aumento de 4,1 mil milhões (+12,2%) sustentado tanto pela Habitação como pelas “Outras Finalidades”.

O saldo do Crédito à Habitação ascendeu a 32,8 mil milhões de euros, +5,7% no ano e representava 47,8% de todo o Crédito concedido pelo Grupo Caixa. Em Portugal, ao saldo devedor de 30,3 milhões de euros correspondiam, em 31 de Dezembro, 719.902 empréstimos em vigor na habitação.

Ainda, no que respeita à habitação, os valores de novas operações contratadas em 2007 foram em número de 62 255, no montante de 4 565 milhões de euros, ou seja, crescimentos de 11,9% e de 9,9% respectivamente. Estes números reflectem uma recuperação acentuada na CGD, face ao abrandamento significativo que se verificara no ano anterior.

Crédito à Habitação



Crédito a Particulares (a)

(milhões de euros)

	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
SALDOS DEVEDORES:				
Habitação	31 002	32 780	1 778	5,7%
Outros fins	2 835	5 178	2 343	82,6%
do qual:				
Credicaixa (Consumo) (b)	826	889	63	7,6%
Cartões de Crédito (b)	210	280	70	33,3%
Total	33 837	37 958	4 121	12,2%
NOVAS OPERAÇÕES: (b)				
Habitação				
Número de contratos	55 614	62 255	6 641	11,9%
Montante (milhões de euros)	4 155	4 565	410	9,9%

(a) *Actividade Consolidada.*(b) *Actividade em Portugal*

O Crédito para “Outros Fins” apoia-se numa oferta alargada de produtos e abrange uma diversidade de finalidades, como sejam, o consumo, a utilização de cartões de crédito, a aquisição de bens duradouros e obras na habitação que, na actividade doméstica é efectuado sobretudo na modalidade Credicaixa (+7,6%) e através de cartões de crédito (+33,3%).

Sobre a actividade da Caixa no Crédito à Habitação ver o Capítulo **Banca de Retalho – Crédito Imobiliário**.

Crédito Vencido, Imparidade e Provisões

O Crédito Vencido somou 1 425 milhões de euros, apresentando um aumento de 12,7% face a 2006, valor que, em relação com o saldo do crédito total, proporcionou um Rácio de Crédito Vencido de 2,1%, ligeiramente inferior ao do ano transacto. O Rácio do Crédito com Incumprimento, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, fixou-se também, em 2,1% (2,3% em 2006).

O montante da Imparidade acumulada em Crédito a Clientes (normal e vencido) foi, no final do ano, de 1 729 milhões de euros, tendo sido reforçada em 173 milhões (+11,1%), o que significou um grau de cobertura de crédito vencido em níveis adequados, de 121,4% para a totalidade do crédito vencido e de 138% para o crédito vencido há mais de 90 dias, valores também próximos dos observados em 2006.

Créditos sobre Clientes (Consolidado)

Saldos devedores em 31 de Dezembro

(Milhões de euros)

	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
1. Crédito total	58 824	68 573	9 749	16,6%
1.1. Crédito sobre clientes (vincendo)	57 561	67 148	9 588	16,7%
1.2. Crédito e juros vencidos	1 264	1 425	161	12,7%
Do qual: vencido há mais de 90 dias	1 123	1 253	130	11,6%
2. Imparidade do crédito	1 556	1 729	173	11,1%
2. 1. Imparidade acumulada – Crédito a clientes	685	763	79	11,5%
2. 2. Imparidade acumulada – Crédito e juros vencidos	872	965	94	10,8%
3. Crédito líquido de imparidade	57 268	66 844	9 576	16,7%
Rácios				
Rácio de crédito com incumprimento (1)	2,29%	2,10%		
Crédito com incumprimento líquido/crédito total líquido (1)	-0,36%	-0,43%		
Crédito vencido / Crédito total	2,15%	2,08%		
Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito total	1,91%	1,83%		
Imparidade acumulada/Crédito com incumprimento	115,7%	120,1%		
Imparidade acumulada/Crédito Vencido	123,2%	121,4%		
Imparidade acumulada/Crédito vencido há mais de 90 dias	138,5%	137,9%		

(1) Indicadores calculados de acordo com a Instrução do Banco de Portugal.

Carteira de Títulos

O saldo das Aplicações em Títulos, no Grupo, aumentou para 23,2 mil milhões de euros (+9,7% do que no final de 2006), dos quais cerca de 10,5 mil milhões (45% do total) respeitam à actividade de investimento das seguradoras.

Aplicações em Títulos (Consolidado)

Saldos devedores em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
Actividade bancária	11 152	12 666	1 514	13,6%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7 843	6 842	-1 001	-12,8%
Activos financeiros disponíveis para venda	3 309	5 824	2 515	76,0%
Actividade seguradora	9 971	10 508	537	5,4%
Activos financeiros disponíveis para venda	9 123	9 731	608	6,7%
Investimentos assoc. a produtos <i>unit-linked</i>	848	777	-71	-8,4%
TOTAL	21 123	23 173	2 050	9,7%

Os “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”, representavam 67,1% do total das carteiras e nelas se incluem, entre outras, diversas participações financeiras não estratégicas como se indica:

Principais Participações Financeiras

Em 31.12.2007

(milhões de euros)

	Valor	% do Capital
Portugal Telecom	577,3	5,73%
EDP	842,4	5,15%
BCP	294,6	2,20%
PT Multimédia	412,7	13,98%
Galp Energia	163,6	1,07%

Recursos de Clientes

Depósitos

O saldo global dos Depósitos, quase exclusivamente captados no retalho, ascendeu a 50,6 mil milhões de euros, diminuindo ligeiramente (-1,2%) face ao ano transacto.

Recursos de Clientes (Consolidado)

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

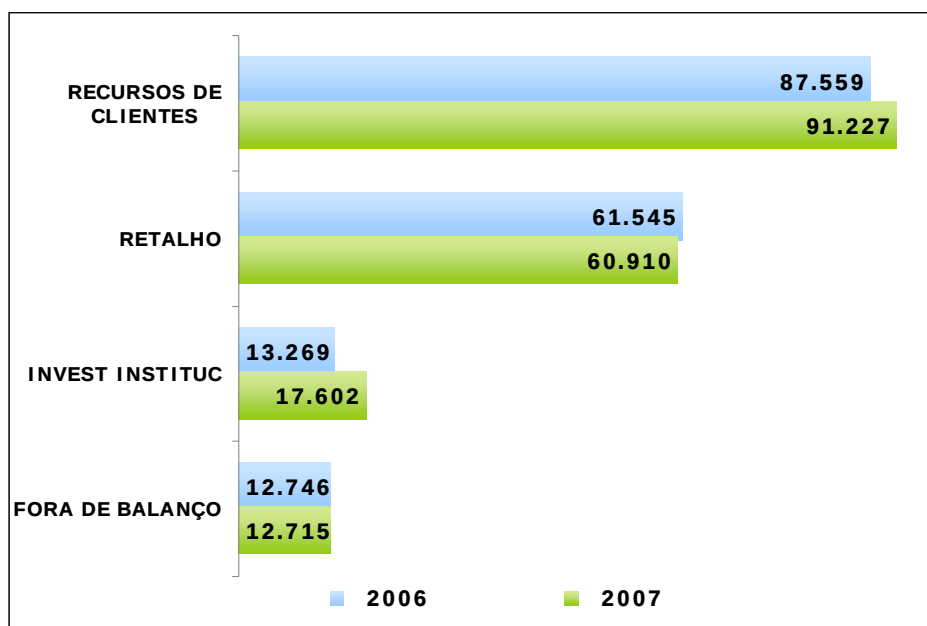
	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos	51 204	50 593	-611	-1,2%
À Ordem	18 226	18 409	184	1,0%
A prazo	23 868	23 982	114	0,5%
De poupança	8 277	7 520	-757	-9,1%
Obrigatórios	833	681	-152	-18,2%
Outros Recursos (a)	2 564	3 446	882	34,4%
Total	53 768	54 039	271	0,5%

(a) Inclui produtos dos seguros de taxa fixa.

A quebra registada verificou-se nas modalidades de poupança (-9,1%) e à ordem (-3,6%) dos particulares e nos depósitos a prazo de empresas (-30,7%) e do sector público (-82%). No entanto, a modalidade a Prazo expandiu-se significativamente (+12,2%) no segmento dos particulares, assim como a dos depósitos à ordem por via das empresas (+22,8%)

Recursos totais de clientes

(milhões de euros)



Depósitos de Clientes (Consolidado)

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
Particulares	38 797	39 908	1 111	2,9%
Depósitos à Ordem	11 757	11 329	-428	-3,6%
Depósitos a Prazo	18 763	21 059	2 296	12,2%
Depósitos de Poupança	8 277	7 520	-757	-9,1%
Empresas	7 415	7 010	-404	-5,4%
Depósitos à Ordem	3 505	4 302	797	22,8%
Depósitos a Prazo	3 909	2 708	-1 201	-30,7%
Sector Público	4 993	3 675	-1 318	-26,4%
Depósitos à Ordem	2 963	2 778	-185	-6,3%
Depósitos a Prazo	1 196	216	-980	-82,0%
Depósitos Obrigatórios	833	681	-152	-18,2%
Total	51 204	50 593	-611	-1,2%

A quota de mercado dos Depósitos de Clientes, em Portugal, GD, que a Caixa continua a liderar, situou-se em 27,2%, no final do ano, apresentando a quota no segmento de particulares um valor de 32,9%, registando uma redução que está associada à concorrência vivida num mercado extremamente competitivo.

Depósitos de Clientes – Quotas de Mercado (a)

Por segmentos de clientes

	2006	2007
Empresas	9,7%	8,6%
Sector Púb. Administrativo	48,2%	36,6%
Particulares	35,2%	32,9%
Emigrantes	39,7%	40,4%
Obrigatórios	98,0%	97,6%
Total	29,9%	27,2%

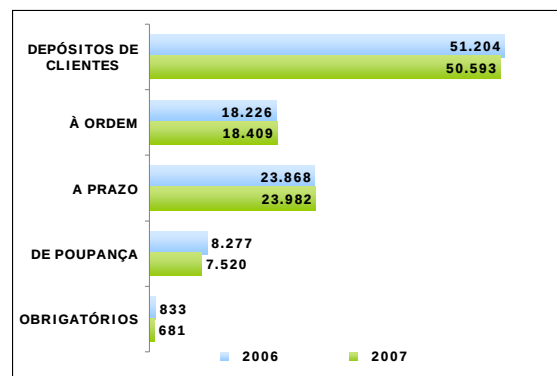
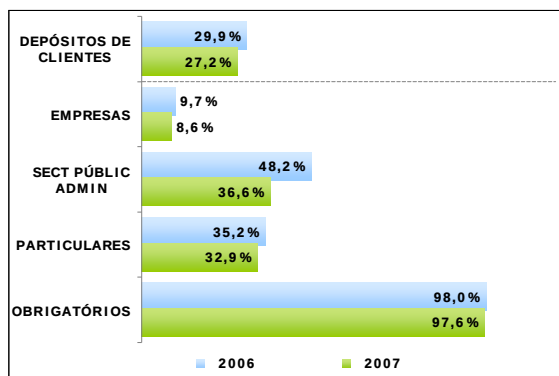
(a) Actividade em Portugal.

No saldo dos Depósitos, à actividade doméstica da CGD respeitam 41,4 mil milhões de euros, equivalente a cerca de 81,8% do total consolidado, sendo ainda de relevar entre as sucursais e filiais do Grupo, os saldos constituídos no BNU (Macau) (2,1 mil milhões de euros), Banco Caixa Geral (1,8 mil milhões de euros), Sucursal de França (1,4 mil milhões) e Subsidiária *Offshore* de Macau (1,1 mil milhões).

Depósitos de Clientes – Quotas de Mercado

Depósitos de Clientes

(milhões de euros)



Os recursos totais captados pelo Grupo, excluindo os do mercado monetário provenientes de Instituições Financeiras, alcançaram 91,2 mil milhões de euros (+4,2%), com os recursos de balanço a ascender a 78,5 mil milhões (+4,9%) e os de “fora do balanço” a 12,7 mil milhões (-0,2%).

Produtos Estruturados

No conjunto dos recursos captados, são de referir os produtos estruturados, sob a forma de depósitos, de obrigações, de fundos mobiliários e de pensões e de seguros

Por modalidades de produtos, as subscrições dos clientes em 2007, num montante global de 3,3 mil milhões de euros, distribuíram-se da seguinte forma:

Por modalidades

	(milhões de euros)	
	Montante	Estrutura
Depósitos - mercado doméstico	833	25,5%
Depósitos em offshore	176	5,4%
Obrigações	681	20,9%
Fundos Investimento e de pensões	537	16,5%
Seguros	801	24,6%
PPR	234	7,2%
Total	3.263	100,0%

De salientar que destes produtos estruturados mais de 61% se reportam ao segmento de Gama Alta e que relativamente ao prazo de aplicação cerca de 68% são pelo prazo superior a 3 anos.

Recursos do Grupo

No balanço do Grupo, aos depósitos provenientes do segmento de retalho, adicionam-se ainda os seguros de capitalização, no montante de 8,7 mil milhões (+9,5%) e o sub-conjunto “Outros Recursos de Clientes”, com 1,6 mil milhões, representados por Obrigações de Caixa e Obrigações de Caixa Subordinadas.

Captação de Recursos pelo GRUPO CGD ^(a)

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
RECURSOS DE CLIENTES				
No balanço:	74 814	78 512	3 698	4,9%
 Retalho	61 545	60 910	-635	-1,0%
• Depósitos de clientes	51 204	50 593	-611	-1,2%
• Seguros de capitalização (b)	7 944	8 699	755	9,5%
• Outros recursos de clientes	2 397	1 618	-779	-32,5%
Investidores Institucionais	13 269	17 602	4 333	32,7%
• EMTN	6 625	6 787	162	2,4%
• ECP e USCP	3 525	4 544	1 020	28,9%
• Nostrum Mortgages e Nostrum Consumer	1 134	879	-255	-22,5%
• Obrigações hipotecárias	1 985	5 391	3 406	171,6%
Fora do balanço:	12 746	12 715	-31	-0,2%
Unid. particip. de fundos de investimento	7 637	7 488	-149	-2,0%
• Caixagest	6 381	6 217	-164	-2,6%
• Fundimo	1 256	1 271	15	1,2%
Fundo de Pensões	1 253	1 452	200	15,9%
Gestão de Patrimónios	3 856	3 775	-81	-2,1%
Total	87 559	91 227	3 667	4,2%

(a) Não inclui depósitos de Instituições de Crédito e Financeiras.

(b) Inclui produtos dos seguros de taxa fixa.

Nos recursos obtidos no mercado de capitais junto de Investidores Institucionais, o Grupo apresentou um saldo global de 17,6 mil milhões de euros (+32,7%), valor que suportou em boa parte o crescimento dos activos. Estes recursos tiveram origem sobretudo em obrigações hipotecárias e em Euro *Medium Term Notes* emitidas.

Entre os recursos “fora do balanço”, sobressaem os montantes captados pelos fundos de investimento do Grupo – Caixagest e Fundimo – que ascenderam a 7,5 mil milhões de euros, o que representou uma redução de 2% face ao ano anterior, reflectindo o contexto adverso que se verificou no segundo semestre de 2007 nos mercados financeiros com impacto negativo nos fundos de investimento mobiliário. Refiram-se ainda os recursos geridos pela área de fundos de pensões, que totalizaram 1,5 mil milhões de euros (+15,9%), bem como os fundos da área de gestão de patrimónios, com 3,8 mil milhões.

Responsabilidades Representadas por Títulos

As Responsabilidades Representadas por Títulos registaram sensível expansão (+21,5%) e um saldo de 16,2 mil milhões de euros, sobressaindo o contributo das diversas emissões de Obrigações Hipotecárias lançadas durante o ano, num montante total de 3,35 mil milhões de euros, e que elevaram o saldo destas Obrigações para 5,4 mil milhões, no final de 2007 (+171,6%).

Responsabilidades representadas por Títulos

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
Emissões do Programa EMTN (a)	5 167	4 890	-277	-5,4%
Emissões do Programa ECP e USCP	3 525	4 544	1 020	28,9%
Nostrum Mortgages e Nostrum Consumer	1 134	879	-255	-22,5%
Obrigações Hipotecárias	1 985	5 391	3 406	171,6%
Obrigações de caixa e Certif. De Depósito	1 550	526	-1 023	-66,1%
Total	13 360	16 231	2 871	21,5%

(a) Não inclui emissões classificadas como Passivos Subordinados, no montante de 1 897 milhões de euros em 2007.

A nível do programa EMTN, o saldo vivo das obrigações com carácter não subordinado foi de 4,9 mil milhões de euros, mas o saldo reduziu-se de 277 milhões (-5,4%), por efeito das liquidações ocorridas durante o ano.

No contexto da crise de liquidez observada na segunda metade do ano, o Programa de *Commercial Paper* reforçou o seu papel de veículo privilegiado para captação de fundos de curto prazo, com o saldo a aumentar para 4 544 milhões (+28,9% do que no ano anterior).

Passivos Subordinados

A Caixa captou recursos sob a forma de Passivos Subordinados que totalizaram 2 667 milhões de euros (+38,5% face ao ano anterior), representados em especial por obrigações emitidas pela CGD Finance e pela Sucursal de França (1,9 mil milhões), no âmbito do Programa de *Euro Medium Term Notes*. A parcela restante destes recursos respeita a produtos estruturados de poupança, designadamente Obrigações de Caixa ("Renda mais"), colocados junto dos clientes da banca de retalho (771 milhões de euros).

Passivos Subordinados

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
Emissões do Programa EMTN (a)	1 457	1 897	439	30,1%
Outros	468	771	302	64,6%
Total	1 926	2 667	742	38,5%

(a) Não inclui emissões classificadas como Responsabilidades Representadas por Títulos, no montante de 4 890 milhões de euros em 2007.

Fundo de Pensões e Plano Médico do Pessoal da CGD

O Fundo de Pensões do Pessoal da CGD foi constituído em 31.12.1991 e destina-se a assegurar a satisfação dos encargos com as pensões de aposentação dos empregados da CGD, bem como das de sobrevivência, relativas aos empregados admitidos após aquela data. As pensões de sobrevivência do pessoal admitido anteriormente são da responsabilidade da Caixa Geral de Aposentações.

No final de 2004, com a publicação dos Decretos-Lei n.º 240-A/2004, de 29 de Dezembro, e n.º 241-A/2004, de 30 de Dezembro, as responsabilidades com pensões de aposentação e de sobrevivência do pessoal da CGD, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de Dezembro de 2000, foram transferidas para a Caixa Geral de Aposentações (CGA). Como compensação, o Fundo de Pensões transferiu para a CGA as provisões constituídas para a cobertura daquelas responsabilidades.

Ainda a partir de 2004, o Fundo de Pensões passou a incluir a responsabilidade com o subsídio por morte, caso esta ocorra na situação de aposentação. O subsídio por morte é uma prestação de atribuição única igual a seis vezes o valor da pensão mensal ilíquida e que está a ser paga, desde aquela data, pelo Fundo de Pensões.

A partir de 2005, com a entrada em vigor das Normas Internacionais de Contabilidade e com a publicação do Aviso n.º 4/2005, do Banco de Portugal, passou a ser obrigatório reconhecer no passivo da CGD as responsabilidades com os cuidados médicos pós-emprego. Para o efeito foi constituída uma provisão que tem sido actualizada anualmente em função do valor dessa responsabilidade.

Importa referir também que, pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, a CGD, na qualidade de entidade patronal, passou a estar sujeita, a partir de 2007, a efectuar uma contribuição para a CGA, relativa a encargos com pensões de sobrevivência dos empregados admitidos até 1991, correspondente a uma taxa contributiva de 3,75% da remuneração do referido pessoal, que se elevou a um montante de 6 032 milhares de euros em 2007.

No cálculo das responsabilidades com as pensões e com o plano médico, para 2007, foram utilizados pressupostos demográficos e financeiros de que se salientam os seguintes:

- taxa de desconto	5,00%
- taxa de crescimento salarial	3,00%
- taxa de crescimento das pensões	2,50%
- tábua de mortalidade masculina	TV 73/77
- tábua de mortalidade feminina	TV 88/90
- tábua de invalidez	EKV80
- idade média reforma	60 anos

Em 2007 o valor do Fundo de Pensões registou um aumento de 151 139 milhares de euros como se evidencia no seguinte quadro:

Fundo de Pensões em 2007

Movimentos no Fundo	(milhares de euros)
Valor do Fundo em 31.12.06	955 302
Contribuições dos empregados	26 838
Contribuições regulares da CGD	61 006
Contribuições extraordinárias da CGD	38 297
Pensões pagas	23 499
Rendimento líquido do Fundo	48 497
Valor do Fundo em 31.12.07	1 106 441

O valor do Fundo cobria integralmente, quer a parcela das responsabilidades com pensões em pagamento, quer as responsabilidades por serviços passados relativas aos trabalhadores no activo.

No ano, foram relevados como custos do exercício 61 648 milhares de euros e como amortização de custos diferidos, por contrapartida de reservas, 31 907 milhares. No final do ano, o saldo de custos diferidos ascendia a 63 814 milhares de euros e o do “corredor” utilizado a 105 598 milhares.

Quanto às responsabilidades associadas aos benefícios médicos pós-emprego do pessoal da CGD - plano médico as mesmas estavam integralmente provisionadas e ascendiam a 443 888 milhares de euros como se evidencia no quadro:

Plano Médico em 2007

Evolução da provisão	(milhares de euros)
Valor da provisão em 31.12.06	419 195
Custo corrente do ano	28 156
Contribuições para serviços de assistência médica (SS e SAMS)	18 006
Perdas actuariais e financeiras incluídas no “corredor”	2 469
Perdas actuariais e financeiras reconhecidas no excesso face ao “corredor”	12 074
Valor da Provisão em 31.12.07	443 888

As perdas actuariais mencionadas no quadro e referentes ao exercício deveram-se essencialmente a desvios entre os pressupostos utilizados e os valores efectivamente verificados. O saldo acumulado destas perdas somava em 31 de Dezembro 116 525 milhares de euros, tendo sido amortizadas no ano 4 012 milhares, valor apurado em função do tempo de serviço futuro médio do pessoal no activo.

CAPITAIS PRÓPRIOS

Os capitais próprios ascenderam a 5,5 mil milhões de euros, tendo sido reforçados em 527 milhões (+10,5%) durante o ano.

Capitais Próprios (Consolidado)

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2006	2007
Capital social	2 950	3 100
Reservas de justo valor	656	381
Outras reservas	299	813
Resultados transitados	-319	-309
Interesses minoritários	694	700
Resultado do exercício	734	856
Total	5 014	5 541

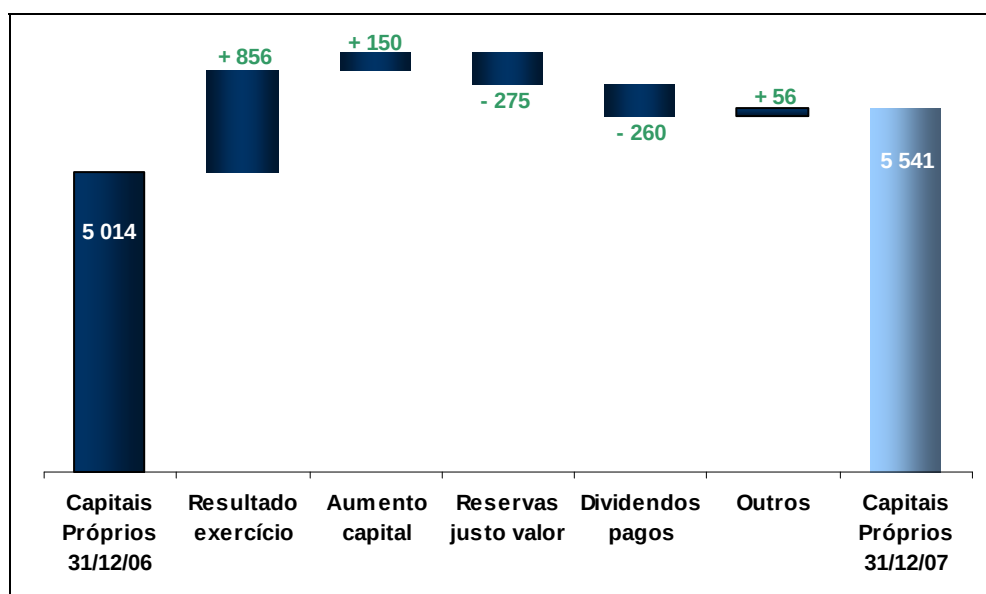
Para esta melhoria salienta-se a capacidade de geração orgânica de fundos próprios da própria CGD, decorrentes dos lucros da sua actividade, e o aumento de capital social de 150 milhões de euros ocorrido no final do ano.

Como factores com impacto negativo destacam-se a distribuição de 260 milhões a título de dividendos ao accionista Estado e a degradação das reservas de justo valor no montante de 275 milhões de euros.

A redução no montante das Reservas de Justo Valor resulta da depreciação da carteira de títulos associada à turbulência nos mercados financeiros que se verifica desde Julho de 2007, em consequência da crise no crédito hipotecário (*subprime*) nos Estados Unidos.

Variação dos Capitais Próprios

(milhões de euros)



Rácio de Solvabilidade

O Rácio de Solvabilidade consolidado, calculado nos termos dos normativos do Banco de Portugal, apresentou um valor de 10,1%, contra 10,5% verificado no ano anterior, em consequência, sobretudo, do elevado crescimento que se verificou nas posições de risco ponderadas (+16,2%), bastante superior ao dos Fundos Próprios (+11,9%). O Tier I fixou-se em 6,7% e o Core Tier I em 5,8%.

Rácio de Solvabilidade (Em Base Consolidada) (a)

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
1. Fundos próprios totais	5 520	6 175	655	11.9%
a) De base, dos quais:	3 878	4 108	230	5.9%
<i>Core Capital</i>	3 278	3 508	230	7.0%
b) Complementares	2 286	2 786	500	21.9%
c) Deduções	(644)	(720)	(76)	11.8%

	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
2. Activos ponderados totais	52 521	61 015	8 494	16.2%
3. Requisitos de fundos próprios (2./12,5)	4 202	4 880	678	16.2%
4. Fundos próprios excedentários (1.-3.)	1 318	1 295	-23	-1.9%
5. TIER 1 ((1a)/2.)	7,4%	6,7%		
6. CORE TIER 1	6,2%	5,8%		
7. Rácio de Solvabilidade (1./2.)	10,5%	10,1%		

(a) De acordo com as normas do Banco de Portugal.

Os Fundos Próprios Totais ascenderam a 6 175 milhões de euros, com um incremento de 655 milhões (+11,9%) no ano, dos quais 230 milhões afectos aos Fundos Próprios de Base.

Este aumento nos Fundos Próprios de Base resultou essencialmente da geração orgânica de fundos da própria CGD, decorrentes dos lucros retidos (550 milhões de euros), e do aumento de capital social no montante de 150 milhões de euros.

Tais aumentos foram, no entanto, esbatidos, por um lado, pelo comportamento desfavorável dos mercados financeiros, especialmente no segundo semestre de 2007 e, por outro, pelos impactos de transição relacionados com os benefícios a empregados.

No que respeita aos Fundos Próprios Complementares, verificou-se um reforço de 500 milhões de euros, em relação ao final do ano anterior, resultado de novas emissões de dívida subordinada Lower Tier II, colocadas essencialmente durante o último trimestre de 2007, as quais registaram um acréscimo de 578 milhões de euros, para um total de 669 milhões emitidos. De assinalar, ainda, para a evolução registada nos Fundos Próprios Complementares, a diminuição em 75 milhões de euros das Reservas de Reavaliação relativas aos títulos disponíveis para venda, relacionada com o referido comportamento negativo nos mercados financeiros.

No tocante às Deduções aos Fundos Próprios Totais, as mesmas registaram um acréscimo de 76 milhões de euros, resultado da diminuição do excedente da margem de solvência das seguradoras, também em consequência das desvalorizações ocorridas na sua carteira de títulos.

Analisando os Activos Ponderados, os mesmos alcançaram os 61 mil milhões de euros (+16,2%), proporcionando requisitos mínimos de Fundos Próprios de 4 880 milhões, que se comparam com o total de fundos existentes de 6 175 milhões, ou seja, um excedente de 1 295 milhões de euros, no final de 2007.

O forte crescimento das posições ponderadas está associado, essencialmente, ao incremento do crédito concedido, o qual se verificou tanto na actividade doméstica, como na actividade internacional (Espanha e França).

Rating do Grupo

Em 2007 a Caixa Geral de Depósitos manteve, no universo dos bancos portugueses, as mais elevadas notações atribuídas pelas três principais agências de *rating* internacionais – STANDARD & POOR'S, MOODY'S e FITCHRATINGS – às responsabilidades financeiras de curto e longo prazos, notações comparáveis com as de grandes e sólidas instituições financeiras internacionais.

Durante o ano, verificaram-se as seguintes alterações nas principais notações:

- ♦ A STANDARD & POOR'S subiu, em Agosto de 2007, o **outlook** atribuído à CGD **de estável para positivo**.
- ♦ A MOODY'S, em Abril de 2007, subiu em 2 *notches* o **rating de longo prazo** da CGD, **de Aa3 para Aa1**, na sequência da aplicação de uma nova metodologia que incorpora o potencial de apoio financeiro externo (*JDA-Joint-default Analysis*). No âmbito dessa metodologia, a agência reviu os termos da notação correspondente à solidez financeira e capacidade de solvência intrínsecas dos bancos sem quaisquer apoios externos – **Bank Financial Strenght Rating** – e atribuiu à CGD a classificação de **C**.

A FITCHRATINGS, em Maio de 2007, subiu o **outlook de negativo para estável**, reflectindo a alteração no mesmo sentido dos *ratings* atribuídos à República.

	Curto Prazo	Longo Prazo	Outlook	
STANDARD & POOR'S	A-1	A+	Positivo	Agosto 2007
MOODY'S	Prime -1	Aa1	Estável	Dezembro 2007
FITCHRATINGS	F1+	AA-	Estável	Setembro 2007

A apreciação constante dos relatórios emitidos pelas três agências de *rating* encontra-se sintetizada como se segue:

Standard & Poor's, Setembro de 2007

The ratings on Caixa Geral de Depósitos S.A. (CGD) are supported by the bank's full ownership by the Republic of Portugal (AA-/Stable/A-1+), which results in Standard & Poor's Ratings Services giving a two-notch uplift to the bank's stand-alone ratings; ironclad domestic franchise, which, among other things, provides CGD with a large, stable, and low-cost funding base; and overall sound financial profile. Conversely, CGD's tight solvency position, high single-name risk concentration, and equity risk exposure weigh negatively on the ratings.

As notações atribuídas à CGD (**A+/Positive/A-1**) são suportadas no facto de o banco ser totalmente detido pelo Estado Português (com notações de **AA-/Stable/A-1+**), o que resultou na atribuição pela S&P de 2 *notches* acima na notação individual do banco; na sua sólida posição no mercado nacional, que entre outras coisas, proporciona à CGD uma base de *funding* alargada, estável e de baixo custo; e, no sólido perfil financeiro global. Por outro lado, pesou negativamente nas notações o apertado nível de solvabilidade da CGD e os riscos decorrentes da elevada concentração de exposição a clientes individuais e na carteira de participações.

The positive outlook reflects improvements in CGD's core profitability and asset quality measures, resulting from the smooth implementation of its strategic plan and a more favorable economic environment, even if growth remains modest in the Eurozone context.

O **outlook positivo** reflecte as melhorias na rentabilidade da CGD e na qualidade dos activos resultantes da gradual implementação do seu plano estratégico e de um enquadramento económico mais favorável, ainda que o crescimento permaneça modesto no contexto da Zona Euro.

Moody's, Dezembro de 2007

CGD's long-term deposit rating was last upgraded in April 2007 following the application of Moody's refined joint-default analysis (JDA) methodology. It currently stands at Aa1.

A notação dos depósitos de longo prazo foi revista em alta para **Aa1**, em Abril de 2007, no seguimento da aplicação da metodologia JDA (**Joint-default Analysis**).

"The bank financial strength rating (BFSR) of Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), which captures the bank's intrinsic creditworthiness, and does not take into account any form of support that it may receive, was last downgraded in April 2007 following Moody's implementation of its updated BFSR methodology. It currently stands at C.

De acordo com a implementação da nova metodologia **Bank Financial Strenght Rating** (BFSR) da Moody's, a notação BFSR da Caixa Geral de Depósitos, SA (CGD), que corresponde à solidez financeira e capacidade de solvência intrínsecas do banco e não toma em conta qualquer tipo de apoio externo a receber, foi revista em baixa para **C**, em Abril de 2007.

The C BFSR is supported by the bank's dominant position in Portugal, its relatively low business risk profile with about half of its credit portfolio represented by mortgages and its overall sound financial fundamentals, with strong funding and liquidity.

A notação **C BFSR** é apoiada pela posição dominante do banco em Portugal, o seu perfil de risco relativamente baixo, com cerca de metade da sua carteira de crédito representada por hipotecas, e a sua sólida base financeira com forte capacidade de *funding* e liquidez.

However, the rating also reflects the challenge that the bank faces in its expansion abroad, in maintaining its domestic market shares and margins which – as a result of growing competition, particularly in its core franchise of mortgages – are increasingly under pressure.

Todavia, a notação dada reflecte também os desafios que o banco enfrenta na sua expansão no estrangeiro, a manutenção das suas quotas de mercado e margens em Portugal, as quais, em resultado do aumento da concorrência, principalmente a nível do seu negócio fulcral no crédito hipotecário, sofrem uma pressão cada vez maior.

FitchRatings, Setembro de 2007

"The Long and Short-Term IDRs () and Support Rating of Caixa Geral de Depósitos (CGD) (AA-/F1+/1) reflect its state ownership and strong franchise, with a dominant market share of retail deposits and mortgage lending in Portugal. The Individual Rating reflects the bank's relatively low credit risk appetite, adequate capitalisation and improving profitability. It also addresses some risk concentration in its equity investments portfolio.*

Upward movement of its Long-Term IDR is limited by the bank's size and growth prospects in the Portuguese market. Downside risk to its Long-term IDR would arise from a downgrade of Portugal's IDRs, which is considered unlikely, and, in the case of its Individual rating, from a significant deterioration of CGD's profitability/capitalisation or a substantial increase in equity investment concentration."

As notações da Caixa Geral de Depósitos no longo e curto-prazos (**AA-/F1+/1**) reflectem a sua qualidade de banco detido pelo Estado e a sua forte posição no mercado com uma quota dominante nos depósitos de particulares e no crédito hipotecário em Portugal. A notação individual reflecte uma apetência relativamente baixa pelo risco de crédito, uma adequada capitalização e crescente rentabilidade. Verifica-se também alguma concentração de risco decorrente da sua carteira de participações.

A subida na notação de longo prazo da CGD é condicionada pela sua dimensão e pelas perspectivas de crescimento do mercado português. O risco de uma descida da notação da CGD poderia acontecer se as notações do país baixassem, o que se considera pouco provável e, no caso da sua notação individual, se a rentabilidade e capitalização da CGD sofressem uma significativa deterioração ou se ocorresse um aumento substancial de concentração em participações financeiras.

(*) IDR – Issuer Default Rating.

ACTIVIDADE INDIVIDUAL (*)**Evolução do Balanço**

O Activo líquido da actividade individual da Caixa Geral de Depósitos atingiu 90,1 mil milhões de euros no final de 2007, o que representou um aumento de 8,2 mil milhões (+10%) comparativamente ao ano anterior. Este valor corresponde a cerca de 74% do Activo consolidado.

Balanço (Individual)

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 991	1 568	-423	-21,2%
Aplicações em instituições de crédito	12 731	13 728	997	7,8%
Crédito a clientes	50 405	57 266	6 861	13,6%
Aplicações em títulos	10 660	11 797	1 137	10,7%
Investimentos em filiais e associadas	2 429	2 547	119	4,9%
Activos intangíveis e tangíveis	839	846	6	0,8%
Activos por impostos diferidos	308	407	99	32,0%
Outros activos	2 529	1 894	-635	- 25,1%
Total	81 892	90 053	8 161	10,0%
Passivo				
Recursos de bancos centrais e instit. de crédito	10 302	14 198	3 896	37,8%
Recursos de clientes	47 057	45 366	-1 692	-3,6%
Passivos financeiros	1 275	1 525	250	19,6%
Responsabilidades representadas por títulos	10 708	15 938	5 231	48,8%
Provisões	1 193	1 209	17	1,4%
Passivos subordinados	2 198	2 958	761	34,6%
Outros passivos	4 623	3 924	- 699	- 15,1%
Soma	77 355	85 120	7 764	10,0%
Capitais Próprios	4 537	4 933	397	8,7%
Total	81 892	90 053	8 161	10,0%

(*) Incluindo a actividade das Sucursais de França, Londres, Espanha, Luxemburgo, Mónaco, Nova Iorque, Grand Cayman, Financeira Exterior da Madeira, Timor e Zhuhai

O crescimento do Activo foi suportado maioritariamente pelo Crédito a Clientes, que progrediu 6,9 mil milhões de euros (+13,6%), em resultado da expansão do Crédito a particulares com 2,4 mil milhões (+7,9%) e às Empresas com 0,9 mil milhões (+41,5%), e pelas Aplicações em Títulos, com um aumento de 1,1 mil milhões (+10,7%).

Do lado do Passivo, os aumentos verificaram-se sobretudo nas Responsabilidades representadas por Títulos, com +5,2 mil milhões de euros (+48,8%), e nos Recursos de Instituições de Crédito, com +3,9 mil milhões (+37,8%). Os Recursos de Clientes, na quase totalidade sob a forma de Depósitos, apresentaram, pelo contrário, uma redução de 1,7 mil milhões de euros (-3,6%), fixando-se o seu saldo, no final de 2007, em 45,4 mil milhões de euros. Face à evolução descrita, as Responsabilidades representadas por Títulos assumiram uma importância acrescida como fonte de financiamento, passando a representar 17,7% do total dos Activos, contra 13,1% no ano anterior.

GESTÃO DE CAPITAL

Os Capitais Próprios somaram 4,9 mil milhões de euros, tendo sido reforçados em 397 milhões (+8,7%), com origem sobretudo nos aumentos do Resultado do Exercício (+127 milhões) e do capital social (+150 milhões). Este último aumento teve lugar em Dezembro, elevando o capital social da CGD de 2 950 milhões de euros para 3 100 milhões.

Capitais Próprios (Individual)

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
Capital	2 950	3 100	150	5,1%
Reservas de justo valor	325	220	-105	-32,3%
Reservas de reavaliação	242	241	-1	-0,5%
Reservas legal	467	575	108	23,1%
Outras reservas	67	186	119	177,6%
Resultados transitados	-54	-55	-1	1,6%
Resultado do exercício	540	666	127	23,5%
Total	4 537	4 933	397	8,7%

O Rácio de Solvabilidade da actividade individual da CGD, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, situou-se em 11,4% e o Tier 1 em 6,4%, contra, respectivamente, 8,9% e 7,6% em 2006, reflectindo um crescimento dos Fundos Próprios (+58,4%) bastante acima do incremento das posições de risco (+23,4%)

Resultados

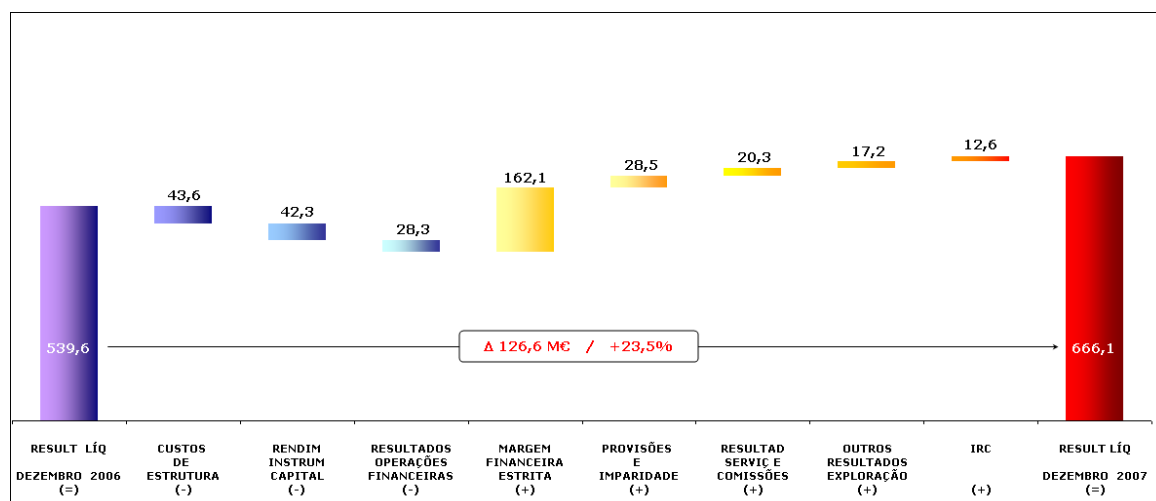
O Resultado Líquido individual em 2007 alcançou 666,1 milhões de euros (+23,5%), contra 539,6 milhões no ano anterior, melhoria proporcionada sobretudo pela Margem de Juros, que cresceu 162,1 milhões de euros, ou seja +11,8% do que no ano precedente.

Demonstração de Resultados (Individual)

(milhares de euros)

	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
Margem financeira alargada (1)	1 580 222	1 700 046	119 824	7,6%
Juros e rendimentos similares	3 964 837	6 211 345	2 246 508	56,7%
Juros e encargos similares	2 587 040	4 671 399	2 084 359	80,6%
Rendimentos de instrumentos de capital	202 425	160 100	-42 325	-20,9%
Margem complementar (2)	513 388	522 623	9 234	1,8%
Rendimentos de serviços e comissões (líquido)	281 355	301 693	20 339	7,2%
Resultados em operações financeiras	96 855	68 580	-28 275	-29,2%
Outros resultados de exploração	135 178	152 349	17 171	12,7%
Produto Bancário (3) = (1)+(2)	2 093 611	2 222 669	129 058	6,2%
Custos operativos e amortizações (4)	1 067 177	1 110 815	43 638	4,1%
Custos com pessoal	572 552	603 331	30 778	5,4%
Fornecimentos e serviços de terceiros	403 564	410 815	7 251	1,8%
Depreciações e amortizações	91 061	96 669	5 608	6,2%
Resultado bruto de exploração (5)=(3)-(4)	1 026 433	1 111 854	85 420	8,3%
Provisões e imparidade (líquidas de reposição e anulações) (6)	336 669	308 146	-28 523	-8,5%
Provisões para crédito	302 702	301 427	-1 274	-0,4%
Imparidade e outros activos financeiros	16 188	4 259	-11 929	-73,7%
Imparidade outros activos	17 780	2 460	-15 320	-86,2%
Resultados antes de impostos (7)=(5)-(6)	689 764	803 707	113 943	16,5%
Impostos (8)	150 201	137 570	-12 631	-8,4%
Correntes	214 704	230 599	15 895	7,4%
Diferidos	-64 503	-93 029	-28 526	44,2%
Resultado do exercício (9)=(7)-(8)	539 563	666 137	126 574	23,5%

Variação do Resultado Líquido – Actividade Individual [M€]



Apesar da evolução favorável das Comissões Líquidas (+20,3 milhões de euros, +7,2% do que em 2006), a Margem Complementar aumentou apenas 9,2 milhões de euros (+1,8%), devido aos Resultados obtidos em Operações Financeiras (-29,2%) que foram afectados pela instabilidade nos mercados vivida na segunda metade do ano.

Os Custos Operativos aumentaram 43,6 milhões de euros (+4,1%), salientando-se os Custos com Pessoal, com um crescimento de 5,4%, que reflectiu a nova contribuição em 2007 para a CGA, relativa a encargos com pensões de sobrevivência de cerca de 6 milhões de euros, enquanto os Fornecimentos e Serviços de Terceiros apresentaram um crescimento moderado de 1,8%.

As Provisões e a Imparidade do exercício evidenciaram uma redução de 28,5 milhões de euros (-8,5%), tendo, contudo, a parcela relativa a provisões para crédito mantido um valor próximo do registado em 2006 (-0,4%).

Os Impostos sobre Lucros ascenderam a 137,6 milhões de euros, cabendo aos impostos correntes 230,6 milhões e aos impostos diferidos 93 milhões, estes últimos com um aumento muito acentuado face a 2006 (+44,2%), reflectindo a alteração da regulamentação fiscal em 2007, que deixou de considerar como custos, para efeitos fiscais, as provisões para créditos com garantia hipotecária associada.

VIII. Gestão do Risco

Risco de Crédito

Recuperação de Crédito

Risco de Mercado

Gestão de Activos e Passivos

Risco Liquidez

Risco de Taxa de Juro

Risco Cambial

Risco Operacional

Basileia II

A gestão dos riscos, efectuada de forma centralizada, abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez incorridos pelo Grupo CGD, consagrando o princípio da segregação de funções entre as áreas comerciais e a área de risco.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito constitui o risco mais relevante da actividade do Banco e está associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento dos clientes ou das contrapartes – Grandes Empresas, PME, Pequenos Negócios, Particulares e Instituições Financeiras. Por este motivo, têm sido introduzidas melhorias contínuas tanto no plano das metodologias como nas ferramentas de avaliação e controlo dos riscos o que tem contribuído para o desenvolvimento sustentando do Grupo CGD através da manutenção de um perfil de risco conservador, tendo sempre por base a optimização da rentabilidade nas diferentes áreas de negócio.

A avaliação do risco de crédito está presente em todos os níveis de decisão da concessão de crédito, sendo acompanhada, posteriormente, pelos adequados instrumentos de avaliação durante a maturidade da operação.

Para exposições consideradas relevantes, em termos de risco crédito, são elaborados pareceres de carácter mais específico, em complemento aos modelos internos de *rating* e à avaliação já efectuada, os quais, para além da análise da evolução das contrapartes, incorporam a evolução económico-financeira previsional do projecto e a influência e a percepção de factores susceptíveis de criar um risco agravado, bem como a identificação de condições mitigadores dos riscos identificados.

A avaliação normalmente realiza-se ao nível dos grupos económicos considerando os critérios de ponderação:

- ♦ de notações externas de risco de crédito;
- ♦ dos ratings internos;
- ♦ do risco de crédito das várias áreas/empresas do Grupo;
- ♦ do nível de concentração da exposição;
- ♦ do tipo de crédito, finalidade e montante das operações em proposta;
- ♦ do limite aos grandes riscos, na perspectiva regulamentar, do seu peso face aos capitais próprios e da ponderação no rácio de solvabilidade.

A avaliação do risco associado ao crédito concedido às Instituições Financeiras assenta em regras estabelecidas, internamente. A atribuição de limites de exposição por contraparte baseia-se na notação de risco das agências de *rating* ou em modelos internos, a que se associam ponderadores que consideram o capital da entidade.

A metodologia de avaliação de risco visa, além da atribuição de limites por contraparte, a sua integração nos sistemas informáticos, para permitir a análise dos riscos incorridos por entidade, por unidade de negócio ou a nível consolidado. Procede-se, igualmente, ao acompanhamento de risco da contraparte e ao controlo da exposição e dos limites atribuídos.

Outros critérios de natureza quantitativa e qualitativa, nomeadamente, as características do mercado e da economia onde se encontram inseridas e a qualidade da estrutura accionista são determinantes para a atribuição do referido limite, sendo definidos também sub-limites por maturidade e produto, em função do grau de risco percebido quer da entidade/cliente quer do produto em análise.

Foi anteriormente desenvolvido um modelo de *rating* interno para Instituições de Crédito que possibilita uma melhor análise das carteiras e o estabelecimento de normas de avaliação mais rigorosas cuja utilização actualmente se encontra amplamente disseminada.

Ao nível do controlo do risco de crédito implícito na carteira da CGD, este é efectuado através do acompanhamento dos principais indicadores, procedendo-se à desagregação da carteira por produto, segmento de cliente, estrutura de decisão, grau de exposição no sistema financeiro, sector de actividade e área geográfica. As análises, com periodicidade mensal, têm como fonte de informação o DataMart de risco que foi desenvolvido no âmbito de Basileia II. Em termos de risco de concentração, a análise efectuada tem por base o apuramento do valor das grandes exposições por Grupo económico e o seu confronto com os limites máximos definidos pelas entidades de supervisão.

O processo de acompanhamento de crédito tem vindo a registar diversas melhorias, muitas delas induzidas pela entrada em produção dos novos sistemas operacionais. Os alertas de crédito, que não mais são do que uma ajuda adicional à detecção e despiste de eventuais situações futuras de incumprimento na CGD, constituem um poderoso instrumento cuja utilização propiciará uma melhoria da qualidade da carteira de crédito da CGD.

Com o intuito de suportar o processo dos alertas de crédito na CGD foi desenvolvida uma nova aplicação, cuja finalidade é permitir melhorar o acompanhamento do risco de crédito da carteira de clientes. Este novo desenvolvimento, o SGAC (Sistema de Gestão e Acompanhamento de Crédito), já se encontra disponibilizado e é plenamente utilizado pela rede comercial e pela área do risco, servindo de plataforma de interacção no âmbito dos alertas de crédito.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Em 2007 a área de Recuperação de Crédito procedeu a alterações e ajustamentos no seu modelo de funcionamento, procurando maior eficiência na sua actividade de reestruturação e regularização de empréstimos, em especial com a dinamização de práticas de negociação extra judicial.

De um modo geral, o sistema em vigor, actualmente no acompanhamento do crédito obriga a procedimentos de comunicação de alertas pela área da gestão do risco às áreas comerciais e área de recuperação de crédito. Nos primeiros 90 dias de atraso dos clientes a regularização do crédito cabe em exclusivo às áreas comerciais, e caso a mesma não se concretize, transita para a área de recuperação no prazo máximo de 180 dias.

Foram criados 13 pólos regionais, para operacionalizar a recuperação e a negociação, assegurando a necessária aproximação ao cliente e a busca de soluções adequadas às situações concretas. Atingiu-se, assim, em 2007, um volume de crédito em análise, superior aos mil milhões de euros, repartidos entre reestruturações (67%) e cobranças (33%), tendo-se estendido às áreas comerciais a preocupação do tratamento mais célere das situações de incumprimento, face à sua responsabilidade com a recuperação do crédito no início do atraso.

No segmento de **Particulares** automatizou-se a intervenção no Crédito à Habitação de toda a rede comercial e a um tratamento quase integral de todo o crédito vencido, acção determinante para evitar o agravamento dos respectivos indicadores, apesar de uma conjuntura difícil das famílias portuguesas com um sobreendividamento preocupante. Da globalidade dos clientes nesta situação, foram reencaminhados para a rede, após regularização, 51% do universo em causa, mantendo-se cerca de 37% em negociações e 12% enviados para a fase contenciosa.

No segmento de **Empresas**, enquanto a atribuição automática não estiver completada, a recuperação realizada incide apenas sobre os clientes que por decisão casuísticas lhe são afectos, e cujo valor no cômputo global representa 68% do crédito vencido a empresas.

Na área de recuperação contenciosa, além das regularizações e cobranças de créditos, foi definida uma orientação de redução da carteira de operações e acções pendentes, o que permitiu fechar durante o ano 11 871 operações, que correspondiam a 8 311 acções, tendo-se invertido a tendência de crescimento nas operações/acções pendentes, e mantido o mesmo objectivo para 2008, com racionalização dos meios humanos afectos à actividade.

De referir ainda que durante o ano se formalizou a cessão de créditos relativos a uma carteira de empréstimos a empresas no montante de 34,25 milhões de euros.

No final do ano o crédito vencido no Grupo CGD atingia o montante de 1 425 milhões de euros e o respectivo rácio, face ao Crédito total o valor de 2,1%, inferior ao verificado em 2006 (2,2%). O grau de cobertura do crédito vencido era de 121,4% (*Ver Capítulo da “ANÁLISE FINANCEIRA”*).

Risco de Mercado

- As regras de gestão do risco de mercado, estabelecidas pela Caixa para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito, de mercado e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

- A medida de risco de mercado utilizada é o Value at Risk (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, acções, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, estando os níveis de confiança utilizados dependentes do objectivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são usadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos activos subjacentes (basis point value (bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comumente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). Desenvolvem-se ainda avaliações do impacto nos resultados para cenários extremos de variação por factores de risco (stress-testing).

São efectuadas, diariamente, análises de backtesting teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de backtesting teórico e, mensalmente, com cálculo de backtesting real. O número de excepções obtidas, isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

- A gestão da Carteira de Negociação tem objectivos de curto prazo e aproveitamento de oportunidades de mercado, podendo não existir posições na carteira, enquanto na Carteira Própria os objectivos são de médio e longo prazo, tendo em vista a geração de um fluxo regular e pouco volátil de resultados.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos activos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, sector, rating e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por factor de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão e composição da carteira de acções em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo da rentabilidade com a avaliação do risco de crédito segundo as definições regulamentares em vigor e do risco de mercado segundo a abordagem de modelos internos.

- Apresentam-se de seguida os níveis de risco de mercado, medidos em VaR, atingidos durante o ano, para a Carteira de Negociação e para a Carteira Própria:

Risco de Mercado – Carteira de Negociação

Em 2007

(milhares de euros)

	VaR 95%		
	Mínimo	Médio	Máximo
Taxa de Juro	125	360	796
Preço	0	536	1 809
Taxa de câmbio	13	199	11 120
Total (a)	176	778	11 503

(a) O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade que é, em geral, inferior à soma dos riscos tomados individualmente devido ao efeito de diversificação.

Risco de Mercado – Carteira Própria

Em 2007

(milhares de euros)

	VaR 99%		
	Mínimo	Médio	Máximo
Taxa de Juro	2 392	3 519	7 731
Preço	1 912	8 068	20 931
Taxa de câmbio	103	689	2 314
Volatilidade	80	286	1 981
Total (a)	4 032	9 834	21 116

(a) Ver nota do quadro anterior.

GESTÃO DE ACTIVOS E PASSIVOS

Ao longo do ano, a Caixa prosseguiu no aperfeiçoamento das técnicas ligadas ao processo de gestão de activos e passivos (Asset-Liability Management, ALM), assegurando o objectivo permanente de uma gestão prudente da liquidez, do consumo de capital e do controlo dos riscos financeiros associados, em particular dos riscos de liquidez, de taxa de juro e de mercado.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez socorre-se da análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos considerados, os volumes de *cash inflows* e *cash outflows*, bem como os respectivos *gaps* de liquidez. No final do ano, os seus valores eram os seguintes:

Gap de Liquidez, em 31.12.2007*

(milhões de euros)

Intervalos	1M	3M	12M	3Y	10Y	>10Y
Gap do Período	8 247,7	-2 796,0	-2 788,1	-1 895,2	1 240,5	-1 579,1
Gap Acumulado	8 247,7	5 451,7	2 663,6	768,4	2 008,9	429,8

* Perímetro: CGD, SFE, Sucursais de França, Mónaco, Londres, Nova Iorque e Grand Cayman, Caixa-Banco de Investimento, CGD Finance, Caixa Geral Finance, CGD North America e Subsidiária Offshore de Macau.

Os *gaps* de liquidez são calculados mensalmente e confrontados com o cumprimento de três rácios (dois de curto prazo e um de longo prazo), oportunamente fixados em ALCO. Para o efeito, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural, que, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente e assentes no comportamento dos depositantes, traduz a distribuição aproximada dos depósitos à ordem e a prazo pelos diferentes intervalos considerados.

Assim, no caso dos depósitos à ordem, cerca de 82% do seu saldo (*core deposits*) é considerado no intervalo superior a 10 anos, sendo o restante (*non-core deposits*) alocado nos períodos até 12 meses, segundo estudos de sazonalidade e saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes períodos de acordo com um modelo de estimativa da sua vida média esperada e da distribuição temporal esperada das saídas desses depósitos.

No caso das aplicações em títulos, cerca de 85% do saldo total é considerado no período até 1 mês e os restantes repartidos de acordo com o peso dos saldos na estrutura de prazos residuais de maturidade inicial. As acções e outros títulos de rendimento variável que apresentem liquidez adequada são globalmente considerados no bucket até 1 mês.

A fim de evitar valores negativos elevados nos *gaps* de liquidez dos intervalos de curto prazo, a Caixa procurou assegurar permanentemente uma eficiente gestão de tesouraria. Para fazer face às maturidades mais elevadas, ligadas sobretudo ao crescimento significativo do crédito hipotecário concedido, a Caixa continuou a dispor de instrumentos de captação de recursos nos mercados nacionais e internacionais, nomeadamente através da emissão de obrigações hipotecárias e de *euro medium term notes*.

Prosseguiu, por isso, a política de captação de diferentes tipos de recursos cujos prazos se adequavam melhor aos *mismatches* existentes entre os prazos de activos e passivos e, simultaneamente, garantiam maior estabilidade dos recursos de clientes, quer através do lançamento de produtos estruturados de poupança quer da emissão de dívida.

No final do ano, a Caixa procedeu ainda a um aumento do seu capital social de 150 milhões de euros, através da emissão de 30 milhões de acções integralmente subscritas pelo Estado ao valor nominal de 5 euros cada.

Relativamente ao rácio de liquidez, que, desde Setembro, passou a ser comunicado ao Banco de Portugal com periodicidade mensal, o seu valor encontrava-se em linha com os objectivos fixados

Risco de taxa de juro

A Caixa incorre na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

Para a medição deste tipo de risco, a metodologia adoptada socorre-se da agregação em intervalos fixos de tempo, de todos os seus activos e passivos sensíveis às variações da taxa de juro, de acordo com as respectivas datas de revisão das taxas. Para esses intervalos, são então calculados os respectivos *cash flows* activos e passivos, bem como os correspondentes *gaps* de risco de taxa de juro.

A análise do comportamento do risco de taxa de juro envolve também o cálculo mensal da duração dos activos e passivos sensíveis, bem como o respectivo *gap* de duração. Através deste, procura medir-se o nível de *mismatch* entre o tempo médio em que os *cash inflows* são gerados e os *cash outflow* são exigidos.

Durante o ano, o *gap* acumulado de taxa de juro estático até 12 meses, sofreu uma apreciável descida, mantendo-se, no entanto, sempre positivo e atingindo, no final do ano, o montante de 11 431,7 milhões de euros.

Gap de Taxa de Juro, em 31.12.2007*

(milhões de euros)

Intervalos	1M	3M	6M	12M	3Y	>3Y
Gap do Período	5 555,2	690,8	2 239,3	2 946,4	-17 593,1	3 356,4
Gap Acumulado	5 555,2	6 246,0	8 845,3	11 431,7	-6 161,4	-2 805,0

* Perímetro: CGD, SFE, Sucursais de França, Mónaco, Londres, Nova Iorque e Grand Cayman, Caixa-Banco de Investimento, CGD Finance, Caixa Geral Finance, CGD North America e Subsidiária Offshore de Macau

Para acompanhar o efeito dos mencionados *gaps* sobre a margem financeira, procede-se periodicamente à elaboração de cenários previsionais da evolução mensal dos activos e passivos sensíveis, integrando nesses cenários comportamentos e tendências relevantes da actividade bancária, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas reflectidas na *yield curve*.

Em sede de ALCO, são aprovadas *guidelines* sobre o risco de taxa de juro no balanço e na carteira bancária, incluindo a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objectivo dessas *guidelines* é o de assegurar a gestão do binómio rentabilidade-risco, no que se refere à gestão do balanço e, simultaneamente, fixar o nível de exposição adequado, bem como controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

Os limites estabelecidos são de cálculo mensal, no que se refere ao *gap* acumulado a 12 meses e ao *gap* de duração, e são de cálculo trimestral, quer para o indicador *economic value at risk* (que traduz as variações no valor económico do capital do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro), quer para o indicador *earnings at risk* (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro e da evolução dos saldos de recursos e aplicações).

Semestralmente, para a actividade consolidada, é também calculado e enviado ao Banco de Portugal o risco de taxa de juro da carteira bancária, englobando nesta todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais não abrangidos pela carteira de negociação.

A avaliação e a medição deste tipo de risco socorre-se do impacto acumulado nos instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultante de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de ± 200 b.p.. Por decisão do ALCO, o cálculo desse impacto sobre os fundos próprios e sobre a margem financeira é efectuado com periodicidade trimestral, para efeitos de gestão, tendo sido fixados, para o efeito, limites internos.

No final do ano, os impactos nos capitais próprios (tal como são definidos no Aviso 12/92, do Banco de Portugal) e na margem de juros (entendida como a diferença entre proveitos e custos de juros, correspondente ao valor anualizado do seu nível corrente), resultantes daquela deslocação da curva de rendimentos, eram de 2% e 12%, respectivamente.

RISCO CAMBIAL

O controlo e a avaliação do risco cambial é efectuada a nível individual, diariamente, para a actividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Apresentam-se de seguida os níveis de risco e o valor de mercado da posição cambial do Grupo, atingidos durante o ano:

Risco Cambial

(milhares de euros)

	VaR 99%			Valor de Mercado		
	Máximo	Mínimo	Médio	Máximo	Mínimo	Médio
Total	22 117	1 611	7 132	809 201	26 376	197 553

RISCO OPERACIONAL

Por risco operacional entende-se o risco de perdas resultantes da inadequação ou falhas de processos, de pessoas e de sistemas de informação, bem como as decorrentes de eventos externos.

A CGD no quadro dos deveres e obrigações decorrentes do Acordo de Basileia II, articulado com as tendências que vêm sendo observadas a nível internacional relativamente à adopção de melhores práticas no que respeita ao controlo interno – *Sarbanes-Oxley Act* –, definiu como metas a adopção do método padrão para o cálculo de requisitos de fundos próprios a afectar a risco operacional, bem como a criação das condições que permitam a evolução para o método de medição avançada (AMA).

Neste sentido, em 2007, para além das iniciativas necessárias para responder aos requisitos exigidos por aquele método, foi desenvolvido um plano para alargar a metodologia de gestão de risco operacional às restantes entidades do Grupo. A metodologia adoptada, assenta num conjunto de componentes que incluem: a documentação dos processos, riscos potenciais e procedimentos de controlo associados; um processo descentralizado de recolha de eventos e perdas; um processo periódico de auto-avaliação de risco operacional e um sistema de reporte específico para apoio da gestão de risco operacional, por processo e por órgão de estrutura. O aperfeiçoamento desta metodologia está alinhado com as abordagens preconizadas pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission*) e CobiT (específica para sistemas de informação).

Adicionalmente, a CGD continua a investir no desenvolvimento de soluções que assegurem a continuidade da execução dos processos de negócio e do processamento das operações de áreas e/ou serviços críticos e a mitigação de eventuais prejuízos envolvidos. Assim, foi actualizada a estratégia global de continuidade de negócio para a CGD e criado um Comité para a gestão global da continuidade do negócio, com o objectivo de coordenar e articular iniciativas e processos no âmbito do Grupo.

O processo de gestão do risco operacional e do controlo interno é suportado por uma área autónoma e por um Comité de gestão, órgão consultivo do Conselho de Administração, que é responsável pela coordenação, apreciação e debate de assuntos relacionados com esta matéria, bem como a estratégia e políticas estabelecidas.

BASILEIA II

O Novo Acordo de Capital – Basileia 2 – estabelece regras para a adopção de metodologias de controlo de gestão de risco mais abrangentes, sofisticadas e adequadas e em 2007 concretizou-se o passo formal para a sua adopção, com a publicação e entrada em vigor, em Portugal e nos restantes países membros da União Europeia, dos diplomas legais que corporizam as novas regras.

Neste contexto, o Programa Basileia 2, iniciado na CGD em 2002, tem protagonizado e liderado um vasto conjunto de iniciativas – na área da concepção e implementação de novas metodologias, do desenvolvimento de sistemas de informação de suporte e da revisão de políticas e procedimentos de gestão de risco – para garantir o cumprimento da nova moldura regulamentar.

Dando continuidade ao esforço desenvolvido nos últimos anos, o programa evoluiu de forma considerável, nas suas diversas vertentes de risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de taxa de juro, risco de liquidez e outros riscos, com o objectivo de enquadrar a CGD no novo modelo de gestão de riscos e reporte prudencial, o qual tem aplicação efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2008.

No âmbito do risco de crédito, foram registados progressos significativos nos projectos que o compõem, nomeadamente ao nível dos modelos de *scoring*: na sequência da implementação, em anos anteriores, dos modelos de notação de risco para os segmentos mais significativos da carteira de retalho da CGD, finalizou-se o desenvolvimento e disponibilização dos modelos de cartões de crédito e de pequenos negócios, estando em curso a respectiva ligação aos sistemas operativos que suportam o processo de decisão de propostas de crédito destes segmentos.

Para os segmentos corporativos (empresas, instituições financeiras e institucionais), concluiu-se o desenho e iniciou-se o processo de implementação de uma aplicação informática que permitirá dotar as áreas comerciais e a área de gestão de riscos com a informação adequada para uma eficiente e eficaz análise de risco. Esta aplicação permitirá gerar, analisar e guardar, de forma integrada, todos os dados relevantes para avaliar o perfil de risco dos clientes e representa um passo importante para agilizar e reforçar os procedimentos da CGD nesta área.

Durante o ano, efectuou-se uma revisão dos procedimentos de concessão de crédito, por forma a integrar, de forma mais ampla, as novas metodologias disponíveis, nomeadamente a notação de risco fornecida pelos modelos de *scoring* e *rating*, de forma mais ampla no processo de gestão de risco de crédito, por exemplo, através da determinação mais rigorosa e precisa do *pricing* das operações em função do respectivo nível risco.

Paralelamente, avançou-se com o projecto de estimação, para os segmentos da carteira de crédito seleccionados, dos factores de risco que suportam o método das notações internas.

No ano de 2007, foi também realizada, sob coordenação do departamento de Auditoria Interna, a validação dos modelos de risco de crédito anteriormente desenvolvidos.

Em 2008, o primeiro ano de entrada em vigor do Acordo, a CGD adoptará o método padrão para o cálculo de requisitos de capital para Risco de Crédito, tendo desencadeado em 2007 o processo de candidatura para a adopção do método das notações internas, junto da autoridade de supervisão.

No domínio do risco de mercado, concluída a revisão interna do respectivo modelo de gestão de risco, procedeu-se à implementação das recomendações dela resultantes.

No âmbito do manual de gestão e controlo do risco de mercado foi concluída a parte relativa aos Riscos Diversos.

A candidatura para adopção de modelos internos para o risco de mercado foi iniciada em 2007, encontrando-se em análise pelas autoridades de supervisão.

Na área de gestão do risco de taxa de juro e do risco de liquidez foram implementadas, na nova ferramenta de *Asset Liability Management* (ALM), funcionalidades mais avançadas de monitorização e gestão de risco. Concluiu-se, ainda, no âmbito do manual de gestão e controlo do risco, a parte correspondente a estes riscos.

Em 2007 foi desencadeado o processo para implementação do modelo interno de avaliação de capital económico (ICAAP), no âmbito do Pilar 2 do Novo Acordo de Basileia.

Tal como já referido, o Programa Basileia 2 tem como principal objectivo garantir o cumprimento do novo acordo no Grupo CGD. Neste contexto, iniciou-se em 2007 a instalação de uma ferramenta de cálculo de requisitos de capital para risco de crédito e risco de mercado e determinação do rácio de solvabilidade, ferramenta essa que também servirá de fonte geradora de informação para responder às necessidades do Pilar 3 – Disciplina de Mercado do Novo Acordo de Basileia e às necessidades internas da CGD para análise e acompanhamento do nível de exposição em cada risco.

Noutra vertente, consolidou-se a estrutura anteriormente desenvolvida do repositório integrado de dados de risco, a qual visa satisfazer as necessidades de informação sobre risco de crédito, risco de mercado, risco de taxa de juro e risco de liquidez, de acordo com as características definidas no quadro de Basileia 2. Em 2007, as principais actividades relativas à concepção e construção desse repositório, traduziram-se na instalação técnica de um conjunto adicional de informação e no início de uma revisão funcional dos modelos existentes para promover a sua actualização.

A recolha da informação do Grupo Caixa Geral de Depósitos decorre da necessidade de assegurar a centralização da informação relativa às entidades do Grupo, de modo a responder de forma adequada, eficiente e em tempo útil aos requisitos estabelecidos no Acordo de Basileia II e às exigências da autoridades de supervisão.

Na sequência dos trabalhos desenvolvidos nos anos anteriores, em 2007, foram alinhadas com aquelas entidades as condições técnicas para a centralização da informação (comunicações, processos e periodicidade de envio, etc.) e estabelecidos os procedimentos para validação dos dados recebidos. Esta iniciativa assume um carácter importante, dado que irá proporcionar um nível mais elevado de controlo e fiabilidade sobre os dados, mas também tornará o seu processo de extracção e envio, por parte das várias entidades do Grupo, menos oneroso e mais eficiente.

IX. Notas Finais

Em 2007 verificaram-se os seguintes factos nos Órgãos Sociais da CGD:

Na reunião da Assembleia Geral de 10 de Abril de 2007, foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral, para completar o mandato a terminar em 2007, que ficou assim constituída:

- Presidente: Prof. Doutor Manuel Carlos Lopes Porto
- Vice-Presidente: Dr. Daniel Proença de Carvalho
- Secretário: Dr. José Lourenço Soares

Os anteriores membros da Mesa haviam renunciado aos cargos, em datas diferentes, o Presidente, Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral, em virtude de ir exercer um cargo ministerial no Governo de Portugal, e o Vice-Presidente, Dr. José Manuel Simões Correia, e o Secretário, Dr. João Manuel Travassos Dias Garcia, ambos por força do disposto no número 1 do artigo 374º - A do Código das Sociedades Comerciais, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 76 -A/2006, de 29 de Março.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 106/2007, de 3 de Abril, que introduziu alterações aos Estatutos da CGD, o órgão Fiscal Único foi substituído pelo Conselho Fiscal, tendo na reunião da Assembleia Geral de 17 de Abril de 2007, sido eleitos os membros deste órgão, para o triénio de 2007-2009, cuja composição passou a ser a seguinte:

- Presidente: Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira;
- Vogais efectivos: Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco
Drª Maria Rosa Tobias Sá
- Vogais suplentes: Dr. José Clemente Gomes
Drª Ana Maria Ratel Barroso Reis Boto.

O revisor oficial de contas é a sociedade “Oliveira Rego & Associados, SROC”, representada pelo Dr. Manuel de Oliveira Rego e membro suplente, Álvaro, Falcão & Associados, SROC.

Já em 9 de Janeiro de 2008, por Deliberação Unânime por Escrito do accionista Estado Português foram eleitos e iniciaram funções a 10 de Janeiro, a Mesa da Assembleia Geral e o novo Conselho de Administração da CGD, para o mandato de 2008 a 2010, e cuja composição se descreve a seguir nos Eventos Subsequentes.

X. Eventos Subsequentes

Conforme Deliberação Unânime por Escrito do accionista Estado Português de 9 de Janeiro de 2008, nos termos dos estatutos da CGD foi determinado proceder à eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho de Administração da CGD, para o mandato de 2008 a 2010 e cuja composição é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

- | | |
|--------------------|--|
| — Presidente: | Prof. Doutor Manuel Carlos Lopes Porto |
| — Vice-Presidente: | Dr. Daniel Proença de Carvalho |
| — Secretário: | Dr. José Lourenço Soares |

Conselho de Administração

Presidente: Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Vice-Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira

Vogais: Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador

José Fernando Maia de Araújo e Silva

Jorge Humberto Correia Tomé

Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

A deliberação produziu efeitos a partir de 10 de Janeiro de 2008, data em que os novos membros dos Órgãos Sociais iniciaram funções.

- Em 16 de Janeiro de 2008 o Caixa Banco de Investimento adquiriu uma participação de 80% da TVTEL Comunicações, SA (TVTEL) e a TV Cabo Portugal, SA (TV CABO) os restantes 20%, tendo a TV CABO acordado, desde já, adquirir ao CaixaBI a sua participação, sendo que a concretização desta última operação está sujeita à não oposição por parte da Autoridade da Concorrência.
- Em 28 de Fevereiro de 2008 o Banco Central do Brasil autorizou o Grupo CGD a constituir no Brasil o Banco Caixa Geral-Brasil, SA, ainda em fase de estudo.

- Em 10 de Março de 2008, O Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD) chegou a um acordo com o Grupo Sumolis - Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, SA, para a alienação da totalidade do capital social da Compal - Companhia Produtora de Conservas Alimentares, SA, devendo o negócio realizar-se em três etapas e contemplando a integração da Compal no Grupo Sumolis.

A primeira fase prevê a venda de uma posição de 29,9% do capital da Compal e a segunda fase a alienação de mais 8,2% do capital da Compal. Na terceira fase, o Grupo CGD irá trocar o restante da sua participação de 41,9% na Compal, por cerca de 20,6% do capital social da Sumolis, estando já considerada a possibilidade de, a médio prazo, a CGD vir a desinvestir nesta sua futura participação accionista.

A CGD e a Sumolis acordaram expressamente avançar para a integração das operações da Sumolis e da Compal, tendo-se procedido à notificação da Autoridade da Concorrência, (AdC) aguardando-se a decisão desta autoridade quanto à transacção.

XI. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 26º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei nº 287/93, de 20 de Agosto, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício respeitante à actividade individual da CGD, no montante de 666 136 906 euros, tenha a seguinte aplicação:

1. 20% para a Reserva Legal; 133 227 381 euros
2. 55 044 218 euros para a cobertura de Resultados Transitados;
3. 300 000 000 euros para dividendos;
4. 177 865 307 euros para reservas livres.

Lisboa, 2 de Abril de 2008

O Conselho de Administração

Presidente:



Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Vice-Presidente:



Francisco Manuel Marques Bandeira

Vogais:



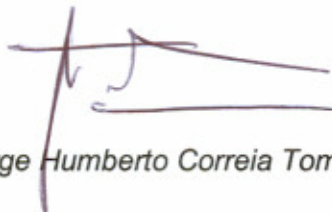
Norberto Emílio Sequeira da Rosa



Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador



José Fernando Maia de Araújo e Silva



Jorge Humberto Correia Tomé



Pedro Manuel de Oliveira Cardoso



Declaração sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007 e demais documentos de prestação de conta, tanto quanto é do nosso conhecimento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Caixa Geral de Depósitos, SA e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e, bem ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição das referidas entidades e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O Conselho de Administração

Presidente:



Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Vice-Presidente:

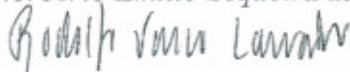


Francisco Manuel Marques Bandeira

Vogais:



Norberto Emílio Sequeira da Rosa



Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador



José Fernando Maia de Araújo e Silva



Jorge Humberto Correia Tomé



Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

Declaração sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007 e demais documentos de prestação de conta, tanto quanto é do nosso conhecimento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Caixa Geral de Depósitos, SA e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e, bem ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição das referidas entidades e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O Conselho Fiscal

Presidente:



Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Vogais efectivos:



José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco



Maria Rosa Tobias Sá

POSIÇÃO OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (Artº 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Obrigacionistas	Título	Nº títulos em 31.12.07
Membros do Conselho de Administração:		
Dr. Norberto Rosa	Obrigações CGD Subordinadas 2007-2017 (1)	200
Dr. Francisco Bandeira	Obrigações CGD Subordinadas 2007-2017 – 1ª emis.	15 000
	Obrigações CGD Subordinadas 2007-2017 – 2ª emis.	15 000

(1) Adquiridas em 2007. Também em 2007 foram reembolsadas 200 Obrigações CGD Renda Mais 02/12 e 100 Obrigações CGD Taxa Crescente 2007.

INDICAÇÃO SOBRE ACCIONISTAS DA CGD (Artº 448º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas	Capital Social em 31.12.07	% da Participação em 31.12.07
Estado Português	3 100 000 000 euros	100%

XII. Demonstrações Financeiras

Actividade Individual

Actividade Consolidada

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, AS

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2007 (*) (Euros)

	Notas (a)	2007			2006		Notas (a)	2007	2006
		Activo Bruto	Provisões, Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido				
Activo						Passivo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	1.567.759.193		1.567.759.193	1.990.651.866	Recursos de bancos centrais	16	397.501.121	153.662.690
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	834.513.218		834.513.218	550.004.875	Passivos financeiros detidos para negociação	9	1.319.749.314	908.505.807
Activos financeiros detidos para negociação	5	4.614.934.109		4.614.934.109	5.420.135.979	Recursos de outras instituições de crédito	16	13.800.078.944	10.148.263.361
Out.activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	5	1.937.802.133		1.937.802.133	2.188.012.226	Recursos de clientes e outros empréstimos	17	45.365.668.578	47.057.407.094
Activos financeiros disponíveis para venda	6	5.326.188.527	154.904.457	5.171.284.070	2.988.559.509	Responsabilidades representadas por títulos	18	15.938.376.598	10.707.725.328
Aplicações em instituições de crédito	7	12.896.354.391	2.613.405	12.893.740.986	12.181.231.667	Passivos financeiros associados a activos transferidos	19	205.066.347	366.011.107
Crédito a clientes	8	58.286.846.028	1.021.255.334	57.265.590.694	50.404.598.390	Derivados de cobertura	9	808.244.069	625.370.677
Derivados de cobertura	9	125.635.863		125.635.863	106.168.334	Provisões	20	1.209.420.892	1.192.774.063
Activos não correntes detidos para venda	10	88.256.725	14.992.841	73.263.884	63.184.817	Passivos por impostos correntes	14	119.346.013	109.594.819
Propriedades de investimento		4.347.300		4.347.300	4.347.300	Passivos por impostos diferidos	14	118.137.743	151.938.865
Outros activos tangíveis	11	1.427.765.913	744.867.064	682.898.849	677.232.314	Outros passivos subordinados	21	2.958.383.622	2.197.757.632
Activos intangíveis	12	375.153.723	212.355.804	162.797.919	162.037.122	Outros passivos	22	2.879.621.058	3.736.218.975
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	13	2.629.239.853	81.855.323	2.547.384.530	2.428.647.768	Total do Passivo		85.119.594.299	77.355.230.418
Activos por impostos correntes	14	1.053.724		1.053.724	349.322	Capitais Próprios Capital Reservas de reavaliação Outras reservas e resultados transitados Resultado do exercício Total dos Capitais Próprios			
Activos por impostos diferidos	14	406.876.874		406.876.874	308.225.314				
Outros activos	15	1.829.718.243	66.767.881	1.762.950.362	2.418.488.153				
							23	3.100.000.000	2.950.000.000
							24	460.970.719	566.141.029
							24	706.131.784	480.940.370
							24	666.136.906	539.563.139
								4.933.239.409	4.536.644.538
Total do Activo		92.352.445.817	2.299.612.109	90.052.833.708	81.891.874.956	Total do Passivo + Capitais Próprios		90.052.833.708	81.891.874.956

(*) Inclui a actividade em Portugal e a das Sucursais de França, Londres, Espanha, Luxemburgo, Mónaco, Nova Iorque, Grand Cayman, Timor, Zhuhai e Financeira Exterior (Madeira).

(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

O Técnico Oficial de Contas
Joaquim Maria Florêncio

O Conselho de Administração
Presidente:
Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente:
Francisco Manuel Marques Bandeira
Vogais:
Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
José Fernando Maia de Araújo e Silva
Jorge Humberto Correia Tomé
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, AS
DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS INDIVIDUAL em 31 de Dezembro de 2007 (*)

(Euros)

	Notas (a)	2007	2006
Juros e rendimentos similares	25	6.211.344.682	3.964.836.558
Juros e encargos similares	25	-4.671.398.566	-2.587.039.654
Margem financeira		1.539.946.116	1.377.796.904
Rendimentos de instrumentos de capital	26	160.100.213	202.425.465
Rendimentos de serviços e comissões	27	383.086.158	344.913.867
Encargos com serviços e comissões	27	-81.392.659	-63.559.077
Resultados activos e passivos aval. justo valor através resultados	28	-243.985.243	17.421.571
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	29	273.069.999	17.117.300
Resultados de reavaliação cambial	28	39.208.294	61.968.704
Resultados de alienação de outros activos	30	287.107	347.491
Outros resultados de exploração	31	152.348.969	135.178.322
Produto da actividade		2.222.668.954	2.093.610.547
Custos com pessoal	32	-603.330.827	-572.552.421
Outros gastos administrativos	34	-410.815.236	-403.563.757
Depreciações e amortizações	11 e 12	-96.669.365	-91.061.255
Provisões líquidas de reposições e anulações	20	-113.347.616	-133.287.541
Corr. de valor assoc. ao créd. a clientes e val. a receber de out. dev.	20	-188.079.712	-169.414.158
Imparidade outros activos financ. líquida reversões e recuperações	20	-4.259.119	-16.187.666
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	20	-2.459.943	-17.779.533
Resultado antes de impostos		803.707.136	689.764.216
Impostos		-137.570.230	-150.201.077
Correntes	14	-230.599.330	-214.704.358
Diferidos	14	93.029.100	64.503.281
Resultado líquido do exercício		666.136.906	539.563.139
Número médio de acções ordinárias emitidas	23	590.000.000	590.000.000
Resultado por acção (Euros)		1,13	0,91

(*) Inclui a actividade em Portugal e a das Sucursais de França, Londres, Espanha, Luxemburgo, Mónaco, Nova Iorque, Grand Cayman, Timor, Zhuhai e Financeira Exterior (Madeira).

(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

O Técnico Oficial de Contas
Joaquim Maria Florêncio

O Conselho de Administração
Presidente:
Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente:
Francisco Manuel Marques Bandeira
Vogais:
Norberto Emilio Sequeira da Rosa
Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
José Fernando Maia de Araújo e Silva
Jorge Humberto Correia Tomé
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	6.647.650	4.157.084
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(4.120.735)	(2.272.400)
Recuperação de capital e juros	86.016	51.649
Resultados cambiais	39.208	61.969
Pagamentos a empregados e fornecedores	(941.106)	(906.040)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões	(99.303)	(66.693)
Outros resultados	63.408	83.074
	<u>1.675.138</u>	<u>1.108.643</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(7.910.712)	(5.144.086)
Activos detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	1.276.449	(1.017.994)
Outros activos	489.365	(346.867)
	<u>(6.144.898)</u>	<u>(6.508.947)</u>
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	3.839.340	682.366
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.761.422)	3.863.920
Outros passivos	(816.044)	(39.568)
	<u>1.261.874</u>	<u>4.506.718</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	<u>(3.207.886)</u>	<u>(893.586)</u>
Impostos sobre lucros	(326.341)	(42.760)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(3.534.227)</u>	<u>(936.346)</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Rendimentos de instrumentos de capital	77.115	202.425
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	82.985	17.117
Aquisições de investimentos em filiais e associadas, líquidas de alienações	(80.223)	(6.657)
Aquisições de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	(2.047.258)	(509.364)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(116.909)	(94.635)
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(2.084.290)</u>	<u>(391.114)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Juros de passivos subordinados	(102.120)	(80.105)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(477.749)	(266.627)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	753.079	127.784
Emissão de responsabilidades representadas por títulos	5.416.922	2.125.327
Aumento de Capital	150.000	-
Dividendos distribuídos	(260.000)	(195.000)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>5.480.132</u>	<u>1.711.379</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(138.385)	383.919
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.540.657	2.156.738
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.402.272	2.540.657

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Reservas de reavaliação			Outras reservas e resultados transitados				Resultado do exercício	Total
	Capital	Reservas de justo valor	Imobilizado	Total	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	2.950.000	64.918	241.027	305.945	397.098	(3.149)	(14.175)	379.774	3.986.489
Distribuição do resultado do exercício de 2004:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	70.154	71.046	14.570	155.770	(155.770)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(195.000)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	260.196	-	260.196	-	-	-	-	260.196
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(54.370)	(54.370)	-
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-	(503)	-	(503)	-
Outros	-	-	-	-	-	452	(182)	270	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	539.563
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	2.950.000	325.114	241.027	566.141	467.252	67.846	(54.157)	480.940	4.536.644
Distribuição do resultado do exercício de 2006:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	107.918	117.488	54.157	279.563	(279.563)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(260.000)
Aumento do Capital Social	150.000	-	-	-	-	(600)	-	(600)	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	(105.170)	-	(105.170)	-	-	-	-	(105.170)
Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(55.044)	(55.044)	-
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-	1.436	-	1.436	-
Outros	-	-	-	-	-	(164)	-	(163)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	666.137
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	3.100.000	219.944	241.027	460.971	575.170	186.006	(55.044)	706.132	4.933.239

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007

(Euros)

	Notas (a)	2007			2006		Notas (a)	2007	2006
		Activo Bruto	Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido				
Activo						Passivo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	1.925.505.160		1.925.505.160	2.243.293.276	Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	20	8.841.236.622	5.503.795.699
Disponibilidades em outras instistuições de crédito	5	952.660.018		952.660.018	678.981.570				
Aplicações em instituições crédito	6	4.791.000.423	1.336.575	4.789.663.848	8.458.448.532	Recursos de clientes e outros empréstimos	21	54.038.766.599	53.767.835.536
		7.669.165.601	1.336.575	7.667.829.026	11.380.723.378	Responsabilidades associadas a produtos "unit-linked"	9	777.114.700	847.369.387
						Responsabilidades representadas por títulos	22	16.230.868.478	13.360.343.741
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	6.841.902.863		6.841.902.863	7.842.955.798			71.046.749.777	67.975.548.664
Activos financeiros disponíveis p/ venda	8	15.554.427.714	183.328.336	15.371.099.378	12.432.007.642				
Investimentos associados a produtos "unit-linked"	9	777.114.697		777.114.697	848.401.157	Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	10	1.193.755.999	589.903.844
Derivados cobertura c/ reavaliação positiva	10	125.590.265		125.590.265	108.189.530	Derivados cobertura c/reavaliação negativa	10	814.412.415	626.163.283
Investimentos a deter até à maturidade		12.142		12.142	132.634	Passivos não correntes detidos p/venda	12	283.781.174	
		23.299.047.681	183.328.336	23.115.719.345	21.231.686.761	Provisões p/ benefícios aos empregados	23 e 37	531.625.366	495.869.772
						Provisões para outros riscos	23	404.937.462	468.513.084
Crédito a clientes	11	68.573.148.544	1.728.849.000	66.844.299.544	57.268.270.418	Provisões técnicas de contratos de seguro	24	7.673.902.083	7.828.035.896
Activos não correntes detidos p/venda	12	514.995.702	60.024.095	454.971.607	78.264.692	Passivos por impostos correntes	17	182.106.479	138.795.114
Propriedades de investimento	13	410.341.400		410.341.400	339.535.499	Passivos por impostos diferidos	17	153.064.796	199.432.056
Outros activos tangíveis	14	1.915.880.638	938.745.039	977.135.599	1.037.916.213	Outros passivos subordinados	25	2.667.374.519	1.925.663.444
Activos intangíveis	15	787.815.338	376.636.948	411.178.390	639.772.463	Outros passivos	26	4.219.720.968	5.480.430.649
Investimentos em associadas	16	316.718.172		316.718.172	328.219.311	Total do Passivo		98.012.667.660	91.232.151.505
Activos por impostos correntes	17	29.714.077		29.714.077	32.762.085				
Activos p/ impostos diferidos	17	683.058.493		683.058.493	547.150.872				
Provisões técnicas resseguro cedido	18	234.295.652		234.295.652	237.180.906	Capital	27	3.100.000.000	2.950.000.000
Outros activos	19	2.594.863.710	186.361.281	2.408.502.429	3.124.325.532	Reservas de justo valor	28	381.177.263	656.404.596
						Outras reservas e resultados transitados	28	503.823.642	(20 406 952)
						Resultado exercício atribuído ao accionista da CGD	28	856.310.883	733.808.167
						Interesses minoritários	29	699.784.286	693.850.814
						Total dos Capitais Próprios		5.541.096.074	5.013.656.625
Total do Activo		107.029.045.008	3.475.281.274	103.553.763.734	96.245.808.130	Total do Passivo + Capitais Próprios		103.553.763.734	96.245.808.130

(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

O Técnico Oficial de Contas
Joaquim Maria Florêncio

O Conselho de Administração
Presidente:
Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira
Vice-Presidente:
Francisco Manuel Marques Bandeira
Vogais:
Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador
José Fernando Maia de Araújo e Silva
Jorge Humberto Correia Tomé
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(euros)

	Notas (a)	2007	2006
Juros e rendimentos similares	30	5.910.121.057	4.389.967.388
Juros e encargos similares	30	(3 971 036 141)	(2 685 088 669)
Rendimentos de instrumentos de capital	31	92.895.935	73.035.569
MARGEM FINANCEIRA ALARGADA		2.031.980.851	1.777.914.288
Rendimentos de serviços e comissões	32	490.964.770	441.260.342
Encargos com serviços e comissões	32	(96 046 565)	(76 540 774)
Resultados em operações financeiras	33	84.336.495	130.682.759
Outros resultados de exploração, do qual:	34	88.831.983	124.612.432
<i>Resultado de operações descontinuadas</i>	12	(7 062 192)	1 177 237
PRODUTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA		2.600.067.534	2.397.929.047
MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS		549.245.322	586.241.846
Prémios líquidos de resseguro	35	2.242.766.360	2.626.655.140
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguro	35	310.826.856	312.208.587
Custos c/ sinistros, líquidos de resseguros	35	(1 868 448 206)	(2 187 313 822)
Comissões e outros proveitos e custos associados à actividade de seguros	35	(135 899 688)	(165 308 059)
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA		3.149.312.856	2.984.170.893
Custos com pessoal	36	(942 216 649)	(918 302 879)
Outros gastos administrativos	38	(650 733 417)	(634 310 596)
Depreciações e amortizações	14 e 15	(142 745 716)	(142 165 252)
Provisões líquidas de anulações	23	(72 805 163)	(106 358 434)
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	39	(249 439 283)	(232 123 154)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	39	(19 399 391)	(69 612 552)
Resultados em empresas associadas	28	3 150 269	108 526 492
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES MINORITÁRIOS		1.075.123.506	989.824.518
Impostos sobre lucros:			
Correntes	17	(315 162 738)	(265 737 760)
Diferidos	17	137 649 007	43 233 138
		(177 513 731)	(222 504 622)
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		897.609.775	767.319.896
Interesses minoritários	29	(41 298 892)	(33 511 729)
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO ACCIONISTA DA CGD		856.310.883	733.808.167
Número médio de acções ordinárias emitidas	27	590.000.000	590.000.000
Resultado por acção (Euros)		1,45	1,24

(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Joaquim Maria Florêncio

O Conselho de Administração

Presidente:

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira

Vice-Presidente:

Francisco Manuel Marques Bandeira

Vogais:

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Rodolfo Vasco Castro Gomes Mascarenhas Lavrador

José Fernando Maia de Araújo e Silva

Jorge Humberto Correia Tomé

Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2007	2006
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	6.495.077	4.643.249
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(3.514.735)	(2.449.734)
Prémios recebidos (seguros)	2.228.889	2.726.128
Indemnizações pagas (seguros)	(1.910.531)	(1.378.402)
Recuperação de capital e juros	91.836	59.615
Resultados cambiais	52.782	80.151
Pagamentos a empregados e fornecedores	(1.534.617)	(1.481.970)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões	(111.052)	(73.738)
Outros resultados	(46.141)	(770.005)
	<u>1.751.508</u>	<u>1.355.294</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(6.267.012)	(6.744.338)
Activos detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	2.557.327	625.028
Outros activos	797.215	(893.594)
	<u>(2.912.470)</u>	<u>(7.012.904)</u>
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	3.305.628	1.110.859
Recursos de clientes e outros empréstimos	(744.824)	3.610.682
Outros passivos	(1.065.622)	1.381.757
	<u>1.495.182</u>	<u>6.103.298</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	<u>334.220</u>	<u>445.688</u>
Impostos sobre lucros	(373.592)	(126.544)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(39.372)</u>	<u>319.144</u>
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	90.815	27.542
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	(226.662)	(364.614)
Aquisições de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	(3.007.645)	(1.178.865)
Aquisições de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações	116.728	(107.573)
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(3.026.764)</u>	<u>(1.623.510)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Juros de passivos subordinados	(90.395)	(65.718)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(535.393)	(372.070)
Dividendos pagos de acções preferenciais	(29.816)	(22.364)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	733.857	214.006
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos	3.053.343	1.998.733
Aumento de Capital	150.000	-
Dividendos distribuídos	(260.000)	(195.000)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>3.021.596</u>	<u>1.557.587</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(44.540)	253.221
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.922.275	2.595.345
Alterações no perímetro de consolidação	(1.651)	673
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.878.165	2.922.275

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Outras reservas e resultados transitados								
	Capital	Reserva de justo valor	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Sub-total	Interesses minoritários	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	2.950.000	565.467	(67.750)	(346.719)	(414.469)	537.667	3.638.665	686.565	4.325.230
Distribuição do lucro do exercício de 2005:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	328.097	14.570	342.667	(342.667)	-	-	-
Distribuição ao Estado	-	-	-	-	-	(195.000)	(195.000)	-	(195.000)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	165.505	-	-	-	-	165.505	-	165.505
Reclassificação de valias potenciais	-	(66.307)	66.307	-	66.307	-	-	-	-
Variações cambiais	-	-	(29.252)	-	(29.252)	-	(29.252)	(4.340)	(33.592)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	(22.364)	(22.364)
Outros	-	(8.260)	1.643	12.697	14.340	-	6.080	478	6.558
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	733.808	733.808	33.512	767.320
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	2.950.000	656.405	299.045	(319.452)	(20.407)	733.808	4.319.806	693.851	5.013.657
Distribuição do lucro do exercício de 2006:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	419.651	54.157	473.808	(473.808)	-	-	-
Distribuição ao Estado	-	-	-	-	-	(260.000)	(260.000)	-	(260.000)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	(196.868)	-	-	-	-	(196.868)	-	(196.868)
Reclassificação de valias potenciais	-	(78.360)	78.360	-	78.360	-	-	-	-
Variações cambiais	-	-	(20.480)	-	(20.480)	-	(20.480)	(454)	(20.934)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	(29.816)	(29.816)
Aumento de capital	150.000	-	(600)	-	(600)	-	149.400	-	149.400
Outros	-	-	37.231	(44.088)	(6.857)	-	(6.857)	(5.096)	(11.953)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	856.311	856.311	41.299	897.610
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	3.100.000	381.177	813.207	(309.383)	503.824	856.311	4.841.312	699.784	5.541.096

O anexo faz parte integrante desta demonstração.



**Caixa Geral
de Depósitos**

NOTAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2007



**Caixa Geral
de Depósitos**

NOTAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS
2007

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de Setembro de 1993, através do Decreto - Lei nº 287/93, de 20 de Agosto, que aprovou igualmente os respectivos estatutos. Em 23 de Julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

A CGD desenvolve a sua actividade numa óptica de banca universal, actuando também, directamente ou através de empresas do Grupo, nas áreas de seguros, banca de investimento, corretagem, capital de risco, imobiliário, gestão de activos, crédito especializado, comércio electrónico e actividades culturais.

Para a realização das suas operações, em 31 de Dezembro de 2007 a Caixa contava com uma rede nacional de 810 agências, uma Sucursal em França com 45 agências, uma Sucursal em Timor com 8 agências, Sucursais em Espanha, Londres, Luxemburgo, Mónaco, Nova Iorque, Ilhas Cayman e Zhuhai, uma Sucursal Financeira Exterior e uma Sucursal Financeira Internacional na Madeira.

As demonstrações financeiras individuais da Caixa foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas, e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. A Caixa apresenta separadamente contas consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, as quais são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 2 de Abril de 2008.

As demonstrações financeiras da CGD em 31 de Dezembro de 2007 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Sede são agregadas com as das Sucursais, o que representa a sua actividade global (ou actividade individual). Todos os saldos e transacções entre a Sede e as Sucursais foram eliminados no processo de agregação das respectivas demonstrações financeiras.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da CGD foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras da Caixa:

- i. Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser classificados em outras categorias e, como tal, não podem ser registados pelo justo valor;
- ii. Provisionamento do crédito e valores a receber – são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos nº 8/03 e nº 3/05 do Banco de Portugal. Este normativo abrange também o provisionamento de responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;
- iii. Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

Adicionalmente, nos termos do Aviso nº 4/2005, o impacto de transição para as NCA apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, no que respeita a benefícios dos empregados pós-emprego, foi registado pela Caixa em custos diferidos, estando a ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados ao longo de um período de 5 anos, com excepção da parte referente a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego, em que o período a considerar são 7 anos. Por outro lado, de acordo com o Aviso nº 12/2005 do Banco de Portugal, o acréscimo de responsabilidades resultantes de alterações da tábuca de mortalidade efectuadas após 1 de Janeiro de 2005 pode ser adicionado ao limite do corredor, numa percentagem decrescente até 31 de Dezembro de 2012. Uma vez que em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a Caixa não estava a usar a totalidade do corredor, esta possibilidade não foi aplicada na preparação das demonstrações financeiras nessa data.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

2.2. Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia

No exercício de 2007 a Caixa adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2007. As alterações com relevância para a CGD foram as seguintes:

- IFRS 7 – “Divulgações de instrumentos financeiros” – Esta norma substituiu os requisitos de divulgação sobre instrumentos financeiros definidos no IAS 32 – Instrumentos financeiros – apresentação e divulgação” e no IAS 30 – Divulgações nas demonstrações financeiras de bancos e de instituições financeiras similares”. Sempre que considerado aplicável, e de acordo com os requisitos desta norma, é apresentada informação comparativa relativa ao exercício de 2006.
- IAS 1 (Alteração) – “Divulgações sobre requisitos de capital” – A revisão efectuada ao texto desta norma reflectiu-se essencialmente na necessidade de divulgações adicionais ao nível dos requisitos de capital. As divulgações previstas no âmbito desta norma são apresentadas na Nota 39.
- IFRIC 9 – “Reavaliação de derivados embutidos” – Esta interpretação clarifica os critérios de separação de derivados embutidos relativamente ao contrato de acolhimento na data de adopção dos IAS/IFRS, e dispensa de revisão posterior a decisão de separação tomada na data de reconhecimento inicial do contrato híbrido, sendo de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Junho de 2006. Esta interpretação está em linha com os procedimentos que já eram adoptados pela Caixa na preparação das suas demonstrações financeiras não tendo como tal tido impacto a sua introdução no exercício de 2007.
- IFRIC 10 – “Reporte financeiro intercalar e imparidade” – Esta interpretação clarifica que perdas de imparidade reconhecidas em Goodwill, instrumentos de capital classificados na categoria de “Activos financeiros disponíveis para venda” ou outros instrumentos de capital não cotados em mercados activos e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, registados ao custo de aquisição, não são reversíveis na preparação de demonstrações financeiras subsequentes (intercalares ou anuais). Esta interpretação está em linha com os procedimentos que já eram adoptados pela Caixa, pelo que a sua introdução no exercício de 2007 não teve impacto na preparação de informação financeira relativa a este exercício.

Em 31 de Dezembro de 2007, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IFRS 8 – “Segmentos operacionais” – Esta norma define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo o IAS 14 – “Relato por Segmentos”. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.
- IFRIC 11 – “IFRS 2 – Transacções com acções próprias e do Grupo” – Esta interpretação tem por objectivo clarificar os critérios de aplicação do IFRS 2 a determinadas transacções cuja liquidação ocorra através da entrega de acções, sendo de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Março de 2007.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IAS 1 (Alterada) – “Apresentação das Demonstrações Financeiras” – Esta norma introduz alterações ao nível da denominação e dos requisitos de apresentação das demonstrações financeiras, assim como de determinadas transacções com efeito em rubricas de capitais próprios. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.
- IFRS 3 (Alterada) – “Concentrações de actividades empresariais” e IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” – A revisão efectuada ao texto destas normas introduz alterações na mensuração e registo do “Goodwill” apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer na consideração do impacto de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de filiais, com e sem manutenção de controlo.

A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

- IFRIC 14 – “Limite no reconhecimento de activos em planos de benefício definido, requisitos mínimos de financiamento e a sua interacção” – Esta interpretação clarifica os requisitos de registo de um activo associado a planos de benefício definido, assim como os efeitos contabilísticos associados ao reconhecimento de responsabilidades decorrentes de requisitos mínimos de financiamento do plano. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2008.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras individuais da Caixa, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

2.3. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas da Caixa e das Sucursais são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada “moeda funcional”). Nas contas globais, os resultados e posição financeira são expressos em Euros, a moeda funcional da Caixa.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

De forma a mitigar a sua exposição a risco cambial, a Caixa utiliza instrumentos financeiros derivados como “forwards” e “swaps cambiais”. As políticas contabilísticas utilizadas no registo destas operações são descritas na Nota 2.4. d) abaixo.

Nas contas globais, os activos e passivos de Sucursais com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, sendo os proveitos e custos convertidos à taxa de

câmbio média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas em “Outras reservas” do capital próprio.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

Valorimetria

Conforme descrito na Nota 2.1, estes activos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respectivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

Desreconhecimento

De acordo com a Norma IAS 39, os créditos apenas são removidos do balanço (“desreconhecimento”) quando a Caixa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção. Relativamente às duas operações de titularização de créditos efectuadas pela Caixa (Nota 19), os procedimentos adoptados foram os seguintes:

- No que respeita à operação de titularização de crédito à habitação efectuada em Novembro de 2003, a Caixa utilizou a possibilidade permitida pela Norma IFRS 1 de não aplicar retrospectivamente os requisitos de desreconhecimento a operações efectuadas antes de 1 de Janeiro de 2004. Deste modo, os créditos titularizados não estão registados no balanço da Caixa;
- No que respeita à operação de titularização de crédito ao consumo, no âmbito da qual foram efectuadas pela Caixa cessões de créditos nos exercícios de 2004 e 2005, a Caixa não procedeu ao respectivo desreconhecimento. Assim, a partir de 1 de Janeiro de 2005 o montante em dívida de créditos titularizados desde o início da operação encontra-se registado na rubrica “Créditos a clientes”, tendo sido reconhecido um passivo financeiro associado aos activos transferidos (Notas 2.4. c) e 19).

Provisionamento

O regime de provisionamento destes activos corresponde ao definido no Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro e pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro, e inclui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i. Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de início do incumprimento.

ii. Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

Nos termos do Aviso nº 3/95 consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - (i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
 - (ii) estarem em incumprimento há mais de:
 - seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados de acordo com a percentagem das provisões constituídas para crédito vencido.

- Os créditos vencidos sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vencido abrangido pela alínea anterior, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

A CGD constitui ainda uma provisão adicional para créditos de cobrança duvidosa, com base numa análise do valor estimado de realização de um conjunto de empréstimos (Nota 8). Esta provisão não é aceite como custo para efeitos fiscais.

iii. Provisão para risco-país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização de todos os activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, o qual classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

iv. Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e garantias e avales prestados, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o saldo desta provisão é superior ao limite mínimo definido pelo Banco de Portugal.

O efeito da constituição desta provisão é reconhecido na rubrica “Provisões líquidas de reposições e anulações”, da demonstração de resultados.

A partir de 1 de Janeiro de 2003 o reforço desta provisão deixou de ser aceite como custo para efeitos fiscais. Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001 quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são consideradas proveitos do exercício em primeiro lugar aquelas que tenham sido custo fiscal no exercício da respectiva constituição.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, a Caixa abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”.

De acordo com as políticas em vigor no Grupo CGD, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido, de créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados, sendo provisionados de acordo com as percentagens previstas no Aviso nº 3/2005 do Banco de Portugal.

Adicionalmente, para os créditos com garantia real e hipotecária com prestações vencidas e não pagas de capital há mais de seis e doze meses, respectivamente, o cálculo e o registo de juros a receber sobre o capital vincendo é interrompido.

b)

Outros activos financeiros

Os restantes activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rubrica “Encargos com serviços e comissões”. Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (“Fair Value Option”). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adopção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e informação sobre o grupo seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
 - Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
 - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
 - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Dada a restrição estabelecida no Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições de crédito.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco-país.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Resultados de alienação de outros activos” ou “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em “Juros e rendimentos similares” da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito da CGD ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - i) Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - ii) Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
 - iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados activos a descoberto (short selling).

Estes passivos encontram-se registados pelo respectivo justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.

ii) Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica inclui o passivo reconhecido relativamente à operação de titularização de crédito ao consumo, cujos créditos foram repostos em balanço na sequência da aplicação dos requisitos da Norma IAS 39 (Notas 2.4. a) e 19).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo posteriormente valorizados pelo custo amortizado, de forma coerente com a valorização dos correspondentes activos e as condições definidas na operação de titularização.

iii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

d) Derivados e contabilidade de cobertura

A Caixa realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são registados ao justo valor, o qual é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização normalmente utilizadas no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respectivas variações reflectidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à actividade da CGD consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de acções, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respectivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição da CGD a riscos inerentes à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a Caixa apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, a Caixa prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Mensalmente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, a Caixa reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto nas rubricas de “Resultados em activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor reflectida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respectiva maturidade.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratam de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”, com excepção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é reflectida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações positivas e

negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respectivamente.

e) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

A CGD efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado excluindo, conforme referido na Nota 2.1., o crédito a clientes e as contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade foi efectuada numa base individual.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como constituindo indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. b), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pela Caixa uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Caixa efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.5. Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação, por contrapartida de uma rubrica de “Outros passivos”. Esta última rubrica é regularizada quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida dos créditos vencidos. Os bens são subsequentemente registados nas seguintes rubricas:

- Nos casos em que a expectativa de venda seja altamente provável e se encontrem disponíveis para venda imediata, os bens são registados em “Activos não correntes detidos para venda”.
- Caso os activos não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados na rubrica “Outros activos”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

2.6. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas de “Outros proveitos e custos de exploração”.

2.7. Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50 - 100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 - 8
Instalações interiores	3 - 10
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	4 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A CGD avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis.

2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no activo e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como “Juros e rendimentos similares”.

2.9. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Caixa.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.10. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas nas quais a CGD exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, as quais são denominadas “filiais”. Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Inclui ainda as participações em empresas em que a CGD tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados ao custo de aquisição, sendo objecto de análises periódicas de imparidade.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais e associadas.

2.11. Impostos sobre lucros

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede nos termos do artigo 85º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

O artigo 86.º do Código do IRC introduzido pela Lei do Orçamento do Estado para 2005, estabelece que a colecta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 60% do montante que seria determinado se o sujeito passivo não usufrísse de:

- Benefícios fiscais, conforme previstos no n.º 2 do artigo 86.º;
- Dedução de contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis destinadas à cobertura de responsabilidades com pensões que, em resultado da aplicação das normas internacionais de contabilidade, sejam efectuadas por determinação do Banco de Portugal;
- Dedução de prejuízos fiscais transmitidos por sociedades fundidas.

A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da colecta dos exercícios de 2007 e 2006, em resultado da aplicação deste artigo.

Adicionalmente, nos termos do Artigo 60º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, directa ou indirectamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, directa ou indirectamente, em mais de 50% por sócios residentes.

Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto efectivamente pago seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal. A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integra o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa. A Caixa não regista impostos diferidos relativos a esta situação.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Caixa correspondem a provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente, reformas antecipadas, campanhas publicitárias e reavaliações de activos tangíveis.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

A partir de 1 de Janeiro de 2005, as demonstrações financeiras individuais da CGD passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas estabelecidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal. O cálculo dos impostos correntes e diferidos relativos a alguns dos impactos da transição para as novas regras contabilísticas foi baseado em pressupostos.

No exercício de 2006, a alteração ao artigo 14º do Decreto-Lei 35/2005, de 17 de Fevereiro, aprovada pela Lei do Orçamento de Estado para 2007, veio estabelecer a obrigatoriedade de as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal e que estejam obrigadas a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as NCA, efectuarem o apuramento do lucro tributável de acordo com os critérios estabelecidos nas referidas normas. Adicionalmente, no âmbito da redacção do n.º 2 do artigo 57º da Lei do Orçamento do Estado para 2007, foram definidas disposições transitórias relativamente à implementação das NCA, as quais foram consideradas no apuramento do imposto dos exercícios de 2006 e 2007, e que deverão vigorar até à introdução das necessárias adaptações ao actual texto do Código do IRC, com especial relevo para a reavaliação dos instrumentos financeiros derivados de negociação ou de cobertura de justo valor que passou a relevar fiscalmente no momento da sua contabilização.

Em 31 de Dezembro de 2007, o apuramento do lucro tributável foi efectuado considerando ainda as seguintes situações: (i) disposições do artigo 35º-A do Código do IRC na parte aplicável às empresas do sector bancário, nomeadamente no que respeita à não aceitação como custo fiscal das provisões para risco específico de crédito com garantia hipotecária; (ii) disposições do n.º 1 do artigo 57º da Lei do Orçamento do Estado para 2007, quanto à não aceitação como custo fiscal das dotações para reforço de outras provisões na parte correspondente ao saldo apurado à data de 1 de Janeiro de 2007 das provisões que por aplicação do referido artigo 35º - A deixaram de ser dedutíveis fiscalmente. Foram registados impostos diferidos activos em ambas as situações.

A CGD tem considerado como custos do exercício para efeitos fiscais, até ao limite de 25% das despesas com o pessoal escrituradas a título de remunerações, ordenados ou salários respeitantes ao exercício, com excepção das despesas com empregados sujeitos ao regime geral contributivo da segurança social, os suportados e registados contabilisticamente, entre outros, com contribuições para fundos de pensões. De acordo com entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria de 19 de Janeiro de 2006, é dedutível, para efeitos do apuramento do lucro tributável, o montante registado em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efectivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores.

O valor reconhecido pela CGD nos exercícios de 2007 e 2006 como variação patrimonial nas contas individuais referente a um quinto do acréscimo de responsabilidades com benefícios dos colaboradores verificado com a aplicação das NCA, adicionado dos restantes custos desta natureza reconhecidos no exercício, não excede o limite de 25% da massa salarial. Assim, e considerando igualmente que os custos dedutíveis fiscalmente na esfera da CGD até 31 de Dezembro de 2007 são inferiores aos montantes efectivamente entregues ao fundo de pensões (condição exigida nos termos do entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais), tais montantes são considerados custos fiscalmente aceites.

2.12. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da actividade da Caixa.

2.13. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, conforme explicado na Nota 2.1. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

A CGD estabeleceu um plano de pensões de benefício definido, o qual tem por objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 33. Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no activo e pensionistas da Sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados.

A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de Julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método “*Unit Credit Projected*”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 33). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou, caso aplicável, das provisões constituídas), dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Os limites referidos no parágrafo anterior são calculados e aplicados separadamente para cada plano de benefício definido.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido em “Custos com pessoal”.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo actuarial é reflectido directamente em custos. Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inactivo de trabalhadores com os quais celebrou acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica “Custos com pessoal”.

Outros benefícios de longo prazo

A CGD tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.14. Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

2.15. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.16. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a CGD considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.17. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, a Caixa cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 2.4). No entanto, sempre que considera necessário estas provisões são complementadas de forma a reflectir a estimativa da Caixa sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efectuada de forma casuística pela Caixa com base no conhecimento específico da situação dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Caixa valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.4. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.4, de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.13. acima, as responsabilidades da Caixa por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos activos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa da Caixa e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Caixa	328.505	328.028
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	1.239.254	1.662.624
	-----	-----
	1.567.759	1.990.652
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os fundos que a Caixa mantinha em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Cheques a cobrar		
. No País	220.286	377.229
. No Estrangeiro	9.545	23.869
	-----	-----
	229.831	401.098
	-----	-----
Depósitos à ordem		
. No País	10.757	3.537
. No Estrangeiro	593.916	145.365
	-----	-----
	604.673	148.902
	-----	-----
Outras disponibilidades	9	5
	-----	-----
	834.513	550.005
	=====	=====

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2007			2006		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
<u>Instrumentos de dívida</u>						
- De emissores públicos:						
. Títulos da dívida pública	413.904	1	413.905	548.315	15.454	563.769
. Obrigações de outros emissores públicos:						
Nacionais	-	-	-	-	17.351	17.351
Estrangeiros	870.469	1	870.470	1.077.379	1	1.077.380
- De Organismos Financeiros Internacionais	71.355	80.586	151.941	142.530	91.144	233.674
- De outros emissores:						
. Obrigações e outros títulos:						
De residentes	303.348	1.112.895	1.416.243	267.268	786.965	1.054.233
De não residentes	880.001	175.032	1.055.033	2.267.036	862.372	3.129.408
	<u>2.539.077</u>	<u>1.368.515</u>	<u>3.907.592</u>	<u>4.302.528</u>	<u>1.773.287</u>	<u>6.075.815</u>
<u>Instrumentos de capital</u>						
De residentes	52.067	43	52.110	5.789	964	6.753
De não residentes	44.377	-	44.377	58.384	14	58.398
	<u>96.444</u>	<u>43</u>	<u>96.487</u>	<u>64.173</u>	<u>978</u>	<u>65.151</u>
<u>Outros instrumentos financeiros</u>						
. Unidades de Participação						
De residentes	332.687	542.394	875.081	388.719	404.023	792.742
De não residentes	500.769	-	500.769	6.244	-	6.244
. Outros						
De residentes	-	-	-	-	2.500	2.500
De não residentes	-	26.850	26.850	-	7.224	7.224
	<u>833.456</u>	<u>569.244</u>	<u>1.402.700</u>	<u>394.963</u>	<u>413.747</u>	<u>808.710</u>
<u>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 9)</u>						
- Swaps	614.780	-	614.780	607.183	-	607.183
- Opções de divisas e cotações	503.139	-	503.139	40.380	-	40.380
- Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	23.517	-	23.517	6.448	-	6.448
- Futuros e outras operações a prazo	4.521	-	4.521	4.461	-	4.461
	<u>1.145.957</u>	<u>-</u>	<u>1.145.957</u>	<u>658.472</u>	<u>-</u>	<u>658.472</u>
	<u>4.614.934</u>	<u>1.937.802</u>	<u>6.552.736</u>	<u>5.420.136</u>	<u>2.188.012</u>	<u>7.608.148</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, os activos financeiros detidos para negociação e outros activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo nos montantes de mEuros 655.372 e mEuros 61.656 mEuros, respectivamente (718.130 mEuros e 62.060 mEuros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2006). Os fundos de investimento mobiliários apresentam a seguinte decomposição:

	2007	2006
Fundos de acções	297.074	330.905
Fundos de obrigações	26.551	43.268
Fundos de tesouraria	7.069	69.761
Fundos de fundos	185.914	158.700
Outros fundos	138.764	115.496
	<u>655.372</u>	<u>718.130</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica “Instrumentos de dívida” inclui títulos dados em garantia a diversas entidades com um valor de balanço de mEuros 751.226 e mEuros 1.575.578, respectivamente. Na Nota 35 estes títulos estão reflectidos ao valor nominal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De outros emissores públicos	132.471	199.693
De organismos financeiros internacionais	150.546	15.223
De outros emissores	2.410.268	1.025.429
	<u>2.693.285</u>	<u>1.240.345</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
Valorizados ao justo valor	2.326.873	1.818.694
Valorizados ao custo histórico	77.995	163.746
	<u>2.404.868</u>	<u>1.982.440</u>
Unidades de participação	227.342	27.323
Títulos vencidos	694	55
	<u>5.326.189</u>	<u>3.250.163</u>
Imparidade (Nota 20)		
. Instrumentos de dívida	(4.019)	-
. Instrumentos de capital	(150.841)	(261.489)
Provisões para risco-país (Nota 20)	(44)	(114)
	<u>(154.904)</u>	<u>(261.603)</u>
	<u>5.171.284</u>	<u>2.988.560</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Instrumentos de dívida de outros emissores” inclui as obrigações residuais emitidas no âmbito das operações de titularização de créditos à habitação e ao consumo efectuadas pela Caixa, cujo valor de balanço ascende a mEuros 13.052 e mEuros 8.585, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, a rubrica “Unidades de participação” inclui unidades de participação de fundos mobiliários geridos por entidades do Grupo nos montantes de 163.751 mEuros e 2.108 mEuros, respectivamente. Estes fundos têm a seguinte tipologia:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Fundos de obrigações	94.340	-
Outros fundos	69.410	2.108
	<u>163.751</u>	<u>2.108</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos principais instrumentos de capital nos exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

Título	31.12.2006		Compras / (Vendas)	Variação da Reserva de Justo Valor	31.12.2007					
	Porcentagem de participação	Valor de balanço			Porcentagem de participação	Custo de aquisição	Reserva de Justo Valor	Valor Balanço (Bruto)	Provisões e Imparidade	Valor Balanço Líquido
<u>Instrumentos de capital valorizados</u>										
<u>ao justo valor</u>										
EDP - Energias de Portugal, S.A.	4,78%	670.551	228.852	(69.670)	5,10%	627.033	202.700	829.733	-	829.733
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	4,58%	508.794	(22.738)	5.734	5,37%	455.299	36.491	491.790	-	491.790
ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA *	1,27%	38.410	386.029	(35.688)	13,17%	417.119	(28.369)	407.911	(19.160)	388.751
BGP - Banco Comercial Português, S.A.	1,79%	180.978	113.896	(52.066)	2,34%	228.300	14.508	353.063	(110.255)	242.808
GALP Energia, SGPS, S.A.	1,00%	57.550	-	94.949	1,00%	50.750	101.747	152.499	-	152.499
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.	52,49%	86.953	-	4.924	52,49%	86.953	4.924	91.877	-	91.877
Cimpor, SGPS, S.A.	1,98%	83.731	(64.621)	(19.110)	-	-	-	-	-	-
Euronext N.V.	0,38%	38.654	(8.577)	(30.077)	-	-	-	-	-	-
<u>Instrumentos de capital valorizados</u>										
<u>ao custo histórico</u>										
Margueira Capital - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	21,13%	47.438	-	-	21,13%	47.492	-	47.492	(54)	47.438
Finangeste - Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	4,47%	2.513	-	-	4,47%	4.358	-	4.358	(1.845)	2.513
Tagusparque - Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, S.A.	10,00%	2.170	-	-	10,00%	2.170	-	2.170	-	2.170
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	17,60%	1.065	-	-	17,60%	1.065	-	1.065	-	1.065
FIEP - Fundo P. Internac. Emp. Port.	8,50%	6	-	-	8,50%	121	-	121	(115)	6
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	14,07%	-	-	-	14,07%	15.863	-	15.863	(15.863)	-
Outros	-	2.138	1.239	-	-	3.377	-	6.926	(3.549)	3.377
		1.720.951	634.080	(101.004)		1.939.900	332.001	2.404.868	(150.841)	2.254.027

* Ex PT Multimédia, SGPS, S.A. A sociedade alterou a sua denominação no decorrer do exercício de 2007

Título	31.12.2005		Compras / (Vendas)	Variação da Reserva de Justo Valor	31.12.2006					Provisões e Imparidade (Nota 20)	Valor Balanço Líquido
	Porcentagem de participação	Valor de balanço			Porcentagem de participação	Custo de aquisição	Reserva de Justo Valor	Valor Balanço (Bruto)			
<u>Instrumentos de capital valorizados</u>											
ao justo valor											
EDP - Energias de Portugal, S.A.	4,78%	454.017	13.285	203.249	4,78%	942.921	272.370	670.551	-	-	670.551
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	4,58%	442.093	-	66.701	4,58%	539.551	30.757	508.794	-	-	508.794
BCP - Banco Comercial Português, S.A.	2,11%	159.920	(7.081)	28.139	1,79%	468.419	66.574	401.845	(220.867)	-	180.978
Cimpor, SGPS, S.A.	1,19%	37.200	27.821	18.710	1,98%	102.841	19.110	83.731	-	-	83.731
GALP Energia, SGPS, S.A.	0,00%	-	50.752	6.798	1,00%	64.348	6.798	57.550	-	-	57.550
Euronext N.V.	0,38%	19.003	-	19.651	0,38%	68.731	30.077	38.654	-	-	38.654
PT Multimédia, SGPS, S.A.	1,27%	37.978	-	432	1,27%	64.890	7.320	57.570	(19.160)	-	38.410
<u>Instrumentos de capital valorizados</u>											
ao custo histórico											
Instituto Nacional de Habitação	52,49%	86.953	-	-	52,49%	86.953	-	86.953	-	-	86.953
Fundo Margueira Capital	21,13%	47.438	-	-	21,13%	47.492	-	47.492	(54)	-	47.438
Finangeste - Emp. Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	4,47%	2.513	-	-	4,47%	4.358	-	4.358	(1.845)	-	2.513
Tagusparque - Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, S.A.	10,00%	2.170	-	-	10,00%	2.170	-	2.170	-	-	2.170
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	17,60%	1.065	-	-	17,60%	1.065	-	1.065	-	-	1.065
FIEP - Fundo P. Internac. Emp. Port.	8,50%	320	(199)	-	8,50%	121	-	121	(115)	-	6
CGD USA Holding Company Inc.	51,00%	21.192	(21.192)	-	0,00%	-	-	-	-	-	-
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	-	-	15.863	-	14,07%	15.863	-	15.863	(15.863)	-	-
Outros	0,00%	2.821	(589)	-	0,00%	5.722	-	5.723	(3.585)	-	2.138
		1.314.683	78.660	343.680		2.415.445	433.006	1.982.440	(261.489)		1.720.951

A variação na reserva de justo valor nos exercícios de 2006 e 2007 pode ser demonstrada da seguinte forma:

	Valor bruto	Impostos (Nota 14)	Valor líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	97.210	(32.292)	64.918
Valorização no exercício de 2006			
· Instrumentos de capital	343.680	(82.890)	260.790
· Outros instrumentos	(594)	-	(594)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	440.296	(115.182)	325.114
Valorização no exercício de 2007			
· Instrumentos de capital	(101.004)	19.831	(81.173)
· Outros instrumentos	(32.352)	8.354	(23.998)
Movimentos no período	(133.356)	28.185	(105.170)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	306.940	(86.997)	219.944

Os principais movimentos relativos aos instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda durante os exercícios de 2007 e 2006 foram os seguintes:

EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP)

Durante o exercício de 2006 foram adquiridas 17.750.635 acções pelo valor global de mEuros 53.096, que foram subsequentemente alienadas por mEuros 53.155. Dado que a valorização das acções é efectuada com base no custo médio ponderado de aquisição, a CGD registou uma mais-valia de mEuros 13.342 (Nota 29).

No exercício de 2007, a CGD adquiriu 140.752.993 acções por um montante global de mEuros 592.206. Ainda no decorrer do exercício a Caixa alienou 129.752.993 acções pelo valor global de mEuros 538.821, tendo em consequência destas operações sido apurada uma mais-valia total de mEuros 175.623 (Nota 29).

Euronext N.V. / New York Stock Exchange

Em 4 de Abril de 2007, concretizou-se a fusão entre a Euronext N.V. e a New York Stock Exchange (NYSE), tendo na sequência desta operação sido constituída uma nova sociedade com a designação de NYSE Euronext.

Na sequência desta operação, a CGD trocou as acções que detinha da Euronext N.V. por acções da NYSE Euronext, que foram subsequentemente vendidas.

Em resultado das operações realizadas, foram reconhecidas mais e menos-valias de 32.046 mEuros e 7.009 mEuros, respectivamente (Nota 29).

ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (ex- PT Multimédia)

Em Maio de 2007, a CGD adquiriu 30.575.090 acções da PT Multimédia por 370.264 mEuros. Posteriormente, em Julho de 2007, a CGD alienou 3.500.000 acções pelo valor global de 42.000 mEuros tendo registado uma mais valia de 1.295 mEuros.

Em 7 de Novembro de 2007, na sequência da aprovação pela Assembleia Geral da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Portugal Telecom) foi concretizado o Spin-off da PT Multimédia –Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.. No âmbito desta operação, a Portugal Telecom distribuiu aos seus accionistas as acções que detinha da PT Multimédia.

Em resultado desta operação, a Caixa recebeu 9.696.316 acções da PT Multimédia, às quais foi atribuída uma parte do custo de aquisição original das acções da Portugal Telecom, não tendo deste modo sido registado qualquer efeito no resultado do exercício.

No decorrer do mês de Janeiro de 2008, a PT Multimédia alterou a sua designação social para ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A..

Banco Comercial Português, S.A. (BCP)

No exercício de 2006, a CGD alienou 4.000.000 de acções do BCP por mEuros 10.665, tendo registado uma mais-valia de mEuros 3.585 (Nota 29).

Durante o exercício de 2007 a CGD adquiriu 115.523.410 acções do BCP por mEuros 355.098, tendo alienado 97.004.825 acções pelo valor global de mEuros 126.397. Em resultado destas operações, foi registada uma mais-valia de mEuros 52.739 (Nota 29).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Cimpor, SGPS, S.A. (Cimpor)

No decorrer do exercício de 2006 a CGD adquiriu 5.311.824 acções por um montante global de mEuros 27.821.

Durante o segundo semestre de 2007, a CGD alienou a sua participação na Cimpor por mEuros 81.343 tendo registado uma mais-valia de mEuros 16.722 (Nota 29).

Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp)

Em 28 de Março de 2006, a CGD adquiriu 1.658.502 acções representativas de 1% do capital social da GALP pelo valor global de mEuros 50.752. Em 3 de Agosto de 2006 realizou-se um Stock Split na proporção de 5 novas acções por cada acção anteriormente detida, ficando estas com o valor nominal de 1 Euro. Em resultado desta operação, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a CGD detinha 8.292.510 acções da Galp.

CGD USA Holding Company (CGD USA)

Em 3 de Março de 2006, a CGD alienou a sua participação na CGD USA pelo montante de USD 25.000.000, tendo recebido na data de venda USD 7.000.000. Nos termos do contrato inicial, o remanescente em dívida, no valor de USD 18.000.000 (13.667 mEuros ao câmbio em vigor em 31 de Dezembro de 2006), deveria ser pago no prazo de um ano, eventualmente prorrogável, sendo remunerado a uma taxa indexada à LIBOR a 12 meses. Desta operação resultou uma mais-valia no valor de mEuros 470 (Nota 29).

No exercício de 2007, foi amortizado um montante de USD 6.000.000. Adicionalmente, foi exercida a opção de prorrogação por um ano do prazo de pagamento inicialmente previsto no contrato. Em 31 de Dezembro de 2007 o capital em dívida ascende a USD 12.000.000 (8.152 mEuros ao câmbio em vigor em 31 de Dezembro de 2007). Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor dos juros a receber ascendiam a 304 mEuros e 197 mEuros (Nota 15).

VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. (Vista Alegre)

Em 3 de Fevereiro de 2006 foi celebrado um contrato de reestruturação financeira da dívida da Vista Alegre, aditado em 21 de Abril de 2006. Neste âmbito foi efectuado um aumento do capital social da Vista Alegre para mEuros 29.008, mediante a emissão de 59.091.735 acções, tendo a CGD subscrito 20.394.740 acções pelo valor global de mEuros 4.080, através da conversão de créditos sobre a empresa.

Adicionalmente, converteram-se créditos de mEuros 11.783 em prestações suplementares de capital. As referidas prestações não vencem juros e só poderão ser reembolsadas desde que a situação líquida da Vista Alegre não se torne, por efeito desse reembolso, inferior à soma do capital e da reserva legal.

A CGD registou uma perda por imparidade, pelo montante total das acções e prestações suplementares de capital recebidas nesta operação, compensando deste modo a reposição da imparidade anteriormente registada para os créditos convertidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Mercado monetário interbancário	1.529.212	1.235.548
Depósitos a prazo		
. No País	384.083	481.394
. No Estrangeiro	4.978.947	7.057.589
Empréstimos		
. No País	2.178.928	1.564.584
. No Estrangeiro	1.013.613	1.003.609
Outras aplicações		
. No País	80.107	13.770
. No Estrangeiro	2.652.760	615.911
Operações de compra com acordo de revenda	-	159.930
Outros	28	-
	<u>12.817.678</u>	<u>12.132.335</u>
Juros a receber	78.878	58.294
Juros vencidos a regularizar	-	1
Proveitos diferidos	(202)	(158)
	<u>12.896.354</u>	<u>12.190.472</u>
Provisões para risco-país (Nota 20)	(2.613)	(9.240)
	<u>12.893.741</u>	<u>12.181.232</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a provisão para risco - país foi determinada da seguinte forma:

	2007					2006				
	Crédito e outros activos (*)	Financiamentos externos de curto prazo	Outros (**)	Exposição	Provisão	Crédito e outros activos (*)	Financiamentos externos de curto prazo	Outros (**)	Exposição	Provisão
Cabo Verde	4.053	-	-	4.053	1.013	535	-	-	535	134
Federação Russa	24.558	(16.958)	-	7.600	760	26.357	(3.640)	(7.721)	14.996	1.500
Macau	5.057	-	(781)	4.276	428	74.603	-	(9.081)	65.522	6.552
Cazaquistão	11.400	(8.683)	-	2.717	272	4.176	(759)	-	3.417	342
Moçambique	918	-	-	918	92	280	-	-	280	70
África do Sul	473	-	-	473	47	2.343	-	-	2.343	234
Outros	17	(17)	-	-	1	246	(228)	-	18	2
Brasil (***)	239.837	(239.837)	-	-	-	159.352	(159.191)	-	161	16
Turquia	42.828	(42.828)	-	-	-	22.528	(22.528)	-	-	-
Panamá	20.379	(20.379)	-	-	-	12.908	(12.908)	-	-	-
Peru	3.397	(3.397)	-	-	-	-	-	-	-	-
Lituânia	1.800	(1.800)	-	-	-	-	-	-	-	-
Roménia (***)	1.500	(1.500)	-	-	-	-	-	-	-	-
Georgia	-	-	-	-	-	759	-	-	759	379
São Tomé e Príncipe	-	-	-	-	-	22	-	-	22	11
	<u>356.217</u>	<u>(335.399)</u>	<u>(781)</u>	<u>20.037</u>	<u>2.613</u>	<u>304.109</u>	<u>(199.254)</u>	<u>(16.802)</u>	<u>88.053</u>	<u>9.240</u>

(*) Valores líquidos de provisões para aplicações vencidas.

(**) Inclui créditos excluídos da base de incidência ao abrigo de autorizações específicas do Banco de Portugal.

(***) Em 30 de Junho de 2007, a Roménia e o Brasil passaram a pertencer ao grupo de Países de risco nulo, de acordo com carta circular do Banco de Portugal.

O movimento na imparidade e nas provisões para aplicações em instituições de crédito, durante os exercícios de 2007 e 2006, é apresentado na Nota 20.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

8. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Crédito interno		
Empréstimos	35.262.598	36.115.134
Créditos em conta corrente	4.151.571	3.506.649
Outros créditos	2.108.439	1.212.714
Operações de compra com acordo de revenda	5.427	698.093
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	490.636	521.918
Descobertos em depósitos à ordem	204.525	168.455
Créditos tomados – Factoring	38.596	76.297
Crédito ao exterior		
Outros créditos	2.763.469	2.497.719
Empréstimos	1.610.760	1.148.460
Descobertos em depósitos à ordem	152.816	129.589
Créditos em conta corrente	24.710	16.033
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	68.960	13.973
Outros créditos e valores a receber – Papel comercial	2.626.980	1.021.188
	49.509.487	47.126.222
Créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias (Nota 18)	7.074.463	2.418.820
Crédito titularizado não desreconhecido (Nota 19)	207.077	368.231
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos e comissões	380.318	389.783
Crédito e juros vencidos	1.115.501	1.084.896
	58.286.846	51.387.952
Provisões para crédito a clientes (Nota 20):		
- Crédito e juros vencidos	(882.575)	(834.057)
- Créditos de cobrança duvidosa	(130.140)	(146.332)
- Risco-país	(8.540)	(2.965)
	(1.021.255)	(983.354)
	57.265.591	50.404.598
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Crédito interno - Outros créditos” inclui mEuros 67.401 e mEuros 72.543, respectivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

O movimento nas provisões, durante os exercícios de 2007 e 2006, é apresentado na Nota 20.

Além das provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco-país, existem ainda provisões genéricas para riscos gerais de crédito reflectidas no passivo (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as provisões para créditos de cobrança duvidosa e crédito vencido incluem mEuros 14.170 e mEuros 18.835, respectivamente, de provisões constituídas acima dos mínimos exigidos pelo Banco de Portugal.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a provisão para risco-país foi determinada da seguinte forma:

	2007					2006				
	Crédito e outros activos (*)	Garantias	Outros (**)	Exposição	Provisão	Crédito e outros activos (*)	Garantias	Outros (**)	Exposição	Provisão
Federação Russa	35.003	(262)	-	34.741	3.474	8.524	(931)	-	7.593	759
Moçambique	16.046	(729)	-	15.317	1.532	2.275	(349)	-	1.926	482
Cabo Verde	25.320	(21.249)	-	4.071	1.027	21.900	(18.884)	-	3.016	754
Venezuela	4.362	(1.020)	-	3.342	826	-	-	-	-	-
Outros	1.904	(17)	-	1.887	682	497	(307)	-	190	88
Angola	49.870	(45.699)	-	4.171	417	21.757	(21.685)	-	72	18
Índia	2.042	-	-	2.042	204	1.417	-	-	1.417	142
África do Sul	2.333	(498)	-	1.835	184	608	(608)	-	-	-
Macao	1.329	-	-	1.329	132	-	-	-	-	-
Marrocos	799	(499)	-	300	30	499	(499)	-	-	-
Argentina	5.744	-	-	5.744	21	7.593	-	(7.593)	-	-
República Popular da China	161	(55)	-	106	11	665	(665)	-	-	-
Brasil (***)	20.433	(13.895)	(6.538)	-	-	31.732	(18.566)	(13.166)	-	-
Roménia (***)	7.813	-	-	7.813	-	7.222	-	-	7.222	722
Costa Rica	5.944	(5.944)	-	-	-	6.465	(6.465)	-	-	-
Arábia Saudita	1.319	(1.262)	-	57	-	-	-	-	-	-
	<u>180.422</u>	<u>(91.129)</u>	<u>(6.538)</u>	<u>82.755</u>	<u>8.540</u>	<u>111.154</u>	<u>(68.959)</u>	<u>(20.759)</u>	<u>21.436</u>	<u>2.965</u>

(*) Valores líquidos de provisões para crédito vencido. Às garantias prestadas foi aplicado o factor de ponderação previsto no Aviso nº 1/93 do Banco de Portugal.

(**) Inclui créditos excluídos da base de incidência ao abrigo de autorizações específicas do Banco de Portugal.

(***) Em 30 de Junho de 2007, a Roménia e o Brasil passaram a pertencer ao grupo de Países de risco nulo, de acordo com carta circular do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	2007	2006
Até três meses	53.950	60.135
De três a seis meses	47.129	37.877
De seis meses a um ano	110.095	87.983
De um a três anos	336.252	325.365
Mais de três anos	568.075	573.536
	<u>1.115.501</u>	<u>1.084.896</u>
	=====	=====

Em 18 de Maio de 2006, a CGD celebrou um contrato de cessão de créditos nos termos do qual alienou por 22.936 mEuros um conjunto de créditos hipotecários vencidos com valor contabilístico de 34.761 mEuros, que se encontravam integralmente provisionados ou abatidos ao activo na data da transacção.

No exercício de 2007, a CGD alienou por 34.250 mEuros um conjunto de créditos com valor nominal de capital em dívida de 115.733 mEur, que se encontravam integralmente abatidos ao activo na data da celebração do contrato. O valor recebido foi registado em "Outros proveitos de exploração – recuperação de créditos incobráveis" (Nota 31).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

2007									
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	15	3.309	3.324	141.200	5.534	146.734	141.215	8.843	150.058
Pesca	-	-	-	20.967	876	21.843	20.967	876	21.843
Indústrias extractivas									
Extracção de produtos energéticos	12.811	-	12.811	23.761	1	23.762	36.572	1	36.573
Indústrias extractivas com excepção de prod. energéticos	-	-	-	84.390	984	85.374	84.390	984	85.374
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	143	-	143	386.635	6.877	393.512	386.778	6.877	393.655
Indústria têxtil	592	-	592	268.110	11.103	279.213	268.702	11.103	279.805
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	29.574	3.343	32.917	29.574	3.343	32.917
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	151.915	3.615	155.530	151.915	3.615	155.530
Indústria da pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	100.636	1.704	102.340	100.636	1.704	102.340
Fab. de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustíveis nuclear	-	-	-	14.898	-	14.898	14.898	-	14.898
Fab. de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	58	-	58	90.021	1.015	91.036	90.079	1.015	91.094
Fab. de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	86.843	885	87.728	86.843	885	87.728
Fab. de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	241.583	8.610	250.193	241.583	8.610	250.193
Indúst. metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	204.775	2.616	207.391	204.775	2.616	207.391
Fab. de máquinas e de equipamentos	5.828	-	5.828	69.290	3.348	72.638	75.118	3.348	78.466
Fab. de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	69.991	1.521	71.512	69.991	1.521	71.512
Fab. de material de transporte	15.264	-	15.264	34.728	505	35.233	49.992	505	50.497
Indústrias transformadoras n.e.	-	-	-	99.068	5.870	104.938	99.068	5.870	104.938
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	51.024	-	51.024	1.187.876	209	1.188.085	1.238.900	209	1.239.109
Construção (a)	74.311	179	74.490	3.900.968	97.966	3.998.934	3.975.279	98.145	4.073.424
Com. grosso / retalho, rep. autom., motoc., e bens pess. e domest.	20	-	20	2.159.542	34.267	2.193.809	2.159.562	34.267	2.193.829
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	442.417	10.752	453.169	442.417	10.752	453.169
Transportes, armazenagem e comunicações	107.062	-	107.062	783.466	10.543	794.009	890.528	10.543	901.071
Actividades financeiras									
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	793.864	206	794.070	793.864	206	794.070
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	1.972	44	2.016	1.972	44	2.016
Actividades auxiliares de intermediação financeira	299.519	-	299.519	1.258.771	143	1.258.914	1.558.290	143	1.558.433
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	1.356	3	1.359	3.254.208	57.647	3.311.855	3.255.564	57.650	3.313.214
Outras actividades	35.021	72	35.093	4.810.446	11.947	4.822.393	4.845.467	12.019	4.857.486
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória (a)	2.357.344	29.101	2.386.445	88.227	137	88.364	2.445.571	29.238	2.474.809
Educação	588	1	589	89.084	1.423	90.507	89.672	1.424	91.096
Saúde e segurança social	5.432	-	5.432	409.615	933	410.548	415.047	933	415.980
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	79.288	7	79.295	604.082	15.585	619.667	683.370	15.592	698.962
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	59	-	59	59	-	59
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	3.254	140	3.394	3.254	140	3.394
	3.045.676	32.672	3.078.348	21.906.236	300.349	22.206.585	24.951.912	333.021	25.284.933
Particulares									
Habitação	-	-	-	30.126.073	699.644	30.825.717	30.126.073	699.644	30.825.717
Outros fins	-	-	-	2.093.361	82.836	2.176.197	2.093.361	82.836	2.176.196
	-	-	-	32.219.434	782.480	33.001.914	32.219.434	782.480	33.001.913
	3.045.676	32.672	3.078.348	54.125.670	1.082.829	55.208.499	57.171.346	1.115.501	58.286.846

(A A partir do exercício de 2007, o crédito concedido ao Sector Público e Administrativo relacionado com a actividade de "Construção" passou a estar incluído no sector "Administração pública, defesa e segurança social obrigatória".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

2006								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total	
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido
Empresas								
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	168.566	15.512	184.078	168.566	15.512
Pesca	-	-	-	22.023	180	22.203	22.023	180
Indústrias extractivas								
Extracção de produtos energéticos	-	-	-	30.482	239	30.721	30.482	239
Indústrias extractivas com excepção de produtos energéticos	-	-	-	74.451	2.677	77.128	74.451	2.677
Indústrias transformadoras								
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	232	1	233	354.407	6.763	361.170	354.639	6.764
Indústria têxtil	9.751	-	9.751	239.029	13.381	252.410	248.780	13.381
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	32.170	5.688	37.858	32.170	5.688
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	129.764	4.457	134.221	129.764	4.457
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	137.752	2.310	140.062	137.752	2.310
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear	15	-	15	8.648	-	8.648	8.663	-
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	114	-	114	64.244	1.068	65.312	64.358	1.068
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	79.094	718	79.812	79.094	718
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	209.920	3.780	213.700	209.920	3.780
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	170.544	2.734	173.278	170.544	2.734
Fabrico de máquinas e de equipamentos	1	-	1	66.224	2.683	68.907	66.225	2.683
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	48.380	427	48.807	48.380	427
Fabrico de material de transporte	1.813	-	1.813	39.326	1.257	40.583	41.139	1.257
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	361.985	16.224	378.209	361.985	16.224
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	28.666	4	28.670	1.035.026	2.825	1.037.851	1.063.692	2.829
Construção	1.383.899	767	1.384.666	3.021.740	123.625	3.145.365	4.405.639	124.392
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	22	-	22	1.717.852	47.888	1.765.740	1.717.874	47.888
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	250	-	250	401.483	13.305	414.788	401.733	13.305
Transportes, armazenagem e comunicações	43.840	13	43.853	849.251	4.438	853.689	893.091	4.451
Actividades financeiras								
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	871.489	15	871.504	871.489	15
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	1.889	10	1.899	1.889	10
Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	-	-	572.817	24	572.841	572.817	24
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas								
Actividades imobiliárias	2.550	-	2.550	2.348.308	55.474	2.403.782	2.350.858	55.474
Outras actividades	26.533	1	26.534	3.378.130	10.507	3.388.637	3.404.663	10.508
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1.723.346	959	1.724.305	82.250	164	82.414	1.805.596	1.123
Educação	559	-	559	92.070	732	92.802	92.629	732
Saúde e segurança social	2.515	-	2.515	150.117	4.452	154.569	152.632	4.452
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	18.596	64	18.660	435.899	12.206	448.105	454.495	12.270
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	2	-	2	2	-
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	6.494	87	6.581	6.494	87
	3.242.702	1.809	3.244.511	17.201.826	355.850	17.557.676	20.444.528	357.659
Particulares								
Habituação	-	-	-	28.322.927	659.523	28.982.450	28.322.927	659.523
Outros fins	-	-	-	1.535.601	67.714	1.603.315	1.535.601	67.714
	-	-	-	29.858.528	727.237	30.585.765	29.858.528	727.237
	3.242.702	1.809	3.244.511	47.060.354	1.083.087	48.143.441	50.303.056	1.084.896
								51.387.952

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

9. DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4. d). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2007							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 5)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Activo	Passivo	
<u>Operações Cambiais a Prazo</u>								
<u>Forwards Cambiais</u>				791	(9.324)	-	-	(8.533)
Compras	107.155	-	107.155					
Vendas	114.123	-	114.123					
<u>NDF's (No Deliverable Forward)</u>				2.544	(2.384)	-	-	160
Compras	35.520	-	35.520					
Vendas	35.520	-	35.520					
<u>FRA (forward rate agreements)</u>	305.800	-	305.800	599	(418)	-	-	181
<u>Swaps</u>								
<u>Swaps Cambiais</u>				64.957	(148.636)	-	-	(83.679)
Compras	5.023.386	-	5.023.386					
Vendas	5.155.380	-	5.155.380					
<u>Interest rate swaps e cross currency</u>								
<u>interest rate swaps</u>				546.045	(518.118)	125.590	(807.679)	(654.162)
Compras	65.700.030	7.131.842	72.831.872					
Vendas	65.700.030	7.279.516	72.979.546					
<u>Swaps de Eventos de Crédito</u>				1.612	(8.507)	-	-	(6.895)
Compras	1.068.182	-	1.068.182					
Vendas	1.068.182	-	1.068.182					
<u>Swaps de Cotações</u>				2.166	(2.244)	-	-	(78)
Compras	41.349	-	41.349					
Vendas	41.349	-	41.349					
<u>Futuros</u>								
<u>Futuros de Taxa de Juro</u>				584	-	-	-	584
Posições Longas	(47.123)	-	(47.123)					
Posições Curtas	532.528	-	532.528					
<u>Futuros de Cotações</u>								
. Negociados em nome de clientes				-	-	-	-	-
Posições Longas	1.951	-	1.951					
Posições Curtas	-	-	-					
. Outros				-	-	-	-	-
Posições Longas	11.135	-	11.135					
Posições Curtas	-	-	-					
<u>Outros Futuros</u>								
. Negociados em nome de clientes				-	-	-	-	-
Posições Longas	30.061	-	30.061					
Posições Curtas	38.340	-	38.340					
<u>Opções</u>								
<u>Divisas</u>				14.131	(15.914)	46	-	(1.737)
Compras	48.586	-	48.586					
Vendas	13.586	-	13.586					
<u>Cotações</u>				489.008	(574.683)	-	(393)	(86.068)
Compras	-	-	-					
Vendas	-	-	-					
<u>Taxa de Juro (Caps & Floors)</u>				23.517	(14.370)	-	(172)	8.975
Compras	17.158	-	17.158					
Vendas	85.794	-	85.794					
<u>Outros</u>	-	-	-	3	(25.151)	-	-	(25.148)
	<u>145.128.022</u>	<u>14.411.358</u>	<u>159.539.380</u>	<u>1.145.957</u>	<u>(1.319.749)</u>	<u>125.636</u>	<u>(808.244)</u>	<u>(856.400)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2006							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 5)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura Activo	Derivados de cobertura Passivo	Total
<u>Operações Cambiais a Prazo</u>								
<u>Forwards Cambiais</u>				544	(2.930)	-	-	(2.386)
Compras	13.413	190	13.603					
Vendas	67.283	184	67.467					
<u>NDF's (No Deliverable Forward)</u>				1.126	(1.281)	-	-	(155)
Compras	87.764	-	87.764					
Vendas	87.708	-	87.708					
<u>FRA (forward rate agreements)</u>	805.800	-	805.800	269	(279)	-	-	(10)
<u>Swaps</u>								
<u>Swaps Cambiais</u>				27.958	(83.596)	-	-	(55.638)
Compras	5.476.429	-	5.476.429					
Vendas	5.523.510	-	5.523.510					
<u>Interest rate swaps e cross currency</u>								
<u>Interest rate swaps</u>				564.918	(570.459)	106.168	(625.371)	(524.744)
Compras	46.886.269	6.133.652	53.019.921					
Vendas	46.886.269	6.268.976	53.155.245					
<u>Swaps de Eventos de Crédito</u>				5.494	(955)	-	-	4.539
Compras	700.228	-	700.228					
Vendas	700.228	-	700.228					
<u>Swaps de Cotações</u>				8.813	(8.776)	-	-	37
Compras	40.764	-	40.764					
Vendas	40.764	-	40.764					
<u>Futuros</u>								
<u>Futuros de Taxa de Juro</u>				913	-	-	-	913
Posições Longas	(16.856)	-	(16.856)					
Posições Curtas	870.602	-	870.602					
<u>Futuros de Cotações</u>								
. Negociados em nome de clientes				-	-	-	-	-
Posições Longas	-	-	-					
Posições Curtas	-	-	-					
. Outros				-	(99)	-	-	(99)
Posições Longas	289.270	-	289.270					
Posições Curtas	30.310	-	30.310					
<u>Outros Futuros</u>								
. Negociados em nome de clientes				-	-	-	-	-
Posições Longas	30.061	-	30.061					
Posições Curtas	38.340	-	38.340					
<u>Opcões</u>								
<u>Divisas</u>				6.803	(4.173)	-	-	2.630
Compras	362.662	-	362.662					
Vendas	302.728	-	302.728					
<u>Cotações</u>				33.577	(64.341)	-	-	(30.764)
Compras	370.016	-	370.016					
Vendas	194.657	-	194.657					
<u>Taxa de Juro (Caps & Floors)</u>				6.448	(6.189)	-	-	259
Compras	1.018.000	-	1.018.000					
Vendas	849.338	-	849.338					
<u>Outros</u>	-	-	-	1.609	(6.630)	-	-	(5.021)
	<u>111.655.557</u>	<u>12.403.002</u>	<u>124.058.559</u>	<u>658.472</u>	<u>(749.708)</u>	<u>106.168</u>	<u>(625.371)</u>	<u>(610.439)</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Passivos detidos para negociação” inclui mEuros 158.798 relativos a vendas a descoberto de títulos de taxa fixa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

	2007					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<u>Operações Cambiais a Prazo</u>						
<u>Forwards Cambiais</u>						
Compras	26.351	22.304	16.058	-	42.442	107.155
Vendas	25.741	21.975	16.047	-	50.360	114.123
<u>NDF's (No Deliverable Forward)</u>						
Compras	35.520	-	-	-	-	35.520
Vendas	35.520	-	-	-	-	35.520
<u>FRA (forward rate agreements)</u>	-	-	305.800	-	-	305.800
<u>Swaps</u>						
<u>Swaps Cambiais</u>						
Compras	4.205.051	768.718	49.617	-	-	5.023.386
Vendas	4.298.012	804.628	52.740	-	-	5.155.380
<u>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</u>						
Compras	6.896.658	3.951.789	6.695.542	29.613.328	25.674.555	72.831.872
Vendas	6.896.658	3.951.789	6.697.464	29.663.594	25.770.041	72.979.546
<u>Swaps de Eventos de Crédito</u>						
Compras	-	-	70.474	487.503	510.205	1.068.182
Vendas	-	-	70.474	487.503	510.205	1.068.182
<u>Swaps de Cotações</u>						
Compras	-	-	-	41.349	-	41.349
Vendas	-	-	-	41.349	-	41.349
<u>Futuros</u>						
<u>Futuros de Taxa de Juro</u>						
Posições Longas	(39.500)	(7.623)	-	-	-	(47.123)
Posições Curtas	422.666	31.000	78.862	-	-	532.528
<u>Futuros de Cotações</u>						
. Negociados em nome de clientes	1.951	-	-	-	-	1.951
. Outros						
Posições Longas	11.135	-	-	-	-	11.135
Posições Curtas	-	-	-	-	-	-
<u>Outros Futuros</u>						
. Negociados em nome de clientes						
Posições Longas	23.207	-	6.854	-	-	30.061
Posições Curtas	35.256	-	3.084	-	-	38.340
<u>Opções (Divisas e Cotações)</u>						
<u>Divisas e Cotações</u>						
Compras	-	13.586	-	35.000	-	48.586
Vendas	-	13.586	-	-	-	13.586
<u>Taxa de Juro (Caps & Floors)</u>						
Compras	-	-	-	17.158	-	17.158
Vendas	85.794	-	-	-	-	85.794
						159.539.380

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2006					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<u>Operações Cambiais a Prazo</u>						
<u>Forwards Cambiais</u>						
Compras	9.916	1.250	1.208	1.229	-	13.603
Vendas	63.877	1.178	1.197	1.215	-	67.467
<u>NDF's (No Deliverable Forward)</u>						
Compras	87.764	-	-	-	-	87.764
Vendas	87.708	-	-	-	-	87.708
<u>FRA (forward rate agreements)</u>	-	200.000	200.000	405.800	-	805.800
<u>Swaps</u>						
<u>Swaps Cambiais</u>						
Compras	4.652.783	584.344	239.302	-	-	5.476.429
Vendas	4.691.811	589.737	241.962	-	-	5.523.510
<u>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</u>						
Compras	9.658.415	2.719.408	3.916.836	19.669.850	17.055.412	53.019.921
Vendas	9.637.214	2.729.649	3.928.036	19.709.417	17.150.929	53.155.245
<u>Swaps de Eventos de Crédito</u>						
Compras	-	-	-	361.245	338.983	700.228
Vendas	-	-	-	361.245	338.983	700.228
<u>Swaps de Cotações</u>						
Compras	-	-	-	40.764	-	40.764
Vendas	-	-	-	40.764	-	40.764
<u>Futuros</u>						
<u>Futuros de Taxa de Juro</u>						
Posições Longas	(16.856)	-	-	-	-	(16.856)
Posições Curtas	622.458	84.684	163.460	-	-	870.602
<u>Futuros de Cotações</u>						
. Negociados em nome de clientes	-	-	-	-	-	-
. Outros						
Posições Longas	289.270	-	-	-	-	289.270
Posições Curtas	-	-	-	30.310	-	30.310
<u>Outros Futuros</u>						
. Negociados em nome de clientes						
Posições Longas	23.207	-	6.854	-	-	30.061
Posições Curtas	35.256	-	3.084	-	-	38.340
<u>Opções (Divisas e Cotações)</u>						
Compras	139.609	119.507	180.811	286.437	6.314	732.678
Vendas	96.193	118.004	151.304	131.884	-	497.385
<u>Caps & Floors</u>						
Compras	-	6.983	39.835	580.482	390.700	1.018.000
Vendas	-	56.983	51.870	353.550	386.935	849.338
						124.058.559

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2006 e 2007 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2007		31.12.2006	
	Valor Nocional	Valor Contabilístico	Valor Nocional	Valor Contabilístico
<u>Operações Cambiais a Prazo</u>				
<u>Forwards Cambiais</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	98.091	(9.246)	57.390	(2.882)
<i>Clientes</i>	123.187	713	23.680	496
	<u>221.278</u>	<u>(8.533)</u>	<u>81.070</u>	<u>(2.386)</u>
<u>NDF's (No Deliverable Forward)</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	35.520	(79)	85.254	(1.281)
<i>Clientes</i>	35.520	239	90.218	1.126
	<u>71.040</u>	<u>160</u>	<u>175.472</u>	<u>(155)</u>
<u>FRA (forward rate agreements)</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	305.800	181	805.800	(10)
<u>Swaps</u>				
<u>Swaps Cambiais</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	10.178.765	(83.679)	10.993.979	(55.454)
<i>Clientes</i>	-	-	5.960	(184)
	<u>10.178.765</u>	<u>(83.679)</u>	<u>10.999.939</u>	<u>(55.638)</u>
<u>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	145.266.992	(669.167)	103.532.930	(544.678)
<i>Clientes</i>	544.425	15.005	2.642.236	19.934
	<u>145.811.417</u>	<u>(654.162)</u>	<u>106.175.166</u>	<u>(524.744)</u>
<u>Swaps de Eventos de Crédito</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	2.136.363	(6.895)	1.400.456	4.539
<u>Swaps de Cotações</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	82.699	(78)	81.528	37
<u>Futuros</u>				
<u>Futuros de Taxa de Juro</u>				
<i>Em Bolsa</i>	485.406	584	853.746	913
<u>Futuros de Cotações</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	11.135	-	-	-
<i>Clientes</i>	1.951	-	319.580	(99)
	<u>13.086</u>	<u>-</u>	<u>319.580</u>	<u>(99)</u>
<u>Outros Futuros</u>				
<i>Em Bolsa</i>	68.401	-	68.401	-
<u>Opções (Divisas e Cotações)</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	62.172	444.950	1.068.981	20.062
<i>Clientes</i>	-	(532.755)	126.483	(48.462)
<i>Em Bolsa</i>	-	-	-	266
	<u>62.172</u>	<u>(87.805)</u>	<u>1.230.063</u>	<u>(28.134)</u>
<u>Taxa de Juro (Caps & Floors)</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	100.952	190	1.867.338	(669)
<i>Clientes</i>	2.000	8.785	-	928
	<u>102.952</u>	<u>8.975</u>	<u>1.867.338</u>	<u>259</u>
<u>Outros</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	-	(19.765)	-	(4.093)
<i>Clientes</i>	-	(535)	-	(928)
<i>Em Bolsa</i>	-	(4.848)	-	-
	<u>-</u>	<u>(25.148)</u>	<u>-</u>	<u>(5.021)</u>
	<u>159.539.379</u>	<u>(856.400)</u>	<u>124.058.559</u>	<u>(610.439)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

10. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Conforme descrito na Nota 2.5, a Caixa regista nesta rubrica imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito, com excepção daqueles que não reúnam as condições previstas na IFRS 5, os quais são registados em “Outros activos”.

O movimento nestes bens durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

2007										
	Saldo em 31.12.2006		Adições	Alienações e abates	Transferências de activos tangíveis (Nota 11)	Transferências de Outros activos		Outros	Saldo em 31.12.2007	
	Valor bruto	Imparidade acumulada				Valor bruto	Imparidade acumulada		Valor bruto	Imparidade acumulada
Activos não correntes detidos para venda										
Imóveis	74.108	(11.872)	10.309	(28.190)	2.674	27.845	(2.830)	(291)	562	87.308 (14.993)
Outros	949	-	-	-	-	949	-	-	949	-
	75.057	(11.872)	10.309	(28.190)	2.674	27.845	(2.830)	(291)	562	88.257 (14.993)
Outros activos (Nota 15)										
Bens recebidos em dação de crédito	91.782	(16.501)	17.220	(5.147)	-	(27.845)	2.830	4.837	(767)	75.244 (8.834)
	166.839	(28.373)	27.529	(33.337)	2.674	-	-	4.546	(205)	163.501 (23.827)
2006										
	Saldo em 31.12.2005		Adições	Alienações e abates	Transferências de activos tangíveis (Nota 11)	Transferências de Outros activos		Outros	Saldo em 31.12.2006	
	Valor bruto	Imparidade acumulada				Valor bruto	Imparidade acumulada		Valor bruto	Imparidade acumulada
Activos não correntes detidos para venda										
Imóveis	-	-	-	(1.322)	1.322	74.108	(11.872)	-	74.108	(11.872)
Outros	-	-	-	-	-	949	-	-	949	-
	-	-	-	(1.322)	1.322	75.057	(11.872)	-	75.057	(11.872)
Outros activos (Nota 15)										
Bens recebidos em dação de crédito	155.271	(13.970)	39.724	(28.126)	-	(75.057)	11.872	(14.403)	(30)	91.782 (16.501)
	155.271	(13.970)	39.724	(29.448)	1.322	-	-	(14.403)	(30)	166.839 (28.373)

Nos exercícios de 2007 e 2006, as mais e menos valias líquidas obtidas na alienação de imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito ascenderam a mEuros 4.464 e mEuros 3.573, respectivamente (Nota 31).

Nos exercícios de 2007 e 2006, as “Transferências de outros activos” correspondem a transferências de imóveis que passaram a preencher os requisitos do IFRS 5.

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

2007									
	Saldo em 31.12.2006		Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre activos tangíveis	Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reposições líquidas de imparidade no exercício (Nota 20)	Valor líquido em 2007
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas							
Imóveis de serviço próprio									
Terrenos	111.033	-	505	-	34	5.828	-	-	117.400
Edifícios	687.755	(267.805)	250	-	199	(6.761)	(13.008)	1.275	401.905
Obras em imóveis arrendados	72.468	(48.073)	77	(141)	2.379	(271)	(4.555)	-	21.697
Equipamento									
Mobiliário e material de escritório	58.763	(47.386)	3.775	(4)	-	93	(3.455)	-	11.657
Máquinas e ferramentas	12.902	(10.865)	593	(3)	711	-	(944)	-	2.394
Equipamento informático	91.047	(83.480)	4.131	(23)	377	(9)	(4.311)	-	6.494
Instalações interiores	272.802	(216.759)	7.101	(2)	5.430	(808)	(14.971)	325	52.701
Material de transporte	697	(614)	123	(3)	30	7	(32)	-	142
Equipamento de segurança	19.205	(15.414)	1.422	(1)	3	2	(1.748)	(1)	3.468
Outro equipamento	155	(148)	-	-	-	-	(2)	-	5
Activos em locação operacional									
Equipamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos em locação operacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos em locação financeira									
Imóveis	1.735	(213)	-	-	(233)	-	(22)	-	1.267
Equipamento	42.578	(17.724)	14.509	-	(30)	17	(9.131)	(291)	29.928
Outros activos em locação financeira	-	-	-	-	-	-	(72)	-	(72)
Outros activos tangíveis	12.740	(10.684)	1.762	-	-	177	(717)	-	3.278
Activos tangíveis em curso	12.517	-	28.726	(1)	(8.900)	(1.629)	-	(78)	30.635
	1.396.397	(719.165)	62.974	(178)	-	(3.354)	(53.028)	1.600	682.899

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

2006									
	Saldo em 31.12.2005			Diferenças de câmbio	Transferências entre activos tangíveis	Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reforços de imparidade no exercício (Nota 20)	Valor líquido em 2006
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições						
Imóveis de serviço próprio									
Terrenos	105.365	-	5.623	-	484	(439)	-	-	111.033
Edifícios	671.156	(253.076)	16.954	-	1.104	(476)	(12.922)	(2.789)	419.951
Obras em imóveis arrendados	65.446	(44.241)	1.465	(56)	6.806	1	(4.964)	-	24.397
Equipamento									
Mobiliário e material de escritório	56.484	(45.071)	3.160	(3)	53	(28)	(3.189)	-	11.375
Máquinas e ferramentas	15.881	(13.485)	577	(5)	-	(5)	(911)	-	2.036
Equipamento informático	96.126	(86.843)	2.783	(14)	523	55	(5.063)	-	7.567
Instalações interiores	271.135	(213.280)	3.248	(3)	9.821	(422)	(14.451)	-	56.044
Material de transporte	876	(780)	37	(3)	5	-	(48)	-	83
Equipamento de segurança	19.979	(15.403)	1.076	(2)	-	(16)	(1.587)	-	3.791
Outro equipamento	146	(146)	9	-	-	-	(2)	-	7
Activos em locação financeira									
Imóveis	4.119	(615)	-	-	(1.436)	-	(27)	-	1.522
Equipamento	37.486	(13.282)	8.292	-	(5)	-	(6.951)	-	24.854
Outros activos tangíveis	12.637	(9.660)	117	-	-	(97)	(941)	-	2.055
Activos tangíveis em curso	12.988	-	18.046	(3)	(17.355)	(623)	-	-	12.517
	<u>1.369.824</u>	<u>(695.882)</u>	<u>61.387</u>	<u>(89)</u>	<u>-</u>	<u>(2.050)</u>	<u>(51.056)</u>	<u>(2.789)</u>	<u>677.232</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a imparidade registada para Imóveis de serviço próprio ascende a 16.704 mEuros e 18.530 mEuros, respectivamente (Nota 20).

Com referência ao movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” nos exercícios de 2007 e 2006, a coluna “Outras transferências e regularizações” inclui mEuros 2.674 e mEuros 1.322 relativos a reclassificações de imóveis de serviço próprio para “Activos não correntes detidos para venda” (Nota 10).

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

2007							
	Saldo em 31.12.2006			Transferências entre activos intangíveis	Outras transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Valor líquido em 2007
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições				
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	287.995	(168.962)	8.931	24.198	641	(17)	109.144
Outros activos intangíveis	183	-	325	-	-	-	508
Activos intangíveis em curso	42.821	-	35.130	(24.198)	(608)	-	53.145
	<u>330.999</u>	<u>(168.962)</u>	<u>44.386</u>	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>(17)</u>	<u>162.798</u>

2006							
	Saldo em 31.12.2005			Transferências entre activos intangíveis	Outras transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Valor líquido em 2006
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições				
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	191.418	(151.395)	11.164	106.864	1.010	(23)	119.033
Outros activos intangíveis	183	-	-	-	-	-	183
Activos intangíveis em curso	117.987	-	32.690	(106.864)	(992)	-	42.821
	<u>309.588</u>	<u>(151.395)</u>	<u>43.854</u>	<u>-</u>	<u>18</u>	<u>(23)</u>	<u>162.037</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os activos intangíveis em curso referem-se essencialmente a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2007				2006			
	Participação directa (%)	Custo de aquisição	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Imparidade	Valor de balanço	
		(Nota 20)			(Nota 20)			
Filiais								
Em instituições de crédito no estrangeiro								
Banco Caixa Geral, S.A.	99,75%	521.113	(17.355)	503.758	521.113	(17.355)	503.758	
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	91,75%	128.606	(19.146)	109.460	128.606	(19.146)	109.460	
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	97,13%	54.521	-	54.521	54.521	-	54.521	
CGD - Subsidiária Offshore de Macau, S.A.	100,00%	11.817	-	11.817	11.817	-	11.817	
Banco Comercial Português	100,00%	3.870	-	3.870	3.870	-	3.870	
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	70,00%	3.813	-	3.813	3.813	-	3.813	
Caixa Geral Finance, Limited	0,00%	1	-	1	1	-	1	
CGD Finance Limited	100,00%	1	-	1	1	(1)	-	
Em outras empresas no País								
Caixa Seguros, SGPS, S.A.	100,00%	1.229.204	-	1.229.204	1.229.204	-	1.229.204	
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	100,00%	43.034	-	43.034	43.034	-	43.034	
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	100,00%	27.683	-	27.683	27.683	-	27.683	
Caixa - Gestão de Activos, S.A.	100,00%	10.350	-	10.350	10.350	-	10.350	
Caixaweb, SGPS, S.A.	100,00%	25.000	(17.862)	7.138	25.000	(17.862)	7.138	
Wolfpart, SGPS, S.A.	100,00%	1.300	-	1.300	50	-	50	
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	80,00%	8.000	-	8.000	-	-	-	
Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A.	80,00%	400	-	400	400	-	400	
Culturgest - Gestão de Espaços Culturais, S.A.	58,40%	268	-	268	238	-	238	
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	80,00%	20	-	20	20	-	20	
Parbanca, SGPS, S.A.	10,00%	5	-	5	5	-	5	
Caixa - Sistemas de Informação, S.A.	-	-	-	-	748	(748)	-	
Outras		143	(26)	117	94	(26)	68	
Em outras empresas no Estrangeiro								
SCI – Rue du Helder	100,00%	9.583	(5.497)	4.086	6.029	(6.029)	-	
Socimmobil	100,00%	4.771	(4.771)	-	4.771	(4.771)	-	
Associadas e empreendimentos conjuntos								
Em outras empresas no País								
REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.	20,00%	159.998	-	159.998	159.998	-	159.998	
ADP – Águas de Portugal, S.A.	20,37%	142.618	-	142.618	142.618	-	142.618	
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	21,60%	12.969	-	12.969	12.969	-	12.969	
Esegur – Empresa de Segurança, S.A.	50,00%	12.952	-	12.952	12.952	-	12.952	
Prado Cartolinas da Lousã, S.A.	37,40%	5.111	-	5.111	5.111	-	5.111	
Prado Karton, S.A.	37,40%	5.111	(4.498)	613	5.111	(4.498)	613	
Companhia de Papel do Prado, S.A.	37,40%	2.533	(1.278)	1.255	2.533	(1.278)	1.255	
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	45,00%	4.017	-	4.017	2.517	-	2.517	
SOFID- Sociedade Financiamento Desenvolvimento Instituições Financeiras Crédito, S.A.	10,00%	1.250	-	1.250	-	-	-	
Fundo Turismo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	33,47%	125	-	125	125	-	125	
Gestínsua - Aquisição e Alienação de Património Mobiliário e Imobiliário S.A.	21,06%	11	(5)	6	11	(5)	6	
Em outras empresas no estrangeiro								
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	47,53%	20.305	(8.424)	11.881	20.305	(8.424)	11.881	
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	41,55%	6.848	(2.486)	4.362	6.848	(2.486)	4.362	
A Promotora – Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	36,21%	1.326	(212)	1.114	1.326	(212)	1.114	
Banco Internacional de S. Tomé	27,00%	624	-	624	624	-	624	
IMOBCI	40,00%	144	(62)	82	144	(62)	82	
CGD - Representação de Bancos, S.A.	52,00%	168	(168)	-	167	(167)	-	
GCI - Sociedade de Capital de Risco	30,00%	66	(66)	-	66	(66)	-	
Outros								
Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD - Caixa Capital	98,87%	169.561	-	169.561	59.756	-	59.756	
Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados PME - Caixa Capital	-	-	-	-	9.234	(1.999)	7.235	
		2.629.240	(81.855)	2.547.384	2.513.783	(85.135)	2.428.648	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para além dos instrumentos de capital incluídos nesta rubrica, a Caixa concedeu a algumas das suas filiais suprimentos e empréstimos subordinados para financiar as suas actividades, os quais se encontram registados em “Outros activos” (Nota 15).

Os principais movimentos ocorridos nestes investimentos durante os exercícios de 2007 e 2006, foram os seguintes:

Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Credip)

A Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A foi constituída em 2007 com um capital social de 10.000 mEuros, mediante a emissão de 2.000.000 acções com um valor unitário de 5 Euros, subscrito e integralmente realizado ao par pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pela Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A., nas proporções de 80% e 20% respectivamente. Esta sociedade tem por objecto a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos, em especial no financiamento de infra-estruturas públicas.

Sofid – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Sofid)

A Sofid – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A. foi constituída em 2007 com um capital social de 10.000 mEuros, representado por dez milhões de acções com valor nominal unitário de 1 euro e um prémio de emissão de 0,25 Euros por acção. A CGD subscreveu 1.000.000 acções, representativas de 10% do seu capital social, no montante de 1.250.000 mEuros.

Esta sociedade tem por objecto a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos, em conformidade com as disposições do Decreto-Lei nº 186/2002, de 21 de Agosto, especificamente, através da contribuição para o desenvolvimento sustentável de países em desenvolvimento, em articulação com os objectivos e a estratégia do Estado Português em matéria de economia, cooperação e ajuda pública ao desenvolvimento.

Caixa – Sistemas de Informação, S.A.

Em Assembleia Geral de accionistas de 16 de Outubro de 2007 foi aprovado o Relatório e Contas de encerramento de liquidação da Caixa – Sistemas de Informação com referência a 30 de Setembro de 2007.

Fundo de Capital de Risco PME – Caixa Capital (FCR PME)

Em consequência da deliberação da Assembleia Geral de Participantes, em Novembro de 2007o FCR PME foi dissolvido e liquidado.

Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.

Na Assembleia Geral de accionistas realizada em 3 de Abril de 2007, foi deliberada a realização de prestações acessórias no montante global de 3.000 Euros, com o objectivo de reforçar os capitais próprios da Sociedade, dando assim cumprimento aos requisitos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

As prestações acessórias, imputáveis em partes equivalentes aos accionistas CGD e Banco Espírito Santo, foram realizadas através da conversão de suprimentos do mesmo montante concedidos à Locarent.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Wolfpart, SGPS S.A. (Wolfpart)

A Wolfpart, SGPS, S.A. foi constituída em 2006 com um capital social de mEuros 50, integralmente subscrito e realizado pela Caixa. Esta sociedade tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

No exercício de 2006, a Wolfpart adquiriu 25% do capital social da Resortpart, S.A.. Em 18 de Dezembro de 2006, a Wolfpart concedeu à Resortpart suprimentos, no montante de mEuros 28.000, pelo prazo de dez anos, os quais se destinam à aquisição de participações no Grupo Vale de Lobo.

No exercício de 2007, a Wolfpart aumentou o seu capital no montante de 1.250 mEuros, através da emissão de 250.000 novas acções com valor nominal unitário de 5 euros cada, integralmente subscrito e realizado pela CGD. O aumento de capital destinou-se ao financiamento da aquisição em 2007 por esta entidade de 25% das unidades de participação do Fundo de Investimento Fechado Beirafundo.

Banco Caixa Geral, S.A. (ex-Banco Simeón, S.A.)

Em 28 de Junho de 2006 o Banco Simeón alterou a sua denominação para Banco Caixa Geral, S.A..

No exercício de 2005, o Banco Caixa Geral efectuou um aumento de capital no montante de mEuros 275.000, através da emissão de 45.757.072 novas acções com valor nominal unitário de 6,01 Euros. A CGD subscreveu 45.685.240 acções pelo montante de mEuros 274.568, tendo a realização deste montante sido feita em 3 parcelas:

- 109.836 mEuros no exercício de 2005;
- 82.305 mEuros no exercício de 2006;
- 82.427 mEuros durante o exercício de 2007.

Na sequência desta operação, a participação efectiva da CGD no Banco Caixa Geral aumentou para 99,75%.

Culturgest – Gestão de Espaços Culturais, S.A. (Culturgest)

No exercício de 2006, foi celebrada uma escritura de redução e aumento de capital da Culturgest nos seguintes termos:

- Redução do capital social em mEuros 200 para cobertura de prejuízos, passando de mEuros 250 para mEuros 50, mediante a redução do valor nominal por acção de cinco para um Euro; e simultaneamente,
- Aumento de capital no montante de mEuros 200 através da emissão ao par de 200.000 acções com valor nominal de um Euro cada. O valor total subscrito pela Caixa ascendeu a mEuros 111.

No exercício de 2007, a Caixa Geral de Depósitos adquiriu à Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento 10.000 acções da Culturgest, passando a deter 58,4% do Capital Social desta entidade.

Caixa Geral de Depósitos – Subsidiária Offshore de Macau, S.A. (CGD Macau)

No exercício de 2006, a CGD Macau efectuou um aumento de capital no montante de 70 milhões de Patacas, através da emissão de 70.000 novas acções com valor nominal unitário de 1.000 Patacas cada, correspondentes a mEuros 6.636, integralmente subscrito e realizado pela CGD.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 eram os seguintes:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Activos por impostos correntes		
. Imposto sobre o rendimento a recuperar	1.054	349
Passivos por impostos correntes		
. Imposto sobre o rendimento a pagar	(119.346)	(109.595)
	<u>(118.292)</u>	<u>(109.246)</u>
	=====	=====
Activos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	406.877	308.226
Passivos por impostos diferidos	(118.138)	(151.939)
	<u>288.739</u>	<u>156.287</u>
	=====	=====

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	2007				
	Saldo em	Variação em		Transferência	Saldo em
	31.12.2006	Capital	Resultados	para imposto	31.12.2007
		Próprio		corrente	
		(Nota 6)			
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis e intangíveis	10.597	-	(876)	-	9.721
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	177.868	-	107.757	11.238	296.863
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	74.172	-	(73.149)	-	1.023
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(115.182)	28.185	-	-	(86.997)
Valorização de outros títulos	1.432	-	41.768	-	43.200
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-	-
Benefícios dos trabalhadores	3.330	-	401	-	3.731
Comissões	16.191	-	18.899	-	35.090
Reavaliação legal de outros activos tangíveis	(8.864)	-	390	-	(8.474)
Despesas de carácter plurianual	(3.143)	-	(1.921)	-	(5.064)
Outros	(114)	-	(240)	-	(354)
	<u>156.287</u>	<u>28.185</u>	<u>93.029</u>	<u>11.238</u>	<u>288.739</u>

	2006				
	Saldo em	Variação em		Transferência	Saldo em
	31.12.2005	Capital	Resultados	para imposto	31.12.2006
		Próprio		corrente	
		(Nota 6)			
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis e intangíveis	10.597	-	-	-	10.597
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	126.048	-	40.224	11.596	177.868
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	41.684	-	32.488	-	74.172
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(32.292)	(82.890)	-	-	(115.182)
Valorização de outros títulos	1.432	-	-	-	1.432
Prejuízos fiscais reportáveis	1.219	-	(1.219)	-	-
Benefícios dos trabalhadores	6.697	-	(3.367)	-	3.330
Comissões	17.624	-	(1.433)	-	16.191
Reavaliação legal de outros activos tangíveis	(9.778)	-	914	-	(8.864)
Despesas de carácter plurianual	-	-	(3.143)	-	(3.143)
Outros	(708)	-	39	555	(114)
	<u>162.523</u>	<u>(82.890)</u>	<u>64.503</u>	<u>12.151</u>	<u>156.287</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os impostos sobre lucros registados directamente por contrapartida de capital próprio nos exercícios de 2007 e 2006 apresentam a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Impostos diferidos:		
. Valorização de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	28.185	(82.890)
	=====	=====
Impostos correntes:		
. Amortização do impacto de transição para NCA relativo a benefícios pós-emprego		
. Responsabilidades com pensões	8.385	8.653
. Plano Médico e outros benefícios pós-emprego	11.238	11.596
. Outras variações reflectidas em capital próprio	-	554
	-----	-----
	19.623	20.803
	=====	=====

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Impostos correntes</u>		
Do exercício	225.859	123.379
Correcções a exercícios anteriores (líquido)	4.740	91.325
	-----	-----
	230.599	214.704
	-----	-----
<u>Impostos diferidos</u>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(93.029)	(64.503)
	-----	-----
Total de impostos em resultados	137.570	150.201
	=====	=====
Resultado antes de impostos	803.707	689.764
	-----	-----
Carga fiscal	17,12%	21,78%
	=====	=====

No exercício de 2007 e 2006, a rubrica "Correcções a exercícios anteriores" apresenta a seguinte composição:

Correcção ao lucro tributável (exercícios de 2000 a 2003)		
Isenção de tributação mais valias Banco Itaú	15.130	148.232
Liquidações adicionais relativas ao exercício de 2003	5.813	-
Excesso de estimativa de imposto (exercícios de 2006 e 2005)	(16.099)	(60.627)
Outros	(104)	3.720
	-----	-----
	4.740	91.325
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2006, por decisão da Comissão das Comunidades Europeias, o artigo 25º do Estatuto dos Benefícios fiscais que isentava de imposto sobre o rendimento as mais-valias obtidas por Empresas Públicas em determinadas transacções, foi considerado incompatível com as normas do Tratado da Comunidade Europeia e com o mercado Comum. Na sequência desta decisão, os benefícios inicialmente atribuídos à CGD decorrentes da aplicação do referido artigo, nomeadamente a isenção de tributação das mais-valias obtidas na alienação da participação detida no Banco Itaú, S.A. nos exercícios de 2000 a 2003, foram objecto de correcção, tendo a Caixa sido notificada quanto ao valor das correcções a efectuar à matéria colectável nos referidos períodos.

Em Dezembro de 2006, a Caixa procedeu à liquidação do valor do imposto e dos juros de mora, relativos ao exercício de 2002, no montante de mEuros 17.940. Em 31 de Dezembro de 2006, foi ainda registado um custo adicional de mEuros 130.292, em “Impostos sobre lucros”, para fazer face às contingências decorrentes desta decisão, com o seguinte detalhe:

- A estimativa da correcção relativa às mais-valias obtidas no exercício de 2003, no montante de mEuros 10.039, foi registada por contrapartida da rubrica “Imposto sobre o rendimento a pagar”;
- No que respeita ao imposto sobre as mais-valias geradas nos exercícios de 2000 e 2001, a Caixa entendeu que o direito à respectiva liquidação não seria válido face ao enquadramento legislativo nacional, o qual contempla um prazo de caducidade de quatro anos a partir do termo do ano em que se verificou o facto tributário. Atendendo a que nesta data não existia ainda qualquer decisão sobre este assunto, a Caixa registou uma provisão para outros riscos e encargos no montante de mEuros 120.253 (Nota 20) para fazer face a esta contingência.

Em Dezembro de 2007, a Caixa recebeu a notificação quanto ao valor das liquidações adicionais de imposto e dos juros de mora para os exercícios de 2000, 2001 e 2003 no valor de 145.422 mEuros, tendo procedido ao respectivo pagamento. O diferencial entre o valor da liquidação e o custo registado em 2006, no montante de 15.130 mEuros, foi reflectido em “Impostos correntes – correcções de exercícios anteriores”.

Em 31 de Dezembro de 2005, a Caixa não reconheceu impostos diferidos activos no montante de aproximadamente mEuros 156.000, relativos a uma dedução de variações patrimoniais negativas reflectidas na declaração de IRC do exercício de 2004, por nessa data estar a aguardar uma resposta das autoridades fiscais quanto ao pedido de aceitação do referido montante, e por existirem dúvidas sobre esta situação. No exercício de 2006 em consequência do despacho favorável do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais ao pedido formulado, a Caixa deduziu os prejuízos fiscais reportáveis ainda na declaração de IRC relativa ao exercício de 2005. Em resultado desta situação, o excesso de estimativa de imposto para 2005 face ao valor efectivamente pago ascendeu a mEuros 60.627. Adicionalmente, a Caixa considerou na estimativa de IRC para 2006 a dedução dos prejuízos fiscais remanescentes, o que originou uma redução de mEuros 82.340 na carga fiscal. Esta redução foi reflectida em “Impostos correntes – do exercício”.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas nos exercícios de 2007 e 2006 pode ser demonstrada como se segue:

	2007		2006	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		803.707		689.764
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,28%	211.214	27,12%	187.064
Impacto do regime de tributação da actividade da Sucursal Financeira Exterior da Madeira (Nota 2.10)	(0,43%)	(3.472)	(0,54%)	(3.703)
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de participadas	(4,54%)	(36.528)	(6,68%)	(46.083)
Mais valias isentas de tributação	(4,91%)	(39.473)	0,00%	-
Outras	(0,40%)	(3.181)	(1,36%)	(9.412)
Diferenças definitivas a acrescentar	1,23%	9.854	0,67%	4.645
Tributação de resultados de sociedades do Grupo em países com regimes fiscais privilegiados, líquida de recuperações	1,33%	10.662	1,40%	9.665
Benefícios fiscais				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,16%)	(1.314)	(0,32%)	(2.220)
Dividendos de acções privatizadas	(0,86%)	(6.872)	(1,09%)	(7.509)
Tributação autónoma	0,07%	549	0,07%	484
Dedução de prejuízos fiscais	-	-	(11,94%)	(82.340)
Alteração da taxa de imposto	-	-	1,48%	10.194
Outros	(1,07%)	(8.609)	(0,28%)	(1.909)
	16,54%	132.830	8,53%	58.875
Correcções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Correcção ao Lucro tributável dos exercícios de 2000 a 2003 (mais valias na alienação de participações financeiras)	1,89%	15.150	21,49%	148.232
Excesso de estimativa de imposto relativo aos exercícios de 2006 e 2005	(2,00%)	(16.099)	(8,79%)	(60.627)
Outras	0,71%	5.689	0,54%	3.721
	0,59%	4.740	13,24%	91.326
	17,12%	137.570	21,78%	150.201

No exercício de 2007, a taxa nominal de imposto da CGD considerando as taxas de Derrama aplicáveis à sua actividade foi de 26,28%. No âmbito da alteração ao método de apuramento da derrama na sequência da aprovação da nova Lei das Finanças Locais (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2007), a taxa nominal de imposto utilizada pela CGD no apuramento do valor dos activos e passivos por impostos diferidos reversíveis em exercícios económicos futuros reduziu-se em 2006 de 27,12% para 26,12%. Em resultado desta redução, a CGD reconheceu no exercício de 2006 um custo de mEuros 10.194.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável, dos exercícios de 2004 a 2007. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, a reconciliação entre o imposto corrente do exercício e o imposto a pagar pode ser demonstrada como se segue:

	2007	2006
Imposto corrente do exercício	225.859	123.379
Imposto pago pelas sucursais	(12.491)	(14.754)
Liquidação adicional - mais-valias na alienação do Banco Itaú (2003)	-	10.039
Transferência de impostos correntes para resultados transitados	(8.385)	(8.653)
Retenções na fonte	(10.995)	(697)
Pagamentos por conta	(74.994)	(70)
Outros	352	351
Imposto sobre o rendimento a pagar	119.346	109.595

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

15. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Outros activos		
Bens arrematados (Nota 10)	75.244	91.782
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	3.255	3.676
Outros	4.959	4.773
Devedores e outras aplicações		
Suprimentos	624.004	576.850
Empréstimos subordinados	87.964	91.907
CGD USA Holding (Nota 6)	8.456	13.854
Devedores diversos	104.286	262.192
Bonificações a receber		
. Do Estado	13.246	21.358
. De outras entidades	23.132	20.351
Valores a receber pela venda de bens arrematados	1.203	4.383
Devedores por operações sobre futuros	13.572	15.831
Sector público administrativo	5.311	1.965
Outros	144.075	145.315
Despesas com encargo diferido		
Fundo de pensões (Nota 33)	232.871	307.537
Rendas	1.301	1.305
Outros	9.362	15.046
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Desvios actuariais (Nota 33)	222.123	173.949
Outros	12	-
Rendimentos a receber	17.750	18.961
Operações activas a regularizar	237.592	715.339
	<u>1.829.718</u>	<u>2.486.374</u>
Imparidade e provisões		
Bens arrematados (Nota 10)	(8.834)	(16.501)
Outros activos	(57.934)	(51.385)
	<u>(66.768)</u>	<u>(67.886)</u>
	<u>1.762.950</u>	<u>2.418.488</u>
	=====	=====

O movimento na imparidade e provisões para outros activos durante os exercícios de 2007 e 2006 é apresentado na Nota 20.

Os montantes registados em “Bens arrematados” correspondem essencialmente a imóveis e equipamentos recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor da imparidade inclui as perdas estimadas na realização destes bens (considerando também os custos a incorrer até à respectiva venda). Os bens arrematados cuja expectativa de venda seja altamente provável e que se encontrem disponíveis para venda imediata na situação actual são classificados na rubrica “Activos não correntes detidos para venda” (Nota 10).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os suprimentos e empréstimos subordinados em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 apresentam a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Suprimentos:</u>		
Caixa Seguros, SGPS, S.A.	326.525	326.525
Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. (Locarent)	118.500	90.000
Gerbanca, SGPS, S.A.	87.732	87.732
Wolfpart, SGPS, S.A.	36.926	30.000
Caixa Leasing e Factoring	25.977	25.976
Parbanca, SGPS, S.A.	17.472	7.778
Sanjimo	5.605	5.605
Culturgest – Gestão de Espaços Culturais	3.500	-
Gestínsua	902	902
Sogruppo – Serviços Administrativos, ACE	865	865
Caixa – Sistemas de Informação, S.A.	-	1.467
	-----	-----
	624.004	576.850
	=====	=====
<u>Empréstimos subordinados:</u>		
Caixa Leasing e Factoring	40.000	40.000
Banco Caixa Geral	31.050	31.050
CGD Macau	10.148	11.377
BNU Macau	6.766	9.480
	-----	-----
	87.964	91.907
	=====	=====

Os suprimentos concedidos à Caixa Seguros, SGPS, S.A. não vencem juros e destinaram-se a financiar a aquisição da Companhia de Seguros Mundial – Confiança, S.A. em 2000.

Os suprimentos concedidos à Locarent apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimento de mEuros 60.000 com vencimento em 1 de Dezembro de 2008 que rende juros a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a taxa de juro anual em vigor ascendia a 4,685% e 4,377%, respectivamente.
- Suprimento no montante global de mEuros 60.000. Esta operação tem vencimento em 1 de Dezembro de 2009 e rende juros a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano. Em 31 de Dezembro de 2006, a taxa de juro anual em vigor ascendia a 4,311%.

No decorrer do exercício de 2007, foi realizado um aditamento ao contrato de concessão de suprimentos, no âmbito do qual foram convertidas em prestações acessórias mEuros 1.500 (Nota 13).

Os suprimentos concedidos à Gerbanca, SGPS, S.A. não vencem juros e destinaram-se a financiar a aquisição do Caixa – Banco de Investimento, S.A.

Os suprimentos concedidos à Wolfpart, SGPS, S.A. não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido. Tiveram por objectivo financiar os suprimentos concedidos por esta entidade à sua participada Resortpart, S.A. no exercício de 2006 e a aquisição de 25% do capital social nas suas participadas sociedades “Torre Colombo Oriente – Imobiliária, S.A.” e “Torre Colombo Ocidente – Imobiliária, S.A.” no exercício de 2007.

Os suprimentos concedidos à Caixa Leasing e Factoring não são remunerados e destinaram-se essencialmente a financiar a aquisição de acções da ex-Imoleasing – Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S.A., da ex-Locapor – Companhia Portuguesa de Locação Financeira, S.A. e da ex-Lusofactor – Sociedade de Factoring, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os suprimentos concedidos à Parbanca SGPS, S.A. destinaram-se a financiar a participação em aumentos de capital efectuados pelo Banco Comercial e de Investimentos, SARL (BCI), bem como a aquisição no decurso do exercício de 2007 de 9% do capital social do BCI. Na sequência desta transacção, a Parbanca, SGPS, S.A. passou a deter 51% do capital social do Banco.

Os suprimentos concedidos à Culturgest – Gestão de Espaços Culturais, S.A. destina-se a fazer face às necessidades financeiras para o cumprimento das actividades culturais programadas para o ano de 2007 e não têm prazo de reembolso definido.

O empréstimo subordinado concedido à Caixa Leasing e Factoring tem um prazo inicial de reembolso de 10 anos e vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 5 de Março, 5 de Junho, 5 de Setembro e 5 de Dezembro de cada ano.

Os empréstimos subordinados concedidos ao Banco Caixa Geral têm vencimento a partir de 2024 e são remunerados a uma taxa indexada à Euribor a 12 meses.

O empréstimo subordinado concedido à CGD Macau no montante de 120.000.000 de Patacas (mEuros 10.149 ao câmbio do Banco de Portugal de 31 Dezembro de 2007), foi concedido pelo prazo de 10 anos, sendo remunerado a uma taxa de juro variável indexada à taxa do mercado interbancário para a oferta de fundos em Patacas para o prazo de 6 meses.

O empréstimo subordinado concedido ao BNU Macau no montante de 100.000.000 de Patacas Macaenses será amortizado até Dezembro de 2010 e vence juros à taxa do mercado monetário interbancário para a oferta de fundos em Patacas para o prazo de 6 meses.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Devedores diversos” inclui mEuros 174.549 relativos a ordens de pagamento que se encontram igualmente registadas em “Recursos de clientes e outros empréstimos” (Nota 17).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

16. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Recursos de bancos centrais</u>		
Depósitos e outros recursos		
No País	18.687	387
No Estrangeiro	293.911	16.764
Empréstimos		
No Estrangeiro	83.672	136.301
Juros a pagar	1.231	211
	-----	-----
	397.501	153.663
	=====	=====
<u>Recursos de outras instituições de crédito</u>		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no País	243.158	333.142
De instituições de crédito no Estrangeiro	10.185.527	5.156.501
Recursos do mercado monetário interbancário	740.380	483.976
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no País	73.810	140.564
De instituições de crédito no Estrangeiro	1.658.787	1.739.728
Empréstimos		
De instituições de crédito no Estrangeiro	741.979	2.191.515
Operações de venda com acordo de recompra	42.564	-
Recursos de organismos financeiros internacionais	-	44.258
Juros a pagar	113.874	58.579
	-----	-----
	13.800.079	10.148.263
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

17. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Depósitos de poupança	6.844.343	7.679.498
	-----	-----
Outros débitos		
À vista	17.352.456	17.781.461
	-----	-----
A prazo -		
Depósitos	20.000.510	20.261.737
Depósitos obrigatórios	655.810	801.910
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	214.095	297.155
Empréstimos	52.660	59.932
Outros	2.896	2.500
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(6.475)	(4.726)
	-----	-----
	45.116.295	46.879.467
Juros a pagar		
Depósitos	263.045	182.939
Receitas e encargos diferidos, líquidos	(13.673)	(4.999)
	-----	-----
	45.365.669	47.057.407
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Cheques e ordens a pagar” inclui mEuros 174.549 relativos a ordens de pagamento que se encontram compensados por um saldo devedor do mesmo montante registado em “Outros activos” (Nota 15).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

18. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Obrigações em circulação:</u>		
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN		
. Remuneração indexada a taxas de juro	3.059.002	2.029.526
. Remuneração indexada a acções / índices	1.825.452	1.862.274
. Remuneração indexada a taxas de câmbio	231.212	319.798
. Taxa de juro fixa	449.448	358.893
	-----	-----
	5.565.114	4.570.491
	-----	-----
Obrigações Hipotecárias	5.350.000	2.000.000
	-----	-----
Obrigações de Caixa		
. Remuneração indexada a acções / índices	151.879	212.641
. Remuneração indexada a taxas de juro	59.991	177.195
. Taxa de juro fixa		
Produtos de taxa crescente	267.798	684.705
Outros	350.300	133.499
	-----	-----
	11.745.082	7.778.164
	-----	-----
<u>Outros:</u>		
Emissões no âmbito do Programa Euro Commercial Paper and Certificate Commercial Paper		
. Papel comercial	3.904.457	2.565.295
. Certificados de depósito	495.767	518.496
	-----	-----
	4.400.224	3.083.791
Outros certificados de depósito	414.374	279.802
Outros passivos	-	1.000
	-----	-----
	4.814.598	3.364.593
	-----	-----
Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(631.153)	(489.094)
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(168.525)	(76.859)
Juros a pagar	178.375	130.921
	-----	-----
	15.938.377	10.707.725
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os débitos representados por títulos no âmbito do Euro Commercial Paper and Certificate Commercial Paper eram compostos por emissões nas seguintes divisas:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Euros	2.022.182	1.768.000
Libras	1.444.058	396.873
Dólares Norte Americanos	666.191	798.026
Franco Suíço	125.098	113.260
Ienes	106.106	-
Dólares de Hong Kong	17.422	-
Dólares Australianos	14.322	2.397
Dólares Canadianos	4.845	5.235
	-----	-----
	4.400.224	3.083.791
	=====	=====

(i) Euro Commercial Paper and Certificate Deposits (ECP)

Ao abrigo do programa denominado “EUR 5,000,000,000 Euro Commercial Paper and Certificate Deposits” a CGD (directamente ou através das Sucursais de França e Londres) pode emitir certificados de depósitos (CD) e “Notes” com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respectivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou acções.

(ii) Euro Medium Term Notes (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (directamente ou a partir das Sucursais de França, Londres e Madeira) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 10.000.000.000 de Euros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respectivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou acções.

(iii) Obrigações Hipotecárias

Em Novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias, actualmente até ao montante máximo de mEuros 15.000.000. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efectuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacente taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou acções.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de activos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

São activos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respectivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros activos afectos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afectos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afectos às referidas obrigações;
- O valor actual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor actual do património afecto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, activos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 5.350.000 mEuros e 2.000.000 mEuros, respectivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

Designação	Nominal	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Rating Moodys	Taxa em 31.12.2007	Taxa em 31.12.2006
Hipotecárias Série 1 2006/2016	2.000.000	06-12-2006	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de Dezembro	Taxa Fixa	AAA	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 2 2007/2015	900.000	30-03-2007	30-09-2015	Semestralmente nos dias 30 de Março e 30 de Setembro	Taxa Euribor 6meses + 0,04%	AAA	4,799%	-
Hipotecárias Série 3 2007/2012	2.000.000	28-06-2007	28-06-2012	Anualmente no dia 28 de Junho	Taxa Fixa	AAA	4,625%	-
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250.000	28-06-2007	28-06-2022	Trimestralmente nos dias 28 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,05%	AAA	4,740%	-
Hipotecárias Série 5 2007/2015	200.000	20-12-2007	20-12-2015	Semestralmente nos dias 20 de Junho e 20 de Dezembro	Taxa Euribor 6meses + 0,10%	AAA	4,892%	-

O património autónomo que garante as emissões é composto exclusivamente por créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a 7.074.463 mEuros e 2.418.820 mEuros (Nota 8). Às emissões de obrigações Hipotecárias foi atribuído um rating de AAA pela Moody's.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

2007							
Programa EMTN							
Tipo de activo ou de indexante							
subjacente à remuneração das obrigações							
Acções / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-Total	Obrigações hipotecárias	Outras obrigações	Total	
Até 1 ano	195.437	186.892	1.079.925	1.462.254	-	500.254	1.962.508
De 1 a 5 anos	1.308.241	17.036	2.178.014	3.503.291	2.000.000	329.714	5.833.005
De 5 a 10 anos	316.774	3.032	205.298	525.104	3.100.000	-	3.625.104
Mais de 10 anos	5.000	24.252	45.213	74.465	250.000	-	324.465
	1.825.452	231.212	3.508.450	5.565.114	5.350.000	829.968	11.745.082

2006							
Programa EMTN							
Tipo de activo ou de indexante							
subjacente à remuneração das obrigações							
Acções / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-Total	Obrigações hipotecárias	Outras obrigações	Total	
Até 1 ano	20.625	-	351.647	372.272	-	552.634	924.539
De 1 a 5 anos	1.215.894	19.800	1.599.921	2.835.615	-	655.406	3.491.021
De 5 a 10 anos	453.310	5.735	334.482	793.527	2.000.000	-	2.793.527
Mais de 10 anos	172.445	294.263	102.369	569.077	-	-	569.077
	1.862.274	319.798	2.388.419	4.570.491	2.000.000	1.208.040	7.778.164

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respectiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um spread.

19. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em Novembro de 2003, a Caixa procedeu à venda de parte das suas carteiras de crédito hipotecário e ao consumo nos montantes de mEuros 1.000.000 e mEuros 400.000, respectivamente, através de duas operações de titularização. As principais condições destas operações são apresentados de seguida:

Titularização de crédito hipotecário

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) ao Fundo de Titularização de Créditos Nostrum Mortgages 2003-1, FTC ("Nostrum Mortgages FTC" ou "Fundo"). Este Fundo é gerido pela Finantia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., na qual a CGD não detém qualquer participação directa ou indirecta. A CGD continua a efectuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando ao Nostrum Mortgages FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento este Fundo emitiu unidades de titularização, de montante idêntico à carteira de crédito adquirida acrescida dos juros corridos, as quais foram integralmente subscritas pelo Nostrum Mortgages 2003-1 PLC (Nostrum Mortgages PLC), com sede na Irlanda.

Na data da distribuição de rendimentos das unidades de titularização, o Nostrum Mortgages FTC entrega todos os montantes recebidos da Caixa ao Nostrum Mortgages PLC, deduzidos das despesas e comissões suportadas, efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Como forma de financiamento, o Nostrum Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações apresentam as seguintes características:

Divida emitida	Montante	Rating			Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
		Moody's	Fitch	S&P			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Class A Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	980.000	Aaa	AAA	AAA	Junho de 2046	Março de 2011	Euribor 3 m + 0,21%	Euribor 3 m + 0,42%
Class B Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	5.000	A2	A+	A	Junho de 2046	Março de 2011	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Class C Mortgage Backed Floating Rate Notes due 2046	15.000	Baa2	BBB+	BBB	Junho de 2046	Março de 2011	Euribor 3 m + 1,1%	Euribor 3 m + 2,20%
	<u>1.000.000</u>							
Class D Mortgage Backed Securities Entitlement Notes due 2046	4.000						Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.004.000</u>							

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 15 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Para cobertura do risco de taxa de juro, o Nostrum Mortgages PLC celebrou com a Caixa um swap de taxa de juro. Nos termos deste swap, o Nostrum Mortgages PLC entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante correspondente à aplicação da taxa de juro média da carteira de crédito ao valor dos créditos em situação regular no início de cada período, deduzida de 0,65%, e recebe um montante equivalente aos juros a pagar das obrigações.

A Caixa tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações emitidas em Março de 2011 e de recomprar a carteira de crédito quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Nas datas de pagamento de juros em cada trimestre, o Nostrum Mortgages PLC tem a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, de forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

A tranche com maior grau de subordinação (Classe D) foi adquirida pela Caixa, e encontra-se registada na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6).

A remuneração das obrigações Classe D corresponde à diferença entre o rendimento da carteira de crédito titularizado e o somatório de todos os custos da operação, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões do Fundo e do emitente (comissão de depósito e comissão de servicer, calculadas sobre o valor da carteira, ambas cobradas pela Caixa, e comissão de gestão, calculada sobre o valor da carteira e cobrada pelo FTC);
- Juros das obrigações das classes A, B e C;
- Pagamentos líquidos do swap.

As obrigações da Classe D constituem o último passivo a liquidar pelo Nostrum Mortgages PLC, com base no valor nominal desta classe deduzido das perdas em toda a carteira de crédito.

Titularização de crédito ao consumo

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) ao Fundo de Titularização de Créditos Nostrum Consumer Finance ("Nostrum Consumer FTC" ou "Fundo"). Este Fundo é gerido pela Finantia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., na qual a CGD não detém qualquer participação directa ou indirecta.

Como forma de financiamento este Fundo emitiu unidades de titularização, de montante idêntico à carteira de crédito adquirida, as quais foram integralmente subscritas pelo Nostrum Consumer Finance PLC (Nostrum Consumer PLC), com sede na Irlanda.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Como forma de financiamento, o Nostrum Consumer PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Esta dívida apresenta as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating			Data de reembolso	Remuneração
		Moody's	Fitch	S&P		
Class A Secured Floating Rate Notes due 2015	359.600	Aaa	AAA	AAA	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 0,26%
Class B Secured Floating Rate Notes due 2015	15.600	Aa1	AA	AA	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 0,45%
Class C Secured Floating Rate Notes due 2015	12.400	Aa3	A	A	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 0,75%
Class D Secured Floating Rate Notes due 2015	10.000	Baa2	BBB	BBB	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 1,40%
Class E Secured Floating Rate Notes due 2015	2.400	Ba2	BB	BB+	Novembro de 2015	Euribor 3 m + 4,00%
	<u>400.000</u>					
Class F Notes	2.625				Novembro de 2015	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>402.625</u>					

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 26 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano.

Para cobertura do risco de taxa de juro, o Nostrum Consumer PLC celebrou com a Caixa um swap de taxa de juro. Nos termos deste swap o Nostrum Consumer PLC entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado com referência à taxa de juro média da carteira de crédito, e recebe um montante calculado com referência à Euribor a 3 meses, acrescida de 4,2%.

A Caixa mantém a sua qualidade de gestor dos créditos e, consequentemente, a relação comercial com os seus clientes, efectuando as cobranças das prestações e a recuperação de eventuais moras que venham a ocorrer. O produto da cobrança das prestações é diariamente depositado numa conta do Fundo junto da Caixa.

O produto das cobranças de capital entregues pela CGD é utilizado pelo Fundo para, trimestralmente:

- Adquirir novos créditos que a Caixa lhe venha a oferecer entre 7 de Novembro de 2003 e 26 de Novembro de 2006 (período de "revolving"). No exercício de 2006 a CGD cedeu novos créditos no montante de 201.306 mEuros;
- Proceder ao reembolso, por redução ao valor nominal, das Unidades de Titularização, a partir do terceiro ano.

A Caixa tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações emitidas e de recomprar a carteira de crédito ao valor nominal quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Nas datas de pagamento de juros em cada trimestre, o Nostrum Consumer PLC tem a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B, C, D e E, respeitando o grau de subordinação de cada tranche, por forma a ajustar o valor do passivo aos activos (carteira de crédito).

A tranche com maior grau de subordinação (Classe F) foi adquirida pela Caixa, e encontra-se registada na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A remuneração das obrigações da Classe F equivale ao rendimento residual do Nostrum Consumer PLC o que, em substância, corresponde à diferença entre o rendimento da carteira de crédito titularizado e o somatório de todos os custos da operação, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões do Fundo e do emitente (comissão de depósito e comissão de servicer, calculadas sobre o valor da carteira, ambas cobradas pela Caixa, e comissão de gestão, calculada sobre o valor da carteira e cobrada pelo FTC);
- Juros das obrigações das classes A, B, C, D e E;
- Pagamentos líquidos do swap.

As obrigações Classe F constituem o último passivo a liquidar pelo Nostrum Consumer PLC, sendo por isso os primeiros títulos a absorver eventuais perdas que venham a ocorrer na carteira de crédito.

Movimento nos créditos

O movimento ocorrido no valor dos activos cedidos nos exercícios de 2006 e 2007, pode ser demonstrado da seguinte forma:

	<u>Nostrum Mortgages FTC</u>	<u>Nostrum Consumer FTC</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2005 (Notas 8 e 35)	807.957	365.517	1.173.474
Aquisições de novos créditos	-	201.306	201.306
Reembolsos	(82.855)	(197.078)	(279.933)
Abates	-	(1.092)	(1.092)
Outros	-	(422)	(422)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006 (Notas 8 e 35)	725.102	368.231	1.093.333
Reembolsos	(79.667)	(161.074)	(240.741)
Abates	-	-	-
Outros	(24)	(80)	(104)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007 (Notas 8 e 35)	645.411	207.077	852.488
	=====	=====	=====

Registo contabilístico

Dado o Banco de Portugal ter aprovado a classificação destas cessões como completas e definitivas, de acordo com o PCSB a Caixa registou a venda dos activos cedidos através destas operações, mantendo apenas um registo em contas extrapatrimoniais dos valores em dívida.

Com a implementação das NCA e, especificamente, dos requisitos para desreconhecimento de activos financeiros definidos pela Norma IAS 39, a Caixa anulou o impacto contabilístico do registo da venda relativamente à operação de crédito ao consumo, encontrando-se os créditos reflectidos em balanço a partir de 1 de Janeiro de 2005 (Nota 8). Consequentemente, a Caixa registou um “Passivo financeiro associado a activos transferidos”. Genericamente, esta rubrica reflecte os passivos emitidos pelo Veículo para subscrição por entidades externas, deduzidos da liquidez do Fundo e do Veículo. O saldo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser demonstrado da seguinte forma:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Obrigações emitidas pelo Veículo (incluindo residuais)	231.008	403.966
Disponibilidades do Veículo e do Fundo	(27.667)	(39.149)
Outros	2.891	1.194
	-----	-----
	206.232	366.011
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O montante de créditos cedidos no âmbito desta operação foi retirado de contas extrapatrimoniais. Deste modo, as rubricas extrapatrimoniais em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 reflectem apenas valores relativos à titularização de crédito à habitação.

20. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade da Caixa durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	2007							
	Saldo em 31.12.2006	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2007
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 8)	433.434	80.590	(5.543)	-	(608)	-	-	507.873
Provisões para risco país de passivos contingentes	664	624	(407)	-	-	-	-	881
Provisões para encargos com benefícios de empregados	426.190	-	-	(18.114)	-	-	44.547	452.623
Provisões para contingências judiciais	20.851	1.058	-	(2.121)	-	-	(6.879)	12.909
Provisões para outros riscos e encargos	311.635	66.461	(29.435)	(120.253)	(152)	-	6.879	235.135
	<u>1.192.774</u>	<u>148.733</u>	<u>(35.385)</u>	<u>(140.488)</u>	<u>(760)</u>	<u>-</u>	<u>44.547</u>	<u>1.209.421</u>
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 7)	9.240	8.882	(15.466)	-	(43)	-	-	2.613
Provisões para crédito a clientes (Nota 8)	983.354	486.008	(291.344)	(152.034)	(4.728)	-	(1)	1.021.255
	<u>992.594</u>	<u>494.890</u>	<u>(306.810)</u>	<u>(152.034)</u>	<u>(4.771)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>1.023.868</u>
Provisões para risco-país de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	114	-	(70)	-	-	-	-	44
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	261.489	4.329	-	(110.648)	(310)	-	-	154.860
	<u>261.603</u>	<u>4.329</u>	<u>(70)</u>	<u>(110.648)</u>	<u>(310)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>154.904</u>
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 11)	18.530	-	(1.600)	(225)	-	-	(1)	16.704
Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 13)	85.135	-	(532)	(2.747)	-	-	-	81.856
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	11.872	291	-	-	-	2.830	-	14.993
Imparidade de outros activos (Notas 10 e 15)								
Bens arrematados	16.501	-	(4.837)	-	-	(2.830)	-	8.834
Outros activos	51.385	14.676	(5.538)	(2.589)	-	-	-	57.934
	<u>183.423</u>	<u>14.967</u>	<u>(12.507)</u>	<u>(5.561)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>180.321</u>
	<u>2.630.394</u>	<u>662.919</u>	<u>(354.772)</u>	<u>(408.731)</u>	<u>(5.841)</u>	<u>-</u>	<u>44.545</u>	<u>2.568.514</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2006							Saldo em 31.12.2006
	Saldo em 31.12.2005	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências	Outros	
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 8)	337.700	100.200	(3.988)	-	(457)	-	(21)	433.434
Provisões para risco país de passivos contingentes	625	993	(954)	-	-	-	-	664
Provisões para encargos com benefícios de empregados	406.361	-	(227)	(16.607)	-	-	36.663	426.190
Provisões para contingências judiciais	10.900	11.463	(1.512)	-	-	-	-	20.851
Provisões para outros riscos e encargos	164.445	39.717	(12.404)	-	(376)	-	120.253	311.635
	<u>920.031</u>	<u>152.373</u>	<u>(19.085)</u>	<u>(16.607)</u>	<u>(833)</u>	<u>-</u>	<u>156.895</u>	<u>1.192.774</u>
Provisões para risco-país de aplicações em instituições de crédito (Nota 7)	6.240	11.228	(8.128)	-	(101)	-	1	9.240
Provisões para crédito a clientes (Nota 8)	902.462	612.697	(446.383)	(82.722)	(2.688)	-	(12)	983.354
	<u>908.702</u>	<u>623.925</u>	<u>(454.511)</u>	<u>(82.722)</u>	<u>(2.789)</u>	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>992.594</u>
Provisões para risco-país de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	4	329	(219)	-	-	-	-	114
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	262.160	16.078	-	(16.744)	-	-	(5)	261.489
	<u>262.164</u>	<u>16.407</u>	<u>(219)</u>	<u>(16.744)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>261.603</u>
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 11)	16.118	2.789	-	(102)	-	-	(275)	18.530
Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 13)	88.956	5.630	(9.449)	-	-	-	(2)	85.135
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	-	-	-	-	-	11.872	-	11.872
Imparidade de outros activos (Notas 10 e 15)								
Bens arrematados	13.970	14.403	-	-	-	(11.872)	-	16.501
Outros activos	47.175	7.683	(3.276)	(197)	-	-	-	51.385
	<u>166.219</u>	<u>30.505</u>	<u>(12.725)</u>	<u>(299)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(277)</u>	<u>183.423</u>
	<u>2.257.116</u>	<u>823.210</u>	<u>(486.540)</u>	<u>(116.372)</u>	<u>(3.622)</u>	<u>-</u>	<u>156.602</u>	<u>2.630.394</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a provisão para riscos gerais de crédito é superior aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal em 86.112 mEuros e 45.000 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição (Nota 33):

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Provisão para assistência médica pós-emprego	443.888	419.195
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho	5.182	3.457
Provisão para responsabilidades com subsídio por morte	2.053	2.038
Responsabilidades da Sucursal de França	1.500	1.500
	<u>452.623</u>	<u>426.190</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Nos exercícios de 2007 e 2006, os “Outros” movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal:		
. Assistência médica (Notas 32 e 33)	28.156	26.727
. Acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 32)	1.725	437
. Subsídio por morte	123	123
Provisões registadas por contrapartida de custos diferidos:		
. Desvios actuariais e financeiros (Nota 33)	14.543	9.377
Outros	-	(1)
	<u>44.547</u>	<u>36.663</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2006, o reforço de 120.253 mEuros na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos” destina-se a fazer face à eventual tributação das mais-valias realizadas com a alienação da participação no Banco Itaú em 2000 e 2001, tendo sido registado por contrapartida de “Impostos sobre lucros” (Nota 14). Em Dezembro de 2007, a Caixa foi notificada do valor das liquidações adicionais de imposto e dos juros de mora para os exercícios de 2000, 2001 e 2003 no valor de 145.422 mEuros, tendo em consequência desta situação procedido ao respectivo pagamento e utilizado o valor da provisão constituída para outros riscos e encargos pela sua totalidade. O diferencial entre o valor efectivamente pago e o valor da provisão para outros riscos e encargos e custos a pagar registados em 2006, que ascendeu a 15.130 mEuros, foi reflectido em “Impostos correntes – correcções de exercícios anteriores” (Nota 14).

Nos exercícios de 2007 e 2006, a “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações” tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda:		
- Instrumentos de capital (Nota 6)	-	(16.072)
- Imparidade de outros activos financeiros	(4.317)	(116)
	-----	-----
	(4.317)	(16.188)
	=====	=====

Contingências do Banco Bandeirantes

No exercício de 2000, a Caixa adquiriu uma participação na Unibanco Holdings, S.A. e no Unibanco – União de Bancos Brasileiros (ambos identificados como “Unibanco”), tendo entregue em contrapartida as acções que detinha do Banco Bandeirantes, S.A. (Bandeirantes). Nos termos do Contrato de Associação celebrado, a Caixa assumiu a responsabilidade pelo pagamento de eventuais perdas resultantes de contingências do Bandeirantes, nomeadamente as relativas à liquidação do Banco Banorte, S.A. (Banorte), processos de natureza fiscal e outras. Adicionalmente, o contrato previa que o Unibanco poderia reclamar até Dezembro de 2006 contingências de natureza geral que não estivessem especificamente identificadas na data da transacção.

No exercício de 2005, a Caixa celebrou com o Unibanco um “Acordo de transacção e quitação”. Nos termos deste acordo as partes acordaram a quitação integral e irrevogável de todas as obrigações e responsabilidades assumidas no âmbito do Contrato de Associação acima referido, com excepção de contingências relacionadas com determinados processos de natureza fiscal contra o Bandeirantes.

Relativamente a estas contingências fiscais, tendo em consideração a evolução que tem sido registada nos respectivos processos, existindo inclusivamente decisões favoráveis ao Bandeirantes, o Conselho de Administração classifica como remota a probabilidade de a Caixa vir a efectuar quaisquer pagamentos relativos a estas contingências, não tendo constituído provisões para o efeito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

21. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Empréstimo da CGD Finance	400.000	400.000
Empréstimo da Caixa Geral Finance	350.000	350.000
Empréstimo da Caixa Geral Finance	250.000	250.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 110.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	110.000	110.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 250.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	250.000	250.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 21.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	21.000	21.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 40.000.000 Fixed Rate Note Due 2016	40.000	40.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 40.000.000 Fixed Rate Note Due 2016	40.000	40.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 40.000.000 Fixed Rate Note Due 2016	40.000	40.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 40.000.000 Fixed Rate Note Due 2016	40.000	40.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 40.000.000 Fixed Rate Note Due 2016	40.000	40.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 2.000.000 Index Linked to Floating Rate Note Due 2016 (5 emissões)	10.000	10.000
CGD (Sucursal de França) - JPY 15.000.000.000 Fixed Rate Subordinated Notes Due 2036	90.948	95.584
CGD (Sucursal de França) - Euros 55.000.000 Fixed rate Note Due 2017	55.000	-
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2005/2015	104.891	104.891
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2002/2012	-	150.000
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2006/2016	99.987	99.987
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 – 1ª emissão	400.000	-
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 – 2ª emissão	81.595	-
Obrigações de Caixa BNU Subordinadas/98	49.862	49.880
Obrigações de Caixa BNU Subordinadas/97	-	49.862
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012 (5 emissões)	100.000	-
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017 (3 emissões)	18.000	-
Obrigações de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	-
Obrigações de Caixa Equity Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	-
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate Notes Dez 2017	120.000	-
Obrigações de Caixa Subordinadas Fixed to Floater 27 Dez 2017	125.000	-
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate	50.000	-
Empréstimos Schuldschein “Caja Madrid”	33.965	37.965
	<u>2.932.248</u>	<u>2.179.169</u>
Juros a pagar	26.094	18.589
Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos	5.763	-
Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(5.721)	-
	<u>2.958.384</u>	<u>2.197.758</u>
	=====	=====

Os empréstimos concedidos pela CGD Finance e Caixa Geral Finance à CGD resultam da aplicação dos montantes das emissões de obrigações e acções preferenciais efectuadas por estas entidades.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Obrigação	Nominal	Data de realização	Data de reembolso	Pagamento de juros	Remuneração	Taxa de juro nominal em		Cláusula de reembolso antecipado
						31.12.2007	31.12.2006	
Empréstimo da CGD Finance	400.000	12.10.1999	12.10.2009	Anualmente, nos dias 12 de Outubro	Taxa fixa	6,25%	6,25%	N/A
Empréstimo da Caixa Geral Finance	350.000	29.09.2005	Perpétuo	Trimestralmente, nos dias 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,77%	5,46%	4,49%	A partir de 30 de Setembro de 2015. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,77%
Empréstimo da Caixa Geral Finance	250.000	26.06.2004	Perpétuo	Trimestralmente, nos dias 28 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,80%	5,49%	4,52%	A partir de 28 de Junho de 2014. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,8%
CGD (Sucursal de França) - € 110.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	110.000	18.12.2002	Perpétuas	Trimestralmente, nos dias 18 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,30%	6,18%	4,24%	A partir de 18 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2,80%
CGD (Sucursal de França) - € 250.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	250.000	27.04.2005	27.04.2015	Trimestralmente, nos dias 27 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro	Taxa Euribor 3 meses + 0,25%	4,86%	2,68%	A partir de 27 de Abril de 2010. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,75%
CGD (Sucursal de França) - € 21.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	21.000	14.07.2005	28.06.2016	Semestralmente, nos dias 28 de Junho e Dezembro	Taxa Euribor 6 meses + 0,22%	4,93%	2,65%	N/A
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 de Junho de 2007. A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa fixa 15,5% (1 ^o cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,60%	15,50%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 de Junho de 2008. A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa fixa 16,5% (1 ^o cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,60%	16,50%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 de Junho de 2009. A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa fixa 18% (1 ^o cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,60%	18,00%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Em 14 de Junho de 2010 será paga uma remuneração indexada à performance de um cabaz de fundos.	Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,60%	4,32%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Em 13 de Junho de 2011 será paga uma remuneração indexada à performance de um cabaz de fundos.	Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,60%	4,32%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 2.000.000 Index Linked to Floating rate Note Due 2016 (5 emissões de igual montante, valor global de € 10.000.000)	10.000	07.08.2006	08.08.2016	Trimestralmente, nos dias 8 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,62%	5,20%	4,19%	Nos últimos cinco anos, mediante o Banco de Portugal, a Caixa pode proceder ao reembolso antecipado do empréstimo

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Obrigação	Nominal	Data de realização	Data de reembolso	Pagamento de juros	Remuneração	Taxa de juro nominal em		Cláusula de reembolso antecipado
						31.12.2007	31.12.2006	
CGD (Sucursal de França) - JPY 15.000.000.000 Fixed Rate Subordinated Notes Due 2036	90.948	30.11.2006	15.12.2036	Semestral	Taxa fixa	2,88%	2,88%	N/A
CGD (Sucursal de França) - Euros 55.000.000 Floating rate Note Due 2017	55.000	17.12.2007	17.12.2017	Trimestralmente nos dias 17 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,08%	6,03%	-	A partir de 12 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2005/2015	104.891	29.06.2005	03.07.2015	Semestralmente, nos dias 3 de Janeiro e Julho	Taxa Euribor 6 meses + 0,25%	4,57%	3,50%	A partir de 3 de Julho de 2010. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 0,75%
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2006/2016	99.987	28.12.2006	28.12.2016	Anual	1ºano: 4,10% em cada ano, acresce 0,10% até ao 5ºano	4,20%	4,10%	N/A
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 - 1ª emissão	400.000	12.11.2007	13.11.2017	Anual	1ºano: 4,90%; em cada ano, acresce 0,10% até ao 5ºano; opção anual de <i>switch</i> para Euribor a 12 meses.	4,90%	-	A partir de 12 de Novembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será 5,80%.
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 - 2ª emissão	81.595	12.11.2007	13.11.2017	Anual	1ºano: 5,00%; em cada ano, acresce 0,10% até ao 3ºano; no 4º e no 5º ano, a remuneração está indexada a índices.	5,00%	-	A partir de 12 de Novembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será Euribor a 3 meses acrescida de 0,70%
Obrigações de Caixa BNU subordinadas/98	49.862	01.10.1998	01.10.2008	Semestralmente, nos dias 1 de Abril e Outubro	Taxa Euribor 6 meses + 0,15%	4,90%	3,72%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, do empréstimo.
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2008. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Taxa Fixa 21% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	21,00%	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2009. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Taxa Fixa 21,5% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2010. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Taxa Fixa 22% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2011. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Indexada a Fundo Caixaigest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2012. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Indexada a Fundo Caixaigest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,65%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Obrigação	Nominal	Data de realização	Data de reembolso	Pagamento de juros	Remuneração	Taxa de juro nominal em		Cláusula de reembolso antecipado
						31.12.2007	31.12.2006	
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2008. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa Fixa 22,5% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%	22,50%	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2009. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa Fixa 23% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2010. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa Fixa 23,5% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2011. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Indexada a Fundo Caixaigest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Equity Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2010. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até a data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Indexada a Fundo Caixaigest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,85%	-	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate Notes Dez 2017	120.000	17.12.2007	17.12.2017	Trimestralmente, nos dias 17 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,08%	6,03%	-	A partir de 12 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%
Obrigações de Caixa Subordinadas Fixed to Floater 27 Dez 2017	125.000	27.12.2007	27.12.2017	Anualmente até 27 de Dezembro de 2012. A partir desta data até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 27 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa fixa 5,733% (até 2012); Taxa Euribor 3 meses + 1,70%	5,73%	-	Nos últimos 5 anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate	50.000	28.12.2007	28.12.2017	Trimestralmente, nos dias 28 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,08%	4,69%	-	A partir de 28 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%
Empréstimo Schuldschein "Caja Madrid" de USD 50.000.000	33.965	18.08.2005	18.08.2015	Trimestralmente, nos dias 18 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro	Taxa fixa	5,15%	5,15%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, do empréstimo.

22. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Credores:</u>		
Recursos consignados	1.752.568	2.559.840
Caixa Geral de Aposentações	176.098	97.874
Credores por capital subscrito a realizar – Banco Caixa Geral (Nota 13)	-	82.427
Outros fornecedores	57.111	74.204
Fornecedores de bens para locação financeira	36.135	29.654
Recursos – conta caução	20.598	39.355
Banco Financial Português	13.866	12.803
Credores por venda de bens arrematados	8.092	10.335
Credores por contratos de Factoring	362	2.454
Credores por valores a liquidar	6.939	7.649
Outros	77.885	39.024
<u>Outras exigibilidades:</u>		
Retenção de impostos na fonte	36.950	34.205
Outros impostos a pagar	6.936	3.866
Cobranças por conta de terceiros	1.410	1.649
Outros	85.040	128.026
<u>Encargos a pagar:</u>		
Gastos com pessoal		
. Férias e subsídio de férias	62.866	59.484
. Prémio de antiguidade (Nota 33)	39.279	38.628
. Prémio de produtividade	44.285	37.346
. Outros	2.811	1.679
Outros juros e encargos similares	13.580	11.211
Juros a pagar	10.685	16.832
Outros	25.325	31.209
<u>Receitas com rendimento diferido</u>	67.210	50.256
<u>Outras contas de regularização:</u>		
Operações passivas a regularizar	238.287	366.209
Outras operações cambiais a liquidar	95.303	-
	<u>2.879.621</u>	<u>3.736.219</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007, as condições dos “Recursos consignados” podem ser resumidas da seguinte forma:

Denominação	Contraparte	Saldo contratado	Saldo em 31.12.2007	Data de início	Data de vencimento
Mid-Cap I taxa revisível	Banco Europeu de Investimento	100 000	100 000	29-11-2007	15-12-2022
KFW 300 Mio	KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau	300 000	300 000	07-04-2004	17-03-2014
KFW 250 Mio	KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau	250 000	250 000	22-11-2004	22-11-2013
CGD - Empréstimo Global XIII	Banco Europeu de Investimento	75 000	75 000	12-10-2006	15-09-2026
CGD - Empréstimo Global XII	Banco Europeu de Investimento	200 000	200 000	19-11-2004	15-09-2024
CGD Reabilitação Urbana	Banco Europeu de Investimento	150 000	150 000	11-12-2003	15-12-2023
CGD Empréstimo Global XI	Banco Europeu de Investimento	200 000	200 000	25-06-2003	15-06-2023
CGD Empréstimo Global X	Banco Europeu de Investimento	200 000	200 000	21-11-2002	15-09-2022
CGD/BNU Global Loan IX	Banco Europeu de Investimento	150 000	150 000	27-10-2000	15-09-2012
Framework Loan Agreement	CEB - Council of Europe Development Bank	100 000	100 000	11-12-2002	23-06-2014
Projecto Municipal Infra EG - III	Banco Europeu de Investimento	27 434	5 881	18-04-1995	15-03-2010
Projecto Municipal Infra EG - III - B	Banco Europeu de Investimento	27 434	11 348	14-11-1997	15-09-2012
CEB Pré-Escolar	CEB - Council of Europe Development Bank	10 475	5 976	07-04-2005	25-10-2012
CGD Reabilitação Urbana	Banco Europeu de Investimento	12 470	2 651	01-12-1996	15-06-2011
Infraestruturas Municipais II	KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau	9 293	1 612	30-01-1991	31-12-2010
Outros			100		
			<u>1 752 568</u>		

Em 31 de Dezembro de 2007, os recursos consignados eram remunerados à taxa de juro média anual de 4,24%.

23. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, estando representado por 620.000.000 de acções de valor nominal de cinco Euros cada.

Em resultado da deliberação unânime por escrito do accionista de 31 de Dezembro de 2007, foi efectuado nessa data um aumento de capital da CGD no montante de 150.000 mEuros, através da emissão de 30.000.000 de acções de valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em dinheiro.

Na Assembleia Geral realizada em Abril de 2007, foi deliberada a distribuição ao accionista Estado de dividendos relativos ao resultado de 2006 no montante de 260.000 mEuros, o que correspondeu a um dividendo de 0,44 Euros por acção. O remanescente foi transferido para reserva legal (107.918 mEuros), outras reservas (117.488 mEuros), tendo ainda sido afecto um montante de 54.157 mEuros para cobertura de resultados transitados negativos.

Na Assembleia Geral realizada em Maio de 2006, foi deliberada a distribuição ao accionista Estado de dividendos relativos ao resultado de 2005 no montante de 195.000 mEuros, o que correspondeu a um dividendo de 0,33 Euros por acção. O remanescente foi transferido para a reserva legal (mEuros 70.154), outras reservas (mEuros 71.046), tendo ainda sido afecto um montante de 14.570 mEuros para cobertura de resultados transitados negativos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)24. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Reservas de reavaliação		
. Reserva de reavaliação legal de imobilizado	241.027	241.027
. Reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos	219.944	325.114
	-----	-----
	460.971	566.141
	-----	-----
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	575.170	467.252
. Outras reservas	186.006	67.846
. Resultados transitados	(55.044)	(54.157)
	-----	-----
	706.132	480.940
	-----	-----
Lucro do exercício	666.137	539.563
	-----	-----
	1.833.240	1.586.645
	=====	=====

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Estas reservas foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

Imobilizações corpóreas:	
Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho	32.157
Decreto-Lei nº 399 - G/84, de 28 de Dezembro	19.469
Decreto-Lei nº 118 - B/86, de 27 de Maio	28.439
Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril	15.325
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro	39.836
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro	41.897
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro	63.181
Imobilizações financeiras	723

	241.027
	=====

De acordo com os estatutos da CGD, é transferido para a reserva legal um mínimo de 20% do resultado líquido de cada ano. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O resultado individual da CGD, foi determinado da seguinte forma:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Actividade em Portugal	641.681	540.259
Sucursal de Londres	9.803	5.889
Sucursal Financeira Exterior da Madeira	8.516	8.075
Sucursal de França	6.235	6.130
Sucursal de Espanha	(2.842)	-
Sucursal de Cayman	2.265	1.906
Sucursal de Nova Iorque	(1.133)	556
Sucursal de Timor	855	(24.395)
Sucursal do Luxemburgo	421	830
Sucursal do Mónaco	237	102
Sucursal do Zhuhai	99	211
	-----	-----
Resultado da actividade global	666.137	539.563
	=====	=====

25. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de aplicações em instituições de crédito		
. No País	150.029	90.377
. No estrangeiro	328.227	260.040
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	2.376.558	1.796.953
. Crédito ao exterior	235.125	134.323
. Crédito vencido	55.526	48.815
. Outros créditos e valores a receber – Papel comercial	79.149	25.920
Juros de activos securitizados não desreconhecidos	28.029	36.438
Juros de activos detidos para negociação		
. Títulos	161.892	183.133
. Swaps	2.182.687	1.006.550
. Contratos de garantia de taxa de juro	802	4
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	88.849	57.864
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	78.091	53.972
Juros de derivados de cobertura	258.546	158.603
Juros de devedores e outras aplicações	13.800	9.169
Juros de disponibilidades	42.603	29.636
Outros juros e rendimentos similares	63.917	1.565
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	67.515	71.475
	-----	-----
	6.211.345	3.964.837
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Juros e encargos similares:</u>		
Juros de depósitos		
Do sector público administrativo	66.062	55.180
De outros residentes	583.191	408.497
De emigrantes	55.233	28.430
De outros não residentes	63.462	75.513
	-----	-----
	767.948	567.620
	-----	-----
Juros de recursos de instituições de crédito		
. No País	23.852	41.880
. No estrangeiro	556.081	314.621
Juros de passivos financeiros de negociação		
. Swaps	2.200.574	991.070
. Outros	4.535	2.547
Juros de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados	521.210	290.064
Juros de derivados de cobertura	300.063	168.422
Juros de credores e outros recursos	109.624	88.274
Juros de recursos consignados	79.358	75.104
Juros de passivos por activos não desreconhecidos	28.029	35.447
Outros juros e encargos similares	80.125	11.991
	-----	-----
	4.671.399	2.587.040
	=====	=====

26. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Caixa Seguros, SGPS, S.A.	50.000	20.000
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	30.046	24.561
REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.	19.399	88.405
EDP - Energias de Portugal, S.A.	19.208	17.462
PT Multimédia, SGPS, S.A.	10.267	1.082
Banco Comercial Português, S.A.	7.933	4.784
Galp Energia, SGPS, S.A.	4.483	10.930
Cimpor, SGPS, S.A.	2.862	1.976
Caixa - Gestão de Activos, S.A.	2.756	3.930
Brisa – Auto Estradas de Portugal, S.A.	2.199	-
Fundo Margueira	1.902	1.353
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	1.795	1.795
Banco Espírito Santo	1.327	-
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	1.222	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.172	990
Caixa Participações, SGPS, S.A.	37	18.623
Outros	3.492	6.535
	-----	-----
	160.100	202.426
	=====	=====

27. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por serviços prestados	259.959	233.526
Por garantias prestadas	21.709	24.792
Por compromissos assumidos perante terceiros	13.862	9.271
Por operações realizadas por conta de terceiros	9.105	4.732
Outros	78.451	72.593
	-----	-----
	383.086	344.914
	=====	=====
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	66.846	56.772
Por operações realizadas por terceiros	6.455	2.719
Por garantias recebidas	1.664	6
Por operações sobre instrumentos financeiros	3.207	2.854
Outros	3.221	1.208
	-----	-----
	81.393	63.559
	=====	=====

28. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Resultados em activos e passivos detidos para negociação</u>		
Instrumentos de dívida	(167.086)	(110.950)
Instrumentos de capital	4.947	44.162
Instrumentos derivados	(71.756)	64.147
Outros títulos	(19.632)	35.661
	-----	-----
	(253.527)	33.020
	-----	-----
<u>Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados</u>		
Instrumentos de dívida	(29.735)	12.232
Instrumentos de capital	143	204
Outros títulos	12.704	(18.778)
Créditos e outros valores a receber	(789)	-
	-----	-----
	(17.677)	(6.342)
	-----	-----
<u>Resultados em operações de cobertura e elementos cobertos</u>		
Derivados de cobertura	(524.440)	(310.293)
Correcções de valor de instrumentos financeiros objecto de operações de cobertura		
. Activos	(6)	-
. Passivos	551.663	301.037
	-----	-----
	27.218	(9.256)
	-----	-----
	(243.985)	17.422
	=====	=====

Os resultados de reavaliação cambial têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Reavaliação da posição cambial	128.567	196.652
Resultados em derivados cambiais	(89.359)	(134.683)
	-----	-----
	39.208	61.969
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)29. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda:</u>		
Instrumentos de dívida	19.567	1.580
Instrumentos de capital		
EDP (Nota 6)	175.623	13.342
BCP (Nota 6)	52.739	3.585
Euronext (Nota 6)	32.046	-
Cimpor (Nota 6)	16.722	-
CGD USA Holding Company (Nota 6)	-	470
Outros	3.573	122
Unidades de participação	-	44.042
	<u>300.270</u>	<u>63.141</u>
	-----	-----
<u>Perdas em activos financeiros disponíveis para venda:</u>		
Instrumentos de dívida	(20.191)	(76)
Instrumentos de capital		
Euronext (Nota 6)	(7.009)	(2.143)
Unidades de participação	-	(43.805)
	<u>(27.200)</u>	<u>(46.024)</u>
	-----	-----
	<u>273.070</u>	<u>17.117</u>
	=====	=====

No exercício de 2006, os ganhos e perdas em “Unidades de participação” respeitam integralmente a resultados gerados na alienação de unidades de participação do fundo mobiliário Caixagest Rendimento Mais.

30. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ganhos e perdas na alienação de activos tangíveis	(798)	(47)
Outros	1.085	394
	<u>287</u>	<u>347</u>
	===	===

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)31. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Outros proveitos de exploração</u>		
Cedência de pessoal a outras entidades do Grupo	60.537	61.583
Recuperação de créditos incobráveis		
. Crédito concedido	72.390	36.898
. Juros e despesas	13.626	14.751
Reembolso de despesas	5.508	5.989
Prestação de serviços diversos	12.466	15.101
Venda de cheques	13.233	14.646
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações e a outras entidades	8.438	7.518
Mais-valias obtidas na alienação de bens arrematados (Nota 10)	6.049	5.965
Outros	8.549	27.944
	-----	-----
	200.796	190.395
	-----	-----
<u>Outros custos de exploração</u>		
Outros impostos	(11.200)	(9.550)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 35)	(9.605)	(9.445)
Donativos e quotizações	(6.489)	(5.914)
Menos-valias obtidas na alienação de bens arrematados (Nota 10)	(1.585)	(2.392)
Outros	(19.568)	(27.916)
	-----	-----
	(48.447)	(55.217)
	-----	-----
	152.349	135.178
	=====	=====

No exercício de 2007, a "Recuperação de créditos incobráveis" inclui 34.250 mEuros relativos à alienação de um conjunto de créditos vencidos pela Caixa (Nota 8).

32. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	2.267	2.344
Remuneração dos empregados	440.441	420.842
Prémio de antiguidade	4.211	4.486
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 20)	1.725	437
Reformas antes da idade normal de reforma (Nota 33)	143	1.145
Assistência médica – CGD (Nota 33)		
. Custo normal (Notas 20 e 33)	28.156	26.727
. Contribuições relativas a pessoal no activo	29.129	28.722
. Amortizações dos desvios acima do corredor (Nota 33)	4.012	3.679
Outros encargos relativos a remunerações	9.567	8.707
Fundo de Pensões – CGD (Nota 33)		
. Custo normal	61.504	57.884
. Outros	1.170	584
Outros encargos sociais obrigatórios	11.851	6.986
Outros custos com o pessoal	9.155	10.009
	-----	-----
	603.331	572.552
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2007 e 2006, a rubrica “Remuneração dos empregados” inclui mEuros 40.000 e mEuros 36.000, respectivamente, relativos à provisão para distribuição de resultados aos empregados da CGD.

O número médio de empregados durante os exercícios de 2007 e 2006, por tipo de funções, foi o seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Direcção	120	130
Chefias	1.852	1.794
Técnicos	2.146	2.108
Administrativos	6.121	6.300
Auxiliares	228	237
	-----	-----
	10.467	10.569
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estes números não incluem os empregados pertencentes ao Departamento de Apoio à Caixa Geral de Aposentações (299 em 2007 e 309 em 2006), os afectos aos Serviços Sociais da CGD (72 em 2007 e 71 em 2006) e os que se encontram em comissão de serviço no exterior (82 em 2007 e 89 em 2006).

33. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

De acordo com o artigo 39º do Decreto-Lei nº 48.953, de 5 de Abril de 1969 e o Decreto-Lei nº 161/92, de 1 de Agosto, competia à CGD o pagamento das pensões de reforma por doença, invalidez ou velhice dos seus colaboradores, bem como das pensões de sobrevivência dos empregados admitidos a partir de 1 de Janeiro de 1992. As pensões de sobrevivência relativas aos empregados admitidos antes de 1 de Janeiro de 1992 são suportadas pela Caixa Geral de Aposentações (“CGA”). Para o efeito, estes empregados descontam 2,5% das suas remunerações para a CGA.

Adicionalmente, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) em vigor para o sector bancário, o ex-BNU tinha o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma antecipada e por velhice, invalidez e sobrevivência. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial negociada anualmente com os sindicatos dos trabalhadores bancários. No exercício de 2001, na sequência da integração por fusão do BNU na CGD, as responsabilidades com pensões dos empregados do BNU transitaram para a CGD. Deste modo, os ex-empregados do BNU ainda no activo à data da fusão ficaram abrangidos pelo plano de pensões e benefícios em vigor na CGD. Quanto aos reformados e pensionistas do BNU à data da fusão, continua a aplicar-se o plano de pensões que estava em vigor à data das respectivas reformas.

Com referência a 30 de Novembro de 2004, foram transferidas para a CGA todas as responsabilidades com pensões de aposentação do pessoal da Caixa, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de Dezembro de 2000, ao abrigo dos Decretos-Lei nº 240-A/2004, de 29 de Dezembro e nº 241-A/2004, de 30 de Dezembro. A transferência incluiu a responsabilidade com o subsídio por morte após a idade normal de reforma, relativamente ao tempo de serviço acima referido.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Neste sentido, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades com pensões da Caixa consistem no seguinte:

- . Responsabilidades relativas aos empregados no activo por serviços prestados após 31 de Dezembro de 2000;
- . Para os reformados entre 1 de Janeiro de 2001 e 31 de Dezembro de 2007, a parcela das responsabilidades correspondente ao tempo de serviço prestado durante esse período;
- . Responsabilidades com pensões de aposentação e respectivas pensões de sobrevivência do pessoal do BNU que já se encontravam em pagamento à data da fusão;
- . Responsabilidades com o subsídio por morte relativas ao tempo de serviço prestado após 31 de Dezembro de 2000.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

A Caixa assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões, dispondo para o efeito de um fundo de pensões, constituído em Dezembro de 1991. De acordo com o regime aplicável à Caixa, os empregados contribuem para o fundo de pensões com as seguintes percentagens das suas retribuições:

- Empregados admitidos antes de 1 de Janeiro de 1992 7,5%
- Empregados admitidos após 1 de Janeiro de 1992 10,0%

A contribuição destes últimos é efectuada integralmente para o fundo de pensões, dado que o respectivo regime de pensões de sobrevivência está a cargo do fundo.

Determinação das responsabilidades com pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram efectuados estudos actuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

	2007	2006
Método actuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade		
. Homens	TV 73/77	TV 73/77
. Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa de desconto	5,00%	4,75%
Taxa de rendimento dos activos dos fundos	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento dos salários	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2,5%	2%
Tabela de saídas:		
. Idades inferiores a 30 anos	5%	5%
. Idades entre 30 e 40 anos	1%	1%
. Idades superiores a 40 anos	0%	0%
Serviço externo futuro	0	1/24

Nos estudos efectuados em 2007 e 2006, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 60 anos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões da CGD para os exercícios de 2007 e 2006 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2007		2006	
	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>
Taxa de rendimento	5,25%	4,96%	5,25%	6,53%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	4,77%	3,00%	5,46%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	2,77%	2,00%	2,50%

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades com serviços passados de acordo com os estudos actuariais efectuados, assim como os fundos disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	2007		2006	
	<u>Número de pessoas</u>	<u>Responsabilidades</u>	<u>Número de pessoas</u>	<u>Responsabilidades</u>
Responsabilidades por serviços passados:				
Activos	10.909	717.616	11.265	597.238
Reformados e pré-reformados	3.460	388.813	3.183	358.064
	<u>14.369</u>	<u>1.106.429</u>	<u>18.867</u>	<u>955.302</u>
Fundos de pensões autónomos		<u>1.106.441</u>		<u>955.302</u>
Nível de financiamento		<u>100,00%</u>		<u>100,00%</u>

Nos termos do Aviso nº 4/2005, de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal, é definida a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades encontravam-se integralmente financiadas.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades com serviços futuros de pessoal no activo da CGD ascendem a mEuros 1.277.645 e mEuros 1.263.514, respectivamente.

No que se refere à CGD, poderão ainda vir a ser reclamadas responsabilidades existentes relativamente a alguns ex-empregados. No entanto, considera-se pouco expressivo o seu impacto, atendendo a que nos últimos três anos foram apenas vinte os casos de aposentação onde, em alguma medida, tais reclamações se verificaram.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento no valor do fundo de pensões durante os exercícios de 2006 e 2007 foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2005	824.576
Contribuições regulares:	
- Dos empregados	27.672
- Da Caixa	57.211
Contribuições extraordinárias	9.482
Pensões pagas	(21.518)
Rendimentos e valias realizadas, líquidas	44.312
Mais-valias potenciais, líquidas	16.080
Perdas cambiais, comissões e outros proveitos e custos, líquidos	(2.999)
Outros	486
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	955.302
Contribuições regulares:	
- Dos empregados	26.838
- Da Caixa	61.006
Contribuições extraordinárias	38.297
Pensões pagas	(23.499)
Rendimentos e valias realizadas, líquidas	47.708
Mais-valias potenciais, líquidas	2.985
Perdas cambiais, comissões e outros proveitos e custos, líquido	(2.196)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	1.106.441

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Fundo de Pensões da CGD é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Fundo de Pensões da CGD detinha imóveis arrendados a empresas do Grupo nos montantes de 70.911 mEuros e 73.957 mEuros, respectivamente, bem como títulos emitidos e unidades de participação de fundos geridos por empresas do Grupo no valor de 87.805 mEuros e 110.595 mEuros, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados e o fundo de pensões, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, podem ser demonstrados da seguinte forma:

		<u>2007</u>	<u>2006</u>
Situação inicial	(I)	- =====	- =====
Custo do serviço corrente		(69.422)	(64.962)
Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões		52.719	45.736
Custo dos juros		(44.801)	(38.658)
		-----	-----
Custo normal do exercício (Nota 32)		(61.504)	(57.884)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antes da idade normal de reforma (Nota 32)		(143)	(1.145)
		-----	-----
Variações com impacto em resultados	(II)	(61.647)	(59.029)
		=====	=====
Alteração da taxa de desconto (4,75% para 5%)		49.122	-
Alteração da taxa de crescimento das pensões (2% para 2,5%)		(57.805)	-
Outros desvios de responsabilidades		(24.739)	(19.322)
Desvios de rendimento		(4.222)	11.658
		-----	-----
Desvios actuariais e financeiros	(III)	(37.644)	(7.664)
		=====	=====
Contribuições para Fundos de Pensões			
· Da CGD	(IV)	99.303	66.693
		=====	=====
Situação final dos exercícios	(I)+(II)+(III)+(IV)	12 =====	- =====

A Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inactivos relativamente a trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão de prestação de trabalho. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o passivo registado pela Caixa a este respeito ascende a mEuros 5.182 e mEuros 3.457, respectivamente, e encontra-se registado na rubrica “Provisões” (Nota 20).

Assistência médica

A assistência médica aos empregados no activo e pensionistas da Sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais). A contribuição anual da CGD para os Serviços Sociais corresponde a 8,95% dos salários e pensões pagas. Adicionalmente, a Caixa tem responsabilidades com as contribuições para o Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até 23 de Julho de 2001.

As responsabilidades por serviços passados de assistência médica foram determinadas com base em estudos actuariais efectuados por entidades especializadas, utilizando pressupostos actuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As responsabilidades por serviços passados encontram-se registadas na rubrica “Provisões” (Nota 20). O movimento nesse passivo nos exercícios de 2006 e 2007 foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2005	399.585
Custo do ano corrente (Notas 20 e 32)	26.727
Pagamentos ao SAMS e aos Serviços Sociais da CGD	(16.494)
Perdas actuariais (Nota 20)	9.377

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2006	419.195

Custo do ano corrente (Notas 20 e 32)	28.156
Pagamentos ao SAMS e aos Serviços Sociais da CGD	(18.006)
Perdas actuariais (Nota 20)	14.543

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2007	443.888
	=====

Outros benefícios de longo prazo

A Caixa paga um prémio a todos os trabalhadores que completem dez, vinte e trinta anos de efectivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de aposentação de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o correspondente passivo encontrava-se registado em “Outros passivos” e ascendia a 39.279 mEuros e 38.628 mEuros, respectivamente (Nota 22).

A Caixa determina ainda as suas responsabilidades com subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O correspondente passivo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 encontra-se registado na rubrica de “Provisões” (Nota 20) e ascende a 2.053 mEuros e 2.038 mEuros, respectivamente.

Adicionalmente, a Sucursal de França assegura o pagamento de benefícios de longo prazo aos seus trabalhadores, ascendendo as responsabilidades apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a mEuros 1.500 (Nota 20).

Desvios actuariais diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos e dos custos diferidos relacionados com a introdução das NCA nos exercícios de 2007 e 2006 pode ser demonstrado como segue:

	Corredor (Nota 15)		Desvios acima do Corredor		Sub Total	Custos diferidos - NCA (Nota 15)			Sub Total	Total
	Pensões	Saúde	Pensões	Saúde		Pensões	Saúde	Outros		
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	60.291	39.958	-	60.336	160.585	127.628	250.614	3.961	382.203	542.788
Desvios actuariais do ano	7.664	1.962	-	7.416	17.042	-	-	-	-	17.042
Amortização:										
. Por contrapartida de resultados do exercício (Nota 32)	-	-	-	(3.679)	(3.679)	-	-	-	-	(3.679)
. Por contrapartida de resultados transitados	-	-	-	-	-	(31.907)	(41.769)	(990)	(74.666)	(74.666)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	67.955	41.920	-	64.073	173.948	95.721	208.845	2.971	307.537	481.485
Desvios actuariais do ano	37.644	2.469	-	12.074	52.187	-	-	-	-	52.187
Amortização:										
. Por contrapartida de resultados do exercício (Nota 32)	-	-	-	(4.012)	(4.012)	-	-	-	-	(4.012)
. Por contrapartida de resultados transitados	-	-	-	-	-	(31.907)	(41.769)	(990)	(74.666)	(74.666)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	105.599	44.389	-	72.135	222.123	63.814	167.076	1.981	232.871	454.994

Os desvios acima do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de aproximadamente 16 anos até à reforma dos activos. Os custos diferidos – NCA com pensões e saúde estão a ser amortizados de forma linear até aos exercícios de 2009 e 2011, respectivamente.

34. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Serviços especializados:		
. Serviços de informática	74.728	74.673
. Serviços prestados por Agrupamentos Complementares de Empresas	41.070	42.114
. Serviços de consultoria	12.270	11.076
. Serviços de limpeza	5.679	5.858
. Serviços de informação	5.678	5.403
. Segurança e vigilância	4.584	4.316
. Outros	62.034	55.629
Publicidade e edição de publicações	41.962	33.446
Rendas e alugueres	35.351	38.365
Comunicações e despesas de expedição	33.237	38.635
Conservação e reparação	31.879	31.693
Transporte de valores e outros	19.530	21.964
Água, energia e combustíveis	13.883	13.149
Deslocações, estadas e representação	7.220	7.079
Impressos e material de consumo corrente	5.204	4.319
Outros	16.506	15.845
	-----	-----
	410.815	403.564
	=====	=====

Nos exercícios de 2007 e 2006, a rubrica “Serviços prestados por ajustamentos complementares de empresas” inclui 9.148 mEuros e 9.327 mEuros, respectivamente, relativos a valores debitados pela Sogrup - Serviços Administrativos ACE e 24.283 mEuros e 25.201 mEuros, respectivamente, relativos a serviços de carácter técnico no âmbito da gestão de sistemas de informação prestados à Caixa pelo Sogrup - Serviços de Informação, ACE.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)35. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Passivos eventuais</u>		
Garantias e avales	4.041.211	5.359.153
Activos dados em garantia	1.240.689	2.923.061
Cartas de crédito em “stand by”	179.192	149.320
Créditos documentários abertos	81.903	83.015
Outras garantias prestadas e passivos eventuais	28.886	-
Aceites e endossos	1.064	778
Transacções com recurso	333	452
	-----	-----
	5.573.278	8.515.779
	=====	=====
<u>Compromissos</u>		
Compromissos revogáveis	21.877.941	17.774.763
Outros compromissos irrevogáveis	3.704.479	2.813.833
Contratos a prazo de depósitos:		
. A receber	1.678.279	1.750.591
. A constituir	1.924.792	642.700
Subscrição de títulos	1.840.307	980.577
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	150.683	148.988
Operações a prazo	54.887	86.000
Sistema de Indemnização aos Investidores	7.549	7.549
	-----	-----
	31.238.917	24.205.001
	=====	=====
<u>Depósito e guarda de valores</u>	55.444.109	88.242.506
	=====	=====
<u>Valores administrados pela instituição</u>		
Activos cedidos em operações de titularização (Nota 19)	645.411	725.102
Outros valores	49.625	51.967
	-----	-----
	695.036	777.069
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Garantias e avales” inclui garantias prestadas à CGD Finance e Caixa Geral Finance no âmbito de emissões de dívida e acções preferenciais nos montantes de mEuros 806.938 e mEuros 600.000, respectivamente (mEuros 1.991.274 e mEuros 600.000, respectivamente em 31 de Dezembro de 2006).

Os activos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pela Caixa nas suas operações e em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 correspondem às seguintes situações:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Recursos consignados		
. Banco Europeu de Desenvolvimento	805.070	1.720.500
. KfW	-	918.000
Banco de Portugal	422.420	268.792
Royal Bank of Scotland	15.000	15.000
Sistema de Indemnização aos Investidores (futuros)	15.221	3.450
Outros	769	769
	-----	-----
	1.258.480	2.926.511
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos dados em garantia correspondem a instrumentos de dívida, com excepção das garantias dadas ao Banco Europeu de Desenvolvimento, em que os activos incluem créditos concedidos pela Caixa nos montantes de 692.500 mEuros e 1.610.500 mEuros em 2007 e 2006, respectivamente.

Adicionalmente, em 2007 e 2006 a CGD deu títulos em garantia no montante de 183.174 mEuros e 178.781 mEuros, respectivamente para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objectivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efectuadas contribuições anuais regulares. Nos exercícios de 2007 e 2006, de acordo com a regulamentação aplicável, a contribuição anual para o FGD atribuível à Caixa ascendeu a mEuros 11.300 e mEuros 11.112, respectivamente. Parte destas responsabilidades, nos montantes de mEuros 1.695 e mEuros 1.667, respectivamente, foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite. Estes montantes não são relevados em custos. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 150.683 mEuros e 148.988 mEuros, respectivamente.

36. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IAS 14 e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método *Standard*, nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Corporate Finance: inclui as actividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (merchant banking – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;
- Negociação e vendas: compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- Banca comercial: inclui as actividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME's. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, actividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público;
- Gestão de activos: inclui as actividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Outros: compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2007 e 2006 é a seguinte:

Linhas de negócio

	2007				
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Outros
Margem Financeira	165.438	1.247.852	101.288	-	25.368
Rendimentos de instrumentos de capital	160.100	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	17.890	169.060	29.587	(105)	166.655
Encargos com serviços e comissões	(13.658)	(39.519)	1.015	-	(29.231)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros activos	67.535	1.045	-	-	-
Outros resultados de exploração	37.785	24.033	72.638	-	17.892
Produto bancário	435.090	1.402.472	204.529	(105)	180.684
Outros custos e proveitos					(1.556.532)
Resultado Líquido do Exercício					666.137
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	15.287.631	8.335	47	-	-
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	11.849.092	564	-	-	-
Crédito sobre clientes (líquido)	4.013	33.597.994	23.663.583	-	-
Activo líquido total	27.140.737	33.606.893	23.663.630	-	5.641.573
Recursos de outras instituições de crédito	14.074.707	6.786	116.087	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	188.895	36.075.852	9.100.921	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	15.937.672	704	-	-	-

	2006				
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Outros
Margem Financeira	127.174	943.801	295.578	-	11.244
Rendimentos de instrumentos de capital	202.426	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	7.851	113.524	38.393	320	184.826
Encargos com serviços e comissões	(4.268)	(36.856)	(1.195)	-	(21.240)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros activos	96.855	-	-	-	-
Outros resultados de exploração	59.370	40.865	12.497	-	22.444
Produto bancário	489.409	1.061.334	345.273	320	197.274
Outros custos e proveitos					(1.554.047)
Resultado Líquido do Exercício					539.563
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	14.721.889	-	-	-	-
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	10.702.876	-	-	-	-
Crédito sobre clientes (líquido)	-	30.198.337	20.248.020	-	(41.759)
Activo líquido total	25.355.924	30.263.610	20.248.124	-	6.024.217
Recursos de outras instituições de crédito	10.142.993	5.236	-	-	34
Recursos de clientes e outros empréstimos	56.350	37.149.630	9.844.415	-	7.012
Responsabilidades representadas por títulos	10.706.696	1.029	-	-	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Mercados Geográficos

	2007						Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	Ásia	Outros	
Juros e rendimentos similares	6.214.368	1.045.587	1.447	217.602	6.037	(1.273.696)	6.211.345
Juros e encargos similares	(4.744.559)	(989.867)	(474)	(208.785)	(871)	1.273.157	(4.671.399)
Rendimentos de instrumentos de capital	148.564	11.536	-	-	-	-	160.100
Rendimentos de serviços e comissões	352.812	28.743	288	2.579	1.617	(2.953)	383.086
Encargos com serviços e comissões	(68.823)	(17.328)	(100)	(60)	(108)	5.026	(81.393)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros activos	79.208	22.891	-	568	786	(34.873)	68.580
Resultados de exploração	167.483	(6.392)	(21)	(595)	562	(8.688)	152.349
Produto bancário	<u>2.149.053</u>	<u>95.170</u>	<u>1.140</u>	<u>11.309</u>	<u>8.023</u>	<u>(42.027)</u>	<u>2.222.669</u>
Outros custos e proveitos							(1.556.532)
Resultado Líquido do Exercício							<u>666.137</u>
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	18.031.950	13.680.672	14.345	1.738.265	36.447	(18.205.666)	15.296.013
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	10.267.505	1.694.909	564	292.499	1.140	(406.961)	11.849.656
Crédito sobre clientes (líquido)	53.063.627	3.666.245	16.505	497.721	21.493	-	57.265.591
Activo líquido total	86.926.177	19.087.316	31.802	2.541.541	58.852	(18.592.854)	90.052.834
Recursos de outras instituições de crédito	23.710.357	6.295.640	2	2.000.794	5.607	(18.212.321)	13.800.079
Recursos de clientes e outros empréstimos	43.595.275	1.581.364	25.818	102.805	60.407	-	45.365.669
Responsabilidades representadas por títulos	7.788.961	7.698.680	-	416.415	-	34.321	15.938.377

	2006						Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	Ásia	Resto do mundo	
Juros e rendimentos similares	3.533.673	281.145	801	84.333	20.253	44.632	3.964.837
Juros e encargos similares	(1.914.387)	(429.345)	(2.550)	(70.231)	(33.519)	(137.008)	(2.587.040)
Rendimentos de instrumentos de capital	201.548	877	-	-	-	-	202.426
Rendimentos de serviços e comissões	318.180	22.786	319	1.882	753	994	344.914
Encargos com serviços e comissões	(55.482)	(7.874)	(91)	(53)	(49)	(10)	(63.559)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros activos	47.149	32.533	-	894	750	15.529	96.855
Resultados de exploração	142.566	(6.946)	(17)	(546)	87	34	135.178
Produto bancário	<u>2.273.247</u>	<u>(106.824)</u>	<u>(1.538)</u>	<u>16.279</u>	<u>(11.725)</u>	<u>(75.829)</u>	<u>2.093.611</u>
Outros custos e proveitos							(1.554.047)
Resultado Líquido do Exercício							<u>539.564</u>
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	13.276.300	228.434	105.414	820.741	101.268	189.732	14.721.889
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	8 030 440	1 938 889	169 597	457 637	-	106 313	10.702.876
Crédito sobre clientes (líquido)	46.509.028	3.166.642	222.078	319.399	35.120	152.331	50.404.598
Activo líquido total	73.799.868	5.404.698	497.691	1.603.362	137.723	448.534	81.891.876
Recursos de outras instituições de crédito	5.763.509	718.838	417	968.993	579.316	2.117.190	10.148.263
Recursos de clientes e outros empréstimos	45.332.671	1.349.968	26.295	127.136	190.406	30.931	47.057.407
Responsabilidades representadas por títulos	3.159.454	7.266.012	-	282.259	-	-	10.707.725

A coluna “Outros” inclui saldos entre a Sede e as Sucursais, anulados no processo de preparação das contas globais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)37. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas, os órgãos de gestão da Caixa e outras entidades controladas pelo Estado Português. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as demonstrações financeiras da CGD incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2007			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
<u>Activos:</u>				
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	9.161.327
Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação	413.912	-	1.500	237.939
Crédito a clientes	-	33.975	780.435	14.269
Outros activos	13.274	23.132	122.211	615.568
<u>Passivos:</u>				
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.991	2.232.896	11.614	902.300
Débitos representados por títulos	-	-	-	774.317
Passivos subordinados	-	-	-	1.072.961
Outros passivos	61	-	104	93.516
<u>Garantias prestadas</u>	45.240	144.681	17.320	49.212
<u>Proveitos:</u>				
Juros e rendimentos similares	21.732	888	57.082	1.236.991
Ganhos em operações financeiras	129	-	-	5.260.472
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	302	61.116
Outros proveitos de exploração	-	-	106	49.897
<u>Custos:</u>				
Juros e encargos similares	1.250	47.409	557	1.236.991
Perdas em operações financeiras	854	-	-	5.288.488
Comissões	-	-	-	3.970
Outros custos de exploração	-	-	640	539

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2006			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
<u>Activos:</u>				
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	4.456.723
Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação	563.768	-	570	327.649
Crédito a clientes	694.101	77.530	697.394	593.697
Outros activos	21.517	20.351	94.079	611.539
<u>Passivos:</u>				
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.547.386	1.706.450	4.271	1.321.560
Débitos representados por títulos	-	-	-	359.856
Passivos subordinados	-	-	-	1.026.646
Outros passivos	61	-	180	114.593
<u>Garantias prestadas</u>	50	1.319	17.536	67.199
<u>Proveitos:</u>				
Juros e rendimentos similares	18.756	3.010	111.710	249.559
Ganhos em operações financeiras	800	-	-	489.414
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	208	37.633
Outros proveitos de exploração	-	-	30	51.364
<u>Custos:</u>				
Juros e encargos similares	14.494	17.279	6	342.919
Perdas em operações financeiras	16.200	-	-	507.360
Comissões	-	-	-	645
Outros custos de exploração	-	-	855	4.224

Os valores apresentados nos quadros acima, com excepção dos relativos a outras empresas do Grupo CGD, correspondem à actividade individual da Caixa, e resultam de uma extracção de informação das principais aplicações de negócio, não constituindo assim um detalhe integral de todas as transacções com as entidades referidas.

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2007, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Caixa ascenderam a 2.529 mEuros (2.759 Euros no exercício de 2006).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a 1.205 mEuros e 775 mEuros, respectivamente.

38. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Caixa

A CGD adoptou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado, e de liquidez incorridos em todo o Grupo, e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco.

Risco de crédito –

O Controlo do risco de crédito implícito na carteira de clientes da CGD, é realizado através do acompanhamento de um conjunto de indicadores, procedendo-se à sua desagregação por produto, segmento de cliente, prazos de vencimento, tipo de garantias, grau de exposição no sistema financeiro, sector de actividade e área geográfica, analisando-se também o valor das grandes exposições e seu confronto com os limites máximos definidos pelas entidades de Supervisão.

Trimestralmente é efectuado o apuramento de provisões, numa óptica económica, para as empresas com maior nível de responsabilidades, tendo por base as expectativas de cobrabilidade das mesmas.

No âmbito da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, a CGD apura mensalmente o valor das provisões por imparidade para cada sub-carteira de crédito, mediante a desagregação da mesma em segmentos homogéneos de risco e utilização de probabilidades de default (PD) e de migração para default e recuperações após default ("loss given default" - LGD), calculadas anualmente com base em informação histórica.

Esta análise tem por base não só a notação de risco atribuída pelas agências de rating como também a ponderação de factores de ordem quantitativa e qualitativa. É igualmente tida em consideração, na análise, o mercado e a economia em que se encontram inseridas as entidades e outros factores que poderão mitigar o risco de crédito.

É efectuado com regularidade o acompanhamento do risco das entidades bem como o controlo dos limites atribuídos.

No que respeita a crédito concedido a empresas, para além do acompanhamento natural da carteira, é efectuada por uma equipa de analistas de crédito especializados uma análise mais profunda a todos os clientes, numa perspectiva de Grupo Económico, com uma exposição superior a um milhão de euros.

A análise incide sobre o risco de crédito do cliente e também sobre as operações objecto de proposta, segregando funções com a área comercial a quem cabe apresentar a proposta com as condições das operações. A Direcção de Gestão de Risco (DGR) da Caixa tem por competência propor as condições que entende serem necessárias, para mitigar o risco, tornando a operação aceitável para o nível de risco definido para a carteira da CGD.

Adicionalmente, encontra-se implementado um modelo de limites de curto prazo, que utilizando um conjunto de indicadores e o rating atribuído pelos modelos internos, sugere um limite global para o cliente, bem como um sub-limite para crédito financeiro. Os limites são depois geridos pela área comercial, cabendo à DGR apenas o acompanhamento dos mesmos e a sua revisão, pelo menos anualmente, ou sempre que a actividade e o relacionamento com o cliente assim o justifiquem.

Risco de mercado –

As regras de gestão do risco de mercado estabelecido pelo Grupo CGD para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito, de mercado e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido, ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

A medida de risco de mercado utilizada é o Value at Risk (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, acções, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, sendo os níveis de confiança utilizados na simulação, dependentes do objectivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são utilizadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos activos subjacentes (basis point value (bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comumente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). Desenvolvem-se ainda avaliações do impacto nos resultados, para cenários extremos de variação por factor de risco (stress-testing).

São efectuadas, diariamente, análises de backtesting teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de backtesting teórico e, mensalmente, com cálculo de backtesting real. O número de excepções obtidas, isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos activos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, sector, rating e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por factor de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de acções em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo da rentabilidade com a avaliação do risco de crédito segundo as definições regulamentares em vigor e do risco de mercado segundo a abordagem de modelos internos.

Risco cambial –

O controlo e a avaliação do risco cambial é efectuada a nível individual, diariamente, para a actividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Risco de liquidez e risco de taxa de juro–

As políticas de gestão do risco de liquidez e taxa de juro no balanço na CGD, são definidas pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos (Asset-Liability Committee, ALCO). A Área de Risco de Liquidez da DGR controla e monitoriza a gestão destes tipos de riscos.

O Comité de Gestão de Activos e Passivos é o órgão delegado do Conselho de Administração responsável pelo processo de ALM, o qual reúne regularmente tomando deliberações que envolvem áreas como o risco, o desempenho das carteiras e as políticas de financiamento e de capital. O ALCO permite, ainda, um espaço de divulgação rápida da informação de gestão transversal ao Grupo.

A gestão do risco de liquidez socorre-se da análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos considerados, os volumes de “cash inflows” e “cash outflows”, bem como os respectivos “gaps” de liquidez.

Os gaps de liquidez são calculados mensalmente e confrontados com o cumprimento de três rácios (dois de curto prazo e um de longo prazo), oportunamente fixados em ALCO. Para o efeito, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural, que, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente e assentes no comportamento dos depositantes, traduz a distribuição aproximada dos depósitos à ordem e a prazo pelos diferentes “buckets” considerados.

Assim, no caso dos depósitos à ordem, 82% do seu saldo (“core deposits”) é considerado no “bucket” superior a 10 anos, sendo o restante (“non-core deposits”) alocado nos “buckets” até 12 meses, segundo estudos de sazonalidade e saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes “buckets” de acordo com um modelo de estimativa da sua vida média esperada e da distribuição temporal esperada das saídas desses depósitos.

No caso das aplicações em títulos, 85% do saldo total é considerado no “bucket” até 1 mês e os restantes 15% são repartidos de acordo com o peso dos saldos na estrutura de prazos residuais de maturidade inicial. As acções e outros títulos de rendimento variável que apresentem liquidez adequada são globalmente considerados no “bucket” até 1 mês.

A fim de evitar valores negativos elevados nos “gaps” de liquidez dos intervalos de curto prazo, a Caixa procurou assegurar permanentemente uma eficiente gestão de tesouraria. Para fazer face às maturidades mais elevadas, ligadas sobretudo ao crescimento significativo do crédito hipotecário concedido, a Caixa continuou a dispor de instrumentos de captação de recursos nos mercados nacionais e internacionais, nomeadamente através da emissão de obrigações hipotecárias e de Euro Medium Term Notes.

Ao longo do ano prosseguiu a política de captação de diferentes tipos de recursos cujos prazos se adequavam melhor aos “mismatches” existentes entre os prazos de activos e passivos e, simultaneamente, garantiam maior estabilidade dos recursos de clientes, quer através do lançamento de produtos estruturados de poupança quer da emissão de dívida.

Relativamente ao risco de taxa de juro, a metodologia adoptada na sua mensuração socorre-se da agregação em intervalos fixos de tempo de todos os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro, de acordo com as respectivas datas de revisão das mesmas (“repricing” dates). Para esses intervalos, são depois calculados os respectivos “cash flows” activos e passivos, bem como os correspondentes “gaps” de risco de taxa de juro.

A análise do comportamento do risco de taxa de juro envolve também o cálculo mensal da duração dos activos e passivos sensíveis, bem como o respectivo “gap” de duração. Através deste, procura medir-se o nível de “mismatch” entre o tempo médio em que os “cash inflows” são gerados e os “cash outflows” são exigidos.

Para acompanhar o efeito desses “gaps” sobre a margem financeira, procede-se periodicamente à elaboração de cenários previsionais da evolução mensal dos activos e passivos sensíveis, integrando nesses cenários comportamentos e tendências relevantes da actividade bancária, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas reflectidas na yield curve.

Por decisão do ALCO, foi em devido tempo aprovado um conjunto de “guidelines” sobre o risco de taxa de juro no balanço e na carteira bancária, incluindo a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objectivo dessas “guidelines” é o de assegurar que a CGD possui um modo de gerir o “trade-off” rentabilidade-risco, no que se refere à gestão do balanço, e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

Os limites estabelecidos são de cálculo mensal, no que se refere ao “gap” acumulado a 12 meses e ao “gap” de duração, e são de cálculo trimestral, quer para o indicador “economic value at risk” (que traduz as variações no valor económico do capital do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro), quer para o indicador “earnings at risk” (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro e da evolução dos saldos de recursos e aplicações).

Semestralmente, para a actividade consolidada, é também calculado e fornecido ao Banco de Portugal o risco de taxa de juro da carteira bancária, englobando nesta todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais não abrangidos pela carteira de negociação.

A avaliação e a medição deste tipo de risco socorre-se do impacto acumulado nos instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultante de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de +/- 200 bpv (conforme Instrução nº 19/05, do Banco de Portugal). Por decisão do ALCO, o cálculo desse impacto sobre os fundos próprios e sobre a margem financeira é efectuado com periodicidade trimestral, para efeitos de gestão interna, tendo sido, para o efeito, fixados limites internos.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade da CGD.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de CréditoExposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a exposição máxima a risco de crédito apresenta a seguinte decomposição:

	2007	2006
Títulos de negociação	2.539.077	4.302.528
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.368.515	1.773.287
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)	2.689.960	1.240.400
	<u>6.597.552</u>	<u>7.316.215</u>
Instrumentos financeiros derivados	1.271.593	764.640
Aplicações em instituições de crédito	12.893.741	12.181.232
Crédito a clientes (líquido de imparidade e provisões acumuladas)	56.757.718	49.971.164
Outros devedores	1.222.657	1.836.921
Outras operações a regularizar	297.287	715.339
	<u>72.442.996</u>	<u>65.469.296</u>
Outros compromissos		
Garantias prestadas		
Garantias e avales (líquido de provisões acumuladas)	4.040.330	5.358.316
Cartas de crédito em stand-by	179.192	149.320
Créditos documentários abertos	81.903	83.015
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	28.886	1.229
Contratos de depósitos a prazo a constituir	1.924.792	642.700
Linhas de crédito irrevogáveis	1.261.988	1.261.333
Credit Default Swaps (posições curtas)	1.159.500	649.500
	<u>8.676.591</u>	<u>8.145.413</u>
Exposição máxima a risco de crédito	<u>87.717.139</u>	<u>80.930.924</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Qualidade de crédito de títulos de dívida

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço de títulos de dívida em carteira líquido de imparidade (excluindo títulos vencidos), de acordo com notação de “rating” atribuída pela Standard & Poor’s ou equivalente, por tipo de garante ou emitente e por região geográfica do garante ou emitente, com referencia a 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	2007				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
<u>Activos financeiros detidos para negociação</u>					
AAA	25.204	871.221	5.015	-	901.440
AA- até AA+	635.730	188.048	-	-	823.778
A- até A+	56.318	425.924	10.799	15.052	508.093
Menor que A-	-	179.617	-	11.820	191.437
Sem Rating	-	92.692	-	21.637	114.329
	717.252	1.757.502	15.814	48.509	2.539.077
Emitidos por:					
Corporates	147.810	-	-	-	147.810
Governos e outras autoridades locais	463.410	884.955	10.799	-	1.359.164
Instituições financeiras	106.032	872.547	5.015	48.509	1.032.103
	717.252	1.757.502	15.814	48.509	2.539.077
<u>Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)</u>					
AAA	-	135.687	2.496	-	138.183
AA- até AA+	-	16.566	-	-	16.566
A- até A+	462.828	75.951	-	-	538.779
Menor que A-	570.546	7.625	-	-	578.171
Sem Rating	96.816	-	-	-	96.816
	1.130.190	235.829	2.496	-	1.368.515
Emitidos por:					
Corporates	819.387	48.886	-	-	868.273
Governos e outras autoridades locais	-	105.724	2.496	-	108.220
Instituições financeiras	302.923	81.219	-	-	384.142
Outros emitentes	7.880	-	-	-	7.880
	1.130.190	235.829	2.496	-	1.368.515
<u>Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)</u>					
AAA	-	113.010	139.169	34.466	286.645
AA- até AA+	-	159.688	58.461	16.533	234.682
A- até A+	44.208	1.511.701	60.980	147.392	1.764.281
Menor que A-	23.979	208.864	-	56.500	289.343
Sem Rating	-	78.720	8.233	27.362	114.315
	68.187	2.071.983	266.843	282.253	2.689.266
Emitidos por:					
Corporates	-	-	-	-	-
Governos e outras autoridades locais	-	-	132.471	-	132.471
Instituições financeiras	68.187	2.037.315	126.140	254.890	2.486.532
Outros emitentes	-	34.668	8.233	27.362	70.263
	68.187	2.071.983	266.844	282.252	2.689.266

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

2006					
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
AAA	-	971.367	103.558	51.007	1.125.932
AA- até AA+	811.559	246.830	379.049	13.103	1.450.541
A- até A+	-	697.366	39.896	56.842	794.104
Menor que A-	4.024	568.854	13.454	8.859	595.191
Sem Rating	9.998	190.437	111.158	25.167	336.760
	825.581	2.674.854	647.115	154.978	4.302.528
Emitidos por:					
Corporates	187.928	108.838	13.452	962	311.180
Governos e outras autoridades locais	598.470	1.124.947	35.278	-	1.758.695
Instituições financeiras	39.183	1.441.069	598.385	154.016	2.232.653
	825.581	2.674.854	647.115	154.978	4.302.528
Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)					
AAA	-	39.705	2.625	-	42.330
AA- até AA+	15.454	36.719	-	6.346	58.519
A- até A+	84.503	600.601	-	94.344	779.448
Menor que A-	680.645	61.537	-	5.035	747.217
Sem Rating	56.545	89.228	-	-	145.773
	837.147	827.790	2.625	105.725	1.773.287
Emitidos por:					
Corporates	425.185	70.407	-	-	495.592
Governos e outras autoridades locais	32.805	94.297	2.625	-	129.727
Instituições financeiras	379.156	663.086	-	105.726	1.147.968
	837.146	827.790	2.625	105.726	1.773.287
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
AAA	-	21.226	204.553	5.011	230.790
AA- até AA+	-	37.954	-	770	38.724
A- até A+	-	495.268	18.890	43.243	557.401
Menor que A-	10.012	87.866	-	27.837	125.715
Sem Rating	-	51.735	213.092	22.888	287.715
	10.012	694.049	436.535	99.749	1.240.345
Emitidos por:					
Corporates	-	9.163	-	-	9.163
Governos e outras autoridades locais	-	15.223	193.690	-	208.913
Instituições financeiras	10.012	663.559	48.606	76.861	799.038
Outros emitentes	-	6.104	194.240	22.887	223.231
	10.012	694.049	436.536	99.748	1.240.345

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Qualidade de crédito de Aplicações em instituições de crédito

O seguinte quadro apresente a desagregação do valor de balanço de aplicações em instituições de crédito, com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por rating da Standard & Poor's ou equivalente e por país de origem da contraparte:

	2007					
	Portugal	União Europeia	América do Norte	Brasil	Ásia	Outros
AAA	-	-	-	-	-	-
AA- até AA+	-	804.460	272.231	-	-	-
A- até A+	266.498	1.462.390	117.985	-	-	10.342
Menor que A-	340	83.779	67.939	304.688	16.063	92.946
Sem Rating	111.599	92.769	3.505	2.729	5.333	14.254
Empresas do Grupo CGD	3.730.537	5.231.248	-	-	199.056	3.049
	4.108.974	7.674.646	461.661	307.418	220.451	120.591
	12.893.741					

	2006					
	Portugal	União Europeia	América do Norte	Brasil	Ásia	Outros
AAA	-	15.328	-	-	76.156	-
AA- até AA+	40.065	1.404.762	247.235	-	-	47
A- até A+	239.882	2.908.539	225.731	-	1.215.171	-
Menor que A-	28.009	158.650	190.173	203.201	168.927	61.935
Sem Rating	81.191	106.738	-	-	2.930	9.431
Empresas do Grupo CGD	2.865.369	1.811.355	-	-	119.792	615
	3.254.516	6.405.371	663.139	203.201	1.582.977	72.029
	12.181.232					

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes apresentava a seguinte decomposição:

	2007					Justo valor das garantias de operações em default
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "default"	Outros Saldos	Total Crédito	
Crédito a empresas						
Vincendo	22.138.158	1.692.346	403.045	168.934	24.402.483	
Vencido	4.118	10.576	287.727	19.717	322.139	
	22.142.277	1.702.922	690.772	188.652	24.724.622	1.161.294
Crédito à habitação						
Vincendo	28.651.485	781.601	654.757	128.281	30.216.124	
Vencido	3.693	5.209	677.812	99	686.813	
	28.655.178	786.810	1.332.569	128.380	30.902.937	1.740.544
Crédito ao consumo						
Vincendo	1.133.393	25.633	20.013	8.241	1.187.281	
Vencido	270	2.156	33.431	241	36.097	
	1.133.663	27.789	53.444	8.482	1.223.377	35.950
Outros Créditos						
Vincendo	850.267	736	1.885	132.251	985.139	
Vencido	346	1.165	13.932	55.010	70.453	
	850.613	1.900	15.817	187.261	1.055.591	
Total crédito vincendo	52.773.304	2.500.316	1.079.701	437.707	56.791.027	
Total crédito vencido	8.427	19.105	1.012.901	75.067	1.115.501	
Total de crédito	52.781.731	2.519.421	2.092.602	512.774	57.906.528	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

2006						
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "default"	Outros Saldos	Total Crédito	Justo valor das garantias de operações em default
Crédito a empresas						
Vincendo	18.351.604	1.484.305	322.001	123.948	20.281.858	
Vencido	21.832	16.603	318.833	13.620	370.888	
	<u>18.373.436</u>	<u>1.500.907</u>	<u>640.834</u>	<u>137.569</u>	<u>20.652.746</u>	<u>1.719.045</u>
Crédito à habitação						
Vincendo	26.521.097	836.532	901.355	222.858	28.481.842	
Vencido	2.794	5.398	651.825	8.721	668.738	
	<u>26.523.892</u>	<u>841.930</u>	<u>1.553.180</u>	<u>231.579</u>	<u>29.150.580</u>	<u>1.994.882</u>
Crédito ao consumo						
Vincendo	969.558	25.571	21.981	5.967	1.023.077	
Vencido	573	696	17.252	1.985	20.506	
	<u>970.132</u>	<u>26.267</u>	<u>39.233</u>	<u>7.952</u>	<u>1.043.583</u>	<u>26.524</u>
Outros Créditos						
Vincendo	28.069	2	25	98.401	126.496	
Vencido	3.580	2.640	17.407	1.136	24.763	
	<u>31.649</u>	<u>2.642</u>	<u>17.431</u>	<u>99.537</u>	<u>151.260</u>	
Total crédito vincendo	<u>45.870.329</u>	<u>2.346.409</u>	<u>1.245.361</u>	<u>451.174</u>	<u>49.913.273</u>	
Total crédito vencido	<u>28.779</u>	<u>25.338</u>	<u>1.005.317</u>	<u>25.462</u>	<u>1.084.896</u>	
Total de crédito	<u>45.899.108</u>	<u>2.371.747</u>	<u>2.250.678</u>	<u>476.636</u>	<u>50.998.169</u>	

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento" – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- "Créditos com incumprimento" – créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Grupo foi reclassificada para esta categoria.

Na coluna "Outros Saldos" foram considerados os seguintes valores:

- Valor de balanço bruto de créditos concedidos por entidades do grupo que não foram incluídas na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido centralmente pelo Grupo.
- Valor de balanço bruto de crédito ao consumo a empregados da CGD (Sede).

Em 31 de Dezembro de 2006, a coluna "Créditos sem incumprimento", inclui 692.909 mEuros relativos a operações de compra com acordo de revenda sobre títulos de dívida da República Portuguesa.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o valor de balanço, líquido de provisões de:

- crédito concedido a clientes que ao longo dos referidos exercícios apresentaram prestações vencidas por um período superior a 90 dias e relativamente às quais tenha sido solicitada a intervenção dos órgãos de estrutura da Caixa responsáveis pelo processo de recuperação de créditos em incumprimento; ou,
- crédito concedido a empresas com valor de balanço superior a 100 mEuros, identificadas pelas respectivas Direcções Comerciais responsáveis pelo acompanhamento destas operações como tendo sido objecto de renegociação nestes períodos;

ascendem a 423.481 mEuros e 261.833 mEuros, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a CGD ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade da Caixa em alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresenta-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

2007									
	Prazos residuais contratuais								Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.569.770	-	-	-	-	-	-	-	1.569.770
Disponibilidades em outras instituições de crédito	834.509	-	-	-	-	-	-	-	834.509
Aplicações em instituições de crédito	7.624.702	1.774.354	1.279.732	908.561	1.058.748	433.929	66.298	27.351	13.174.827
Carteira de títulos									
Negociação	37.828	76.028	31.129	306.004	592.810	791.123	1.044.679	602.730	5.463.099
Outros	48.196	101.280	96.532	159.436	1.398.803	1.796.718	1.248.455	242.130	8.125.133
Crédito a clientes (saldo bruto)	3.845.678	3.226.221	5.113.700	4.552.207	13.426.179	11.604.712	15.884.355	19.663.308	77.430.908
	<u>13.958.683</u>	<u>5.177.883</u>	<u>6.521.094</u>	<u>5.926.208</u>	<u>16.476.540</u>	<u>14.626.481</u>	<u>18.241.787</u>	<u>20.535.519</u>	<u>106.598.246</u>
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(8.486.061)	(3.009.471)	(1.248.445)	(882.857)	(286.823)	(378.795)	(103.987)	(12.484)	(14.414.154)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.319.749)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(24.757.247)	(7.754.252)	(9.523.334)	(2.167.568)	(1.029.758)	(287.193)	(147.334)	(98.051)	(45.777.303)
Responsabilidades representadas por títulos	(2.600.532)	(1.598.628)	(1.040.269)	(1.973.052)	(2.862.191)	(3.708.848)	(4.361.489)	(800.510)	(31.773)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(7.735)	(7.671)	(15.463)	(61.631)	(61.591)	(132.629)	-	(22.980)
Outros passivos subordinados	(5.465)	(13.871)	(19.866)	(154.907)	(763.696)	(1.226.666)	(1.572.516)	(140.714)	(3.897.683)
Recursos consignados	(42)	(44.375)	(30.637)	(69.312)	(292.300)	(471.697)	(1.028.737)	(455.561)	(2.393.118)
	<u>(35.849.347)</u>	<u>(12.428.332)</u>	<u>(11.870.222)</u>	<u>(5.263.158)</u>	<u>(5.296.398)</u>	<u>(6.134.790)</u>	<u>(7.346.892)</u>	<u>(1.507.320)</u>	<u>(87.043.040)</u>
Instrumentos financeiros derivados	(32.441)	(63.639)	(22.348)	(68.202)	(198.577)	(5.331)	(197.918)	(199.205)	(787.662)
Diferencial	<u>(21.923.105)</u>	<u>(7.314.087)</u>	<u>(5.371.477)</u>	<u>594.848</u>	<u>10.981.564</u>	<u>8.486.360</u>	<u>10.697.178</u>	<u>18.828.993</u>	<u>3.787.270</u>
									<u>18.767.544</u>
2006									
	Prazos residuais contratuais								Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.992.293	-	-	-	-	-	-	-	1.992.293
Disponibilidades em outras instituições de crédito	547.371	-	2.604	-	-	-	-	-	550.003
Aplicações em instituições de crédito	8.434.896	985.941	1.033.024	756.004	785.846	326.862	28.364	15.736	12.367.064
Carteira de títulos									
Negociação	31.276	101.414	47.378	279.610	990.110	1.135.877	1.702.901	2.008.265	7.407.885
Outros	32.381	58.299	45.560	186.558	789.619	1.449.290	832.654	370.084	5.958.495
Crédito a clientes (saldo bruto)	2.797.851	2.732.571	3.395.817	3.243.592	9.778.861	8.889.443	13.422.229	29.301.108	73.555.083
	<u>13.836.069</u>	<u>3.878.224</u>	<u>4.524.382</u>	<u>4.465.764</u>	<u>12.344.437</u>	<u>11.801.472</u>	<u>15.986.148</u>	<u>31.695.193</u>	<u>101.830.823</u>
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(5.874.254)	(1.391.777)	(2.170.196)	(472.907)	(104.753)	(298.752)	(124.379)	(13.361)	(10.457.253)
Passivos financeiros detidos para negociação	(92)	(9.560)	(3.661)	(7.322)	(25.283)	(4.511)	(9.453)	-	(845.765)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(26.889.433)	(7.262.037)	(9.619.220)	(1.891.257)	(1.324.817)	(578.380)	(701.246)	(49.336)	(48.369.472)
Responsabilidades representadas por títulos	(1.558.887)	(1.326.037)	(983.487)	(837.286)	(2.484.615)	(1.693.616)	(3.311.227)	(686.560)	(12.878.497)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(14.514)	(27.719)	(39.643)	(72.039)	(199.969)	(69.497)	(11.676)	(1)	(430.428)
Outros passivos subordinados	(4.067)	(9.016)	(16.930)	(259.026)	(611.134)	(595.034)	(1.168.024)	(150.640)	(2.813.853)
Recursos consignados	(34)	(48.477)	(23.699)	(71.939)	(281.119)	(272.620)	(2.183.565)	(436.988)	(3.328.920)
	<u>(34.341.282)</u>	<u>(10.074.623)</u>	<u>(12.856.836)</u>	<u>(3.611.776)</u>	<u>(5.031.691)</u>	<u>(3.512.410)</u>	<u>(7.519.570)</u>	<u>(1.336.887)</u>	<u>(79.184.070)</u>
Instrumentos financeiros derivados	(6.217)	(58.840)	(39.058)	(14.947)	(97.140)	(26.859)	(42.726)	(125.527)	(413.314)
Diferencial	<u>(20.513.430)</u>	<u>(6.255.239)</u>	<u>(8.371.512)</u>	<u>839.041</u>	<u>7.215.606</u>	<u>8.262.203</u>	<u>8.423.852</u>	<u>30.232.778</u>	<u>2.400.140</u>
									<u>22.233.440</u>

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projectados, relativos a capital e juros, pelo que não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

Com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os quadros seguintes apresentam informação relativa ao risco de liquidez estrutural da CGD, tendo sido considerados na elaboração dos mesmos os seguintes ajustamentos:

- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede) – foram determinados prazos esperados de permanência (que não os contratuais), em função dos quais se procedeu à respectiva reclassificação das categorias inicialmente consideradas no mapa de “gap” de liquidez.
- Depósitos à ordem de clientes – reclassificação dos “core deposits” (montante estável de depósitos à ordem, considerando um horizonte histórico alargado) de “Até 1 mês” para “Mais de 10 anos”;
- Carteira de Títulos – reclassificação dos títulos de dívida e acções considerados com elevada liquidez para a maturidade “Até 1 mês”.
- Crédito à Habitação - a distribuição dos fluxos de capital teve em consideração as expectativas relativamente a taxas de reembolso antecipado de contratos, determinadas em função de uma análise ao histórico de informação de contratos originados desde Novembro de 2004.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projectados nem juros corridos.

2007										
	Maturidades remanescentes								Indeterminado	Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos		
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.565.562	-	-	-	-	-	-	-	-	1.565.562
Disponibilidades em outras instituições de crédito	834.509	-	-	-	-	-	-	-	-	834.509
Aplicações em instituições de crédito	7.577.637	1.711.610	1.238.834	850.473	960.178	410.637	52.172	11.270	1.153	12.813.963
Carteira de títulos										
Negociação	2.188.299	9.264	1.755	38.477	59.873	97.834	129.798	49.170	894.507	3.468.977
Outros (líquido de imparidade)	3.460.226	11.060	6.008	9.703	158.416	238.938	164.105	22.398	3.037.539	7.108.393
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.593.363	2.725.609	4.354.135	3.297.890	9.271.089	8.451.925	10.762.604	14.199.863	114.547	56.791.026
	19.219.597	4.457.543	5.600.733	4.196.543	10.449.556	9.199.333	11.128.679	14.282.701	4.047.746	82.582.430
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(8.426.411)	(2.937.660)	(1.205.822)	(832.924)	(228.111)	(344.934)	(91.361)	(10.019)	(5.232)	(14.082.475)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.319.749)	(1.319.749)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.908.769)	(2.966.765)	(2.913.999)	(5.152.533)	(8.885.225)	(4.940.769)	(3.649.454)	(14.692.690)	(12.566)	(45.122.771)
Responsabilidades representadas por títulos	(2.545.923)	(1.522.508)	(888.950)	(1.785.139)	(2.245.455)	(3.133.683)	(3.760.133)	(646.116)	(31.773)	(16.559.680)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(7.734)	(15.001)	(21.306)	(38.416)	(100.130)	(19.666)	(4.534)	-	2.645	(204.142)
Outros passivos subordinados	-	-	-	(49.880)	(504.891)	(1.006.582)	(1.279.965)	(90.948)	17	(2.932.248)
Recursos consignados	(34)	(15.849)	(15.852)	(26.625)	(130.042)	(323.536)	(860.755)	(379.416)	(458)	(1.752.588)
	(12.888.872)	(7.457.781)	(5.045.928)	(7.885.518)	(12.093.855)	(9.769.170)	(9.646.202)	(15.819.190)	(1.367.117)	(81.973.632)
Diferencial	6.330.725	(3.000.239)	554.805	(3.688.975)	(1.644.299)	(669.837)	1.482.477	(1.536.488)	2.680.629	608.799

2006										
	Maturidades remanescentes								Indeterminado	Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos		
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.988.766	-	-	-	-	-	-	-	-	1.988.766
Disponibilidades em outras instituições de crédito	547.371	-	2.604	-	-	-	-	-	28	550.003
Aplicações em instituições de crédito	8.381.105	960.023	1.001.377	717.421	730.215	311.028	18.983	11.793	390	12.132.334
Carteira de títulos										
Negociação	3.530.975	13.605	11.531	45.623	135.014	181.749	221.311	168.703	453.153	4.761.664
Outros (líquido de imparidade)	2.465.255	6.412	1.938	19.520	125.069	221.324	111.509	31.552	2.193.938	5.176.517
Crédito a clientes (saldos brutos)	2.597.870	2.358.332	2.842.427	2.244.266	6.212.891	5.935.640	7.849.299	19.878.937	(6.390)	49.913.272
	19.511.342	3.338.372	3.859.876	3.026.829	7.203.190	6.649.741	8.201.102	20.090.985	2.641.119	74.522.557
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(5.836.631)	(1.363.076)	(2.128.165)	(445.214)	(69.394)	(266.752)	(116.414)	(10.615)	(6.874)	(10.243.135)
Passivos financeiros detidos para negociação	(152.662)	(9.560)	(3.661)	(7.322)	(25.283)	(4.511)	(9.453)	-	(693.195)	(905.647)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.204.478)	(3.016.852)	(2.901.489)	(5.071.065)	(9.311.873)	(5.121.830)	(3.929.059)	(15.273.801)	(53.745)	(46.884.193)
Responsabilidades representadas por títulos	(1.542.217)	(1.212.698)	(911.988)	(635.139)	(2.107.169)	(1.374.092)	(2.793.598)	(569.077)	3.219	(11.142.758)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(11.481)	(22.212)	(31.757)	(58.630)	(170.742)	(63.515)	(10.700)	(1)	4.631	(364.407)
Outros passivos subordinados	-	-	-	(199.880)	(449.880)	(414.877)	(1.018.965)	(95.584)	18	(2.179.168)
Recursos consignados	(28)	(13.408)	(13.705)	(26.860)	(106.306)	(105.510)	(1.920.729)	(372.816)	(478)	(2.559.840)
	(9.747.497)	(5.637.806)	(5.990.765)	(6.444.109)	(12.240.647)	(7.351.088)	(9.798.917)	(16.321.895)	(746.424)	(74.279.148)
Diferencial	9.763.845	(2.299.434)	(2.130.889)	(3.417.280)	(5.037.457)	(701.346)	(1.597.814)	3.769.090	1.894.695	243.409

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos “cash-flows” dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- “Value-at-Risk” (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
 - Carteira de “trading” – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação;
 - Carteira de investimento – inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, com excepção de participações financeiras e crédito titulado;
 - Actividade de gestão de tesouraria – funding em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta actividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.
- Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras da Caixa.

Análise de VaR – Risco de Mercado

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de activos, num determinado período de detenção e dado um nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- período de detenção: 10 dias;
- nível de confiança: 99%;
- período de amostra de preços: 720 dias do calendário;
- *decay factor*=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efectuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são empíricas.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
VaR por tipo de risco		
Taxa de Juro	3.279	6.877
Cambial	1.919	3.770
Preço	21.210	2.553
Volatilidade	477	704
Efeito diversificação	(6.378)	(5.619)
	<u>20.506</u>	<u>8.285</u>

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points”(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2007					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	826	413	206	(206)	(413)	(825)
Aplicações em instituições de crédito	42.146	20.735	10.285	(10.122)	(20.089)	(39.590)
Carteira de Títulos						
Negociação	162.218	78.447	38.586	(37.363)	(73.552)	(142.594)
Outros	33.531	16.273	8.022	(7.807)	(15.412)	(30.065)
Crédito a clientes (saldos brutos)	528.825	256.610	126.441	(123.089)	(243.143)	(474.702)
Total activo sensível	767.547	372.478	183.540	(178.587)	(352.608)	(687.776)
Recursos de outras instituições de crédito	(44.439)	(22.127)	(11.027)	10.948	21.819	43.338
Recursos de clientes e outros empréstimos	(215.708)	(107.469)	(53.316)	52.543	104.370	206.069
Responsabilidades representadas por títulos	(642.606)	(334.830)	(163.509)	156.242	305.733	586.282
Outros passivos subordinados	(185.551)	(106.125)	(51.459)	48.569	94.525	179.551
Total passivo sensível	(1.088.304)	(570.550)	(279.311)	268.302	526.446	1.015.240
Total Ganho / (Perda)	(320.757)	(198.072)	(95.771)	89.715	173.838	327.465

	2006					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	852	415	197	(239)	(456)	(892)
Aplicações em instituições de crédito	32.160	15.723	7.666	(8.752)	(16.832)	(32.744)
Carteira de Títulos						
Negociação	284.217	136.454	66.882	(64.318)	(126.191)	(243.057)
Outros	25.796	12.639	6.257	(6.136)	(12.154)	(23.852)
Crédito a clientes (saldos brutos)	359.029	176.018	87.153	(85.836)	(170.148)	(334.840)
Total activo sensível	702.055	341.249	168.154	(165.280)	(325.782)	(635.385)
Recursos de outras instituições de crédito	(26.539)	(13.063)	(6.416)	6.712	13.199	26.028
Recursos de clientes e outros empréstimos	(208.131)	(111.286)	(55.139)	57.126	104.002	220.536
Responsabilidades representadas por títulos	(761.942)	(396.533)	(203.519)	192.925	376.091	716.006
Outros passivos subordinados	(65.889)	(32.445)	(16.152)	15.845	31.389	61.604
Total passivo sensível	(1.062.500)	(553.327)	(281.227)	272.608	524.680	1.024.174
Total Ganho / (Perda)	(360.446)	(212.078)	(113.072)	107.328	198.898	388.789

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão do Grupo Caixa no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada do Grupo para os exercícios de 2008 e 2007, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projeção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2007	(287.622)	(132.568)	(66.235)	66.828	134.416	269.563
Exercício de 2008	(394.913)	(165.496)	(81.705)	81.511	162.998	326.001

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2007 e 2008, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o “spread” médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação é apresentado no quadro seguinte:

2007									
Datas de refixação / Datas de maturidade									
	<= 7 dias	> 7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	497.872	1.067.690	-	-	-	-	-	-	1.565.562
Disponibilidades em outras instituições de crédito	834.509	-	-	-	-	-	-	-	834.509
Aplicações em instituições de crédito	6.640.760	2.099.362	2.697.758	687.196	506.005	144.328	73.630	(35.075)	12.813.963
Carteira de títulos									
Negociação	-	184.815	549.812	132.068	228.763	251.565	1.227.447	894.507	3.468.977
Outros (líquido de imparidade)	372.253	669.600	2.004.634	798.970	37.030	5.489	182.878	3.037.539	7.108.393
Crédito a clientes (bruto)	2.023.624	14.038.771	15.993.745	16.990.767	5.815.911	714.834	1.098.826	114.548	56.791.026
	10.369.019	18.060.239	21.245.949	18.609.001	6.587.709	1.116.216	2.582.780	4.011.519	82.582.431
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(5.377.426)	(3.143.896)	(3.349.809)	(1.205.656)	(851.068)	(113.111)	(35.972)	(5.536)	(14.082.475)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	(1.319.749)	(1.319.749)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(18.316.866)	(6.526.729)	(7.577.729)	(9.235.257)	(2.113.777)	(951.718)	(380.110)	(20.583)	(45.122.771)
Responsabilidades representadas por títulos	(976.812)	(2.588.032)	(3.520.008)	(3.202.424)	(894.904)	(1.420.997)	(3.924.730)	(31.773)	(16.559.679)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	(204.142)	-	-	-	-	-	(204.142)
Outros passivos subordinados	(104.891)	(250.000)	(880.000)	(70.880)	(30.000)	(400.000)	(1.196.494)	17	(2.932.248)
Recursos consignados	-	(676)	(1.750.227)	(1.207)	-	-	-	(458)	(1.752.568)
	(24.775.994)	(12.509.333)	(17.281.915)	(13.715.424)	(3.889.750)	(2.885.826)	(5.537.306)	(1.378.083)	(81.973.631)
Derivados (valor nominal)									
Interest rate swaps (IRSs)	1.496.804	(3.452.286)	(3.817.325)	(3.038.186)	409.545	2.061.886	6.159.418	32.470	(147.674)
Futuros sobre taxa de juro	-	-	(32.110)	(31.000)	(49.000)	-	(319.107)	(54.189)	(485.406)
Forward rate agreements (FRAs)	-	-	-	-	-	-	(94.200)	-	(94.200)
Opções de taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	(68.636)	(68.636)
	1.496.804	(3.452.286)	(3.849.435)	(3.069.186)	360.545	2.061.886	5.746.111	(90.354)	(795.916)
Exposição Líquida	(12.910.171)	2.098.620	114.598	1.824.391	3.058.504	292.276	2.791.585	2.543.082	(187.116)
2006									
Datas de refixação / Datas de maturidade									
	<= 7 dias	> 7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	941.097	1.047.669	-	-	-	-	-	-	1.988.766
Disponibilidades em outras instituições de crédito	550.003	-	-	-	-	-	-	-	550.003
Aplicações em instituições de crédito	2.947.291	6.295.673	1.661.509	671.096	455.122	69.786	31.468	390	12.132.334
Carteira de títulos									
Negociação	28.825	752.495	837.477	130.341	186.974	428.977	1.875.410	521.165	4.761.664
Outros (líquido de imparidade)	267.682	688.248	1.259.017	559.347	35.332	29.195	145.282	2.192.416	5.176.517
Crédito a clientes	2.409.780	11.386.581	13.777.605	16.253.461	5.016.152	488.973	587.109	(6.389)	49.913.272
	7.144.677	20.170.666	17.535.608	17.614.245	5.693.580	1.016.930	2.639.270	2.707.581	74.522.557
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(3.978.660)	(3.129.646)	(1.726.869)	(878.165)	(445.214)	(69.394)	(14.654)	(532)	(10.243.135)
Passivos financeiros detidos para negociação	(158.890)	(154)	(3.036)	(997)	(1.994)	(6.928)	(11.944)	(721.703)	(905.647)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(21.382.173)	(5.785.856)	(7.146.530)	(9.329.377)	(1.756.576)	(1.021.621)	(450.919)	(11.142)	(46.884.192)
Responsabilidades representadas por títulos	(59.114)	(1.483.102)	(1.722.698)	(1.004.662)	(702.198)	(1.485.435)	(4.688.768)	3.219	(11.142.758)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(4.340)	(283.046)	(8.245)	(12.633)	(9.144)	(32.269)	(19.362)	4.631	(364.407)
Outros passivos subordinados	-	(354.891)	(731.000)	(345.344)	-	(499.987)	(247.965)	18	(2.179.168)
Recursos consignados	-	(676)	(2.556.543)	(2.144)	(0)	-	-	(478)	(2.559.840)
	(25.583.177)	(11.037.371)	(13.894.920)	(11.573.321)	(2.915.126)	(3.115.634)	(5.433.611)	(725.987)	(74.279.147)
Derivados (valor nominal)									
Interest rate swaps (IRSs)	8.237.763	(8.707.206)	(4.354.795)	(1.160.153)	126.641	1.865.746	3.856.678	2	(135.324)
Futuros sobre taxa de juro	(285.562)	-	-	-	-	(381.800)	(148.933)	(37.451)	(853.746)
Forward rate agreements (FRAs)	-	-	-	(200.000)	-	5.800	-	-	(194.200)
Opções de taxa de juro	-	-	-	(4.012)	(8.024)	53.393	127.304	-	168.662
	7.952.201	(8.707.206)	(4.354.795)	(1.364.164)	118.618	1.543.139	3.835.049	(37.449)	(1.014.608)
Exposição Líquida	(10.486.299)	426.089	(714.108)	4.676.760	2.897.071	(555.565)	1.040.708	1.944.145	(771.199)

Os quadros acima incluem valores de capital vincendo, excluindo juros corridos e correcções de valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Na construção dos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- As disponibilidades mínimas de caixa e os depósitos à ordem de clientes não remunerados foram classificadas na coluna de “<= 7 dias”;
- Os instrumentos de capital foram classificados como "Indeterminado”;
- A diferença entre o valor nominal e o valor de mercado dos títulos de dívida registados ao justo valor está considerada na coluna "Indeterminado", incluindo a componente de juros corridos.

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

	2007				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.564.007	1.564.245	238	3.752	1.567.759
Disponibilidades em outras instituições de crédito	833.048	833.048	-	1.465	834.513
Aplicações em instituições de crédito	12.885.093	12.893.523	8.430	8.648	12.893.741
Crédito a clientes	56.898.309	57.040.413	142.104	367.282	57.265.591
	<u>72.180.457</u>	<u>72.331.228</u>	<u>150.772</u>	<u>381.148</u>	<u>72.561.605</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	14.189.984	14.190.196	(212)	7.596	14.197.580
Recursos de clientes e outros empréstimos	45.292.372	45.158.764	133.607	73.297	45.365.669
Responsabilidades representadas por títulos	15.906.603	16.059.311	(152.708)	31.774	15.938.377
Passivos financeiros associados a activos transferidos	228.047	228.469	(422)	(22.980)	205.066
Outros passivos subordinados	2.958.401	3.027.302	(68.901)	(17)	2.958.384
Recursos consignados	1.752.109	1.763.281	(11.171)	458	1.752.568
	<u>80.327.515</u>	<u>80.427.322</u>	<u>(99.807)</u>	<u>90.128</u>	<u>80.417.643</u>
	2006				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.990.652	1.990.727	75	-	1.990.652
Disponibilidades em outras instituições de crédito	550.005	550.005	-	-	550.005
Aplicações em instituições de crédito	12.166.301	12.181.329	15.028	14.931	12.181.232
Crédito a clientes	50.049.015	50.195.203	146.188	355.583	50.404.598
	<u>64.755.973</u>	<u>64.917.264</u>	<u>161.291</u>	<u>370.514</u>	<u>65.126.487</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	10.297.712	10.290.930	6.782	4.214	10.301.926
Recursos de clientes e outros empréstimos	46.905.173	46.865.678	39.495	152.234	47.057.407
Responsabilidades representadas por títulos	10.648.796	10.860.287	(211.491)	58.929	10.707.725
Passivos financeiros associados a activos transferidos	370.642	371.884	(1.242)	(4.631)	366.011
Outros passivos subordinados	2.197.758	2.236.686	(38.928)	-	2.197.758
Recursos consignados	2.559.362	2.575.341	(15.979)	478	2.559.840
	<u>72.979.443</u>	<u>73.200.806</u>	<u>(221.363)</u>	<u>211.224</u>	<u>73.190.667</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
 - . Taxas de juro de mercado para aplicações e recursos de instituições de crédito;
 - . Taxas de juro praticadas nas novas operações concedidas pela Caixa na data do balanço, para tipos de crédito comparáveis;
 - . Curvas de taxas de juro incorporando o spread de risco da Caixa, no que respeita a passivos emitidos para investidores institucionais, tendo em consideração o tipo de instrumento e a respectiva maturidade;
 - . Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.
- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente:
 - . O crédito vencido, líquido das provisões constituídas;
 - . Saldos de algumas Sucursais não incluídas no cálculo efectuado pela Caixa.

Relativamente a produtos estruturados com componente de volatilidade registados nas rubricas “Responsabilidades representadas por títulos” e “Passivos subordinados”, o valor de balanço em 2006 inclui as correcções de valor registadas no âmbito da contabilidade de cobertura, que em alguns casos poderão não estar a ser integralmente consideradas no cálculo do justo valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

	2007					Total
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Inputs observáveis de mercado	Fontes Externas	Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	-	2.051.821	-	1.407.520	9.636	3.468.977
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	687.360	336.382	695.736	218.324	1.937.802
Activos financeiros disponíveis para venda	56.570	2.704.217	-	2.297.490	113.007	5.171.284
Derivados de negociação	-	-	(173.792)	-	-	(173.792)
Derivados de cobertura	-	-	(682.608)	-	-	(682.608)
	56.570	5.443.398	(520.018)	4.400.746	340.967	9.721.663

	2006					Total
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Inputs observáveis de mercado	Fontes Externas	Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	-	2.594.449	-	2.136.968	30.247	4.761.664
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	596.782	372.361	1.208.952	9.917	2.188.012
Activos financeiros disponíveis para venda	142.172	1.599.702	-	1.215.843	30.843	2.988.560
Derivados de negociação	-	-	(749.708)	-	-	(749.708)
Derivados de cobertura	-	-	(519.203)	-	-	(519.203)
Outros passivos financeiros de negociação	-	(158.798)	-	-	-	(158.798)
	142.172	4.632.135	(896.550)	4.561.762	71.008	8.510.527

Na construção do quadro acima foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Cotações de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados activos;
- Técnicas de valorização – inputs observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros);
- Técnicas de valorização – fontes externas – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em bids indicativos fornecidos por contrapartes externas;
- Outras técnicas de valorização – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a coluna “Outras técnicas de valorização” inclui títulos adquiridos durante o último mês do exercício respectivo com valor de balanço de 52.655 mEuros e 7.600 mEuros respectivamente, os quais permanecem registados pelo seu custo de aquisição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)
Risco cambialDecomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2007						
	Moeda						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Outras	Valor de Balanço de Derivados de negociação	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.563.979	3.634	40	2	105	-	1.567.759
Disponibilidades em outras instituições de crédito	318.576	432.400	5.439	47.677	30.421	-	834.513
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	5.277.333	149.274	37.603	-	2.265	1.086.260	6.552.736
Activos financeiros disponíveis para venda	4.874.938	296.346	-	-	-	-	5.171.284
Aplicações em instituições de crédito	9.840.845	1.935.665	266.153	44.654	806.424	-	12.893.741
Crédito a clientes (saldo brutos)	57.066.214	728.380	463.131	2.419	26.702	-	58.286.846
Outros activos	1.815.596	2.477	-	11.601	45	-	1.829.718
Provisões e imparidade de instrumentos financeiros	(1.198.707)	(46.500)	-	-	(334)	-	(1.245.541)
	79.558.775	3.501.675	772.366	106.353	865.628	1.086.260	85.891.056
Passivo							
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(7.824.730)	(5.308.420)	(520.590)	(113.398)	(430.442)	-	(14.197.580)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	(1.319.749)	(1.319.749)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(44.345.615)	(790.516)	(62.089)	(94.859)	(72.589)	-	(45.365.669)
Responsabilidades representadas por títulos	(12.481.311)	(1.114.813)	(1.735.692)	(423.269)	(183.292)	-	(15.938.377)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(205.066)	-	-	-	-	-	(205.066)
Outros passivos subordinados	(2.833.146)	(34.174)	-	(91.064)	-	-	(2.958.384)
Outros passivos	(2.873.346)	(9.108)	3.031	-	(198)	-	(2.879.621)
dos quais: Recursos consignados	(1.752.568)	-	-	-	-	-	(1.752.568)
	(70.563.215)	(7.257.031)	(2.315.339)	(722.591)	(686.521)	(1.319.749)	(82.864.446)
Derivados (Nocionais)							
Swaps cambiais	(4.554.200)	3.210.005	1.017.713	106.175	88.313	-	(131.994)
Swaps de taxa de juro	(842.314)	(117.859)	290.448	507.488	14.563	-	(147.674)
Futuros	(567.221)	(7.623)	-	-	-	-	(574.844)
Opções e Caps & Floors	37.000	-	-	(70.636)	-	-	(33.636)
Operações Cambiais a Prazo	10.697	(54.569)	1.070	42.427	(6.593)	-	(6.968)
	(5.916.039)	3.029.954	1.309.231	585.454	96.283	-	(895.117)
	3.079.521	(725.402)	(233.742)	(30.784)	275.390	(233.489)	2.131.494

	2006						
	Moeda						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Outras	Valor de Balanço de Derivados de negociação	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.988.399	2.001	44	-	208	-	1.990.652
Disponibilidades em outras instituições de crédito	519.808	10.079	4.270	2.951	12.897	-	550.005
Activos financeiros detidos para negociação	4.057.048	681.902	19.685	-	3.029	658.472	5.420.136
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.145.600	28.961	13.451	-	-	-	2.188.012
Activos financeiros disponíveis para venda	2.533.902	454.716	-	-	56	-	2.988.674
Aplicações em instituições de crédito	7.585.016	2.010.221	717.763	1.045.094	832.378	-	12.190.472
Crédito a clientes (saldo brutos)	50.258.240	569.432	473.323	2.818	84.139	-	51.387.952
Outros activos	2.468.833	17.462	-	-	79	-	2.486.374
Provisões e imparidade de instrumentos financeiros	(1.022.005)	(38.208)	-	-	(381)	-	(1.060.594)
	70.534.841	3.736.566	1.228.536	1.050.863	932.405	658.472	78.141.683
Passivo							
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(5.430.376)	(4.276.651)	(299.541)	(8.100)	(287.258)	-	(10.301.926)
Passivos financeiros detidos para negociação	(158.798)	-	-	-	-	(749.708)	(908.506)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(45.965.361)	(861.730)	(64.099)	(99.547)	(66.670)	-	(47.057.407)
Responsabilidades representadas por títulos	(8.314.669)	(1.111.574)	(717.310)	(414.532)	(149.640)	-	(10.707.725)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(366.011)	-	-	-	-	-	(366.011)
Outros passivos subordinados	(2.063.859)	(38.193)	-	(95.706)	-	-	(2.197.758)
Outros passivos	(3.731.250)	(6.299)	1.346	-	(16)	-	(3.736.219)
dos quais: Recursos consignados	(2.559.840)	-	-	-	-	-	(2.559.840)
	(66.030.324)	(6.294.447)	(1.079.604)	(617.885)	(503.584)	(749.708)	(75.275.552)
Derivados (Nocionais)							
Swaps cambiais	(407.842)	2.335.438	(452.898)	(1.045.052)	(476.727)	-	(47.081)
Swaps de taxa de juro	(1.206.531)	79.803	317.200	645.829	28.375	-	(135.324)
Futuros	(621.995)	(14.782)	-	-	-	-	(636.777)
Opções	(72.367)	(19.219)	2.520	111.059	213.300	-	235.293
Caps & Floors	54.768	113.894	-	-	-	-	168.662
Operações Cambiais a Prazo	(38.703)	(12.888)	-	(131)	(2.086)	-	(53.808)
	(2.292.670)	2.482.246	(133.178)	(288.295)	(237.138)	-	(469.035)
	2.211.847	(75.635)	15.754	144.683	191.683	(91.236)	2.397.096

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Análise de VaR – Risco Cambial

De forma a garantir o controlo e a avaliação do risco cambial, a Caixa calcula valores e limites em termos de *Value-at-Risk* (VaR) por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a exposição global e o VaR (a 10 dias com 99% de intervalo de confiança) por moeda da CGD pode ser demonstrado através do seguinte quadro:

	VaR	
	2007	2006
Rand da África do Sul	4.951	1
Pataca de Macau	1.886	2.082
Dólar dos Estados Unidos	1.702	878
Real do Brasil	1.489	1.378
Libra estrelinha	170	41
Iene japonês	126	59
Outras moedas	2.602	850
Efeito diversificação	(6.504)	(3.004)
Total	6.422	2.283

O efeito de diversificação é calculado implicitamente.

39. GESTÃO DE CAPITAL

Os objectivos de gestão de Capital na Caixa Geral de Depósitos, obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a CGD está obrigada pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Banco de Portugal e pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, criar valor ao accionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a CGD está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e aos riscos dela decorrentes.

Para atingir os objectivos descritos, a Caixa Geral de Depósitos procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento e à captação de recursos alheios. Face ao crescimento sustentado das suas operações activas, o financiamento através de recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

As exigências regulamentares em vigor assentam no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o qual constitui um papel central na regulamentação prudencial portuguesa, reflectindo, em larga medida, as Directivas comunitárias respeitantes ao sistema financeiro. O referido RGICSF contempla diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 17,5 milhões de euros, para as Instituições de Crédito;
- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afectos às Reservas Legais, até ao montante do Capital Social;
- A aplicação de instrumentos de carácter preventivo, como seja a exigência de o denominado Rácio de Solvabilidade não poder ser inferior a 8%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afectarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;
- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 40% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, dado o risco de contaminação que pode existir num dado Grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse Grupo;
- Os limites às participações em outras sociedades - que não sejam nem Instituições de Crédito, nem empresas do sector Segurador -, as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas.

Para além destas exigências, há ainda outras regras prudenciais a que os Bancos estão sujeitos, as quais, em conjunto com as apresentadas, devem ser entendidas como um complemento importante de uma gestão prudente por parte das Instituições, a qual se deverá basear, essencialmente, nos dispositivos internos de avaliação e controlo por si montados, tendo em conta as responsabilidades perante os accionistas, depositantes e restantes credores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao Capital Regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório foi introduzido na legislação nacional em 1992, pela publicação do Aviso nº 12/92, de 22 de Dezembro, do Banco de Portugal. Este normativo, bem como o referente ao Rácio de Solvabilidade (Aviso nº 1/93, de 19 de Maio), decorre da aprovação, em 1988, do primeiro Acordo de Basileia, e foi complementado em 1996 com o Aviso Nº 7/96, do Banco de Portugal, o qual veio acrescentar aos riscos de crédito, os requisitos de capital para os riscos de mercado e cambial. Este normativo, Basileia I, foi substituído em 1 de Janeiro de 2008, pelo denominado Acordo de Capital Basileia II.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, a Caixa Geral de Depósitos dispõe de um Departamento próprio de informação prudencial, que trabalha em articulação com os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Gestão de Risco, bem como com as diferentes entidades que compõem o Grupo.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar da Caixa Geral de Depósitos, com referência a 31 de Dezembro de 2006 e 2007:

(milhões de Euros)		
	31-12-2006	31-12-2007
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	3.659	3.797
Capital Social	2.950	3.100
Reservas e Resultados Transitados	725	706
Resultado Líquido	320	366
Impactos de transição IAS (<i>regime transitório</i>)	250	177
Deduções aos F. P. Base	(585)	(552)
B - FUNDOS PRÓP.COMPLEMENTARES (TIER II)	2.455	3.018
Passivos subordinados c/ venc. indeterminado	710	710
Passivos subordinados c/ venc. determinado	1.239	1.898
Reservas de Reavaliação	439	410
Outros elementos	67	-
C - DEDUÇÕES AOS F. P. TOTAIS	(1.832)	(34)
Participações em empresas e Seguros e em Instituições de Crédito	(1.787)	-
Outras Deduções	(45)	(34)
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS(A+B+C)	4.282	6.781
E - POSIÇÕES DE RISCO PONDERADAS	48.283	59.577
RÁCIOS		
TIER I (A/E)	7,6%	6,4%
TIER II (B/E)	5,1%	5,1%
DEDUÇÕES (C/E)	-3,8%	-0,1%
RÁCIO DE SOLVABILIDADE (D/E)	8,9%	11,4%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de 3 grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do Balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador, nomeadamente:

- (i) Fundos Próprios de Base ou Tier I: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:
 - O Capital Social, as Reservas (excepto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;
 - O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos dividendos a entregar ao Estado. Em 2007 a percentagem considerada no Capital Regulamentar foi de, aproximadamente, 55%;
 - Os Impactos de transição, que correspondem aos encargos com os benefícios dos trabalhadores que resultaram da introdução das IAS (Plano Médico e outros encargos com a saúde) e cujas deduções aos Fundos Próprios foram objecto de diferimento, por 5 ou por 7 anos;
 - As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário introduzir, numa perspectiva de prudência, como factores de correcção. Incluem-se as Contribuições para o Fundo de Pensões ainda não relevadas como custo do exercício, o Imobilizado Incorpóreo, as Reservas de Reavaliação Negativas e os Impostos Diferidos Activos que ultrapassem 10% dos fundos Próprios de Base.
- (ii) Fundos Próprios Complementares ou Tier II: São constituídos, essencialmente, pelas Reservas de Reavaliação positivas de alguns activos e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia pelo Banco de Portugal. O valor destes Fundos não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base. A sua decomposição é a seguinte:
 - Dívida Subordinada, da qual a de vencimento determinado é considerada no segmento Lower Tier II apenas até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base, enquanto a de vencimento indeterminado é considerada na totalidade, no segmento Upper Tier II;
 - Reservas de Reavaliação positivas, incluídas nos Fundos Próprios Complementares apenas por 45% do seu montante.
- (iii) Deduções aos Fundos Próprios: Referem-se a um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:
 - Montantes relacionados com os imóveis em reembolso de crédito próprio em poder da Instituição, há mais de quatro anos;
 - Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo Caixa e 40% para as exposições perante outros Grupos;
 - Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (superiores a 5%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em termos de Requisitos de Capital no âmbito de Basileia I (em vigor até 31/12/2007), os activos ponderados são hierarquizados em 4 factores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada activo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que possam existir. Um tratamento idêntico é adoptado para as posições extrapatrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

No que respeita à periodicidade de reporte ao Banco de Portugal, os Fundos Próprios em base Individual têm de ser remetidos mensalmente, até 30 dias após a data do reporte. A periodicidade destes relatórios demonstra o grau de acompanhamento que é feito à evolução dos Fundos Próprios, o que significa que também a Situação Líquida da Instituição é, indirectamente, objecto de controlo regular por parte da Autoridade de Supervisão.

A partir de 1 de Janeiro de 2008, as Instituições de Crédito passam a aplicar os normativos decorrentes do Novo Acordo de Basileia, o que na Caixa se traduz, no imediato, na aplicação do método standard no cálculo dos requisitos para o risco de crédito - o de maior peso no total de requisitos a apurar - e do método do indicador básico para os novos requisitos decorrentes do risco operacional.



**Caixa Geral
de Depósitos**

NOTAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2007

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de Setembro de 1993, através do Decreto - Lei nº 287/93, de 20 de Agosto, que aprovou igualmente os respectivos estatutos. Em 23 de Julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

A CGD desenvolve a sua actividade numa óptica de banca universal. Para a realização das suas operações, em 31 de Dezembro de 2007 contava com uma rede nacional de 810 agências, uma Sucursal em França com 45 agências, uma Sucursal em Timor com 8 agências, Sucursais em Londres, Espanha, Luxemburgo, Mónaco, Nova Iorque, Ilhas Cayman e Zhuhai, uma Sucursal Financeira Exterior e uma Sucursal Financeira Internacional na Madeira.

A Caixa participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto significativo de empresas nacionais e estrangeiras, nomeadamente em Espanha, Cabo Verde, Moçambique, África do Sul, Brasil e Macau, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Caixa Geral de Depósitos (Grupo) e posicionam-se em diversos sectores, como sejam, banca, seguros, banca de investimento, corretagem, capital de risco, área imobiliária, gestão de activos, crédito especializado, comércio electrónico e actividades culturais. A Caixa detém também participações em empresas de sectores não financeiros da economia Portuguesa.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 2 de Abril de 2008.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 da CGD e de parte das suas filiais e associadas estão pendentes de aprovação pelas correspondentes assembleias gerais. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 das empresas associadas REN - Redes Energéticas Nacionais SGPS, S.A., AdP - Águas de Portugal, S.A. e SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. e da filial Compal utilizadas na preparação das contas consolidadas têm carácter provisório, admitindo porém, o Conselho de Administração da Caixa que eventuais alterações para as contas definitivas não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

2.2. Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Committee" (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia

No exercício de 2007 a Caixa adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2007. As alterações com relevância para a CGD foram as seguintes:

- IFRS 7 – “Divulgações de instrumentos financeiros” – Esta norma substituiu os requisitos de divulgação sobre instrumentos financeiros definidos no IAS 32 – Instrumentos financeiros – apresentação e divulgação” e no IAS 30 – Divulgações nas demonstrações financeiras de bancos e de instituições financeiras similares”. Sempre que considerado aplicável, e de acordo com os requisitos desta norma, é apresentada informação comparativa relativa ao exercício de 2006.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- IAS 1 (Alteração) – “Divulgações sobre requisitos de capital” – A revisão efectuada ao texto desta norma reflectiu-se essencialmente na necessidade de divulgações adicionais ao nível dos requisitos de capital. As divulgações previstas no âmbito desta norma são apresentadas na Nota 44.
- IFRIC 9 – “Reavaliação de derivados embutidos” – Esta interpretação clarifica os critérios de separação de derivados embutidos relativamente ao contrato de acolhimento na data de adopção dos IAS/IFRS, e dispensa de revisão posterior a decisão de separação tomada na data de reconhecimento inicial do contrato híbrido, sendo de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Junho de 2006. Esta interpretação está em linha com os procedimentos que já eram adoptados pela Caixa na preparação das suas demonstrações financeiras não tendo como tal tido impacto a sua introdução no exercício de 2007.
- IFRIC 10 – “Reporte financeiro intercalar e imparidade” – Esta interpretação clarifica que perdas de imparidade reconhecidas em Goodwill, instrumentos de capital classificados na categoria de “Activos financeiros disponíveis para venda” ou outros instrumentos de capital não cotados em mercados activos e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, registados ao custo de aquisição, não são reversíveis na preparação de demonstrações financeiras subsequentes (intercalares ou anuais). Esta interpretação está em linha com os procedimentos que já eram adoptados pela Caixa, pelo que a sua introdução no exercício de 2007 não teve impacto na preparação de informação financeira relativa a este exercício.

Em 31 de Dezembro de 2007, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IFRS 8 – “Segmentos operacionais” – Esta norma define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo o IAS 14 – “Relato por Segmentos”. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.
- IFRIC 11 – “IFRS 2 – Transacções com acções próprias e do Grupo” – Esta interpretação tem por objectivo clarificar os critérios de aplicação do IFRS 2 a determinadas transacções cuja liquidação ocorra através da entrega de acções, sendo de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Março de 2007.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IAS 1 (Alteração) – “Apresentação das Demonstrações Financeiras” – Esta norma introduz alterações ao nível da denominação e dos requisitos de apresentação das demonstrações financeiras, assim como de determinadas transacções com efeito em rubricas de capitais próprios. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.
- IFRS 3 (Alteração) – “Concentrações de actividades empresariais” e IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” – A revisão efectuada ao texto destas normas introduz alterações na mensuração e registo do “Goodwill” apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer na consideração do impacto de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de filiais, com e sem manutenção de controlo.

A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- IFRIC 14 – “Limite no reconhecimento de activos em planos de benefício definido, requisitos mínimos de financiamento e a sua interacção” – Esta interpretação clarifica os requisitos de registo de um activo associado a planos de benefício definido, assim como os efeitos contabilísticos associados ao reconhecimento de responsabilidades decorrentes de requisitos mínimos de financiamento do plano. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2008.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Caixa, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

2.3. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da CGD e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 3), incluindo entidades de propósito especial.

A nível das entidades participadas, são designadas “filiais” aquelas nas quais o Grupo exerce um controlo efectivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da Norma IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, fundos de capital de risco e de investimento e outras entidades similares, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e nas quais o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das filiais que integram o Grupo CGD foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica “Interesses minoritários”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da CGD e das entidades filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a CGD detém títulos de participação representativos de 52%, aproximadamente, do capital do Instituto Nacional de Habitação (INH). Esta participação não é consolidada pelo facto dos títulos de participação detidos pela CGD não lhe conferirem qualquer participação na gestão do INH.

A consolidação das contas de empresas sob controlo conjunto da Caixa e de outras entidades, nomeadamente a Esegur – Empresa de Segurança, S.A., é efectuada pelo método da consolidação proporcional, sendo os activos, passivos, custos e proveitos desta entidade integrados nas contas consolidadas na proporção da participação que a CGD detém no seu capital.

2.4. Concentrações de actividades empresariais e “goodwill”

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a filial, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

O “goodwill” corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O “goodwill” é registado como um activo e não é sujeito a amortização.

No caso de transacções efectuadas após a obtenção de controlo pelo Grupo, o diferencial entre o custo de aquisição das acções adicionais e o valor correspondente de activos e passivos da entidade adquirida é registado directamente em reservas.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma filial excede o custo de aquisição, o excesso deve ser reflectido como um proveito na demonstração de resultados do exercício.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Para este efeito, o “goodwill” é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respectivo valor recuperável com base em estimativas dos “cash-flows” futuros, actualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao “goodwill” são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de Janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o “goodwill” era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o “goodwill” gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

2.5. Investimentos em associadas

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situe, directa ou indirectamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respectivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efectiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efectuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a reflectir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O “goodwill”, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes, permanece reflectido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objecto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efectiva do Grupo nas entidades em questão.

2.6. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada “moeda funcional”. Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional do Grupo CGD.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais da Caixa e das filiais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas consolidadas, os activos e passivos de entidades com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica “Outras reservas”, do capital próprio, sendo o respectivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respectivas filiais.

Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo optou por não recalculer e, por consequência, não registar nas “Outras reservas” o impacto da conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira até 31 de Dezembro de 2003. Deste modo, o saldo da referida rubrica reflecte apenas as variações cambiais originadas a partir de 1 de Janeiro de 2004.

2.7. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rubrica “Encargos com serviços e comissões”. Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (“Fair Value Option”). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adopção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas; e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo de risco reduzido que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes activos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efectuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efectiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica é integralmente composta por títulos detidos pelo Banco Caixa Geral.

iii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros activos”.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

iv) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade. Neste sentido, inclui também os instrumentos de capital detidos no âmbito da actividade de capital de risco do Grupo, sem opções associadas;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Resultados em operações financeiras” ou “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em “Juros e rendimentos similares”, da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”, quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
 - Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os instrumentos de capital não cotados afectos à actividade de capital de risco são valorizados com base em:
 - Preços praticados em transacções materialmente relevantes efectuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
 - Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de sector de actividade, dimensão e rentabilidade;
 - Cash-flows descontados, utilizando taxas de desconto apropriadas ao risco dos activos detidos.

As valorizações incorporam factores de desconto para reflectir a iliquidez dos títulos. Adicionalmente, caso exista o direito ou a obrigação contratual de alienar um determinado activo, a sua valorização está compreendida no intervalo entre os valores resultantes dos métodos de valorização acima indicados e o valor actual do preço para alienação do activo, ajustado quando aplicável de modo a reflectir o risco de crédito da contraparte.

- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transacções recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transaccionados a descoberto. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e para reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respectivas variações reflectidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à actividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de acções, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respectivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Grupo apenas utiliza cobertura de exposição a variações de justo valor de instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor reflectida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respectiva maturidade.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”, com excepção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é reflectida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Grupo efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, Aplicações em instituições de crédito, Investimentos a deter até à maturidade e Crédito a clientes.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base colectiva quanto a activos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, o Grupo abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração das diversas entidades. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

De acordo com as políticas em vigor no Grupo, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de créditos vencidos que se encontrem garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados. Não obstante, para os créditos com garantia real e hipotecária com prestações de capital vencidas e não pagas há mais de seis e doze meses, respectivamente, o cálculo e o registo de juros sobre o capital vincendo é interrompido.

As recuperações de juros abatidos no activo são igualmente reflectidos a crédito da rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.7. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Grupo uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na “Reserva de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.8. Activos não correntes detidos para venda e grupos de activos e passivos a alienar

A norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a activos isolados e também a grupos de activos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transacção, bem como todos os passivos directamente associados a esses activos que venham a ser transferidos na transacção (denominados “grupos de activos e passivos a alienar”).

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação, por contrapartida de uma rubrica de “Outros passivos”. Esta última rubrica é regularizada quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida dos créditos vencidos. Os bens são subsequentemente registados nas seguintes rubricas:

- Nos casos em que a expectativa de venda seja altamente provável e se encontrem disponíveis para venda imediata, os bens são registados em “Activos não correntes detidos para venda”;
- Caso os activos não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados na rubrica “Outros activos”.

Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate ao activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui ainda os activos e passivos da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. (“Compal”). Conforme descrito na Nota 3, no decorrer do primeiro trimestre de 2008, o Grupo assinou um contrato promessa de compra e venda para alienação desta participação. Deste modo, os activos e passivos da Compal, foram registados em “Activos não correntes detidos para venda” e “Passivos não correntes detidos para venda”.

De acordo com a IFRS 5, os custos e proveitos da Compal no exercício de 2007 foram registados pelo valor líquido em “Outros resultados de exploração”. Os resultados de 2006, que no ano anterior foram integrados nas rubricas respectivas da demonstração de resultados, foram igualmente reclassificados para “Outros resultados de exploração”.

2.9. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas “Outros rendimentos e encargos de exploração”.

2.10. Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Outros gastos administrativos”.

Até 1 de Janeiro de 2004, tinham sido realizadas pela Caixa e por algumas filiais reavaliações de activos tangíveis ao abrigo das disposições legais aplicáveis. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito das referidas reavaliações, uma vez que o resultado das mesmas, no momento em que foram efectuadas, correspondia genericamente ao custo ou ao custo depreciado de acordo com as IFRS, ajustado de forma a reflectir as alterações em índices de preços. Relativamente às entidades com sede em Portugal, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Os imóveis de serviço próprio detidos pelas Seguradoras do Grupo eram registados ao justo valor, de acordo com as regras definidas pelo Plano de Contas para as Empresas de Seguros. Na transição para as IFRS, o valor de balanço desses imóveis foi considerado como custo, tal como permitido pelo IFRS 1.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50 - 100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 - 8
Instalações interiores	3 - 10
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	4 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Grupo como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis.

2.11. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros activos tangíveis” e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em “Juros e rendimentos similares”.

2.12. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Activos Intangíveis, os custos internos directos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como activos intangíveis. Estes custos correspondem exclusivamente a custos com pessoal.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

Os activos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos no âmbito de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente as marcas da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A., não são amortizados, sendo objecto de análises de imparidade com base em avaliações de entidades especializadas. Conforme descrito em maior detalhe na Nota 3, em 31 de Dezembro de 2007 os activos intangíveis registados no âmbito da aquisição da Compal, encontram-se registados em “Activos não correntes detidos para venda”.

2.13. Impostos sobre lucros

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal, nomeadamente a CGD, estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede nos termos do artigo 85º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

As Sucursais Financeiras Exteriores na Região Autónoma da Madeira da CGD e do Caixa - Banco de Investimento, S.A. beneficiam, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

O artigo 86.º do Código do IRC, estabelece que a colecta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 60% do montante que seria determinado se o sujeito passivo não usufruísse de:

- Benefícios fiscais, conforme previstos no n.º 2 do artigo 86.º;
- Dedução de contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis destinadas à cobertura de responsabilidades com pensões que, em resultado da aplicação das normas internacionais de contabilidade, sejam efectuadas por determinação do Banco de Portugal;
- Dedução de prejuízos fiscais transmitidos por sociedades fundidas.

A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da colecta dos exercícios de 2007 e 2006, na sequência da aplicação deste artigo.

No que respeita às subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados com base nas normas em vigor nos respectivos países.

Adicionalmente, nos termos do Artigo 60º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, directa ou indirectamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, directa ou indirectamente, em mais de 50% por sócios residentes.

Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto efectivamente pago seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal. A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável da Caixa do exercício em que os referidos lucros lhe venham eventualmente a ser distribuídos.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Adicionalmente, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes de “goodwill”;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças temporárias tributáveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Grupo tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a provisões temporariamente não aceites fiscalmente e benefícios dos empregados.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A partir de 1 de Janeiro de 2005, as demonstrações financeiras individuais da CGD e das entidades do Grupo sujeitas à supervisão do Banco de Portugal passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal. O cálculo dos impostos correntes e diferidos relativos a alguns dos impactos da transição para as novas regras contabilísticas foi baseado em pressupostos.

No exercício de 2006, a alteração ao artigo 14º do Decreto-Lei 35/2005, de 17 de Fevereiro, aprovada pela Lei do Orçamento de Estado para 2007, veio estabelecer a obrigatoriedade de as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal e que estejam obrigadas a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as NCA, efectuarem o apuramento do lucro tributável de acordo com os critérios estabelecidos nas referidas normas. Adicionalmente, no âmbito da redacção do n.º 2 do artigo 57º da Lei do Orçamento do Estado para 2007, foram definidas disposições transitórias relativamente à implementação das NCA, as quais foram consideradas no apuramento do imposto dos exercícios de 2006 e 2007, e que deverão vigorar até à introdução das necessárias adaptações ao actual texto do Código do IRC, com especial relevo para a reavaliação dos instrumentos financeiros derivados de negociação ou de cobertura de justo valor que passou a relevar fiscalmente no momento da sua contabilização.

Em 31 de Dezembro de 2007, o apuramento do lucro tributável foi efectuado considerando ainda as seguintes situações: (i) disposições do artigo 35º-A do Código do IRC na parte aplicável às empresas do sector bancário, nomeadamente no que respeita à não aceitação como custo fiscal das provisões para risco específico de crédito com garantia hipotecária; (ii) disposições do n.º 1 do artigo 57º da Lei do Orçamento do Estado para 2007, quanto à não aceitação como custo fiscal das dotações para reforço de outras provisões na parte correspondente ao saldo apurado à data de 1 de Janeiro de 2007 das provisões que por aplicação do referido artigo 35º - A deixaram de ser dedutíveis fiscalmente. Foram registados impostos diferidos activos em ambas as situações.

O valor reconhecido pela CGD nos exercícios de 2007 e 2006 como variação patrimonial nas contas individuais, referente a um quinto do acréscimo de responsabilidades com benefícios dos colaboradores verificado com a aplicação das NCA, adicionado dos restantes custos desta natureza reconhecidos no exercício, não excede o limite de 25% da massa salarial. Assim, e considerando igualmente que os custos dedutíveis fiscalmente na esfera da CGD até 31 de Dezembro de 2007 são inferiores aos montantes efectivamente entregues ao fundo de pensões (condição exigida nos termos do entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais), tais montantes são considerados custos fiscalmente aceites.

2.14. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respectivos clientes;
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da actividade do Grupo.

2.15. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

No Grupo CGD existem diversos planos de pensões incluindo, nomeadamente, planos de benefício definido e, em algumas situações, de contribuição definida. Deste modo, a Caixa, a Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial, S.A. (Fidelidade-Mundial) e a Império – Bonança, Companhia de Seguros, S.A. (Império-Bonança) são responsáveis pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 37. Existem ainda outras empresas do Grupo com responsabilidades com planos de benefício definido, nomeadamente o Banco Comercial do Atlântico, o Banco Caixa Geral e o Banco Nacional Ultramarino (Macau).

Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no activo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados. A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de Julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários especializados, utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 37). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou, caso aplicável, das provisões constituídas), dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Os limites referidos no parágrafo anterior são calculados e aplicados separadamente para cada plano de benefício definido.

Relativamente a planos de contribuição definida, o Grupo não assume normalmente qualquer responsabilidade para além das contribuições efectuadas anualmente, pelo que não há lugar ao registo de custos adicionais.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido na rubrica apropriada de “Custos com pessoal”.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo actuarial é reflectido directamente em “Custos com pessoal”. Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inactivo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica “Custos com pessoal”.

Outros benefícios de longo prazo

O Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.16. Seguros

a) Contratos de Seguro

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo respeita as disposições do IFRS 4 – “Contratos de seguro”. Esta Norma veio permitir aos emissores de contratos de seguro a manutenção das políticas contabilísticas utilizadas antes da adopção dos IFRS, desde que seja assegurado o cumprimento de determinados requisitos mínimos, estabelecidos pela norma, incluindo a realização com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras de um teste de adequidade dos passivos associados aos contratos detidos.

Neste sentido, no registo dos contratos de seguro emitidos e dos contratos de resseguro detidos pelo Grupo foram aplicados os princípios contabilísticos previstos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido através da norma nº 7/94 de 27 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e restantes normas emitidas por esta entidade, complementados com as modificações decorrentes das disposições do IFRS 4.

Os principais impactos decorrentes da aplicação do IFRS 4 nas demonstrações financeiras das companhias de seguros detidas pelo Grupo respeitam à classificação dos contratos emitidos ou adquiridos pelo Grupo em contratos de seguro ou contratos de investimento. Os contratos com risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro e registados no âmbito do IFRS 4. Os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Adicionalmente, de acordo com o permitido pelo IFRS 4, o Grupo manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de investimento com participação nos resultados, quando essa participação inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo o correspondente aumento de responsabilidades.

As mais - valias potenciais, líquidas de menos - valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidos entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial das companhias.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando devidos, na rubrica “Prémios, líquidos de resseguro”, da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “Pró-rata temporis” aos respectivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e reflectidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respectivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com excepção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objectivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença, denominadas de pensões definidas;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respectivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados, denominadas pensões presumíveis.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas Homologadas e Definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente <u>Remíveis</u>	Não <u>Remíveis</u> (*)
Tábua de mortalidade	TD 88/90	TD 88/90 (Homens) TV 88/90 (Mulheres)
Taxa de desconto	5,25%	4%
Encargos de gestão	2,40%	4%

(*) No cálculo das Provisões Matemáticas para a marca Império-Bonança foi construída uma tábua de mortalidade única assumindo uma proporção de sessenta e cinco por cento de Homens e de trinta e cinco por cento de Mulheres.

A estimativa da provisão matemática para pensões presumíveis de Acidentes de Trabalho é efectuada com base em triângulos de desenvolvimento das variáveis históricas consideradas relevantes para as provisões matemáticas conhecidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT- Fundo de Acidentes de Trabalho. As companhias efectuem o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsadas pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade do Instituto de Seguros de Portugal, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efectuadas pelas companhias seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões, já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objectivo registar a responsabilidade relativamente a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. O seu cálculo baseia-se em modelos actuariais aplicados a matrizes de run-off destas despesas.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de carácter vitalício, e é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	$35\% \cdot TV\ 88/90 + 65\% \cdot TD\ 88/90$
Taxa de desconto	4%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

As provisões de acidentes de trabalho são calculadas recorrendo a bases de dados internas.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afectando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada pelo actuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

Esta análise é efectuada para os principais ramos / grupos de ramos, representativos de mais de 90% das provisões para sinistros, nomeadamente automóvel, acidentes de trabalho, acidentes pessoais e doença.

As análises realizadas contemplam responsabilidades directas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efectuadas assentam em triângulos de pagamentos emitidos e utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

f) Provisão matemática do ramo vida

Regista o valor actual das prestações futuras a pagar aos segurados do ramo vida, (líquidas das prestações a cobrar), calculado para cada apólice de acordo com métodos actuariais e segundo as respectivas bases técnicas.

A avaliação das responsabilidades é feita através da comparação das provisões matemáticas de balanço, determinadas prospectivamente, acrescidas de uma “shadow reserve”, com o resultado do teste de adequacidade dos passivos. Caso este último seja superior, acresce-se esse montante ao valor das provisões matemáticas por forma a obter o valor final das responsabilidades.

A shadow reserve é constituída pelas mais valias potenciais líquidas de títulos a atribuir aos segurados.

O teste de adequacidade dos passivos está descrito mais adiante, na Nota 2.16. j).

g) Provisão para participação nos resultados

Regista a parte dos resultados apurados nas carteiras afectas a contratos do ramo vida com participação nos resultados a ser distribuída pelas apólices dos respectivos ramos.

Os produtos de capitalização têm associada uma Conta de Participação Financeira e os produtos com risco de vida têm saldos apurados com base em Contas Técnico-Financeiras, ou só com base em rubricas técnicas, caso não tenham uma componente do prémio destinada à constituição de uma reserva de poupança, no sentido clássico do termo.

A afectação individual dos saldos de participação aos contratos é feita tendo por base critérios objectivos, como, por exemplo, proporcionalmente aos prémios de risco, às Provisões Matemáticas de Balanço ou ao capital seguro, consoante o tipo de modalidade, respeitando-se o contributo individual de cada contrato na criação do respectivo benefício.

h) Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme acima referido, de acordo com o permitido pelo IFRS 4, o Grupo manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que a participação nos resultados inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial da Companhia.

A separação destes montantes entre Segurado e Companhia é feita com base nos planos de participação nos resultados, ou com base na percentagem distribuída no último exercício, se esta diferir do estabelecido no plano.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo Grupo.

i) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

j) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o Grupo realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor actual dos cash flows futuros associados aos contratos), incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os cash flows associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor actual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos activos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da actualização, à taxa de juro de mercado da Euro Benchmark Curve, dos cash-flows futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos cash-flows futuros de prémios.

Estes cash-flows futuros são projectados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas de segunda ordem das companhias, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

Mortalidade:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade no início, no fim e as sinistradas no ano. A partir destes dados, calcula-se o número de pessoas expostas ao risco em cada idade, e multiplicando-se este valor pela probabilidade de morte de uma determinada tábua de mortalidade determina-se o número esperado de sinistros, de acordo com essa tábua. Comparando esse valor com o real obtém-se a sinistralidade real do ano em percentagem da tábua. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se então o pressuposto de mortalidade.

Resgates:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas no início e fim do ano e os montantes resgatados, por produto. A partir destes dados, calcula-se o valor médio de provisões matemáticas de cada produto, e dividindo-se o montante de resgates por esse valor obtém-se a taxa de resgate do ano. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se o pressuposto de resgate de cada produto.

Despesas:

As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, divide-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Taxas de Rendimento:

A determinação das taxas de rendimento futuras, a aplicar às provisões matemáticas, é feita com base no “asset mix” de cada produto na data de balanço. Para o efeito, com referência a 31 de Dezembro de 2006 estimaram-se taxas de rendibilidade por classes de activos da seguinte forma:

- Obrigações: Taxa sem risco do Euro a 10 anos;
- Acções: Taxa sem risco do Euro a 10 anos, acrescida de 3%;
- Imobiliário: Taxa sem risco do Euro a 10 anos, acrescida de 2%;
- Disponibilidades: Taxa sem risco do Euro a 10 anos, deduzida de 1,5%.

A taxa de rendimento de cada produto resulta da média ponderada do peso de cada classe de activos que lhes estão afectos pela respectiva taxa. A este valor acresce o run off do Fundo para Dotações Futuras e das mais-valias potenciais dos títulos de rendimento fixo, por forma a obter a taxa de rendimento final.

Com base nestas taxas de rendimento são projectadas participações nos resultados futuras, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo depois projectadas nos vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Ramos não vida

Os actuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das reservas socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

k) **Provisões técnicas de resseguro cedido**

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

l) **Responsabilidades para com subscritores de produtos “Unit-linked”**

As responsabilidades associadas a contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador (produtos “Unit-linked”) emitidos pelo Grupo são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos activos que integram a carteira de investimentos afecta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão.

As carteiras de investimentos afectas a produtos “Unit-linked” são compostas por activos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de resultados do exercício.

m) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de resultados do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”.

n) Activos intangíveis resultantes da aquisição de contratos de seguro

A diferença entre o justo valor dos contratos de seguro adquiridos no âmbito de concentrações de actividades empresariais e o respectivo valor contabilístico calculado de acordo com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo, que corresponde ao “Value in force” da carteira de contratos adquirida, é autonomizado do “Goodwill” à data da aquisição e reconhecido separadamente como um activo intangível.

O “Value in force” é amortizado ao longo da vida dos contratos adquiridos. Para este efeito, é recalculado com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras, sendo a diferença no valor face ao exercício anterior reconhecida na demonstração de resultados.

2.17. Comissões

Conforme referido na Nota 2.7., as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas ao longo da operação, pelo método da taxa efectiva, em “Juros e rendimentos similares”.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de actos únicos.

2.18. Instrumentos de capital próprio emitidos

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo justo valor da contrapartida recebida, líquido de custos directos com a emissão.

A classificação das acções preferenciais emitidas pelo Grupo é efectuada com base nos critérios definidos no IAS 32. Deste modo, nas situações em que o pagamento de dividendos e/ou o reembolso estejam exclusivamente dependentes de uma decisão discricionária do Grupo, os títulos emitidos são considerados instrumentos de capital próprio. As acções preferenciais emitidas por filiais que cumprem estes requisitos são reflectidas no balanço consolidado na rubrica de “Interesses minoritários”.

2.19. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.20. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.21. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.7. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Caixa valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.7. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.7., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.15. acima, as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos activos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Imparidade do goodwill

Conforme referido na Nota 2.4. acima, o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do goodwill registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projecções efectuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da actividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos reflectem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.16. acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor nos países em que operam. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa e das empresas do Grupo sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas filiais, por sectores de actividade, e os respectivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais, excepto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

Sector de actividade/Entidade	Sede	2007			2006	
		% Participação Efectiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Gestão de Participações Sociais						
Bandeirantes, SGPS, S.A.	Madeira	100,00	19	(4)	23	(1)
Caixa - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	29.370	6.319	25.758	3.063
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	35.294	5.183	30.706	39
Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.	Lisboa	99,68	97.818	641	41.523	(1.588)
Caixa Seguros, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	1.081.528	94.153	959.516	85.004
Caixaweb, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	10.187	198	8.322	10
Gerbanca, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	52.466	23.290	29.168	14.726
Império - Bonança, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	372.382	40	372.342	970
Parbanca, SGPS, SA	Madeira	100,00	1.498	5.858	10.265	5.628
Bancário						
Banco Caixa Geral, S.A. (b)	Vigo	99,75	408.618	10.849	397.829	584
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	Praia	59,17	22.697	5.891	18.501	3.389
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	Maputo	51,00	64.197	17.780	39.167	14.854
Banco Financeiro Português	São Paulo	100,00	21.691	(3.524)	8.967	(1.675)
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	Praia	70,00	8.291	1.514	7.321	997
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	Macau	100,00	153.912	32.095	108.516	29.071
Caixa - Banco de Investimento, S.A. (b)	Lisboa	99,68	220.122	37.042	270.297	30.046
Caixa Geral de Depósitos - Subsidiária Offshore de Macau	Macau	100,00	13.570	1.352	13.641	1.879
CGD - North America	Delaware	100,00	1	-	1	-
CGD - Representação de Bancos, S.A.	São Paulo	100,00	243	(68)	110	46
Mercantile Lisbon Bank Holdings, Ltd.	Joanesburgo	91,75	81.181	16.478	72.448	10.925
Segurador						
Cares - Companhia de Seguros, S.A. (b)	Lisboa	100,00	14.570	3.784	13.446	3.398
Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial S.A. (b)	Lisboa	100,00	1.008.894	133.569	953.889	111.498
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (b)	Lisboa	100,00	19.286	841	-	-
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	Praia	65,30	5.057	643	4.437	564
Império - Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00	215.429	31.265	186.343	29.610
Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (b)	Lisboa	100,00	26.210	1.007	-	-
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00	30.958	2.082	29.133	4.532
Crédito Especializado						
BCI Leasing	Maputo	-	-	-	2.411	172
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	100,00	121.939	10.608	111.397	9.375
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	80,00	10.157	157	-	-
Gestão de Activos						
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	Lisboa	100,00	34.095	7.908	28.173	4.534
CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	100,00	5.153	897	4.356	350
Fundimo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00	7.649	4.642	7.075	4.068
Capital de Risco						
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	Praia	52,69	3.167	(27)	3.194	-
Caixa - Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	99,68	27.485	(416)	27.901	4.025
Imobiliário						
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	Lisboa	100,00	3.586	1.345	3.769	1.527
Fidelidade Mundial - SGII, S.A.	Lisboa	100,00	23.817	2.094	22.543	990
Outras Entidades Financeiras						
CGD Finance	Cayman	100,00	(4.187)	(4.430)	247	(4)
Caixa Geral Finance (d)	Cayman	0,01	629.933	29.932	600.181	22.548
Caixa Ireland Limited (c)	Dublin	-	-	-	39.140	1
Caixa Investments Ireland (c)	Dublin	-	-	-	39.938	802

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.

(c) A situação líquida inclui prestações suplementares.

(d) O capital social está representado por 1.000 acções ordinárias com valor unitário de 1 Euro e 600.000 acções preferenciais sem direito de voto com o valor unitário de 1.000 Euros cada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Sector de actividade/Entidade	Sede	2007			2006	
		% Participação Efectiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Outros sectores						
Caixa - Sistemas de Informação, S.A.	Lisboa	-	-	-	(1.448)	-
Caixanet - Telemática e Comunicações, S.A.	Lisboa	80,00	1.734	8	1.726	6
Caixatec, Tecnologias de Comunicação, S.A.	Lisboa	100,00	(84)	13	504	(576)
Compal - Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A.	Lisboa	78,89	116.657	(7.062)	123.709	1.177
Culturgest - Gestão de Espaços Culturais, S.A.	Lisboa	100,00	(3.486)	(3.470)	234	(3)
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Lisboa	100,00	227	16	211	24
EPS - Gestão de Sistemas de Saúde, S.A.	Lisboa	100,00	2.129	1.003	1.126	(35)
LCS - Linha de Cuidados de Saúde, S.A.	Lisboa	100,00	(1.029)	(2.128)	1.100	(515)
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Lisboa	100,00	1.892	233	830	(168)
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Lisboa	100,00	103	(26)	129	35
HPP - Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A. b)	Lisboa	75,00	34.582	1.028	16.930	723
HPP International Ireland, Ltd.	Dublin	100,00	31.000	(0)	-	-
HPP International - Luxembourg, S.A.R.L.	Luxemburgo	100,00	1.914	914	-	-
Imoport.com - Multimédia, S.A.	Lisboa	-	-	-	(1.079)	(563)
Servicomercial - Consultoria e Informática, Lda.	Lisboa	100,00	3.584	67	3.516	31
Portal Executivo - Sociedade de Serviços,						
Consultoria e Informação em Gestão, S.A.	Lisboa	75,00	(1.428)	(54)	(1.333)	349
Wolfpart, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	2.594	1.390	50	-
Agrupamentos Complementares de Empresas						
Groupment d'Interet Economique	Paris					
Sogruppo - Serviços Administrativos, ACE	Lisboa					
Sogruppo - Sistemas de Informação, ACE	Lisboa					
Sogruppo IV - Gestão de Imóveis, ACE	Lisboa					
Entidades de propósito especial e Fundos de investimento						
Fundo Nostrum Consumer Finance, FTC	Lisboa	-	222.052	(408)	395.569	(660)
Fundo Nostrum Mortgage 2003-1	Lisboa	-	650.247	(1)	729.953	125
Nostrum Mortgages PLC	Dublin	-	15.008	9.105	5.965	5.092
Nostrum Consumer Finance PLC	Dublin	-	2.973	(1.619)	4.109	(608)
Fundo de Capital de Risco - Grupo CGD - Caixa Capital	Lisboa	96,93	181.959	(6.236)	78.389	12.973
Fundo de Capital de Risco - PME - Caixa Capital	Lisboa	-	-	-	11.175	(322)
Fundo de Capital de Risco - Energias Renováveis - Caixa Capital	Lisboa	90,71	53.100	1.708	51.392	1.392
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest	Lisboa	97,82	84.927	(1.134)	56.063	330
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança 1	Lisboa	100,00	15.222	477	14.745	484
Empresas registadas pelo método proporcional						
Esegur - Empresa de Segurança, S.A.	Lisboa	50,00	10.344	3.415	7.530	672

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.

(c) A situação líquida inclui prestações suplementares.

(d) O capital social está representado por 1.000 acções ordinárias com valor unitário de 1 Euro e 600.000 acções preferenciais sem direito de voto com o valor unitário de 1.000 Euros cada.

Os dados financeiros em 31 de Dezembro de 2007 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respectiva aprovação em Assembleia Geral de accionistas.

Os principais movimentos nas filiais do Grupo durante os exercícios de 2007 e 2006, foram os seguintes:

Banco Caixa Geral, S.A.

No exercício de 2005, o Banco Caixa Geral efectuou um aumento de capital social no montante de mEuros 275.000, através da emissão de 45.757.072 novas acções com valor nominal unitário de 6,01 Euros. A CGD subscreveu 45.685.240 acções, pelo montante de mEuros 274.568, dos quais 109.836 mEuros foram realizados no exercício de 2005. Na sequência desta operação, a participação efectiva do Grupo no Banco Caixa Geral aumentou para 99,75%.

Em 26 de Junho de 2006, procedeu-se à realização da segunda tranche do aumento de capital aprovado em 2005, no total de mEuros 82.495, tendo a CGD realizado um montante adicional de capital de mEuros 82.305. A terceira e última tranche do referido aumento de capital foi realizada no decurso do exercício de 2007.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. (“Compal”), ex-Inbepor – Investimentos em Bebidas Portugal, SGPS, S.A. (“Inbepor”) e Nutricafés – Cafés e Restauração, S.A. (“Nutricafés”).

Em 2 de Novembro de 2005, a Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. (sociedade integralmente detida pelo Caixa – Banco de Investimento, S.A.) celebrou dois Contratos relativos à aquisição de acções da Compal e da Nutricafés. As principais condições definidas nos Contratos foram as seguintes:

- A Caixa Desenvolvimento e a Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S.A. (Sumolis) “Compradores”), comprometeram-se a adquirir acções representativas da totalidade do capital social da Compal e da Nutricafés, bem como suprimentos e prestações suplementares prestados a estas entidades.
- O preço das acções a adquirir foi fixado em 365.000 mEuros e 61.000 mEuros, respectivamente, para as acções da Compal e da Nutricafés. O preço foi determinado tendo em conta pressupostos relativos a indicadores financeiros da Compal e Nutricafés em 30 de Setembro de 2005, podendo ser objecto de correcção se, em resultado de auditorias a efectuar às contas das entidades, os referidos indicadores financeiros não viessem a verificar-se.
- Nos termos dos Contratos, a aquisição das acções seria efectuada através de uma sociedade a constituir, cujo capital seria detido em 80% pela Caixa Desenvolvimento e nos restantes 20% pela Sumolis. Neste contexto, foi constituída em Dezembro de 2005 a Inbepor – Investimentos em Bebidas Portugal, SGPS, S.A., com um capital de 50 mEuros, tendo ainda em 2005 sido realizadas pelos accionistas prestações suplementares num total de 124.950 mEuros. A Caixa Desenvolvimento cedeu acções representativas de 25% do capital da Inbepor ao Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital.
- Na data dos Contratos, o custo de aquisição e as acções foram desde logo depositados numa “escrow account” junto da Caixa. No entanto, a concretização das transacções ficou sujeita à obtenção das autorizações / declarações de não oposição da Autoridade da Concorrência. Até à obtenção das referidas autorizações, os Compradores não poderiam nomear qualquer elemento para os órgãos de gestão das empresas a adquirir, nem exercer controlo sobre a sua gestão.
- A declaração de não oposição da Autoridade da Concorrência relativamente à aquisição da Nutricafés foi decidida em 23 de Dezembro de 2005, tendo ainda neste mês a gestão da empresa sido transferida para os Compradores. Deste modo, a Nutricafés foi incluída no perímetro de consolidação ainda no exercício de 2005.
- No exercício de 2006, ocorreram os seguintes desenvolvimentos relativos a esta operação:
 - . Em 9 de Janeiro de 2006 foi obtida a declaração de não oposição da Autoridade da Concorrência relativamente à aquisição da Compal, tendo posteriormente o controlo sido transferido para os compradores;
 - . Em Março de 2006, a Inbepor alienou a sua participação na Nutricafés, tendo registado uma mais-valia de 6.808 mEuros, face ao custo de aquisição (Nota 34).
 - . Em Junho de 2006 foi aprovado um aumento de capital da Inbepor de mEuros 50 para mEuros 10.000 por incorporação de prestações suplementares. Adicionalmente, concretizou-se a fusão por incorporação da Compal na Inbepor, sua accionista única. No âmbito da fusão, a Inbepor adoptou a denominação, sede, objecto, actividade, operações, activos e passivos da Compal assegurando o exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres, obrigações e compromissos contraídos pela Compal.
 - . No terceiro trimestre de 2006 foi determinado o preço final da aquisição da Compal, tendo deste processo resultado um investimento adicional de aproximadamente 4 milhões de Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O goodwill na aquisição da Compal pode ser demonstrado da seguinte forma:

Custo de aquisição	
- Previsto no contrato	365.000
- Ajustamento ao preço	3.986

	368.986

Capitais próprios consolidados da Compal em 31 de Dezembro de 2005	54.190
Prestações suplementares concedidas pelos anteriores accionistas	51.349
Outros ajustamentos	(1.881)

	103.658

Goodwill	265.328
	=====

O goodwill foi imputado às marcas de propriedade da Compal, que foram para este efeito, avaliadas ao justo valor por uma entidade independente e especializada.

Em 2 de Fevereiro de 2007 a Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. vendeu 600.000 acções representativas de 6% do capital social da Compal ao Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD – Caixa Capital pelo montante de 600 mEuros, bem como prestações acessórias no montante de 6.900 mEuros pelo respectivo valor nominal.

Ainda no decorrer do exercício de 2007, o Grupo encetou contactos com a Sumolis com vista à alienação da participação detida na Compal, tendo sido assinado um contrato promessa de compra e venda desta participação no decorrer do primeiro trimestre de 2008. Em consequência desta situação, em 31 de Dezembro de 2007, a participação detida nesta sociedade foi registada de acordo com a Norma IFRS 5 - “Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação” (Nota 12).

Caixa Geral de Depósitos – Subsidiária Offshore de Macau (CGD Macau)

No final de 2006 a CGD Macau efectuou um aumento de capital no montante de 70 milhões de Patacas com o objectivo de proceder à adequação do valor dos Fundos Próprios, de acordo com a legislação actualmente em vigor no território de Macau. Neste contexto, o capital social aumentou para cento e vinte milhões de Patacas, por emissão de setenta mil novas acções com o valor nominal de mil Patacas cada, correspondentes a mEuros 6.636, integralmente subscritas e realizadas em dinheiro pela Caixa.

No exercício de 2007, foi realizado novo aumento de capital no montante de 51 milhões de Patacas, através da emissão de cinquenta e uma mil novas acções com valor nominal unitário de 1.000 Patacas cada, correspondentes a mEuros 4.313, integralmente subscritas e realizadas em dinheiro pela CGD.

Culturgest – Gestão de Espaços Culturais, S.A. (Culturgest)

Em 8 de Maio de 2006, foi celebrada uma escritura de redução e aumento de capital da Culturgest nos seguintes termos:

- Redução do capital social em mEuros 200 para cobertura de prejuízos, passando de mEuros 250 para mEuros 50, mediante a redução do valor nominal por acção de cinco para um Euro; e simultaneamente,
- Aumento de capital no montante de mEuros 200 através da emissão ao par de 200.000 acções com valor nominal de um Euro cada, a subscrever pelos accionistas. O valor total subscrito pelo Grupo ascendeu a mEuros 195.

Em resultado desta operação, o Grupo reforçou a participação de 90% para 96% no capital social da Culturgest.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No dia 26 de Junho de 2007, a Caixa Geral de Depósitos adquiriu à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (“FLAD”) 10.000 acções da Culturgest – Gestão de Espaços Culturais, S.A..

Em consequência desta operação, o Grupo passou a deter a totalidade do capital social da Culturgest.

Wolfpart, SGPS, S.A. (Wolfpart)

A Wolfpart, SGPS, S.A. foi constituída em 2006 com um capital social de mEuros 50, integralmente subscrito e realizado pela Caixa. Esta sociedade tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

No exercício de 2006, a Wolfpart adquiriu 25% do capital social da Resortpart, S.A.. Em 18 de Dezembro de 2006, a Wolfpart concedeu à Resortpart suprimentos, no montante de mEuros 28.000, pelo prazo de dez anos, os quais se destinam à aquisição de participações no Grupo Vale de Lobo.

No exercício de 2007, a Wolfpart aumentou o seu capital no montante de 1.250 mEuros, através da emissão de 250.000 novas acções com valor nominal unitário de 5 euros cada, integralmente subscrito e realizado pela CGD. O aumento de capital destinou-se ao financiamento da aquisição em 2007 por esta entidade de 25% das unidades de participação do Fundo de Investimento Fechado Beirafundo.

Ainda no decorrer do exercício de 2007, a CGD concedeu à Wolfpart, suprimentos no montante de 6.926 mEuros com o objectivo de financiar a aquisição no exercício de 25% do capital das suas participadas “Torre Ocidente, Imobiliária, S.A.” e “Torre Oriente, Imobiliária, S.A.”, pelo montante global de 2.990 mEuros e 3.938 mEuros, respectivamente.

Em Setembro de 2007, em resultado da fusão por incorporação do património das sociedades Resortpart, S.A. e Vale do Lobo, S.G.P.S., S.A. na sociedade “Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, S.A. a Wolfpart passou a deter uma participação de 25% do capital desta última sociedade.

Caixa Leasing e Factoring - IFIC, S.A.

Caixa Crédito – SFAC, S.A. (liquidada)

Em 24 de Março de 2006, foi celebrado um contrato de aquisição da totalidade dos activos e passivos da Caixa Crédito pela Caixa Leasing e Factoring, com referência a 1 de Janeiro de 2006, pelo montante de 9.543 mEuros. Em consequência desta operação a Caixa Crédito extinguiu-se, tendo transmitido para a Caixa Leasing e Factoring a universalidade dos seus direitos e obrigações.

Credip - IFIC, S.A.

A Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A. foi constituída em 2007 com um capital social de 10.000 mEuros, mediante a emissão de 2.000.000 acções, subscrito e realizado integralmente ao par pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pela Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A., nas proporções de 80% e 20% respectivamente. Esta sociedade tem por objecto a concessão de crédito no âmbito do financiamento da construção de infra-estruturas públicas.

LCS – Linha de Cuidados de Saúde, S.A.

Com o objectivo de efectuar a gestão do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde, foi constituída no primeiro semestre de 2006 a LCS – Linha de Cuidados de Saúde, S.A.. O capital social é de mEuros 1.615, tendo sido integralmente subscrito e realizado pela EPS – Gestão de Sistemas de Saúde, S.A., cujo capital social é detido, indirectamente, na sua totalidade pela Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A..

No exercício de 2007, a Caixa Seguros, SGPS, S.A. adquiriu à EPS a totalidade do capital social da LCS – Linha de Cuidados de Saúde, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.

No exercício de 2007, a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. e a Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. adquiriram 70% do capital social da Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A., pelo montante global de mEuros 7.500. Em consequência desta transacção, o Grupo passou a deter a totalidade do capital social da resseguradora.

Caixaweb, SGPS, S.A. (em Liquidação)

Caixatec - Tecnologias de Comunicação, S.A.

Portal Executivo – Sociedade de Serviços, Consultoria e Informação em Gestão, S.A. (Portal Executivo) (em Liquidação)

Deu-se continuidade em 2007, à reorganização da presença do Grupo CGD na área WEB, tendo sido efectuada, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, a fusão por incorporação da Imoportel.com-Multimédia, SA na Caixaweb - Serviços Técnicos e de Consultoria, S.A., tendo nesta data esta sociedade alterado a sua designação social para Caixatec – Tecnologias de Comunicação, S.A.. Esta empresa passou a deter a responsabilidade pelo desenvolvimento de portais associados aos diversos negócios do Grupo.

Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados - Energias Renováveis - Caixa Capital ("FIQ Energias Renováveis - Caixa Capital")

Em 16 de Janeiro de 2006 foi constituído o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados - Energias Renováveis - Caixa Capital, com um capital subscrito de 50.000 mEuros, representado por 2.000 unidades de participação. O Fundo tem por objecto investir o seu património na aquisição de participações no capital de sociedades com elevado potencial de crescimento e valorização que desenvolvam a sua actividade na produção de electricidade através de fontes de energia renováveis. O Caixa - Banco de Investimento, S.A. subscreveu 1.820 unidades de participação pelo valor nominal de 45.500 mEuros, das quais 8.800 mEuros realizadas no decorrer de 2006 e 4.100 mEuros em 2007.

HPP - Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A.

A Caixa Geral de Depósitos adquiriu, no exercício de 2007, através da Caixa Seguros, uma participação de 10% no maior operador privado de saúde do espaço ibérico, o Grupo USP Hospitales. O investimento da Caixa Seguros no Grupo USP Hospitales foi efectuado através das empresas HPP International - LUX, S.a.r.l. e da HPP International Ireland Limited. No quadro de um acordo de Joint Venture, o Grupo USP Hospitales tomou, por seu turno, uma participação de 25% no capital social da HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A., a holding detida, indirectamente, pela Caixa Seguros para a área da saúde.

No âmbito deste acordo, em 5 de Junho de 2007, a HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A., realizou um aumento de capital social no montante de 1.833.333 Euros, integralmente subscrito pela USP Hospitales, através da emissão de 1.833.333 novas acções com o valor nominal de 1 Euro cada, representativas de 25% do capital social da HPP, e um prémio de emissão de 8,27 Euros por acção, num total de 15.168 mEuros.

Multicare – Seguros de Saúde, S.A.

Tendo em vista o exercício das actividades seguradora e resseguradora no ramo doença, foi constituída no primeiro semestre de 2007, a Multicare – Seguros de Saúde, S.A.. O capital social, no montante de mEuros 18.000, foi integralmente subscrito e realizado pela Caixa Seguros, SGPS, S.A..

Caixa Ireland Limited e Caixa Investments Ireland

Em 2007, o Caixa - Banco de Investimento, S.A. procedeu à liquidação das suas filiais Caixa Ireland Limited e Caixa Investments Ireland. A Caixa Ireland Limited era uma sociedade com sede na República da Irlanda, tendo sido adquirida pelo Banco em 1996. O seu Activo era composto essencialmente pela participação no capital social da Caixa Investments Ireland. A Caixa Investments Ireland era uma sociedade com sede na República da Irlanda, e tinha como objecto a realização de investimentos em valores mobiliários.

Caixa – Sistemas de Informação, S.A.

Em Assembleia Geral de accionistas de 16 de Outubro de 2007 foi aprovado o Relatório e Contas de encerramento da liquidação da Caixa – Sistemas de Informação com referência a 30 de Setembro de 2007.

Fundo de Capital de Risco PME – Caixa Capital (FCR PME)

Em consequência da deliberação da Assembleia Geral de Participantes, em Novembro de 2007 o FCR PME foi dissolvido e liquidado.

Banco Comercial e de Investimento S.A.R.L.

No decorrer do exercício de 2007, a Parbanca, SGPS, S.A., reforçou a sua participação no Banco Comercial e de Investimento, S.A.R.L. (BCI), através da aquisição de 2.892.857 acções, com o valor nominal unitário de MZN 10.000, pelo valor global de 10.085 mEuros (ao câmbio de referência da data de transacção). Em resultado desta operação, o Grupo aumentou a sua participação para 51%.

Em 31 de Janeiro de 2007, a SCI Imobiliária e a BCI Leasing fundiram-se, por incorporação, no BCI Fomento, sociedades de direito Moçambicano, já participadas pelo BCI.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Caixa	<u>536 356</u>	<u>434 768</u>
Depósitos à ordem em Bancos Centrais		
. Capital	1 386 952	1 806 639
. Juros a receber	<u>2 197</u>	<u>1 885</u>
	<u>1 925 505</u>	<u>2 243 293</u>

Os depósitos à ordem da Caixa no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os fundos que a Caixa e os bancos do Grupo mantinham em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes nos países onde operam.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Cheques a cobrar		
No País	236 860	393 719
No Estrangeiro	<u>16 781</u>	<u>22 815</u>
	<u>253 641</u>	<u>416 534</u>
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
No País	72 434	88 628
No Estrangeiro	<u>626 523</u>	<u>173 818</u>
	698 957	262 445
Juros a receber	<u>62</u>	<u>2</u>
	<u>699 019</u>	<u>262 448</u>
	<u>952 660</u>	<u>678 982</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Mercado monetário interbancário	20.576	138.000
Depósitos a prazo		
No País	158.958	92.956
No Estrangeiro	2.124.657	5.780.540
Empréstimos		
No País	423.505	607.150
No Estrangeiro	1.058.105	997.094
Outras aplicações		
No País	204.782	244.635
No Estrangeiro	746.506	379.629
Operações de compra com acordo de revenda	28.830	186.495
	<u>4.765.918</u>	<u>8.426.499</u>
Juros a receber	26.088	34.757
Juros vencidos a regularizar	–	1
Proveitos diferidos	(1.006)	(454)
	<u>4.791.000</u>	<u>8.460.803</u>
Imparidade	(1.337)	(2.355)
	<u><u>4.789.664</u></u>	<u><u>8.458.448</u></u>

O movimento da imparidade de aplicações em instituições de crédito, durante os exercícios de 2007 e 2006, é apresentado na Nota 39.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ACTIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2007			2006		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
<u>Instrumentos de dívida</u>						
- De emissores públicos:						
. Títulos da dívida pública	395.678	1.237	396.915	523.074	1.235	524.309
. Bilhetes do Tesouro	87.585	-	87.585	22.473	15.454	37.927
. Obrigações de outros emissores públicos:						
Nacionais	2.464	-	2.464	2.768	17.351	20.119
Estrangeiros	870.469	34.700	905.169	1.107.270	10.849	1.118.119
- De Organismos Financeiros Internacionais	71.355	80.586	151.941	142.530	92.411	234.941
- De outros emissores:						
. Obrigações e outros títulos:						
De residentes	578.524	1.176.889	1.755.413	287.322	884.227	1.171.549
De não residentes	887.273	215.764	1.103.037	2.298.597	1.095.418	3.394.015
	<u>2.893.348</u>	<u>1.509.176</u>	<u>4.402.524</u>	<u>4.384.034</u>	<u>2.116.945</u>	<u>6.500.979</u>
<u>Instrumentos de capital</u>						
De residentes	52.097	56.113	108.210	60.170	47.660	107.830
De não residentes	44.377	-	44.377	58.694	14	58.708
	<u>96.474</u>	<u>56.113</u>	<u>152.587</u>	<u>118.864</u>	<u>47.674</u>	<u>166.538</u>
<u>Outros instrumentos financeiros</u>						
- Unidades de participação						
De residentes	332.687	542.395	875.082	388.719	407.023	795.742
De não residentes	500.769	-	500.769	6.243	-	6.243
- Outros						
De residentes	-	-	-	-	2.500	2.500
De não residentes	-	26.850	26.850	-	7.224	7.224
	<u>833.456</u>	<u>569.245</u>	<u>1.402.701</u>	<u>394.962</u>	<u>416.747</u>	<u>811.709</u>
<u>Crédito e outros valores a receber</u>	<u>-</u>	<u>11.418</u>	<u>11.418</u>	<u>12.397</u>	<u>-</u>	<u>12.397</u>
<u>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 10)</u>						
- Swaps	347.663	-	347.663	298.452	-	298.452
- Futuros e outras operações a prazo	4.448	-	4.448	7.198	-	7.198
- Opções de divisas e cotações	492.733	-	492.733	38.845	-	38.845
- Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	25.847	-	25.847	6.838	-	6.838
- Outros	1.982	-	1.982	-	-	-
	<u>872.673</u>	<u>-</u>	<u>872.673</u>	<u>351.333</u>	<u>-</u>	<u>351.333</u>
	<u>4.695.951</u>	<u>2.145.952</u>	<u>6.841.903</u>	<u>5.261.590</u>	<u>2.581.366</u>	<u>7.842.956</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, os activos financeiros detidos para negociação e outros activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo nos montantes de mEuros 655.372 e mEuros 61.656 mEuros, respectivamente (721.130 mEuros e 62.060 mEuros respectivamente em 31 de Dezembro de 2006). Os fundos de investimento mobiliários têm a seguinte tipologia:

	2007	2006
Fundos de acções	297.074	330.905
Fundos de obrigações	26.551	43.268
Fundos de tesouraria	7.069	69.761
Fundos de fundos	185.914	161.700
Outros	138.764	115.496
	<u>655.372</u>	<u>721.130</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica “Instrumentos de dívida” inclui títulos dados em garantia a diversas entidades com um valor de balanço de mEuros 768.846 e mEuros 1.623.453, respectivamente. Na Nota 23 estes títulos estão reflectidos ao valor nominal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública	108.740	198.902
De outros emissores públicos	3.266.949	3.157.141
De organismos financeiros internacionais	260.339	180.040
De outros emissores	7.392.133	5.229.570
Juros a receber	—	413.494
	<u>11.028.161</u>	<u>9.179.147</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
Valorizados ao justo valor	3.345.222	2.805.449
Valorizados ao custo histórico	97.551	82.909
	<u>3.442.773</u>	<u>2.888.358</u>
<u>Outros instrumentos</u>	<u>1.083.494</u>	<u>654.937</u>
	<u>15.554.428</u>	<u>12.722.442</u>
<u>Imparidade (Nota 39)</u>		
Instrumentos de capital	(173.735)	(276.409)
Instrumentos de dívida	(9.593)	(14.024)
	<u>(183.328)</u>	<u>(290.433)</u>
	<u>15.371.099</u>	<u>12.432.008</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Outros instrumentos” inclui unidades de participação de fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo nos montantes de 699.069 mEuros e 72.331 mEuros, respectivamente (364.572 mEuros e 88.483 mEuros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2006). Os fundos de investimento mobiliários têm a seguinte tipologia:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Fundos de acções	91.407	50.990
Fundos de obrigações	161.864	-
Fundos de tesouraria	359.487	306.825
Fundos de fundos	702	439
Outros	85.609	6.318
	<u>699.069</u>	<u>364.572</u>

Os instrumentos de capital incluem as seguintes participações:

	2007						
	Actividade bancária	Actividade seguradora	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Percentagem efectiva (%)
<u>Valorizados ao justo valor</u>							
EDP – Energias de Portugal, S.A.	829.731	12.707	-	842.438	-	842.438	5,15
Portugal Telecom, S.A.	491.791	85.643	-	577.434	-	577.434	5,73
ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. *	407.911	23.935	-	431.846	(19.160)	412.686	13,98
Banco Comercial Português, S.A.	353.064	51.775	-	404.839	(110.255)	294.584	2,20
Galp Energia, SGPS, S.A.	152.499	11.112	-	163.611	-	163.611	1,07
Instituto Nacional de Habitação	91.877	-	-	91.877	-	91.877	52,49
La Seda Barcelona, S.A.	-	-	77.925	77.925	-	77.925	6,38
Finpro, SGPS, S.A.	-	-	31.842	31.842	-	31.842	62,94
SICAR NovEnergia II	-	-	31.622	31.622	(891)	30.731	17,17
Imolgere, Imobiliária e Serviços, S.A.	-	-	14.000	14.000	-	14.000	22,19
Martifer, SGPS, S.A.	-	2.363	4.911	7.274	-	7.274	0,53
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	-	3.853	-	3.853	-	3.853	0,06
Banco Espírito Santo, S.A.	-	3.312	-	3.312	-	3.312	0,04
Sonae, SGPS, S.A.	-	2.068	-	2.068	-	2.068	0,05
Acções de entidades estrangeiras	-	623.083	2.855	625.938	(1.700)	624.238	
Outros	-	17.452	17.891	35.343	(19.603)	15.740	
	<u>2.326.873</u>	<u>837.303</u>	<u>181.046</u>	<u>3.345.222</u>	<u>(151.609)</u>	<u>3.193.613</u>	
<u>Valorizados ao custo histórico</u>							
Fundo Margueira Capital	47.438	-	-	47.438	-	47.438	21,13
VAA - Vista Alegre Atlantis, S.A.	15.863	-	-	15.863	(15.863)	-	14,07
Outros	25.322	3.255	5.673	34.250	(6.263)	27.987	
	<u>88.623</u>	<u>3.255</u>	<u>5.673</u>	<u>97.551</u>	<u>(22.126)</u>	<u>75.425</u>	
	<u>2.415.496</u>	<u>840.558</u>	<u>186.719</u>	<u>3.442.773</u>	<u>(173.735)</u>	<u>3.269.038</u>	

* Ex - PT Multimédia, SGPS, S.A. A sociedade alterou a sua denominação social para a actual no decorrer do mês de Janeiro de 2008

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

2006								
	Actividade bancária	Actividade seguradora	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor	Percentagem efectiva (%)
<u>Valorizados ao justo valor</u>								
EDP – Energias de Portugal, S.A.	670.549	23.021	-	693.570	-	693.570	272.370	4,94
Portugal Telecom, S.A.	508.794	57.686	-	566.480	-	566.480	30.757	5,10
Banco Comercial Português, S.A.	401.846	41.739	-	443.585	(220.867)	222.718	66.574	2,20
Instituto Nacional de Habitação	95.623	-	-	95.623	-	95.623	-	52,49
Cimpor, SGPS, S.A.	83.731	2.594	-	86.325	-	86.325	19.111	2,04
Galp Energia, SGPS, S.A.	57.550	14.765	-	72.315	-	72.315	6.798	1,26
La Seda Barcelona, S.A.	-	-	50.429	50.429	-	50.429	(12.203)	5,00
PT Multimédia, SGPS, S.A.	57.570	4.007	-	61.577	(19.160)	42.417	7.320	1,41
Euronext N.V.	38.654	-	-	38.654	-	38.654	30.077	0,38
SICAV Novenergia 2010	-	-	14.253	14.253	-	14.253	-	20,06
Finpro, SGPS, S.A.	-	-	13.658	13.658	-	13.658	(7.012)	17,15
Banif SGPS, S.A.	-	9.142	-	9.142	-	9.142	-	0,69
Sonae, SGPS, S.A.	-	5.863	-	5.863	-	5.863	-	0,19
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	-	5.197	-	5.197	-	5.197	-	0,09
Banco BPI, S.A.	-	3.450	-	3.450	-	3.450	-	0,08
Ações de entidades estrangeiras	786	617.258	4.082	622.126	(2.795)	619.331	-	-
Outros	-	14.585	12.952	27.537	(11.382)	16.155	(7.395)	-
	1.915.103	799.307	95.374	2.809.784	(254.204)	2.555.580	406.397	
<u>Valorizados ao custo histórico</u>								
Fundo Margueira Capital	47.438	-	-	47.438	-	47.438	-	21,13
VAA - Vista Alegre Atlantis, S.A.	15.863	-	-	15.863	(15.863)	-	-	14,07
Outros	12.351	1.767	1.155	15.273	(6.342)	8.931	-	-
	75.652	1.767	1.155	78.574	(22.205)	56.369	-	-
	1.990.755	801.074	96.529	2.888.358	(276.409)	2.611.949	406.397	

Na preparação dos mapas acima foram utilizados os seguintes critérios:

- A coluna “Actividade seguradora” inclui os títulos da Caixa Seguros e da Garantia;
- A coluna “Banca de investimento e capital de risco” inclui os títulos detidos pelo Caixa - Banco de Investimento e pela área de capital de risco do Grupo, incluindo os fundos de capital de risco que são consolidados (Nota 3);
- Os títulos detidos pelas restantes entidades foram imputados à “Actividade bancária”.

Os principais instrumentos de capital registados como “Activos financeiros disponíveis para venda” tiveram os seguintes movimentos em 2007 e 2006:

EDP – Energias de Portugal, S.A. (EDP)

Durante o exercício de 2006 foram adquiridas 17.750.635 acções pelo valor global de mEuros 53.096, que foram subsequentemente alienadas por mEuros 53.155. Dado que a valorização das acções é efectuada com base no custo médio ponderado de aquisição, o Grupo registou uma mais-valia de mEuros 13.342 (Nota 33).

No exercício de 2007, a CGD adquiriu 140.752.993 acções por um montante global de mEuros 592.206. Ainda no decorrer do exercício a Caixa alienou 129.752.993 acções pelo valor global de mEuros 538.821, tendo em consequência destas operações sido apurada uma mais-valia total de mEuros 175.623 (Nota 33).

Banco Comercial Português, S.A. (BCP)

Em 2006 a CGD alienou 4.000.000 de acções do BCP por mEuros 10.665, tendo registado uma mais-valia de mEuros 3.585 (Nota 33).

Durante o exercício de 2007 a CGD adquiriu 115.523.410 acções do BCP por mEuros 355.098, tendo alienado 97.004.825 acções pelo valor global de mEuros 126.397. Em resultado destas operações, foi registada uma mais-valia de mEuros 52.739 (Nota 33).

Euronext N.V. / New York Stock Exchange

Em 4 de Abril de 2007, concretizou-se a fusão entre a Euronext N.V. e a New York Stock Exchange (NYSE), tendo na sequência desta operação sido constituída uma nova sociedade com a designação de NYSE Euronext.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Na sequência desta operação, a CGD trocou as acções que detinha da Euronext N.V. por acções da NYSE Euronext, que foram subsequentemente vendidas.

Em resultado das operações realizadas, foram reconhecidas mais valias líquidas de 25.037 mEuros (Nota 33).

ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (ex- PT Multimédia)

Em Maio de 2007, a CGD adquiriu 30.575.090 acções da PT Multimédia por 370.264 mEuros. Posteriormente, em Julho de 2007, a CGD alienou 3.500.000 acções pelo valor global de 42.000 mEuros tendo registado uma mais valia de 1.295 mEuros.

Em 7 de Novembro de 2007, na sequência da aprovação pela Assembleia Geral da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Portugal Telecom) foi concretizado o Spin-off da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.. No âmbito desta operação, a Portugal Telecom distribuiu aos seus accionistas as acções que detinha da PT Multimédia.

Em resultado desta operação, a Caixa recebeu 9.696.316 acções da PT Multimédia, às quais foi atribuída uma parte do custo de aquisição original das acções da Portugal Telecom, não tendo deste modo sido registado qualquer efeito no resultado do exercício.

No decorrer do mês de Janeiro de 2008, a PT Multimédia alterou a sua designação social para ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A..

Cimpor, SGPS, S.A. (Cimpor)

Durante o ano de 2006 a CGD reforçou a sua posição no núcleo accionista da empresa, tendo adquirido 5.311.824 acções, por um montante global de mEuros 27.821. No final do exercício, a participação do Grupo representava 2,04% do capital social da Cimpor.

Durante o segundo semestre de 2007, a CGD alienou a sua participação na Cimpor por mEuros 81.343 tendo registado uma mais-valia de mEuros 16.722 (Nota 33).

Galp Energia, SGPS, S.A. (Galp)

Em 28 de Março de 2006, a CGD adquiriu 1.658.502 acções, representativas de 1% do capital social da GALP, pelo valor global de mEuros 50.752. Em 3 de Agosto de 2006 a Galp realizou um Stock Split na proporção de 5 novas acções por cada acção anteriormente detida, ficando estas com o valor nominal de 1 Euro. Em resultado desta operação, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a CGD detinha 8.292.510 acções da Galp.

VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. (Vista Alegre)

Em 3 de Fevereiro de 2006 foi celebrado um contrato de reestruturação financeira da dívida da Vista Alegre, aditado em 21 de Abril de 2006. Neste âmbito foi efectuado um aumento do capital social da Vista Alegre para mEuros 29.008, mediante a emissão de 59.091.735 acções, tendo a CGD subscrito 20.394.740 acções pelo valor global de mEuros 4.080, através da conversão de créditos sobre a empresa.

Adicionalmente, converteram-se créditos de mEuros 11.783 em prestações suplementares de capital. As referidas prestações não vencem juros e só poderão ser reembolsadas desde que a situação líquida da Vista Alegre não se torne, por efeito desse reembolso, inferior à soma do capital e da reserva legal.

A CGD registou uma perda por imparidade de 15.863 mEuros (Nota 39), pelo montante total das acções e prestações suplementares de capital recebidas nesta operação, compensando deste modo a reposição da imparidade anteriormente registada para os créditos convertidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

CGD USA Holding Company (CGD USA)

Em 3 de Março de 2006, a CGD alienou a sua participação na CGD USA pelo montante de USD 25.000.000, tendo recebido na data de venda USD 7.000.000. Nos termos do contrato inicial, o remanescente em dívida, no valor de USD 18.000.000 (13.667 mEuros ao câmbio em vigor em 31 de Dezembro de 2006), deveria ser pago no prazo de um ano, eventualmente prorrogável, sendo remunerado a uma taxa indexada à LIBOR a 12 meses. Desta operação resultou uma mais-valia no valor de mEuros 470 (Nota 33).

No exercício de 2007, foi amortizado um montante de USD 6.000.000. Adicionalmente, foi exercida a opção de prorrogação por um ano do prazo de pagamento inicialmente previsto no contrato. Em 31 de Dezembro de 2007 o capital em dívida ascende a USD 12.000.000 (8.152 mEuros ao câmbio em vigor nessa data). Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor dos juros a receber ascendia a 304 mEuros e 197 mEuros.

La Seda Barcelona, S.A.

No exercício de 2006, a Caixa Capital, a Caixa Desenvolvimento e o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD – Caixa Capital participaram no aumento de capital da La Seda Barcelona (cotada na Bolsa de Valores de Madrid), tendo adquirido 8.400.000 direitos de subscrição por 864 mEuros e, subsequentemente, subscrito 16.800.000 acções ao preço unitário de 1,5 Euros por acção, totalizando o custo de aquisição mEuros 26.064. Até ao final de 2006, as referidas entidades adquiriram ainda em Bolsa 4.038.733 acções, cujo custo ascendeu a 8.095 mEuros.

No exercício de 2007, o Grupo reforçou a sua posição na La Seda Barcelona, através da aquisição de 24.466.468 acções, pelo montante de 48.878 mEuros.

SICAR NovEnergia II e Fundo Novenergia 2010

Em Janeiro de 2006 o FCR Energias Renováveis adquiriu ao Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital 131 unidades de participação do Fundo Novenergia 2010, correspondentes a 20,06% do capital, por 9.181.236 Euros. Adicionalmente, foi acordado que o preço de aquisição seria corrigido por 80% da variação no valor do fundo até 30 de Junho, tendo como referência o “Net Asset Value”, o que originou um pagamento adicional de 3.391 mEuros.

No exercício de 2007, o FCR Energias Renováveis entregou a participação de 20,06% que detinha no Fundo Novenergia 2010 tendo recebido 270 unidades de participação do SICAR Nov Energia II no valor de 13.500 mEuros e 753 mEuros em numerário. Em resultado desta operação, o Grupo registou um ganho realizado de 88 mEuros. Ainda no exercício de 2007 o Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital subscreeveu 330 acções do SICAR pelo montante de 16.500 mEuros, as quais em 31 de Dezembro de 2007 não se encontram ainda realizadas.

Imolgere – Imobiliário e Serviços, S.A.

Em Abril de 2007, a Caixa Desenvolvimento e a Caixa Capital participaram no aumento de capital da Holgere – Gestão de Serviços, S.A., através da subscrição de 3.814.714 acções pelo montante total de 14.000 mEuros. Adicionalmente, foram concedidos suprimentos no montante de 14.000 mEuros. Em 7 de Dezembro de 2007, a denominação social desta participada foi alterada para Imolgere – Imobiliário e Serviços, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Martifer, SGPS, S.A.

Em Junho de 2007, o FCR Energias Renováveis adquiriu 26.400 acções da Martifer, SGPS, S.A. no âmbito da Oferta Pública de Aquisição realizada na Bolsa de Lisboa ao preço unitário de 8 Euros por acção. O FCR Energias Renováveis reforçou esta participação através da aquisição em Bolsa de 576.188 acções, pelo montante de 4.844 mEuros.

Finpro, SGPS, S.A.

Em 20 de Abril de 2007, o Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital participou no aumento de capital da Finpro, SGPS, S.A. tendo subscrito 3.434.293 acções por 17.171 mEuros. Do valor total do capital apenas foi realizado o montante de 5.151 mEuros, estando previsto que o restante capital será realizado no prazo máximo de 5 anos. Na sequência desta operação a participação do Fundo no capital da Finpro, SGPS, S.A. aumentou para 17,17%.

9. PRODUTOS “UNIT-LINKED”

Os “Investimentos associados a produtos “unit-linked” correspondem a activos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os activos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados reflectida na rubrica “Responsabilidades para com subscritores de produtos “unit-linked”, do passivo. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os investimentos registados nesta rubrica apresentam a seguinte composição:

	2007	2006
Investimentos associados a produtos "Unit linked":		
- Instrumentos de dívida	596.751	636.275
- Instrumentos representativos de capital	5.543	5.247
- Outros	41.180	57.249
Instrumentos derivados		
- Justo valor positivo	3.295	855
Aplicações em instituições de crédito	130.346	148.775
	<u>777.115</u>	<u>848.401</u>
Responsabilidades para com subscritores de produtos "Unit linked"	<u>777.115</u>	<u>847.369</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

10. DERIVADOS

A Caixa realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

A Caixa controla os riscos das suas actividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e cliente, e acompanhamento da evolução diária dos respectivos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.7. c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2007						
	Montante nocional			Valor contabilístico			
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura Activo Passivo	Total
<u>Operações Cambiais a Prazo</u>							
<u>Forwards Cambiais</u>				718	(10.132)	-	(9.414)
Compras	155.451	-	155.451				
Vendas	294.258	-	294.258				
<u>NDF's (No Deliverable Forward)</u>				2.544	(2.384)	-	160
Compras	35.520	-	35.520				
Vendas	35.520	-	35.520				
<u>FRA (forward rate agreements)</u>	305.800	-	305.800	602	(418)	-	184
<u>Swaps</u>							
<u>Swaps Cambiais</u>				5.425	(303.916)	-	(298.491)
Compras	5.254.972	-	5.254.972				
Vendas	5.387.320	-	5.387.320				
<u>Interest rate swaps e cross currency</u>							
<u>Interest rate swaps</u>				340.625	(256.746)	125.590	(604.943)
Compras	42.404.436	6.730.402	49.134.838				
Vendas	42.389.164	6.899.932	49.289.096				
<u>Swaps de Eventos de Crédito</u>				1.613	(8.507)	-	(6.894)
Compras	1.068.182	-	1.068.182				
Vendas	1.068.182	-	1.068.182				
<u>Swaps de Cotações</u>				-	(2.244)	-	(2.244)
Compras	21.349	-	21.349				
Vendas	21.349	-	21.349				
<u>Futuros</u>							
<u>Futuros sobre Divisas</u>				-	-	-	-
Posições Longas	108.413	-	108.413				
Posições Curtas	5.577	-	5.577				
<u>Futuros de Taxa de Juro</u>				584	-	-	584
Posições Longas	159.877	-	159.877				
Posições Curtas	433.328	-	433.328				
<u>Futuros de Cotações</u>				-	-	-	-
Posições Longas	12.070	-	12.070				
Posições Curtas	8.716	-	8.716				
<u>Outros Futuros</u>							
. Negociados em nome de clientes				-	-	-	-
Posições Longas	30.061	-	30.061				
Posições Curtas	38.340	-	38.340				
<u>Opções</u>							
<u>Divisas</u>				14.131	(17.954)	-	(3.823)
Compras	48.586	-	48.586				
Vendas	13.586	-	13.586				
<u>Cotações</u>				478.602	(562.601)	-	(83.999)
Compras	3.719	-	3.719				
Vendas	3.719	-	3.719				
<u>Taxa de Juro (Caps & Floors)</u>				25.847	(14.013)	-	11.834
Compras	473.033	-	473.033				
Vendas	581.256	-	581.256				
<u>Outros</u>	-	-	-	1.982	(14.841)	-	(12.859)
	<u>100.361.784</u>	<u>13.630.334</u>	<u>113.992.118</u>	<u>872.673</u>	<u>(1.193.756)</u>	<u>125.590</u>	<u>(814.412)</u>
							<u>(1.009.905)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2006							
	Montante notional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Activo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
<u>Forwards Cambiais</u>				3.852	(2.434)	-	-	1.418
Compras	32.181	190	32.371					
Vendas	149.023	184	149.207					
NDF's (No Deliverable Forward)				1.127	(1.281)	-	-	(154)
Compras	87.764	-	87.764					
Vendas	87.708	-	87.708					
FRA (forward rate agreements)	805.800	-	805.800	269	(279)	-	-	(10)
Swaps								
<u>Swaps Cambiais</u>				28.957	(83.888)	-	-	(54.931)
Compras	5.819.161	-	5.819.161					
Vendas	5.866.984	-	5.866.984					
<u>Interest rate swaps e cross currency</u>								
<u>Interest rate swaps</u>				255.188	(258.072)	108.190	(626.163)	(520.857)
Compras	36.525.966	5.908.702	42.434.668					
Vendas	36.503.887	5.994.621	42.498.508					
<u>Swaps de Eventos de Crédito</u>				5.494	(955)	-	-	4.539
Compras	700.228	-	700.228					
Vendas	700.228	-	700.228					
<u>Swaps de Cotacões</u>				8.813	-	-	-	8.813
Compras	20.764	-	20.764					
Vendas	20.764	-	20.764					
Futuros								
<u>Futuros sobre Divisas</u>				-	-	-	-	-
Posições Longas	16.507	-	16.507					
Posições Curtas	-	-	-					
<u>Futuros de Taxa de Juro</u>				913	-	-	-	913
Posições Longas	(16.856)	-	(16.856)					
Posições Curtas	882.102	-	882.102					
<u>Futuros de Cotacões</u>				-	(99)	-	-	(99)
Posições Longas	288.578	-	288.578					
Posições Curtas	39.669	-	39.669					
<u>Outros Futuros</u>								
. Negociados em nome de clientes				-	-	-	-	-
Posições Longas	30.061	-	30.061					
Posições Curtas	38.340	-	38.340					
Opções								
<u>Divisas</u>				6.396	(4.560)	-	-	1.836
Compras	340.889	-	340.889					
Vendas	342.983	-	342.983					
<u>Cotacões</u>				32.449	(67.573)	-	-	(35.124)
Compras	353.706	-	353.706					
Vendas	236.277	-	236.277					
<u>Taxa de Juro (Caps & Floors)</u>				6.838	(6.839)	-	-	(1)
Compras	1.091.061	-	1.091.061					
Vendas	974.338	-	974.338					
Outros	-	-	-	1.037	(5.126)	-	-	(4.089)
	<u>91.938.113</u>	<u>11.903.697</u>	<u>103.841.810</u>	<u>351.333</u>	<u>(431.106)</u>	<u>108.190</u>	<u>(626.163)</u>	<u>(597.746)</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Passivos detidos para negociação” inclui mEuros 158.798 relativos a vendas a descoberto de títulos de taxa fixa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2007					
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	41.510	34.109	37.390	-	42.442	155.451
Vendas	76.478	41.399	126.021	-	50.360	294.258
NDF's (No Deliverable Forward)						
Compras	35.520	-	-	-	-	35.520
Vendas	35.520	-	-	-	-	35.520
FRA (forward rate agreements)						
	-	-	305.800	-	-	305.800
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	4.435.889	769.467	49.616	-	-	5.254.972
Vendas	4.529.226	805.355	52.739	-	-	5.387.320
Interest rate swaps e cross currency						
interest rate swaps						
Compras	6.598.097	3.738.191	6.580.140	25.415.307	6.803.103	49.134.838
Vendas	6.554.718	3.741.501	6.622.132	25.471.730	6.899.015	49.289.096
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	-	-	70.474	487.503	510.205	1.068.182
Vendas	-	-	70.474	487.503	510.205	1.068.182
Swaps de Cotações						
Compras	-	-	-	21.349	-	21.349
Vendas	-	-	-	21.349	-	21.349
Futuros						
Futuros sobre Divisas						
Posições Longas	84.278	-	24.135	-	-	108.413
Posições Curtas	257	5.320	-	-	-	5.577
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Longas	167.500	(7.623)	-	-	-	159.877
Posições Curtas	323.465	31.000	78.863	-	-	433.328
Futuros de Cotações						
Posições Longas	12.070	-	-	-	-	12.070
Posições Curtas	8.716	-	-	-	-	8.716
Outros Futuros						
. Negociados em nome de clientes						
Posições Longas	23.207	-	6.854	-	-	30.061
Posições Curtas	35.256	-	3.084	-	-	38.340
Opções (Divisas e Cotações)						
Compras	3.719	13.586	-	35.000	-	52.305
Vendas	3.719	13.586	-	-	-	17.305
Taxa de Juro (Caps & Floors)						
Compras	-	-	-	318.033	155.000	473.033
Vendas	85.794	-	-	310.784	184.678	581.256
	23.054.939	9.185.891	14.027.722	52.568.558	15.155.008	113.992.118

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2006					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
<u>Operações Cambiais a Prazo</u>						
<u>Forwards Cambiais</u>						
Compras	9.079	1.052	1.109	21.131	-	32.371
Vendas	9.441	1.177	137.398	1.191	-	149.207
<u>NDF's (No Deliverable Forward)</u>						
Compras	87.764	-	-	-	-	87.764
Vendas	87.708	-	-	-	-	87.708
<u>FRA (forward rate agreements)</u>	-	200.000	200.000	405.800	-	805.800
<u>Swaps</u>						
<u>Swaps Cambiais</u>						
Compras	4.878.350	701.509	239.302	-	-	5.819.161
Vendas	4.917.765	707.257	241.962	-	-	5.866.984
<u>Interest rate swaps e cross currency</u>						
<u>interest rate swaps</u>						
Compras	9.803.388	2.679.781	3.914.571	19.089.938	6.946.990	42.434.668
Vendas	9.740.017	2.690.022	3.914.610	19.161.348	6.992.511	42.498.508
<u>Swaps de Eventos de Crédito</u>						
Compras	-	-	-	361.245	338.983	700.228
Vendas	-	-	-	361.245	338.983	700.228
<u>Swaps de Cotações</u>						
Compras	-	-	-	20.764	-	20.764
Vendas	-	-	-	20.764	-	20.764
<u>Futuros</u>						
<u>Futuros sobre Divisas</u>						
Posições Longas	-	16.507	-	-	-	16.507
Posições Curtas	-	-	-	-	-	-
<u>Futuros de Taxa de Juro</u>						
Posições Longas	(16.856)	-	-	-	-	(16.856)
Posições Curtas	633.958	84.684	163.460	-	-	882.102
<u>Futuros de Cotações</u>						
Posições Longas	288.578	-	-	-	-	288.578
Posições Curtas	9.359	-	-	30.310	-	39.669
<u>Outros Futuros</u>						
. Negociados em nome de clientes						
Posições Longas	23.207	-	6.854	-	-	30.061
Posições Curtas	35.256	-	3.084	-	-	38.340
<u>Opções (Divisas e Cotações)</u>						
Compras	117.144	103.889	180.811	286.437	6.314	694.595
Vendas	143.522	116.815	166.230	152.693	-	579.260
<u>Caps & Floors</u>						
Compras	-	6.983	39.835	653.543	390.700	1.091.061
Vendas	-	56.984	51.870	483.549	381.935	974.338
	<u>30.767.680</u>	<u>7.366.660</u>	<u>9.261.096</u>	<u>41.049.958</u>	<u>15.396.416</u>	<u>103.841.810</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2007		2006	
	Valor Nocional	Valor Contabilístico	Valor Nocional	Valor Contabilístico
<u>Operações Cambiais a Prazo</u>				
<u>Forwards Cambiais</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	112.841	-	494	(2.372)
<i>Clientes</i>	336.868	(9.414)	181.084	3.790
	<u>449.709</u>	<u>(9.414)</u>	<u>181.578</u>	<u>1.418</u>
<u>NDF's (Non Deliverable Forward)</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	35.520	(79)	85.254	(1.281)
<i>Clientes</i>	35.520	239	90.218	1.127
	<u>71.040</u>	<u>160</u>	<u>175.472</u>	<u>(154)</u>
<u>FRA (forward rate agreements)</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	305.800	184	805.800	(10)
<u>Swaps</u>				
<u>Swaps Cambiais</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	10.642.292	(298.491)	11.680.185	(54.747)
<i>Clientes</i>	-	-	5.960	(184)
	<u>10.642.292</u>	<u>(298.491)</u>	<u>11.686.145</u>	<u>(54.931)</u>
<u>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	94.249.170	(585.457)	82.741.334	(532.114)
<i>Clientes</i>	4.174.764	(19.486)	2.191.842	11.257
	<u>98.423.934</u>	<u>(604.943)</u>	<u>84.933.176</u>	<u>(520.857)</u>
<u>Swaps de Eventos de Crédito</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	2.136.364	(6.894)	1.400.456	4.539
<u>Swaps de Cotações</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	42.698	(2.244)	41.528	8.813
<u>Futuros</u>				
<u>Futuros sobre Divisas</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	113.990	-	16.507	-
<u>Futuros de Taxa de Juro</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	107.800	-	11.500	-
<i>Em Bolsa</i>	485.406	584	853.746	913
	<u>593.206</u>	<u>584</u>	<u>865.246</u>	<u>913</u>
<u>Futuros de Cotações</u>				
<i>Em Bolsa</i>	20.786	-	326.536	(99)
<i>Clientes</i>	-	-	1.711	-
	<u>20.786</u>	<u>-</u>	<u>328.247</u>	<u>(99)</u>
<u>Outros Futuros</u>				
<i>Em Bolsa</i>	68.400	-	68.401	-
<u>Opções (Divisas e Cotações)</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	62.172	453.393	930.461	24.288
<i>Clientes</i>	7.438	(541.215)	308.794	(57.839)
<i>Em Bolsa</i>	-	-	34.600	263
	<u>69.610</u>	<u>(87.822)</u>	<u>1.273.855</u>	<u>(33.288)</u>
<u>Caps & Floors</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	130.000	2.454	1.309.296	(2.497)
<i>Clientes</i>	924.289	9.380	756.103	2.496
	<u>1.054.289</u>	<u>11.834</u>	<u>2.065.399</u>	<u>(1)</u>
<u>Outros</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	-	(9.387)	-	(4.089)
<i>Clientes</i>	-	1.377	-	-
<i>Em Bolsa</i>	-	(4.849)	-	-
	<u>-</u>	<u>(12.859)</u>	<u>-</u>	<u>(4.089)</u>
	<u>113.992.118</u>	<u>(1.009.905)</u>	<u>103.841.810</u>	<u>(597.746)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Crédito interno e ao exterior		
Empréstimos	46.938.700	42.556.807
Créditos em conta corrente	5.068.098	3.317.286
Outros créditos	7.928.927	6.139.068
Outros créditos e valores a receber – Papel Comercial	2.702.044	1.082.746
Operações de locação financeira imobiliária	1.382.446	1.058.123
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	1.055.447	993.163
Operações de compra com acordo de revenda	5.427	698.093
Operações de locação financeira mobiliária	890.791	641.593
Créditos tomados - factoring	392.738	395.996
Descobertos em depósitos à ordem	376.092	257.825
	<u>66.740.713</u>	<u>57.140.700</u>
Correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura	902	1.436
Juros a receber	460.962	480.534
Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado	(54.082)	(61.816)
	<u>67.148.496</u>	<u>57.560.854</u>
Crédito e juros vencidos	<u>1.424.653</u>	<u>1.263.566</u>
	<u>68.573.149</u>	<u>58.824.420</u>
Imparidade (Nota 39)	<u>(1.728.849)</u>	<u>(1.556.149)</u>
	<u>66.844.300</u>	<u>57.268.271</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Crédito interno - Outros créditos” incluía mEuros 67.401 e mEuros 72.543, respectivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Empréstimos” inclui créditos à habitação e ao consumo cedidos pela Caixa no âmbito de operações de titularização, que foram repostos em balanço em função da consolidação dos veículos constituídos no âmbito dessas operações. O movimento nestes créditos nos exercícios de 2006 e 2007 foi o seguinte:

	<u>Habitação</u>	<u>Consumo</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	807.957	365.517	1.173.474
Aquisições de novos créditos	-	201.306	201.306
Reembolsos	(82.855)	(197.078)	(279.933)
Abates	-	(1.092)	(1.092)
Outros	-	(422)	(422)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	725.102	368.231	1.093.333
Reembolsos	(79.667)	(161.074)	(240.741)
Abates	-	-	-
Outros	(24)	(80)	(104)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	645.411	207.077	852.488

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Estes créditos garantem os passivos emitidos pelos veículos no âmbito destas operações, que em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, ascendiam a 879.264 mEuros e 1.131.803 mEuros, respectivamente (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Empréstimos” inclui créditos à habitação afectos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 7.074.463 mEuros e 2.418.820 mEuros respectivamente (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a antiguidade do “Crédito e juros vencidos” apresentava a seguinte estrutura:

	2007	2006
Até três meses	171.262	140.343
De três a seis meses	81.398	61.505
De seis meses a um ano	199.127	121.659
De um a três anos	400.744	368.424
Mais de três anos	572.121	571.635
	<u>1.424.653</u>	<u>1.263.566</u>

Em 18 de Maio de 2006, a CGD celebrou um contrato de cessão de créditos nos termos do qual alienou por 22.935 mEuros um conjunto de créditos hipotecários vencidos com valor contabilístico (antes de imparidade) de 34.761 mEuros. De acordo com a avaliação efectuada com referência a 31 de Dezembro de 2005, a imparidade registada para estes créditos nas contas consolidadas ascendia a 12.448 mEuros.

No exercício de 2007, a CGD alienou por 34.250 mEuros um conjunto de créditos com valor nominal de capital em dívida de 115.733 mEuros, que se encontravam integralmente abatidos ao activo na data da celebração do contrato. O valor recebido foi registado como uma dedução às perdas de imparidade do exercício (Nota 39).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

2007									
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito	Crédito	Total	Crédito	Crédito	Total	Crédito	Crédito	Total
	vencendo	vencido		vencendo	vencido		vencendo	vencido	
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	268	3.309	3.577	199.807	7.333	207.140	200.075	10.642	210.717
Pesca	-	-	-	40.924	1.704	42.628	40.924	1.704	42.628
Indústrias extractivas									
Extracção de produtos energéticos	12.811	-	12.811	37.041	1	37.042	49.852	1	49.853
Indústrias extractivas com excepção de prod. energéticos	-	-	-	128.645	1.367	130.012	128.645	1.367	130.012
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	143	-	143	496.320	9.771	506.091	496.463	9.771	506.234
Indústria têxtil	592	-	592	342.504	12.688	355.192	343.096	12.688	355.784
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	33.290	3.541	36.831	33.290	3.541	36.831
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	171.727	3.961	175.688	171.727	3.961	175.688
Indústria da pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	178	-	178	146.422	2.155	148.577	146.600	2.155	148.755
Fab. de coque, produtos petrolíferos, refinados e combustivel nuclear	-	-	-	15.191	55	15.246	15.191	55	15.246
Fab. de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	58	-	58	153.511	1.708	155.219	153.569	1.708	155.277
Fab. de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	139.640	1.243	140.883	139.640	1.243	140.883
Fab. de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	283.061	10.605	293.666	283.061	10.605	293.666
Indúst. metalúrgicas de base e de produtos metálicos	950	-	950	278.780	3.731	282.511	279.730	3.731	283.461
Fab. de máquinas e de equipamentos	5.828	-	5.828	100.048	6.530	106.578	105.876	6.530	112.406
Fab. de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	130.235	2.362	132.597	130.235	2.362	132.597
Fab. de material de transporte	15.240	-	15.240	51.732	612	52.344	66.972	612	67.584
Indústrias transformadoras n.e.	-	-	-	228.832	8.883	237.715	228.832	8.883	237.715
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	51.125	-	51.125	1.379.577	1.871	1.381.448	1.430.702	1.871	1.432.573
Construção (a)	74.239	180	74.419	4.557.674	112.362	4.670.036	4.631.913	112.542	4.744.455
Com. grosso / retalho, rep. autom., motoc., e bens pess. e domest.	20	-	20	2.915.993	53.490	2.969.483	2.916.013	53.490	2.969.503
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	749.908	13.348	763.256	749.908	13.348	763.256
Transportes, armazenagem e comunicações	139.988	24	140.012	1.318.869	16.545	1.335.414	1.458.857	16.569	1.475.426
Actividades financeiras									
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	879.352	1.199	880.551	879.352	1.199	880.551
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	26.333	78	26.411	26.333	78	26.411
Actividades auxiliares de intermediação financeira	299.519	-	299.519	1.297.064	144	1.297.208	1.596.583	144	1.596.727
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	1.353	3	1.356	3.721.956	57.288	3.779.244	3.723.309	57.291	3.780.600
Outras actividades	34.936	140	35.076	5.168.858	27.680	5.196.538	5.203.794	27.820	5.231.614
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória (a)	2.367.610	29.145	2.396.755	98.873	290	99.163	2.466.483	29.435	2.495.918
Educação	107.871	97.335	205.206	109.510	1.509	111.019	217.381	98.844	316.225
Saúde e segurança social	5.911	3.580	9.491	529.588	1.884	531.472	535.499	5.464	540.963
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	83.478	49.905	133.383	1.072.301	29.885	1.102.186	1.155.779	79.790	1.235.569
Famílias com empregados domésticos	551	1.071	1.622	19.299	620	19.919	19.850	1.691	21.541
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	3.631	5.167	8.798	3.631	5.167	8.798
	<u>3.202.669</u>	<u>184.692</u>	<u>3.387.361</u>	<u>26.826.496</u>	<u>401.610</u>	<u>27.228.106</u>	<u>30.029.165</u>	<u>586.302</u>	<u>30.615.467</u>
Particulares									
Habitação	-	-	-	32.066.125	713.961	32.780.086	32.066.125	713.961	32.780.086
Outros fins	-	-	-	5.053.206	124.390	5.177.596	5.053.206	124.390	5.177.596
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>37.119.331</u>	<u>838.351</u>	<u>37.957.682</u>	<u>37.119.331</u>	<u>838.351</u>	<u>37.957.682</u>
	<u>3.202.669</u>	<u>184.692</u>	<u>3.387.361</u>	<u>63.945.827</u>	<u>1.239.961</u>	<u>65.185.788</u>	<u>67.148.496</u>	<u>1.424.653</u>	<u>68.573.149</u>

(a) No exercício de 2007, o crédito concedido ao Sector Público e Administrativo relacionado com a actividade de “Construção” passou a estar incluído no sector “Administração pública, defesa e segurança social obrigatória”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

2006									
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito	Crédito	Total	Crédito	Crédito	Total	Crédito	Crédito	Total
	vincendo	vencido		vincendo	vencido		vincendo	vencido	
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	374	-	374	254.538	18.468	273.006	254.912	18.468	273.380
Pesca	20	-	20	70.544	900	71.444	70.564	900	71.464
Indústrias extractivas									
Extracção de produtos energéticos	-	-	-	64.031	320	64.352	64.031	320	64.352
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	1.636	-	1.636	148.773	3.702	152.475	150.409	3.702	154.111
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	584	1	586	561.605	8.766	570.370	562.189	8.767	570.956
Indústria têxtil	9.645	-	9.645	293.762	16.431	310.193	303.407	16.431	319.838
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	36.052	5.804	41.856	36.052	5.804	41.856
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	146.912	4.635	151.546	146.912	4.635	151.546
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	191.962	2.826	194.788	191.962	2.826	194.788
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear	19	-	19	73.855	0	73.855	73.874	0	73.874
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	114	-	114	97.969	1.486	99.455	98.083	1.486	99.569
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	105.811	892	106.703	105.811	892	106.703
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	235.241	4.928	240.169	235.241	4.928	240.169
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	25	-	25	229.249	4.204	233.453	229.274	4.204	233.478
Fabrico de máquinas e de equipamentos	1	-	1	154.712	4.411	159.123	154.712	4.411	159.123
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	137.086	6.410	143.496	137.086	6.410	143.496
Fabrico de material de transporte	1.792	-	1.792	58.059	1.365	59.424	59.851	1.365	61.216
Indústrias transformadoras não especificadas	87	-	87	776.190	19.117	795.306	776.277	19.117	795.393
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	28.786	4	28.790	1.238.512	3.638	1.242.150	1.267.298	3.642	1.270.940
Construção	1.384.101	760	1.384.861	3.442.669	132.364	3.575.032	4.826.770	133.124	4.959.893
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	1.225	-	1.225	2.257.233	60.685	2.317.917	2.258.458	60.685	2.319.143
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	322	-	322	540.546	16.357	556.903	540.868	16.357	557.225
Transportes, armazenagem e comunicações	65.425	13	65.438	1.204.050	9.024	1.213.074	1.269.474	9.038	1.278.512
Actividades financeiras									
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	25	-	25	1.032.499	8.013	1.040.511	1.032.524	8.013	1.040.537
Seguros, fundos de pensões e activ. complen. de seg. social	2.621	-	2.621	16.335	24	16.359	18.956	24	18.980
Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	-	-	588.350	28	588.378	588.350	28	588.378
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	2.981	-	2.981	2.829.060	49.241	2.878.301	2.832.041	49.241	2.881.282
Outras actividades	26.232	1	26.233	3.069.830	19.392	3.089.222	3.096.062	19.393	3.115.455
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1.824.894	51.832	1.876.726	85.527	1.356	86.884	1.910.422	53.188	1.963.610
Educação	592	-	592	111.151	2.563	113.714	111.743	2.563	114.306
Saúde e segurança social	8.274	11.955	20.229	229.951	5.135	235.086	238.226	17.090	255.315
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	37.046	436	37.482	797.266	27.599	824.865	834.312	28.035	862.347
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	20	-	20	20	-	20
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	6.518	86	6.603	6.518	86	6.603
	<u>3.396.822</u>	<u>65.002</u>	<u>3.461.825</u>	<u>21.085.867</u>	<u>440.168</u>	<u>21.526.035</u>	<u>24.482.689</u>	<u>505.171</u>	<u>24.987.860</u>
Particulares									
Habituação	-	-	-	30.331.623	670.207	31.001.830	30.331.623	670.207	31.001.830
Outros fins	-	-	-	2.746.541	88.189	2.834.730	2.746.541	88.189	2.834.730
	-	-	-	33.078.164	758.396	33.836.560	33.078.164	758.396	33.836.560
	<u>3.396.822</u>	<u>65.002</u>	<u>3.461.825</u>	<u>54.164.031</u>	<u>1.198.564</u>	<u>55.362.595</u>	<u>57.560.854</u>	<u>1.263.566</u>	<u>58.824.420</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

12. ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>ACTIVOS</u>		
Filiais	400.438	–
Imóveis e equipamento	114.557	95.582
	<u>514.996</u>	<u>95.582</u>
Imparidade (Nota 39)	(60.024)	(17.318)
	<u>454.972</u>	<u>78.265</u>
<u>PASSIVOS</u>		
Filiais	283.781	–

No quadro da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2007, a Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. foi reclassificada na classe de Activos Não Correntes Detidos para Venda, de acordo com o disposto na norma IFRS 5, dado ter sido celebrado um contrato promessa de compra e venda com a Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S.A..

Nestes termos, no final do exercício de 2007, a Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, SA, deixou de ser consolidada pelo método integral e foi integrada como operação descontinuada, de acordo com o descrito na Nota 2.8.

O valor contabilístico das principais categorias de activos e passivos da Compal em 31 de Dezembro de 2007 é apresentado no quadro seguinte.

<u>Activos não correntes detidos para venda</u>	
Imobilizado corpóreo e incorpóreo	330.542
Existências	22.676
Clientes	39.380
Disponibilidades	382
Outros activos	7.458
	<u>400.438</u>
	<u>=====</u>
<u>Passivos não correntes detidos para venda</u>	
Empréstimos bancários	(254.433)
Fornecedores e outras dívidas a terceiros	(12.944)
Outros passivos	(16.404)
	<u>(283.781)</u>
	<u>=====</u>

O valor contabilístico das principais rubricas de resultados da Compal nos exercícios de 2007 e 2006 apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Vendas e prestações de serviços	172.987	181.312
Custo das mercadorias vendidas	(74.845)	(72.933)
Fornecimentos e serviços externos	(58.583)	(68.170)
Custos com pessoal	(17.747)	(18.405)
Juros e outros encargos financeiros	(15.457)	(14.071)
Amortizações	(9.730)	(10.463)
Outros	(3.687)	3.907
	<u>(7.062)</u>	<u>1.177</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>
Resultados de exploração (Nota 34)		

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme descrito na Nota 2.8, em 31 de Dezembro de 2007 o Grupo regista ainda nesta rubrica imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito, com excepção daqueles que não reúnam as condições previstas na IFRS 5, os quais são registados em “Outros activos”.

O movimento nestes bens durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

2007												
	Saldo em 31.12.2006			Alienações e abates		Transferências de activos tangíveis (Nota 14)	Transferências		Imparidade (Nota 39)	Outros movimentos	Saldo em 31.12.2007	
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Valor bruto	Imparidade acumulada		Valor bruto	Imparidade acumulada			Valor bruto	Imparidade acumulada (Nota 39)
Activos não correntes detidos para venda												
Imóveis	93.305	(15.995)	16.932	(33.392)	1.079	4.639	31.019	(322)	(3.462)	(217)	112.286	(18.700)
Outros	2.277	(1.323)	986	(928)	440	-	-	-	(441)	(64)	2.270	(1.324)
	95.582	(17.318)	17.918	(34.320)	1.519	4.639	31.019	(322)	(3.903)	(281)	114.557	(20.024)
Outros activos (Nota 19)												
Bens recebidos em dação de crédito	107.398	(20.083)	19.927	(9.376)	166	-	(31.019)	3.134	4.623	(767)	86.164	(12.160)
	202.980	(37.401)	37.845	(43.696)	1.685	4.639	-	2.812	720	(1.047)	200.720	(32.184)

2006												
	Saldo em 31.12.2005			Alienações e abates		Transferências de activos tangíveis (Nota 14)	Transferências		Imparidade (Nota 39)	Outros movimentos	Saldo em 31.12.2006	
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Valor bruto	Imparidade acumulada		Valor bruto	Imparidade acumulada			Valor bruto	Imparidade acumulada (Nota 39)
Activos não correntes detidos para venda												
Imóveis	33.169	(7.221)	9.822	(12.848)	1.888	1.322	61.860	(8.874)	(1.788)	(20)	93.305	(15.995)
Outros	2.808	(2.769)	2.312	(3.790)	-	-	947	-	1.446	-	2.277	(1.323)
	35.977	(9.990)	12.134	(16.638)	1.888	1.322	62.807	(8.874)	(342)	(20)	95.582	(17.318)
Outros activos (Nota 19)												
Bens recebidos em dação de crédito	155.271	(13.970)	43.507	(28.126)	-	-	(63.224)	8.874	(14.987)	(30)	107.398	(20.083)
	191.248	(23.960)	55.641	(44.764)	1.888	1.322	(417)	-	(15.329)	(50)	202.980	(37.401)

Nos exercícios de 2007 e 2006, as “Transferências de Outros activos” correspondem essencialmente a transferências efectuadas pela Caixa, relativas a imóveis que passaram a preencher os requisitos do IFRS 5.

Nos exercícios de 2007 e 2006, as mais-valias líquidas em activos não correntes detidos para venda, ascenderam a mEuros 10.273 e mEuros 5.609, respectivamente (Nota 34).

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nas “Propriedades de investimento” durante os exercícios de 2006 e 2007, foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2005	311.487
Aquisições	27.404
Reavaliações	2.588
Alienações	(2.158)
Transferências e regularizações	223
Diferenças de câmbio	(9)

Saldos em 31 de Dezembro de 2006	339.535

Aquisições	56.238
Reavaliações	17.879
Alienações	(3.311)

Saldos em 31 de Dezembro de 2007	410.341
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento nos outros activos tangíveis, líquidos, durante os exercícios de 2007 e 2006, foi o seguinte:

2007										
Saldo em 31.12.2006										
Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Entrada / (saída) de entidades no perímetro	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre activos tangíveis	Outras transfe- rências e regularizações	Amortiza- ções do exercício	Reversões, líquidas de imparidade no exercício (Nota 39)	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2007
Imóveis de serviço próprio										
Terrenos	170.013	-	(2.544)	3.891	(85)	34	5.806	-	(7.056)	170.059
Edifícios	927.641	(307.359)	(17.315)	11.458	(2.427)	1.302	(9.385)	1.305	(25.796)	561.995
Obras em imóveis arrendados	95.686	(55.298)	-	5.133	(241)	3.151	1.955	-	(711)	41.510
Equipamento										
Mobiliário e material de escritório	99.190	(80.558)	(3)	7.721	(22)	62	(1.315)	(5.635)	(164)	19.276
Máquinas e ferramentas	34.448	(25.705)	(460)	2.462	(52)	739	91	(2.775)	(5)	8.743
Equipamento informático	157.809	(140.829)	(25)	21.896	(283)	931	1.380	(9.875)	(14.306)	16.698
Instalações interiores	305.662	(240.978)	3	11.702	(11)	5.476	(3.276)	(16.751)	(1.823)	60.329
Material de transporte	8.797	(5.331)	(38)	1.652	(23)	627	37	(1.351)	(467)	3.902
Equipamento de segurança	21.229	(16.902)	(0)	1.827	(14)	14	(21)	(1.894)	(1)	4.237
Outro equipamento	102.519	(69.560)	(26.395)	3.405	(54)	102	76	(2.043)	(2.720)	5.376
Activos em locação financeira	56.466	(26.722)	-	18.120	-	(340)	17	(11.019)	(2.428)	34.094
Outros activos tangíveis	17.733	(13.316)	(319)	1.784	-	-	177	(717)	(20)	5.322
Activos tangíveis em curso	23.281	-	(2.115)	45.653	(21)	(12.096)	(1.761)	-	(7.345)	45.595
	<u>2.020.474</u>	<u>(982.558)</u>	<u>(49.213)</u>	<u>136.704</u>	<u>(3.232)</u>	<u>1</u>	<u>(6.218)</u>	<u>(77.655)</u>	<u>1.676</u>	<u>977.136</u>
2006										
Saldo em 31.12.2005										
Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Entrada / (saída) de entidades no perímetro	Adições	Diferenças de câmbio	Transferências entre activos tangíveis	Outras transfe- rências e regularizações	Amortiza- ções do exercício	Reforços de imparidade no exercício (Nota 39)	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2006
Imóveis de serviço próprio										
Terrenos	118.915	-	2.364	5.966	(285)	42.430	2.264	-	(1.641)	170.013
Edifícios	931.494	(276.741)	19.278	22.795	(3.656)	(40.559)	(924)	(19.905)	(8.711)	620.282
Obras em imóveis arrendados	82.434	(49.604)	-	7.300	(1.222)	8.161	-	(6.610)	(70)	40.389
Equipamento										
Mobiliário e material de escritório	96.406	(79.224)	(4)	6.126	(183)	75	995	(5.416)	(143)	18.632
Máquinas e ferramentas	34.403	(27.042)	549	2.619	(96)	49	949	(2.656)	(32)	8.743
Equipamento informático	160.829	(142.344)	(9)	10.256	(668)	1.297	1.918	(11.329)	(2.970)	16.980
Instalações interiores	303.734	(239.476)	-	9.120	(63)	9.063	2.229	(16.547)	(3.376)	64.684
Material de transporte	9.056	(5.091)	89	1.369	(224)	23	97	(1.248)	(605)	3.466
Equipamento de segurança	22.016	(16.967)	-	1.329	(52)	-	(30)	(1.697)	(272)	4.327
Outro equipamento	28.425	(18.093)	32.120	2.766	(147)	-	(3.521)	(8.560)	(31)	32.959
Activos em locação financeira	53.091	(21.853)	-	9.824	-	(1.459)	986	(9.099)	(1.746)	29.744
Outros activos tangíveis	14.605	(10.228)	844	552	-	-	156	(1.467)	(46)	4.416
Activos tangíveis em curso	18.864	-	3.181	24.246	(167)	(19.080)	(2.805)	-	(958)	23.281
	<u>1.874.272</u>	<u>(886.663)</u>	<u>58.412</u>	<u>104.268</u>	<u>(6.763)</u>	<u>-</u>	<u>2.314</u>	<u>(84.534)</u>	<u>(2.789)</u>	<u>1.037.916</u>

As alterações no perímetro em 2006 e 2007 referem-se essencialmente à Compal (Nota 3). Conforme referido na Nota 12, em 31 de Dezembro de 2007 esta filial encontra-se classificada em “Activos e Passivos não correntes detidos para venda”.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a imparidade acumulada de outros activos tangíveis ascende a 16.783 mEuros e 18.533 mEuros, respectivamente (Nota 39).

No movimento do exercício de 2007 e 2006, a coluna “Outras transferências e regularizações” inclui 4.639 mEuros e 1.322 mEuros relativos a reclassificações de imóveis de serviço próprio para “Activos não correntes detidos para venda”

No movimento do exercício de 2006, as amortizações do exercício de activos tangíveis incluíam 8.348 mEuros relativos à Compal (Nota 12).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

15. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento durante os exercícios de 2007 e 2006:

	2007								
	Saldo em 31.12.2006		Entrada / saída		Abates	Transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2007
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	de entidades no perímetro	Adições					
Goodwill - Império Bonança	150.700	-	-	-	-	-	-	-	150.700
Value-in-force - Império Bonança (Nota 2.16 n))	46.386	(7.732)	-	-	-	-	-	(3.866)	34.789
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	463.504	(303.189)	(23)	30.676	(2.427)	27.991	(104)	(62.401)	154.027
Outros activos intangíveis	303.694	(59.782)	(243.522)	12.172	(192)	(51)	-	1.176	13.495
Activos intangíveis em curso	46.191	-	-	40.694	-	(28.717)	-	-	58.168
	<u>1.010.475</u>	<u>(370.703)</u>	<u>(243.546)</u>	<u>83.541</u>	<u>(2.619)</u>	<u>(777)</u>	<u>(104)</u>	<u>(65.091)</u>	<u>411.178</u>

	2006								
	Saldo em 31.12.2005		Entrada / saída		Abates	Transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	(Reforço) / reversão de imparidade (Nota 39)
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	de entidades no perímetro	Adições					
Goodwill - Império Bonança	149.500	-	-	-	-	1.200	-	-	-
Value-in-force - Império Bonança (Nota 2.16 n))	46.386	(3.866)	-	-	-	-	-	(3.866)	-
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	348.556	(262.804)	(126)	20.045	-	107.689	(343)	(59.151)	6.449
Outros activos intangíveis	12.744	(12.216)	296.593	3.176	(11.205)	(83)	-	(5.077)	(40.020)
Activos intangíveis em curso	120.355	-	1.921	33.911	-	(109.996)	-	-	-
	<u>677.541</u>	<u>(278.886)</u>	<u>298.388</u>	<u>57.132</u>	<u>(11.205)</u>	<u>(1.190)</u>	<u>(343)</u>	<u>(68.094)</u>	<u>(33.571)</u>
									<u>639.772</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os activos intangíveis em curso referem-se essencialmente a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

As saídas do perímetro em 2007 respeitam à Compal, na sequência da sua classificação em 31 de Dezembro como um Activo não corrente detido para venda (Nota 12). No exercício de 2006, os saldos resultavam essencialmente da aquisição da mesma Entidade.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Outros activos intangíveis” incluía um saldo líquido antes de imparidade de 281.143 mEuros correspondente às marcas da Compal, das quais 265.328 mEuros resultantes da afectação do goodwill originado na aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a imparidade acumulada de activos intangíveis ascende a 913 mEuros e 44.710 mEuros, respectivamente (Nota 39).

No movimento do exercício de 2006, as colunas “Amortizações do exercício” de activos intangíveis incluíam 2.115 mEuros, relativos à Compal (Nota 12).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

16. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007		2006	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	20,00	193.068	20,00	205.286
ADP - Águas de Portugal, S.A.	20,37	89.322	20,37	94.866
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	21,60	13.966	21,60	13.522
Torre Oriente Imobiliária (Nota 3)	25,00	2.685	-	-
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.	27,00	2.679	27,00	2.103
Prado Cartolinas da Lousã, S.A.	38,14	2.548	38,14	2.462
Prado Karton - Companhia de Cartão, S.A.	38,14	2.151	38,14	2.264
SCI Imobiliária, S.A.	-	-	42,00	1.584
Locarent	45,00	1.877	45,00	6.60
Torre Ocidente Imobiliária (Nota 3)	25,00	1.849	-	-
Companhia de Papel do Prado, S.A.	38,15	1.239	38,14	1.239
Resortpart, S.A.	25,00	(711)	25,00	1.500
Outras		6.046		3.955
		316.718		328.788
Imparidade (Nota 39)		-		(569)
		316.718		328.219
		=====		=====

Os dados financeiros provisórios das principais empresas associadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 eram os seguintes:

		2007				
Sector de actividade/Entidade	Sede	Activos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
<u>Bancário</u>						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	35.779	25.842	9.937	512	3.164
<u>Imobiliário</u>						
Resortpart	Lisboa	420.675	423.638	(2.963)	(10.409)	47.020
Torre Oriente Imobiliária	Lisboa	12.186	1.446	10.740	(566)	804
Torre Ocidente Imobiliária	Lisboa	7.574	38	7.536	(66)	62
<u>Outros sectores</u>						
ADP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Lisboa	n.d.	n.d.	438.411	2.467	n.d.
Companhia de Papel do Prado, S.A.	Tomar	4.410	983	3.427	178	181
Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.	Lousã	14.579	7.899	6.680	847	21.086
Prado Karton - Companhia do Cartão, S.A.	Tomar	15.695	10.057	5.638	(297)	17.583
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	Lisboa	3.969.533	2.963.206	1.006.327	145.150	615.966
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	122.348	57.459	64.889	8.694	141.539
Locarent	Lisboa	291.074	286.903	4.171	1.107	72.839

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses minoritários.

n.d. - Não disponível

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

		2006				
Sector de actividade/Entidade	Sede	Activos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
<u>Bancário</u>						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	29.623	21.761	7.862	432	2.769
<u>Imobiliário</u>						
SCI Imobiliária	Maputo	3.023	1.438	1.585	(93)	4
Resortpart	Lisboa	230.509	224.508	6.001	(1.999)	-
<u>Outros sectores</u>						
ADP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Lisboa	n.d.	n.d.	465.624	(5.000)	n.d.
Companhia de Papel do Prado, S.A.	Tomar	4.478	1.230	3.248	-	4
Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.	Lousã	16.161	9.708	6.453	653	21.579
Prado Karton - Companhia do Cartão, S.A.	Tomar	16.175	10.240	5.935	(589)	16.526
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	Lisboa	3.969.179	2.929.590	1.031.074	550.051	3.772.096
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	130.422	66.529	63.893	8.959	124.595

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses minoritários.

n.d. - Não disponível

No exercício de 2006, o resultado da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. (REN) inclui 523.893 mEuros relativos à venda de acções da Galp, SGPS, S.A.. No segundo semestre de 2006, a Caixa recebeu dividendos da REN no montante de 88.405 mEuros.

No início de Janeiro de 2007, a REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., alterou a sua denominação para “REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.”. Em 2007 o montante de dividendos recebidos da REN ascendeu a 19.399 mEuros.

Em Julho de 2007 verificou-se a admissão à negociação em bolsa das acções da REN.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 eram os seguintes:

	2007	2006
<u>Activos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	4.583	32.487
Outros	25.131	275
	<u>29.714</u>	<u>32.762</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(182.065)	(138.788)
Outros	(42)	(7)
	<u>(182.106)</u>	<u>(138.795)</u>
Activos por impostos diferidos	683.058	547.151
Passivos por impostos diferidos	<u>(153.065)</u>	<u>(199.432)</u>
	<u>529.994</u>	<u>347.719</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	2007					
	Saldo em 31.12.2006	Entrada/Saída de entidades no perímetro	Variação em		Transferência para imposto corrente	Saldo em 31.12.2007
			Capital Próprio	Resultados	Outros	
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis e intangíveis	12.093	(178)	-	(333)	-	12.902
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	208.246	-	-	148.109	(8.385)	345.241
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	75.259	-	-	(73.832)	-	1.553
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(86.995)	-	59.326	(827)	-	(27.891)
Valorização de outros títulos	28.592	-	-	43.721	-	71.570
Prejuízos fiscais reportáveis	6.938	(586)	-	(2.275)	-	3.755
Benefícios dos trabalhadores	110.742	-	-	6.419	-	117.161
Comissões	20.532	-	-	22.788	-	43.489
Reavaliação legal de outros activos tangíveis	(7.454)	30	-	396	(1.634)	(8.662)
Despesas de carácter plurianual	(3.143)	-	-	(1.921)	-	(5.064)
Créditos fiscais	2.532	(2.532)	-	-	-	-
Outros	(19.623)	-	-	(4.596)	159	(24.060)
	<u>347.719</u>	<u>(3.266)</u>	<u>59.326</u>	<u>137.649</u>	<u>(8.385)</u>	<u>529.994</u>

	2006					
	Saldo em 31.12.2005	Entrada/Saída de entidades no perímetro	Variação em		Transferência para imposto corrente	Saldo em 31.12.2006
			Capital Próprio	Resultados	Outros	
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis e intangíveis	11.271	-	1.561	(988)	-	12.093
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	193.323	(33)	(2.064)	21.897	(8.869)	208.246
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	42.017	-	-	33.242	-	75.259
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(47.065)	-	(39.230)	(637)	-	(86.995)
Valorização de outros títulos	28.796	-	-	(204)	-	28.592
Prejuízos fiscais reportáveis	20.101	-	(25)	(13.138)	-	6.938
Benefícios dos trabalhadores	108.663	-	6	(8.506)	-	110.742
Comissões	21.451	-	-	(1.661)	-	20.532
Reavaliação legal de outros activos tangíveis	(8.353)	(30)	-	929	-	(7.454)
Despesas de carácter plurianual	-	-	-	(3.143)	-	(3.143)
Créditos fiscais	-	-	-	2.532	-	2.532
Outros	(31.010)	-	(4.062)	16.055	(606)	(19.623)
	<u>339.194</u>	<u>(63)</u>	<u>(43.814)</u>	<u>46.378</u>	<u>(8.869)</u>	<u>347.719</u>

No movimento de 2006, a coluna “Outros” inclui 16.089 mEuros de impostos diferidos do Banco Caixa Geral que em 31 de Dezembro de 2005 se encontravam registados em “Outros activos”.

No movimento do exercício de 2006, a coluna “Variação em Resultados” incluía um proveito de 3.145 mEuros, relativo à Compal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Impostos correntes		
Do exercício	309.557	173.513
Correcções a exercícios anteriores (líquido)	5.605	92.225
	-----	-----
	315.163	265.738
	-----	-----
Impostos diferidos	(137.649)	(43.233)
	-----	-----
Total de impostos em resultados	177.514	222.505
	=====	=====
Lucro consolidado antes de impostos e de interesses minoritários	1.075.124	989.825
Carga fiscal	16,51%	22,48%

Nos exercícios de 2007 e 2006, a rubrica “Correcções a exercícios anteriores” apresenta a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Correcção ao lucro tributável (exercícios de 2000 a 2003)		
Isenção de tributação mais valia Banco Itaú	15.130	148.232
Liquidações adicionais	5.944	-
Excesso de estimativa de imposto (exercícios de 2006 e 2005)	(16.842)	(60.627)
Outros	1.374	4.620
	-----	-----
	5.605	92.225
	=====	=====

No exercício de 2006, por decisão da Comissão das Comunidades Europeias, o artigo 25º do Estatuto dos Benefícios fiscais que isentava de imposto sobre o rendimento as mais-valias obtidas por Empresas Públicas em determinadas transacções, foi considerado incompatível com as normas do Tratado da Comunidade Europeia e com o mercado Comum. Na sequência desta decisão, os benefícios inicialmente atribuídos à CGD decorrentes da aplicação do referido artigo, nomeadamente a isenção de tributação das mais-valias obtidas na alienação da participação detida no Banco Itaú, S.A. nos exercícios de 2000 a 2003, foram objecto de correcção, tendo a Caixa sido notificada quanto ao valor das correcções a efectuar à matéria colectável nos referidos períodos.

Em Dezembro de 2006, a Caixa procedeu à liquidação do valor do imposto e dos juros de mora, relativos ao exercício de 2002, no montante de mEuros 17.940. Em 31 de Dezembro de 2006, foi ainda registado um custo adicional de mEuros 130.292, em “Impostos sobre lucros”, para fazer face às contingências decorrentes desta decisão, com o seguinte detalhe:

- A estimativa da correcção relativa às mais-valias obtidas no exercício de 2003, no montante de mEuros 10.039, foi registada por contrapartida da rubrica “Imposto sobre o rendimento a pagar”;
- No que respeita ao imposto sobre as mais-valias geradas nos exercícios de 2000 e 2001, é entendimento da Caixa que o direito à respectiva liquidação não será válido face ao enquadramento legislativo nacional, o qual contempla um prazo de caducidade de quatro anos a partir do termo do ano em que se verificou o facto tributário. Dado não existir ainda qualquer decisão sobre este assunto, a Caixa registou uma provisão para outros riscos e encargos no montante de mEuros 120.253 (Nota 23) para fazer face a esta contingência.

Em Dezembro de 2007, a Caixa recebeu a notificação quanto ao valor das liquidações adicionais de imposto e dos juros de mora para os exercícios de 2000, 2001 e 2003 no valor de 145.422 mEuros, tendo procedido ao respectivo pagamento. O diferencial entre o valor da liquidação e o custo reflectido

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

em 2006, no montante de 15.130 mEuros, foi reflectido em “Impostos correntes – correcções de exercícios anteriores” (Nota 23).

Em 31 de Dezembro de 2005, a Caixa não reconheceu impostos diferidos activos no montante de aproximadamente mEuros 156.000, relativos a uma dedução de variações patrimoniais negativas reflectidas na declaração de IRC do exercício de 2004, por nessa data estar a aguardar uma resposta das autoridades fiscais ao pedido de aceitação do referido montante, e por existirem dúvidas sobre esta situação. No exercício de 2006, em consequência do despacho favorável do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais quanto ao pedido formulado, a Caixa deduziu os prejuízos fiscais reportáveis ainda na declaração de IRC relativa ao exercício de 2005. Em resultado desta situação, o excesso de estimativa de imposto para 2005 face ao valor efectivamente pago ascendeu a mEuros 60.627. Adicionalmente, a Caixa considerou na estimativa de IRC para 2006 a dedução dos prejuízos fiscais remanescentes, o que originou uma redução de mEuros 82.340 na carga fiscal. Esta redução foi reflectida em “Impostos correntes – do exercício”.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2007 e 2006 pode ser demonstrada como se segue:

	2007		2006	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		1.075.124		989.825
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,28%	282.543	27,12%	268.441
Impacto de sociedades com regimes fiscais diferentes da taxa nominal em Portugal	(0,78%)	(8.400)	(0,34%)	(3.330)
Sucursal Financeira Exterior da Madeira (Nota 2.13)	(0,48%)	(5.200)	(0,47%)	(4.693)
Sociedades registadas pelo método de equivalência patrimonial	(0,08%)	(828)	(2,98%)	(29.534)
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de instrumentos de capital disponíveis para venda	(2,30%)	(24.718)	(1,77%)	(17.564)
Mais valias isentas de tributação	(3,67%)	(39.473)	0,00%	-
Prejuízo fiscal imputado de ACE	(0,06%)	(621)	(0,22%)	(2.217)
Outras	(0,46%)	(4.952)	(1,59%)	(15.755)
Diferenças definitivas a acrescentar:				
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0,00%	-	0,80%	7.871
Outras	0,61%	6.556	1,21%	11.964
Benefícios fiscais:				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,17%)	(1.789)	(0,32%)	(3.196)
Dividendos de acções privatizadas	(0,64%)	(6.872)	(0,76%)	(7.509)
Outros	-	-	(0,11%)	(1.073)
Tributação autónoma	0,14%	1.531	0,10%	993
Dedução de prejuízos fiscais	(0,37%)	(3.942)	(8,42%)	(83.303)
Alteração da taxa de imposto	-	-	1,73%	17.151
Registo no exercício de Impostos diferidos anteriormente não reconhecidos - Banco Caixa Geral	(2,84%)	(30.487)	-	-
Outros	0,80%	8.562	(0,80%)	(7.966)
	15,99%	171.909	13,16%	130.280
Correcções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Correcção ao Lucro tributável dos exercícios de 2000 a 2003 (mais valias na alienação de participações financeiras)	1,41%	15.150	14,98%	148.232
Excesso de estimativa de imposto relativo ao exercício de 2006 e 2005	(1,50%)	(16.099)	(6,13%)	(60.627)
Outras	0,61%	6.554	0,47%	4.620
	0,52%	5.605	9,32%	92.225
	16,51%	177.514	22,48%	222.505

No exercício de 2007, o Banco Caixa Geral reconheceu impostos diferidos activos no montante de 30.487 mEuros, relativos a eventos de exercícios anteriores, os quais não tinham sido registados por não se encontrarem reunidos os requisitos previstos na norma IAS 12.

No exercício de 2007, a taxa nominal de imposto da CGD considerando as taxas de Derrama aplicáveis à sua actividade foi de 26,28%. No âmbito da alteração ao método de apuramento da derrama na sequência da aprovação da nova Lei das Finanças Locais (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2007), a taxa nominal de imposto utilizada pela CGD no apuramento do valor dos activos e passivos por impostos diferidos reversíveis em exercícios económicos futuros reduziu-se em 2006 de 27,12% para 26,12%. Em resultado desta redução, a CGD reconheceu no exercício de 2006 um custo de mEuros 10.194.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável de exercícios anteriores (2004 a 2007, no caso da maioria das entidades com sede em Portugal). Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

18. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2007	2006
Caixa Seguros		
Ramo Vida:		
Provisão matemática	5.174	4.820
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	15.949	12.053
Sinistros não declarados (IBNR)	6.061	8.422
	22.010	20.475
Provisão para participação nos resultados	48	-
Total do ramo vida	27.232	25.295
Ramos não Vida:		
Provisão para prémios não adquiridos	37.481	32.479
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	158.507	166.520
Sinistros não declarados (IBNR)	8.196	11.476
	166.703	177.996
Outras provisões técnicas		
Provisão para envelhecimento	485	485
Total dos ramos não vida	204.669	210.960
Sub-total Caixa Seguros	231.901	236.255
Outros	2.395	926
	234.296	237.181

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2007			2006		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Acidentes de trabalho	11	-	11	33	-	33
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	7 512	(2 277)	5 235	3 441	1	3 442
Doença	1 802	-	1 802	964	-	964
Incêndio e Outros Danos	24 707	(3 280)	21 427	22 909	(2 930)	19 979
Automóvel	237	-	237	217	-	217
Marítimo, Aéreo e Transportes	5 979	(277)	5 702	4 526	8	4 534
Responsabilidade Civil Geral	2 364	(102)	2 262	2 186	(41)	2 145
Crédito e Cauções	97	-	97	62	-	62
Protecção Jurídica	-	-	-	104	-	104
Assistência	27	-	27	301	-	301
Diversos	872	(191)	681	896	(198)	698
	<u>43 608</u>	<u>(6 127)</u>	<u>37 481</u>	<u>35 639</u>	<u>(3 160)</u>	<u>32 479</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2007			2006		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
De seguros de vida:	15.949	6.061	22.010	12.053	8.422	20.475
De seguros não vida:						
Acidentes de trabalho	3.182	3	3.185	1.514	38	1.552
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	3.588	394	3.982	1.793	301	2.094
Doença	76	21	97	80	21	101
Incêndio e Outros Danos	64.769	4.225	68.994	69.021	8.295	77.316
Automóvel	26.594	270	26.864	32.454	381	32.835
Marítimo, Aéreo e Transportes	38.454	591	39.045	38.685	212	38.897
Responsabilidade Civil Geral	18.911	1.991	20.902	19.526	1.654	21.180
Crédito e Cauções	19	8	27	393	8	401
Protecção Jurídica	-	213	213	-	213	213
Diversos	2.914	480	3.394	3.054	353	3.407
	<u>158.507</u>	<u>8.196</u>	<u>166.703</u>	<u>166.520</u>	<u>11.476</u>	<u>177.996</u>
	<u>174.456</u>	<u>14.257</u>	<u>188.713</u>	<u>178.573</u>	<u>19.898</u>	<u>198.471</u>

O movimento ocorrido nas provisões técnicas de resseguro cedido durante os exercícios de 2007 e 2006 é apresentado na Nota 24.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

19. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Outros activos		
Bens arrematados (Nota 12)	86.164	107.398
Certificados de dívida do Território de Macau	190.026	177.515
Outros	19.310	34.391
Devedores e outras aplicações		
Recibos por cobrar – Seguros	176.393	162.515
Devedores diversos	268.060	543.415
Sector Público Administrativo	26.853	35.197
Suprimentos	157.835	146.213
Devedores por operações sobre títulos	-	24.062
Devedores por operações sobre futuros	16.098	17.163
CGD USA Holding (Nota 8)	8.456	13.854
Bonificações a receber		
Do Estado	17.761	25.332
De outras entidades	23.132	20.351
Valor a receber pela venda da Barraqueiro	12.583	13.962
Valor a receber pela venda de bens arrematados	1.203	4.383
Outros	929.121	976.179
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Excesso de cobertura de responsabilidades		
Caixa Seguros (Nota 37)	9.798	3.007
Desvios actuariais:		
CGD (Nota 37)	222.123	173.948
Caixa Seguros	11.984	12.121
Outros	(466)	(973)
Rendimentos a receber	31.992	37.584
Despesas com encargo diferido		
Rendas	3.150	4.308
Outras	23.493	35.189
Receitas com rendimento diferido	(492)	(580)
Operações activas a regularizar	360.286	739.510
Outros	-	56
	<u>2.594.864</u>	<u>3.306.099</u>
Imparidade		
.Bens recebidos em dação (Notas 12 e 39)	(12.160)	(20.083)
.Outros activos (Nota 39)	(174.202)	(161.690)
	<u>(186.361)</u>	<u>(181.773)</u>
	<u>2.408.502</u>	<u>3.124.326</u>

O movimento na imparidade para devedores e outras aplicações, durante os exercícios de 2007 e 2006 é apresentado na Nota 39.

Os montantes registados em “Bens arrematados” correspondem essencialmente a imóveis e equipamentos recebidos em dação em pagamento de dívidas vencidas referentes a crédito concedido. A imparidade inclui as perdas estimadas na realização destes bens (considerando também os custos a incorrer até à respectiva venda). Os bens arrematados cuja expectativa de venda seja altamente provável e que se encontrem disponíveis para venda imediata na situação actual são classificados na rubrica “Activos não correntes detidos para venda” (Nota 12).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No âmbito do contrato firmado pelo Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) com o Território de Macau para a emissão de notas, o Banco entrega ao Território divisas convertíveis correspondentes ao contravalor das notas em circulação, recebendo em contrapartida um certificado de dívida de valor equivalente destinado à cobertura da responsabilidade resultante da emissão fiduciária (Nota 26). O acerto dos montantes a entregar pelo Banco ao Território faz-se mensalmente, nos primeiros quinze dias de cada mês, com base na média dos saldos diários do mês anterior. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o certificado de dívida do Governo de Macau ascende a mEuros 190.026 e mEuros 177.515, respectivamente. Este certificado não vence juros, sendo a remuneração das funções agenciadas ao Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) obtida através de um depósito gratuito permanente.

O valor a receber pela venda da Barraqueiro resulta da alienação pela Caixa Desenvolvimento no exercício de 2002 da participação que detinha na Barraqueiro, SGPS, S.A.. Nos termos do contrato celebrado em 27 de Junho de 2002, o preço de venda acrescido do valor de reembolso das prestações suplementares que lhe tinham sido concedidas ascendeu a mEuros 50.856, dos quais mEuros 22.931 foram recebidos de imediato e mEuros 27.925 ficaram por receber em três prestações iguais em 31 de Dezembro de 2003, 2004 e 2005, o que não veio a acontecer uma vez que o respectivo pagamento foi diferido. Os juros têm vindo a ser liquidados. Em Fevereiro de 2006 foi celebrado um aditamento ao contrato inicial, tendo a Caixa Desenvolvimento recebido 50% do capital em dívida. O remanescente será pago em quatro prestações crescentes até 30 de Junho de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os suprimentos concedidos apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas	118.500	90.000
Resortpart	28.000	28.000
Outros	11.335	28.213
	-----	-----
	157.835	146.213
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

20. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Recursos de bancos centrais</u>		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no País	18 687	387
De instituições de crédito no Estrangeiro	293 911	16 764
Empréstimos		
De instituições de crédito no Estrangeiro	83 672	136 301
Outros recursos	3	85
Juros a pagar	1 231	213
	<u>397 504</u>	<u>153 750</u>
<u>Recursos de outras instituições de crédito</u>		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no País	291 953	377 227
De instituições de crédito no Estrangeiro	5 199 344	2 293 681
Recursos do mercado monetário interbancário	732 000	475 000
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no País	90 597	159 051
De instituições de crédito no Estrangeiro	1 514 874	1 358 086
Empréstimos		
De instituições de crédito no País	135 000	112 901
De instituições de crédito no Estrangeiro	370 186	493 649
Recursos de organismos financeiros internacionais	5 276	49 307
Juros a pagar	61 939	31 144
	<u>8 443 732</u>	<u>5 350 046</u>
	<u>8 841 237</u>	<u>5 503 796</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

21. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Depósitos de poupança	<u>7 450 158</u>	<u>8 218 914</u>
Outros débitos		
À vista	<u>18 409 430</u>	<u>18 225 740</u>
A prazo -		
Depósitos	23 726 512	23 672 022
Produtos de taxa fixa – seguros	3 124 303	2 183 915
Depósitos obrigatórios	681 463	833 100
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	225 760	300 802
Operações de venda com acordo de recompra	34 282	25 947
Empréstimos	52 834	60 123
Outros	<u>48 344</u>	<u>36 958</u>
	<u>27 893 499</u>	<u>27 112 867</u>
Juros a pagar	306 223	220 356
Custos diferidos, líquidos de proveitos diferidos	(4 048)	2 061
Correcções de valor de passivos objecto de		
operações de cobertura	(6 684)	(4 764)
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas)	<u>(9 811)</u>	<u>(7 339)</u>
	<u>54 038 767</u>	<u>53 767 836</u>

A rubrica “Produtos de taxa fixa – seguros” corresponde ao valor de seguros de vida classificados como contratos de investimento (Nota 2.16) e que consequentemente passaram a ser registados de acordo com a IAS 39, de modo similar aos depósitos de clientes da actividade bancária.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

22. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Obrigações em circulação:</u>		
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN		
.Remuneração indexada a taxas de juro	2.419.078	3.143.190
.Taxa de juro fixa	430.449	339.892
.Remuneração indexada a acções / índices	1.781.992	1.739.285
.Remuneração indexada a taxas de câmbio	232.424	321.073
	<u>4.863.942</u>	<u>5.543.440</u>
Obrigações Hipotecárias	5.316.167	1.997.365
Outras obrigações de caixa		
.Remuneração indexada a taxas de juro	349.006	140.994
.Remuneração indexada a acções / índices	141.690	200.491
.Taxa de juro fixa		
Produtos de taxa crescente	267.798	684.705
Outros	59.991	133.499
	<u>10.998.595</u>	<u>8.700.494</u>
<u>Outros:</u>		
Emissões no âmbito do Programa Euro Commercial Paper and Certificate Commercial Paper		
.Papel comercial	3.904.457	2.565.295
.Certificados de depósito	495.767	518.497
	<u>4.400.224</u>	<u>3.083.792</u>
Emissões no âmbito do Programa US Commercial Paper		
.Papel comercial	144.127	460.956
Outros certificados de depósito denominados:		
.Em Dólares Norte Americanos	414.443	279.802
.Em Meticais Moçambicanos	7.016	10.451
.Em Rands Sul-africanos	-	122.027
Títulos emitidos no âmbito de operações de titularização (Nota 11):		
.Crédito à habitação	652.190	731.858
.Crédito ao consumo	227.074	399.945
Outros passivos	-	1.001
	<u>5.845.074</u>	<u>5.089.832</u>
Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(624.309)	(484.704)
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(167.004)	(76.758)
Juros a pagar	178.512	131.480
	<u>16.230.868</u>	<u>13.360.344</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os débitos representados por títulos no âmbito do Euro Commercial Paper and Certificate Commercial Paper eram compostos por emissões nas seguintes divisas:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Euros	2.022.182	1.768.000
Dólares Norte Americanos	666.191	798.026
Libras	1.444.058	396.873
Franco Suíço	125.098	113.262
Dólares Canadianos	4.845	5.235
Dólares Australianos	14.322	2.396
Iene Japonês	106.106	-
Dólares de Hong-Kong	17.422	-
	-----	-----
	4.400.224	3.083.792
	=====	=====

Como forma de diversificação das fontes de financiamento a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) Euro Commercial Paper and Certificate Deposits (ECP)

Ao abrigo do programa denominado “EUR 5,000,000,000 Euro Commercial Paper and Certificate Deposits” a CGD (directamente ou através das Sucursais de França e Londres) pode emitir certificados de depósitos (CD) e “Notes” com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respectivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou acções.

(ii) US Commercial Paper

Ao abrigo deste programa a CGD North America Finance LLC pode emitir “Notes” até um montante global de dois biliões de Dólares Norte Americanos. As “Notes” têm maturidade máxima de 1 ano e um montante mínimo de 250.000 Dólares Norte Americanos. As emissões podem ser emitidas a desconto ou ao par. Todas as emissões são garantidas pela CGD.

(iii) Euro Medium Term Notes (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (directamente ou a partir das Sucursais de França, Londres e Madeira) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 10.000.000.000 de Euros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respectivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou acções.

(iv) Obrigações Hipotecárias

Em Novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias, a emitir directamente pela CGD até ao montante máximo actual de mEuros 15.000.000. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de activos, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As emissões podem ser efectuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacente taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou acções.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de activos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São activos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respectivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros activos afectos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afectos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afectos às referidas obrigações;
- O valor actual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor actual do património afecto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, activos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 5.350.000 mEuros e 2.000.000 mEuros, respectivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

Designação	Nominal	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Rating Moodys	Taxa em 31.12.2007	Taxa em 31.12.2006
Hipotecárias Série 1 2006/2016	2.000.000	06-12-2006	06-12-2016	Anualmente no dia 6 de Dezembro	Taxa Fixa	AAA	3,875%	3,875%
Hipotecárias Série 2 2007/2015	900.000	30-03-2007	30-09-2015	Semestralmente nos dias 30 de Março e 30 de Setembro	Taxa Euribor 6meses + 0,04%	AAA	4,799%	-
Hipotecárias Série 3 2007/2012	2.000.000	28-06-2007	28-06-2012	Anualmente no dia 28 de Junho	Taxa Fixa	AAA	4,625%	-
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250.000	28-06-2007	28-06-2022	Trimestralmente nos dias 28 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,05%	AAA	4,740%	-
Hipotecárias Série 5 2007/2015	200.000	20-12-2007	20-12-2015	Semestralmente nos dias 20 de Junho e 20 de Dezembro	Taxa Euribor 6meses + 0,10%	AAA	4,892%	-

O património autónomo que garante as emissões é composto exclusivamente por créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a 7.074.463 mEuros e 2.418.820 mEuros (Nota 11), respectivamente. Às emissões Obrigações Hipotecárias foi atribuído um rating de AAA pela Moody's.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

2007						
Programa EMTN						
Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações						
Acções / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total	Obrigações Hipotecárias	Outras obrigações	Total
Até 1 ano	195.437	186.891	1.079.925	-	488.772	1.951.025
Entre 1 e 5 anos	1.278.184	17.036	1.618.968	-	329.713	3.243.901
Entre 5 e 10 anos	303.371	3.032	105.421	5.066.167	-	5.477.991
Mais de 10 anos	5.000	25.465	45.213	75.678	250.000	325.678
<u>1.781.992</u>	<u>232.424</u>	<u>2.849.527</u>	<u>4.863.942</u>	<u>5.316.167</u>	<u>818.485</u>	<u>10.998.595</u>

2006						
Programa EMTN						
Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações						
Acções / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total	Obrigações Hipotecárias	Outras obrigações	Total
Até 1 ano	20.625	-	1.597.453	-	516.067	2.134.145
Entre 1 e 5 anos	1.210.982	19.800	1.554.879	-	643.622	3.429.283
Entre 5 e 10 anos	335.233	5.735	228.382	1.997.365	-	2.566.715
Mais de 10 anos	172.445	295.538	102.368	-	-	570.351
<u>1.739.285</u>	<u>321.073</u>	<u>3.483.082</u>	<u>5.543.440</u>	<u>1.997.365</u>	<u>1.159.689</u>	<u>8.700.494</u>

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respectiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um spread.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

23. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTESProvisões

O movimento nas provisões para benefícios dos empregados e nas provisões para outros riscos nos exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	2007						
	Saldos em 31.12.2006	Entrada de entidades no perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Saldos em 31.12.2007
Provisões para encargos com benefícios de empregados	495.870	-	15.462	(1.030)	(19.307)	(200)	531.625
Provisões para contingências judiciais	29.590	(453)	5.038	(529)	(2.180)	51	24.422
Provisões para garantias e compromissos assumidos	58.915	-	13.978	(5.070)	-	(234)	67.671
Provisões para outros riscos e encargos	380.008	476	85.929	(40.973)	(123.915)	(63)	312.844
	468.513	23	104.945	(46.572)	(126.095)	(246)	404.937
	964.383	23	120.407	(47.602)	(145.402)	(446)	936.562

	2006						
	Saldos em 31.12.2005	Entrada de entidades no perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Saldos em 31.12.2006
Provisões para encargos com benefícios de empregados	471.719	-	12.463	(1.195)	(24.906)	(838)	495.870
Provisões para contingências judiciais	12.427	453	18.524	(1.707)	(33)	(74)	29.590
Provisões para garantias e compromissos assumidos	38.190	-	17.802	(1.800)	-	(13)	58.915
Provisões para outros riscos e encargos	198.576	-	124.516	(62.245)	(8.322)	(1.150)	380.008
	249.193	453	160.842	(65.752)	(8.355)	(1.237)	468.513
	720.912	453	173.305	(66.947)	(33.261)	(2.075)	964.383

A composição e o movimento nas provisões para encargos com benefícios a empregados são apresentados na Nota 37.

As provisões para contingências judiciais correspondem à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes a despender na sua resolução, com base em estimativas da Direcção Jurídica e dos advogados que acompanham os processos.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Provisões para outros riscos e encargos” inclui um reforço de 120.253 mEuros, o qual se destinava a fazer face à eventual tributação das mais-valias realizadas com a alienação pela Caixa da participação no Banco Itaú em 2000 e 2001, tendo sido registado por contrapartida de “Impostos sobre lucros” (Nota 17).

Em Dezembro de 2007, a Caixa foi notificada do valor das liquidações adicionais de imposto e dos juros de mora para os exercícios de 2000, 2001 e 2003 no valor de 145.422 mEuros, tendo em consequência desta situação procedido ao respectivo pagamento e utilizado o valor da provisão constituída para outros riscos e encargos pela sua totalidade. O diferencial entre o valor efectivamente pago e o custo registado em 2006, no montante de 15.130 mEuros, foi reflectido em “Impostos correntes – correcções de exercícios anteriores” (Nota 17).

As entradas no perímetro em 2007 reflectem essencialmente a integração da Companhia Portuguesa de Resseguros nas contas da Caixa Seguros e em 2006 a aquisição da Compal (Nota 3). As saídas no perímetro em 2007 referem-se à reclassificação da Compal como um activo não corrente detido para venda (Nota 12).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Passivos contingentes e compromissos

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Passivos eventuais</u>		
Garantias e avales	3.261.798	3.171.379
Activos dados em garantia	1.441.161	3.074.601
Cartas de crédito "stand by"	196.442	168.475
Créditos documentários abertos	158.136	146.266
Transacções com recurso	333	452
Aceites e endossos	1.064	778
Fianças e indemnizações	–	658
Outros passivos eventuais	35.256	30.737
	<u>5.094.189</u>	<u>6.593.345</u>
<u>Compromissos</u>		
Compromissos revogáveis	22.287.517	18.003.215
Subscrição de títulos	1.874.407	1.030.827
Outros compromissos irrevogáveis	2.002.169	1.577.461
Linhas de crédito irrevogáveis	2.292.549	2.226.707
Responsabil. a prazo de contribuições anuais para o FGD	150.845	149.146
Sistema de indemnização aos investidores	9.601	9.601
Operações a prazo	55.341	86.140
Contratos a prazo de depósitos		
A receber	1.464.348	1.576.079
A constituir	341.989	–
Outros	108.240	122.801
	<u>30.587.006</u>	<u>24.781.977</u>
Depósito e guarda de valores	<u>60.352.283</u>	<u>93.596.081</u>

Os activos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pelo Grupo nas suas operações, encontrando-se registados pelo valor nominal. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 correspondem às seguintes situações:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Recursos consignados		
Banco Europeu de Desenvolvimento	802.500	1.720.500
KFW	–	918.000
Banco de Portugal	438.416	314.537
Royal Bank of Scotland	15.000	15.000
Sistema de Indemnização aos Investidores (futuros)	3.319	4.450
Outros	220	769
	<u>1.259.455</u>	<u>2.973.256</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os activos dados em garantia correspondem a instrumentos de dívida, com excepção das garantias dadas ao Banco Europeu de Desenvolvimento, em que os activos incluem créditos concedidos pela Caixa no montante de 692.500 mEuros e 1.610.500 mEuros, respectivamente.

Adicionalmente, a CGD deu títulos em garantia no montante de 189.071 mEuros para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD e com o Sistema de Indemnização aos Investidores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objectivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efectuadas contribuições anuais regulares. Nos exercícios de 2007 e 2006, de acordo com a regulamentação aplicável, a contribuição anual para o FGD ascendeu a mEuros 11.328 e mEuros 11.112, respectivamente. Parte destas responsabilidades, nos montantes de mEuros 1.699 e mEuros 1.670, respectivamente, foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite. Estes montantes não são relevados em custos. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 150.845 mEuros e 149.146 mEuros, respectivamente.

Contingências do Banco Bandeirantes

No exercício de 2000, a Caixa adquiriu uma participação na Unibanco Holdings, S.A. e no Unibanco – União de Bancos Brasileiros (ambos identificados como “Unibanco”), tendo entregue em contrapartida as acções que detinha do Banco Bandeirantes, S.A. (Bandeirantes). Nos termos do Contrato de Associação celebrado, a Caixa assumiu a responsabilidade pelo pagamento de eventuais perdas resultantes de contingências do Bandeirantes, nomeadamente as relativas à liquidação do Banco Banorte, S.A. (Banorte), processos de natureza fiscal e outras.

No exercício de 2005, a Caixa celebrou com o Unibanco um “Acordo de transacção e quitação”. Nos termos deste acordo a Caixa pagou 238.600 milhares de Reais (mEuros 76.096), tendo utilizado a provisão constituída para outros riscos e encargos pelo referido montante. Em contrapartida, as partes acordaram a quitação integral e irrevogável de todas as obrigações e responsabilidades assumidas no âmbito do Contrato de Associação acima referido, com excepção de contingências relacionadas com determinados processos de natureza fiscal contra o Bandeirantes.

Relativamente a estas contingências fiscais, tendo em consideração a evolução que se tem registado nos respectivos processos, existindo inclusivamente decisões favoráveis ao Bandeirantes, o Conselho de Administração classifica como remota a probabilidade de a Caixa vir a efectuar quaisquer pagamentos relativos a estas contingências, não tendo constituído provisões para o efeito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

24. PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2007	2006
Caixa Seguros		
De seguro directo e resseguro aceite:		
Ramo Vida:		
Provisão matemática:		
De contratos de seguro	236.561	250.967
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	4.763.259	4.928.270
	4.999.820	5.179.237
Provisão para participação nos resultados	52.616	41.999
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	126.642	123.957
Sinistros não declarados (IBNR)	46.768	44.411
	173.410	168.368
Total do ramo vida	5.225.846	5.389.604
Ramos não Vida:		
Provisão para prémios não adquiridos	361.082	367.938
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	1.940.107	1.924.056
Sinistros não declarados (IBNR)	127.607	123.034
	2.067.714	2.047.090
Provisão para riscos em curso	11.782	17.021
Outras provisões técnicas		
Provisão para participação nos resultados	269	499
Total dos ramos não vida	2.440.847	2.432.548
Garantia	7.209	5.884
	7.673.902	7.828.036

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a provisão matemática do ramo vida e a provisão para participação nos resultados de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2007			2006		
	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro:						
Individual s/ Participação nos Resultados	4.851	-	4.851	6.849	4.255	11.104
Seguro de Dependência	78	-	78	70	-	70
Educação Segura 3,5%	17	-	17	23	-	23
Protecção Sénior	259	-	259	209	-	209
Educação Garantida	236	-	236	182	-	182
Individual c/ Participação nos Resultados	14.781	8.369	23.150	29.485	2.719	32.204
Vida Individual - Leve +	30	-	30	-	-	-
Hipoteca Futura	3.779	-	3.779	-	-	-
Capital Vida 4%	5.051	75	5.126	4.897	133	5.030
Rendas Individual 4%	14.736	232	14.968	10.974	224	11.198
Grupo s/ Participação nos Resultados	40.601	52	40.653	37.222	-	37.222
Grupo c/ Participação nos Resultados	27.718	8.375	36.093	31.650	7.430	39.080
Rendas	124.424	935	125.359	129.406	763	130.169
TAR Grupo Taxa Fixa	-	-	-	-	156	156
	236.561	18.038	254.599	250.967	15.680	266.647

De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:

Top Reforma 4% - Ind.	94.409	87	94.496	96.621	41	96.662
Seg Poupança 1ºS 4%	50.760	-	50.760	80.876	-	80.876
Seg Poupança 2ºS 2,75%	14.707	42	14.749	19.083	150	19.233
Seg Poupança 3 / 4ºS 3,5%	51.545	11	51.556	96.664	578	97.242
Valorização 2ºS 4,1%	-	-	-	41.645	257	41.902
Garantia Crescente 2,75% - Bco	1.567	52	1.619	15.093	1	15.094
Super Garantia 2,75% (Med)	13.958	43	14.001	19.070	2	19.072
PIR 4%	41.622	3.296	44.918	82.548	4.231	86.779
Postal Poup Invest 3,25%	12.197	-	12.197	12.539	-	12.539
Postal Poup Futuro 3%	10.778	28	10.806	12.291	-	12.291
Seg Poupança 5ºS 2,75%	928.051	7.483	935.534	808.571	2.386	810.957
Seg Poupança 6ºS 2,25%	158.952	2.300	161.252	183.263	620	183.883
Postal Poup Futuro Série B	2.801	16	2.817	2.739	22	2.761
Postal Poupança Segura	13.393	1	13.394	2.422	35	2.457
F.Poupança 7ºS 2%	180.287	3.210	183.497	202.169	1.287	203.456
Caixa Seguro 4,5%	100.925	-	100.925	101.077	-	101.077
Caixa Seguro 4,25%	101.713	-	101.713	100.487	-	100.487
Caixa Seguro Liquidez 2%	143.359	-	143.359	79.489	-	79.489
Caixa Seguro 4,4%	48.993	-	48.993	48.238	-	48.238
Postal 4,10%	17.222	-	17.222	-	-	-
Top Reforma 4% Grupo	6.249	1	6.250	6.172	16	6.188
Top Reforma 2,75% Grupo	7.034	135	7.169	7.724	86	7.810
Complementos Reforma	4.761	22	4.783	4.781	8	4.789
PPR/E Fidelidade 4%	206.367	27	206.394	217.910	1.939	219.849
PPR/E Rendimento 1º/2º S 3,5%	263.932	184	264.116	349.353	997	350.350
PPR (Clássico) 4%	62.888	534	63.422	69.606	1.856	71.462
Multipiano PPR/E 3%	14.128	40	14.168	16.517	10	16.527
PPR/E MC Série A 3%	44.062	141	44.203	59.974	-	59.974
Postal PPR/E Série A 3,25%	15.169	-	15.169	21.870	-	21.870
PPR/E Rend. 3ºS 2,75%	671.851	6.493	678.344	678.694	3.196	681.890
PPR/E MC Série B 2,75%	271.635	2.592	274.227	244.430	611	245.041
Postal PPR/E Série B 2,75%	34.073	298	34.371	33.894	161	34.055
PPR/E Capital Garantido	5.158	275	5.433	5.107	137	5.244
PPR/E Rend. 4º S 2,25%	177.965	2.459	180.424	182.302	855	183.157
PPR/E Investimento Garantido 1ª Série	40.791	142	40.933	34.560	221	34.781
PPR/E Capital Mais FRN	75.235	-	75.235	74.302	-	74.302
PPR - Leve Duo	31.163	397	31.560	-	-	-
Postal PPR 4,10%	5.862	-	5.862	-	-	-
Epargne Libre (FRF) 3	246.143	1.763	247.906	231.817	2.094	233.911
Epargne Libre Plus (FRF)	1.738	-	1.738	-	-	-
Poupança Reforma Individual	140.378	371	140.749	223.409	1.074	224.483
Plano Império Investimento	533	22	555	467	22	489
Poupinveste	3	-	3	3	-	3
PUR	33.675	217	33.892	35.336	310	35.646
PUR 3,25%	29.904	7	29.911	32.131	99	32.230
PUR 2,4%	19.001	345	19.346	22.865	186	23.051
Poupaunverte 2ª Série	4.582	-	4.582	2.561	-	2.561
Grupo Capitalização	3.499	53	3.552	7.752	31	7.783
PoupaInveste Empresas	119	(5)	114	-	-	-
PUR 3,25% - Grupo	1.273	7	1.280	-	-	-
PUR 2,4% - Grupo	303	42	345	-	-	-
PPR	116.282	272	116.554	127.188	1.852	129.040
PPR	37.567	1	37.568	40.410	13	40.423
PPR 3%	36.150	196	36.346	54.322	297	54.619
Império Bonança PPR/E 412	78.068	55	78.123	67.794	185	67.979
Império Bonança PPR/E 413	37.814	498	38.312	37.862	405	38.267

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro directo e resseguro aceite e na provisão matemática de resseguro cedido durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	2007			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	250.967	(17.567)	3.161	236.561
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	4.928.270	(187.508)	22.497	4.763.259
	<u>5.179.237</u>	<u>(205.075)</u>	<u>25.658</u>	<u>4.999.820</u>
Provisão para participação nos resultados:				
- De contratos de seguro	17.323	8.805	(8.090)	18.038
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	24.676	41.494	(31.592)	34.578
	<u>41.999</u>	<u>50.299</u>	<u>(39.682)</u>	<u>52.616</u>
	<u>5.221.236</u>	<u>(154.776)</u>	<u>(14.024)</u>	<u>5.052.436</u>
Resseguro cedido:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	(4.820)	(347)	-	(5.167)
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	-	(7)	-	(7)
	<u>(4.820)</u>	<u>(354)</u>	<u>-</u>	<u>(5.174)</u>
	<u>5.216.416</u>	<u>(155.130)</u>	<u>(14.024)</u>	<u>5.047.262</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2006			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	238.714	6.983	5.270	250.967
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	4.217.141	688.636	22.493	4.928.270
	<u>4.455.855</u>	<u>695.619</u>	<u>27.763</u>	<u>5.179.237</u>
Provisão para participação nos resultados:				
- De contratos de seguro	15.043	33.830	(31.550)	17.323
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	24.755	156	(235)	24.676
	<u>39.798</u>	<u>33.986</u>	<u>(31.785)</u>	<u>41.999</u>
	<u>4.495.653</u>	<u>729.605</u>	<u>(4.022)</u>	<u>5.221.236</u>
Resseguro cedido:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	(3.605)	(1.215)	-	(4.820)
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	(1)	1	-	-
	<u>(3.606)</u>	<u>(1.214)</u>	<u>-</u>	<u>(4.820)</u>
	<u>4.492.047</u>	<u>728.391</u>	<u>(4.022)</u>	<u>5.216.416</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro aceite apresenta a seguinte composição:

	2007			2006		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Acidentes de trabalho	19 154	(3 108)	16 046	20 167	(3 451)	16 716
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	15 307	(2 299)	13 008	14 455	(2 600)	11 855
Doença	32 570	(4 482)	28 088	24 331	(2 577)	21 754
Incêndio e Outros Danos	88 715	(15 842)	72 873	88 698	(15 477)	73 221
Automóvel	246 831	(42 335)	204 496	270 190	(50 565)	219 625
Marítimo, Aéreo e Transportes	8 272	(530)	7 742	7 341	(649)	6 692
Responsabilidade Civil Geral	10 413	(1 597)	8 816	10 581	(1 875)	8 706
Crédito e Cauções	313	(61)	252	319	(59)	260
Protecção Jurídica	3 312	(434)	2 878	3 338	(536)	2 802
Assistência	5 816	(700)	5 116	5 005	(520)	4 485
Diversos	2 067	(300)	1 767	2 097	(275)	1 822
	<u>432 770</u>	<u>(71 688)</u>	<u>361 082</u>	<u>446 522</u>	<u>(78 584)</u>	<u>367 938</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro directo e resseguro aceite e de resseguro cedido durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	2007			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	20.167	(1.022)	9	19.154
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	14.455	797	55	15.307
Doença	24.331	8.234	5	32.570
Incêndio e Outros Danos	88.698	(205)	222	88.715
Automóvel	270.190	(23.359)	-	246.831
Marítimo, Aéreo e Transportes	7.341	931	-	8.272
Responsabilidade Civil Geral	10.580	(235)	68	10.413
Crédito e Cauções	318	(5)	-	313
Protecção Jurídica	3.339	(27)	-	3.312
Assistência	5.005	811	-	5.816
Diversos	2.098	(31)	-	2.067
	446.522	(14.111)	359	432.770
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	(3.451)	343	-	(3.108)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(2.600)	301	-	(2.299)
Doença	(2.577)	(1.905)	-	(4.482)
Incêndio e Outros Danos	(15.477)	(365)	-	(15.842)
Automóvel	(50.566)	8.231	-	(42.335)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(649)	119	-	(530)
Responsabilidade Civil Geral	(1.874)	277	-	(1.597)
Crédito e Cauções	(59)	(2)	-	(61)
Protecção Jurídica	(535)	101	-	(434)
Assistência	(520)	(180)	-	(700)
Diversos	(276)	(24)	-	(300)
	(78.584)	6.896	-	(71.688)
	367.938	(7.215)	359	361.082
Resseguro cedido:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	34	(23)	-	11
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	3.440	4.068	4	7.512
Doença	964	838	-	1.802
Incêndio e Outros Danos	22.909	1.715	83	24.707
Automóvel	217	20	-	237
Marítimo, Aéreo e Transportes	4.526	1.453	-	5.979
Responsabilidade Civil Geral	2.186	178	-	2.364
Crédito e Cauções	61	36	-	97
Protecção Jurídica	104	(104)	-	-
Assistência	301	(274)	-	27
Diversos	897	(25)	-	872
	35.639	7.882	87	43.608
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	-	(2.277)	-	(2.277)
Doença	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	(2.931)	(349)	-	(3.280)
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	7	(284)	-	(277)
Responsabilidade Civil Geral	(42)	(60)	-	(102)
Crédito e Cauções	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	(194)	3	-	(191)
	(3.160)	(2.967)	-	(6.127)
	32.479	4.915	87	37.481

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2006			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	20.331	(164)	-	20.167
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	19.539	(5.084)	-	14.455
Doença	20.966	3.365	-	24.331
Incêndio e Outros Danos	98.022	(9.328)	4	88.698
Automóvel	279.047	(8.857)	-	270.190
Marítimo, Aéreo e Transportes	7.284	42	15	7.341
Responsabilidade Civil Geral	11.013	(433)	-	10.580
Crédito e Cauções	553	(235)	-	318
Protecção Jurídica	5.185	(1.851)	5	3.339
Assistência	13.512	(8.507)	-	5.005
Diversos	2.435	(337)	-	2.098
	477.887	(31.389)	24	446.522
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	(3.039)	(412)	-	(3.451)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(2.947)	347	-	(2.600)
Doença	(2.925)	348	-	(2.577)
Incêndio e Outros Danos	(16.088)	611	-	(15.477)
Automóvel	(50.544)	(22)	-	(50.566)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(846)	197	-	(649)
Responsabilidade Civil Geral	(1.924)	50	-	(1.874)
Crédito e Cauções	(63)	4	-	(59)
Protecção Jurídica	(458)	(77)	-	(535)
Assistência	(518)	(2)	-	(520)
Diversos	(312)	36	-	(276)
	(79.664)	1.080	-	(78.584)
	398.223	(30.309)	24	367.938
Resseguro cedido:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	6	28	-	34
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	5.605	(2.165)	-	3.440
Doença	5.002	(4.038)	-	964
Incêndio e Outros Danos	30.922	(8.009)	(4)	22.909
Automóvel	1.817	(1.600)	-	217
Marítimo, Aéreo e Transportes	5.038	(506)	(6)	4.526
Responsabilidade Civil Geral	1.888	298	-	2.186
Crédito e Cauções	588	(527)	-	61
Protecção Jurídica	-	104	-	104
Assistência	306	(5)	-	301
Diversos	-	897	-	897
	51.172	(15.523)	(10)	35.639
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(79)	79	-	-
Incêndio e Outros Danos	(2.373)	(558)	-	(2.931)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(114)	121	-	7
Responsabilidade Civil Geral	(49)	7	-	(42)
Crédito e Cauções	(21)	21	-	-
Diversos	(213)	19	-	(194)
	(2.849)	(311)	-	(3.160)
	48.323	(15.834)	(10)	32.479

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a provisão para sinistros de seguro directo e resseguro aceite apresenta a seguinte composição:

	2007			2006		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
De seguros de vida:	126.642	46.768	173.410	123.957	44.411	168.368
De seguros não vida:						
Acidentes de trabalho:						
Provisão matemática	498.993	13.620	512.613	465.154	11.621	476.775
Provisão para assistência vitalícia	121.716	5.529	127.245	104.422	4.379	108.801
Provisão para assistência temporária	122.064	4.668	126.732	123.167	4.321	127.488
	<u>742.773</u>	<u>23.817</u>	<u>766.590</u>	<u>692.743</u>	<u>20.321</u>	<u>713.064</u>
Outros seguros:						
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	14.866	2.609	17.475	13.445	2.004	15.449
Doença	28.241	20.117	48.358	21.228	19.931	41.159
Incêndio e Outros Danos	112.599	13.825	126.424	124.110	15.992	140.102
Automóvel	874.340	48.561	922.901	909.278	47.071	956.349
Marítimo, Aéreo e Transportes	53.295	1.491	54.786	51.716	1.021	52.737
Responsabilidade Civil Geral	95.315	14.067	109.382	94.876	14.217	109.093
Crédito e Cauções	512	36	548	1.181	32	1.213
Protecção Jurídica	4.212	2.243	6.455	3.662	1.870	5.532
Assistência	8.812	121	8.933	7.983	103	8.086
Diversos	5.142	720	5.862	3.834	472	4.306
	<u>1.197.334</u>	<u>103.790</u>	<u>1.301.124</u>	<u>1.231.313</u>	<u>102.713</u>	<u>1.334.026</u>
	<u>1.940.107</u>	<u>127.607</u>	<u>2.067.714</u>	<u>1.924.056</u>	<u>123.034</u>	<u>2.047.090</u>
	<u>2.066.749</u>	<u>174.375</u>	<u>2.241.124</u>	<u>2.048.013</u>	<u>167.445</u>	<u>2.215.458</u>

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro directo e resseguro aceite e de resseguro cedido durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	2007					Saldo final
	Saldo inicial	Alterações no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Variações cambiais	
Seguro directo e resseguro aceite:						
Provisão para sinistros						
De seguros de vida	168.368	-	1.135.329	(1.130.249)	(38)	173.410
De seguros não vida:						
Acidentes de trabalho	713.064	317	199.217	(146.003)	(5)	766.590
Outros seguros:						
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	15.449	25	14.342	(12.334)	(7)	17.475
Doença	41.159	-	169.030	(161.824)	(7)	48.358
Incêndio e Outros Danos	140.102	653	88.565	(102.894)	(2)	126.424
Automóvel	956.349	242	369.943	(403.633)	-	922.901
Marítimo, Aéreo e Transportes	52.737	76	9.930	(7.957)	-	54.786
Responsabilidade Civil Geral	109.093	5.108	7.543	(12.362)	-	109.382
Crédito e Cauções	1.213	14	(718)	39	-	548
Protecção Jurídica	5.532	-	1.655	(732)	-	6.455
Assistência	8.086	-	28.927	(28.080)	-	8.933
Diversos	4.306	43	9.638	(8.125)	-	5.862
	<u>1.334.026</u>	<u>6.161</u>	<u>698.855</u>	<u>(737.902)</u>	<u>(16)</u>	<u>1.301.124</u>
	<u>2.047.090</u>	<u>6.478</u>	<u>898.072</u>	<u>(883.905)</u>	<u>(21)</u>	<u>2.067.714</u>
	<u>2.215.458</u>	<u>6.478</u>	<u>2.033.401</u>	<u>(2.014.154)</u>	<u>(59)</u>	<u>2.241.124</u>
Resseguro cedido:						
Provisão para sinistros						
De seguros de vida	20.475	-	9.978	(8.443)	-	22.010
De seguros não vida:						
Acidentes de trabalho	1.552	-	1.633	-	-	3.185
Outros seguros:						
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	2.093	-	3.167	(1.278)	-	3.982
Doença	101	-	41.187	(41.191)	-	97
Incêndio e Outros Danos	77.316	-	28.179	(36.501)	-	68.994
Automóvel	32.835	-	(623)	(5.348)	-	26.864
Marítimo, Aéreo e Transportes	38.897	-	5.429	(5.281)	-	39.045
Responsabilidade Civil Geral	21.180	-	3.054	(3.332)	-	20.902
Crédito e Cauções	401	-	(287)	(87)	-	27
Protecção Jurídica	213	-	-	-	-	213
Diversos	3.408	-	3.706	(3.720)	-	3.394
	<u>176.444</u>	<u>-</u>	<u>83.812</u>	<u>(96.738)</u>	<u>-</u>	<u>163.518</u>
	<u>177.996</u>	<u>-</u>	<u>85.445</u>	<u>(96.738)</u>	<u>-</u>	<u>166.703</u>
	<u>198.471</u>	<u>-</u>	<u>95.423</u>	<u>(105.181)</u>	<u>-</u>	<u>188.713</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2006				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida	69.310	695.867	(596.813)	4	168.368
De seguros não vida:					
Acidentes de trabalho	657.084	202.371	(146.392)	1	713.064
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	17.510	6.796	(8.858)	1	15.449
Doença	35.098	110.896	(104.835)	-	41.159
Incêndio e Outros Danos	151.799	64.547	(76.247)	3	140.102
Automóvel	991.320	414.662	(449.633)	-	956.349
Marítimo, Aéreo e Transportes	33.705	29.350	(10.318)	-	52.737
Responsabilidade Civil Geral	123.754	1.742	(16.403)	-	109.093
Crédito e Cauções	1.421	75	(283)	-	1.213
Protecção Jurídica	4.440	1.772	(680)	-	5.532
Assistência	6.991	22.713	(21.618)	-	8.086
Diversos	3.543	5.441	(4.678)	-	4.306
	1.369.581	657.994	(693.553)	4	1.334.026
	2.026.665	860.365	(839.945)	5	2.047.090
	2.095.975	1.556.232	(1.436.758)	9	2.215.458
Resseguro cedido:					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida	14.046	13.809	(7.380)	-	20.475
De seguros não vida:					
Acidentes de trabalho	2.767	478	(1.693)	-	1.552
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	4.673	(1.938)	(642)	-	2.093
Doença	85	108	(92)	-	101
Incêndio e Outros Danos	77.952	30.010	(30.646)	-	77.316
Automóvel	25.178	13.617	(5.960)	-	32.835
Marítimo, Aéreo e Transportes	17.973	27.676	(6.752)	-	38.897
Responsabilidade Civil Geral	31.197	(3.448)	(6.569)	-	21.180
Crédito e Cauções	430	114	(143)	-	401
Protecção Jurídica	213	-	-	-	213
Diversos	2.430	3.133	(2.155)	-	3.408
	160.131	69.272	(52.959)	-	176.444
	162.898	69.750	(54.652)	-	177.996
	176.944	83.559	(62.032)	-	198.471

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na provisão para riscos em curso de seguro directo e resseguro aceite durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	2007			
	Saldo inicial	Dotações no período	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Acidentes de trabalho	32	(33)	1	
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	324	(279)	-	45
Doença	7.348	(895)	10	6.463
Incêndio e Outros Danos	1.571	(40)	44	1.575
Automóvel	5.003	(3.649)	-	1.354
Marítimo, Aéreo e Transportes	208	(145)	-	63
Responsabilidade Civil Geral	1.888	(323)	-	1.565
Crédito e Cauções	-	55	-	55
Protecção Jurídica	96	(95)	-	1
Assistência	361	(361)	-	-
Diversos	190	471	-	661
	17.021	(5.294)	55	11.782

	2006			
	Saldo inicial	Dotações no período	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	228	96	-	324
Doença	2 680	4 668	-	7 348
Incêndio e Outros Danos	1 555	15	1	1 571
Automóvel	5 342	(341)	2	5 003
Marítimo, Aéreo e Transportes	378	(170)	-	208
Responsabilidade Civil Geral	2 148	(260)	-	1 888
Crédito e Cauções	25	(25)	-	-
Assistência	749	(388)	-	361
Diversos	305	13	-	318
	13 410	3 608	3	17 021

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
CGD Finance - € 400.000.000 6.25 percent Notes due 2009	400.000	400.000
CGD Finance - € 10.000.000 Floating Rate Subordinated Notes due 2010	10.000	10.000
CGD Finance - € 200.000.000 Floating Rate Subordinated Notes due 2011	25.169	27.221
CGD Finance - € 110.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	105.314	110.000
CGD Finance - USD 265.000.000 Floating Rate Subordinated Notes due 2016	180.015	201.215
CGD (Sucursal de França) - Euros 110.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	110.000	110.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 250.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	250.000	250.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 21.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	21.000	21.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 40.000.000 Fixed Rate Note Due 2016	40.000	40.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 40.000.000 Fixed Rate Note Due 2016	40.000	40.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 40.000.000 Fixed Rate Note Due 2016	40.000	40.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 40.000.000 Fixed Rate Note Due 2016	40.000	40.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 40.000.000 Fixed Rate Note Due 2016	40.000	40.000
CGD (Sucursal de França) - Euros 2.000.000 Index Linked to Floating Rate Note Due 2016 (5 emissões)	10.000	10.000
CGD (Sucursal de França) - JPY 15.000.000.000 Fixed Rate Subordinated Notes Due 2036	90.948	95.584
CGD (Sucursal de França) - Euros 55.000.000 Fixed rate Note Due 2017	55.000	-
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2002/2012	-	150.000
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2005/2015	102.069	104.891
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2006/2016	99.987	99.987
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 – 1ª emissão	400.000	-
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 – 2ª emissão	81.595	-
Obrigações de Caixa BNU Subordinadas/98	40.726	37.933
Obrigações de Caixa BNU Subordinadas/97	-	41.135
Obrigações de Caixa Subordinadas – CGD 2007/2012	100.000	-
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017 (3 emissões)	18.000	-
Obrigações de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	-
Obrigações de Caixa Equity Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	-
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate Notes Dez 2017	120.000	-
Obrigações de Caixa Subordinadas Fixed to Floater 27 Dez 2017	125.000	-
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate	50.000	-
Empréstimos Schuldshein “Caja Madrid”	33.965	37.965
	<u>2.640.788</u>	<u>1.906.930</u>
Juros a pagar	27.072	19.317
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	5.237	(584)
Correcção de valor de passivos objecto		
De operações de cobertura	(5.722)	-
	<u>2.667.375</u>	<u>1.925.663</u>

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Obrigação	Nominal	Data de realização	Data de reembolso	Pagamento de juros	Remuneração	Taxa de juro em		Cláusula de reembolso antecipado
						31.12.2007	31.12.2006	
Empréstimo da CGD Finance	400.000	12.10.1999	12.10.2009	Anualmente, nos dias 12 de Outubro	Taxa fixa	6,25%	6,25%	N/A
Empréstimo da CGD Finance - €10.000 Floating Rate Subordinated Notes	10.000	27.07.2000	27.07.2010	Trimestralmente, nos dias 27 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro	Taxa Euribor 3 meses + 0,6%	5,21%	4,15%	N/A
Empréstimo da CGD Finance - €200.000 Floating Rate Subordinated Notes	25.169	03.12.2001	03.12.2011	Trimestralmente, nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,49%	4,29%	A partir de 3 de Dezembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,15%
Empréstimo da CGD Finance - €110.000 Floating Rate Subordinated Notes	105.314	18.12.2002	Perpétuas	Trimestralmente, nos dias 18 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,3%	6,18%	5,00%	A partir de 18 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2,80%
Empréstimo da CGD Finance - €265.000 Floating Rate Subordinated Notes	180.015	06.12.2006	20.12.2016	Trimestralmente, nos dias 20 de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Primeiro pagamento a 20 de Março de 2007.	Taxa Libor 3 meses + 0,25%	5,13%	5,62%	A partir de 20 de Dezembro de 2016. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Libor a 3 meses acrescida de 0,75%
CGD (Sucursal de França) - € 110.000.000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	110.000	18.12.2002	Perpétuas	Trimestralmente, nos dias 18 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,30%	6,18%	4,24%	A partir de 18 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2,80%
CGD (Sucursal de França) - € 250.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	250.000	27.04.2005	27.04.2015	Trimestralmente, nos dias 27 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro	Taxa Euribor 3 meses + 0,25%	4,86%	2,68%	A partir de 27 de Abril de 2010. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,75%
CGD (Sucursal de França) - € 21.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	21.000	14.07.2005	28.06.2016	Semestralmente, nos dias 28 de Junho e Dezembro	Taxa Euribor 6 meses + 0,22%	4,93%	2,65%	N/A
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 de Junho de 2007. A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa fixa 15,5% (1ºcupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,60%	15,50%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 de Junho de 2008. A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa fixa 16,5% (1ºcupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,60%	16,50%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 de Junho de 2009. A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa fixa 18% (1ºcupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,60%	18,00%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Em 14 de Junho de 2010 será paga uma remuneração indexada à performance de um cabaz de fundos.	Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,60%	4,32%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Obrigação	Nominal	Data de realização	Data de reembolso	Pagamento de juros	Remuneração	Taxa de juro em		Cláusula de reembolso antecipado
						31.12.2007	31.12.2006	
CGD (Sucursal de França) - € 40.000.000 Floating Rate Subordinated Notes	40.000	12.06.2006	13.06.2016	A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Em 13 de Junho de 2011 será paga uma remuneração indexada à performance de um cabaz de fundos.	Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	5,60%	4,32%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - € 2.000.000 Index Linked to Floating rate Note Due 2016 (5 emissões de igual montante, valor global de € 10.000.000)	10.000	07.08.2006	08.08.2016	Trimestralmente, nos dias 8 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,62%	5,20%	4,19%	Nos últimos cinco anos, mediante o Banco de Portugal, a Caixa pode proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
CGD (Sucursal de França) - JPY 15.000.000.000 Fixed Rate Subordinated Notes Due 2036	90.948	30.11.2006	15.12.2036	Semestral	Taxa fixa	2,88%	2,88%	N/A
CGD (Sucursal de França) - Euros 55.000.000 Floating rate Note Due 2017	55.000	17.12.2007	17.12.2017	Trimestralmente nos dias 17 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,08%	6,03%	-	A partir de 12 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2005/2015	102.069	29.06.2005	03.07.2015	Semestralmente, nos dias 3 de Janeiro e Julho	Taxa Euribor 6 meses + 0,25%	4,57%	3,50%	A partir de 3 de Julho de 2010. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 0,75%
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2006/2016	99.987	28.12.2006	28.12.2016	Anual	1ºano: 4,10% em cada ano, acresce 0,10% até ao 5ºano	4,20%	4,10%	N/A
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 - 1ª emissão	400.000	12.11.2007	13.11.2017	Anual	1ºano: 4,90%; em cada ano, acresce 0,10% até ao 5ºano; opção anual de switch para Euribor a 12 meses.	4,90%	-	A partir de 12 de Novembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será 5,80%.
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2017 - 2ª emissão	81.595	12.11.2007	13.11.2017	Anual	1ºano: 5,00%; em cada ano, acresce 0,10% até ao 3ºano; no 4º e no 5º ano, a remuneração está indexada a índices.	5,00%	-	A partir de 12 de Novembro de 2011. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será Euribor a 3 meses acrescida de 0,70%
Obrigações de Caixa BNU subordinadas/98	40.726	01.10.1998	01.10.2008	Semestralmente, nos dias 1 de Abril e Outubro	Taxa Euribor 6 meses + 0,15%	4,90%	3,72%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, do empréstimo.
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate Notes Dez 2017	120.000	17.12.2007	17.12.2017	Trimestralmente, nos dias 17 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,08%	6,03%	-	A partir de 12 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%
Obrigações de Caixa Subordinadas Fixed to Floater 27 Dez 2017	125.000	27.12.2007	27.12.2017	Anualmente até 27 de Dezembro de 2012. A partir desta data até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 27 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa fixa 5,733% (até 2012); Taxa Euribor 3 meses + 1,70%	5,73%	-	Nos últimos 5 anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Obrigação	Nominal	Data de realização	Data de reembolso	Pagamento de juros	Remuneração	Taxa de juro em		Cláusula de reembolso antecipado
						31.12.2007	31.12.2006	
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2008. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Taxa Fixa 21% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	21,00%	-	- Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2009. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Taxa Fixa 21,5% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	- Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2010. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Taxa Fixa 22% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	-	-	- Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2011. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Indexada a Fundo Caixaigest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,65%	-	-	- Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2007/2012	20.000	30.07.2007	30.07.2017	Primeiro pagamento em 30 de Julho de 2012. A partir de 30 de Julho de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.	Indexada a Fundo Caixaigest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,65%	-	-	- Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2008. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa Fixa 22,5% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%	22,50%	-	- Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2009. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa Fixa 23% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%	-	-	- Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Fixed to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2010. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Taxa Fixa 23,5% (1ºCupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,85%	-	-	- Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Fund Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2011. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Indexada a Fundo Caixaigest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,85%	-	-	- Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Equity Linked to Floating Rate Notes Dez 2017	6.000	03.12.2007	04.12.2017	Primeiro pagamento em 3 de Dezembro de 2010. A partir de 3 de Dezembro de 2012 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.	Indexada a Fundo Caixaigest (1º Cupão); Taxa Euribor a 3 meses + 0,85%	-	-	- Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo
Obrigações de Caixa Subordinadas Floating Rate	50.000	28.12.2007	28.12.2017	Trimestralmente, nos dias 28 de Março, Junho, Setembro e Dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 1,08%	4,69%	-	- A partir de 28 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,58%
Empréstimo Schuldschein "Caja Madrid" de USD 50.000.000	33.965	18.08.2005	18.08.2015	Trimestralmente, nos dias 18 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro	Taxa fixa	5,15%	5,15%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, do empréstimo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Credores:		
Recursos consignados	1.755.154	2.563.352
Fornecedores de bens de locação financeira	34.261	53.446
Outros fornecedores	80.190	104.911
Recursos – conta caução	37.830	62.137
Recursos – conta subscrição	16.849	14.800
Recursos – conta cativa	879	3.328
Credores diversos:		
Credores por seguro directo e resseguro	324.411	190.847
Caixa Geral de Aposentações	176.852	98.062
Credores por cedência de factoring	42.922	33.685
Credores por operações sobre valores mobiliários	1.538	3.707
Credores por operações sobre futuros	3.170	2.842
Pela aquisição da Império Bonança	-	87.961
Outros	723.649	1.167.010
Outras exigibilidades:		
Notas em circulação - Macau (Nota 19)	198.410	175.677
Retenção de impostos na fonte	61.522	56.433
Contribuições para a Segurança Social	16.384	15.859
Outros impostos a pagar	15.970	13.126
Cobranças por conta de terceiros	1.718	2.216
Outros	25.187	31.169
Despesas com encargo diferido	-	(14)
Encargos a pagar:		
Juros e encargos similares	20.790	28.655
Gastos com pessoal		
Prémio de antiguidade – CGD (Nota 37)	39.279	38.628
Outros	164.840	150.288
Gastos gerais administrativos	14.655	19.804
Outros encargos a pagar	61.997	81.539
Receitas com rendimento diferido:		
Outras	97.541	69.830
Operações passivas a regularizar	292.768	401.254
Operações de Bolsa	10.955	9.878
	<u>4.219.721</u>	<u>5.480.430</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os encargos a pagar de gastos com pessoal incluem 40.000 mEuros e 36.000 mEuros, respectivamente, relativos a prémios de produtividade e bónus a pagar a empregados da CGD.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007, as condições dos “Recursos consignados” podem ser resumidas da seguinte forma:

Denominação	Contraparte	Saldo contratado	Saldo em 31.12.2007	Data de início	Data de vencimento
Mid-Cap I taxa revisível	Banco Europeu de Investimento	100 000	100 000	29-11-2007	15-12-2022
KFW 300 Mio	KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau	300 000	300 000	07-04-2004	17-03-2014
KFW 250 Mio	KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau	250 000	250 000	22-11-2004	22-11-2013
CGD - Empréstimo Global XIII	Banco Europeu de Investimento	75 000	75 000	12-10-2006	15-09-2026
CGD - Empréstimo Global XII	Banco Europeu de Investimento	200 000	200 000	19-11-2004	15-09-2024
CGD Reabilitação Urbana	Banco Europeu de Investimento	150 000	150 000	11-12-2003	15-12-2023
CGD Empréstimo Global XI	Banco Europeu de Investimento	200 000	200 000	25-06-2003	15-06-2023
CGD Empréstimo Global X	Banco Europeu de Investimento	200 000	200 000	21-11-2002	15-09-2022
CGD/BNU Global Loan IX	Banco Europeu de Investimento	150 000	150 000	27-10-2000	15-09-2012
Framework Loan Agreement	CEB - Council of Europe Development Bank	100 000	100 000	11-12-2002	23-06-2014
Projecto Municipal Infra EG - III	Banco Europeu de Investimento	27 434	5 881	18-04-1995	15-03-2010
Projecto Municipal Infra EG - III - B	Banco Europeu de Investimento	27 434	11 348	14-11-1997	15-09-2012
CEB Pré-Escolar	CEB - Council of Europe Development Bank	10 475	5 976	07-04-2005	25-10-2012
CGD Reabilitação Urbana	Banco Europeu de Investimento	12 470	2 651	01-12-1996	15-06-2011
Infraestruturas Municipais II	KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau	9 293	1 612	30-01-1991	31-12-2010
Operações realizadas pelo BCI Moçambique			2 562		
Outros			124		
			<u>1 755 154</u>		

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os recursos consignados da CGD eram remunerados à taxa de juro média anual de 4,24% e 2,99%, respectivamente.

27. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, estando representado por 620.000.000 de acções de valor nominal de cinco Euros cada.

Em resultado da deliberação unânime por escrito do accionista de 31 de Dezembro de 2007, foi efectuado nessa data um aumento de capital da CGD no montante de 150.000 mEuros, através da emissão de 30.000.000 de acções de valor nominal de 5 Euros cada, integralmente realizado em dinheiro.

Na Assembleia Geral realizada em Abril de 2007, foi deliberada a distribuição ao accionista Estado de dividendos relativos ao resultado de 2006 no montante de 260.000 mEuros, o que correspondeu a um dividendo de 0.44 Euros por acção. O remanescente foi transferido para reserva legal (107.918 mEuros), outras reservas (117.488 mEuros), tendo ainda sido afecto um montante de 54.157 mEuros para cobertura de resultados transitados negativos.

Na Assembleia Geral realizada em Maio de 2006, foi deliberada a distribuição ao accionista Estado de dividendos relativos ao resultado de 2005 no montante de 195.000 mEuros, o que correspondeu a um dividendo de 0,33 Euros por acção. O remanescente foi transferido para a reserva legal (mEuros 70.154), outras reservas (mEuros 71.046), tendo ainda sido afecto um montante de 14.570 mEuros para cobertura de resultados transitados negativos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

28. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos	<u>381.177</u>	<u>656.405</u>
Outras reservas e resultados transitados		
.Reserva legal - CGD	575.164	467.251
.Outras reservas	238.043	(168.206)
.Resultados transitados	<u>(309.383)</u>	<u>(319.452)</u>
	<u>503.824</u>	<u>(20.407)</u>
Lucro do exercício atribuível ao accionista da CGD	<u>856.311</u>	<u>733.808</u>
	<u><u>1.741.312</u></u>	<u><u>1.369.806</u></u>

De acordo com os estatutos da CGD, é transferido para a reserva legal um mínimo de 20% do resultado líquido de cada ano. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

As “Outras reservas e resultados transitados” incluem, em 31 de Dezembro de 2007, as reservas legais da CGD, no montante de 575.164 mEuros, e as reservas legais, livres e de reavaliação legal das suas subsidiárias e associadas. As reservas de reavaliação legal só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. No caso da CGD, as reservas não distribuíveis por este motivo ascendem a 241.027 mEuros em 31 de Dezembro de 2007, e foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

Imobilizações corpóreas:	
Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho	32.157
Decreto-Lei nº 399 - G/84, de 28 de Dezembro	19.469
Decreto-Lei nº 118 - B/86, de 27 de Maio	28.439
Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril	15.325
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro	39.836
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro	41.897
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro	63.181
Imobilizações financeiras	723

	241.027
	=====

A “Reserva de justo valor” reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

A reserva de conversão cambial que reflecte o efeito da conversão cambial das demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira, está incluída nas “Outras reservas”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O resultado consolidado da CGD, foi determinado da seguinte forma:

	2007	2006
<u>Caixa Geral de Depósitos, S.A.</u>		
Caixa Geral de Depósitos e Sucursal Financeira Internacional	641.681	546.916
Sucursal de Londres	9.803	5.889
Sucursal de França	6.235	6.130
Sucursal de Espanha	(2.843)	-
Sucursal de Cayman	2.265	1.906
Sucursal Financeira Exterior da Madeira	1.673	8.075
Sucursal de Nova Iorque	895	1.766
Sucursal de Timor	854	(24.395)
Sucursal do Luxemburgo	421	830
Sucursal do Mónaco	236	102
Sucursal do Zhuhai	99	211
	<u>661.319</u>	<u>547.430</u>
Dividendos recebidos pela CGD	(77.115)	(134.820)
(A)	<u>584.204</u>	<u>412.610</u>
<u>Contribuição para o resultado das filiais:</u>		
Caixa Seguros, SGPS, S.A.(a)	162.447	152.601
Caixa – Banco de Investimento, S.A. (a)	40.397	28.575
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	36.281	20.771
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	15.696	10.866
Banco Caixa Geral, S.A. (a)	10.813	583
Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.	10.608	9.400
Nostrum Mortgages (Fundo e Plc)	9.341	5.394
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	7.908	4.534
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	6.092	6.879
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	5.938	(557)
Fundimo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	4.642	4.068
Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados – Grupo CGD	2.688	(1.099)
Esegur – Empresa de Segurança, S.A.	1.708	336
Nostrum Consumer – (Fundo e PLC)	1.517	1.790
Imocaixa – Gestão Imobiliária, S.A.	1.345	1.530
Banco Interatlântico, S.A.	982	628
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	360	319
Caixaweb, SGPS, S.A.	198	(2.319)
Caixa Participações, SGPS, S.A.	(12)	(424)
Outras	(8.838)	(2.291)
(B)	<u>310.111</u>	<u>241.584</u>
<u>Contribuição para o resultado das empresas associadas:</u>		
REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.	7.528	109.086
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.816	1.842
Outras	(6.194)	(2.402)
(C)	<u>3.150</u>	<u>108.526</u>
<u>Ajustamentos ao resultado líquido do Grupo:</u>		
Anulações de constituições e reposições de imparidade relativas a filiais e associadas registadas nas contas individuais	-	(2.143)
Outros	(41.154)	(26.769)
(D)	<u>(41.154)</u>	<u>(28.912)</u>
Resultado consolidado atribuível ao accionista da CGD (A + B + C + D)	<u>856.311</u>	<u>733.808</u>

(a) Dados consolidados

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

29. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Caixa Geral Finance	600.749	600.180
Compal, S.A.	23.331	24.742
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	20.275	22.289
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest	15.055	15.353
HPP – Hospitais Privados de Portugal	8.433	-
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	7.187	4.190
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	6.696	5.905
FCR Grupo CGD – Caixa Capital	5.145	6.708
FCR Energias Renováveis – Caixa Capital	4.455	4.474
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	2.121	1.659
Credip, IFIC	2.031	-
A Promotora – Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	1.184	1.178
Banco Caixa Geral, S.A.	1.005	978
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L..	947	695
Caixa - Banco de Investimento, S.A.	822	776
FCR PME – Caixa Capital	-	4.142
Outras	348	582
	<u>699.784</u>	<u>693.851</u>

Em 30 de Novembro de 2007, o FCR-PME – Caixa Capital foi extinto.

A Caixa Geral Finance é uma sociedade com sede nas Ilhas Cayman com um capital social de 1.000 Euros. Em 28 de Junho de 2004, esta sociedade procedeu à emissão de acções preferenciais sem direito de voto no montante de 250.000 mEuros. Caso seja decidida pelos seus Directores a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas acções, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,8% até 28 de Junho de 2014 e de 1,8% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 28 de Junho de 2014 ao preço de 1.000 Euros por acção (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 30 de Setembro de 2005, a Caixa Geral Finance procedeu à emissão de acções preferenciais sem direito de voto no montante de 350.000 mEuros. Caso seja decidida a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas acções, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,77% até 30 de Setembro de 2015 e de 1,77% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Setembro de 2015 ao preço de 50 Euros por acção (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

A parcela do lucro consolidado atribuível a accionistas minoritários em 2007 e 2006 apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Caixa Geral Finance	29.932	22.548
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	6.749	9.532
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	1.411	977
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	3.776	(282)
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	619	275
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	363	73
Outros	(1.551)	389
	<u>41.299</u>	<u>33.512</u>
	=====	=====

30. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de aplicações em instituições de crédito no País	51.046	37.238
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	193.886	238.221
Juros de crédito interno	2.860.677	2.165.099
Juros de crédito ao exterior	306.778	179.232
Juros de crédito vencido	59.039	52.988
Juros de activos financeiros detidos para negociação		
Derivados	1.415.027	915.618
Títulos	165.071	184.396
Outros	—	1.865
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	107.692	69.418
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	98.683	67.173
Juros de derivados de cobertura	242.624	168.857
Juros de investimentos a deter até à maturidade	4	2
Juros de devedores e outras aplicações	15.083	12.841
Juros de disponibilidades	47.226	33.201
Juros de outros créditos e outros valores a receber	82.980	27.262
Outros juros e rendimentos similares	137.891	111.938
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	86.899	90.328
Outros	39.516	34.291
	<u>5.910.121</u>	<u>4.389.967</u>
<u>Juros e encargos similares:</u>		
Juros de depósitos		
Do sector público administrativo	82.639	57.683
De outros residentes	648.315	482.404
De emigrantes	63.255	37.096
De outros não residentes	130.913	134.701
Produtos de taxa fixa – seguros	105.684	85.695
Outros	4.458	1.015
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	333.872	151.956
Juros de recursos de instituições de crédito no País	30.782	23.287
Juros de swaps	1.433.274	910.301
Juros de outros passivos de negociação	4.535	2.547
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	579.853	424.174
Juros de derivados de cobertura	311.045	173.912
Juros de passivos subordinados	98.094	74.851
Outros juros e encargos similares	100.958	89.289
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	13.841	7.043
Outros	29.518	29.134
	<u>3.971.036</u>	<u>2.685.089</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

31. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	34.290	26.940
EDP - Energias de Portugal, S.A.	19.208	17.462
PT Multimédia, SGPS, S.A.	10.267	1.082
Banco Comercial Português, S.A.	7.933	4.784
GALP Energia, SGPS, S.A.	4.483	10.930
Cimpor	2.862	1.976
Brisa - Auto Estradas de Portugal, S.A.	2.199	-
Fundo Margueira	1.902	1.353
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	1.795	1.795
Banco Espírito Santo	1.327	-
Outros	6.630	6.714
	<u>92.896</u>	<u>73.036</u>

32. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões:</u>		
Por serviços prestados	338.753	303.156
Por garantias prestadas	31.677	34.870
Por operações realizadas por conta de terceiros	24.913	14.447
Por compromissos assumidos perante terceiros	14.335	9.792
Por operações sobre instrumentos financeiros	1.199	454
Outros	80.088	78.541
	<u>490.965</u>	<u>441.260</u>
<u>Encargos com serviços e comissões:</u>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	76.571	66.053
Por operações realizadas por terceiros	8.722	5.688
Por operações sobre instrumentos financeiros	4.706	2.218
Por garantias recebidas	650	153
Outros	5.397	2.429
	<u>96.047</u>	<u>76.541</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

33. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Resultados cambiais:</u>		
Reavaliação da posição cambial	138.360	215.509
<u>Resultados em activos e passivos financeiros detidos para negociação:</u>		
Em títulos:		
Instrumentos de dívida	(169.984)	(114.237)
Instrumentos de capital	(517)	57.998
Outros instrumentos	(5.208)	37.352
	<u>(175.709)</u>	<u>(18.887)</u>
Em derivados:		
Divisas	(90.572)	(132.877)
Taxa de juro	(3.375)	38.903
Cotações	(39.423)	11.904
Eventos de crédito	(11.037)	4.007
Outros	(4.776)	3.034
	<u>(149.183)</u>	<u>(75.030)</u>
	<u>(324.892)</u>	<u>(93.916)</u>
<u>Resultados em outros activos financeiros ao justo valor</u>		
através de resultados:		
Instrumentos de dívida	(32.905)	12.209
Instrumentos de capital	2.030	1.599
Outros títulos	11.084	(18.778)
Créditos e outros valores a receber	(789)	-
	<u>(20.579)</u>	<u>(4.969)</u>
<u>Resultados em activos financeiros disponíveis para venda:</u>		
Instrumentos de dívida	(2.333)	1.788
Instrumentos de capital (Nota 8)		
EDP – Energias de Portugal, S.A.	175.623	13.342
Banco Comercial Português, S.A.	52.739	3.585
Euronext	25.037	-
Cimpor	16.722	-
CGD USA Holding Company, Inc.	-	470
Outros	13.425	7.847
	<u>283.546</u>	<u>25.244</u>
Outros títulos	(11.139)	430
	<u>270.074</u>	<u>27.462</u>
<u>Resultados em operações de cobertura:</u>		
Swaps de taxa de juro	(528.121)	(312.847)
Futuros e outras operações a prazo	-	(3)
Opções	(55)	-
Correcções de valor em activos e passivos cobertos	550.280	300.101
	<u>22.104</u>	<u>(12.749)</u>
Outros	(731)	(654)
	<u>84.336</u>	<u>130.683</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

34. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Outros rendimentos de exploração:</u>		
Prestação de serviços diversos	33.015	54.055
Reembolso de despesas	8.186	7.705
Rendas de locação operacional	7.185	6.156
Ganhos em activos não financeiros:		
Activos não correntes detidos para venda	10.844	7.484
Outros activos tangíveis	3.815	1.666
Propriedades de investimento	8.163	31.416
Activos em locação financeira	5	521
Activos em locação operacional	12	8
Outros activos não financeiros	913	770
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações e a outras entidades	8.438	7.518
Venda de cheques	14.791	15.244
Resultados em operações descontinuadas - Compal (Nota 12)	-	1.177
Outros	81.260	69.786
	<u>176.628</u>	<u>203.506</u>
<u>Outros encargos de exploração:</u>		
Donativos e quotizações	9.674	5.589
Perdas em activos não financeiros:		
Activos não correntes detidos para venda	571	1.875
Outras propriedades de investimento	513	1.102
Activos em locação financeira	67	66
Outros activos tangíveis	974	933
Outros impostos	16.515	14.211
Multas e penalidades	1.205	1.206
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	10.628	10.409
Resultados em operações descontinuadas - Compal (Nota 12)	7.062	-
Outros	40.587	43.503
	<u>87.796</u>	<u>78.893</u>
	<u>88.832</u>	<u>124.613</u>

No exercício de 2006, a rubrica “Ganhos em activos não financeiros – Propriedades de investimento” inclui 19.560 mEuros relativos a mais-valias na venda de imóveis pelo Banco Caixa Geral.

No exercício de 2006, a rubrica “Ganhos em activos não correntes detidos para venda” inclui 6.808 mEuros relativos à mais-valia na alienação da participação na Nutricafés (Notas 3 e 12).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

35. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

35.1 PRÉMIOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2007 e 2006, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

<u>Caixa Seguros</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Seguro directo e Resseguro aceite		
.Prémios brutos emitidos		
.Ramo Vida	967.319	1.301.918
.Ramos não vida	1.433.673	1.485.182
Prémios de Resseguro cedido	(183.452)	(181.584)
	<u>2.217.540</u>	<u>2.605.516</u>
Outros	25.226	21.139
	<u><u>2.242.766</u></u>	<u><u>2.626.655</u></u>

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro emitidos pela Caixa Seguros apresentam o seguinte detalhe:

	2007			2006		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Ramo Vida:						
- De contratos de seguro						
. Sem participação nos resultados	114.621	(18.522)	96.099	119.251	(17.968)	101.283
. Com participação nos resultados	59.224	(2.746)	56.478	42.176	(2.754)	39.422
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	793.474	(4)	793.470	1.140.491	(23)	1.140.468
	<u>967.319</u>	<u>(21.272)</u>	<u>946.047</u>	<u>1.301.918</u>	<u>(20.745)</u>	<u>1.281.173</u>
Ramos não vida:						
Prémios brutos emitidos -						
Acidentes de trabalho	235.754	(1.218)	234.536	252.010	(1.430)	250.580
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	47.590	(10.989)	36.601	46.153	(9.288)	36.865
Doença	167.262	(4.127)	163.135	147.059	(3.399)	143.660
Incêndio e Outros Danos	234.793	(95.485)	139.308	235.814	(94.408)	141.406
Automóvel	633.057	(1.596)	631.461	698.304	(6.086)	692.218
Marítimo, Aéreo e Transportes	38.137	(29.149)	8.988	39.610	(30.848)	8.762
Responsabilidade Civil Geral	34.349	(9.862)	24.487	34.096	(10.813)	23.283
Crédito e Cauções	570	(82)	488	800	(213)	587
Protecção Jurídica	7.430	-	7.430	5.502	-	5.502
Assistência	21.914	(1.761)	20.153	12.693	2.097	14.790
Diversos	12.817	(7.911)	4.906	13.141	(6.451)	6.690
	<u>1.433.673</u>	<u>(162.180)</u>	<u>1.271.493</u>	<u>1.485.182</u>	<u>(160.839)</u>	<u>1.324.343</u>
Total de prémios, líquidos de resseguro	<u>2.400.992</u>	<u>(183.452)</u>	<u>2.217.540</u>	<u>2.787.100</u>	<u>(181.584)</u>	<u>2.605.516</u>
Varição da provisão para prémios não adquiridos						
Acidentes de trabalho	1.013	(23)	990	164	28	192
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(852)	4.072	3.220	5.084	(2.165)	2.919
Doença	(8.239)	838	(7.401)	(3.365)	(4.038)	(7.403)
Incêndio e Outros Danos	(17)	1.798	1.781	9.324	(8.013)	1.311
Automóvel	23.359	20	23.379	8.857	(1.600)	7.257
Marítimo, Aéreo e Transportes	(931)	1.453	522	(57)	(512)	(569)
Responsabilidade Civil Geral	167	178	345	433	298	731
Crédito e Cauções	5	36	41	235	(527)	(292)
Protecção Jurídica	27	(104)	(77)	1.847	104	1.951
Assistência	(811)	(274)	(1.085)	8.507	(4)	8.503
Diversos	32	(25)	7	335	898	1.233
	<u>13.753</u>	<u>7.969</u>	<u>21.722</u>	<u>31.364</u>	<u>(15.531)</u>	<u>15.833</u>
Prémios adquiridos:						
Acidentes de trabalho	236.767	(1.240)	235.527	252.173	(1.403)	250.770
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	46.738	(6.918)	39.820	51.237	(11.453)	39.784
Doença	159.023	(3.290)	155.733	143.694	(7.437)	136.257
Incêndio e Outros Danos	234.776	(93.687)	141.089	245.138	(102.421)	142.717
Automóvel	656.416	(1.576)	654.840	707.160	(7.686)	699.474
Marítimo, Aéreo e Transportes	37.205	(27.696)	9.509	39.553	(31.360)	8.193
Responsabilidade Civil Geral	34.517	(9.683)	24.834	34.528	(10.515)	24.013
Crédito e Cauções	576	(46)	530	1.035	(740)	295
Protecção Jurídica	7.457	(104)	7.353	7.349	103	7.452
Assistência	21.103	(2.035)	19.068	21.200	2.093	23.293
Diversos	12.849	(7.936)	4.913	13.479	(5.554)	7.925
	<u>1.447.427</u>	<u>(154.211)</u>	<u>1.293.216</u>	<u>1.516.546</u>	<u>(176.373)</u>	<u>1.340.173</u>
Total de prémios adquiridos não vida e prémios vida	<u>2.414.746</u>	<u>(175.483)</u>	<u>2.239.263</u>	<u>2.818.464</u>	<u>(197.118)</u>	<u>2.621.346</u>

A variação da provisão para prémios não adquiridos encontra-se reflectida em “Custos com sinistros – variação de outras provisões técnicas” (Nota 35.3).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

35.2 RESULTADOS EM INVESTIMENTOS AFECTOS A CONTRATOS DE SEGUROS

Nos exercícios de 2007 e 2006, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2007			2006		
	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total
Juros	154.677	65.142	219.819	121.562	56.136	177.698
Dividendos	22.685	7.722	30.407	20.900	6.560	27.460
Ganhos realizados, líquidos	21.992	18.588	40.580	41.645	43.131	84.776
Outros	235	19.786	20.021	4.381	17.894	22.275
	<u>199.589</u>	<u>111.238</u>	<u>310.827</u>	<u>188.488</u>	<u>123.721</u>	<u>312.209</u>

35.3 CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2007 e 2006, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2007			2006		
	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total
<u>Caixa Seguros</u>						
Seguro directo e resseguro aceite						
Sinistros pagos	1.130.249	883.905	2.014.154	596.813	839.946	1.436.759
Variação da provisão para sinistros	40.825	25.426	66.251	41.818	21.996	63.814
	<u>1.171.074</u>	<u>909.331</u>	<u>2.080.405</u>	<u>638.631</u>	<u>861.942</u>	<u>1.500.573</u>
Provisão para participação nos resultados	52.258	94	52.352	44.063	334	44.397
Variação das outras provisões técnicas	(166.392)	(5.239)	(171.631)	717.962	3.308	721.270
	<u>1.056.940</u>	<u>904.186</u>	<u>1.961.126</u>	<u>1.400.656</u>	<u>865.584</u>	<u>2.266.240</u>
Saldo de resseguro cedido	(10.337)	(84.653)	(94.990)	(15.021)	(66.829)	(81.850)
Sub-total Caixa Seguros	<u>1.046.603</u>	<u>819.533</u>	<u>1.866.136</u>	<u>1.385.635</u>	<u>798.755</u>	<u>2.184.390</u>
Outros	-	2.312	2.312	-	2.924	2.924
	<u>1.046.603</u>	<u>821.845</u>	<u>1.868.448</u>	<u>1.385.635</u>	<u>801.679</u>	<u>2.187.314</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os custos com sinistros dos ramos não vida da Caixa Seguros apresentam o seguinte detalhe por ramo:

	2007				
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados
					Total
Seguro directo e resseguro aceite:					
Acidentes de trabalho	146.003	54.877	200.880	(32)	-
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	12.334	1.990	14.324	(279)	86
Doença	161.824	7.781	169.605	(885)	-
Incêndio e Outros Danos	102.894	(15.157)	87.737	4	-
Automóvel	403.633	(25.287)	378.346	(3.649)	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	7.957	2.090	10.047	(145)	-
Responsabilidade Civil Geral	12.362	(3.410)	8.952	(323)	-
Crédito e Cauções	(39)	(825)	(864)	55	-
Protecção Jurídica	732	914	1.646	(95)	8
Assistência	28.080	831	28.911	(361)	-
Diversos	8.125	1.622	9.747	471	-
	<u>883.905</u>	<u>25.426</u>	<u>909.331</u>	<u>(5.239)</u>	<u>94</u>
Resseguro cedido:					
Acidentes de trabalho	-	(1.633)	(1.633)	-	-
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(1.278)	(1.888)	(3.166)	-	-
Doença	(41.190)	3	(41.187)	-	-
Incêndio e Outros Danos	(36.501)	8.429	(28.072)	-	-
Automóvel	(5.347)	5.971	624	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	(5.280)	(91)	(5.371)	-	-
Responsabilidade Civil Geral	(3.332)	804	(2.528)	-	-
Crédito e Cauções	(87)	472	385	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	(3.721)	16	(3.705)	-	-
	<u>(96.736)</u>	<u>12.083</u>	<u>(84.653)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Líquido:					
Acidentes de trabalho	146.003	53.244	199.247	(32)	-
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	11.056	102	11.158	(279)	86
Doença	120.634	7.784	128.418	(885)	-
Incêndio e Outros Danos	66.393	(6.728)	59.665	4	-
Automóvel	398.286	(19.316)	378.970	(3.649)	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	2.677	1.999	4.676	(145)	-
Responsabilidade Civil Geral	9.030	(2.606)	6.424	(323)	-
Crédito e Cauções	(126)	(353)	(479)	55	-
Protecção Jurídica	732	914	1.646	(95)	8
Assistência	28.080	831	28.911	(361)	-
Diversos	4.404	1.638	6.042	471	-
	<u>787.169</u>	<u>37.509</u>	<u>824.678</u>	<u>(5.239)</u>	<u>94</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2006					
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro directo e resseguro aceite:						
Acidentes de trabalho	146 392	57 848	204 240	32	-	204 272
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	8 858	(1 812)	7 046	96	31	7 173
Doença	104 835	5 647	110 482	4 366	249	115 097
Incêndio e Outros Danos	76 247	(10 943)	65 304	17	-	65 321
Automóvel	449 633	(35 884)	413 749	(341)	-	413 408
Marítimo, Aéreo e Transportes	10 318	18 965	29 283	(170)	-	29 113
Responsabilidade Civil Geral	16 403	(14 804)	1 599	(260)	-	1 339
Crédito e Cauções	283	257	540	(25)	-	515
Protecção Jurídica	680	1 097	1 777	96	-	1 873
Assistência	21 618	1 012	22 630	(388)	54	22 296
Diversos	4 679	613	5 292	(115)	-	5 177
	839 946	21 996	861 942	3 308	334	865 584
Resseguro cedido:						
Acidentes de trabalho	(1 693)	1 215	(478)	-	-	(478)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(642)	2 580	1 938	-	-	1 938
Doença	(92)	(16)	(108)	-	-	(108)
Incêndio e Outros Danos	(30 646)	(1 996)	(32 642)	-	-	(32 642)
Automóvel	(5 960)	(7 657)	(13 617)	-	-	(13 617)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(6 752)	(20 274)	(27 026)	-	-	(27 026)
Responsabilidade Civil Geral	(6 569)	14 875	8 306	-	-	8 306
Crédito e Cauções	(143)	72	(71)	-	-	(71)
Protecção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-	-
Diversos	(2 155)	(976)	(3 131)	-	-	(3 131)
	(54 652)	(12 177)	(66 829)	-	-	(66 829)
Líquido:						
Acidentes de trabalho	144 699	59 063	203 762	32	-	203 794
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	8 216	768	8 984	96	31	9 111
Doença	104 743	5 631	110 374	4 366	249	114 989
Incêndio e Outros Danos	45 601	(12 939)	32 662	17	-	32 679
Automóvel	443 673	(43 541)	400 132	(341)	-	399 791
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 566	(1 309)	2 257	(170)	-	2 087
Responsabilidade Civil Geral	9 834	71	9 905	(260)	-	9 645
Crédito e Cauções	140	329	469	(25)	-	444
Protecção Jurídica	680	1 097	1 777	96	-	1 873
Assistência	21 618	1 012	22 630	(388)	54	22 296
Diversos	2 524	(363)	2 161	(115)	-	2 046
	785 294	9 819	795 113	3 308	334	798 755

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O desenvolvimento dos custos com sinistros para os ramos de negócio em que existe incerteza sobre o montante e o momento dos pagamentos a efectuar, e quando essa incerteza não é normalmente eliminada no prazo de um ano é o que se apresenta nos quadros seguintes:

Ramo:		Acidentes de Trabalho							
Valores Acumulados									
Ano Contabilístico	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	
2001	161 384	-	-	-	-	-	-	161 384	
2002	189 831	130 420	-	-	-	-	-	320 251	
2003	199 621	142 655	142 469	-	-	-	-	484 745	
2004	201 435	153 668	143 255	197 014	-	-	-	695 372	
2005	207 368	161 276	155 076	182 114	172 376	-	-	878 210	
2006	213 686	162 666	160 052	195 728	193 813	171 468	-	1 097 413	
2007	216 086	171 215	164 710	199 531	193 324	186 491	179 194	1 310 551	

Custos com sinistros registados em 2007:

- Sinistros dos anos de 2001 a 2007	213 138
- Sinistros de anos anteriores	21 835
- Custos imputados à regularização de sinistros	(36 651)
- Custos com sinistros de resseguro aceite	2 558
	200 880

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2007	156 642	145 145	150 133	150 696	148 544	124 654	62 465	938 279
------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	---------------	----------------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2007	41 539	43 571	43 868	45 922	48 237	62 845	148 038	434 020
								Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001
								317 426
								Total de seguro directo
								751 446
								Provisão para sinistros de resseguro aceite
								15 144
								Total do ramo
								766 590

Ramo:		Incêndio e Outros Danos em Coisas							
Valores Acumulados									
Ano Contabilístico	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	
2001	145 524	-	-	-	-	-	-	145 524	
2002	148 552	80 450	-	-	-	-	-	229 002	
2003	148 756	85 868	82 113	-	-	-	-	316 737	
2004	146 306	87 491	82 036	111 921	-	-	-	427 754	
2005	145 862	87 737	85 556	112 070	94 631	-	-	525 856	
2006	145 851	85 815	83 938	110 019	96 767	84 220	-	606 610	
2007	147 755	89 740	80 636	111 927	103 217	88 676	86 044	707 995	

Custos com sinistros registados em 2007:

- Sinistros dos anos de 2001 a 2007	101 385
- Sinistros de anos anteriores	(1 390)
- Custos imputados à regularização de sinistros	(13 607)
- Custos com sinistros de resseguro aceite	1 349
	87 737

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2007	139 343	90 078	78 907	106 280	73 565	88 004	49 245	625 422
------	----------------	---------------	---------------	----------------	---------------	---------------	---------------	----------------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2007	5 485	5 499	5 910	10 265	12 790	22 307	37 841	100 097
								Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001
								17 151
								Total de seguro directo
								117 248
								Provisão para sinistros de resseguro aceite
								9 176
								Total do ramo
								126 424

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Ramo: Automóvel

Valores Acumulados								
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Contabilístico								
2001	563 211	-	-	-	-	-	-	563 211
2002	580 703	576 632	-	-	-	-	-	1 157 335
2003	624 281	600 484	550 502	-	-	-	-	1 775 267
2004	640 082	630 630	564 933	554 251	-	-	-	2 389 896
2005	637 346	643 504	579 156	536 454	498 157	-	-	2 894 617
2006	638 812	641 486	587 860	543 465	491 652	438 945	-	3 342 220
2007	652 577	605 102	583 395	548 256	492 711	431 929	417 514	3 731 484

Custos com sinistros registados em 2007:

- Sinistros dos anos de 2001 a 2007	389 264
- Sinistros de anos anteriores	18 592
- Custos imputados à regularização de sinistros	(41 477)
- Custos com sinistros de resseguro aceite	11 970
	378 349

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2007	590 612	567 160	508 921	446 619	389 764	328 765	198 886	3 030 727
------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	------------------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2007	98 818	45 297	87 855	114 352	108 221	120 338	215 075	789 956
								Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001
								110 076
								Total de seguro directo
								900 032
								Provisão para sinistros de resseguro aceite
								22 869
								Total do ramo
								922 901

Ramo: Marítimo e Transportes

Valores Acumulados								
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Contabilístico								
2001	4 336	-	-	-	-	-	-	4 336
2002	4 840	4 371	-	-	-	-	-	9 211
2003	4 927	4 168	2 546	-	-	-	-	11 641
2004	4 729	3 290	2 439	2 514	-	-	-	12 972
2005	4 650	3 385	2 527	2 739	3 810	-	-	17 111
2006	4 637	3 347	2 307	2 408	3 878	2 329	-	18 906
2007	4 641	3 054	2 019	2 577	3 871	2 658	3 654	22 474

Custos com sinistros registados em 2007:

- Sinistros dos anos de 2001 a 2007	3 568
- Sinistros de anos anteriores	249
- Custos imputados à regularização de sinistros	(111)
- Custos com sinistros de resseguro aceite	(11)
	3 695

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2007	4 142	3 066	2 960	2 180	3 497	1 801	1 064	18 710
------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2007	341	704	211	580	520	857	2 590	5 803
								Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001
								544
								Total de seguro directo
								6 347
								Provisão para sinistros de resseguro aceite
								745
								Total do ramo
								7 092

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Ramo: Aéreo

Valores Acumulados								
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Contabilístico								
2001	1 080	-	-	-	-	-	-	1 080
2002	1 269	686	-	-	-	-	-	1 955
2003	1 316	719	607	-	-	-	-	2 642
2004	1 216	672	1 111	3 117	-	-	-	6 116
2005	1 065	667	4 379	2 735	2 506	-	-	11 352
2006	999	562	4 368	22 813	2 369	883	-	31 994
2007	999	432	4 244	23 807	2 250	985	454	33 171

Custos com sinistros registados em 2007:

- Sinistros dos anos de 2001 a 2007	1 177
- Sinistros de anos anteriores	(20)
- Custos imputados à regularização de sinistros	(8)
- Custos com sinistros de resseguro aceite	150
	1 299

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2007	1 101	1 020	4 885	3 093	1 569	775	165	12 608
------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	------------	------------	---------------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2007	130	-128	0	20 973	876	214	290	22 355
								Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001
								12 923
								Total de seguro directo
								35 278
								Provisão para sinistros de resseguro aceite
								3 705
								Total do ramo
								38 983

Ramo: Mercadorias Transportadas

Valores Acumulados								
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Contabilístico								
2001	7 026	-	-	-	-	-	-	7 026
2002	8 954	6 685	-	-	-	-	-	15 639
2003	8 901	8 118	4 893	-	-	-	-	21 912
2004	8 762	7 030	4 320	4 796	-	-	-	24 908
2005	8 455	6 876	4 536	5 039	4 272	-	-	29 178
2006	8 580	6 737	4 620	4 934	4 865	3 979	-	33 715
2007	8 702	5 474	4 527	4 999	4 623	4 597	5 643	38 565

Custos com sinistros registados em 2007:

- Sinistros dos anos de 2001 a 2007	4 850
- Sinistros de anos anteriores	738
- Custos imputados à regularização de sinistros	(455)
- Custos com sinistros de resseguro aceite	(80)
	5 053

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2007	8 084	6 852	5 127	4 685	4 158	3 138	2 210	34 254
------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2007	1 311	-630	477	594	508	1 463	3 436	7 159
								Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001
								1 343
								Total de seguro directo
								8 502
								Provisão para sinistros de resseguro aceite
								209
								Total do ramo
								8 711

Total do ramo	109 382
---------------	---------

Total do ramo	5 527
---------------	-------

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A variação da provisão para sinistros da rubrica custos com sinistros líquidos de resseguro, da demonstração de resultados, tem principalmente por contrapartida a provisão para sinistros, da rubrica provisões técnicas de contratos de seguros, do passivo. Contudo, algumas operações são reconhecidas noutros elementos do balanço, nomeadamente por via dos reembolsos de sinistros reflectidos em outros activos, pelo que as variações das provisões para sinistros do balanço e da demonstração de resultados não são coincidentes.

Os custos com sinistros dos ramos vida da Caixa Seguros em 2007 e 2006 apresentam o seguinte detalhe por ramo:

	2007					
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro directo e resseguro aceite:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	32.537	203	32.740	5.161	-	37.901
com participação nos resultados	35.570	17.969	53.539	(8.267)	5.852	51.124
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	1.062.142	22.653	1.084.795	(163.286)	46.406	967.915
	<u>1.130.249</u>	<u>40.825</u>	<u>1.171.074</u>	<u>(166.392)</u>	<u>52.258</u>	<u>1.056.940</u>
Resseguro cedido:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	(5.647)	281	(5.366)	(506)	-	(5.872)
com participação nos resultados	(2.796)	(1.818)	(4.614)	159	-	(4.455)
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	-	(3)	(3)	(7)	-	(10)
	<u>(8.443)</u>	<u>(1.540)</u>	<u>(9.983)</u>	<u>(354)</u>	<u>-</u>	<u>(10.337)</u>
Líquido:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	26.890	484	27.374	4.655	-	32.029
com participação nos resultados	32.774	16.151	48.925	(8.108)	5.852	46.669
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	1.062.142	22.650	1.084.792	(163.293)	46.406	967.905
	<u>1.121.806</u>	<u>39.285</u>	<u>1.161.091</u>	<u>(166.746)</u>	<u>52.258</u>	<u>1.046.603</u>

	2006					
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro directo e resseguro aceite:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	41.615	22.119	63.734	(710)	-	63.024
com participação nos resultados	26.667	4.378	31.045	(1.906)	6.804	35.943
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	528.531	15.321	543.852	720.578	37.259	1.301.689
	<u>596.813</u>	<u>41.818</u>	<u>638.631</u>	<u>717.962</u>	<u>44.063</u>	<u>1.400.656</u>
Resseguro cedido:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	(5.737)	(5.720)	(11.457)	(1.357)	-	(12.814)
com participação nos resultados	(1.643)	(708)	(2.351)	143	-	(2.208)
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	-	-	-	1	-	1
	<u>(7.380)</u>	<u>(6.428)</u>	<u>(13.808)</u>	<u>(1.213)</u>	<u>-</u>	<u>(15.021)</u>
Líquido:						
- De contratos de seguro						
sem participação nos resultados	35.878	16.399	52.277	(2.067)	-	50.210
com participação nos resultados	25.024	3.670	28.694	(1.763)	6.804	33.735
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	528.531	15.321	543.852	720.579	37.259	1.301.690
	<u>589.433</u>	<u>35.390</u>	<u>624.823</u>	<u>716.749</u>	<u>44.063</u>	<u>1.385.635</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

35.4 COMISSÕES E OUTROS PROVEITOS E CUSTOS ASSOCIADOS À ACTIVIDADE DE SEGUROS

Nos exercícios de 2007 e 2006, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2007			2006		
	Ramo vida	Ramos não vida	Total	Ramo vida	Ramos não vida	Total
Proveitos técnicos:						
Comissões:						
De operações de resseguro cedido	4.258	25.814	30.072	938	25.282	26.220
Comissões de gestão de Co-Seguro	224	996	1.220	229	1.004	1.233
Comissões de gestão de Fundos de Pensões	66	-	66	85	-	85
Outros proveitos técnicos						
Outros Proveitos Técnicos	15	1.084	1.099	-	1.443	1.443
	<u>4.563</u>	<u>27.894</u>	<u>32.457</u>	<u>1.252</u>	<u>27.729</u>	<u>28.981</u>
Custos técnicos:						
Comissões:						
De operações de seguro directo:						
- Comissões de mediação e corretagem	(1.267)	(129.020)	(130.287)	(2.432)	(129.895)	(132.327)
- Comissões de cobrança	(128)	(10.802)	(10.930)	(145)	(11.037)	(11.182)
- Outras	-	-	-	-	-	-
De operações de resseguro aceite	-	(7.548)	(7.548)	-	(20.623)	(20.623)
Comissões de gestão de Co-Seguro	(18)	(602)	(620)	(21)	(711)	(732)
Outros custos técnicos						
Provisão para recibos por cobrar	(326)	5.227	4.901	2.910	(5.355)	(2.445)
Impostos da actividade	(1.083)	(24.542)	(25.625)	(876)	(26.087)	(26.963)
Outros	(22)	(31)	(53)	(266)	(195)	(461)
	<u>(2.844)</u>	<u>(167.318)</u>	<u>(170.162)</u>	<u>(830)</u>	<u>(193.903)</u>	<u>(194.733)</u>
Outros	-	-	1.805	-	-	444
	<u>1.719</u>	<u>(139.424)</u>	<u>(135.900)</u>	<u>422</u>	<u>(166.174)</u>	<u>(165.308)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

36. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	12.230	10.482
Remuneração dos empregados	693.946	662.146
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 37)	1.725	437
	<u>707.901</u>	<u>673.065</u>
Outros encargos relativos a remunerações	60.042	57.237
Assistência médica – CGD (Nota 37)		
Custo normal (Nota 37)	28.156	26.727
Contribuições relativas a pessoal no activo	29.129	28.722
Amortizações dos desvios acima do corredor	4.012	3.679
Responsabilidades com Pensões – CGD		
Custo normal	61.504	57.884
Reformas antes da idade normal de reforma (Nota 37)	143	1.145
Outros encargos com pensões		
Caixa Seguros		
Custo normal (Nota 37)	2.547	1.945
Outros	4.487	5.060
Outros	5.056	5.330
Outros encargos sociais obrigatórios	18.328	15.743
	<u>213.404</u>	<u>203.471</u>
Outros custos com pessoal	20.911	41.767
	<u>942.217</u>	<u>918.303</u>

Nos exercícios de 2007 e 2006, a rubrica “Remuneração dos empregados” inclui mEuros 40.000 e mEuros 36.000, respectivamente, relativos à provisão para distribuição de resultados aos empregados da CGD.

O número médio de empregados da Caixa e das suas filiais (excluindo a Compal) durante os exercícios de 2007 e 2006, por tipo de funções, foi o seguinte:

	<u>2007</u>			<u>2006</u>		
	Actividade Bancária	Actividade Seguradora	Grupo	Actividade Bancária	Actividade Seguradora	Grupo
Direcção	285	230	515	318	212	530
Chefias	2.399	836	3.235	2.407	840	3.247
Técnicos	3.810	1.293	5.103	3.709	1.206	4.915
Administrativos	7.236	1.759	8.995	7.851	1.785	9.636
Auxiliares	1.183	299	1.482	1.236	291	1.527
	<u>14.913</u>	<u>4.417</u>	<u>19.330</u>	<u>15.521</u>	<u>4.334</u>	<u>19.855</u>
Número de efectivos no final do exercício	<u>16.034</u>	<u>4.456</u>	<u>20.490</u>	<u>15.815</u>	<u>4.220</u>	<u>20.035</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os números apresentados acima não incluem os empregados pertencentes ao Departamento de Apoio à Caixa Geral de Aposentações (299 em 2007 e 309 em 2006), os afectos aos Serviços Sociais da CGD (72 em 2007 e 71 em 2006) e os que se encontram em comissão de serviço no exterior (82 em 2007 e 89 em 2006).

37. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

37.1 Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

Responsabilidades com empregados da CGD

De acordo com o artigo 39º do Decreto-Lei nº 48.953, de 5 de Abril de 1969 e o Decreto-Lei nº 161/92, de 1 de Agosto, competia à CGD o pagamento das pensões de reforma por doença, invalidez ou velhice dos seus colaboradores, bem como das pensões de sobrevivência dos empregados admitidos a partir de 1 de Janeiro de 1992. As pensões de sobrevivência relativas aos empregados admitidos antes de 1 de Janeiro de 1992 já eram suportadas pela Caixa Geral de Aposentações ("CGA"). Para o efeito, estes empregados descontam 2,5% das suas remunerações para a CGA.

Adicionalmente, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) em vigor para o sector bancário, o ex-BNU tinha o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma antecipada e por velhice, invalidez e sobrevivência. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial negociada anualmente com os sindicatos dos trabalhadores bancários. No exercício de 2001, na sequência da integração por fusão do BNU na CGD, as responsabilidades com pensões dos empregados do BNU transitaram para a CGD. Deste modo, os ex-empregados do BNU ainda no activo à data da fusão ficaram abrangidos pelo plano de pensões e benefícios em vigor na CGD. Quanto aos reformados e pensionistas do BNU à data da fusão, continua a aplicar-se o plano de pensões que estava em vigor à data das respectivas reformas.

Com referência a 30 de Novembro de 2004, foram transferidas para a CGA todas as responsabilidades com pensões de aposentação do pessoal da Caixa, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de Dezembro de 2000, ao abrigo dos Decretos-Lei nº 240-A/2004, de 29 de Dezembro e nº 241-A/2004, de 30 de Novembro, cujo montante total ascendeu a 2.510.043 mEuros. A transferência incluiu a responsabilidade com o subsídio por morte após a idade normal de reforma, relativamente ao tempo de serviço acima referido.

Neste sentido, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades com pensões da Caixa consistem no seguinte:

- . Responsabilidades relativas aos empregados no activo por serviços prestados após 31 de Dezembro de 2000;
- . Para os reformados entre 1 de Janeiro de 2001 e 31 de Dezembro de 2007, a parcela das responsabilidades correspondente ao tempo de serviço prestado durante esse período;
- . Responsabilidades com pensões de aposentação e respectivas pensões de sobrevivência do pessoal do BNU que já se encontravam em pagamento à data da fusão;
- . Responsabilidades com o subsídio por morte relativas ao tempo de serviço prestado após 31 de Dezembro de 2000.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A Caixa assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões, dispondo para o efeito de um fundo de pensões, constituído em Dezembro de 1991. De acordo com o regime aplicável à Caixa, os empregados contribuem para o fundo de pensões com as seguintes percentagens das suas retribuições:

- | | |
|--|-------|
| - Empregados admitidos antes de 1 de Janeiro de 1992 | 7,5% |
| - Empregados admitidos após 1 de Janeiro de 1992 | 10,0% |

A contribuição destes últimos é efectuada integralmente para o fundo de pensões, dado que o respectivo regime de pensões de sobrevivência está a cargo do fundo.

A transferência de responsabilidades para a CGA implicou a transferência de activos do fundo de pensões de montante equivalente.

Responsabilidades com empregados da Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial, S.A. e Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho vigente para o sector segurador, a Fidelidade - Mundial e a Império Bonança concedem aos seus Colaboradores, admitidos na Actividade Seguradora até Junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações, varia em função da remuneração do Colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na actividade seguradora.

Adicionalmente, a Império Bonança:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social.
- Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato colectivo de trabalho aos Colaboradores admitidos até Junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do Fundo de Pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millenniumbcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de Janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respectivo fundo de pensões.

Determinação das responsabilidades

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram efectuados estudos actuariais por entidades especializadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As hipóteses e bases técnicas utilizadas, relativamente à CGD e às seguradoras do Grupo foram as seguintes:

	2007		2006	
	CGD	Caixa Seguros	CGD	Caixa Seguros
Método actuarial	Projected Unit Credit		Projected Unit Credit	
Tábua de mortalidade				
. Homens		TV 73/77		TV 73/77
. Mulheres		TV 88/90		TV 88/90
Tábua de invalidez		EKV 80		EKV 80
Taxa de desconto	5,00%	4,75%	4,75%	4,75%
Taxa de rendimento dos activos dos fundos	5,25%	4,75%	5,25%	4,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	1,00%	2,00%	1,00%
Tabela de saídas:				
. Idades inferiores a 30 anos	5%	n/a	5%	n/a
. Idades entre 30 e 40 anos	1%	n/a	1%	n/a
. Idades superiores a 40 anos	0%	n/a	0%	n/a
Serviço externo futuro	n/a	n/a	1/24	n/a

Nos estudos efectuados em relação à CGD em 2007 e 2006, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 60 anos.

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões da CGD para os exercícios de 2007 e 2006 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2007		2006	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimento	5,25%	4,96%	5,25%	6,53%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	4,77%	3,00%	5,46%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	2,77%	2,00%	2,50%

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades com serviços passados do Grupo de acordo com os estudos actuariais efectuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	2007				2006			
	CGD	Caixa Seguros	Outros	Total	CGD	Caixa Seguros	Outros	Total
Responsabilidades por serviços passados:								
Activos	717.616	36.217	19.817	773.650	597.238	35.098	18.900	651.236
Reformados e pré-reformados	388.813	212.317	14.423	615.553	358.064	223.416	15.310	596.790
	<u>1.106.429</u>	<u>248.534</u>	<u>34.240</u>	<u>1.389.203</u>	<u>955.302</u>	<u>258.514</u>	<u>34.210</u>	<u>1.248.026</u>
Fundos de pensões autónomos	1.106.441	156.415	710	1.263.566	955.302	155.727	3.019	1.114.048
Provisões matemáticas	-	75.009	-	75.009	-	77.933	-	77.933
Provisões para pensões e encargos similares	-	26.908	38.018	64.926	-	27.861	36.684	64.545
	<u>1.106.441</u>	<u>258.332</u>	<u>38.728</u>	<u>1.403.501</u>	<u>955.302</u>	<u>261.521</u>	<u>39.703</u>	<u>1.256.526</u>
Diferencial	<u>12</u>	<u>9.798</u>	<u>4.488</u>	<u>14.298</u>	<u>-</u>	<u>3.007</u>	<u>5.493</u>	<u>8.500</u>
Nível de financiamento	<u>100,00%</u>	<u>103,94%</u>	<u>113,11%</u>	<u>101,03%</u>	<u>100,00%</u>	<u>101,16%</u>	<u>116,06%</u>	<u>100,68%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos termos do Aviso nº 4/2005 de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal, é definida para entidades financeiras com sede em Portugal a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades da Caixa encontravam-se integralmente financiadas.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades com serviços futuros de pessoal no activo da CGD ascendem a mEuros 1.277.645 e mEuros 1.263.514, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007, as provisões para pensões e encargos similares de “Outras entidades”, incluem mEuros 1.500 relativos a encargos com saúde.

No que se refere à CGD e às seguradoras do Grupo em Portugal o número de beneficiários em 2007 e 2006 era o seguinte:

	2007		2006	
	CGD	Caixa Seguros	CGD	Caixa Seguros
Activos	10.909	2.708	11.265	2.789
Reformados e pré-reformados	3.460	2.826	3.183	2.839
	-----	-----	-----	-----
	14.369	5.534	14.448	5.628
	=====	=====	=====	=====

O movimento nos fundos de pensões, provisões matemáticas e provisões para pensões e encargos similares durante os exercícios de 2006 e 2007 foi o seguinte:

	CGD	Caixa Seguros	Outros	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	824.576	262.750	33.176	1.120.502
Contribuições pagas				
De natureza regular				
Efectuadas pelos empregados	27.672	-	168	27.840
Efectuadas pela entidade	57.211	6.646	399	64.256
De natureza extraordinária	9.482	-	-	9.482
Varição em provisões para pensões e encargos similares	-	3.125	7.526	10.651
Varição nas provisões matemáticas	-	188	-	188
Pensões pagas	(21.518)	(15.638)	(552)	(37.708)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	57.393	4.454	1.112	62.959
Activos transferidos e a transferir do Fundo de Pensões para a CGA	486	-	(2.126)	(1.640)
Outras variações	-	(4)	-	(4)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	955.302	261.521	39.703	1.256.526
Contribuições pagas				
De natureza regular				
Efectuadas pelos empregados	26.838	-	160	26.998
Efectuadas pela entidade	61.006	11.109	325	72.440
De natureza extraordinária	38.297	-	-	38.297
Varição em provisões para pensões e encargos similares	-	(953)	2.408	1.455
Varição nas provisões matemáticas	-	(2.924)	-	(2.924)
Pensões pagas	(23.499)	(16.059)	(958)	(40.516)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	48.497	5.643	270	54.410
Outras variações	-	(5)	(3.180)	(3.185)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	1.106.441	258.332	38.728	1.403.501

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Fundo de Pensões da CGD é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Fundo de Pensões da CGD detinha imóveis arrendados a empresas do Grupo nos montantes de 70.911 mEuros e 73.957 mEuros, respectivamente, bem como títulos emitidos e unidades de participação de fundos geridos por empresas do Grupo no valor de 87.805 mEuros e 110.595 mEuros, respectivamente.

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo e as respectivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	CGD	Caixa Seguros	Outros	Total
Situação em 31 de Dezembro de 2005	-	4.363	233	4.596
Custo dos serviços correntes	(64.962)	(1.841)	(179)	(66.982)
Custo dos juros	(38.658)	(8.229)	(118)	(47.005)
Retorno esperado dos activos do plano	45.736	8.125	143	54.004
Custo normal do exercício (Nota 36)	(57.884)	(1.945)	(154)	(59.983)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas (Nota 36)	(1.145)	-	-	(1.145)
Outras variações em resultados	-	2.289	5.470	7.759
Variações com impacto em resultados	(59.029)	344	5.316	(53.369)
Desvios de responsabilidades	(19.322)	(4.671)	(457)	(24.450)
Desvios de rendimento	11.658	(3.675)	2	7.985
Desvios	(7.664)	(8.346)	(455)	(16.465)
Contribuições entregues pela entidade	66.693	6.646	399	73.738
Situação em 31 de Dezembro de 2006	-	3.007	5.493	8.500
Custo dos serviços correntes	(69.422)	(1.558)	(194)	(71.174)
Custo dos juros	(44.801)	(8.800)	(83)	(53.684)
Retorno esperado dos activos do plano	52.719	7.811	155	60.685
Custo normal do exercício (Nota 36)	(61.504)	(2.547)	(122)	(64.173)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas (Nota 36)	-	-	-	-
Outras variações em resultados	(143)	(828)	(903)	(1.874)
Variações com impacto em resultados	(61.647)	(3.375)	(1.025)	(66.047)
Desvios de responsabilidades	(33.422)	2.933	133	(30.356)
Desvios de rendimento	(4.222)	(3.876)	124	(7.974)
Desvios	(37.644)	(943)	257	(38.330)
Contribuições entregues pela entidade	99.303	11.109	325	110.737
Outros	-	-	(563)	(563)
Situação em 31 de Dezembro de 2007	12	9.798	4.487	14.297

Os desvios de responsabilidades ao nível da CGD em 2007 e 2006 têm a seguinte composição:

	2007	2006
Alteração da taxa de desconto (4,75% para 5%)	49.122	-
Alteração da taxa de crescimento das pensões (2% para 2,5%)	(57.805)	-
Outros desvios de responsabilidades	(24.739)	(19.322)
	-----	-----
	(33.422)	(19.322)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Assistência médica

A assistência médica aos empregados no activo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais). A contribuição anual da CGD para os Serviços Sociais corresponde a 8,95% dos salários e pensões pagas. Adicionalmente, a Caixa tem responsabilidades com as contribuições para o Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até 23 de Julho de 2001.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos actuariais efectuados por entidades especializadas, utilizando pressupostos actuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

As responsabilidades por serviços passados encontram-se registadas na rubrica “Provisões” e em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 ascendiam a 443.888 mEuros e 419.195 mEuros, respectivamente.

Adicionalmente, a Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação, após Maio de 1998, benefícios com assistência médica vitalícia. Estas responsabilidades estão cobertas por provisões, que em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 ascendem a 26.908 mEuros e 26.842 mEuros, respectivamente.

Outros benefícios de longo prazo

A Caixa paga um prémio a todos os trabalhadores que completem dez, vinte e trinta anos de efectivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de aposentação de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o correspondente passivo encontrava-se registado em “Outros passivos” e ascendia a 39.279 mEuros e 38.628 mEuros, respectivamente (Nota 26).

A Caixa determina ainda as suas responsabilidades com subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O correspondente passivo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 encontra-se registado na rubrica de “Provisões” e ascende a 2.053 mEuros e 2.038 mEuros, respectivamente.

Adicionalmente, a Sucursal de França assegura o pagamento de benefícios de longo prazo aos seus trabalhadores, tendo sido apuradas responsabilidades no montante de mEuros 1.500 em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

Desvios actuariais diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos relacionados com a aplicação das IFRS nos exercícios de 2006 e 2007 relativamente à CGD pode ser demonstrado como segue:

	Corredor		Desvios acima do Corredor		Total (Nota 19)
	Pensões	Saúde	Pensões	Saúde	
SalDOS em 31 de Dezembro de 2005	60.290	39.959	-	60.337	160.586
Desvios actuariais do ano	7.664	1.961	-	7.416	17.041
Amortização (Nota 36)	-	-	-	(3.679)	(3.679)
SalDOS em 31 de Dezembro de 2006	67.954	41.920	-	64.074	173.948
Desvios actuariais do ano	37.644	2.469	-	12.074	52.187
Amortização (Nota 36)	-	-	-	(4.012)	(4.012)
SalDOS em 31 de Dezembro de 2007	105.598	44.389	-	72.136	222.123

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os desvios acima do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de aproximadamente 16 anos até à reforma dos activos.

Provisões

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>CGD</u>		
. Provisão para assistência médica pós-emprego	443.888	419.195
. Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho	5.182	3.457
. Provisão para responsabilidades com subsídio por morte	2.053	2.038
. Responsabilidades da Sucursal de França	1.500	1.500
	-----	-----
	452.623	426.190
Provisão para responsabilidades com pensões e outras		
. Banco Comercial do Atlântico, S.A.	36.828	35.154
. Caixa Seguros	-	1.019
. Outros	1.190	1.529
Provisão para assistência médica pós-emprego		
. Caixa Seguros (Império – Bonança)	26.908	26.842
. Outros	2.745	1.632
Outros	11.331	3.504
	-----	-----
	531.625	495.870
	=====	=====

A Caixa regista uma provisão específica correspondente ao impacto da passagem à situação de inactivo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão de prestação de trabalho.

Nos exercícios de 2007 e 2006, os movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição (Nota 23):

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Saldo no início do exercício	495.870	471.719
	-----	-----
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal:		
. Assistência médica – CGD (Nota 36)	28.156	26.727
. Acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 36)	1.725	437
Desvios actuariais relativos a assistência médica pós-emprego	14.543	9.377
Outros	(3.594)	2.086
	-----	-----
	40.830	38.627
	-----	-----
Reforços, líquidos de reposições, por contrapartida de “Provisões”	14.432	11.268
Utilizações:		
. Pagamentos ao SAMS e aos Serviços Sociais da CGD	(18.006)	(16.495)
. Outros	(1.301)	(8.411)
Outros	(200)	(838)
	-----	-----
Saldo no final do exercício	531.625	495.870
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

38. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Serviços especializados		
- Serviços de informática	101.259	95.916
- Serviços de estudos e consultas	28.155	24.171
- Avenças e honorários	30.104	26.932
- Serviços de limpeza	9.630	11.169
- Serviços de segurança e vigilância	7.043	7.624
- Serviços de informações	7.242	7.174
- Outros	138.220	140.428
Rendas e alugueres	77.043	78.473
Comunicações e despesas de expedição	55.042	56.513
Conservação e reparação	49.858	47.041
Publicidade e edição de publicações	66.126	53.523
Água, energia e combustíveis	21.767	20.763
Transporte de valores e outros	13.010	14.711
Deslocações, estadas e representação	18.224	19.666
Impressos e material de consumo corrente	11.323	10.719
Outros	16.688	19.486
	<u>650.733</u>	<u>634.311</u>

39. IMPARIIDADE EM ACTIVOS

O movimento na imparidade durante os exercícios de 2007 e 2006 foi o seguinte:

	2007							
	Saldo em 31.12.2006	Entrada/ (saída) de entidades no perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 31.12.2007
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11)	1.556.149	(1.431)	739.491	(398.216)	(164.163)	(7.586)	4.605	1.728.849
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	2.355	-	7.567	(6.058)	-	-	(2.527)	1.337
Imparidade de activos disponíveis para venda								
Instrumentos de capital	276.409	(53)	-	-	(110.679)	(203)	8.261	173.735
Instrumentos de dívida	14.024	-	4.317	(242)	-	(298)	(8.208)	9.593
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 14)	18.533	-	-	(1.676)	(225)	-	151	16.783
Imparidade de activos intangíveis	44.709	-	-	(43.750)	-	-	(46)	913
Imparidade de activos não correntes detidos para venda								
Filiais	-	-	40.000	-	-	-	-	40.000
Imóveis e equipamento	17.318	-	5.073	(1.170)	(1.519)	-	322	20.024
Imparidade de outros activos (Notas 12 e 19)								
Bens recebidos em dação de crédito (Notas 12 e 19)	20.083	-	-	(4.623)	(3.300)	-	-	12.160
Outros activos (Nota 19)	161.690	(3.537)	27.053	(6.807)	1.186	-	(5.383)	174.202
Imparidade em associadas	569	-	2.593	(2.878)	(414)	(24)	154	-
	<u>555.690</u>	<u>(3.590)</u>	<u>86.603</u>	<u>(67.204)</u>	<u>(114.951)</u>	<u>(525)</u>	<u>(7.276)</u>	<u>448.747</u>
	<u>2.111.839</u>	<u>(5.021)</u>	<u>826.094</u>	<u>(465.420)</u>	<u>(279.114)</u>	<u>(8.111)</u>	<u>(2.671)</u>	<u>2.177.596</u>
								<u>(91.836)</u>

	2006							
	Saldo em 31.12.2005	Entrada de entidades no perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 31.12.2006
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11)	1.401.319	-	960.147	(668.408)	(118.156)	(11.948)	(6.805)	1.556.149
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	890	-	5.488	(6.982)	-	(10)	2.969	2.355
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)								
Instrumentos de capital	283.427	-	19.713	-	(17.730)	-	(9.001)	276.409
Outros	12.156	-	561	(79)	-	57	1.329	14.024
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 14)	16.118	-	2.789	-	(102)	(1)	(271)	18.533
Imparidade de activos intangíveis (Nota 15)	-	-	40.020	(6.449)	-	-	11.139	44.710
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	9.990	-	3.055	(2.713)	(1.888)	-	8.874	17.318
Imparidade de outros activos								
Bens recebidos em dação de crédito (Notas 12 e 19)	13.970	-	14.987	-	-	-	(8.874)	20.083
Outros activos (Nota 19)	155.847	3.537	10.437	(9.001)	(581)	-	1.451	161.690
Imparidade de investimentos em associadas (Nota 16)	-	-	-	(2.213)	-	(68)	2.850	569
	<u>492.398</u>	<u>3.537</u>	<u>97.050</u>	<u>(27.437)</u>	<u>(20.301)</u>	<u>(22)</u>	<u>10.466</u>	<u>555.691</u>
	<u>1.893.717</u>	<u>3.537</u>	<u>1.057.197</u>	<u>(695.845)</u>	<u>(138.457)</u>	<u>(11.970)</u>	<u>3.661</u>	<u>2.111.840</u>
								<u>(59.615)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2007, a Recuperação de créditos, juros e despesas, inclui 34.250 mEuros relativos à alienação pela Caixa de um conjunto de créditos que tinham sido abatidos ao activo (Nota 11).

No exercício de 2006, a “Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda” inclui 15.863 mEuros relativos a imparidade reconhecida pela Caixa na participação na VAA – Vista Alegre Atlantis (Nota 8).

40. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IAS 14 e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método *Standard*, nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Actividade Seguradora: inclui a actividade desenvolvida pelas Companhias de Seguros que integram a Caixa Seguros e pela Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.. A actividade foi dividida entre Vida e Não Vida;
- Corporate Finance: inclui as actividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (merchant banking – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;
- Negociação e vendas: compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- Banca comercial: inclui as actividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME's. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, actividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada dos créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público;
- Gestão de activos: inclui as actividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Outros: compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2007 e 2006 é a seguinte:

Linhas de negócio

	2007							
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Corporate Finance	Seguros Vida	Seguros Não Vida	Total
Margem financeira	312.321	1.296.767	235.436	299	52.436	28.564	504	1.939.085
Rendimentos de instrumentos de capital	83.774	332	-	-	92	-	-	82.896
Rendimentos de serviços e comissões	25.902	202.767	66.534	61.424	31.195	-	-	490.965
Encargos com serviços e comissões	(11.768)	(49.077)	(821)	(3.703)	(140)	(552)	(410)	(96.047)
Resultados em operações financeiras	46.346	33.316	(158)	142	422	(1.149)	(4.764)	84.336
Outros resultados de exploração	(1.045)	21.063	3.352	(62)	(96)	581	25.513	88.832
Prémios, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	946.074	1.296.692	2.242.766
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	-	-	-	-	-	208.064	102.763	310.827
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	(1.046.928)	(821.520)	(1.868.448)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	-	(5)	-	-	-	(13.280)	(122.615)	(135.900)
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	455.529	1.505.162	304.343	58.099	83.909	121.374	476.162	3.149.313
Outros custos e proveitos								(2.293.002)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD								856.311
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	6.548.454	675.325	330.696	3	-	55.552	12.077	7.667.829
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	12.191.440	62.177	198.188	12.749	30.487	8.002.372	2.022.837	23.115.719
Crédito a clientes (líquido)	91.522	36.847.917	29.458.229	-	430.426	3.692	3.658	66.844.300
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	27.285	207.011	234.296
Activo líquido total	18.831.416	37.585.418	29.987.114	12.752	460.914	9.574.104	2.915.734	103.553.764
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	8.528.797	98.045	212.324	-	2	-	-	8.841.237
Recursos de clientes e outros empréstimos	212.793	40.154.877	10.541.127	-	5.587	3.124.303	-	54.038.767
Responsabilidades representadas por títulos	16.222.804	704	7.360	-	-	-	-	16.230.868
Provisões técnicas de contratos de seguros	-	-	-	-	-	5.246.155	2.427.747	7.673.902
Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked"	-	-	-	-	-	777.115	-	777.115

	2006							
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Corporate Finance	Seguros Vida	Seguros Não Vida	Total
Margem financeira	159.585	1.288.842	181.660	584	14.665	34.568	(2.469)	1.704.879
Rendimentos de instrumentos de capital	67.793	1	-	679	-	-	-	73.036
Rendimentos de serviços e comissões	19.203	149.398	61.883	34.009	23.530	-	-	441.260
Encargos com serviços e comissões	(4.895)	(42.182)	(2.534)	(3.120)	(87)	(1.083)	(690)	(76.541)
Resultados em operações financeiras	149.422	(31.454)	4.194	5.145	(1.245)	405	554	130.683
Outros resultados de exploração	20.411	34.730	(16.015)	(594)	61	5.313	25.477	124.613
Prémios, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	1.286.481	1.340.174	2.626.655
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	-	-	-	-	-	188.488	123.720	312.209
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	(1.388.770)	(798.755)	(2.187.525)
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	-	-	-	-	-	691	(166.174)	(165.308)
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	411.519	1.399.337	229.187	36.703	36.924	126.094	521.837	2.984.171
Outros custos e proveitos								(2.250.363)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD								733.808
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	11.311.991	-	-	-	-	36.352	30.528	11.380.723
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	10.858.158	175.027	93.779	90.123	-	7.308.672	1.679.375	21.231.688
Crédito a clientes (líquido)	-	32.986.876	23.891.597	-	380.623	4.670	4.504	57.268.271
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	26.221	210.960	237.181
Activo líquido total	22.170.148	33.161.902	23.985.376	90.123	380.623	7.375.915	1.925.367	96.245.807
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	5.503.796	-	-	-	-	-	-	5.503.796
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	40.618.977	10.956.252	-	8.692	2.183.915	-	53.767.836
Responsabilidades representadas por títulos	12.102.967	1.257.377	-	-	-	-	-	13.360.344
Provisões técnicas de contratos de seguros	-	-	-	-	-	5.395.487	2.432.549	7.828.036
Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked"	-	-	-	-	-	847.369	-	847.369

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Mercados Geográficos

2007								
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros
Juros e rendimentos similares	6.858.368	1.508.622	1.447	597.760	459	187.967	134.847	(3.379.349)
Juros e encargos similares	(5.274.516)	(1.353.848)	(474)	(559.020)	-	(139.387)	(56.627)	3.412.836
Rendimentos de instrumentos de capital	198.328	11.536	-	-	-	92	786	(117.846)
Rendimentos de serviços e comissões	475.537	50.421	288	2.587	-	14.921	29.451	(82.240)
Encargos com serviços e comissões	(114.960)	(23.668)	(100)	(60)	-	(6.346)	(3.831)	52.918
Resultados em operações financeiras	79.977	36.105	-	281	45	7.154	11.912	(51.138)
Outros resultados de exploração	225.528	(4.202)	(21)	(595)	5	6.385	5.035	(143.303)
Prémios, líquidos de resseguro	2.239.262	-	-	-	-	-	3.505	(1)
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	348.671	-	-	-	-	-	-	(37.844)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.866.136)	-	-	-	-	-	(2.312)	-
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	(160.239)	-	-	-	-	-	1.806	22.533
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	3.009.820	224.966	1.140	40.953	509	70.786	124.572	(323.434)
Outros custos e proveitos								(2.293.001)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD								856.311
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	19.035.211	16.942.960	14.345	2.255.190	2.510	2.870.780	551.584	(34.004.751)
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	22.363.212	3.093.703	564	497.844	-	41.304	281.480	(3.162.388)
Crédito a clientes (líquido)	56.251.033	8.759.465	16.404	496.287	-	804.875	780.752	(264.516)
Provisões técnicas de resseguro cedido	231.901	-	-	-	-	-	2.395	-
Activo líquido total	105.712.519	29.582.161	31.701	4.326.633	20.972	3.941.914	1.708.377	(41.770.513)
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	28.015.312	11.628.405	2	2.000.794	-	291.091	23.588	(33.117.955)
Recursos de clientes e outros empréstimos	46.810.097	3.368.363	25.818	102.805	-	3.255.773	1.417.000	(941.089)
Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked"	777.115	-	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	7.788.961	9.996.868	-	587.042	-	-	9.629	(2.151.632)
Provisões técnicas de contratos de seguros	7.666.693	-	-	-	-	-	7.209	-
2006								
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros
Juros e rendimentos similares	4.288.931	1.111.525	1.185	349.000	715	139.996	115.538	(1.616.923)
Juros e encargos similares	(2.877.576)	(982.845)	(351)	(320.232)	-	(97.004)	(50.757)	1.643.676
Rendimentos de instrumentos de capital	229.234	878	-	-	-	127	210	(157.413)
Rendimentos de serviços e comissões	399.860	45.833	319	2.313	-	13.767	26.288	(47.120)
Encargos com serviços e comissões	(83.493)	(17.739)	(91)	(57)	-	(4.604)	(1.486)	30.929
Resultados em operações financeiras	121.623	32.526	-	1.812	72	4.096	11.116	(40.562)
Outros resultados de exploração	229.297	16.399	(17)	(512)	342	2.820	660	(124.377)
Prémios, líquidos de resseguro	2.621.347	-	-	-	-	-	5.308	-
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	335.938	-	-	-	-	-	-	(23.729)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2.184.390)	-	-	-	-	-	(2.924)	-
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	(180.973)	-	-	-	-	-	444	15.221
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	2.899.798	206.577	1.045	32.324	1.129	59.198	104.397	(320.298)
Outros custos e proveitos								(2.250.362)
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD								733.808
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	23.384.052	14.622.184	14.566	7.343.139	4.057	2.570.987	465.544	(37.023.806)
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	20.024.954	3.081.071	437	463.919	-	23.280	245.048	(2.607.022)
Crédito a clientes (líquido)	49.043.044	7.551.864	15.031	402.412	-	601.664	682.769	(1.028.513)
Provisões técnicas de resseguro cedido	236.255	-	-	-	-	-	926	-
Activo líquido total	97.802.017	25.846.784	30.636	9.226.291	21.321	3.408.631	1.522.091	(41.611.963)
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	26.643.212	9.259.816	19	5.683.405	-	195.731	21.703	(36.300.090)
Recursos de clientes e outros empréstimos	47.649.350	3.362.533	25.033	127.434	-	2.893.545	1.086.377	(1.376.436)
Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked"	847.369	-	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	3.184.870	9.792.728	-	2.031.959	-	-	135.152	(1.784.365)
Provisões técnicas de contratos de seguros	7.822.155	-	-	-	-	-	5.882	(1)

A coluna “Outros” inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

41. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Grupo, as empresas associadas, os órgãos de gestão das empresas do Grupo e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2007		
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas
Activos:			
Títulos e Instrumentos Financeiros			
derivados de negociação	689.363	-	21.836
Crédito a clientes	-	91.963	853.151
Provisões para crédito / Imparidade	-	1	7.849
Outros activos	31.149	23.884	173.400
Passivos:			
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.991	2.232.896	20.739
Outros passivos	1.110	529	99
Garantias prestadas	45.240	144.681	17.320
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	23.334	2.670	64.643
Ganhos em operações financeiras	8.771	-	75
Rendimentos de serviços e comissões	-	378	349
Prémios de seguro	-	2.456	2.798
Outros proveitos de exploração	298	-	619
Custos:			
Juros e encargos similares	1.250	47.410	3.695
Perdas em operações financeiras	10.593	-	517
Comissões	-	15	172
Outros custos de exploração	3	2.483	2.524

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2006		
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas
Activos:			
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	763.905	-	19.271
Crédito a clientes	694.101	275.378	750.679
Provisões para crédito / Imparidade	-	-	8.452
Outros activos	38.339	21.102	97.245
Passivos:			
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.547.386	1.706.545	13.951
Outros passivos	2.456	529	5.905
Garantias prestadas	50	1.319	17.536
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	19.123	7.699	112.237
Ganhos em operações financeiras	952	79	83
Rendimentos de serviços e comissões	-	892	287
Prémios de seguro	-	2.456	2.798
Outros proveitos de exploração	-	-	231
Custos:			
Juros e encargos similares	17.494	17.279	271
Perdas em operações financeiras	16.315	488	138
Comissões	-	15	2
Outros custos de exploração	-	2.492	2.124

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a coluna “Outras entidades do Estado Português” não inclui saldos com a Administração local.

Órgãos de gestão

Em 2007 os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração da Caixa e das empresas do Grupo ascenderam a 16.609 mEuros (17.017 mEuros no exercício de 2006).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor do crédito concedido a membros dos Conselhos de Administração ascendia a mEuros 2.762 e mEuros 2.545 respectivamente.

42. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Grupo

A CGD adoptou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado, e de liquidez incorridos em todo o Grupo, e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco.

Risco de crédito –

O Controlo do risco de crédito implícito na carteira de clientes da CGD, é realizado através do acompanhamento de um conjunto de indicadores, procedendo-se à sua desagregação por produto, segmento de cliente, prazos de vencimento, tipo de garantias, grau de exposição no sistema financeiro, sector de actividade e área geográfica, analisando-se também o valor das grandes exposições e seu confronto com os limites máximos definidos pelas entidades de Supervisão.

Trimestralmente é efectuado o apuramento de provisões, numa óptica económica, para as empresas com maior nível de responsabilidades, tendo por base as expectativas de cobrabilidade das mesmas.

No âmbito da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, a CGD apura mensalmente o valor das provisões por imparidade para cada sub-carteira de crédito, mediante a desagregação da mesma em segmentos homogéneos de risco e utilização de probabilidades de default (PD) e de migração para default e recuperações após default ("loss given default" - LGD), calculadas anualmente com base em informação histórica.

Esta análise tem por base não só a notação de risco atribuída pelas agências de rating como também a ponderação de factores de ordem quantitativa e qualitativa. É igualmente tida em consideração, na análise, o mercado e a economia em que se encontram inseridas as entidades e outros factores que poderão mitigar o risco de crédito.

É efectuado com regularidade o acompanhamento do risco das entidades bem como o controlo dos limites atribuídos.

No que respeita a crédito concedido a empresas, para além do acompanhamento natural da carteira, é efectuada por uma equipa de analistas de crédito especializados uma análise mais profunda a todos os clientes, numa perspectiva de Grupo Económico, com uma exposição superior a um milhão de euros.

A análise incide sobre o risco de crédito do cliente e também sobre as operações objecto de proposta, segregando funções com a área comercial a quem cabe apresentar a proposta com as condições das operações. A Direcção de Gestão de Risco (DGR) da Caixa tem por competência propor as condições que entende serem necessárias, para mitigar o risco, tornando a operação aceitável para o nível de risco definido para a carteira da CGD.

Adicionalmente, encontra-se implementado um modelo de limites de curto prazo, que utilizando um conjunto de indicadores e o rating atribuído pelos modelos internos, sugere um limite global para o cliente, bem como um sub-limite para crédito financeiro. Os limites são depois geridos pela área comercial, cabendo à DGR apenas o acompanhamento dos mesmos e a sua revisão, pelo menos anualmente, ou sempre que a actividade e o relacionamento com o cliente assim o justifiquem.

Risco de mercado –

As regras de gestão do risco de mercado estabelecido pelo Grupo CGD para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito, de mercado e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido, ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

A medida de risco de mercado utilizada é o Value at Risk (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, acções, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, sendo os níveis de confiança utilizados na simulação, dependentes do objectivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são utilizadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos activos subjacentes (basis point value (bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comumente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). Desenvolvem-se ainda avaliações do impacto nos resultados, para cenários extremos de variação por factor de risco (stress-testing).

São efectuadas, diariamente, análises de backtesting teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de backtesting teórico e, mensalmente, com cálculo de backtesting real. O número de excepções obtidas, isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos activos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, sector, rating e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por factor de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de acções em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo da rentabilidade com a avaliação do risco de crédito segundo as definições regulamentares em vigor e do risco de mercado segundo a abordagem de modelos internos.

Risco cambial –

O controlo e a avaliação do risco cambial é efectuada a nível individual, diariamente, para a actividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Risco de liquidez e risco de taxa de juro–

As políticas de gestão do risco de liquidez e taxa de juro no balanço na CGD, são definidas pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos (Asset-Liability Committee, ALCO). A Área de Risco de Liquidez da DGR controla e monitoriza a gestão destes tipos de riscos.

O Comité de Gestão de Activos e Passivos é o órgão delegado do Conselho de Administração responsável pelo processo de ALM, o qual reúne regularmente tomando deliberações que envolvem áreas como o risco, o desempenho das carteiras e as políticas de financiamento e de capital. O ALCO permite, ainda, um espaço de divulgação rápida da informação de gestão transversal ao Grupo.

A gestão do risco de liquidez socorre-se da análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos considerados, os volumes de “cash inflows” e “cash outflows”, bem como os respectivos “gaps” de liquidez.

Os gaps de liquidez são calculados mensalmente e confrontados com o cumprimento de três rácios (dois de curto prazo e um de longo prazo), oportunamente fixados em ALCO. Para o efeito, utiliza-se o conceito de liquidez estrutural, que, de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente e assentes no comportamento dos depositantes, traduz a distribuição aproximada dos depósitos à ordem e a prazo pelos diferentes “buckets” considerados.

Assim, no caso dos depósitos à ordem, 82% do seu saldo (“core deposits”) é considerado no “bucket” superior a 10 anos, sendo o restante (“non-core deposits”) alocado nos “buckets” até 12 meses, segundo estudos de sazonalidade e saldo mínimo observado. Por sua vez, os depósitos a prazo e de poupança são repartidos pelos diferentes “buckets” de acordo com um modelo de estimativa da sua vida média esperada e da distribuição temporal esperada das saídas desses depósitos.

No caso das aplicações em títulos, 85% do saldo total é considerado no “bucket” até 1 mês e os restantes 15% são repartidos de acordo com o peso dos saldos na estrutura de prazos residuais de maturidade inicial. As acções e outros títulos de rendimento variável que apresentem liquidez adequada são globalmente considerados no “bucket” até 1 mês.

A fim de evitar valores negativos elevados nos “gaps” de liquidez dos intervalos de curto prazo, a Caixa procurou assegurar permanentemente uma eficiente gestão de tesouraria. Para fazer face às maturidades mais elevadas, ligadas sobretudo ao crescimento significativo do crédito hipotecário concedido, a Caixa continuou a dispor de instrumentos de captação de recursos nos mercados nacionais e internacionais, nomeadamente através da emissão de obrigações hipotecárias e de Euro Medium Term Notes.

Ao longo do ano prosseguiu a política de captação de diferentes tipos de recursos cujos prazos se adequavam melhor aos “mismatches” existentes entre os prazos de activos e passivos e, simultaneamente, garantiam maior estabilidade dos recursos de clientes, quer através do lançamento de produtos estruturados de poupança quer da emissão de dívida.

Relativamente ao risco de taxa de juro, a metodologia adoptada na sua mensuração socorre-se da agregação em intervalos fixos de tempo de todos os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro, de acordo com as respectivas datas de revisão das mesmas (“repricing” dates). Para esses intervalos, são depois calculados os respectivos “cash flows” activos e passivos, bem como os correspondentes “gaps” de risco de taxa de juro.

A análise do comportamento do risco de taxa de juro envolve também o cálculo mensal da duração dos activos e passivos sensíveis, bem como o respectivo “gap” de duração. Através deste, procura medir-se o nível de “mismatch” entre o tempo médio em que os “cash inflows” são gerados e os “cash outflows” são exigidos.

Para acompanhar o efeito desses “gaps” sobre a margem financeira, procede-se periodicamente à elaboração de cenários previsionais da evolução mensal dos activos e passivos sensíveis, integrando nesses cenários comportamentos e tendências relevantes da actividade bancária, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas reflectidas na yield curve. Por decisão do ALCO, foi em devido tempo aprovado um conjunto de “guidelines” sobre o risco de taxa de juro no balanço e na carteira bancária, incluindo a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objectivo dessas “guidelines” é o de

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

assegurar que a CGD possui um modo de gerir o “trade-off” rentabilidade-risco, no que se refere à gestão do balanço, e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

Os limites estabelecidos são de cálculo mensal, no que se refere ao “gap” acumulado a 12 meses e ao “gap” de duração, e são de cálculo trimestral, quer para o indicador “economic value at risk” (que traduz as variações no valor económico do capital do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro), quer para o indicador “earnings at risk” (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro e da evolução dos saldos de recursos e aplicações).

Semestralmente, para a actividade consolidada, é também calculado e fornecido ao Banco de Portugal o risco de taxa de juro da carteira bancária, englobando nesta todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais não abrangidos pela carteira de negociação.

A avaliação e a medição deste tipo de risco socorre-se do impacto acumulado nos instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultante de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de +/- 200 bpv (conforme Instrução nº 19/05, do Banco de Portugal). Por decisão do ALCO, o cálculo desse impacto sobre os fundos próprios e sobre a margem financeira é efectuado com periodicidade trimestral, para efeitos de gestão interna, tendo sido, para o efeito, fixados limites internos.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Grupo CGD.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Qualidade de crédito de títulos de dívida

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço de títulos de dívida em carteira líquido de imparidade (excluindo títulos vencidos), de acordo com notação de “rating” atribuída pela Standard & Poor’s ou equivalente, por tipo de garante ou emitente e por região geográfica do garante ou emitente, com referencia a 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	2007				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
AAA	29.919	871.221	5.015	-	906.154
AA- até AA+	707.553	188.048	-	-	895.601
A- até A+	56.318	425.924	10.799	15.052	508.092
Menor que A-	22.566	179.617	-	11.820	214.004
Sem Rating	255.168	92.692	-	21.637	369.497
	1.071.523	1.757.502	15.814	48.509	2.893.348
Emitidos por:					
Corporates	152.523	-	-	-	152.523
Governos e outras autoridades locais	535.234	884.955	10.799	-	1.430.987
Instituições financeiras	128.599	872.547	5.015	48.509	1.054.670
Outros emitentes	255.168	-	-	-	255.168
	1.071.523	1.757.502	15.814	48.509	2.893.348
Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)					
AAA	4.012	146.635	2.495	-	153.143
AA- até AA+	2.227	22.578	-	-	24.805
A- até A+	473.971	75.951	-	9.976	559.897
Menor que A-	624.408	22.628	-	-	647.036
Sem Rating	96.817	0	-	27.478	124.295
	1.201.435	267.793	2.495	37.453	1.509.176
Emitidos por:					
Corporates	878.387	48.886	-	-	927.273
Governos e outras autoridades locais	2.227	116.673	2.495	-	121.395
Instituições financeiras	312.941	102.235	-	9.976	425.151
Outros emitentes	7.880	-	-	27.478	35.358
	1.201.435	267.793	2.495	37.453	1.509.176
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
AAA	8.332	2.645.812	184.280	67.759	2.906.184
AA- até AA+	32.096	1.729.181	156.366	150.009	2.067.653
A- até A+	69.595	4.288.688	109.155	366.403	4.833.842
Menor que A-	23.979	360.083	89.938	63.858	537.858
Sem Rating	-	260.702	59.116	353.213	673.031
	134.003	9.284.466	598.856	1.001.243	11.018.568
Emitidos por:					
Corporates	-	853.758	50.801	14.107	918.666
Governos e outras autoridades locais	40.428	2.952.715	147.852	56.728	3.197.722
Instituições financeiras	93.574	5.117.462	341.087	722.555	6.274.679
Outros emitentes	-	360.531	59.116	207.855	627.502
	134.003	9.284.466	598.856	1.001.244	11.018.568

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2006				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
AAA	-	981.229	103.558	51.007	1.135.795
AA- até AA+	811.559	246.831	379.049	13.103	1.450.541
A- até A+	-	715.800	39.896	56.842	812.538
Menor que A-	4.024	601.021	13.454	9.871	628.369
Sem Rating	9.998	190.437	111.159	45.196	356.790
	825.581	2.735.317	647.116	176.019	4.384.034
Emitidos por:					
Corporates	187.928	131.801	13.454	962	334.144
Governos e outras autoridades locais	598.470	1.134.810	35.278	-	1.768.558
Instituições financeiras	39.183	1.468.707	598.385	155.028	2.261.303
Outros emitentes	-	-	-	20.029	20.029
	825.581	2.735.317	647.116	176.019	4.384.034
Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)					
AAA	-	55.830	2.625	-	58.455
AA- até AA+	26.227	39.731	-	6.346	72.304
A- até A+	108.328	717.759	-	99.330	925.416
Menor que A-	744.547	135.604	-	7.553	887.704
Sem Rating	58.053	115.014	-	-	173.066
	937.155	1.063.937	2.625	113.229	2.116.945
Emitidos por:					
Corporates	490.833	124.565	-	-	615.399
Governos e outras autoridades locais	35.043	106.412	2.625	-	144.080
Instituições financeiras	411.279	832.959	-	113.229	1.357.466
	937.155	1.063.937	2.625	113.229	2.116.945
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
AAA	-	2.502.897	98.336	263.729	2.864.963
AA- até AA+	-	1.318.095	65.490	183.204	1.566.790
A- até A+	-	2.822.187	280.625	20.218	3.123.029
Menor que A-	10.012	102.008	70.931	42.445	225.396
Sem Rating	-	400.462	260.719	723.764	1.384.945
	10.012	7.145.649	776.101	1.233.360	9.165.123
Emitidos por:					
Corporates	-	551.879	115.055	36.192	703.126
Governos e outras autoridades locais	-	3.082.370	216.270	164	3.298.804
Instituições financeiras	10.012	3.414.164	250.536	543.480	4.218.191
Outros emitentes	-	97.237	194.240	653.525	945.001
	10.012	7.145.649	776.101	1.233.361	9.165.123

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes apresentava a seguinte decomposição:

2007							
	Créditos com imparidade colectiva						Justo valor das garantias de operações em default ou com imparidade individual
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Créditos com Imparidade Individual	Outros saldos	Total	
Crédito a empresas							
Análise Colectiva							
Vincendo	6.620.309	1.025.026	234.557	-	619.551	8.499.442	
Vencido	2.325	13.738	271.701	-	30.874	318.638	
Análise Individual							
Vincendo	20.701.604	488.008	140.946	1.252.870	-	22.583.428	
Vencido	4.972	685	13.984	264.623	-	284.265	
	27.329.211	1.527.456	661.189	1.517.493	650.425	31.685.774	1.934.064
Crédito à habitação							
Vincendo	31.058.599	817.443	663.279	-	249.760	32.789.081	
Vencido	4.307	5.818	680.064	-	24.737	714.926	
	31.062.906	823.261	1.343.343	-	274.497	33.504.007	1.745.792
Credito ao consumo							
Vincendo	1.719.130	40.959	39.305	-	16.548	1.815.941	
Vencido	438	3.559	44.311	-	2.479	50.786	
	1.719.568	44.517	83.616	-	19.026	1.866.728	35.950
Outros créditos							
Vincendo	887.083	945	1.898	-	162.894	1.052.820	
Vencido	349	2.385	14.854	-	38.449	56.037	
	887.433	3.330	16.752	-	201.343	1.108.858	
Total crédito vincendo	60.986.725	2.372.380	1.079.985	1.252.870	1.048.752	66.740.713	
Total crédito vencido	12.391	26.185	1.024.915	264.623	96.538	1.424.653	
Total de crédito	60.999.117	2.398.565	2.104.901	1.517.493	1.145.291	68.165.366	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

2006							
	Créditos com imparidade colectiva						Justo valor das garantias de operações em default ou com imparidade individual
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Créditos com Imparidade Individual	Outros saldos	Total	
Crédito a empresas							
Análise Colectiva							
Vincendo	9.490.344	1.009.009	224.685	-	412.598	11.136.636	
Vencido	12.277	16.188	274.418	-	16.759	319.643	
Análise Individual							
Vincendo	11.987.250	391.071	121.648	1.023.129	-	13.523.098	
Vencido	11.737	2.555	11.853	79.842	-	105.987	
	21.501.609	1.418.823	632.603	1.102.971	429.357	25.085.364	4.382.452
Crédito à habitação							
Vincendo	28.437.402	865.587	908.156	-	260.532	30.471.677	
Vencido	3.074	5.751	653.099	-	12.210	674.134	
	28.440.476	871.339	1.561.254	-	272.742	31.145.812	1.998.951
Crédito ao consumo							
Vincendo	1.501.606	39.676	37.615	-	39.380	1.618.277	
Vencido	1.035	2.063	29.525	-	428	33.050	
	1.502.641	41.738	67.139	-	39.809	1.651.327	26.524
Outros créditos							
Vincendo	55.220	321	33	-	335.438	391.011	
Vencido	3.581	3.749	18.201	-	105.220	130.752	
	58.801	4.070	18.235	-	440.658	521.763	
Total crédito vincendo	51.471.822	2.305.664	1.292.136	1.023.129	1.047.949	57.140.700	
Total crédito vencido	31.705	30.306	987.095	79.842	134.618	1.263.566	
Total de crédito	51.503.527	2.335.970	2.279.232	1.102.971	1.182.566	58.404.267	

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento" – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- "Créditos com incumprimento" – créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Grupo foi reclassificada para esta categoria.

Na coluna "Outros Saldos" foram considerados os seguintes valores:

- Valor de balanço bruto de créditos concedidos por entidades do grupo que não foram incluídas na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido centralmente pelo Grupo.
- Valor de balanço bruto de crédito ao consumo a empregados da CGD (Sede).

Em 31 de Dezembro de 2006, a coluna "Créditos sem incumprimento", inclui 692.909 mEuros relativos a operações de compra com acordo de revenda sobre títulos de dívida da República Portuguesa.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os créditos com saldos vencidos mas sem imparidade atribuída no âmbito da análise individual, os quais se encontram incluídos no quadro acima nas colunas "Créditos com imparidade individual – Análise colectiva", apresentam a seguinte composição:

2007				
Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total	Imparidade atribuída no âmbito da análise colectiva	Justo valor das garantias
865.409	14.078	879.487	(25.392)	1.081.779
2006				
Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total	Imparidade atribuída no âmbito da análise colectiva	Justo valor das garantias
431.239	5.830	437.069	(9.641)	348.214

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o valor de balanço, líquido de imparidade de:

- crédito concedido a clientes que ao longo dos referidos exercícios apresentaram prestações vencidas por um período superior a 90 dias e relativamente às quais tenha sido solicitada a intervenção dos órgãos de estrutura da Caixa responsáveis pelo processo de recuperação de créditos em incumprimento; ou,
- crédito concedido a empresas com valor de balanço superior a 100 mEuros, identificadas pelas respectivas Direcções Comerciais responsáveis pelo acompanhamento destas operações como tendo sido objecto de renegociação nestes períodos;

ascendem a 448.493 mEuros e 273.490 mEuros, respectivamente.

Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco de a CGD ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade da Caixa alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresenta-se de seguida os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros em 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	2007								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.922.286	6.726	-	-	-	-	-	-	1.929.011
Disponibilidades em outras instituições de crédito	952.598	-	-	-	-	-	-	-	952.598
Aplicações em instituições de crédito	3.233.218	608.347	243.226	305.853	276.097	204.676	-	-	4.872.038
Carteira de títulos									
Negociação	38.910	76.378	32.963	340.253	646.203	828.259	1.348.446	607.280	890.545
Outros	167.570	344.338	389.677	815.095	4.690.229	4.054.831	3.644.344	1.690.046	4.702.320
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-	-	-	-	-	777.115
Crédito a clientes (saldos brutos)	5.157.273	3.958.070	5.548.524	4.539.605	12.734.517	11.350.307	17.025.721	40.492.661	101.032.968
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	1	11	-	-	12
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	125.590	125.590
	<u>11.471.854</u>	<u>4.993.859</u>	<u>6.214.389</u>	<u>6.000.806</u>	<u>18.347.047</u>	<u>16.438.084</u>	<u>22.018.512</u>	<u>42.789.987</u>	<u>134.997.018</u>
Passivos									
Recursos de bancos centrais	(6.496.056)	(1.526.728)	(675.043)	(113.092)	(98.062)	(2.219)	(64.881)	-	82.953
Recursos de clientes e outros empréstimos	(28.166.576)	(8.564.111)	(10.048.356)	(3.066.211)	(2.731.576)	(1.323.568)	(635.935)	(244.270)	33.519
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-	-	-	-	-	(777.115)
Responsabilidades representadas por títulos	(2.681.248)	(1.686.666)	(1.056.705)	(2.008.348)	(3.020.468)	(4.384.543)	(4.494.118)	(800.510)	708.131
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(3.347)	(1.333)	(113)	(3.473)	(4.856)	(2.295)	-	-	(1.082.752)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(125.590)
Outros passivos subordinados	(2.560)	(7.861)	(9.173)	(135.314)	(694.994)	(1.446.365)	(696.795)	(90.948)	11.975
Recursos consignados	(44)	(44.375)	(30.637)	(69.312)	(292.322)	(471.697)	(1.028.737)	(455.561)	(3.021)
	<u>(37.349.831)</u>	<u>(11.831.074)</u>	<u>(11.820.027)</u>	<u>(5.385.749)</u>	<u>(6.842.279)</u>	<u>(7.630.687)</u>	<u>(6.920.467)</u>	<u>(1.591.289)</u>	<u>(90.523.301)</u>
Instrumentos financeiros derivados	(36.796)	(62.833)	(24.229)	(67.324)	(214.507)	(265)	(197.488)	(186.187)	(789.629)
Diferencial	<u>(25.914.772)</u>	<u>(6.900.048)</u>	<u>(5.629.867)</u>	<u>547.732</u>	<u>11.290.261</u>	<u>8.807.131</u>	<u>14.900.556</u>	<u>41.012.511</u>	<u>5.570.582</u>
	2006								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.245.817	10	-	-	-	-	-	-	2.245.828
Disponibilidades em outras instituições de crédito	678.979	-	-	-	-	-	-	-	678.979
Aplicações em instituições de crédito	6.640.014	807.123	570.206	176.131	206.586	130.726	19.288	-	8.551.688
Carteira de títulos									
Negociação	68.579	104.815	47.522	279.897	1.006.156	1.133.063	1.705.673	2.008.265	547.353
Outros	169.014	299.612	543.574	956.701	4.050.602	4.268.074	2.845.382	1.300.986	3.750.874
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-	-	-	-	-	848.401
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.461.363	3.278.852	3.911.709	3.866.915	10.778.093	9.829.118	14.856.407	32.015.539	81.517.724
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	2	16	3	-	23
Derivados de cobertura	512	73.267	-	-	-	-	-	-	34.411
	<u>13.264.278</u>	<u>4.561.679</u>	<u>5.073.011</u>	<u>5.279.644</u>	<u>16.041.439</u>	<u>15.360.998</u>	<u>19.426.753</u>	<u>35.324.789</u>	<u>119.036.972</u>
Passivos									
Recursos de bancos centrais	(3.915.099)	(757.140)	(441.084)	(292.929)	(115.249)	(4.768)	(5.334)	-	(6.098)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(29.078.568)	(7.936.709)	(10.238.955)	(2.621.791)	(2.472.106)	(1.509.205)	(1.276.785)	(64.257)	(55.203.361)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-	-	-	-	-	(847.369)
Responsabilidades representadas por títulos	(1.871.084)	(1.519.285)	(2.376.896)	(894.655)	(2.655.272)	(2.554.739)	(3.546.269)	(686.560)	350.027
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(152.702)	(15.902)	(3.757)	(7.678)	(27.904)	(7.979)	(16.723)	-	(354.864)
Derivados de cobertura	(228)	(438.779)	-	-	-	-	-	(102)	(62.551)
Outros passivos subordinados	(4.174)	(6.831)	(14.950)	(255.019)	(595.053)	(619.083)	(855.039)	(150.640)	24.181
Recursos consignados	(129)	(43.369)	(23.699)	(66.830)	(291.337)	(272.620)	(2.193.565)	(436.988)	(3.896)
	<u>(35.021.983)</u>	<u>(10.718.014)</u>	<u>(13.099.342)</u>	<u>(4.138.903)</u>	<u>(6.156.921)</u>	<u>(4.968.395)</u>	<u>(7.893.715)</u>	<u>(1.338.548)</u>	<u>(905.554)</u>
Instrumentos Financeiros Derivados	(9.338)	(52.320)	(34.105)	(5.026)	(89.072)	(24.439)	(39.004)	(126.591)	-
Diferencial	<u>(21.767.042)</u>	<u>(6.208.655)</u>	<u>(8.060.435)</u>	<u>1.135.715</u>	<u>9.795.446</u>	<u>10.368.164</u>	<u>11.494.034</u>	<u>33.859.650</u>	<u>3.798.827</u>

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projectados, relativos a capital e juros, pelo que não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os quadros seguintes apresentam informação relativa ao risco de liquidez estrutural da CGD, tendo sido considerados na elaboração dos mesmos os seguintes ajustamentos:

- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede) – foram determinados prazos esperados de permanência (que não os contratuais), em função dos quais se procedeu à respectiva reclassificação das categorias inicialmente consideradas no mapa de “gap” de liquidez.
- Depósitos à ordem de clientes – reclassificação dos “core deposits” (montante estável de depósitos à ordem, considerando um horizonte histórico alargado) de “Até 1 mês” para “Mais de 10 anos”;
- Carteira de Títulos – reclassificação dos títulos de dívida e acções considerados com elevada liquidez para a maturidade “Até 1 mês”.
- Crédito à Habitação - a distribuição dos fluxos de capital teve em consideração as expectativas relativamente a taxas de reembolso antecipado de contratos, determinadas em função de uma análise ao histórico de informação desde Novembro de 2004.

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projectados nem juros corridos.

2007										
	Prazos residuais contratuais									Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.923.308	-	-	-	-	-	-	-	-	1.923.308
Disponibilidades em outras instituições de crédito	952.598	-	-	-	-	-	-	-	-	952.598
Aplicações em instituições de crédito	3.217.995	588.562	230.267	285.741	244.847	194.172	-	-	619	4.762.203
Carteira de títulos										
Negociação	2.490.764	9.269	1.788	41.742	67.037	100.459	172.128	49.545	890.545	3.823.277
Outros	3.656.787	203.515	213.349	530.608	2.897.152	2.182.023	2.144.929	991.998	4.695.997	17.516.358
Investimentos associados a produtos “Unit-linked”	-	-	-	-	-	-	-	-	777.115	777.115
Crédito a clientes (saldos brutos)	4.972.709	3.644.890	5.096.730	3.919.806	10.574.754	9.295.729	11.996.318	17.002.313	237.465	66.740.713
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	1	11	-	-	-	12
	17.214.161	4.446.234	5.542.134	4.777.898	13.783.791	11.772.394	14.313.375	18.043.856	6.601.741	96.495.585
Passivos										
Recursos de bancos centrais	(6.455.453)	(1.493.273)	(651.515)	(105.313)	(91.125)	(1.419)	(62.923)	-	82.953	(8.778.066)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(5.928.218)	(3.692.520)	(3.385.690)	(5.947.803)	(10.548.088)	(5.974.604)	(4.129.706)	(14.179.699)	33.242	(53.753.086)
Responsabilidades associadas a produtos “Unit Linked”	-	-	-	-	-	-	-	-	(777.115)	(777.115)
Responsabilidades representadas por títulos	(2.626.639)	(1.599.050)	(895.179)	(1.797.748)	(2.319.202)	(3.788.609)	(3.879.257)	(646.116)	708.131	(16.843.669)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(3.347)	(1.333)	(113)	(3.473)	(4.856)	(2.295)	-	-	(1.178.338)	(1.193.756)
Outros passivos subordinados	-	-	-	(49.880)	(514.891)	(1.317.079)	(679.965)	(90.948)	11.974	(2.640.788)
Recursos consignados	(36)	(15.849)	(15.852)	(26.625)	(130.065)	(323.536)	(860.755)	(379.416)	(3.021)	(1.755.154)
	(15.013.693)	(6.802.025)	(4.948.348)	(7.930.842)	(13.608.227)	(11.407.542)	(9.612.606)	(15.296.179)	(1.122.173)	(85.741.635)
Diferencial	2.200.469	(2.355.791)	593.786	(3.152.944)	175.564	364.853	4.700.769	2.747.677	5.479.568	10.753.950
2006										
	Prazos residuais contratuais									Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.241.407	-	-	-	-	-	-	-	-	2.241.407
Disponibilidades em outras instituições de crédito	678.979	-	-	-	-	-	-	-	-	678.979
Aplicações em instituições de crédito	6.594.120	789.531	559.056	165.996	181.468	115.689	19.023	-	1.615	8.426.498
Carteira de títulos										
Negociação	3.587.424	16.768	11.433	45.427	132.989	178.682	221.479	168.703	547.353	4.910.257
Outros	2.833.593	185.103	319.139	324.583	2.301.169	2.570.894	1.866.023	861.940	3.750.930	15.013.375
Investimentos associados a produtos “Unit-linked”	-	-	-	-	-	-	-	-	848.401	848.401
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.242.421	2.879.668	3.327.466	2.814.843	6.995.939	6.752.776	9.108.852	22.497.007	(478.272)	57.140.700
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	2	18	3	-	-	23
	19.177.945	3.871.071	4.217.095	3.350.849	9.611.566	9.618.059	11.215.379	23.527.650	4.670.028	89.259.641
Passivos										
Recursos de bancos centrais	(3.899.204)	(741.341)	(425.726)	(279.331)	(110.684)	(4.721)	(5.334)	-	(6.098)	(5.472.439)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(5.587.261)	(3.610.838)	(3.477.127)	(5.682.132)	(10.428.218)	(6.036.073)	(4.496.249)	(14.234.639)	(4.984)	(53.557.521)
Responsabilidades associadas a produtos “Unit Linked”	-	-	-	-	-	-	-	-	(847.369)	(847.369)
Responsabilidades representadas por títulos	(1.842.693)	(1.394.753)	(2.282.814)	(670.506)	(2.194.239)	(2.179.671)	(3.006.601)	(569.077)	350.028	(13.790.326)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(152.702)	(15.902)	(3.757)	(7.678)	(27.904)	(7.979)	(16.723)	-	(357.259)	(589.904)
Outros passivos subordinados	-	-	-	(199.880)	(449.880)	(455.587)	(730.180)	(95.584)	24.181	(1.906.930)
Recursos consignados	(123)	(8.299)	(13.705)	(21.752)	(116.524)	(105.510)	(1.920.729)	(372.816)	(3.896)	(2.563.352)
	(11.481.982)	(5.771.133)	(6.203.129)	(6.861.278)	(13.327.448)	(8.789.541)	(10.175.815)	(15.272.117)	(845.398)	(78.727.842)
Diferencial	7.695.963	(1.900.063)	(1.986.034)	(3.510.429)	(3.715.883)	828.518	1.039.564	8.255.533	3.824.630	10.531.799

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação é apresentado no quadro seguinte:

	2007							
	Datas de refixação / Datas de maturidade							
	<= 7 dias	> 7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado
Activo								Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	840.000	1.083.308	-	-	-	-	-	1.923.308
Disponibilidades em outras instituições de crédito	952.598	-	-	-	-	-	-	952.598
Aplicações em instituições de crédito	2.506.251	924.960	941.889	202.841	87.867	12.368	2.461	4.762.203
Carteira de títulos								
Negociação	-	189.515	572.287	132.288	228.763	278.065	1.527.146	895.214
Outros	444.962	1.209.596	3.607.506	1.218.079	680.652	1.585.546	3.948.372	4.827.969
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-	-	-	-	777.115
Crédito a Clientes (bruto)	3.034.225	16.457.358	17.647.112	18.615.582	6.710.066	887.504	2.047.261	1.341.607
Investimentos a deter até à Maturidade (bruto)	-	-	-	-	-	-	-	12
	7.778.035	19.864.736	22.768.795	20.168.789	7.707.347	2.763.483	7.525.240	7.925.483
								96.501.908
Passivos								
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(4.246.976)	(2.256.306)	(1.553.273)	(601.515)	(123.502)	(4.081)	(1.195)	8.782
Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	(1.531)	(13.887)	-	-	-	-	-	(1.178.338)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-	-	-	-	(777.115)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(20.173.193)	(7.947.737)	(8.348.955)	(9.729.683)	(2.974.838)	(2.535.476)	(2.068.855)	25.650
Responsabilidades representadas por títulos	(1.044.742)	(2.600.818)	(4.469.704)	(3.175.291)	(895.384)	(1.441.083)	(3.924.730)	708.083
Outros passivos subordinados	(104.891)	(260.000)	(645.497)	(70.880)	(30.000)	(400.000)	(1.141.494)	11.974
Recursos consignados	-	(676)	(1.750.227)	(1.207)	-	-	-	(3.045)
	(25.571.334)	(13.079.424)	(16.767.656)	(13.578.575)	(4.023.724)	(4.380.640)	(7.136.274)	(1.204.009)
								(85.741.635)
Derivados (valor notional)								
Interest Rate Swaps (IRSs)	1.551.572	(3.505.750)	(4.351.087)	(3.174.891)	446.326	2.357.045	6.462.161	60.365
Futuros sobre Taxa de Juro	-	-	(32.110)	(31.000)	(49.000)	207.000	(418.307)	49.966
Forward Rate Agreements (FRAs)	-	-	-	-	(94.200)	-	-	-
Opções de Taxa de Juro	-	-	-	-	-	-	(39.587)	(68.636)
	1.551.572	(3.505.750)	(4.383.197)	(3.205.891)	303.126	2.564.045	6.004.268	41.694
								(630.132)
Exposição Líquida	(16.241.726)	3.279.563	1.617.942	3.384.324	3.986.749	946.888	6.393.234	6.763.168
								10.130.141

	2006							
	Datas de refixação / Datas de maturidade							
	<= 7 dias	> 7 dias <= 1 mês	> 1 mês <= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 12 meses	> 12 meses <= 3 anos	> 3 anos	Indeterminado
Activo								Total
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1.154.586	1.086.819	-	-	-	-	-	2
Disponibilidades em outras instituições de crédito	678.979	-	-	-	-	-	-	678.979
Aplicações em instituições de crédito	1.698.409	5.391.745	986.562	236.460	47.217	40.845	23.698	1.564
Carteira de títulos								
Negociação	28.825	752.495	860.002	130.341	186.974	428.977	1.907.835	614.808
Outros	353.730	1.270.463	2.603.133	1.006.531	288.953	1.471.357	4.207.397	3.811.811
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"	-	-	-	-	-	-	-	848.401
Crédito a Clientes (bruto)	3.089.508	13.242.769	14.803.526	17.832.070	5.889.540	618.041	1.110.322	554.924
Investimentos a deter até à Maturidade (bruto)	-	-	-	-	-	-	-	132
	7.004.037	21.744.291	19.253.223	19.205.401	6.412.684	2.559.219	7.249.282	5.831.642
								89.259.750
Passivos								
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(2.598.476)	(1.386.199)	(777.427)	(425.726)	(279.331)	(684)	(4.721)	124
Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	(158.890)	(50)	(13.227)	(6.311)	(12.352)	(5.818)	(11.800)	(381.455)
Responsabilidades associadas a produtos "Unit Linked"	-	-	-	-	-	-	-	(847.369)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(22.107.501)	(7.186.908)	(7.740.299)	(9.865.665)	(2.534.509)	(1.359.117)	(615.025)	(2.148.498)
Responsabilidades representadas por títulos	(286.905)	(2.779.868)	(3.100.075)	(1.080.210)	(702.911)	(1.484.204)	(4.706.126)	349.973
Outros passivos subordinados	(104.891)	(260.000)	(472.925)	(345.344)	-	(400.000)	(347.952)	24.181
Recursos consignados	-	(676)	(2.556.543)	(2.144)	-	-	-	(3.990)
	(25.256.662)	(11.613.701)	(14.660.495)	(11.725.399)	(3.529.103)	(3.249.823)	(5.685.624)	(3.007.034)
								(78.727.842)
Derivados (valor notional)								
Interest Rate Swaps (IRSs)	8.258.016	(8.741.147)	(4.984.751)	(1.187.682)	317.092	2.190.675	4.083.957	-
Futuros sobre Taxa de Juro	(285.562)	(11.500)	-	-	-	(381.800)	(165.439)	(20.944)
Forward Rate Agreements (FRAs)	-	-	-	(200.000)	-	5.800	-	-
Opções de Taxa de Juro	-	-	-	(13.757)	(27.514)	(8.071)	189.937	(23.872)
	7.972.454	(8.752.647)	(4.984.751)	(1.401.440)	289.578	1.806.604	4.108.455	(44.817)
								(1.006.563)
Exposição Líquida	(10.280.172)	1.377.943	(392.023)	6.078.562	3.173.159	1.116.001	5.672.084	2.779.791
								9.525.346

Na construção do quadro acima, as disponibilidades mínimas de caixa foram classificadas na coluna "de 7 dias a 1 mês".

Os quadros acima incluem valores de capital vincendo, excluindo juros corridos e correcções de valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Justo valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é apresentado no quadro seguinte:

2007					
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.917.349	1.917.583	234	8.156	1.925.505
Disponibilidades em outras instituições de crédito	952.660	952.691	31	-	952.660
Aplicações em instituições de crédito	4.674.639	4.678.757	4.118	115.025	4.789.664
Crédito a clientes	65.743.013	66.019.136	276.123	1.101.286	66.844.300
	<u>73.287.661</u>	<u>73.568.167</u>	<u>280.506</u>	<u>1.224.467</u>	<u>74.512.129</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	8.911.834	8.893.357	18.477	(70.597)	8.841.237
Recursos de clientes e outros empréstimos	53.559.121	53.324.316	234.805	479.645	54.038.767
Responsabilidades representadas por títulos	16.925.789	17.076.393	(150.604)	(694.920)	16.230.868
Outros passivos subordinados	2.676.641	2.747.985	(71.344)	(9.267)	2.667.375
Recursos consignados	1.752.111	1.763.282	(11.171)	3.043	1.755.154
	<u>83.825.496</u>	<u>83.805.333</u>	<u>20.163</u>	<u>(292.095)</u>	<u>83.533.401</u>
2006					
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.243.293	2.243.374	81	-	2.243.293
Disponibilidades em outras instituições de crédito	678.982	678.982	-	-	678.982
Aplicações em instituições de crédito	8.422.858	8.434.378	11.520	35.590	8.458.448
Crédito a clientes	57.091.607	57.367.349	275.742	176.664	57.268.271
	<u>68.436.740</u>	<u>68.724.083</u>	<u>287.343</u>	<u>212.254</u>	<u>68.648.994</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	5.561.202	5.555.753	5.449	(57.406)	5.503.796
Recursos de clientes e outros empréstimos	52.829.188	52.753.692	75.496	938.648	53.767.836
Responsabilidades representadas por títulos	13.341.199	13.556.625	(215.426)	19.145	13.360.344
Outros passivos subordinados	1.949.827	1.987.916	(38.089)	(24.164)	1.925.663
Recursos consignados	2.559.434	2.575.412	(15.978)	3.918	2.563.352
	<u>76.240.850</u>	<u>76.429.398</u>	<u>(188.548)</u>	<u>880.141</u>	<u>77.120.991</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No apuramento do justo valor foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
 - . Taxas de juro de mercado para aplicações e recursos de instituições de crédito;
 - . Taxas de juro praticadas nas novas operações concedidas pela Caixa na data de balanço, para tipos de crédito comparáveis;
 - . Curvas de taxas de juro incorporando o spread de risco da Caixa, no que respeita a passivos emitidos para investidores institucionais, tendo em consideração o tipo de instrumento e a respectiva maturidade;
 - . Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.
- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente:
 - . O crédito vencido, líquido da imparidade constituída;
 - . Saldos de entidades não incluídas no cálculo efectuado pela Caixa.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

2007						
Custo Histórico	Cotações de Mercado	Técnicas de Valorização			Total	
		Inputs observáveis de mercado	Fontes Externas	Outras técnicas de valorização		
Activos financeiros detidos para negociação	-	2.125.649	1.127.839	1.405.518	36.945	4.695.951
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	687.360	353.549	620.285	484.757	2.145.952
Activos financeiros disponíveis para venda	84.373	3.616.386	1.073.694	10.371.147	225.499	15.371.099
Derivados de cobertura	-	-	(688.822)	-	-	(688.822)
Passivos financeiros de negociação	-	(1.531)	(1.183.652)	-	(8.572)	(1.193.756)
	84.373	6.427.864	682.608	12.396.950	738.629	20.330.424

2006						
Custo Histórico	Cotações de Mercado	Técnicas de Valorização			Total	
		Inputs observáveis de mercado	Fontes Externas	Outras técnicas de valorização		
Activos financeiros detidos para negociação	-	2.678.481	371.416	2.123.513	88.180	5.261.590
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	690.703	421.557	1.331.398	137.707	2.581.366
Activos financeiros disponíveis para venda	152.094	5.478.879	353.432	5.739.977	707.626	12.432.008
Derivados de cobertura	-	(228)	(150.387)	-	(367.359)	(517.973)
Passivos financeiros de negociação	-	(160.805)	(422.598)	-	(6.500)	(589.904)
	152.094	8.687.031	573.421	9.194.888	559.654	19.167.088

Na construção do quadro acima foram utilizados os seguintes pressupostos:

- . Cotações de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados activos;
- . Técnicas de valorização – inputs observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros);
- . Técnicas de valorização – fontes externas – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em bids indicativos fornecidos por contrapartes externas;
- . Outras técnicas de valorização – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizado com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a coluna “Outras técnicas de valorização” inclui títulos adquiridos durante o último mês do exercício respectivo com valor de balanço de 102.814 mEuros e 20.065 mEuros respectivamente, os quais permanecem registados pelo seu custo de aquisição

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos “cash-flows” dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e de preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- “Value-at-Risk” (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
 - Carteira de “trading” – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação;
 - Carteira de investimento – inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, com excepção de participações financeiras e crédito titulado;
 - Actividade de gestão de tesouraria – funding em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta actividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.

De referir que a análise de VaR exclui instrumentos financeiros geridos no âmbito da actividade seguradora. As políticas de gestão de risco aplicáveis a estes instrumentos financeiros são descritas na Nota 43.
- Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras individuais da Caixa e nas seguintes unidades do grupo:
 - Subsidiária Offshore de Macau;
 - Caixa - Banco de Investimento;
 - Veículos de emissão de dívida.

Análise de VaR – Risco de Mercado

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de activos, num determinado período de detenção e dado um nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- período de detenção: 10 dias;
- nível de confiança: 99%;
- período de amostra de preços: 720 dias do calendário;
- *decay factor*=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efectuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são empíricas.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

	2007	2006
VaR por tipo de risco		
Taxa de Juro	3.183	7.219
Cambial	37.355	36.793
Preço	21.208	2.559
Volatilidade	477	703
Efeito diversificação	(24.300)	(10.505)
	<u>37.922</u>	<u>36.769</u>

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points” (bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2007					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	826	413	206	(206)	(413)	(825)
Aplicações em instituições de crédito	42.146	20.735	10.285	(10.122)	(20.089)	(39.590)
Carteira de Títulos						
Negociação	162.218	78.447	38.586	(37.363)	(73.552)	(142.594)
Outros	33.531	16.273	8.022	(7.807)	(15.412)	(30.065)
Crédito a clientes (saldos brutos)	528.825	256.610	126.441	(123.089)	(243.143)	(474.702)
Total activo sensível	767.547	372.478	183.540	(178.587)	(352.608)	(687.776)
Recursos de outras instituições de crédito	(44.439)	(22.127)	(11.027)	10.948	21.819	43.338
Recursos de clientes e outros empréstimos	(215.708)	(107.469)	(53.316)	52.543	104.370	206.069
Responsabilidades representadas por títulos	(642.606)	(334.830)	(163.509)	156.242	305.733	586.282
Outros passivos subordinados	(185.551)	(106.125)	(51.459)	48.569	94.525	179.551
Total passivo sensível	(1.088.304)	(570.550)	(279.311)	268.302	526.446	1.015.240
Total Ganho / (Perda)	(320.757)	(198.072)	(95.771)	89.715	173.838	327.465

	2006					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	852	415	197	(239)	(456)	(892)
Aplicações em instituições de crédito	32.160	15.723	7.666	(8.752)	(16.832)	(32.744)
Carteira de Títulos						
Negociação	284.217	136.454	66.882	(64.318)	(126.191)	(243.057)
Outros	25.796	12.639	6.257	(6.136)	(12.154)	(23.852)
Crédito a clientes (saldos brutos)	359.029	176.018	87.153	(85.836)	(170.148)	(334.840)
Total activo sensível	702.055	341.249	168.154	(165.280)	(325.782)	(635.385)
Recursos de outras instituições de crédito	(26.539)	(13.063)	(6.416)	6.712	13.199	26.028
Recursos de clientes e outros empréstimos	(208.131)	(111.286)	(55.139)	57.126	104.002	220.536
Responsabilidades representadas por títulos	(761.942)	(396.533)	(203.519)	192.925	376.091	716.006
Outros passivos subordinados	(65.889)	(32.445)	(16.152)	15.845	31.389	61.604
Total passivo sensível	(1.062.500)	(553.327)	(281.227)	272.608	524.680	1.024.174
Total Ganho / (Perda)	(360.446)	(212.078)	(113.072)	107.328	198.898	388.789

De referir que em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a análise apresentada no quadro acima exclui o efeito no justo valor de deslocações paralelas nas curvas de taxas de juro de referência para operações da Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A., Mercantile Bank, Banco Comercial do Atlântico, S.A., Banco Comercial e de Investimento, S.A.R.L. e Banco Interatlântico, S.A..

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão do Grupo Caixa no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada do Grupo para os exercícios de 2008 e 2007, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

Projectção margem financeira - exercício de 2008						
	<u>- 200 bp</u>	<u>- 100 bp</u>	<u>- 50 bp</u>	<u>+ 50 bp</u>	<u>+ 100 bp</u>	<u>+ 200 bp</u>
Proveitos com juros	(1.196.585)	(598.478)	(299.311)	299.909	600.583	1.201.911
Custos com juros	869.770	446.103	223.137	(223.140)	(440.703)	(892.586)
Margem Financeira	<u>(326.815)</u>	<u>(152.376)</u>	<u>(76.175)</u>	<u>76.768</u>	<u>159.880</u>	<u>309.325</u>

Projectção margem financeira - exercício de 2007						
	<u>- 200 bp</u>	<u>- 100 bp</u>	<u>- 50 bp</u>	<u>+ 50 bp</u>	<u>+ 100 bp</u>	<u>+ 200 bp</u>
Proveitos com juros	(1.251.613)	(626.493)	(313.514)	313.612	627.201	1.254.434
Custos com juros	848.782	446.656	224.380	(225.004)	(450.152)	(900.472)
Margem Financeira	<u>(402.831)</u>	<u>(179.837)</u>	<u>(89.134)</u>	<u>88.608</u>	<u>177.049</u>	<u>353.962</u>

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2007 e 2008, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o “spread” médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2007										Total
	Moeda								Valor de Balanço de Derivados		
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Patacas Macau	Meticais Moçambique	Escudo Cabo Verde	Rand África Sul		Outras	
Activo											
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.592.835	11.123	163	362	9.608	57.853	92.330	10.646	150.586	-	1.925.505
Disponibilidades em outras instituições de crédito	365.590	437.450	5.248	47.857	36.046	1.293	1.475	231	57.469	-	962.660
Aplicações em instituições de crédito	1.488.073	1.667.002	105.305	31.539	648.871	13.863	59.500	32.946	742.566	-	4.789.664
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	5.745.577	151.968	37.586	-	637	-	-	32.338	1.125	872.673	6.841.803
Activos financeiros disponíveis para venda	14.763.797	299.348	13.472	-	27.405	58.275	189.469	450	18.883	-	15.371.099
Investimento associados produtos "Unit Linked"	777.115	-	-	-	-	-	-	-	-	-	777.115
Investimentos detidos até à maturidade	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Crédito a clientes (saldos brutos)	65.522.344	1.078.450	550.774	6.845	237.377	155.794	267.108	282.552	471.905	-	68.573.149
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devedores por seguro directo e resseguro	295.736	-	-	-	-	-	2.055	-	-	-	297.790
Outros	2.926.448	6.521	114	11.601	200.337	8.900	12.142	4.666	2.540	-	3.173.268
Imparidade acumulada de Instrumentos Financeiros	(2.027.146)	(53.668)	(855)	(32)	(12.002)	(18.120)	(16.201)	(9.602)	(364)	-	(2.137.991)
	91.450.381	3.598.193	711.808	98.171	1.148.279	277.858	607.877	354.226	2.254.568	872.673	100.564.174
Passivo											
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(3.743.044)	(4.221.149)	(375.686)	(102.717)	(8.349)	(269)	(1.869)	(2.914)	(385.240)	-	(8.841.237)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(49.387.835)	(1.707.550)	(82.755)	(101.526)	(845.322)	(234.269)	(546.834)	(373.032)	(759.644)	-	(54.038.767)
Responsabil. associad produtos "Unit Linked"	(777.115)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(777.115)
Responsabilidades representadas por títulos	(12.621.082)	(1.259.009)	(1.735.692)	(424.501)	-	(7.292)	-	-	(183.292)	-	(16.230.868)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(95.586)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.098.170)	(1.193.756)
Passivos subordinados	(2.362.455)	(213.896)	-	(91.064)	-	-	-	-	-	-	(2.667.375)
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Credores por seguro directo e resseguro	(324.411)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(324.411)
Recursos consignados	(1.752.589)	(168)	-	-	-	(2.394)	(23)	-	-	-	(1.755.154)
Outros	(3.253.014)	(30.077)	(2.884)	(0)	(216.518)	(6.722)	(7.499)	(7.257)	(5.188)	-	(3.529.159)
	(74.317.111)	(7.431.809)	(2.197.016)	(719.808)	(1.070.190)	(250.946)	(556.224)	(383.202)	(2.557.382)	(1.098.170)	(89.357.842)
Derivados (Nacionais)											
Swaps cambiais	(4.554.201)	3.057.939	1.017.713	105.448	-	-	-	-	240.753	-	(132.348)
Swaps de taxa de juro	(1.045.397)	62.156	290.448	508.701	-	-	15.272	14.563	(154.258)	-	(154.258)
Futuros	(260.599)	30.435	2.273	43.918	-	-	-	-	8.432	-	(175.541)
Opções e Caps & Floors	(2.587)	-	-	(70.636)	-	-	-	-	-	-	(73.223)
Operações Cambiais a Prazo	(24.714)	(136.124)	(10.281)	41.905	-	-	-	-	(9.594)	-	(138.807)
	(5.887.498)	3.014.406	1.300.152	629.337	-	-	-	15.272	254.154	-	(674.176)
Exposição líquida	11.245.772	(819.210)	(185.056)	7.700	78.089	26.912	51.653	(13.704)	(48.660)	(225.497)	10.532.156

	2006										
	Moeda								Valor de Balanço de Derivados		Total
	Dólares	Libra		Patacas	Meticais	Escudo	Rand				
	Euros	Norte Americanos	esterlina	lene	Macau	Moçambique	Cabo Verde	África Sul	Outras		
Activo											
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.029.578	9.889	498	100	6.649	48.490	82.146	10.732	55.211	-	2.243.293
Disponibilidades em outras instituições de crédito	582.813	21.035	4.828	3.171	31.164	1.174	320	13.614	20.863	-	678.982
Aplicações em instituições de crédito	3.563.039	1.939.878	631.285	1.044.447	259.643	140	31.268	218	990.885	-	8.460.803
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	6.697.744	725.171	33.117	-	-	136	-	32.425	3.030	351.333	7.842.966
Activos financeiros disponíveis para venda	11.667.198	459.972	18.425	-	21.017	31.946	176.573	783	56.094	-	12.432.008
Investimento associados produtos "Unit Linked"	848.401	-	-	-	-	-	-	-	-	-	848.401
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	108.190	108.190
Investimentos detidos até à maturidade	133	-	-	-	-	-	-	-	-	-	133
Crédito a clientes (saldos brutos)	56.225.831	837.011	558.209	73.416	247.499	135.643	239.228	219.359	288.224	-	58.824.420
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devedores por seguro directo e resseguro	249.725	-	-	-	-	-	1.491	-	-	-	251.216
Outros	2.790.044	81.866	45	31	130.287	1.382	10.482	37.303	3.442	-	3.054.882
Imparidade acumulada de Instrumentos Financeiros	(1.646.840)	(43.121)	(2.204)	(2)	(13.055)	(1.431)	(12.758)	(20.468)	(398)	-	(1.740.277)
	83.007.666	4.031.701	1.244.203	1.121.163	683.204	217.480	528.750	293.966	1.417.351	459.523	93.005.007
Passivo											
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(2.268.793)	(2.703.929)	(273.202)	(7.233)	(31.917)	(471)	(350)	(58.138)	(159.763)	-	(5.503.796)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(49.610.306)	(1.771.219)	(83.606)	(105.622)	(815.695)	(161.724)	(482.241)	(252.710)	(484.513)	-	(53.787.836)
Responsabil. associad produtos "Unit Linked"	(847.369)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(847.369)
Responsabilidades representadas por títulos	(10.372.396)	(1.572.605)	(717.310)	(415.821)	-	-	-	(132.572)	(149.640)	-	(13.360.344)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(158.798)	-	-	-	-	-	-	-	-	(431.106)	(589.904)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(626.163)	(626.163)
Passivos subordinados	(1.590.349)	(239.608)	(95.706)	-	-	-	-	-	-	-	(1.925.663)
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Credores por seguro directo e resseguro	(190.847)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(190.847)
Recursos consignados	(2.559.911)	(19)	-	-	-	(3.399)	(23)	-	-	-	(2.563.352)
Outros	(2.449.411)	(26.297)	801	(246)	(183.324)	(11.426)	(22.736)	(21.120)	(12.473)	-	(2.726.232)
	(70.048.180)	(6.313.677)	(1.169.023)	(629.122)	(1.030.936)	(177.020)	(505.350)	(464.540)	(806.389)	(1.057.269)	(82.101.506)
Derivados (Nacionais)											
Swaps cambiais	(407.841)	2.050.540	(452.898)	(1.045.052)	-	-	-	-	(192.572)	-	(47.823)
Swaps de taxa de juro	(1.359.615)	281.017	317.200	647.104	-	-	-	-	50.454	-	(63.840)
Futuros	(638.107)	14.782	(1.291)	-	-	-	-	-	16.507	-	(608.109)
Opções	(87.156)	(124.388)	2.520	111.059	-	-	-	-	213.300	-	115.335
Caps & Floors	2.829	113.894	-	-	-	-	-	-	-	-	116.723
Operações Cambiais a Prazo	14.701	(12.877)	-	(191)	-	-	-	-	(118.469)	-	(116.836)
	(2.475.189)	2.322.968	(134.469)	(287.080)	-	-	-	-	(30.780)	-	(604.560)
Exposição líquida	10.484.297	40.992	(59.289)	304.961	(347.732)	40.460	23.400	(170.574)	580.182	(597.746)	10.298.951

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Análise de VaR – Risco Cambial

De forma a garantir o controlo e a avaliação do risco cambial, a Caixa calcula valores e limites em termos de *Value-at-Risk* (VaR) por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o VaR (a 10 dias com 99% de intervalo de confiança) por moeda da CGD pode ser demonstrado através do seguinte quadro:

	VaR			
	<u>Actividade Bancária</u>		<u>Actividade seguradora</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Dólar de Hong Kong	17.713	15.641	-	-
Pataca de Macau	11.582	13.501	21	24
Rand da África do Sul	4.952	16	-	-
Dólar dos Estados Unidos	1.724	945	134	510
Metical de Moçambique	964	374	-	-
Libra estrelina	169	57	677	966
Iene japonês	125	58	-	-
Outras Moedas	3.690	1.889	763	1.470
Efeito diversificação	(33.492)	(30.292)	(955)	(1.380)
Total	<u>7.426</u>	<u>2.190</u>	<u>641</u>	<u>1.590</u>

O efeito de diversificação é calculado implicitamente.

A informação relativa à actividade seguradora apresentada nos quadros anteriores diz respeito à Fidelidade Mundial.

43. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A RISCO DE CONTRATOS DE SEGURO

É apresentada de seguida uma descrição resumida da política de aceitação e gestão de risco em vigor na área seguradora do Grupo CGD em Portugal, nomeadamente, pelas companhias que integram a Caixa Seguros (Companhia).

43.1 SUBSCRIÇÃO DE RISCOS

A aceitação e gestão de riscos é estruturada em três grandes níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No terceiro nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Clausulados standard;
- Riscos ou actividades com um histórico de sinistralidade baixo ou muito baixo;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitam uma diluição de risco elevada, situando-se predominantemente dentro das retenções das companhias;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem como instrumentos ao seu dispor: Tarifas, Simuladores, Normas de Subscrição e de Delegação de Poderes, manuais dos produtos, apólices standard, propostas de seguro, declarações tipo, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O segundo nível integra as Direcções de Subscrição das Direcções da Rede de Agências e a Direcção Técnica da Rede de Corretores, que são unidades de subscrição técnicas multidisciplinares de apoio às redes comerciais, com competências delegadas para aceitação e análise de riscos específicos e assenta em especial nos seguintes critérios:

- Subscrição de Produtos standard, com a possibilidade de definição de cláusulas particulares, com os objectivos de ajustar a apólice ao risco específico ou de limitar a exposição ao risco;
- Para além da subscrição dos riscos delegados ao terceiro nível, subscrição dos riscos ou actividades a seguir caracterizadas: i) riscos ou actividades com elevada sinistralidade geral; ii) riscos ou actividades que considerados individualmente, apresentem um potencial de perda muito elevado; iii) riscos ou actividades cuja subscrição deva pressupor uma análise técnica específica e especializada; iv) riscos relacionados com actividades económicas em contracção.
- Subscrição de capitais baixos a médios, que permitam uma diluição de risco média, dentro das capacidades dos tratados de resseguro das Companhias;
- Estudo de acumulação de riscos, considerando o Cliente em termos globais;
- Subscrição de riscos que pelas suas características justificam um prémio significativamente diferente do definido na tarifa do produto.

Apesar de se tratar de riscos devidamente enquadrados e delimitados, as unidades de subscrição dispõem, quando necessário, de instrumentos adicionais de avaliação dos riscos a subscrever, nomeadamente análises de riscos efectuadas por empresas especializadas.

Estes instrumentos visam particularizar e avaliar “in loco” os desvios aos padrões médios de um determinado risco, permitindo a avaliação de perdas máximas expectáveis, dos pontos fracos e fortes da entidade proponente ou do objecto do risco, bem como efectuar uma avaliação específica para determinadas coberturas ou limites de capital a subscrever, assim se estabelecendo o contrato adequado e equilibrado entre as partes.

As unidades de subscrição têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e actuarial que lhes permite ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco.

O primeiro nível da subscrição é da competência do Departamento Técnico da Direcção de Produtos, cabendo-lhe a aceitação de riscos não delegados nos dois níveis referidos e a gestão técnica dos Ramos.

As condições de aceitação de riscos de valor unitário muito elevado, ou envolvendo conjuntos de riscos muito alargados, são analisadas pela Direcção de Produtos, que após consulta ao Director da Área Comercial envolvida e ao Director de Resseguro, submete uma proposta para aprovação do Administrador com o seu pelouro.

O primeiro nível da subscrição é dotado de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em actuariado. Quando as características do risco o justificam, recorre a análises de riscos efectuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados são analisados pelo Departamento Técnico, recorrendo à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Nos seguros sobre a vida humana, os critérios de aceitação de riscos encontram-se definidos em grelhas médicas, nos quais os plafonds de capitais seguros e respectivos exames clínicos foram estabelecidos, separada ou conjuntamente, entre o Ramo Vida e os Resseguradores da Companhia.

Quando os riscos em presença não se enquadrem nos manuais de tarificação do Resseguro ou nas condições de aceitação automática da Companhia, estes são remetidos para os gabinetes de underwriting dos Resseguradores.

43.2. GESTÃO TÉCNICA

A gestão técnica dos Ramos compreende a definição de preços e clausulados das apólices, a definição e controlo da política de subscrição e ainda o controlo e acompanhamento da receita processada, do número de contratos seguros, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica. Tal permite a monitorização dos riscos e dos seus cumulos na carteira.

Recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direcção de Resseguro, com informação dos perfis de carteira, com o objectivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

43.3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA CONTROLO DO RISCO

Riscos Internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto, encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de Perfil da Carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por actividades e objectos do seguro e por coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e da sinistralidade de determinadas classes de risco (escalões de capitais seguros, objectos de seguro, actividades, coberturas), tendo como objectivo a aferição das delegações existentes e correcção de eventuais distorções, correlacionar os principais factores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises Periódicas da Evolução da Carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidades de apólices, quer em termos de produção nova e anulada.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respectiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos Produtos sob gestão.

No caso específico do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas e causas na exploração do ramo, quer de uma perspectiva comercial, quer de uma perspectiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas. A apresentação do diagnóstico, a discussão das propostas correctivas e outros temas relacionados com a exploração do ramo automóvel é realizada em reuniões frequentes, designadas de War Room, onde participam Administradores e responsáveis das diversas direcções envolvidas no negócio automóvel.

Seleção e Saneamento de Carteira

Esta função tem como objectivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou elevada sinistralidade), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios) quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detectadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão chegar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por actividades e objectos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e da política de retenção das companhias. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objecto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

43.4 POLÍTICAS DE RESSEGURO

Os factores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios, valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os que podem ser considerados Ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais), e ramos Patrimoniais (Incêndio e Anexos, Engenharia e Máquinas e riscos Marítimos, nas suas diferentes componentes, Responsabilidade Civil Geral e riscos Diversos).

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objecto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

A Companhia tem pautado a sua política de Resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Resseguro Não Proporcional, assim como Facultativo, e outras modalidades de Resseguro que se revelam necessárias para obtenção de protecção de Resseguro adequada aos riscos aceites.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respectiva retenção, pauta-se pela relação entre a estrutura de carteira quanto a capitais seguros e o respectivo volume de prémios de cada ramo, e pelo acompanhamento estatístico da sua rentabilidade e relação Retenção/ Prémios no fim dum ano ou dum ciclo e pela capacidade financeira da Companhia, suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta o facto de catástrofes não se produzirem com frequência e a retenção reflecte o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto da mesma catástrofe nos capitais da Companhia e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

As retenções, como referido, são as adaptadas às carteiras existentes e têm em conta a capacidade negociada e o equilíbrio entre cedência de prémios e essa mesma capacidade.

Nos ramos Incêndio e Anexos, Engenharia e Marítimo, as companhias operam com Tratados Proporcionais.

No que se refere a ramos de Massa (Auto, AT, AP), os riscos são cobertos por um tratado de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira e à capacidade financeira da Companhia. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas para os diferentes níveis que a mesma pode ter.

Também o negócio do ramo Responsabilidade Civil Geral se encontra protegido por um tratado de resseguro em Excesso de Perdas.

Os “Cúmulos de Risco” das Retenções encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

As acumulações resultantes da “Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza”, de carácter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia.

Os critérios de selecção e admissibilidade dos Resseguradores são pautados pela sua fiabilidade e solvência financeira, pela sua capacidade de prestação de serviços, pela observação e acompanhamento dos mesmos no seu relacionamento no que se refere a pagamentos/ recebimentos, não deixando de ter em apreço, também como factor determinante, o seu Rating pelas diferentes agências internacionais.

43.5. TÉCNICAS DE GESTÃO DE ACTIVOS E PASSIVOS (ALM) UTILIZADAS PELA COMPANHIA.

A Companhia tem actuações diferentes consoante o tipo de produto em causa.

Procedimentos de adequação de Activos e Passivos

Produtos Imunizados

São tipicamente produtos de rendimento fixo definido e conhecido à partida e sem direito a participação de resultados a atribuir aos segurados. Estes produtos são cobertos com investimentos de maturidade e vencimento semelhantes aos respectivos passivos, procurando-se obter uma rentabilidade dos investimentos que cubra a margem da Companhia e a remuneração contratualizada com os clientes.

Podem ocorrer desajustes temporários entre activos e passivos e que, usualmente, resultam de resgate. Por este facto, a política de investimentos é condicionada por investimentos em títulos com notação de rating “investment grade”, admitidos em mercados da OCDE, devendo igualmente ter elevada liquidez.

Produtos com Participação nos Resultados com capital e rendimento garantido

As carteiras de investimentos destes produtos têm uma composição que depende do modelo de gestão aplicável e dos “benchmarks” definidos relativamente a cada produto.

Os “benchmarks” são estabelecidos em função dos níveis de taxa de juro do mercado, da maturidade das responsabilidades e do rendimento garantido aos clientes. Para minimizar o risco, à medida que se aproxima o vencimento das responsabilidades, o peso do investimento em títulos de rendimento variável vai-se reduzindo gradualmente, sendo substituído por investimento em títulos de rendimento fixo.

Para projecção dos cash flows dos passivos são consideradas diversas informações relevantes, designadamente as relativas a contratos vivos, datas de vencimento dos contratos, responsabilidades actuais capitalizadas pela participação de resultados e taxa de rendimento garantida.

Para projecção dos cash flows dos activos, em relação aos investimentos em títulos de rendimento fixo com taxa fixa, ou é utilizada a taxa do activo ou utilizam-se cenários, de acordo com a curva de rendimentos, dependendo a sua aplicação da convicção da aderência destes cenários à realidade futura. Relativamente aos títulos de rendimento variável não são utilizadas projecções de cash flows futuros, utilizando-se, em alternativa, o seu valor actual de mercado.

Política de alocação de investimentos a produtos

Relativamente a produtos que garantam participação nos resultados e aos produtos “Unit Linked” em que o risco de investimento é do tomador do seguro, as respectivas carteiras de investimentos estão colocadas em fundos autónomos, gerindo-se um fundo autónomo por produto, com o objectivo de garantir a independência das respectivas carteiras e evitar a contaminação resultante da colocação numa única carteira dos investimentos requeridos por vários produtos.

Os produtos sem direito a participação são colocados em carteiras geridas globalmente em virtude do desempenho das respectivas carteiras não condicionar o rendimento a atribuir aos clientes. No entanto, apesar de existir uma maior flexibilidade na gestão, a mesma é feita de modo prudencial com “matching” entre activos e passivos.

Os activos são alocados às carteiras em função do seu valor de mercado, em particular nos casos de carteiras em que os segurados participam nos resultados obtidos, havendo também nestes casos a constituição de um fundo autónomo associado a cada carteira.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente à selecção do tipo de activos também são definidos, por classe de activos, os seguintes limites máximos de exposição:

Classes de Activos	Limite máximo (% do valor global da Carteira)
Rendimento Fixo – Taxa longas*	70,0 %
Soberana	70,0 %
Corporate	50,0 %
Rendimento Fixo – Taxa curtas**	100,0 %
Retorno Absoluto***	2,0 %
Rendimento Variável	30,0 %
Rendimento Variável ilíquido (Private equity e outros)	6% (20% do investimento em rendimento variável)
Imobiliário	40,0 %

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão das carteiras da Companhia tem ainda em consideração os seguintes pontos:

- I. Limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados de países da OCDE legalmente considerados como análogos, é de 15 % do valor da carteira, devendo sempre ter a aprovação expressa do Conselho de Administração;
- II. O conjunto das aplicações expressas em moedas são representadas em divisas congruentes com as dos compromissos assumidos em, pelo menos, 95 %;
- III. Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores - Podem ser utilizados instrumentos derivados para cobertura, especulação ou redução do custo de investimento, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor.

São permitidas, nos termos legalmente previstos, operações de reporte e empréstimos de valores, desde que tal não comprometa os limites de alocação definidos para cada uma das classes de activos a que respeitem. Estas operações carecem de autorização casuística prévia, podendo haver autorizações genéricas para derivados de mercado.

Modelos de avaliação de risco para derivados:

Existe um modelo genérico de avaliação do retorno/risco esperado em função da composição por classes de activos. O retorno esperado das carteiras está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos activos que as constituem. Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de activos procurando-se constituir carteiras com risco controlado que optimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efectuada internamente pela Direcção de Investimentos, havendo pontualmente e sempre que tal se mostra conveniente, o envolvimento da Direcção de Gestão de Risco do Grupo, integrada na Caixa. São monitorizados vários riscos envolvidos nomeadamente:

- risco de mercado;
- risco de taxa de juro;
- risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- risco de liquidez.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

IV. Universo de investimento para activos de Rendimento Fixo

As obrigações elegíveis para aquisição deverão respeitar os limites definidos nos quadros seguintes, que ponderam a maturidade residual com a qualidade de crédito. Na aquisição não deverá haver investimento abaixo da notação BBB- ou notação equivalente das casas de rating de referência.

Activos de Permanência	Dívida Corporate	Dívida Soberana*	Limite por emitente
Até 1 ano	BBB-	BBB-	1%
1 a 5 anos	A-	A-	3%
5 a 15 anos	AA-	A+	6%
15 a 30 anos	Não autorizado	A+	
Superior a 30 anos	Não autorizado	AAA	

Gestão activa	Rating *	Limite emissão por	Limite por emitente
0 a 5 anos	BBB-	1%	1%
5 a 10 anos	BBB-	0,5%	
0 a 5 anos	A-	3%	3%
5 a 15 anos	A-	2%	
0 a 5 anos	AA-	5%	5%
5 a 20 anos	AA-	3%	
0 a 5 anos	AAA	6%	6%
5 a 30 anos	AAA	3%	

* não existem limites de notação de rating para a dívida soberana dos países da zona Euro.

O investimento em outras classes de activos não especificadas deverá ter a aprovação casuística do Conselho de Administração.

As limitações a investimentos resultam também da regulamentação em vigor.

43.6. RAMO VIDA

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pelo IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de Risco

Relativamente a estes produtos, o maior factor de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte significativa dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)}) \times \text{Coeficiente de Participação}$

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à utilização do Fundo para Dotações Futuras na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de participação estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de Rendas

Relativamente a estes produtos o maior factor de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)}) \times \text{Coeficiente de Participação}$

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à utilização do Fundo para Dotações Futuras na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de participação estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de Capitalização

O risco de taxa de juro é o principal factor de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de activos parcialmente dependentes da discricionariedade da Companhia.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

$(\text{Percentagem dos Rendimentos} - \text{Rendimentos Técnicos} - \text{Encargos de Gestão} - \text{Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)}) \times \text{Coeficiente de Participação}$

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à utilização do Fundo para Dotações Futuras na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de participação estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os cash inflows e outflows, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Fidelidade – Mundial

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2008	127.621	70.747	-	3.214	36.415	650.349
2009	63.665	37.765	-	3.173	33.111	690.542
2010	56.455	35.133	-	3.128	30.429	661.890

Império - Bonança

Ano	Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2008	-	11.322	33.350	107.825
2009	-	10.891	30.136	93.523
2010	-	10.479	27.632	78.230

O quadro seguinte apresenta a alteração destes cash inflows e outflows, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

Fidelidade - Mundial

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2007	124.535	69.133	-	3.214	36.083	732.440
2008	59.020	35.117	-	3.173	32.215	717.139
2009	49.647	31.061	-	3.128	29.166	659.701

Império - Bonança

Ano	Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2007	-	11.322	32.572	133.749
2008	-	10.891	27.890	110.856
2009	-	10.479	24.242	89.522

Seguidamente apresenta-se a variação estimada das responsabilidades reconhecidas em Balanço, com referência a 31 de Dezembro de 2007, considerando diversas alterações dos pressupostos utilizados.

Fidelidade - Mundial

Pressuposto	Varição do Pressuposto	Varição das Responsabilidades
Taxa de Mortalidade	+ 25%*	3.631
Taxa de Rentabilidade dos Activos	+ 0,5%	8.586
Taxa de Inflação	+ 1%	114.293
Taxa de Saída	+ 5%	(217.446)

* Nos Seguros de Rendas, a variação da taxa de mortalidade foi negativa.

Império - Bonança

Pressuposto	Varição do Pressuposto	Varição das Responsabilidades
Taxa de Mortalidade	+ 25%*	318
Taxa de Rentabilidade dos Activos	+ 0,5%	-
Taxa de Inflação	+ 1%	3
Taxa de Saída	+ 5%	-

* Nos Seguros de Rendas, a variação da taxa de mortalidade foi negativa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

43.7. RISCO DE TAXA DE JURO

A política de gestão do risco de taxa de juro é desenvolvida de acordo com duas linhas de orientação. No caso das carteiras imunizadas, seguros de capitalização de taxa fixa, verifica-se uma adequação das coberturas às responsabilidades assumidas. Neste caso existe um matching entre o perfil dos cash flows dos activos investidos e os outflows dos passivos na maturidade. O risco de taxa de juro não tem praticamente gestão activa ao longo da vida do produto.

No caso das carteiras com modelo de gestão de benchmark, o risco de taxa de juro é gerido de uma maneira activa de acordo com o nível de exposição alvo definido pelos benchmarks, verificando-se uma gestão táctica de underweight/overweight em função das expectativas de alteração da estrutura da curva de maneira a otimizar os retornos dos activos.

Em termos quantitativos, o nível de exposição aos prazos mais longos não é significativo conforme leitura do quadro seguinte.

Risco por maturidade	Valor	Peso	Mod Dur
Rendimento Fixo	9.316.255	100,0%	5,2
Obrigações taxa fixa	6.376.629	68,4%	5,6
Maturidade 1 a 3	2.461.779	26,4%	2,6
Maturidade 4 a 5	1.135.567	12,2%	4,4
Maturidade 6 a 7	1.336.541	14,3%	6,3
Maturidade 8 a 10	420.391	4,5%	7,6
Maturidade 11 a 19	505.932	5,4%	9,5
Maturidade 20 a 29	515.656	5,5%	14,8
Maturidade superior a 30 anos	765	0,0%	17,4
Obrigações Taxa variável	1.870.585	20,1%	3,7
Obrigações Inflation-Linked	187.289	2,0%	4,5
Perpétuas (Taxa Fixa)	17.673	0,2%	13,2
Incumprimento	0	0,0%	
Obrigações mat < 1 ano	862.790	9,3%	0,5
Bilhetes de Tesouro	1.288	0,0%	0,2

As companhias utilizam ainda neste âmbito, para efeitos de monitorização do risco, os serviços da unidade de controlo de risco da CGD que divulga em sede própria os seus indicadores.

As entidades de supervisão também têm acompanhado a monitorização deste risco tendo-se desenvolvido pontualmente, durante o exercício de 2006, um exercício de stress-test para quantificação dos impactos de choques adversos na carteira de activos.

A utilização de instrumentos derivados, no âmbito do processo de gestão do risco, limita-se actualmente à utilização pontual de swaps de taxa de juro nas carteiras onde se pretendeu mitigar o risco de taxa de juro, ou em casos em que este instrumento se revelou mais eficiente que uma cobertura com activos directos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2007, a Caixa Seguros dispõe de um conjunto de swaps de taxa de juro, destinados à cobertura de riscos financeiros dos produtos de taxa fixa do Ramo Vida, conforme se resume no quadro seguinte:

Montante Nocional	Divisa	Produtos associados	Maturidade	Tx cedida	Tx tomada
10.000.000	EUR	Mais Valor 2004 - 1ª Ser	2009	EUR6M+0,875%	4,55%
3.100.000	EUR	Mais Valor 2004 - 1ª Ser	2009	EUR6M+0,875%	4,50%
13.293.000	EUR	Mais Valor 2004 - 2ª Ser	2009	EUR6M+0,875%	EUR6M+0,875%
14.746.348	EUR	Reforma PPR/E MAIS	2012	5,24%	5,21%
5.200.000	EUR	Vantagem Dupla 2003	2013	EUR6M+0,45%	4,67%
4.000.000	EUR	Vantagem Dupla 2003	2013	EUR6M+0,45%	4,71%
100.000	EUR	Vantagem Dupla 2003	2013	EUR6M+0,45%	4,25%
20.000.000	EUR	Cx Seg 4,5%	2010	8,02%	7,38%
6.000.000	EUR	Cx Seg 4,25%	2008	6,85%	6,41%
5.000.000	EUR	Cx Seg 4,4%	2009	5,79%	5,33%

A política de gestão de risco / análise por contraparte decorre essencialmente da grelha de selecção no momento da compra do activo divulgada no ponto Requisitos de segregação de activos, destinados a proteger os segurados através de restrições sobre a utilização dos activos da Companhia. O risco no entanto é monitorizado continuamente procurando-se acompanhar as opiniões / outlooks das casas internacionais de rating de maneira a não deixar degradar o rating dos títulos detidos. Por outro lado, o estabelecimento de limites internos por contraparte, não se autorizando situações de cúmulo de risco, permite garantir ao longo do tempo uma boa dispersão de risco.

O quadro seguinte discrimina as exposições por risco de contraparte mais relevantes que somam 75% da carteira.

Activos por risco de contraparte	Cúmulo capitais	de %
Total	12.312.230	100,00%
Grupo CGD	1.623.745	13,20%
Estado	3.026.846	24,60%
Zona Euro	2.974.268	24,20%
Zona Não Euro	52.577	0,40%
Entes Públicos	515.109	4,20%
BSCH	321.089	2,60%
Veículos	204.411	1,70%
BBVA	175.065	1,40%
BCP	162.172	1,30%
General Electric	136.822	1,10%
Intesa Sanpaolo	126.751	1,00%
Fortis	122.076	1,00%
Nationwide Building Society	121.069	1,00%
SNS Bank	120.563	1,00%
Espírito Santo	119.926	1,00%
Unicredito	118.467	1,00%
DNB NORBANK	112.458	0,90%
Entes Supranacionais	110.266	0,90%
ING	106.720	0,90%
AngloIrish Bank	102.579	0,80%
Carrefour	101.954	0,80%
BNP Paribas	97.478	0,80%
RBS	90.777	0,70%
Citigroup	88.396	0,70%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

France Telecom	88.253	0,70%
Portugal Telecom	85.727	0,70%
Caja Madrid	84.416	0,70%
BMW	84.079	0,70%
HBOS	82.605	0,70%
Dexia	80.261	0,70%
UBS	68.429	0,60%
Deutsche Telekom	68.402	0,60%
Hypo Real Estate Holding	67.844	0,60%
Iberdrola	67.485	0,50%
Australia & New Zealand Banking	65.417	0,50%
Danske Bank	60.120	0,50%
Barclays	60.117	0,50%
Deutsche Bank	60.056	0,50%
Volkswagen	59.765	0,50%
Société Générale	54.453	0,40%
SEB - Skandinaviska Enskilda Banken	54.016	0,40%
EFG Hellas	50.215	0,40%
Caja de Ahorros de Valencia	49.739	0,40%
Total	49.025	0,40%
Allied Irish Banks	48.825	0,40%
Natixis	48.558	0,40%
EDP	48.439	0,40%
Sabadell	46.087	0,40%
Total da amostra	9.237.072	75,00%

44. GESTÃO DE CAPITAL

Os objectivos de gestão do Capital na Caixa Geral de Depósitos, obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a CGD está obrigada pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Banco de Portugal e pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, criar valor ao accionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a CGD está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e aos riscos dela decorrentes.

Para atingir os objectivos descritos, a Caixa Geral de Depósitos procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento e à captação de recursos alheios. Face ao crescimento sustentado das suas operações activas, o financiamento através de recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de acções preferenciais para reforço dos Fundos Próprios de Base e pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

As exigências regulamentares em vigor assentam no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o qual constitui um papel central na regulamentação prudencial portuguesa, reflectindo, em larga medida, as Directivas comunitárias respeitantes ao sistema financeiro. O referido RGICSF contempla diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 17,5 milhões de euros, para as Instituições de Crédito;
- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afectos às Reservas Legais, até ao montante do Capital Social;
- A aplicação de instrumentos de carácter preventivo, como seja a exigência de o denominado Rácio de Solvabilidade não poder ser inferior a 8%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afectarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;
- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos consolidados, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, dado o risco de contaminação que pode existir num dado Grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse Grupo;
- Os limites às participações em outras sociedades - que não sejam nem Instituições de Crédito, nem empresas do sector Segurador -, as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas.

Para além destas exigências, há ainda outras regras prudenciais a que os Bancos estão sujeitos, as quais, em conjunto com as apresentadas, devem ser entendidas como um complemento importante de uma gestão prudente por parte das Instituições, a qual se deverá basear, essencialmente, nos dispositivos internos de avaliação e controlo por si montados, tendo em conta as responsabilidades perante os accionistas, depositantes e restantes credores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao Capital Regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório foi introduzido na legislação nacional em 1992, pela publicação do Aviso nº 12/92, de 22 de Dezembro, do Banco de Portugal. Este normativo, bem como o referente ao Rácio de Solvabilidade (Aviso nº 1/93, de 19 de Maio), decorre da aprovação, em 1988, do primeiro Acordo de Basileia, e foi complementado em 1996 com o Aviso Nº 7/96, do Banco de Portugal, o qual veio acrescentar aos riscos de crédito, os requisitos de capital para os riscos de mercado e cambial. Este normativo, Basileia I, foi substituído em 1 de Janeiro de 2008, pelo denominado Acordo de Capital Basileia II. De salientar, ainda, que o perímetro de consolidação para efeitos prudenciais considera o sector segurador integrado pelo método de equivalência patrimonial.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, a Caixa Geral de Depósitos dispõe de um Departamento próprio de Informação Prudencial, que trabalha em articulação com os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Gestão de Risco, bem como com as diferentes entidades que compõem o Grupo.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital regulamentar do Grupo CGD, nos finais de 2006 e de 2007. Durante estes exercícios (e também anteriormente) as entidades pertencentes ao perímetro de consolidação da CGD cumpriram individualmente com os imperativos legais a que cada uma está sujeita, quer em Portugal, quer nos respectivos países onde se encontram sedeadas. Destas entidades destacam-se, em Portugal, o Caixa Banco de Investimento e a Caixa Leasing e Factoring-IFIC, enquanto no estrangeiro se salientam o Banco Caixa Geral (Espanha), o BNU Macau (Macau) e o Mercantile Bank (África do Sul).

Valores em milhões de Euros

	31-12-2006	31-12-2007
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	3.878	4.108
Capital Social	2.950	3.100
Reservas e Resultados Transitados	141	274
Resultado Líquido	508	550
Interesses Minoritários	642	707
Impactos de transição IAS (<i>regime transitório</i>)	254	180
Deduções aos F. P. Base	(617)	(702)
B - FUNDOS PRÓP.COMPLEMENTARES (TIER II)	2.285	2.786
Passivos subordinados c/ venc. indeterminado	220	220
Passivos subordinados c/ venc. determinado	1.476	2.054
Reservas de Reavaliação	585	510
Outros elementos	4	2
C - DEDUÇÕES AOS F. P. TOTAIS	(644)	(720)
Participações em empresas de Seguros	(494)	(666)
Outras Deduções	(150)	(54)
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS(A+B+C)	5.520	6.175
E - POSIÇÕES DE RISCO PONDERADAS	52.521	61.015

RÁCIOS	31-12-2006	31-12-2007
TIER I (A/E)	7,4%	6,7%
CORE TIER I	6,2%	5,8%
TIER II (B/E)	4,4%	4,6%
DEDUÇÕES (C/E)	-1,2%	-1,2%
RÁCIO DE SOLVABILIDADE (D/E)	10,5%	10,1%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de 3 grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do Balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador, nomeadamente:

- (i) Fundos Próprios de Base ou Tier I: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:
 - O Capital Social, as Reservas (excepto as de Reavaliação), os Interesses Minoritários e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos do perímetro prudencial;
 - O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos dividendos a entregar ao Estado. Em 2007 a percentagem considerada no Capital Regulamentar foi de, aproximadamente, 65%;
 - Os Impactos de transição, que correspondem aos encargos com os benefícios dos trabalhadores que resultaram da introdução das IAS (Plano Médico e outros encargos com a saúde) e cujas deduções aos Fundos Próprios foram objecto de diferimento, por 5 ou por 7 anos;
 - As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário introduzir, numa perspectiva de prudência, como factores de correcção. Incluem-se as Contribuições para o Fundo de Pensões ainda não relevadas como custo do exercício, o Imobilizado Incorpóreo, as Reservas de Reavaliação Negativas, as Diferenças Positivas de Reavaliação da Equivalência Patrimonial e os Impostos Diferidos Activos que ultrapassem 10% dos fundos Próprios de Base.
- (ii) Fundos Próprios Complementares ou Tier II: São constituídos, essencialmente, pelas Reservas de Reavaliação positivas de alguns activos e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia pelo Banco de Portugal. O valor destes Fundos não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base. A sua decomposição é a seguinte:
 - Dívida Subordinada, da qual a de vencimento determinado é considerada no segmento Lower Tier II apenas até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base, enquanto a de vencimento indeterminado é considerada na totalidade, no segmento Upper Tier II;
 - Reservas de Reavaliação positivas, incluídas nos Fundos Próprios Complementares apenas por 45% do seu montante.
- (iii) Deduções aos Fundos Próprios: Referem-se a um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:
 - Valores referentes às participações em Instituições de Crédito e em empresas do sector segurador. No primeiro caso, se a participação for igual ou superior a 10%, a mesma será deduzida na íntegra, enquanto se for inferior a 10% só será dedutível na parte em que o valor agregado dessas participações ultrapasse 10% do somatório dos Fundos Próprios de Base com os Complementares. No caso das Seguradoras, o valor a deduzir poderá beneficiar do excesso da margem de solvência apurado no sector Segurador, o qual permitirá diminuir a dedução aos Fundos Próprios;
 - Montantes relacionados com os imóveis em reembolso de crédito próprio em poder da Instituição, há mais de quatro anos;
 - Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais consolidados, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo Caixa e 25% para as exposições perante outros Grupos;
 - Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (superiores a 5%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos de Requisitos de Capital no âmbito de Basileia I (em vigor até 31/12/2007), os activos ponderados são hierarquizados em 4 factores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada activo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que possam existir. Um tratamento idêntico é adoptado para as posições extrapatrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

No que respeita à periodicidade de reporte ao Banco de Portugal, os Fundos Próprios em base consolidada têm de ser remetidos semestralmente, até 60 dias após a data do reporte. No entanto, internamente a CGD elabora Fundos Próprios consolidados com periodicidade trimestral.

A partir de 1 de Janeiro de 2008, as Instituições de Crédito passam a aplicar os normativos decorrentes do Novo Acordo de Basileia, o que na Caixa se traduz, no imediato, na aplicação do método standard no cálculo dos requisitos para o risco de crédito - o de maior peso no total de requisitos a apurar - e do método do indicador básico para os novos requisitos decorrentes do risco operacional.



**Caixa Geral
de Depósitos**

RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS 2007

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 da Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("Caixa" ou "CGD"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 que evidencia um total de 90.052.834 mEuros e capital próprio de 4.933.239 mEuros, incluindo um resultado do exercício de 666.137 mEuros, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos que lhe são aplicáveis e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Caixa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira individual da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em 31 de Dezembro de 2007, o resultado individual das suas operações e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2) e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual da Caixa, tendo sido elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. A Caixa apresenta igualmente contas consolidadas, as quais reflectem de forma mais adequada a sua situação financeira, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2007 incluem um aumento do activo em 13.500.930 mEuros, uma redução das reservas e resultados transitados de 282.102 mEuros e um aumento do lucro do exercício atribuível ao accionista da Caixa no montante de 190.174 mEuros.

Lisboa, 3 de Abril de 2008



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e subsidiárias ("Caixa" ou "CGD"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 que evidencia um total de 103.553.764 mEuros e capital próprio total de 5.541.096 mEuros, incluindo um resultado do exercício atribuível ao accionista da CGD de 856.311 mEuros, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos que lhe são aplicáveis e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Caixa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 3 de Abril de 2008



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de 90.052.834 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.933.239 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 666.137 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

LISBOA, 3 DE ABRIL DE 2008

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 103.553.764 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.541.096 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 856.311 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidada, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a demonstração das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

ÊNFASE

7. Do perímetro de consolidação da CGD, a nossa Sociedade exerce funções de Revisão Legal de Contas nas empresas Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A., Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A., Culturgest – Gestão de Espaços Culturais, S.A., Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A. e Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A., tendo utilizado a informação disponibilizada pelos revisores/auditores das restantes empresas que integram aquele perímetro de consolidação, para efeitos de formação da nossa opinião expressa no presente documento.

LISBOA, 3 DE ABRIL DE 2008

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhor Accionista,

1. De acordo com o disposto nos artigos 420º e 508º-D do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal emitir relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, da **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA (CGD)**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.
2. Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 106/2007, de 3 de Abril, que procedeu a alterações nos seus Estatutos, a CGD adoptou uma estrutura de administração e fiscalização composta por um Conselho de Administração e Conselho Fiscal, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, passando a fiscalização a competir a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro daquele órgão, conforme o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413º do Código das Sociedades Comerciais.
3. No âmbito do previsto no n.º 3 do artigo 421º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal deliberou a contratação de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, na qualidade de perito técnico, que o tem coadjuvado no exercício de algumas das suas funções.
4. O Conselho Fiscal acompanhou de forma continuada a evolução da actividade da Sociedade e verificou a regularidade da escrituração contabilística bem como da respectiva documentação. No âmbito das suas competências o Conselho vigiou pela observância da Lei e dos Estatutos da CGD, emitindo, trimestralmente, o relatório previsto no n.º 2 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 287/93 de 20 de Agosto, enviado aos Gabinetes dos Senhores Ministro de Estado e das Finanças e Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, com conhecimento do Senhor Presidente do Conselho de Administração da CGD.
No desenvolvimento dos trabalhos, o Conselho Fiscal contou sempre com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Sociedade, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, em termos que apraz registar.
5. O Conselho Fiscal tomou conhecimento do “Relatório do Bom Governo” que integra o Relatório e Contas da CGD, tendo verificado que o mesmo cumpre os princípios dirigidos às empresas detidas pelo Estado e relativos à divulgação de informação, constantes no anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março. A definição de estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental prevista nos princípios dirigidos às

empresas detidas pelo Estado obteve tratamento autónomo num capítulo do Relatório e Contas, denominado "Relatório de Sustentabilidade".

6. O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos relatórios emitidos pelo Revisor Oficial de Contas sobre as demonstrações financeiras intercalares, para efeitos de inclusão nos fundos próprios, dos resultados positivos provisórios apurados mensalmente, de acordo com o Aviso nº 12/92, de 22 de Dezembro e da Carta Circular nº 17/DSB/1995, de 7 de Março, ambos do Banco de Portugal.

7. No âmbito do relato do Conselho de Administração ao Banco de Portugal sobre o Sistema de Controlo Interno da CGD (Individual e Grupo), relativo ao exercício de 2006, o Conselho Fiscal obteve e analisou os documentos emitidos, em 28 de Junho de 2007, pelo Revisor Oficial de Contas, sobre o Sistema de Controlo Interno da CGD.

Em termos gerais, o Revisor Oficial de Contas considera que o ambiente de controlo interno existente na CGD (Individual e Grupo), incluindo o subjacente ao "Processo de Preparação e Divulgação da Informação Financeira" (Individual e Consolidada), é adequado à dimensão e à natureza e risco das actividades desenvolvidas, pelo que nada chegou ao seu conhecimento que o leve a concluir que os procedimentos de controlo analisados, nas áreas mencionadas nos documentos anexos aos referidos Pareceres, não respondem de forma razoável, em todos os aspectos materialmente relevantes, aos objectivos descritos no Aviso nº 3/2006 do Banco de Portugal.

No entanto, o Revisor Oficial de Contas salienta que foram identificadas algumas situações de excepção e apresentadas recomendações resultantes da percepção que obteve do sistema de controlo interno e alerta para o facto de, tendo em conta as limitações inerentes aos sistemas de controlo interno, fraudes ou erros podem ocorrer sem serem detectados.

O Conselho Fiscal continuará a acompanhar esta matéria em articulação técnica com o Revisor Oficial de Contas, no âmbito da emissão dos pareceres sobre o Sistema de Controlo Interno (Individual e Consolidado) relativos ao exercício de 2007, a emitir até 30 de Junho de 2008.

8. Em termos de decisões tomadas e/ou consumadas no exercício findo, o Conselho Fiscal salienta as seguintes situações:

- (i) Em reunião da Assembleia-Geral realizada a 10 de Abril de 2007, foi aprovado que o resultado líquido do exercício de 2006, respeitante à actividade individual, no montante de 539,6 milhões de euros, fosse transferido 107,9 milhões de euros para reserva legal, conforme alínea a) do nº 1 do artigo 26.º dos Estatutos da Sociedade, 54,2 milhões de euros para cobertura de resultados transitados negativos, 260 milhões de euros para dividendos ao accionista Estado e 117,5 milhões de euros para reservas livres.

Na mesma Assembleia-Geral foi aprovada a proposta de atribuição de participação nos lucros aos trabalhadores da CGD e aos membros do Conselho de Administração, até ao montante de 35,1 milhões de euros.

- (ii) A constituição, em Abril de 2007, da Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A., com um capital social de 10 milhões de euros, subscrito e realizado integralmente ao par pela CGD e pela Parpública – Participações Públicas, S.A., em 80% e 20%, respectivamente. A actividade desta sociedade incidirá, em especial, no financiamento da construção de infra-estruturas públicas.
- (iii) Em Maio de 2007, a CGD adquiriu fora de bolsa ao Barclays Bank, 30.575.090 acções da PT Multimédia, no montante global de 370,3 milhões de euros. Em Julho de 2007, foram alienadas 3.500.000 acções da PT Multimédia, pelo valor global de 42 milhões de euros, tendo sido registada uma mais-valia contabilística de 1,3 milhões de euros. No decorrer do mês de Janeiro de 2008, a PT Multimédia alterou a sua designação social para ZON – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.
- (iv) As operações de aquisição e alienação de acções do BCP e EDP, originaram mais-valias contabilísticas de 52,7 milhões de euros e 175,6 milhões de euros, respectivamente.
- (v) As valias potenciais apuradas na carteira de activos financeiros disponíveis para venda valorizados ao justo valor (instrumentos de capital) e contabilizadas em capitais próprios (reservas de reavaliação), registaram uma redução de 108,1 milhões de euros, com destaque para as diminuições verificadas nas acções da EDP e BCP.
- (vi) Em Dezembro de 2007 foi efectuado um aumento em numerário do capital do Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital (“Fundo”) em 109,8 milhões de euros, passando de 64,8 milhões de euros para 174,6 milhões de euros, através da emissão de 1.960 unidades de participação de valor unitário de 56.023,03 euros. Após a operação referida a CGD passou a deter 96,87% do capital do Fundo.
- (vii) Durante o segundo semestre de 2007, a CGD alienou a sua participação na Cimpor por 81,3 milhões de euros, tendo registado uma mais-valia contabilística de 16,7 milhões de euros.
- (viii) Em Agosto de 2007, o Conselho de Administração da CGD aprovou um “Memorando de Entendimento” relativo à alienação à Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S.A. (Sumolis) da participação de 80% detida pelo Grupo CGD na Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A. (Compal). Com referência a 31 de

Dezembro de 2007 a participação detida na Compal foi reclassificada para “Activos não correntes detidos para venda”, nos termos do previsto na IFRS 5, na sequência da celebração de um acordo entre o Grupo CGD e a Sumolis no primeiro trimestre de 2008, para a alienação da referida participação.

- (ix) A constituição, em Outubro de 2007, da Sofid – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A, com um capital social de 10 milhões de euros. A CGD subscreveu 1.000.000 de acções, representativas de 10% do seu capital social.
- (x) O Conselho Fiscal tem vindo a acompanhar os efeitos da instabilidade registada nos mercados financeiros, originada pela crise no mercado hipotecário nos EUA (*subprime*). A exposição da CGD àquele mercado americano implicou a assunção de perdas de cerca de 86 milhões de euros, no exercício de 2007.
- (xi) Início de actividade da Sucursal em Espanha vocacionada para o apoio ao Grupo no âmbito de operações com características específicas no mercado espanhol.
- (xii) Os suprimentos concedidos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A., no montante de 30 milhões de euros e a transformação de suprimentos concedidos em prestações acessórias de capital no montante de 1,5 milhões de euros.
- (xiii) A realização da terceira e última tranche, no montante de 82,5 milhões de euros, do aumento de capital social do Banco Caixa Geral, S.A. (Espanha), efectuado em 2005 (275 milhões de euros). O Grupo CGD ficou a deter uma participação efectiva de 99,75% no banco.
- (xiv) A aquisição de 9% do capital social do Banco Comercial e Investimento e Fomento, SARL, passando a CGD a deter uma participação de 51% no capital do banco moçambicano.
- (xv) O aumento do capital social da Wolfpart, SGPS, S.A., no valor de 1,3 milhões de euros, através da emissão de 250.000 novas acções, integralmente subscrito e realizado pela CGD, o qual teve por finalidade a aquisição de 25% do capital das sociedades Torre Ocidente, Imobiliária, S.A e Torre Oriente, Imobiliária, S.A., assim como fazer face a necessidades de tesouraria da sociedade.
- (xvi) A aquisição pela CGD, através da Caixa Seguros, de uma participação de 10% no capital do Grupo USP Hospitales e, em simultâneo, a aquisição pelo Grupo USP de uma

M
P.
J.B.

participação de 25% do capital da HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS (HPP), igualmente detida pela Caixa Seguros, através da subscrição do aumento do capital social da HPP, no montante de 1,8 milhões de euros.

- (xvii) Deu-se continuidade à reorganização da presença do Grupo CGD na área Web, tendo sido efectuada a fusão por incorporação da Imoportall.com – Multimédia, S.A. na Caixaweb – Serviços Técnicos e de Consultoria, S.A., alterando esta sociedade a sua designação social para Caixatec – Tecnologias de Comunicação, S.A..
- (xviii) O Conselho Fiscal tomou conhecimento do esforço dedicado à recuperação da carteira de crédito da Sucursal de Timor e a correspondente limitação à concessão de novos financiamentos, em resultado da instabilidade política e social que continua a condicionar negativamente o desenvolvimento do território.
- (xix) Emissão de obrigações hipotecárias no montante total de 3,4 mil milhões de euros, ao abrigo de um programa para a emissão até ao montante máximo de 15 mil milhões de euros, ascendendo o seu valor a 5,4 mil milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2007.
- (xx) Em 31 de Dezembro de 2007, de acordo com o estudo actuarial efectuado, as responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência ascendem a 1,1 mil milhões de euros e encontram-se integralmente financiadas. Em 2007, as contribuições para o Fundo de Pensões efectuadas pela CGD ascenderam a 99,3 milhões de euros (38,3 milhões de euros de contribuições extraordinárias).
- (xxi) As responsabilidades com assistência médica (443,9 milhões de euros) e subsídio por morte antes da idade normal de reforma (2,1 milhões de euros), apuradas com base no estudo actuarial realizado com referência a 31 de Dezembro de 2007, encontram-se integralmente provisionadas. Encontra-se igualmente provisionado o passivo de 5,2 milhões de euros correspondente ao impacto da passagem à situação de inactivos de trabalhadores com os quais a CGD celebrou acordos de suspensão de trabalho.
- (xxii) A CGD efectua semestralmente a quantificação das provisões económicas adequadas ao risco implícito da carteira de crédito, de acordo com as orientações do Banco de Portugal. O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos relatórios emitidos pela Direcção de Gestão de Risco da CGD e Auditores Externos em 2007 sobre esta matéria, os quais foram enviados ao Banco de Portugal.
- (xxiii) Processo de constituição da Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest, cujo reconhecimento legal ocorreu em Janeiro de 2008, e que irá substituir a Culturgest –

M
J
F

Gestão de Espaços Culturais, S.A nas actividades de promoção cultural. De referir que as verbas entregues à Culturgest em 2007, no montante de 3,5 milhões de euros, foram contabilizadas como suprimentos, sem vencimento de juros e sem prazo de reembolso, tendo sido reconhecido uma imparidade naquele montante, atendendo ao valor dos capitais próprios da participada.

(xxiv) Na sequência da notificação em Dezembro de 2007 do valor das liquidações adicionais de imposto e dos juros de mora (145,4 milhões de euros), associadas às mais-valias realizadas com a alienação da participação no Banco Itaú em 2000, 2001 e 2003, a CGD procedeu ao respectivo pagamento e utilizou o valor da provisão anteriormente constituída (120,3 milhões de euros).

(xxv) No dia 31 de Dezembro de 2007, o Estado Português, accionista único da CGD, subscreveu e realizou integralmente ao par o aumento do capital social em 150 milhões de euros, através da emissão de 30 milhões de novas acções nominativas de 5 euros cada, tendo o mesmo sido aprovado naquela data em Deliberação Unânime por Escrito, tomada nos termos do n.º 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais.

9. Em termos das Contas Individuais da Sociedade, evidenciamos os seguintes indicadores, caracterizadores da actividade no exercício:

- (i) O Activo Líquido da sociedade aumentou 8,2 mil milhões de euros face ao exercício anterior, ascendendo a 90,1 mil milhões de euros. Para esta variação contribuiu principalmente o crescimento no “Crédito a Clientes” (6,9 mil milhões de euros), destacando-se o aumento no crédito concedido às empresas, crédito à habitação e crescimento das emissões de papel comercial, e o acréscimo nos “Activos Financeiros Disponíveis para Venda” (2,2 mil milhões de euros), com destaque para o investimento em instrumentos de dívida emitidos por não residentes.
- (ii) O crescimento do Passivo deveu-se sobretudo ao aumento de 3,7 mil milhões de euros na captação de recursos de outras instituições de crédito e de 5,2 mil milhões de euros nas “Responsabilidades Representadas por Títulos”, com destaque para a emissão de obrigações hipotecárias no montante total de 3,4 mil milhões de euros.
- (iii) Os Capitais Próprios sofreram um acréscimo de 396,6 milhões de euros, influenciados essencialmente pelo aumento do capital social (150 milhões de euros) e pelos resultados gerados no exercício (666,1 milhões de euros). Em relação aos movimentos que atenuaram o efeito referido anteriormente, de sublinhar a diminuição das reservas de reavaliação de justo valor, em resultado da desvalorização dos activos financeiros disponíveis para venda

(105,2 milhões de euros) e a distribuição de dividendos ao accionista Estado (260 milhões de euros).

- (iv) O rácio de solvabilidade, calculado nos termos das normas do Banco de Portugal, registou um aumento significativo de 2,5%, situando-se no final do exercício em 11,4%. Este aumento deve-se essencialmente: i) à faculdade introduzida pelo Aviso n.º 4/2007, de 18 de Abril, do Banco de Portugal, e utilizada pela CGD, de não deduzir aos fundos próprios em base individual, as participações detidas em instituições de crédito, instituições financeiras, empresas de seguros, empresas de resseguros e sociedades gestoras de participações no sector dos seguros, conforme previsto nos n.ºs 9º e 9º-D do Aviso 12/92, do Banco de Portugal; ii) ao aumento do capital social no valor de 150 milhões de euros; e iii) à emissão de dívida subordinada *Lower Tier II* no montante de 961,6 milhões de euros.
- (v) O Produto Bancário ascendeu a 2,2 mil milhões de euros, registando um aumento de 129,1 milhões de euros face ao exercício de 2006, em resultado essencialmente do acréscimo de 162,1 milhões de euros na Margem Financeira, devido ao crescimento mais acentuado nos juros de crédito a clientes com origem no crédito à habitação e no crédito a empresas, comparativamente aos juros de recursos de clientes, juros de depósitos a prazo de outras instituições de crédito e juros de obrigações hipotecárias.
- (vi) O rácio *cost-to-income* apresentou uma evolução favorável durante o ano, passando de 51% para 50%.
- (vii) O Resultado Líquido ascendeu a 666,1 milhões de euros (539,6 milhões de euros em 2006), o que representa um aumento de 23,5% face ao exercício anterior.

10. Em relação às Contas Consolidadas, salientamos os seguintes indicadores caracterizadores da actividade no exercício:

- (i) O Activo Líquido do Grupo aumentou 7,3 mil milhões de euros face ao exercício anterior, ascendendo a 103,6 mil milhões de euros, devido essencialmente ao acréscimo registado no “Crédito a Clientes” (9,6 mil milhões de euros) e nos “Activos Financeiros Disponíveis para Venda” (2,9 mil milhões de euros), enquanto as rubricas de “Aplicações em Instituições de Crédito” e “Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados”, registaram diminuições de 3,7 mil milhões de euros e 1,0 mil milhões de euros, respectivamente.
- (ii) O aumento registado no “Crédito a Clientes” foi impulsionado pelo crescimento no crédito interno concedido (com destaque para os segmentos das empresas e crédito à habitação) e em outros créditos e valores a receber (crescimento das emissões de papel comercial).

- (iii) No Passivo registou-se um aumento significativo na rubrica de “Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais” (3,3 mil milhões de euros), devido essencialmente ao acréscimo verificado nos depósitos a prazo de instituições de crédito no estrangeiro, e na rubrica de “Responsabilidades Representadas por Títulos” (2,9 mil milhões de euros), com destaque para as emissões de obrigações hipotecárias efectuadas durante o ano.
 - (iv) Os Capitais Próprios sofreram um acréscimo de 527,4 milhões de euros, influenciado essencialmente pelo aumento do capital social (150 milhões de euros) e pelos resultados gerados no exercício (856,3 milhões de euros). Dos movimentos que atenuaram o efeito referido anteriormente, sublinha-se a diminuição das reservas de reavaliação de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda (275,2 milhões de euros) e a distribuição de dividendos ao accionista Estado (260 milhões de euros).
 - (v) O rácio de solvabilidade consolidado, calculado nos termos das normas do Banco de Portugal, registou uma diminuição de 0,4%, situando-se no final do exercício em 10,1%. Esta redução justifica-se essencialmente pelo elevado crescimento que se verificou nas posições de risco ponderadas (+16,2%), bastante superior ao dos Fundos Próprios Elegíveis (+11,9%).
 - (vi) O Produto da Actividade Bancária e Seguradora, registou um aumento de 165,1 milhões de euros (+5,5%), ascendendo a 3,1 mil milhões de euros, resultante do crescimento do produto da actividade financeira (202,1 milhões de euros) e da diminuição da margem técnica da actividade de seguros (37,0 milhões de euros), devido essencialmente à diminuição dos prémios brutos emitidos no ramo vida pela Caixa Seguros. O aumento do produto da actividade financeira, resulta do acréscimo da margem financeira alargada (254,1 milhões de euros) e dos resultados com serviços e comissões (30,2 milhões de euros), enquanto os resultados em operações financeiras e em outros resultados de exploração, registaram diminuições de 46,3 milhões de euros e 35,8 milhões de euros, respectivamente.
 - (vii) O rácio *cost-to-income* apresentou uma evolução favorável durante o ano, baixando de 56,2% para 55,1%.
 - (viii) O Resultado Líquido ascendeu a 856,3 milhões de euros (733,8 milhões de euros em 2006), o que representa um aumento de 16,7% face ao exercício anterior.
11. No exercício de 2007 a CGD continuou o processo de reorganização interna da área do controlo dos riscos nas várias vertentes, designadamente através do Projecto ROCI – Risco Operacional e Controlo Interno. A implementação deste programa visa atribuir à CGD as competências

necessárias para gerir o risco operacional, otimizar o consumo de capitais próprios, cumprir requisitos regulamentares e melhorar o sistema de controlo interno, acompanhando as melhores práticas internacionais nesta matéria. O Conselho Fiscal, em articulação com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, irá continuar a acompanhar este processo, no âmbito do trabalho sobre o sistema de controlo interno relativo ao exercício de 2007.

12. No período subsequente ao encerramento do exercício e no âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as Contas (Individuais e Consolidadas) apresentadas pelo Conselho de Administração e fiscalizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira.
13. O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da “Certificação Legal das Contas” emitida pelo Revisor Oficial de Contas sobre as contas individuais e consolidadas e o “Relatório de Auditoria” (Contas Individuais e Consolidadas) emitido pelo Auditor Externo, nos termos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

14. **PARECER:**

Tudo devidamente ponderado, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2007, actividade individual e consolidada, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) pondere sobre a proposta de aplicação de resultados que faz parte integrante do Relatório de Gestão;
- c) proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

LISBOA, 3 DE ABRIL DE 2008

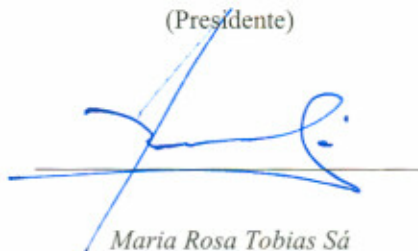
O CONSELHO FISCAL


Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Caixa Geral de Depósitos

Conselho Fiscal

(Presidente)



Maria Rosa Tobias Sá

(Vogal)



José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco

(Vogal)



**Caixa Geral
de Depósitos**

RELATÓRIO DO BOM GOVERNO 2007

1. Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

Missão

Assegurar elevados níveis de serviço aos Clientes, reforçar a posição de referência no sistema financeiro nacional, pelo posicionamento concorrencial, elevados padrões éticos e solidez financeira, garantindo, ao mesmo tempo, um adequado retorno ao accionista e a satisfação dos colaboradores.

Principais Objectivos Estratégicos.

O Grupo CGD deve procurar consolidar-se como um Grupo estruturante do sistema financeiro Português, distinto pela relevância e responsabilidade fortes na sua contribuição para

- *O desenvolvimento económico*
- *O reforço da competitividade, capacidade de inovação e internacionalização das empresas portuguesas*
- *A estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional*

Enquanto líder do mercado, o Grupo CGD deve procurar uma evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento e solidez financeira, sempre no quadro de uma gestão prudente dos riscos.

Tendo em conta o posicionamento do Grupo CGD no mercado e as alterações esperadas para a envolvente externa nos próximos 3 anos, foram eleitos seis eixos estratégicos de desenvolvimento da actividade.

Um primeiro eixo centra-se na necessidade de sustentar o crescimento rentável do negócio, factor-chave para manter a posição de referência que a CGD tem no mercado financeiro nacional. Este crescimento deve passar pela consolidação da liderança em áreas de tradicional força da CGD (captura de recursos, crédito à habitação), a par de uma maior presença junto das melhores PME's, ou de um crescimento nos mercados internacionais, entre outros. Adicionalmente, a contribuição para o crescimento económico é uma prioridade central, nomeadamente através do apoio às empresas e da participação no financiamento de projectos estruturantes para o País.

Um segundo eixo fixa-se na necessidade de reforçar esforços de eficiência operativa e melhoria da qualidade de serviço, ambos factores críticos de sucesso na actividade financeira actualmente. O Grupo CGD tem tido uma evolução positiva em termos de *cost-to-income* nos últimos anos, mas os seus principais concorrentes têm levado a cabo programas agressivos de redução de custos, o que, conjuntamente com um contexto económico menos favorável, vem reforçar o aumento de eficiência como um imperativo competitivo para os próximos anos.

Um terceiro eixo prioritário é o reforço das capacidades de gestão de risco, área central à actividade bancária, que surge neste ciclo com importância acrescida, dada a incerteza que existe em torno da evolução económica e dos mercados financeiros a nível internacional.

Um quarto eixo é o desenvolvimento de uma política de Recursos Humanos baseada nos pilares dos Valores e Cultura da Empresa, do conhecimento, da comunicação e do desempenho. Nesta frente, surge a aspiração de desenvolver uma cultura empresarial mais orientada ao desempenho e de melhorar a produtividade dos recursos humanos, sempre no quadro da harmonia laboral.

Um quinto eixo, centra-se no desenvolvimento cultural e social e na promoção da sustentabilidade que o Grupo CGD aspira a reforçar, bem como na vontade de se estabelecer como uma referência nacional em Bom Governo e conduta ética.

Finalmente, um sexto eixo prende-se com a necessidade de proceder a uma reestruturação do modelo corporativo de forma a atingir uma estrutura de capital mais eficiente e simultaneamente libertar recursos importantes para o desenvolvimento do negócio em áreas estratégicas.

2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

A CGD encontra-se sujeita aos Estatutos da Sociedade, cuja última alteração ocorreu em 3 de Abril de 2007, com a publicação do Decreto-Lei nº 106/2007, que procedeu, nomeadamente, à adequação do modelo de governo da sociedade, em consonância com o quadro estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais, na revisão operada pelo DL nº 76-A/2006, de 29 de Março.

Está, ainda, sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do seu estatuto de empresa pública, de que se destacam a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE) e o DL nº 300/2007, de 23 de Agosto, que procedeu a alterações do regime jurídico do SEE.

De um modo geral, à CGD aplica-se a legislação europeia e nacional relativa à sua actividade, de que se destaca o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro e várias vezes alterado, o Código dos Valores Mobiliários, que sofreu alterações relevantes em 2007 com a publicação do DL nº 357-A/2007, de 31 de Outubro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2004/39/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, relativa aos mercados de instrumentos financeiros (DMIF) e as respectivas normas de execução, e todas as normas regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

A CGD dispõe de um Sistema de Normas Interno (SNI), publicado na intranet, às quais todos os colaboradores se encontram sujeitos, que abrange os aspectos mais relevantes do funcionamento da empresa e do exercício da sua actividade. O SNI estabelece as regras e competências relativas à produção, gestão, meios de suporte, divulgação e acesso a normas, nomeadamente sobre a estrutura orgânica, a política de pessoal, as características de produtos e serviços e os procedimentos ou informações relevantes.

Para além da existência e disponibilização do livro de reclamações imposto pelo DL nº 156/2005, de 15 de Setembro, a CGD dá particular ênfase às reclamações e sugestões dos clientes, que podem ser apresentadas em qualquer ponto da Rede Comercial, ou através do serviço Caixadirecta Telefone, ou no Espaço Cliente no sítio www.cgd.pt, estando as regras de gestão e tratamento das reclamações definidas em Ordens e Instruções de Serviço internas.

A intermediação financeira exercida pela CGD é objecto de um Regulamento Interno - Regulamento Interno da Actividade de Intermediação Financeira da CGD (RIAIF) -, aprovado pela CMVM, onde estão definidos os princípios e procedimentos fundamentais que regulam as actividades que prossegue nesta área de negócio e para as quais se encontra registada junto da autoridade de supervisão, vinculando os membros dos órgãos sociais e os colaboradores do Banco afectos a esta área, ainda que ocasionais.

3. Transacções relevantes com entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Caixa todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas, os órgãos de gestão da Caixa e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de Dezembro de 2007, as demonstrações financeiras da CGD incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2007			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
<u>Activos:</u>				
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	9.161.327
Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação	413.912	-	1.500	237.939
Crédito a clientes	-	33.975	780.435	14.269
Outros activos	13.274	23.132	122.211	615.568
<u>Passivos:</u>				
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.991	2.232.896	11.614	902.300
Débitos representados por títulos	-	-	-	774.317
Passivos subordinados	-	-	-	1.072.961
Outros passivos	61	-	104	93.516
<u>Garantias prestadas</u>	45.240	144.681	17.320	49.212
<u>Proveitos:</u>				
Juros e rendimentos similares	21.732	888	57.082	1.236.991
Ganhos em operações financeiras	129	-	-	5.260.472
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	302	61.116
Outros proveitos de exploração	-	-	106	49.897
<u>Custos:</u>				
Juros e encargos similares	1.250	47.409	557	1.236.991
Perdas em operações financeiras	854	-	-	5.288.488
Comissões	-	-	-	3.970
Outros custos de exploração	-	-	640	539

Os valores apresentados no quadro, com excepção dos relativos a outras empresas do Grupo CGD, correspondem à actividade individual da Caixa.

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

4. Outras transacções

Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por produto.
- Selecção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas.
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas.
- Contratos com fornecedores de bens / prestadores de serviços – de forma escrita: troca de correspondência ou contrato formal.

Universo das transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado

Contratações habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, sem consulta ao mercado:

- Transporte de valores – com a ESEGUR;
- Aquisições em regime de locação financeira – com a Caixa Leasing e Factoring;
- Seguros – com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial;
- Renting de viaturas – com a LOCARENT.
- Arrendamento de Imóveis – com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial e Fidelidade Mundial SGII

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos

- ESEGUR – Empresa de Segurança, S.A.
- Companhia IBM Portuguesa, S.A.

5. Indicação do modelo de governo e identificação dos membros da Administração e da Fiscalização

Até Abril de 2007, a CGD tinha como Órgãos Sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único, sendo a seguinte a composição dos respectivos órgãos:

Assembleia Geral

Presidente – vago

Vice-Presidente – vago

Secretário – João Manuel Travassos Dias Garcia

No ano de 2006, a CGD não teve Presidente da Mesa da Assembleia Geral e o Vice-Presidente, José Manuel Simões Correia, renunciou ao cargo, por carta datada de 4 de Julho de 2006.

Conselho de Administração

Presidente – Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira

Vice-Presidente – António Manuel Maldonado Gonet

Vogais – José Joaquim Berberan e Santos Ramalho; Vítor Manuel Lopes Fernandes; Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona; Norberto Emílio Sequeira da Rosa; Armando António Martins Vara e Francisco Manuel Marques Bandeira.

Fiscal Único

Oliveira Rego & Associados, SROC, representada por Manuel de Oliveira Rego

Suplente – Álvaro, Falcão & Associados, SROC

Auditor Externo

Deloitte & Associados, SROC

Em 2007, foram alterados os Estatutos da CGD (artºs 8º, 17º e 23º dos Estatutos, com a redacção dada pelo o DL nº 106/2007, de 3 de Abril) e, em conformidade, o modelo de governo da sociedade adoptado substituiu o Fiscal Único por um Conselho Fiscal, cujos membros foram eleitos na reunião da Assembleia Geral de 17 de Abril de 2007. Assim, a partir daquela data e até final de 2007 a composição dos órgãos sociais da CGD foi a seguinte:

Assembleia Geral

Presidente – Manuel Carlos Lopes Porto

Vice-Presidente – Daniel Proença de Carvalho

Secretário – José Lourenço Soares

Conselho de Administração

Presidente – Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira

Vice-Presidente – António Manuel Maldonado Gonelha

Vogais – José Joaquim Berberan e Santos Ramalho; Vítor Manuel Lopes Fernandes; Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona; Norberto Emílio Sequeira da Rosa; Armando António Martins Vara e Francisco Manuel Marques Bandeira.

Conselho Fiscal

Presidente – Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Vogais – José Emílio Garrido Coutinho Castel-Branco e Maria Rosa Tobias Sá

Vogais Suplentes – José Clemente Gomes e Ana Maria Ratel Barroso Reis Boto

Revisor Oficial de Contas

Oliveira Rego & Associados, SROC, representada por Manuel de Oliveira Rego

Suplente – Álvaro, Falcão & Associados, SROC

Auditor Externo

Deloitte & Associados, SROC

6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Esta informação consta do anexo I deste Relatório.

Remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

	Serviços de Revisão Legal de Contas (a)(b)	Outros Serviços (b)
Oliveira Rego & Associados, SROC, representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego	153 806,27	38 988,31

(a) Não inclui encargos com a revisão de contas das filiais e sucursais. (b) Inclui IVA

Remuneração do Auditor Externo em 2007

	Serviços de Auditoria Externa (a) (b)	Estudos e Pareceres Eventuais (b)	Outros Serviços Especializados (b)
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	246 929,06	502 761,21	251 567,55

(a) Encargos com a auditoria às contas da CGD relativas à actividade individual e consolidada. Não inclui encargos com a auditoria das contas das filiais e sucursais. (b) Inclui IVA

7. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

Este tema está tratado autonomamente num capítulo do Relatório de Gestão da CGD.

8. Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo

A CGD adoptou os Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, tendo encetado diversas iniciativas de modo a caminhar para o seu integral cumprimento. Assim:

I Elaboração anual de um **plano de actividades** prosseguindo o cumprimento da missão e objectivos cometidos à empresa, assim como de um **relatório informando do cumprimento da missão, objectivos e políticas da empresa**, com uma análise de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, e em que termos foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (título II, n.ºs 7, 8 e 10 da RCM).

A CGD desenvolve anualmente um processo de planeamento, no qual são definidos os objectivos a atingir para cumprimento da missão que lhe está cometida. Para acompanhar a execução do plano de actividades e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de monitorização com recolha de informação de gestão, sendo produzidos relatórios periódicos de execução, nas diversas áreas de actividade.

Anualmente, a actividade desenvolvida e o cumprimento dos objectivos fixados é objecto de avaliação apresentada no Relatório e Contas, de que o presente Relatório do Governo da Sociedade é parte integrante.

A análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental consta de capítulo autónomo do Relatório e Contas dedicado a estes temas.

II Implementação de **políticas efectivas de igualdade de tratamento** e de oportunidades entre homens e mulheres e de **conciliação da vida pessoal, familiar e profissional**, bem como de **valorização profissional** dos trabalhadores da empresa (título II, n.ºs 9 e 12 da RCM).

Na CGD não existe qualquer diferenciação no recrutamento e na retribuição de homens/mulheres, existindo, estatisticamente, um patente equilíbrio de colaboradores dos dois sexos (52% mulheres e 48% homens).

A CGD respeita escrupulosamente as regras legais e contratuais relativas à protecção da maternidade e paternidade, não existindo qualquer discriminação no acesso aos cargos de chefia.

Para além da formação interna, presencial e por *e-learning*, a CGD tem promovido e incentivado a valorização dos seus colaboradores, financiando a frequência de cursos de especializações, de mestrado e de pós-graduações.

Nos termos dos Acordos de Empresa em vigor, são atribuídos subsídios infantis e/ou de estudo aos filhos dos colaboradores, existindo também, ao nível dos Serviços Sociais da CGD, programas em colónias de férias estivais.

Integrado na Direcção de Pessoal existe um Núcleo de Acção Social que desenvolve acções que contribuem para a conciliação entre o trabalho e a família, nomeadamente através da análise de situações de necessidades sociais, de crédito pessoal, de concessão de maior número de dias para assistência à família de carácter excepcional, de adequação e flexibilidade de horários de trabalho nas situações que o justifiquem (nomeadamente a conciliação trabalho/família) e da análise de situações que podem determinar transferências ou reorientação profissional em situações de crise na vida dos colaboradores (doenças, acidentes, falecimentos, divórcios, situações de conflito, etc.).

III Cumprimento da legislação e regulamentação e comportamento eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação das normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral (título II, nº 11 da RCM).

Toda a actividade da CGD é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontologia e boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para monitorizar esse cumprimento.

IV Definição e divulgação de procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, com a adopção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia; obrigação de divulgação anual de todas as transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros (título II, nº 13 da RCM).

A CGD possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adopção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, prestando anualmente informação no seu Relatório e Contas sobre todas as transacções que não ocorram em condições de mercado, bem como uma lista de fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos.

V Existência e divulgação pública de um Código de Conduta que contemple e sistematize os princípios gerais aplicáveis a todos os trabalhadores e órgãos sociais da CGD (título II, nºs 11 e 14 da RCM).

Existem relevantes referências comportamentais em diversos normativos internos da CGD que, em Fevereiro de 2008, aprovou o Código de Conduta da instituição.

VI Existência de um modelo de governo que assegure a efectiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo os órgãos de administração e fiscalização ser ajustados à dimensão e complexidade da empresa, em ordem a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisões e a garantir uma efectiva capacidade de supervisão (título II, nºs 15 e 16 da RCM).

Foram alterados os Estatutos da CGD (artºs 8º, 17º e 23º dos Estatutos, com a redacção dada pelo DL nº 106/2007, de 3 de Abril) e, em conformidade, na reunião da Assembleia Geral de 17 de Abril de 2007, foram eleitos os membros do Conselho Fiscal para o triénio 2007-2009.

O Conselho de Administração deliberou a distribuição de pelouros e responsabilidades entre os seus membros, bem como as substituições a vigorar no caso de ausências.

Para além do Conselho de Administração, reunido em plenário, existem os seguintes Conselhos Delegados:

- Conselho de Crédito, composto por todos os membros do Conselho de Administração, com o mínimo de 3, com competência em matéria de crédito, de acordo com as competências delegadas;
- Conselho Alargado de Crédito, composto por todos os membros do Conselho de Administração, com o mínimo de 4, igualmente com competência em matéria de crédito, de acordo com as competências delegadas;
- Conselho Delegado de Marketing, Comunicação e Redes (CDMC), com competências delegadas em matéria de comunicação, marketing, mercados financeiros, redes comerciais de empresas e de particulares e produtos e serviços, composto pelos membros do Conselho de Administração com os correspondentes pelouros, com o mínimo de 3;
- Conselho Delegado de Pessoal, Meios e Sistemas (CDPM), com competências delegadas em matéria de gestão de aprovisionamento, gestão de imóveis, organização, pessoal, sistemas de informação e suporte operacional, composto pelos membros do Conselho de Administração com os correspondentes pelouros, com o mínimo de 3;
- Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), com competências delegadas relativas às acções e procedimentos destinados a controlar os riscos e a posição financeira do Grupo, composto pelo Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração e pelos Vogais com os pelouros dos mercados financeiros, gestão de risco, planeamento, contabilidade, controlo, internacional, marketing, participações financeiras e financiamento imobiliário.

Em regra, o ALCO reúne uma vez por trimestre e os demais órgãos uma vez por semana.

VII Relatório anual de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa (título II, nº 17 da RCM).

A lei comete esta função aos membros não executivos dos órgãos de administração, aos membros do conselho geral e de supervisão, que podem designar entre si uma comissão de avaliação para o efeito ou, quando estes não existam, aos membros do órgão de fiscalização, que é o caso da CGD e a cujo Conselho Fiscal compete elaborar o respectivo relatório de avaliação do desempenho dos gestores executivos.

VIII Auditoria externa anual das contas da empresa, devendo os membros do órgão de fiscalização ser os interlocutores da empresa com os auditores externos (título II, nº 18 da RCM).

A auditoria anual às contas da CGD é efectuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, SA, que tem como interlocutores privilegiados o Conselho Fiscal e a Direcção de Contabilidade e Consolidação de Informação Financeira, sendo que, de acordo com o número 18 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a selecção e contratação do auditor externo passaram a ser da responsabilidade do Conselho Fiscal, que assegurará as suas condições de independência.

IX Existência de um sistema de controlo de protecção dos investimentos da empresa e dos seus activos, devendo esse sistema abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa (título II, nº 19 da RCM).

A estrutura orgânica da CGD assegura a segregação das funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco decorrente das mesmas.

No âmbito do controlo e gestão de riscos associados à actividade, a CGD tem definidas políticas específicas para a gestão das carteiras de investimento e negociação (activos financeiros), bem como de crédito, cuja execução é acompanhada pelo Conselho de Administração e pelos Conselhos de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO).

As regras de gestão do risco de mercado estabelecidas, para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, à rentabilidade exigida, a tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

X Divulgação pública anual das remunerações totais, variáveis e fixas auferidas, seja qual for a sua natureza, por cada membro dos órgãos da administração e de fiscalização, incluindo os demais benefícios e regalias, designadamente seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa (título II, nº 21 da RCM).

A CGD divulga, no site da DGT e no anexo I deste Relatório de Governo da Sociedade, as remunerações totais, variáveis e fixas auferidas, seja qual for a sua natureza, por cada membro dos órgãos de administração e de fiscalização.

XI Dever de cada um dos membros dos órgãos sociais **de abstenção de participação em decisões** que envolvam os seus próprios interesses **e dever de comunicação** à Inspeção-Geral de Finanças e aos outros membros dos órgãos sociais **da existência de quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa**, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse (título II, nº 22 da RCM).

Os membros do Conselho de Administração têm conhecimento do regime de incompatibilidades e impedimentos definido no “Estatuto do Gestor Público” (Decreto Lei 71/2007) e nos “Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Público Empresarial” (RCM nº 49/2007), em que são estabelecidas regras que impedem o exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Para esse efeito, estão sujeitos à obrigatoriedade de declarar por escrito à Inspeção-Geral de Finanças, todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, directa ou indirectamente na empresa, bem como cargos, funções e actividades profissionais que exerçam, sendo que a Secretaria Geral tem conhecimento das declarações feitas pelos membros do Conselho de Administração ao Tribunal Constitucional e ao Banco de Portugal.

XII Dever de divulgação pública imediata de informação relevante (título II, nº 23 da RCM).

A CGD tem nomeado um Representante para as Relações com o Mercado enquanto emitente de instrumentos financeiros, o qual promove a tempestiva comunicação de informações que sejam susceptíveis de afectar relevantemente a situação económica, financeira e patrimonial da empresa, no sentido do integral cumprimento do dever de divulgação pública imediata de informação relevante. Complementarmente, o site na Internet disponibiliza um conjunto de informação institucional e referente ao negócio.

XIII Divulgação pública em sítio da Internet (“sítio das empresas” da Direcção-Geral do Tesouro), da missão, dos objectivos e políticas relativas à empresa e às participadas que controla, do seu grau de cumprimento, de conhecimento de informação relevante, de informação financeira histórica e actual da empresa, bem como a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais (título III, nºs 25, 26 e 27 da RCM).

Os elementos supra constam do “sítio das empresas” da DGT.

XIV Eventual nomeação de um **provedor do cliente**, de acesso livre e gratuito, junto do qual pode ser exercido o direito de reclamação dos clientes e dos cidadãos em geral, bem como a apresentação de sugestões (título III, nº 28 da RCM).

Na CGD, para além da existência e disponibilização do livro de reclamações, o direito de reclamação dos clientes e dos cidadãos em geral, bem como a apresentação de sugestões, pode ser exercido em qualquer ponto da Rede Comercial, ou através do serviço Caixadirecta Telefone, ou no Espaço Cliente no sítio www.cgd.pt, estando as regras de gestão e tratamento das reclamações claramente definidas em Ordens e Instruções de Serviço internas.

A CGD dá particular ênfase à gestão e tratamento das reclamações, na dupla perspectiva de melhoria de serviço ao cliente e de controlo interno.

XV Inclusão nos relatórios de gestão de um ponto relativo ao **governo da sociedade** (título III, nº 29 da RCM).

O presente relatório visa cumprir este princípio.

9. Código de Conduta

Em Fevereiro de 2008, a CGD aprovou o código de conduta da instituição, que contempla e sistematiza os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores e órgãos sociais, e que devem reger a actividade da empresa.

Estatuto Remuneratório do Órgão de Administração

Empresa:	CGD															Ano :	2007	Unidade : Euros			
MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	REMUNERAÇÃO						OUTRAS REGALIAS E COMPENSAÇÕES						ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
	Remuneração Base	Seguro relativo a Remuneração de Disponibilidade Diferida ⁽¹⁾	Acumulação de Funções	Remuneração Complementar	Despesas de Representação	Participação nos Lucros / Prémios de Gestão	Gastos de utilização de telefones ⁽²⁾	Valor de aquisição pela empresa da viatura de serviço	Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	Subs. de Refeição	Despesas de Deslocação	Outros (Subsídio de Estudo)	Encargos com Regime de Previdência	Seguros de Saúde	Seguros de Vida	Opção pelo vencimento de origem (S/N)	Regime de Previdência	Exercício de opção da aquisição da viatura de serviço (S/N)	Usufruto de casa de função (S/N)	Exercício de funções remuneradas fora do Grupo (S/N)	
CONSELHO ADMINISTRAÇÃO																					
Presidente																					
Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira	349.158,46	52.373,74	0,00	0,00	Existe atribuição de um cartão de crédito de empresa no qual apenas são consideradas, a custo da CGD, despesas decorrentes da actividade devidamente documentadas com facturas e comprovativos do movimento. Eventuais despesas de carácter pessoal pagas com este cartão são	0,00	8.089,54	86.741,59	2.973,07	2.539,80	0,00	0,00	14.203,56			N	Segurança Social	N	N	N	
Vice-Presidente					debitadas directamente aos Srs. Administradores na sua conta à ordem.	0,00	2.812,63	83.908,80	3.797,09	2.550,00	0,00	0,00	10.226,58	Não existem seguros individuais. Apenas o Seguro para cobertura de Acidentes Pessoais em deslocação (uma apólice para todos os colaboradores que também abrange os Srs. Administradores)			N	Segurança Social	N	N	N
Vogais																					
Jose Joaquim Berberan Santos Ramalho	244.411,02	36.661,66	0,00	0,00		0,00	1.863,39	64.291,31	2.502,19	2.315,40	3.262,06	366,30	44.898,28			N	CGA/Fundo Pensões	N	N	N	
Vitor Manuel Lopes Fernandes	244.411,02	36.661,66	0,00	0,00		0,00	(3)	76.700,00	3.763,64	2.346,00	335,40	522,40	14.203,56			N	Segurança Social	N	N	N	
Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona	244.411,02	36.661,66	0,00	0,00		0,00	2.352,29	75.041,77	3.387,67	2.356,20	2.850,90	0,00	44.898,28			N	CGA/Fundo Pensões	N	N	N	
Norberto Emilio Sequeira da Rosa	244.411,02	36.661,66	0,00	0,00		0,00	933,68	72.166,47	2.673,22	2.478,60	335,40	0,00	36.121,68			N	Fundo Pensões B. Portugal	N	N	N	
Armando António Martins Vara	244.411,02	36.661,66	0,00	0,00		0,00	4.277,19	81.834,66	3.133,50	2.254,20	2.716,70	0,00	19.559,04			N	CGA/Fundo Pensões	N	N	S ⁽⁴⁾	
Francisco Manuel Marques Bandeira	244.411,02	36.661,66	0,00	0,00		0,00	1.058,73	77.927,38	6.119,74	2.295,00	1.006,20	0,00	22.657,74			N	CGA/Fundo Pensões	N	N	N	
CONSELHO FISCAL																					
Presidente																					
Eduardo Manuel Hintze Paz Ferreira	45.591,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.324,85	0,00	0,00		Segurança Social				
Vogais																					
José Emilio Coutinho Garrido Castel-Branco	34.193,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.266,08	0,00	0,00		Segurança Social				
Maria Rosa Tobias Sá	34.193,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.266,08	0,00	0,00		Segurança Social				
OBSERVAÇÕES:	⁽¹⁾ Seguro relativo a Remuneração de Disponibilidade Diferida aprovado em Assembleia Geral da CGD de 02.11.1993, alterado em Assembleia Geral de 31.05.2000 e previsto no artigo 22º dos Estatutos da CGD, sob a denominação de Plano Complementar de Reforma. Mensalmente, a verba correspondente é paga, sobre a qual incide IRS à taxa normal, e é imobilizada em aplicação financeira até ao final do exercício de funções. ⁽²⁾ Reporta a custos com comunicações móveis e de dados ⁽³⁾ Custo suportado pela Fidelidade / Mundial ⁽⁴⁾ As verbas auferidas e pagas fora do Grupo são deduzidas no recibo de vencimento da CGD, pelo que o seu vencimento é o apresentado neste quadro como Administrador CGD.																				



**Caixa Geral
de Depósitos**

**RELATÓRIO DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL E DE
SUSTENTABILIDADE
2007**

A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CGD

A Responsabilidade Social é, na Caixa, um compromisso de sempre. Envolve todos, colaboradores, clientes e comunidade, e abrange as mais diversas áreas de actuação, da Solidariedade à Educação e ao Ambiente passando pelo Desporto e pela Cultura.

O ano de 2007 fica marcado pelo arranque do Caixa Carbono Zero 2010 um programa estratégico da CGD que visa contribuir para a redução do impacte ambiental das suas actividades, numa lógica de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que procura induzir boas práticas junto dos seus colaboradores, clientes e da sociedade em geral.

Enquadra-se na Responsabilidade Social da Caixa Geral de Depósitos, no âmbito da qual assumem particular relevância as áreas estratégicas do Ambiente e da Educação, designadamente a nível da sensibilização ambiental e da literacia financeira, que, a par da Solidariedade, constituem áreas prioritárias de intervenção.

Seguindo uma tradição histórica a Caixa prossegue o apoio contínuo e empenhado às actividades sociais, culturais e desportivas, da comunidade dando resposta às necessidades reais da sociedade, indo de encontro às suas expectativas.

A actuação da Caixa junto dos seus colaboradores assenta na promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável, na comunicação entre todos, na aprendizagem ao longo da vida, na inclusão e na igualdade de oportunidades.

Assume também na relação com os seus clientes o rigor, confiança e transparência, gerindo esta relação de forma ética e no respeito pela sua privacidade. Prestando sempre um serviço de excelência, integrando de forma pró-activa as melhores tendências registadas no sector financeiro.

Nas mais diversas áreas da sua actividade e na sua relação com os stakeholders a CGD promove os valores da ética, da competência.

Os nossos Valores

A solidez, o rigor e a transparência são valores que incorporam o património da marca Caixa Geral de Depósitos, apostando em relações de longa duração, incrementando o valor do conhecimento, estruturando equipas de colaboradores para, conduzirem a operacionalidade dos serviços garantindo o crescimento e gerando valor para a instituição, para os clientes e para a sociedade e acreditar que um sistema financeiro transparente, ético e eficiente é uma condição essencial para o desenvolvimento económico e social de Portugal.

A nossa Marca

A Caixa Geral de Depósitos é uma das marcas portuguesas mais fortes. Referência no mercado financeiro, goza de uma reputação ímpar de confiança, solidez e qualidade. É reconhecida como uma marca ambiciosa, robusta, com uma grande capacidade de comunicação um comportamento social e uma linguagem própria, que lhe permite competir em qualquer enquadramento.

Ética Empresarial

Promovemos uma procura constante de aperfeiçoamento dos nossos produtos, serviços e procedimentos, adequando-os à realidade social e investindo em relações sustentáveis com todos os *stakeholders*.

A Caixa segue as recomendações da Comissão Europeia relativas ao Código Europeu de Conduta Voluntário do Crédito à Habitação (desde 2002), no sentido de facultar, através dos meios de que dispõe (agências, site, banca telefónica) informação objectiva, clara e comparável que permita aos seus clientes fazer opções informadas.

A Caixa é membro activo do ICAP – Instituto Civil da Autodisciplina da Publicidade, cujo código de conduta estabelece como objectivo fomentar o respeito pela ética e deontologia pelas quais a publicidade se deve pautar.

O princípio subjacente é o de que a publicidade deve ser legal, transparente, honesta e verdadeira (não enganosa), com uma responsabilidade social para com o consumidor e para com a sociedade. Deve respeitar as regras da concorrência leal. Tais práticas visam a confiança e a credibilidade por parte do consumidor.

Colaboradores

O compromisso da CGD para com os seus colaboradores passa por promover um ambiente de trabalho seguro e saudável, a comunicação entre todos, a aprendizagem ao longo da vida, a inclusão e a igualdade de oportunidades o que se traduz naturalmente não apenas em produtividade, mas também em motivação e satisfação dos colaboradores e das suas famílias.

A CGD privilegia a Comunicação Interna como elemento fundamental de apoio aos colaboradores e ao negócio, constituindo um instrumento de motivação e veículo de divulgação e consolidação da Cultura e Valores da Instituição.

Em 2007 e na linha dos anos anteriores a Intranet revelou-se um instrumento poderoso na obtenção de *feedback* nas mais diversas áreas de actuação.

Também a “caixa em revista”, publicação interna da CGD, prosseguiu o seu papel na promoção da cultura da empresa ligando a Caixa, aos colaboradores no activo e aos reformados, no seio do Grupo Caixa Geral de Depósitos. .

Entre os diversos projectos desenvolvidos em 2007, destaque para:

Caixa de Ideias

O concurso mobilizou os colaboradores tendo sido apresentadas 1736 ideias, abrangendo produtos, processos e comportamentos, muitas delas interessantes e inovadoras, estando algumas já em implementação.

Caixa 2007: Um Banco Melhor

Este programa estratégico para o retalho doméstico da CGD foi potenciado através dos meios da comunicação interna.

Os processos de recrutamento e selecção respeitam integralmente as boas práticas, sendo que a Internet se tem evidenciado como o principal canal de divulgação de oportunidades e de recolha de candidaturas (*e-Recruitment*). Para as funções mais qualificadas ou de maior responsabilidade, dá-se prioridade ao recrutamento interno o que possibilita aos empregados do quadro maiores oportunidades de progressão na carreira.

A distribuição do efectivo por sexos é na ordem dos 50,5% de mulheres e de 49,5% de homens e tem ultimamente recrutado empregados oriundos, por exemplo, dos PALOP's (70), da Europa (11), da América Latina (5) e da Ásia (3), trabalhando actualmente na empresa 72 homens e 71 mulheres portadores de deficiência física.

Sendo as pessoas o activo fundamental de uma empresa e o conhecimento motor de desenvolvimento de qualquer sociedade, o apoio às iniciativas de auto-formação dos empregados com vista à aquisição de novas competências ou à sua actualização, a melhoria das condições de acesso às oportunidades e instrumentos de aprendizagem, em tempo e no espaço, são uma realidade indissociada da política de recursos humanos da CGD.

- A continuação do apoio, no âmbito dos Programas Especializados de Desenvolvimento Pessoal, à Formação Superior dos empregados, através da comparticipação total ou parcial nos custos de frequência de Pós-Graduações, Mestrados, Cursos Avançados e Especializações.

- O fomento da aprendizagem de idiomas ou a manutenção da sua fluência, através da criação de um sistema personalizado de aprendizagem contínuo e estruturado em diversos graus, com acesso a processos de certificação;

- A criação das condições técnicas e tecnológicas para acesso aos cursos disponibilizados através da plataforma de *e-Learning* da CGD fora do local de trabalho, iniciada para um grupo piloto em 2007, que abrange já um universo de 2500 empregados.

Promovemos activamente programas de estágio dirigidos a jovens estudantes de diferentes graus de ensino, tendo em vista a conclusão dos seus cursos, bem como a recém-formados que necessitam de uma primeira experiência de actividade no meio laboral, aumentando a sua empregabilidade futura. Em 2007 foram facultados 350 estágios, sendo, face à realidade social existente no ensino superior, 62% ao sexo feminino e 38% ao masculino.

No final de 2007, foi lançado o Caixapessoal (Portal do Empregado) visando uma simplificação e automatização de um conjunto de operações de gestão corrente, com o apoio da *web*, assim como uma aproximação e personalização da relação dos empregados com as áreas de recursos humanos da empresa ao longo da sua vida profissional.

O Caixapessoal permite, para além do acesso a todo um conjunto de informação organizada e inter-relacionada no âmbito dos recursos humanos, a interacção directa entre os empregados e a Direcção de Pessoal, nomeadamente através de um conjunto alargado de serviços on-line (que começa no próprio recibo de vencimento e vai até à declaração anual do IRS, por exemplo), do envio de questões, sugestões e pedidos de informação (*helpdesk*), assim como a criação de “comunidades de partilha” de conhecimento e de troca de experiências profissionais.

De destacar, igualmente, a disponibilização da oferta de Formação *e-Learning*, possibilitando aos empregados acederem a esta plataforma quer no seu local de trabalho, quer em suas casas, através da *Extranet*.

O “serviço” Caixapessoal inclui ainda um endereço de *e-mail* para troca de mensagens entre a DPE e os empregados, com especial relevo para o envio “just-in-time” de informação relevante e/ou considerada crítica, assim como de peças de carácter formativo (vídeos e tutoriais) sobre matérias relevantes para o negócio da CGD.

Inserido no âmbito da gestão do relacionamento com os empregados e com o objectivo de facilitar o acesso às Tecnologias da Informação, foram estabelecidos vários protocolos com empresas do sector que possibilitam o acesso a Software, Hardware e Telecomunicações em condições muito favoráveis, actualizados com frequência, de modo a satisfazerem padrões de dinâmica de optimização do que existe no mercado.

Paralelamente, foram criadas condições que procuram agilizar e facilitar todo o processo inerente às operações referenciadas, com empréstimos à taxa zero e com um mínimo de formalidades (Projecto N@vegar).

A par do apoio regular e sistemático a todos os colaboradores, incluindo no momento de admissão, a Medicina do Trabalho da CGD desenvolveu em 2007 um vasto conjunto de iniciativas. Assim, para além dos 7.485 exames médicos, foram desenvolvidas as seguintes campanhas:

- Consulta de Desabituação Tabágica
- Prevenção do Cancro do Cólon / Recto
- Prevenção Cardiovascular
- Consulta de Nutrição
- Rastreio Ginecomamário

A cultura baseada na participação, sendo promotora de saúde, é um investimento crucial para o futuro de qualquer empresa. Este princípio fundamental levou à criação e desenvolvimento de uma rede europeia de empresas saudáveis, “ENTERPRISE FOR HEALTH” (EfH), da qual a CGD é membro fundador.

Fundada em 2000, a EfH é actualmente composta por 22 grandes empresas europeias de renome, de 11 países europeus e de diversos ramos empresariais, unidas num único objectivo: salvaguardar a competitividade a longo prazo e o custo / benefício das suas organizações, o que só é possível com uma força de trabalho motivada, eficaz e empenhada nos objectivos.

Em 2007 a Medicina do Trabalho, participou em diversas reuniões deste âmbito, tendo a último tido lugar em Lisboa, em Setembro de 2007, com o apoio da CGD, subordinada ao tema “Liderança e Saúde”.

À semelhança de anos anteriores, a Caixa disponibilizou gratuitamente a todos os seus empregados a possibilidade de cada um, voluntariamente, ser vacinado contra a gripe

Sempre que, através dos exames médicos e / ou contactos dos colaboradores ou das suas hierarquias, se verificou a existência de situações anómalas relacionadas com a sua actividade profissional, provocadas por agentes internos ou externos é promovido o acompanhamento personalizado de todas as situações.

Em articulação sistemática com as áreas da Gestão, da Medicina do Trabalho e da Segurança prosseguiu, em 2007, a intervenção do Núcleo de Acção Social junto dos colaboradores, visou contribuir para o seu bem-estar e qualidade de vida em áreas como:

- Conciliação entre o trabalho e a família
- Processos de transferência com envolvente social;
- Acompanhamento de situações de doença e procura de soluções adequadas nos casos de Grande Doença, em apoio à retoma;
- Situações de precariedade socioeconómica e de endividamento, por recurso a Crédito Pessoal a Empregados, em condições excepcionais;
- Situações de crise (do foro psicológico, quadros reactivos a perdas, situações de conflito, apoio no luto e acompanhamento da família de empregados falecidos).
- Apoio na fase de reforma, oferecendo aconselhamento e procurando promover a continuidade da vida activa e prevenir a exclusão social, em articulação com as associações de reformados e grupos de voluntariado interno e externo.

Este Núcleo desenvolve também um Programa de Prevenção Integrada na área das doenças da Adicção, estabelecendo protocolos de tratamento com instituições credenciadas e apoiando a reintegração dos colaboradores em recuperação.

O “Séniamor – Grupo de Voluntários da CGD” que visa o apoio dos colegas mais sós e fragilizados, alarga ao fim de 10 anos a sua actividade ao Porto, assinalando-se o crescimento do número de voluntários, para cerca de 50 nas 2 cidades.

A CGD, como comunidade empresarial, tem também uma especial atenção para as Associações dos seus aposentados, prestando apoio às suas iniciativas. A ANAC - Associação Nacional dos Aposentados da CGD, criada em 1985, conta actualmente com 2300 sócios efectivos de entre os mais de 5000 aposentados da CGD. A AEBNU - Associação dos Antigos Empregados do BNU, criada em 1990, conta com cerca de 3000 sócios efectivos. Ambas fazem parte do Agrupamento Europeu de Reformados das Caixas Económicas, Bancos e Instituições Similares.

Com o objectivo de garantir as melhores condições de trabalho a CGD prossegue uma política de prevenção e segurança assente na permanente avaliação de áreas como a acessibilidade, ergonomia dos postos de trabalho, condições térmicas, qualidade do ar, nível de iluminação, nível de ruído, entre outros, e da promoção de uma consciência de Segurança através do incentivo aos colaboradores, para a adopção de comportamentos preventivos.

Em 2007 são de salientar as seguintes iniciativas:

- Simulacros de emergência nos edifícios para familiarizar os residentes com procedimentos de segurança (empregados, *outsourcing* e visitantes);

- Formação específica para os colaboradores que voluntariamente fazem parte das Equipas de Primeira Intervenção.

Os Serviços Sociais da CGD desempenham um relevante papel, no apoio permanente aos colaboradores, no activo ou aposentados, e às suas famílias, nos domínios da saúde, da assistência social, da cultura/recreio e do desporto, entre outros.

Na saúde, engloba a prestação de cuidados clínicos em ambulatório, através dos seus 8 Postos Médicos, todos informatizados, localizados em vários pontos do País e o co-pagamento de serviços prestados por entidades externas contratadas, havendo ainda a considerar a atribuição e gestão de subsídios a pessoas com incapacidade e crianças e jovens deficientes.

Nos domínios da cultura e desporto, o Centro de Cultura, Desporto e Ocupação de Tempos Livres promove o desenvolvimento de actividades, que contribuam para o bem-estar físico e psíquico dos colaboradores da CGD e seus familiares num total de mais de 11.500, com idades compreendidas entre 1 e 97 anos .Engloba também a realização de Colónias e Centros de Férias, em Portugal e no estrangeiro, e a organização de festas de Natal para os mais jovens.

Cientes

A Caixa Geral de Depósitos assume um compromisso de rigor, confiança e transparência na relação com os seus Clientes gerindo esta relação de forma ética e no respeito pela sua privacidade. Assume também o compromisso de prestar sempre um serviço de excelência, integrando de forma pró-activa as melhores tendências registadas no sector financeiro com o objectivo de assegurar em permanência o melhor serviço para todos os clientes CGD.

Em 2007 continuou a reforçar a sua presença em todo o território nacional com a abertura de mais Agências, numa relação privilegiada de proximidade com os clientes e a comunidade, disponibilizando os melhores serviços e produtos e participando activamente no desenvolvimento regional e nacional.

*Paralelamente, tem vindo a reforçar a sua ligação com os clientes através do seu site onde criou o “**Espaço Cliente**”,*

O *feedback* dos clientes, constitui um forte incentivo e constitui um ponto de partida privilegiado para adequar, inovar e melhorar a qualidade do serviço prestado.

Também a relação entre a CGD e os utilizadores do site www.cgd.pt foi intensificada em 2007, registando-se um aumento de utilizadores de 30% (750.000 visitantes únicos/mês). O **CGD Mobile**, ao disponibilizar o acesso ao site da CGD através do telemóvel, vem possibilitar cada vez mais o acesso à Caixa, a qualquer hora e em qualquer lugar.

No âmbito do Programa “Caixa Carbono Zero 2010”, a Caixa procurou desenvolver diversas iniciativas próprias ou em associação, a favor de um melhor ambiente.

No âmbito da sua oferta integrada para o financiamento de aquisição ou aluguer de viaturas – SOLUÇÃO AUTOMÓVEL – a Caixa introduziu um benefício inovador para todos os seus clientes que optem por veículos menos poluentes.

Esta medida insere-se numa política alargada de crescente preocupação com a protecção e preservação ambiental e contempla a isenção de comissões (de estudo) em todos os produtos, sempre que as viaturas financiadas respeitem os níveis de CO2 indicados pela União Europeia (até 140 gramas por quilómetro).

A Caixa em parceria com o **projecto MyEnergy** da EDP, lançou um conjunto de soluções de financiamento para a instalação de colectores solares térmicos, com condições vantajosas para os clientes CGD: montante até 100% do orçamento, com limite de 5.000€, prazos de financiamento e de carência mais alargados, isenção da comissão de estudo, redução em 50% da comissão de contratação e taxas de juro atractivas.

Considerando que o capital humano é um factor estratégico para o desenvolvimento e competitividade do País, a Caixa Geral de Depósitos continua a desenvolver esforços consistentes no suporte à formação superior e aos estudantes do Ensino Superior, em geral.

Em 2007, inovação e empregabilidade foram os factores que nortearam a acção da Caixa, que, nesse contexto, ao mesmo tempo que reforçou o apoio às actividades das Instituições de Ensino Superior, materializado nos protocolos de cooperação financeira, alargou as soluções facilitadoras do acesso ao Ensino Superior, integrando o acordo com o Governo Português para disponibilização da nova linha de crédito com garantia mútua.

Esta tem, na sua concepção, não só um princípio de universalidade, dado que dispensa garantias do aluno desde que cumpridas as condições de acesso pré-definidas, mas também um mecanismo de prémio do mérito, alinhando pelas demais soluções que a CGD já disponibiliza e que servem, na essência, a promoção de oportunidades e a criação de valor.

Em 2007, foi dinamizado um elevado número de acordos e protocolos com entidades do Ensino Superior, disponibilizando produtos e serviços bancários e financeiros em condições favoráveis para a população universitária, a par da emissão do cartão Caixa Universidade Politécnico.

Neste universo, consideram-se os cerca de 120 protocolos de colaboração com Universidades e Institutos Politécnicos de todo o País que permitem à Caixa, através da disponibilização dos seus produtos em condições preferenciais, apoiar 84% dos estudantes do Ensino Superior – 331.000 – representando 22 das 26 maiores Universidades de Portugal

Paralelamente, a Caixa prosseguiu uma consistente política de apoio àquelas instituições, através da atribuição de Prémios de Mérito Académico e de Investigação Científica a alunos e docentes e da concessão de Bolsas de Estudo.

Comunidade

Cultura

Seguindo uma tradição histórica da Caixa, o nosso compromisso com a Comunidade, assenta no apoio contínuo e empenhado às actividades sociais, culturais e desportivas, dando resposta às necessidades reais da sociedade, indo de encontro às suas expectativas. Faz parte do nosso código genético a assumpção de um papel activo na comunidade, enquanto actor social cujo papel não se restringe, e muito menos se esgota, na criação de valor económico antes privilegia a criação de valor global para todas as partes interessadas que se relacionam com a Caixa..

Na tradição de Mecenas histórico, no domínio das actividades culturais, a Caixa desenvolve uma actuação ímpar nas mais diferentes comunidades e locais promovendo a música, a literatura, as artes-plásticas e a língua portuguesa em Portugal e no mundo.

O Projecto Orquestras, iniciado em 2001, em colaboração com a AMEC – Orquestra Metropolitana de Lisboa, com a Associação Norte Cultural / Orquestra do Norte, com a Orquestra do Algarve, com a Orquestra Clássica do Centro e com Os Violinhos, já promoveu a realização de mais de 150 Concertos CGD por todo o país,

Em 2007, realizaram-se concertos em Sintra, Tavira, Braga, Figueira da Foz, Beja, Moita, Aveiro, Estremoz, Lisboa, Évora, Coimbra, Sines, Lagoa, Covilhã, Portimão, Montemor-o-Novo e Santarém.

De referir igualmente os primeiros Encontros Internacionais de Guitarra Portuguesa, realizados em Outubro em Coimbra.

A CGD patrocinou também:

- Actividade Anual das Orquestras Metropolitana de Lisboa (desde 2001), Orquestra do Algarve (desde 2005) e, Orquestra Clássica do Centro (desde 2006)
- Os Violinhos – Patrocínio dos Concertos do Ciclo Paganini

- Festival de Música do Palácio da Bolsa do Porto (desde 1997)
- Cistermúsica – Festival de Música de Alcobaça (desde 1996)
- Festival de Música de Leiria (desde 1992)
- Patrocínio do Ciclo Anual de Concertos da Academia de Música de Lagos (desde 2000);
- Festival de Sintra – Música e Dança (desde 1995)
- Festival Internacional de Póvoa Varzim (desde 1996)
- Festival Guimarães Jazz (desde 1998)
- Gala Comemorativa do 50º Aniversário da Vianna da Motta Foundation
- Digressão André Sardet Acústico
- Concertos 'Mariza – Lugares com História'
- Tournée The Gift - "Fácil de Entender", em Portugal e Espanha
- Festival Europeu da Canção de Pessoas c/ Deficiência
- Festivais de Verão 2007
- LUX JAZZ SESSIONS.

O apoio à expressão de Arte Contemporânea traduziu-se nos seguintes patrocínios:

- Fundação de Serralves – Apoio plurianual a Exposições (desde 2001);
- Prémio de Artes Plásticas União Latina (co-patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, desde 1992);
- Fundação Júlio Pomar (desde 2005)
- Exposição Salvador Dalí, Porto
- Exposição 'Los Ultimos Paisajes' de Van Gogh na Fundación Colección Thyssen-Bornemiza, Madrid
- Exposição "Encompassing the Globe - Portugal and the World in the 16th Century" ("Abraçando o Globo" Portugal e o Mundo no Século XVI), Smithsonian / Freer & Sacker Galleries.

Outros apoios importantes atribuídos em 2007

- *New Seven Wonders of the World*
- Exposição 'O Corpo Humano como nunca o viu...'
- Prémio Literário D. Diniz, da Fundação Casa de Mateus (desde 1990)
- Prémio Vida Literária da Associação Portuguesa de Escritores (desde 1993)
- Participação nas Feiras do Livro de Lisboa e do Porto;
- Actividades anuais do Clube de Jornalistas, incluindo Prémios Gazeta de Jornalistas e Programa na RTP2 "Clube de Jornalistas"
- Clube Português de Imprensa / Programa na RTP2 "Clube de Imprensa"
- Eventos culturais no Brasil no âmbito da Presidência Portuguesa da UE
- Obras de requalificação no Palácio da Bolsa, Porto
- Olimpíadas Informática 2007
- CAIXAMAT em parceria c/ Universidade de Aveiro.

A Mediateca exerceu a sua missão no Edifício-Sede da CGD durante 13 anos, constituindo uma referência no domínio do acesso à informação e ao conhecimento, especialmente em áreas técnicas ligadas à actividade financeira, tendo como público-alvo preferencial os empregados do Grupo CGD, mas também o público em geral e a comunidade académica dos pólos universitários envolventes.

Esta rede funciona em Moçambique (Maputo e Beira), Timor Leste (Díli), S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde (Praia e Mindelo) e Luxemburgo.

Criada em 1992, a CULTURGEST, uma referência nacional na programação contemporânea em todas as disciplinas artísticas, continuou a ser, durante 2007, um dos instrumentos mais relevantes de intervenção da CGD no domínio da acção cultural, ao serviço do público português e dos criadores e intérpretes nacionais e estrangeiros.

Entre os espaços que gere em Lisboa e na Galeria do Porto, foram organizadas 13 exposições que atraíram, no seu conjunto, 29 953 visitantes.

Programou e produziu quatro exposições para o espaço Chiado 8, uma das quais foi citada nos balanços críticos do ano, integrando a lista das melhores exposições. O número total de visitantes a estas mostras foi de 9060.

O Serviço Educativo organizou 510 visitas às exposições, dirigidas a públicos de várias idades e em especial ao público escolar. Foram também oferecidas 40 oficinas para jovens nos períodos de férias, 37 oficinas para jovens fora do período de férias e 8 para adultos. Por seu intermédio, vieram a espectáculos 1230 jovens. No total, cerca de 9113 pessoas, na sua esmagadora maioria jovens, beneficiaram do Serviço Educativo da Culturgest

A programação de 2007 incluiu a apresentação de 129 sessões de 52 espectáculos diferentes, nacionais e internacionais, entre teatro, dança e música e de 117 sessões de cinema incluindo as do Festival Doclisboa, para além de 65 conferências e outras iniciativas várias que tiveram um público de 55 393 pessoas.

Passaram pela Culturgest, no conjunto de todos os eventos um total de 85 346 pessoas. A taxa de ocupação média dos espectáculos foi de 77%.

No domínio do Teatro podem salientar-se: *Gatz*, da Companhia Americana *Elevator Repair Service*, considerado por vários críticos o melhor espectáculo de teatro do ano de 2007 em Portugal. De entre a produção nacional, com estreia preparada nos espaços da Culturgest, *Duas Metades*, de Patrícia Portela e Tiago Rodrigues.

No que diz respeito à dança, refiram-se: o *Dueto Meg Stuart e Philipp Gehmacher*, integrado no ciclo dedicado à bailarina e coreógrafa pelo CCB, pelo Teatro Camões e pela Culturgest. No que diz respeito à dança portuguesa, a Culturgest co-produziu ensaiou e estreou, *Caruma*, de Madalena Victorino, unanimemente considerado pela crítica o melhor espectáculo de dança de 2007.

Neste ano organizou-se um ciclo denominado “Os filhos de Abraão” que agrupou concertos de vários tipos de música, de origem popular ou de origem erudita, inspirada em temas de alguma ou algumas das religiões monoteístas que reclamam a ascendência do Patriarca (judaísmo, cristianismo nas suas diversas expressões, islamismo), completados com um conjunto de conferências proferidas por praticantes dessas religiões a quem se pediu que falassem sobre as razões da sua fé.

Estes concertos incluíram, entre outros, o grupo americano Klezmatics (música klezmer), o Coro da Sardenha dirigido por Jean-Paul Poletti (música católica tradicional), o Coro Sirin (música ortodoxa russa), o Ensemble Ibn Harabi (música sufi)

Ainda quanto à música erudita, realce para as duas óperas dos compositores portugueses José Júlio Lopes e Nuno Corte-Real apresentadas em co-produção com o Teatro Nacional de São Carlos. No jazz, salientem-se a presença do quarteto de Charles Lloyd (por alguns críticos considerado o melhor concerto do ano), e dos portugueses Carlos Barreto (em sexteto).

Para além do festival de cinema documental DocsLisboa, houve ainda 3 ciclos com diversas temáticas, para além da habitual projecção dos filmes premiados no festival Cinanima.

Em termos de Património Histórico da CGD, o tratamento da documentação é um trabalho contínuo que assenta em normas internacionais, de forma a criar uma normalização da descrição e permitir uma pesquisa e recuperação da informação a partir de qualquer lugar e de um simples computador.

Neste sentido, durante o ano de 2007 no Arquivo Histórico da CGD concluiu-se o tratamento de toda a documentação relativa ao Crédito ao Sector Público. Se pensarmos que desde início a Caixa foi a principal financiadora de todos os grandes projectos nacionais, em particular os patrocinados pela Administração Central e Local, compreenderemos a importância deste conjunto documental na evolução histórica do Portugal económico e social do séc. XX.

Também no Arquivo Histórico do ex-BNU se deu continuidade ao tratamento da documentação existente. Destacamos a conclusão da inventariação da documentação do serviço da Inspeção Geral do Ultramar que superintendeu a actividade do BNU em Angola, Cabo Verde, Guiné, Índia, Macau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor, da Inspeção do Continente e Ilhas, do Comissariado do Governo e do Arquivo do Pessoal.

Toda esta documentação constitui igualmente um valioso testemunho, fundamental para o estudo da História de Portugal, das ex-colónias portuguesas e de outros territórios de África e do Oriente onde o BNU exerceu a sua actividade.

A Caixa passou, a partir de 2007, a ter disponível no site www.cgd.pt, um link no qual se encontra informação relativa às diversas componentes: Arquivo Histórico, Núcleo Museológico e Coleccionismo. Da mesma forma foi o local privilegiado de investigação por parte dos investigadores que sob a coordenação do Sr. Prof. Pedro Lains preparam a publicação do II volume da História da CGD (1910-1974).

Saliente-se o apoio dado ao artista plástico, André Guedes, que realizou uma *OBRA* onde espelhava a actividade desenvolvida no Arquivo Histórico de Sapadores, com a qual artista ganhou o prémio União Latina 2007.

Relativamente à Biblioteca Ultramarina, prossegue o seu tratamento em colaboração com a Fundação Portugal África. Com esta Fundação, com o CESA – Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento/ISEG e com a Universidade de Aveiro, continuámos a nossa participação no Projecto Memória de África, que tem como objectivo a criação de uma biblioteca virtual/digital que reúna as referências bibliográficas existentes em arquivos e bibliotecas relacionadas com a temática do desenvolvimento e cooperação com os PALOPS, bem como a colocação on-line de obras raras ou únicas (www.memoria-africa.ua.pt).

Relativamente ao Núcleo Museológico da CGD, prosseguiu-se a sua organização, concentrando-se em Sapadores todo o espólio.

Solidariedade

A Solidariedade é uma marca indissociável da Caixa. Ao longo da sua história soube sempre promover as melhores práticas na resposta aos problemas e aos desafios da sociedade portuguesa nas diferentes épocas e situações, estando sempre presente.

No domínio da Solidariedade, a Caixa prosseguiu o apoio à Associação Entrajuda, designadamente a nível do voluntariado CGD e do suporte à formação dos dirigentes e colaboradores das Instituições de Solidariedade Social e ao projecto Bolsa do Voluntariado (www.bolsadovoluntariado), que conta já com 5.512 Voluntários registados, 459 Instituições inscritas e 260 Instituições, com necessidades em termos de produtos, colocadas, através da Bolsa de Produtos.

A Entrajuda é uma associação inovadora, fundada em 2004, cujo objectivo é apoiar as instituições de solidariedade social a organizar-se e a prestar melhor serviço aos seus utentes e presta apoio às Instituições de Solidariedade Social, na área de Lisboa, através dos seus voluntários, no âmbito da Organização e Planeamento, relações Institucionais, Sistemas e Tecnologias de Informação, Área Financeira, Recursos Humanos, Área Jurídica e Controlo de Gestão.

A CGD participa no projecto desde o primeiro dia, numa parceria que envolve apoio financeiro e trabalho oferecido pelos colaboradores e reformados, em regime de voluntariado.

Criado no âmbito da Responsabilidade Social da CGD e em associação ao cartão Caixa Fã, o Fundo Caixa Fã destina-se a financiar projectos estruturantes nesta área de actuação em todo o país, promovidos por entidades de reconhecido mérito, credibilidade e competência.

O **Fundo Caixa Fã** está alojado no www.cgd.pt, é alimentado por uma parte das receitas geradas pelo cartão Caixa Fã e por donativos individuais em contas de solidariedade abertas expressamente para o efeito, pelos promotores dos Projectos.

No âmbito da Solidariedade, apoiou-se também um conjunto de instituições, em áreas como a solidariedade social, a saúde, a integração da pessoa com deficiência e o apoio na carência e na catástrofe, quer através de donativos quer através da cedência de equipamentos. Destaque para: **CADIN** – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil, Associação Portuguesa Contra a Leucemia, ABRAÇO e **Casa dos Pobres de Coimbra**.

Também junto das populações mais carenciadas, foi dada continuidade à relação com algumas entidades de intervenção social, nomeadamente:

- Federação Portuguesa Bancos Alimentares contra a Fome
- Cruz Vermelha Portuguesa
- Fundação Renascer
- Refúgio Aboim Ascensão
- Movimento ao Serviço da Vida
- Empresários pela Inclusão Social

No domínio das acessibilidades destaque para a iniciativa **Integra 21**. Durante cerca de duas semanas um invisual testou o grau de acessibilidade de diversos sites nacionais, medindo o seu grau de infoexclusão, com o apoio da CGD. Desta forma o serviço Caixa Directa online passou a cumprir todas as regras de acessibilidade estabelecidas pela W3C, *World Wide Web Consortium*.

No âmbito da mobilidade adquiriram-se viaturas para o Banco Alimentar Contra a Fome (S. Miguel - Açores) e para a Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, neste caso para transporte de jovens.

O **Grupo de Dadores de Sangue da CGD** nasceu da solidariedade de um conjunto de colaboradores da CGD, com o objectivo de salvar vidas. Com cerca de 5.000 dadores inscritos, e implantação no País através dos seus Núcleos Regionais, é o maior grupo ligado a uma instituição financeira e um dos maiores a nível nacional.

Para combater a exclusão social e económica a CGD tem vindo a multiplicar esforços para a criação de condições na adesão ao microcrédito contribuindo para o combate à exclusão social e económica, através do suporte à criação de auto-emprego e de pequenos negócios.

O ano de 2007 correspondeu à consolidação dos produtos de “microcrédito” CGD resultantes dos Protocolos celebrados em 2005 com o JRS – Serviço Jesuíta aos Refugiados e com a ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito, tendo-se registado um aumento significativo de procura por parte dos potenciais beneficiários destes financiamentos.

Desporto

Por outro lado, a Caixa fomenta e promove as boas relações desportivas, o pensar colectivo, a liderança, a paixão, a competência, a proximidade, a competitividade, a vida saudável assim como o sentimento de orgulho nacional.

Através do Caixa Fã o desporto foi marcadamente em 2007 um ponto de união entre os colaboradores da Caixa as suas famílias e a comunidade nacional, nas mais diferentes modalidades e locais.

Foi assim nos vários jogos de apuramento para o Campeonato do Mundo de Rugby em França em que os adeptos Caixa Fã encheram os estádios e vibraram com a Selecção. Foi também assim com a Selecção Nacional de Basquetebol, em cadeira de rodas

O apoio da Caixa tem sido também fundamental para as actividades desportivas amadoras, no apoio à formação e no desenvolvimento de equipamentos desportivos.

Neste domínio destaque para a cooperação com as Federações, com especial destaque para a Federação Portuguesa de Atletismo, Federação Portuguesa de Judo e a Federação Portuguesa de Rugby e Associações, designadamente a Associação Académica de Coimbra a nível das modalidades desportivas e a Associação Nacional de Cruzeiros especialmente dirigido à vela adaptada.

Pela importância do papel desempenhado no apoio ao desporto nas comunidades em que estão inseridos e a nível nacional, a Caixa tem vindo apoiar o desenvolvimento do futebol de formação no Sporting Clube de Portugal e no Futebol Clube do Porto, apoiando igualmente o Caixa Futebol Campus, Centro de Formação e Treinos do Sport Lisboa e Benfica.

No âmbito da promoção da vida saudável, destaque especial para o apoio aos Lisboa Bike Tour e Porto Bike Tour com o objectivo de fomentar a prática desportiva por parte das famílias, visando a adopção de estilos de vida saudáveis.

Educação

Considerando o forte impacto da educação no desenvolvimento dos cidadãos e do país, a aposta da Caixa na educação é pioneira, inovadora e permanente ao longo da sua história. Envolve as mais diversas áreas e toda a população, desde os mais novos, passando pelos universitários, pela integração na vida activa e pela aprendizagem ao longo da vida, na senda de uma sociedade do conhecimento mais próspera e mais feliz.

Tendo em conta a importância dos sectores mais jovens no domínio da Educação, a Caixa promoveu em 2007, um conjunto de iniciativas dirigidas a este público, no âmbito das quais a Literacia Financeira e o Ambiente assumem particular relevância.

Pelo carácter inovador e inserção no Programa Estratégico Caixa Carbono Zero, destaque-se o Ciclo da Poupança, um micro-site da CGD, destinado aos alunos do ensino básico.

Esta iniciativa – que decorreu no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Poupança, 31 de Outubro, associa, de forma inovadora, o conceito de poupança dos recursos naturais (Ambiente) e o conceito clássico de poupança (Economia).

No âmbito da sensibilização ambiental é de destacar o apoio à edição em língua portuguesa do livro “Uma Verdade Inconveniente”, de Al Gore, versão para jovens, cujo lançamento decorreu na Feira do Livro de Lisboa, no Dia Mundial do Ambiente, 5 de Junho, tendo sido oferecidos exemplares aos jovens visitantes que estiveram na sessão de apresentação da obra.

Igualmente na área da Educação, no combate à Iliteracia Financeira, prosseguiu pelo segundo ano consecutivo o *road show* Caixamat, que abrangeu Escolas de norte a sul do país, beneficiando alunos dos 7 aos 17 anos. De Fevereiro a Junho o camião Caixamat percorreu 24 municípios de Portugal continental, com o mote “A Matemática está em todo o lado”. No reforço desta mensagem o projecto incluiu palestras sobre Matemática, para os alunos do ensino básico e secundário. Esta iniciativa da Caixa em parceria com a Universidade de Aveiro recebeu em 2007, mais de 30.000 visitantes.

A Caixa apoiou ainda o Projecto Nacional de Educação para o Empreendedorismo (PNEE) – iniciativa do Ministério da Educação – que tem como objectivo incluir no Projecto Educativo das Escolas do Ensino Básico a promoção e desenvolvimento de uma atitude e cultura empreendedoras nas novas gerações como forma de melhor preparar o futuro. Também no domínio do Empreendedorismo a caixa associou-se ao ISCTE e à RTP 2, para promover o Concurso Audax – Negócios à Prova, um programa televisivo, orientado para jovens empreendedores, que visa incentivar a criação de empresas inovadoras.

Ambiente

Considerando a importância do Ambiente e a necessidade de preservar o Planeta, a estratégia CGD para as Alterações Climáticas visa contribuir para a redução do impacto ambiental das suas actividades, ao mesmo tempo, que procura induzir boas práticas junto dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e da sociedade em geral.

As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios do século XXI. A Caixa posiciona-se como parte activa da solução, através da liderança na resposta às exigências de uma economia de baixo carbono. O programa Caixa Carbono Zero 2010 que arrancou em 2007 materializa a estratégia da CGD para as alterações climáticas, no âmbito do qual estão em curso diversas iniciativas.

Durante o primeiro trimestre foi definida a estratégia CGD para as alterações climáticas, estabelecendo os objectivos, o âmbito e os vectores estratégicos da respectiva actuação. Ficou também marcado pelo início e desenvolvimento dos trabalhos relativos à produção de informação e à gestão das emissões de gases com efeito de estufa (GEE, também designados conjuntamente por carbono) resultantes das próprias actividades da Caixa.

Um dos eixos do Caixa Carbono Zero 2010, traduz-se na caracterização do perfil das emissões de carbono resultantes das actividades da Caixa e na respectiva monitorização regular.

Para além de constituir um veículo de comunicação e transparência, esta informação é essencial para apoiar a definição de metas internas de redução de emissões e avaliar o desempenho das medidas implementadas, como sejam as medidas de eficiência energética em edifícios e introdução de energias renováveis.

No segundo semestre de 2007 iniciou-se a preparação do inventário de emissões de GEE abrangendo as actividades da CGD no sector bancário, em Portugal, o qual cumpre os requisitos do *The Greenhouse Gas Protocol*, metodologia desenvolvida pelo *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) e pelo *World Resources Institute* (WRI), standard internacional actualmente mais utilizado para a elaboração de inventários corporativos de gases com efeito de estufa.

No âmbito desse inventário, a Caixa está a contabilizar as emissões directas e indirectas associadas à sua actividade, incluindo o consumo de energia nas instalações e na frota própria, deslocações em serviço e tratamento de resíduos.

Com o objectivo de racionalizar consumos, reduzindo simultaneamente custos de operação e emissões de carbono, a CGD iniciou já em 2005 um programa de eficiência energética e utilização de energias renováveis nos seus edifícios.

A primeira fase centrou-se na realização de auditorias e diagnósticos energéticos e na identificação de oportunidades de poupança nos maiores edifícios. Em 2007, prosseguiu também a implementação dessas medidas, com intervenções centradas nos sistemas de climatização e iluminação. As medidas implementadas em 2007 representam uma poupança global estimada de 1 GWh/ano.

Foram também implementados Sistemas de Gestão de Consumos (SGC) nos maiores edifícios, o que permite passar a monitorizar e quantificar com rigor a poupança de energia resultante das alterações efectuadas. O Edifício Sede, pela sua dimensão e serviços disponíveis, assume particular importância na procura de soluções de racionalização de consumos energéticos.

Em 2007, foram iniciados os estudos para a actualização tecnológica do Sistema de Gestão Técnica Centralizada e de Energia do edifício, integrando-o com o Sistema de Gestão de Consumos e permitindo assim melhorar a eficiência energética da instalação. No seu conjunto, as medidas implementadas no Edifício Sede representaram uma poupança de 0,8 GWh, em relação a 2006.

Procedeu-se à instalação de painéis solares térmicos em 1.600 m² da cobertura do Edifício Sede, a maior central solar térmica do país. A obra apresentava um grau de execução de cerca de 80% em Dezembro. A energia produzida será utilizada para aquecer água para sistemas de climatização e instalações sanitárias, e permitirá poupar mais de 1 GWh de electricidade por ano.

Paralelamente, está a ser instalado um sistema de monitorização detalhada da energia produzida, que permitirá analisar o desempenho da instalação para posterior expansão a outros edifícios CGD com potencialidades para uso de energia solar.

Foram definidas novas regras para a aquisição de viaturas, que integram o nível de emissões de CO₂ como critério de selecção e privilegiam as viaturas híbridas. Estas medidas permitem, a médio prazo, reduzir as emissões de GEE associadas à utilização da frota própria. Estas medidas serão, a curto prazo, complementadas com outras – nomeadamente no que se refere ao incremento da vídeo-conferência e à promoção da transferência modal nas deslocações em serviço – no âmbito de um programa integrado de mobilidade.

Prosseguiu o programa de racionalização do consumo de papel de escrita e impressão, iniciado em 2002. Este envolve, entre outras medidas, a substituição de formulários em papel por *templates* digitais, a monitorização e comunicação às estruturas dos respectivos consumos *per capita* e a redução da gramagem do papel de fotocópia utilizado.

No âmbito da política de resíduos a CGD implementou, a nível nacional, um sistema de recolha e reciclagem de papel/cartão de arquivo e de cartões bancários inutilizados, abrangendo todas as operações do negócio bancário do território Continental.

Os equipamentos informáticos, bem como fotocopiadoras e faxes, são actualmente adquiridos em regime de *renting*, a empresas que apresentam garantias de correcto encaminhamento dos mesmos no respectivo fim de vida.

O material informático ainda propriedade da CGD que é descontinuado, e que por ser demasiado obsoleto ou degradado não reúne condições para ser doado, é encaminhado para um operador licenciado de gestão de resíduos de equipamento eléctrico e electrónico, que assegura a respectiva reciclagem.

Para compensar as emissões, decorrentes da actividade que não é possível evitar, definiu-se um programa de compensação que consiste no financiamento de projectos que retêm ou evitam carbono em quantidade equivalente. O investimento será canalizado para projectos com elevada qualidade técnica e que garantam benefícios ambientais e sociais inequívocos.

Numa primeira fase, a aposta passa pelo apoio a projectos de florestação e recuperação da floresta portuguesa. Quando geridas adequadamente, as florestas funcionam como reservatório de carbono, reduzindo as concentrações de CO₂ na atmosfera e contribuindo positivamente para o combate às alterações climáticas..

Através do Crédito Pessoal – Energias Renováveis a Caixa já oferece uma solução de financiamento, com condições muito vantajosas, para quem pretende instalar colectores solares térmicos, equipamento de apoio ou ligação a equipamento existente.

Paralelamente está em desenvolvimento um conjunto de novos produtos destinados ao apoio e financiamento na área das energias renováveis, com o objectivo de ajudar os clientes da Caixa a adoptar soluções tecnológicas que reduzam emissões.

A Caixa desenvolveu também um conjunto alargado de iniciativas que promovem a sensibilização ambiental, envolvendo todos os stakeholders e a sociedade em geral, com destaque para as seguintes:

Conferência – Uma Verdade Inconveniente Al Gore – Lisboa, Fevereiro 2007

Livro – Edição para jovens “Uma Verdade Inconveniente”, de Al Gore.

Planeta Agradece, marca de conteúdos editoriais da Caixa que está na base de um conjunto de programas de televisão na RTP 1 e de uma rubrica diária na TSF, entre Maio e Agosto de 2007, e do blog <http://oplanetaagradece.blogs.sapo.pt> abordando, de forma simples temas na área do ambiente

Ciclo da Poupança, uma iniciativa orientada para o público infantil – 1º e 2º ciclos do ensino básico – cujo objectivo foi colocar em evidência a inter-relação entre poupança de recursos ambientais e poupança de recursos económicos.

Concurso de Design de Mobiliário com Materiais Reciclados, visando contribuir para a preservação dos recursos naturais, através da promoção e viabilização de alternativas de concepção e produção de Design com materiais reciclados, objectivo a que se associou o Remade *in* Portugal, destina-se a estudantes do Ensino Superior, das áreas de Design e Arquitectura e a iniciativa registou um total de 111 candidaturas tendo participado Universidades de todo o país.

Floresta Caixa designa o conjunto de iniciativas da Caixa que visam contribuir para a construção de uma nova floresta em Portugal, constituída por espécies autóctones, gerida de forma activa sustentável, incluindo o apoio a projectos de florestação e recuperação de zonas ardidas, a Floresta Caixa Carbono Zero e acções de Sensibilização Ambiental.